Mala Direta Postal
360017214-1 DR/PR
Imprensa Oficial
CORREIOS

Diário da JUSTIÇA Paraná

Edição Digitalizada nº 6794 | Curitiba, Terça-feira, 25 de Janeiro de 2005 | Ano XLIX | 80 páginas

Sumário

Poder Judiciário Estadual

Tribunal de Justiça

Atos Da Presidência .....
Secretaria .....
Departamento da Magistratura .....
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro 03
Departamento do Patrimônio 03
Departamento de Informática .....
Departamento de Engenharia e Arquitetura .....
Departamento de Serviços Gerais .....
Departamento Judiciário
Câmaras Cíveis .....
Câmaras Criminais .....
Seção de Preparo .....
Seção de Distribuição .....
Corregedoria da Justiça .....
Conselho da Magistratura 03
Escola da Magistratura .....
Comissão Int. Conc. Promoções .....
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais .....

Tribunal de Alçada

Atos da Presidência 03
Secretaria .....
Departamento Administrativo .....
Departamento Econômico e Financeiro 04
Processo Cível 04
Processo Crime 06
Serviço de Preparo .....
Seção de Distribuiçao .....
Divisão de Registros e Informações .....
Comissão Interna de Concursos e Promoções .....

Comarca da Capital

Cível .....
Crime 07
Fazenda Pública .....
Familia .....
Delitos de Trânsito .....
Execuções Penais 08
Tribunal do Júri .....
Infância e Juventude .....
Registro Publico e Acidentes de Trabalho .....
Precatórias - Cíveis/Criminais .....
Auditoria da Justiça Militar .....
Central de Inquéritos .....
Central de Penas Alternativas .....
Juizados Especiais - Civeis/Criminais 09
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná .....
Concursos .....

Comarcas do Interior

Cível .....
Crime 10
Juizados Especiais 11
Concursos .....

Ministério Público do Estado do Paraná

Conselho Superior do Ministério Público 14
Corregedoria Geral do Ministério Público .....

Poder Judiciário Federal

Ordem dos Advogados do Brasil .....
Justiça Eleitoral 16
Ministério Público Eleitoral .....
Justiça do Trabalho 16
Ministério Público do Trabalho .....
Justiça Militar .....
Justiça Federal 47

Editais Judiciais

Capital 72
Interior 73
Diversos .....

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça

PABX - (41) 350-2000 | Relação dos aparelhos de Fac-Símile instalados no centro de protocolo judiciário estadual e arquivo geral do Tribunal de Justiça do Estado: 254-7222 • 254-8977 • 353-5383 • 254-4063. SITE **www.tj.pr.gov.br**

Des. Oto Luiz Sponholz
Presidente

Des. José Antônio Vidal Coelho
Vice - Presidente

Des. Roberto Pacheco Rocha
Corregedor-Geral da Justiça

Dr. Nei Roberto Guimarães
Secretário

Relação dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça, seus desembargadores, dia da semana e local das sessões:

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. Troiano Netto – Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Costa Barros" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. Antônio Lopes de Noronha – Presidente
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
— Sala "Des. Costa Barros" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

3ª CÂMARA CÍVEL
Des Nério Spessato Ferreira - Presidente
Desª. Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Munir Karam
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

4ª CÂMARA CÍVEL
Des. Wanderlei Resende – Presidente
Des. Dilmar Kessler
Des. Idevan Lopes
Des. Sérgio Arenhart
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

5ª CÂMARA CÍVEL
Des. Domingos Ramina – Presidente
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
Des. Waldemir Luiz da Rocha
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

6ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ângelo Zattar - Presidente
Des. Milani de Moura
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Duarte Medeiros
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

7ª CÂMARA CÍVEL
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Mário Rau
Des. Eraclés Messias
— Sala "Des. Plínio Cachuba" –
3ªs-feiras do mês - 13:30 horas

8ª CÂMARA CÍVEL
Des. Ivan Bortoleto - Presidente
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Campos Marques
Des. Rafael Augusto Cassetari
— Sala "Des. Plínio Cachuba" –
4ªs-feiras do mês - 13:30 horas

9ª CÂMARA CÍVEL
Des. Cunha Ribas - Presidente
Desª. Dulce Maria Cecconi
Des. Miguel Pessoa
Des. Marco Antônio de Moraes Leite
Des. Ruy Cunha Sobrinho
Des. Rosene Arão de Cristo Pereira
Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo
— Sala "Des. Plínio Cachuba" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas

I GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Troiano Netto - Presidente
Des. Ulysses Lopes
Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Bonejos Demchuk
Des. Hirosê Zeni
Des. Waldomiro Namur
Des. Sérgio Rodrigues
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

II GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Wanderlei Resende – Presidente
Des. Dilmar Kessler
Des. Nério Spessato Ferreira
Desª Regina Afonso Portes
Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Munir Karam
Des. Idevan Lopes
Des. Sérgio Arenhart
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Segunda e Quarta 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

III GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Ângelo Zattar - Presidente
Des. Milani de Moura
Des. Domingos Ramina
Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Clayton Camargo
Des. Fernando Vidal de Oliveira
Des. Duarte Medeiros
Des. Waldemir Luiz da Rocha
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Primeira e Terceira 5ªs-feiras do mês - 13.30 horas.

IV GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS
Des. Accácio Cambi - Presidente
Des. Ivan Bortoleto
Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Mendonça de Anunciação
Des. Campos Marques
Des. Mário Rau
Des. Eraclés Messias
Des. Rafael Augusto Cassetari
— Sala "Des. Lauro Lopes" –
Segunda e Quarta 5ªs-feiras do mês - 13.30 horas

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Tadeu Costa - Presidente
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
— Sala Des. "Costa Barros" –
5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

2ª CÂMARA CRIMINAL
Des. Carlos Hoffmann – Presidente
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" – 5ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS
Des. Tadeu Costa – Presidente
Des. Gil Trotta Telles
Des. Moacir Guimarães
Des. Clotário Portugal Neto
Des. Carlos Hoffmann
Des. Telmo Cherem
Des. Jesus Sarrão
Des. Leonardo Lustosa
— Sala "Des. Clotário Portugal" –
Primeira e Terceira 4ªs-feiras do mês - 13:30 horas.

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente
Des. J. Vidal Coelho -Vice-Presidente
Des. Pacheco Rocha - Corregedor-Geral
Desª Regina Afonso Portes
Des. Campos Marques
Des. Milani de Moura
Des. Ruy Cunha Sobrinho
Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo
— Sala "Des. Isaías Bevilacqua" –
3ªs-feiras do mês que antecederem
Sessão Administrativa do Órgão Especial - 08:30 horas

ÓRGÃO ESPECIAL

Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente	Des. Jesus Sarrão
Des. Troiano Netto	Des. Wanderlei Resende
Des. Tadeu Costa	Des. Antônio Lopes de Noronha
Des. Accácio Cambi	Des. Dilmar Kessler
Des. Pacheco Rocha	Des. Nério Spessato Ferreira
Des. Gil Trotta Telles	Des. Ruy Fernando de Oliveira
Des. Moacir Guimarães	Des. Leonardo Lustosa
Des.Ulysses Lopes	Des. Luiz Cézar de Oliveira
Des. Clotário Portugal Neto	Des. Bonejos Demchuk
Des. J. Vidal Coelho	Des. Ivan Bortoleto
Des. Carlos Hoffmann	Des. Celso Rotoli de Macedo
Des. Telmo Cherem	Des. Mendonça de Anunciação
Des. Ângelo Zattar	

Sala "Des. Clotário Portugal" – Primeira e Terceira 6ªs-feiras do mês - Sessão Contenciosa – 08:30 horas. –
Segunda e Quarta 6ªs-feiras do mês – Sessão Administrativa – 08:30 horas

TRIBUNAL PLENO

Des. Oto Luiz Sponholz - Presidente	Des. Mendonça de Anunciação
Des. Troiano Netto	Des. Campos Marques
Des. Tadeu Costa	Des. Hirosê Zeni
Des. Accácio Cambi	Des. Milani de Moura
Des. Pacheco Rocha	Des. Mário Rau
Des. Gil Trotta Telles	Des. Domingos Ramina
Des. Moacir Guimarães	Des. Eraclés Messias
Des. Ulysses Lopes	Des. Munir Karam
Des. Clotário Portugal Neto	Des. Waldomiro Namur
Des. J. Vidal Coelho	Des. Sérgio Rodrigues
Des. Carlos Hoffmann	Des. Airvaldo Stela Alves
Des. Telmo Cherem	Des. Clayton Camargo
Des. Ângelo Zattar	Des. Fernando Vidal de Oliveira
Des. Jesus Sarrão	Des. Idevan Lopes
Des. Wanderlei Resende	Des. Sérgio Arenhart
Des. Antônio Lopes de Noronha	Des. Rafael Augusto Cassetari
Des. Dilmar Kessler	Des. Duarte Medeiros
Des. Nério Spessato Ferreira	Des. Waldemir Luiz da Rocha
Desª Regina Afonso Portes	Des. Cunha Ribas
Des. Ruy Fernando de Oliveira	Desª. Dulce Maria Cecconi
Des. Leonardo Lustosa	Des. Miguel Pessoa
Des. Luiz Cézar de Oliveira	Des. Marco Antonio de Moraes Leite
Des. Bonejos Demchuk	Des. Ruy Cunha Sobrinho
Des. Ivan Bortoleto	Des. Rosene Arão de Cristo Pereira
Des. Celso Rotoli de Macedo	Des. Lauro Augusto Fabrício Melo

Sala "Des. Clotário Portugal" – Sessões realizadas mediante convocação.

Tribunal de Alçada

PABX: - (41) 3017-2525 FAX: Departamento Judiciário: 3017-2916 / 30172918

Juiz João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

Juiz Tufi Maron Filho
Vice-Presidente

Bel. Alcibiades de Almeida Faria Neto
Secretário

COMPOSIÇÃO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Ronald Schulman – **Presidente**
Juiz Paulo Roberto Hapner
Juiz Marcos de Luca Fanchin
Juiz Leonel Cunha
Juiz Antonio de Sá Ravagnani
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Terças-feiras

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Edson Vidal Pinto - **Presidente**
Juiz José Simões Teixeira
Juiz Glademir Vidal Antunes Panizzi
Juiz Toshiharu Yokomizo
Juiz José Maurício Pinto de Almeida
"Sala Des. Haroldo Costa Pinto"
Quartas-feiras

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Hamilton Mussi Corrêa - **Presidente**
Juiz Hayton Lee Swain Filho
Juiz Jurandyr Souza Júnior
Juiz Luiz Carlos Gabardo
Juiz Paulo Cezar Bellio
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Terças-feiras

QUARTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Mendes Silva - **Presidente**
Juiz Costa Barros
Juiz Lauro Laertes de Oliveira
Juiz Valter Ressel
Juiz Silvio Vericundo Fernandes Dias
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quartas-feiras

QUINTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Arno Knoerr – **Presidente**
Juíza Maria Mércis Gomes Aniceto
Juiz Renato Naves Barcellos
Juiz Fernando Wolff Bodziak
Juiz Jucimar Novochadlo
Sala "Des. Luiz Viel"
Quartas-feiras

SEXTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Carvílio da Silveira Filho
Juíza Anny Mary Kuss
Juiz Paulo Habith
Juiz Miguel Kfouri Neto
Juiz Ruy Francisco Thomaz
Sala "Des. Luiz Viel"
Terças-feiras

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Prestes Mattar - **Presidente**
Juiz Eugênio Achille Grandinetti
Juiz Carlos Mansur Arida
Juiz Shiroshi Yendo
Juiz Guilherme Luiz Gomes
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Quartas-feiras

OITAVA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juíza Rosana Fachin - **Presidente**
Juiz Antenor Demeterco Junior
Juiz Paulo Roberto Vasconcelos
Juiz Dimas Ortêncio de Melo
Juiz Hélio Henrique Lopes Fernandes Lima
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Terças-feiras

NONA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Antonio Renato Strapasson - **Presidente**
Juiz Luiz Lopes
Juiz Nilson Mizuta
Juiz Wilde Pugliese
Juiz José Augusto Gomes Aniceto
Juiz Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Terças-feiras

DÉCIMA CÂMARA CÍVEL ISOLADA E EM COMPOSIÇÃO INTEGRAL
Juiz Macedo Pacheco - **Presidente**
Juiz Lauri Caetano da Silva
Juiz Guido Döbeli
Juiz Luiz Mateus de Lima
Juiz Cláudio de Andrade
Cargo Vago
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"
Quintas-feiras

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Rogério Coelho - **Presidente**
Juiz Marques Cury
Juiz Rogério Kanayama
Juiz Noeval de Quadros
Sala "Des. Haroldo da Costa Pinto"
Quintas-feiras

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Ronald Juarez Moro – **Presidente**
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Juiz Edvino Bochnia
Sala "Des. José Pacheco Júnior"
Quintas - Feiras

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Eduardo Fagundes – **Presidente**
Juíza Maria José Teixeira
Juiz Jorge Wagih Massad
Juíza Sônia Regina de Castro
Sala "Des. Luiz Viel"
Quintas-feiras

QUARTA CÂMARA CRIMINAL ISOLADA
Juiz Lídio J. R. de Macedo - **Presidente**
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Juiz Antonio Martelozzo
Juiz Arquelau Araújo Ribas
Sala "Des. Aurélio Feijó"
Quintas-feiras

GRUPOS DE CÂMARAS CRIMINAIS
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

1º GRUPO - 1ª E 3ª CÂMARAS CRIMINAIS
1ª E 3ª Quartas-feiras
Juiz Rogério Coelho - **Presidente**
Juiz Eduardo Lino Bueno Fagundes
Juiz Marques Cury
Juíza Maria José Teixeira
Juiz Jorge Massad
Juíza Sônia Regina de Castro
Juiz Rogério Kanayama
Juiz Noeval de Quadros
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

2º GRUPO - 2ª E 4ª CÂMARAS CRIMINAIS
2ª E 4ª Quartas-feiras
Juiz Lídio J. R. de Macedo - **Presidente**
Juiz Marcus Vinícius de Lacerda Costa
Juiz Ronald Juarez Moro
Juiz Antonio Martelozzo
Juiz Luiz Zarpelon
Juiz João Kopytowski
Juiz Edvino Bochnia
Juiz Arquelau Araújo Ribas
Sala "Des. Francisco da Cunha Pereira"

O TRIBUNAL PLENO E O ORGÃO ESPECIAL FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DO PRESIDENTE.
Horario regimental para início das sessões ordinárias: 13h30min.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS E O GRUPO DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, FUNCIONARÃO MEDIANTE CONVOCAÇÃO DOS RESPECTIVOS PRESIDENTES, ÀS SEGUNDAS-FEIRAS.
Sala "Des. Alceste Ribas de Macedo"

Diário da JUSTIÇA Paraná

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Diretor - Presidente
João Carlos de Almeida Formighieri

Diretor Administrativo-Financeiro
Ailtom Fucilini Quintana

Rua dos Funcionários 1645 - Cabral
CEP 80035 050
Caixa Postal nº 1182
CEP 80001 970
Informações PABX 313-3200

Telefones

Setor	Telefones		Fax
Assinaturas	313-3207	313-3234	313-3236
Biblioteca	313-3252	313-3285	
Faturamento e Cobrança	313-3242	313-3243	313-3295
Orçamentos Gráficos	313-3206	313-3222	313-3208
Venda de Materiais	313-3265		
Publicações-Diário Oficial e Com. Ind. e Serviços	313-3213	313-3219	313-3276
Publicações-Diário da Justiça	313-3214	313-3217	313-3215

Tabela de Preços

Publicações
Centímetro (1) da Coluna 18,00

Envio de matérias: **www.dioe.pr.gov.br**

Números Avulsos

Diário da Justiça

Sem Remessa Postal 2,50
Com Remessa Postal 5,00

Assinaturas Diário da Justiça

Sem remessa postal

Semestral ..... Balcão/Malote 225,00
Anual ..... Balcão/Malote 375,00

Com remessa postal

Semestral 400,00
Anual 732,00

Tribunal de Justiça

Departamento Econômico e Financeiro

Relação nº 01/2005

Protocolo: 97.519/03, **Requisitante:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS, **Requisitado:** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – **Referência:** Ação de Indenização por Desapropriação Indireta nº 64/93, **Interessados:** ALDO CENCI E OUTRA **Dr.(a)** Noeli de Souza Machado e o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER. **Adv.(a) Dr(a):** Sérgio Botto de Lacerda. **Despacho:** I – Tendo em vista que o presente protocolado foi substituído pelo precatório requisitório nº 115.024/03, conforme se depreende do despacho por mim exarado às fls. 41/42 dos mencionados autos (fls. 37/38-TJ), determino o cancelamento deste requisitório, com a correspondente baixa na prenotação, para evitar a duplicidade de pagamento do débito. II – Ao Departamento Econômico e Financeiro para as devidas providências. III – Intimem-se. IV – Após, arquive-se. Presidência, 23 de dezembro de 2.004.

Protocolo: 77.449/01, **Requisitante:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE DOIS VIZINHOS, **Requisitado:** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – **Referência:** Ação de Indenização por Desapropriação Indireta nº 64/93, **Interessados:** ALDO CENCI E OUTRA **Dr.(a)** Juraci Antônio Bortolotto e o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER. **Adv.(a) Dr(a):** Joel Coimbra. **Despacho:** I – Tendo em vista o despacho por mim exarado nos autos de precatório requisitório nº 115.024/03 (fls. 42/43-TJ), bem como o contido na informação prestada às fls. 43 do referido requisitório (fotocópia em anexo), dando conta de que este protocolado e os de nº 97.519/03 e 115.024/03, referem-se *"todos ao autos 064/1993 de DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA que são partes ALDO CENCI e outra X DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM – DER"*, **determino** o cancelamento deste precatório requisitório, com a correspondente baixa na prenotação, para evitar a duplicidade de pagamento do débito. II – Ao Departamento Econômico e Financeiro para as devidas providências. IV – Intimem-se. III – Após, arquivem-se. Presidência, 20 de dezembro de 2004.

Protocolo: 35.186/00, **Requisitante:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TELÊMACO BORBA, **Requisitado:** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – **Referência:** Ação de Cobrança nº 312/93, **Interessados:** ELETROJAN ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA **Dr.(a)** Edson J. Vianna e o MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA. **Adv.(a) Dr(a):** Eugênio Iwankiw. **Despacho:** *I – Ante o contido na decisão de fls. 154-TJ, assim como na manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça (fls. 160-TJ), a qual acolho, determino que se efetue o cancelamento do presente precatório, com a correspondente baixa na prenotação.* II – Ao Departamento Econômico e Financeiro para as devidas providências. III – Intimem-se. IV – Após, arquivem-se. Presidência, 23 de dezembro de 2.004.

Protocolo: 49.214/99, **Requisitante:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MAMBORÊ, **Requisitado:** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – **Referência:** Autos de Execução de Título Extrajudicial nº 25/92, **Interessados:** PAPELARIA DEPEL LTDA **Dr.(a)** Edmylson Pena dos Santos e o MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA. **Adv.(a) Dr(a):** Representante Legal o Sr. Prefeito Municipal. **Despacho:** I - Considerando o contido na decisão de fls. 46-TJ, assim como na manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça, de fls. 78/79-TJ, a qual acolho, determino o cancelamento do presente precatório requisitório, com a conseqüente baixa na prenotação. II – Proceda-se na forma requerida no respeitável pronunciamento de fls. 78/79-TJ, para a promoção das medidas cabíveis. III - Ao Departamento Econômico e Financeiro para as devidas providências. Presidência, 23 de dezembro de 2.004.

Protocolo: 29.802/92, **Requisitante:** JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE URAÍ, **Requisitado:** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – **Referência:** Ação de Anulação de Débito Fiscal nº 17/82, **Interessados:** MAURÍCIO GASPAR FEDATO E OUTROS **Dr.(a)** Luiz Fabiani Russo e o MUNICÍPIO DE JATAIZINHO. **Adv.(a) Dr(a):** Representante Legal o Sr. Prefeito Municipal. **Despacho:** *I – Ante o contido na decisão de fls. 74-TJ, assim como na manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça (fls. 79-TJ), a qual acolho, determino que se efetue o cancelamento do presente precatório, com a correspondente baixa na prenotação.* II – Ao Departamento Econômico e Financeiro para as devidas providências. III – Intimem-se. Presidência, 23 de dezembro de 2.004.

Protocolo: 42.090/02, **Requisitante:** JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA, **Requisitado:** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – **Referência:** Ação Ordinária nº 9.087/91, **Interessados:** ACIR DO CARMO **Dr.(a)** Mario Biernaski e o ESTADO DO PARANA. **Adv.(a) Dr(a):** Marcia Carla Pereira Ribeiro. **Despacho:** I - Considerando o contido na decisão de fls. 56-TJ, assim como na manifestação da douta Procuradoria Geral de Justiça, de fls. 61/63-TJ, a qual acolho, determino o cancelamento do presente precatório requisitório, com a conseqüente baixa na prenotação. II - Ao Departamento Econômico e Financeiro para as devidas providências. Presidência, 27 de dezembro de 2.004.

Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

SECRETARIA

EXTRATO DE TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01/2005.

CONTRATO: de prestação de serviços de comunicação de dados.

EXPEDIENTE: protocolado na Secretaria do Tribunal de Justiça sob nº 126.617/2000.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL

OBJETO: realização de upgrade nos links de comunicação de dados para pontos remotos ao Tribunal de Justiça referente às comarcas de Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Toledo, Campo Largo, Colombo, São José dos Pinhais (Fórum Central), Araucária, União da Vitória e Guaratuba

FORO: Comarca de Curitiba.

Em 18 de janeiro de 2005.

ÁLVARO SÉRGIO RINCOSKI FARIA
Diretor do Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

CONVITE nº 03/2005

TIPO: Menor preço.

Objeto: Aquisição de componentes para manutenção de impressoras a laser.
Destino: Divisão de Controle e Manutenção de Equipamentos do Departamento de Informática.
Data da abertura: 04 de fevereiro de 2005, às 14:00 horas.

Informações complementares serão fornecidas na Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, Rua Álvaro Ramos, nº 157, Centro Cívico, telefones nºs (41) 350-2142/2143. Os interessados deverão retirar o edital, em disquete, ao custo de R$ 5,00 (cinco reais), mediante guia de recolhimento ao Funrejus, ou sem ônus, se solicitados via "endereço eletrônico" (licit@tj.pr.gov.br), ou ainda, via "Download" através do "site" www.tj.pr.gov.br/licitacao.

Curitiba, 20 de janeiro de 2005.

ÁLVARO SÉRGIO RINCOSKI FARIA
Diretor do Departamento do Patrimônio

Divisão do Conselho da Magistratura

DIVISÃO DE APOIO AO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Relação nº 04/2005

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

01 - DESPACHO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ROBERTO PACHECO ROCHA,** CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RELATOR NOS AUTOS DE PEDIDO DE REMOÇÃO Nº **2004.209971-0**
REQUERENTE: **ANDRESSA EDVIRGEM GUARNERI FERREIRA REGALIO**
FLS: 88/89
"1. Deixo de receber o recurso interposto às f. 47/51 por ADÉCIO LEITE DE ALMEIDA, Titular do Serviço Distrital de Jundiaí do Sul, Comarca de Ribeirão do Pinhal, contra o acórdão nº 9785 do Conselho da Magistratura (f. 43/45), porquanto o Recorrente não detém legitimidade para tanto. Com efeito, ao Recorrente foi outorgada delegação para a atividade notarial e de registro. Desta forma, como agente delegado do foro extrajudicial, ele se sujeita a regime jurídico especial, distinto em certos aspectos daquele aplicável aos serventuários da justiça do foro judicial. Tanto é assim que a Lei nº 8.935/94 estatui ser incompatível o exercício da atividade notarial ou de registro com o de "qualquer cargo, emprego ou função públicos" (art. 25). Por conseguinte, não sendo ocupante de cargo público, carece, ao Recorrente, legitimidade para pleitear remoção à escrivania do foro judicial e, de conseqüência, também para recorrer do acórdão que deferiu o pedido de remoção da Serventuária Andressa Edvirgen Guarneri Ferreira Regalio. 2. Do mesmo modo, FLÁVIO AUGUSTO DE MELLO COELHO, que apresentou os embargos de declaração de f. 78/81, muito embora se intitule "serventuário da justiça", era apenas empregado contratado pelo anterior Titular da escrivania do cível da Comarca de Ribeirão do Pinhal, recentemente aposentado, e, assim, consoante já consignado na decisão exarada à f. 57, não mantém vínculo para com a Administração Pública. Por conseguinte, deixo de receber também os embargos de declaração apresentados por ele, em razão de sua manifesta ilegitimidade. 3. Cumpra-se integralmente o Acórdão, encaminhando-se os autos à Presidência do Tribunal. Intimem-se. Curitiba, 18 de janeiro de 2005. **Des. Roberto Pacheco Rocha."**

02 - DESPACHO PROFERIDO PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR **ROBERTO PACHECO ROCHA,** CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, RELATOR NOS AUTOS DE DESIGNAÇÃO Nº **2003.251-3**
PROPONENTE: **DOUTOR JUIZ DE DIREITO DIRETOR DO FÓRUM DA COMARCA DE WENCESLAU BRAZ**
INTERESSADO: **FAUSTO JOSÉ DE OLIVEIRA**
FLS: 39
"O pedido formulado por Fausto José de Oliveira (f. 29/31) não pode ser conhecido, pois, além de não ter previsão legal, a reconsideração do Acórdão nº 9789, do Conselho da Magistratura, não pode ser feita de forma unilateral. Int. Curitiba, 13 de janeiro de 2005. **Des. Roberto Pacheco Rocha**."

Tribunal de Alçada

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 006/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 226.164/2004, resolve
D E S I G N A R
Fábio Luiz de Paula Espíndola, matrícula nº 297, Técnico Judiciário nível D-2 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Distribuição do Departamento Judiciário do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 007/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 226.165/2004, resolve
D E S I G N A R
Viviane Junkert, matrícula nº 6.012, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Processo Crime do Departamento Judiciário do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 008/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 228.133/2004, resolve
D E S I G N A R
Otília de Almeida Coelho, matrícula nº 5.321, Agente de Conservação nível B-9 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores do Departamento Judiciário do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 009/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 757/2005, resolve
D E S I G N A R
Sylmara Marquarte Ribeiro Ribas, matrícula nº 5.718, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Segunda Divisão de Processo Cível do Departamento Judiciário do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 010/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2.089/2005, resolve
D E S I G N A R
Lílian Kanayama, matrícula nº 5.789, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão Financeira de Pessoal do Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 011/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2.389/2005, resolve
D E S I G N A R
Antonio Felício Martins, matrícula nº 290, Técnico Judiciário nível B-9 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Protocolo e Arquivo do Departamento Administrativo do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 012/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 2.947/2005, resolve
D E S I G N A R
Rogério Augusto Silva, matrícula nº 5.724, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Autuação do Departamento Judiciário do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 013/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 3.730/2005, resolve
D E S I G N A R
Mary Hilda de Souza, matrícula nº 5.419, Oficial Judiciário nível B-9 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Patrimônio e Compras do Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 014/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 5.523/2005, resolve
D E S I G N A R
Waldomero Machado Caldas, matrícula nº 200, Técnico Judiciário nível D-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Contabilidade e Finanças do Departamento Econômico e Financeiro do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 015/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 5.793/2005, resolve
D E S I G N A R
Marco Aurélio Bastos, matrícula nº 5.737, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Chefe da Divisão de Administração e Serviços do Departamento Administrativo do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 016/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 5.800/2005, resolve
D E S I G N A R
Adriana Zanellato D'Amico, matrícula nº 5.972, Oficial Judiciário nível A-8 do Quadro de Servidores da Secretaria deste Tribunal, para sem prejuízo de suas demais atribuições, exercer o cargo de Coordenadora do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Alçada, enquanto perdurar o afastamento do titular e com as vantagens previstas em Lei.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

PORTARIA Nº 017/2005
O Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 5.770/2005, resolve
I N T E R R O M P E R
por necessidade do serviço e a partir de 17 de janeiro de 2005, as férias alusivas ao primeiro período do exercício de 2005 da Dra. **Rosana Amara Girardi Fachin**, Juíza deste Tribunal, assegurando-lhe o direito de usufruir 15 (quinze) dias restantes em época oportuna.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

Departamento Econômico e Financeiro

PROTOCOLOS Nºs 215.799/04 e 215.798/04

I – De acordo com a Resolução nº 10/2004, do Tribunal de Justiça do Estado, homologo o julgamento de fls.228 e verso, da Comissão de Licitação, referente ao Convite 01/05, para a reforma do piso "SC" e do 4º andar deste Tribunal, conforme devidamente registrado em Ata;
II – Autorizo a adjudicação do objeto do presente expediente à empresa Nakid Construções Civis Ltda., pelo valor de R$ 58.761,86 (cinqüenta e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos);
III – Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins;
IV – Publique-se, e
V – Prossiga-se, obedecidos os ditames da Lei Federal 8666/93 e legislação posterior.

Curitiba, 18 de janeiro de 2005.
João Luis Manassés de Albuquerque
Presidente

Divisão de Processo Cível

I Divisão Cível
Primeira Câmara Cível
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00079 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Albino José De Boni	001	0285126-7
Ivete Maria Caribe Da Rocha	001	0285126-7
Marcelo Caribé Da Rocha	001	0285126-7

Despachos Presidente em exercício

001. 0285126-7 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/225869. Materia: Demais cíveis. Comarca: Cerro Azul. Vara: Vara Cível. Acao Originaria: 200400000223 Medida Cautelar. Autos Complementares: 200100000131 Manutenção de Posse. Agravante: Madegral - Indústria de Madeiras Gralha Azul Ltda. Adv.: Albino José de Boni. Agravado: José Lauro Barbosa. Adv.: Ivete Maria Caribe da Rocha. Adv.: Marcelo Caribé da Rocha. Orgao Julgador: Primeira Câmara Cível. Relator: Juiz Leonel Cunha. Despacho:
Vistos.
Defiro o processamento do recurso.
Do exame dos argumentos expendidos pelo agravante no arrazoado de fls. 02/20 não se constata a possibilidade de a decisão hostilizada lhe causar lesão grave e irreparável até que haja ulterior pronunciamento do Órgão julgador, pois o agravado, segundo consta das peças que instruem o recurso, não está autorizado a proceder ao corte das árvores que existem no local. Ademais, as questões processuais suscitadas pela recorrente bem como a verificação de ocorrência ou não de atos de esbulho necessitam de um exame mais aprofundado, compatível com a fase de julgamento definitivo do recurso.
Ante o exposto, denego o efeito suspensivo.
Intime-se o recorrido, para oferecer contra-razões.
Expeça-se ofício ao MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Cerro Azul para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que julgar necessárias.
Curitiba, 29 de dezembro de 2004.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício
sr

I Divisão Cível
Primeira Câmara Cível
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00084 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Alcides De Freitas	001	0286368-9
Anderson Hataqueiama	002	0286382-9
Gabriel Maccagnani Carazzai	004	0286435-5
Gioser Antonio Olivette Cavet	003	0286383-6
Gláucia Da Silva Alberti	004	0286435-5
Jeferson A. T. Trindade	004	0286435-5
José Amoriti Trinco Ribeiro	001	0286368-9
João Pinto Ribeiro Neto	001	0286368-9
Mafuz Antonio Abrão	003	0286383-6
Mario Simoes Moreira Neto	001	0286368-9
Milton Luiz Cleve Küster	002	0286382-9
Nicole Cristina Leye Abrão	003	0286383-6
Otto Steiner Junior	001	0286368-9
Sérgio De Aragón Ferreira	002	0286382-9
Valéria Hatschbach Ferreira	002	0286382-9

Despachos Presidente

001. 0286368-9 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/5069. Materia: Demais cíveis. Comarca: Maringá. Vara: 6a Vara Cível. Acao Originaria: 200400000912 Medida Cautelar. Autos Complementares: 200400000784 Revisão de Contrato. Agravante: Tredici Gastronomia Ltda.Adv.: João Pinto Ribeiro Neto. Adv.: José Amoriti Trinco Ribeiro. Agravado: Hotéis Bandeirantes Ltda.Adv.: Otto Steiner Junior. Adv.: Alcides de Freitas. Adv.: Mario Simoes Moreira Neto. Orgao Julgador: Primeira Câmara Cível. Relator: Juiz Marcos de Luca Fanchin. Despacho:
Vistos,
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Tredici Gastronomia Ltda em face de Hotéis Bandeirantes Ltda contra a decisão proferida nos autos nº 912/2004 de Medida Cautelar de Atentado, que indeferiu o pedido de liminar formulado pela Agravante (fls. 14-TA).
O douto Juiz monocrático entendeu, em síntese, que não se admite liminar em atentado, e ainda, que o abandono do local onde fora montado o restaurante pela agravante permitiria a emissão de posse.
Irresignada, recorre a esta Corte alegando que a decisão guerreada merece ser reformada, pois argumenta que deixou de exercer as atividades no restaurante tendo em vista que a Prefeitura Municipal não renovou a concessão do alvará anteriormente concedido, uma vez que não foram adotadas 'as medidas de garantia de preservação da vida em caso de incêndio e pânico' (fls. 03-TA), o que, segundo suas alegações, ficou convencionado entre as partes, seria de responsabilidade do Agravado providenciar.
Diante de tais circunstâncias, a Agravante paralisou as atividades do restaurante, instalado dentro das dependências do hotel Agravado, ensejando a propositura da ação de rescisão do contrato de locação firmado entre as partes, bem como pedido de indenização.
Posteriormente a tais fatos, alega que 'o agravado invadiu o imóvel locado, em 03 de dezembro de 2004, apossou-se das benfeitorias e utensílios, subtraiu o símbolo daquele e reabriu o restaurante, sob sua direção' (fls. 04-TA).
Diante de tais fatos, alega que o funcionamento do restaurante sem o atendimento das exigências feitas pelo Corpo de Bombeiros coloca em risco a sociedade e que o uso indevido dos utensílios da Agravante mostram-se requisitos caracterizadores do atentado, razão pela qual se requer a concessão de liminar a fim de 'que o agravado se abstenha de utilizar a área locada, assim como suas benfeitorias, cominando multa diária para o eventual descumprimento da decisão'. (fls. 11-TA).
É, em síntese, o relatório. Passo a decidir.
Entende-se que se apresentam relevantes as fundamentações e argumentos trazidos pela Agravante, sendo o caso de se conceder a pretendida liminar.
Inicialmente vale dizer que há um certo dissenso na doutrina e jurisprudência acerca da possibilidade ou não da concessão de liminar em ação de atentado.
Em que pese posicionamentos contrários, recentes julgados e interpretações mais modernas entendem ser possível a sua concessão, pois, "como alerta superiormente Galeno Lacerda, a interpretação sistemática e teleológica dos arts. 796 a 812 e 880, CPC, torna cabível em tese a concessão de liminar na ação de atentado, até porque, entre as inovações ilegais que podem ocorrer nos casos concretos, no curso das demandas, muitas exigem providência do juiz incontinenti, sem a qual podem resultar danos irreparáveis à parte. Especialmente em se tratando de ato ilícito que altera o estado dos fatos da lide e que por isso mesmo pode dificultar a reparação dos danos a posteriori." (Resp. nº 399.866, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, 4ª Turma, julgado em 28.05.2002, DJ 02.09.2002).
Acrescente-se ainda que a Carta Magna traz arraigado em seu artigo 5º, inc. XXXV que a lei não excluirá do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, o que já se mostra argumento suficiente para afastar definitivamente a tese de impossibilidade de concessão de liminar na ação de atentado.
Portanto, ultrapassada esta premissa, resta analisar se estão presentes os requisitos essenciais para a concessão da liminar, uma vez que, como é cediço "ocorre atentado quando a parte promove alteração no estado de fato de elementos de prova que serão utilizados no julgamento do processo principal." (Resp. nº 173394, Rel. Ministro EDUARDO RIBEIRO, 3ª Turma, julgado em 25.05.1999, DJ 23.08.1999 p. 122).
No caso em tela, argumenta a recorrente que o Agravado está fazendo uso indevido de benfeitorias e utensílios que lhe pertencem, e ainda, que tais fatos se deram posteriormente a interposição da ação de rescisão contratual c/c indenização por perdas e danos e lucros cessantes, em que foi requerido expressamente a produção de prova pericial (fls. 39/48).
Desta feita, ante a atitude ilícita do Agravado em fazer uso indevido dos bens da Agravante, e a possibilidade de que seus atos, ou suas atividades venham a impedir ou dificultar a realização da prova pericial requerida na ação de rescisão anteriormente interposta, mostram-se relevantes indícios para a concessão da liminar, uma vez que caracterizam nítida alteração do estado das coisas.
Acrescente-se ainda que o Agravado dispõe de mecanismos processuais para defender-se no caso em exame, não havendo respaldo a atitude de simplesmente fazer uso indevido dos bens da Agravante.
Desta feita, a fim de evitar maiores prejuízos e danos irreparáveis à parte Agravante, e levando em conta ainda o poder geral de cautela dado ao magistrado, vislumbra-se no caso em tela os requisitos ensejadores da concessão da liminar, quais sejam, fumus boni iuris e periculum in mora.
Ante o exposto, com o intuito de resguardar o estado de coisas para o bom deslinde da ação principal, concedo a liminar a fim de que o Agravado, no prazo de quarenta e oito horas, suspenda todas as atividades do restaurante objeto do contrato de locação firmado entre as partes, até decisão final deste processo, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais).
Intime-se o Agravado para, querendo, oferecer, contra-razões ao presente recurso.
Publique-se.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente
vg

Despachos Presidente

002. 0286382-9 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/5246. Materia: Demais cíveis. Comarca: Curitiba. Vara: 11a Vara Cível. Acao Originaria: 200400000821 Cobrança. Agravante: Sul América Seguros de Vida e Previdência S/a. Adv.: Milton Luiz Cleve Küster. Adv.: Anderson Hataqueiama. Agravado: Helaine Huff de Ávila. Adv.: Valéria Hatschbach Ferreira. Adv.: Sérgio de Aragón Ferreira. Orgao Julgador: Primeira Câmara Cível. Relator: Juiz Antonio de Sá Ravagnani. Despacho:
Vistos,
No presente feito, o agravante não postula a aplicação do disposto no artigo 527, III, do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, e inexistindo matéria urgente a reclamar o imediato pronunciamento desta Presidência (art. 24, XXIV, do RITA), determino a imediata devolução dos autos à Divisão Cível e a oportuna remessa ao ilustre Juiz Relator.
Intimem-se.
Curitiba, 18 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente
Agravo de Instrumento nº 286.288-6 fl.2

Despachos Presidente

003. 0286383-6 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/5242. Materia: Demais cíveis. Comarca: Curitiba. Vara: 15a Vara Cível. Acao Originaria: 200300001181 Ação de Despejo. Agravante: Loffredo & Camargo Ltda.Adv.: Gioser Antonio Olivette Cavet. Agravado: Bagé Kennan. Adv.: Mafuz Antonio Abrão. Adv.: Nicole Cristina Leye Abrão. Orgao Julgador: Primeira Câmara Cível. Relator: Juiz Leonel Cunha. Despacho: Descricao: Despacho Decisorio.
VISTOS.
LOFFREDO & CAMARGO LTDA., inconformada com a r. decisão de fls. 28-TA, que recebeu recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, interpôs o presente agravo de instrumento.

Sustenta a recorrente a ilegalidade do recebimento do recurso com duplo efeito, pois, em se tratando a ação originária de Ação de Despejo, os recursos interpostos contra a sentença terão efeito somente devolutivo, nos exatos termos do art. 58, inciso V, da Lei nº 8.245/91.
No entanto, em que pese a relevância da argumentação exposta no arrazoado de fls. 02/05, o preente recurso não há de ser conhecido, haja vista a inexistência de pressupostos para sua regular formação.
A vigente disciplina do agravo de instrumento imputa ao agravante a responsabilidade pela formação do instrumento e não transige quanto à absoluta regularidade formal do instrumento no ato da sua interposição, uma vez que não comporta ele sanação.
Desatendida qualquer das exigências insculpidas no artigo 525 do Código de Processo Civil, não se conhece do agravo.
Segundo Carreira Alvim (Novo Agravo, 2 ed., Del Rey, pg. 102), dispondo o art. 525, I, que a petição de agravo será instruída obrigatoriamente com as peças ali referidas, não comporta juntada posterior, de modo que a instrução deficiente do agravo determina o seu não conhecimento, por falta de um dos pressupostos de admissibilidade.
Segundo orientação do Egrégio Superior Tribunal e Justiça, "na nova sistemática do processamento do agravo de instrumento, descabe deferir diligencias para suprir falta de peca essencial." (REsp n. 115.437-SP)
Assim também é o magistério de Sergio Bermudes (A Reforma do Código de Processo Civil, Saraiva, 2a edição, págs. 88/89): "Acompanham a petição do agravo, obrigatoriamente, sob pena de não ser ele conhecido, cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação (ou certidão de que ela ainda não ocorreu) e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado. O artigo 525, I, não deixa dúvida de que compete ao agravante apresentar cópia, não só da procuração do seu advogado como da procuração do advogado do recorrido. (grifei)."
No caso em tela, observa-se a ausência não só da procuração outorgada à própria agravante, mas também da procuração conferida ao patrono do agravado, vez que somente constam os substabelecimentos de fls. 06/07-TA.
As peças referidas pelo inciso I, do artigo 525, do Código de Processo Civil devem, necessariamente, instruir a petição de agravo no momento da sua interposição, sob pena de não ser ele conhecido, inadmitindo-se complementação posterior. Trata-se de requisito indispensável ao conhecimento do recurso e não de mera irregularidade de representação, daí porque inaplicável o disposto no art. 13 do Código Processual Civil.
Este é o entendimento desta Corte recursal:
"AGRAVO DE INSTRUMENTO - DOCUMENTO OBRIGATÓRIO - SUBSTABELECIMENTO A ADVOGADO QUE SUBSCREVEU O RECURSO - AUSÊNCIA DA PROCURAÇÃO ORIGINÁRIA, OUTORGADA AO SUBSTABELECENTE - IRREGULARIDADE E AUSÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO - NÃO CONHECIMENTO - AGRAVO REGIMENTAL - CONHECIMENTO COMO INOMINADO (ART. 557, UNICO, CPC) - ALEGAÇÃO DE QUE SE TRATA DE MERA IRREGULARIDADE, SUPRÍVEL A TEOR DO ARTIGO 13 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, E JUNTADA POSTERIOR DO INSTRUMENTO DE MANDATO ORIGINÁRIO-INADMISSIBILIDADE - AGRAVO INOMINADO DESPROVIDO - DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.
O instrumento deve vir aparelhado com todos os documentos considerados obrigatórios pelo artigo 525 do Código de Processo Civil, sendo inviável suprimento posterior de irregularidade verificada na sua formação. A interposição do agravo deve vir desde logo com as peças essenciais, não se admitindo que elas sejam juntadas depois: a apresentação da petição com razões e com essas peças e o modo que a lei exige para essa interposição, considerando-se não interposto quando faltar algum desses elementos. Agravo de instrumento sem as peças essenciais é ato processual inexistente (Cândido Rangel Dinamarco)."
(TAPR, Ag. Reg. n° 119.970-8/01, 6ª CC, Ac. 7476, Juiz Rel Mendes Silva)
E também do Superior Tribunal de Justiça:
"AGRAVO REGIMENTAL - FORMAÇÃO DO AGRAVO - PEÇAS OBRIGATÓRIAS - SUBSTABELECIMENTO - PROCURAÇÃO - NECESSIDADE.
I - A formação do instrumento apenas com os substabelecimentos, desacompanhados das procurações originais, não atende à exigência do Art. 544, § 1º, do CPC.
II - A regularidade na representação processual deve ser demonstrada em relação a todos os agravados." (AgRg no Ag nº 504146/RJ, 3a Turma, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, DJ: 17.12.04)
Diante de tais considerações, nos termos do artigo 557, caput, do vigente Diploma Adjetivo Civil, nego seguimento ao presente recurso de Agravo de Instrumento, por manifestamente inadmissível.

Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente
mfa

Despachos Presidente

004. 0286435-5 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/5538. Materia: Demais cíveis. Comarca: Colombo. Vara: Vara Cível. Acao Originaria: 200500000015 Embargos de Terceiro. Autos Complementares: 9700000259 Reintegração de Posse. Autos Complementares: 1114643 Agravo de Instrumento. Autos Complementares: 2383795 Apelação Cível. Agravante: Igreja Visão Missionária - Ministério Pastor Alexandre da Rosa. Adv.: Jeferson A. T. Trindade. Agravado: Igreja Presbiteriana Renovada do Jardim Monza. Adv.: Gabriel Maccagnani Carazzai. Adv.: Gláucia da Silva Alberti. Orgao Julgador: Primeira Câmara Cível. Relator: Juiz Marcos de Luca Fanchin. Despacho:
Vistos.
Defiro o processamento do recurso, mas não constato a presença de fundamentação relevante a justificar a aplicação do disposto no artigo 527, III, do Código de Processo Civil.
Dos documentos de fls. 42/44 infere-se que a agravante, em 08 de março de 2004, por meio de escritura pública, adquiriu, de José Manoel da Silva e Altina Etiene da Silva o imóvel descrito às fls. 26. A transferência junto ao cartório de registro de imóveis ocorreu em 07 de abril de 2004.
Esse imóvel, todavia, foi objeto de ação de reintegração de posse aforada pela Igreja Presbiteriana Renovada do Jardim Monza em face de José Manoel da Silva e Altina Etiene da Silva (fls. 68/72).
Essa ação tramitou perante o douto Juízo da Vara Cível da Comarca de Colombo e a final foi julgada procedente, pois este Tribunal, por meio de sua Primeira Câmara Cível, deu provimento à apelação formulada pela então autora, Igreja Presbiteriana Renovada do Jardim Monza.
O acórdão, que transitou no dia 19 de outubro de 2004 (fls. 212), enuncia, em sua ementa:
"APELAÇÃO CÍVEL - REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSE ANTERIOR EXERCIDA POR COMUNIDADE RELIGIOSA (IGREJA EVANGÉLICA) - RÉU, MEMBRO DA IGREJA, QUE, AO DESLIGAR-SE DA CONGREGAÇÃO, FICA EM PODER DAS CHAVES DO TEMPLO E APÓS INICIA ATIVIDADE RELIGIOSA COM OUTRA DENOMINAÇÃO - SENTENÇA QUE ENTENDE NÃO PROVADA A POSSE DA IGREJA AUTORA - RÉUS APELADOS QUE EXERCIAM POSSE EM NOME DA IGREJA, PASSANDO A EXERCÊ-LA EM NOME PRÓPRIO - ESBULHO CARACTERIZADO - ALEGAÇÃO DE DOMÍNIO PELOS RÉUS. NÃO PREDOMINÂNCIA DA PROPRIEDADE SOBRE A POSSE, NO CASO - DEFERIMENTO DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA A FAVOR DE QUE NÃO DETÉM O DOMÍNIO - REINTEGRAÇÃO DE POSSE OUTORGADA À IGREJA. RECURSO PROVIDO.
Membro da comunidade religiosa que, na qualidade de dirigente da Igreja, exerce posse em nome desta, não pode, 'manu militare', proibir a continuidade do uso do templo pela comunidade, mesmo que seja proprietário do imóvel e, se o fizer, comete esbulho, reparável pela via dos interditos possessórios" (ac. nº 19.514 - fls. 202).
A agravante, ao propor, no corrente mês, a ação de embargos de terceiro, invoca o seu domínio e o seu direito à posse do bem, ressaltando não ter participado do processo de conhecimento, desconhecendo a "situação que gerou o ato judicial ilegal praticado contra sua esfera patrimonial" (fls. 30).
Tal alegação merece ser analisada com mais cautela. As pessoas que alinearam o bem à ora agravante são réus da ação possessória, e no imóvel José Manoel da Silva também ministrava cultos, denominando o templo de Visão Missionária (fls. 89-verso).
Por outro lado, "apenas a titularidade do domínio não autoriza a concessão da liminar em embargos de terceiro" (TAPR, 5ª Câm. Cível, DJ-PR 01/08/97) e, conforme observou o MM. Juiz "a quo", ao denegar a expedição liminar do mandado, o ato de compra e venda ocorreu quando estava em curso a ação possessória (fls. 297).
Ante o exposto, deixo de antecipar a tutela recursal pretendida.
Intime-se a recorrida para oferecer contra-razões.
Publique-se.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente
sr

I Divisão Cível
Primeira Câmara Cível em Compo
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00085 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Luciana De Mello Rodrigues	001	0285625-5/01
Luiz Roberto Leven Siano	001	0285625-5/01

Despachos Presidente

001. 0285625-5/01 Agravo Regimental (C.Int.)

Protocolo: 2005/5332. Materia: Demais cíveis. Comarca: Antonina. Vara: Vara Cível. Acao Originaria: 2856255 Mandado de Segurança. Impetrante: Sociedad Naviera Ultragas Ltda.Adv.: Luiz Roberto Leven Siano. Adv.: Luciana de Mello Rodrigues. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Antonina. Litis: Catallini Terminais Marítimos Ltda.Agravante: Sociedad Naviera Ultragas Ltda.Adv.: Luiz Roberto Leven Siano. Adv.: Luciana de Mello Rodrigues. Agravado: Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Antonina. Interessado: Catallini Terminais Marítimos Ltda.Orgao Julgador: Primeira Câmara Integral. Relator: Juiz Paulo Roberto Hapner. Despacho: Descricao: Despacho Decisorio.
Vistos,
Trata-se de Agravo Regimental com pedido de reconsideração em que a Agravante requer seja reconsiderada a decisão que denegou a concessão da ordem em caráter liminar.
Insurge-se alegando que a decisão monocrática que determinou a emenda à inicial (fls. 114) para incluir a Agravante no pólo passivo da Medida Cautelar trata-se de despacho de mero expediente, razão pela qual se justifica a impetração do presente writ.
Argumenta que a sua inclusão como litisconsórcio necessário, 'sem qualquer provocação por parte dos autores' (fls. 146-TA) extrapola os limites da legalidade e caracteriza abuso de poder, isto porque a lei ao tratar da solidariedade passiva impõe como faculdade ao credor litigar contra qualquer um dos devedores.
Alega ainda que o presente caso não se trata de litisconsórcio necessário haja vista a sua admissibilidade estar condicionada ao disposto no artigo 47 do Código de Processo Civil, o que não se evidencia no presente caso, colacionando diversos julgados e posições doutrinárias que respaldam a tese ora defendida.
Além disso, menciona que a decisão guerreada merece reforma no tocante a existência do periculum in mora, pois, no seu entender o simples fato de tratar-se de medida cautelar em que os autores pugnam a concessão de liminar com a condenação de pagamento de mais de um milhão de reais, já evidencia o seu caráter de urgência.
Alega, ainda, que a matéria envolvida no caso em tela se trata de competência da Justiça Federal por envolver interesse da União, e a controvérsia estar regida por Convenções Internacionais, desta feita requer a remessa dos autos ao juízo competente.
Argumenta ainda que o despacho que ensejou o mandado de segurança é extra-petita e está aconselhando a parte, razão pela qual é nulo de pleno direito.
Menciona também que a ocorrência de fato superveniente qual seja, a liberação da baías de Paranaguá, Antonina e Piaçaguera para pesca, deve servir como outro fundamento para reformar a a decisão atacada.
Por fim, alega que com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004, que extinguiu as férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, o presente recurso deve ser colocado imediatamente em julgamento pela Câmara competente.
Diante de tais considerações, requer seja reconsiderada a decisão a fim de que seja concedida liminar em mandado de segurança suspendendo o ato impetrado e ainda, seja dado provimento ao agravo regimental.
Em síntese, é o relatório.
Inicialmente vale mencionar que a Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, que deu nova redação ao artigo 93, inc. XII, da Constituição Federal, dispõe que:
"a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.'
Ocorre que, em atendimento a solicitação feita pela Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Paraná e considerando ainda, 'a necessidade de o Tribunal Justiça disciplinar a transição da reforma constitucional do Poder Judiciário, sem acarretar prejuízos aos jurisdicionados e aos operadores do direito', o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná editou a Resolução nº 09/2004, que assim dispõe:
"Art. 1º. Ficam suspensos os prazos processuais no período compreendido entre 02 e 31 de janeiro de 2005, ressalvado o disposto no artigo 174, do Código de Processo Civil.
Parágrafo primeiro. A suspensão não obsta a prática de atos processuais de natureza urgente e necessários à preservação de direitos, nem impede a realização das audiências designadas."
Diante disso, inexistem condições de colocar o presente recurso em mesa para julgamento, como pretende a Agravante, razão pela qual recebo o presente apenas como pedido de reconsideração, devendo, após, os autos aguardarem o término da suspensão dos prazos processuais, e, oportunamente o envio ao eminente Juiz Relator, para então, ser levado a julgamento.
Ressalte-se ainda que, como muito bem salientado na Resolução acima mencionada os pedidos urgentes e necessários a preservação de direitos não serão prejudicados.
Desta feita, em sede de pedido de reconsideração, insta observar que não merece acolhida a pretensão esposada pela Recorrente, devendo ser mantida em sua totalidade a decisão proferida às fls. 137/138.
Isto porque, a decisão impetrada não configura caso excepcional que justifique o socorro à via mandamental.
Observa-se no caso em tela que o juiz determinou a emenda à inicial de Medida Cautelar a fim de que a Agravante fosse incluída no pólo passivo da demanda (fls. 114), ato contínuo, os Autores emendaram a inicial (fls. 116).
Posteriormente, o douto magistrado singular concedeu liminar (fls. 117/119) determinando que as Requeridas, entre elas, a Agravante, 'paguem para cada um dos Requerentes o valor de 1 salário mínimo - R$ 260,00 - para cada um dos meses em que a pesca permaneceu ou permanecer proibida.'.
Da referida decisão, a Agravante foi devidamente intimada, e na mesma oportunidade, citada para que apresente contestação dos fatos articulados na inicial (fls. 127).
Diante de tais fatos, mais uma vez se evidencia a inexistência de abuso de poder ou qualquer outro ato ilegal que enseje a incidência da via mandamental, pois a Agravante possui à sua disposição mecanismos processuais e recursos processuais adequados para defender-se e questionar o mérito da decisão proferida pelo douto juiz a quo.
Esta, inclusive, é a posição desta Corte, conforme se extrai do seguinte julgado, o qual transcrevemos a ementa na parte que nos interessa:
"A impugnação de decisão judicial na via mandamental depende, além da inexistência de recurso na lei processual (art. 5.º, II, da Lei n.º 1533/51 e Súmula n.º 267, STF), do fato de a decisão ser teratológica ou ilegal, ofensiva de direito líquido e certo, o que, a toda evidência, não é o caso dos autos." (MS nº 196.877-4, Rel. e. Juiz Conv. Luiz Sérgio Patitucci, 6ª C.C.I, TAPR).
Desta feita, existindo a possibilidade da Agravante interpor recursos e remédios processuais adequados para defender-se e discutir se efetivamente é caso de litisconsórcio obrigatório, se a decisão esta maculada de vícios ou não, bem como discutir acerca da legalidade ou não da liminar concedida, da sua validade ante a superveniência de fatos novos, uma vez que foi devidamente intimado para tanto, não resta outra alternativa, senão manter a decisão impugnada.
Assim, o mérito constante no presente mandamus deve ser discutido nos recursos apropriados para tanto.
Diante de todo o exposto, mantenho a decisão anteriormente proferida, denegando a concessão da ordem.
Intimem-se.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

I Divisão Cível
Segunda Câmara Cível
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00080 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Antônio Álvaro G. D. Oliveira	002	0285924-3
Fabiana Eliza Mattos	001	0285837-5
Fabio Mariante Mincarone	003	0286292-0
Jose Henrique De Araujo	003	0286292-0
José De Alencar Soares Cordeiro	003	0286292-0
João Batista Manella Cordeiro	003	0286292-0
Manoel Carlos Martins Coelho	002	0285924-3
Vinicius Mincarone	003	0286292-0

Despachos Presidente

001. 0285837-5 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/227241. Materia: Execução. Comarca: Pato Branco. Vara: Vara Cível. Acao Originaria: 200400000434 Medida Cautelar. Agravante: Celita Maria da Silva Busseti. Adv.: Fabiana Eliza Mattos. Agravado: Mar Azul Mármores e Granitos Ltda.Orgao Julgador: Segunda Câmara Cível. Relator: Juiz Glademir Vidal Antunes Panizzi. Despacho:
Vistos.
Defiro o processamento do recurso, mas não é caso de aplicar o disposto no artigo 527, III, do Código de Processo Civil, pois o protesto que a agravante pretendia sustar foi levado a efeito mesmo antes de a autora da ação, ora agravante, efetuar o depósito inicial. Já se consumou, enfim, a lesão que a recorrente pretendia evitar.
Ante o exposto, deixo de antecipar a tutela recursal pretendida.
Intime-se a recorrida, para oferecer contra-razões.
Publique-se.
Curitiba, 13 de janeiro de 2005.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício
sr

Despachos Presidente

002. 0285924-3 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/2136. Materia: Execução. Comarca: Curitiba. Vara: 6a Vara Cível. Acao Originaria: 200500000005 Medida Cautelar. Agravante: Rjt Transporte de Cargas Ltda.Agravante: João Cesar Osternack. Adv.: Antônio Álvaro Garcia de oliveira. Adv.: Manoel Carlos Martins Coelho. Agravado: Banco Rural S/a. Orgao Julgador: Segunda Câmara Cível. Relator: Juiz José Simões Teixeira. Despacho:
Vistos.
Defiro o processamento do recurso, mas não constato a existência de fundamentação relevante que autorize a aplicação do disposto no artigo 527, III, do Código de Processo Civil.
Para que o protesto seja sustado liminarmente faz-se imprescindível a ocorrência do "periculum in mora" e do "fumus boni iuris" e, no caso, a MMª Juíza de Direito Substituta da Quinta Vara Cível desta Capital, em decisão fundamentada, esclareceu as razões pelas quais entendeu não estar demonstrada a ilicitude da conduta do ora agravado em protestar título referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida celebrado entre as partes.
Sem prejuízo do exame a ser procedido quando do julgamento do mérito do agravo, não se vislumbra, neste sumário juízo de cognição, que a decisão hostilizada seja manifestamente ilegal ou teratológica.
Ademais, o protesto, designado para o dia 04 p. passado, já se aperfeiçoou, estando consumado o ato que os agravantes queriam evitar.
Inexistindo notícia de ação aforada pelos recorrentes discutindo os termos em que foi celebrado o instrumento de confissão de dívida, também não há como deferir tutela recursal para excluir seus dos registros do SERASA e do SPC.
Ante o exposto, deixo de antecipar a tutela recursal pretendida.
Intime-se o recorrido para oferecer contra-razões.
Publique-se.
Curitiba, 10 de janeiro de 2005.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício
sr

Despachos Presidente

003. 0286292-0 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/210360. Materia: Execução. Comarca: Londrina. Vara: 10a Vara Cível. Acao Originaria: 200400000965 Revisão de Contrato. Agravante: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/a. Adv.: Fabio Mariante Mincarone. Adv.: Vinicius Mincarone. Adv.: Jose Henrique de Araujo. Agravado: Celso Hideo Nakahara. Agravado: Lucinéia Melochero Nakahara. Adv.: José de Alencar Soares Cordeiro. Adv.: João Batista Manella Cordeiro. Orgao Julgador: Segunda Câmara Cível. Relator: Juiz Toshiharu Yokomizo. Despacho:
Vistos.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não está prevista nas hipóteses do artigo 174 do Código de Processo Civil (Resolução nº 9/2004-TJPR, de 29.12.2004) e tampouco existe matéria urgente a reclamar o pronto pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXIV, do Regimento Interno desta Corte).
Ante o exposto, determino a imediata devolução dos autos à Divisão Cível e a oportuna remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 17 de janeiro de 2005.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente
vg
Agravo de Instrumento nº 251.516-6, de Arapongas
Fls. 2

I Divisão Cível
Terceira Câmara Cível
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00081 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Emanuel Toledo De Morais	003	0286043-7
Jalton Godinho De Morais	003	0286043-7
Jose Quartucci	002	0285858-4
Jose Roberto Akaishi	001	0285642-6
José Roberto Sapateiro	005	0286366-5
Luiz Eduardo Quartucci	002	0285858-4
Marcelo Bueno Elias	002	0285858-4
Márcio Augusto Barreiros Garcia	001	0285642-6
Paulo Raimundo Vieira Zacarias	004	0286113-4
Shiroko Numata	005	0286366-5
Tadeu Karasek Junior	003	0286043-7

Despachos Presidente

001. 0285642-6 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2004/228479. Materia: Execução. Comarca: Londrina. Vara: 10a Vara Cível. Acao Originaria: 200400001312 Medida Cautelar. Autos Complementares: 9700000183 Execução de Título Extrajudicial. Autos Complementares: 1319391 Apelação Cível. Autos Complementares: 9900000072 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Filtropeças Representações Comerciais Ltda. Adv.: Jose Roberto Akaishi. Agravado: Sérgio Rodrigues da Silva. Agravado: Devanir Carneiro de Souza. Adv.: Márcio Augusto Barreiros Garcia. Orgao Julgador: Terceira Câmara Cível. Relator: Juiz Jurandyr Souza Junior. Despacho: Descricao: Despacho Decisorio.
Vistos e examinados.
I - Do exame das peças transladadas verifica-se que a representação processual do agravante está irregular, pois não há nos autos instrumento procuratório original que prove a regular representação da parte, convalidando os poderes outorgados ao substabelecimento juntado às fls. 10.
É neste sentido que vem se posicionando reiteradamente o Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO SUBSTABELECENTE E CÓPIA INTEGRAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIAS.
I - (...)
II - (...)
III - É insuficiente a apresentação de substabelecimento sem a juntada do mandato conferido ao advogado substabelecente.
Agravo a que se nega provimento." (STJ, AgRg no AG 560095/GO, Min. Castro Filho, T3, DJU 08/11/2004, p. 225).
Na mesma esteira é o entendimento deste Tribunal:
" AGRAVO INOMINADO - DECISÃO DO RELATOR QUE NEGA SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO, POR AUSÊNCIA DE JUNTADA DA PROCURAÇÃO ORIGINÁRIA E SUBSTABELECIMENTO - PEÇA OBRIGATÓRIA - RECURSO IMPROVIDO. A juntada da procuração original e de todos os substabelecimentos posteriores, provando a regular representação da parte, é condição obrigatória de admissibilidade do recurso e em face da preclusão consumativa não é sanável, posteriormente, pela juntada de novas procurações. Recurso improvido." (TAPR, 16403, Rel. Juiz Francisco Luiz Macedo Junior, 6ª C.Civ., DJ 07/11/03)
II - Ante o exposto, com fundamento nos artigos 525, I e 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
III - Publique-se.
Curitiba, 05 de janeiro de 2005.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício
MMT

Despachos Presidente

002. 0285858-4 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/1709. Materia: Execução. Comarca: Jacarezinho. Vara: Vara Cível. Acao Originaria: 200400000417 Mandado de Segurança. Agravante: Companhia Luz e Força " Santa Cruz". Adv.: Jose Quartucci. Adv.: Luiz Eduardo Quartucci. Agravado: Município de Jacarezinho. Adv.: Marcelo Bueno Elias. Orgao Julgador: Terceira Câmara Cível. Relator: Juiz Paulo Cezar Bellio. Despacho:
Vistos.
Defiro o processamento do recurso, mas não é caso de aplicar o disposto no artigo 527, III, do Código de Processo Civil.
Conforme já deixou assentado o Superior Tribunal de Justiça, "a energia é um bem essencial à população, constituindo-se serviço público indispensável, subordinado ao princípio da continuidade de sua prestação, pelo que se torna impossível a sua interrupção. O corte de energia, como forma de compelir o usuário ao pagamento de tarifa ou multa, extrapola os limites da legalidade, uma vez que o direito de o cidadão se utilizar dos serviços públicos essenciais para a sua vida em sociedade deve ser interpretado com vistas a beneficiar quem dele se utiliza. O corte de energia autorizado pelo CDC e legislação pertinente é previsto 'uti singuli', vale dizer: da concessionária versus o consumidor isolado e inadimplente; previsão inextensível à administração pública por força do princípio da continuidade, derivado do cânone maior da supremacia do interesse público. ... O corte de energia em face do município e de suas repartições atinge serviços públicos essenciais, gerando expressiva situação de periclitação para o direito dos munícipes. ..." (Agravo Regimental na Medida Cautelar nº 3982/AC, 1ª Turma, DJU de 25/03/2002, pág. 177).
Não se mostra, portanto, relevante a fundamentação da agravante, não logrando êxito em demonstrar que a decisão hostilizada possa lhe causar lesão grave e de difícil reparação até o julgamento do mérito do recurso, mesmo porque não está ela impedida de promover judicialmente a cobrança das faturas em atraso.
Ante o exposto, denego o efeito suspensivo.
Intime-se o recorrido, para oferecer contra-razões.
Publique-se.
Curitiba, 11 de janeiro de 2004.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício
sr

Despachos Presidente

003. 0286043-7 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/3051. Materia: Execução. Comarca: Cascavel. Vara: 2a Vara Cível. Acao Originaria: 200400001124 Embargos de Terceiro. Autos Complementares: 200400001081 Rescisão de Contrato. Agravante: Carlos Roberto de Oliveira. Adv.: Emanuel Toledo de Morais. Adv.: Jalton Godinho de Morais. Agravado: José Antônio Gotardo. Adv.: Tadeu Karasek Junior. Orgao Julgador: Terceira Câmara Cível. Relator: Juiz Jurandyr Souza Junior. Despacho: Descricao: Despacho Decisorio.
Vistos.
Do exame do exposto no arrazoado de fls. 15/24, e do teor das peças trasladadas, especialmente a de fls. 66 (fotocópia da decisão impugnada), vê-se que o MM. Juiz "a quo" ainda não chegou a se pronunciar quanto ao deferimento, ou indeferimento liminar da restituição, ao autor, ora agravante, da colheitadeira objeto de embargos de terceiro.
Sustentando que, "ante o princípio de contraditório ... o pedido de tutela só poderá ser apreciado após a resposta do embargado" (fls. 66), o magistrado simplesmente postergou a aplicação dos artigos 1.046 a 1.051.
O ato judicial hostilizado, portanto, não se caracteriza como decisão interlocutória. Não tendo conteúdo decisório, não é passível de ser impugnado por meio de agravo de instrumento.
Ante o exposto, e com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso.
Publique-se.
Curitiba, 13 de janeiro de 2005.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício
sr

Despachos Presidente

004. 0286113-4 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/3362. Materia: Execução. Comarca: São José dos Pinhais. Vara: 2a Vara Cível. Acao Originaria: 200400001709 Revisão de Contrato. Agravante: Rose Maria Koep. Adv.: Paulo Raimundo Vieira Zacarias. Agravado: Companhia São José de Habitação. Orgao Julgador: Terceira Câmara Cível. Relator: Juiz Hayton Lee Swain Filho. Despacho: Vistos e examinados.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não está prevista nas hipóteses do artigo 174 do Código de Processo Civil (Resolução nº 9/2004-TJPR, de 29/12/2004) e tampouco existe matéria urgente a reclamar o imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, XXIV, do RI-TA).
Ante o exposto, determino a imediata devolução dos autos à Divisão Cível e a oportuna remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 12 de janeiro de 2005.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício

Despachos Presidente

005. 0286366-5 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/5122. Materia: Execução. Comarca: Londrina. Vara: 8a Vara Cível. Acao Originaria: 9700000184 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Alberto Nolli. Adv.: José Roberto Sapateiro. Agravado: Banco do Estado do Paraná S/a. Adv.: Shiroko Numata. Orgao Julgador: Terceira Câmara Cível. Relator: Juiz Jurandyr Souza Junior. Despacho:
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por Alberto Nolli, o qual se insurge contra a r. decisão proferida nos autos nº 184/97, de execução de título extrajudical aforada por Banco do Estado do Paraná S/A, que declarou a validade da carta de adjudicação expedida em favor

do credor hipotecário, autorizando, após o trânsito em julgado, seja o credor emitido na posse do referido imóvel.
Narra o Agravante que o Banco Agravado ajuizou contra si ação executiva com fulcro na Lei nº 5.741/71, "visando receber suposto saldo devedor derivado de financiamento habitacional" (fls. 02-TA). Afirma também que, em sede de embargos, foi anulada a adjudicação feita anteriormente. Dando continuidade ao feito, nova praça foi designada, cujo pedido de adjudicação do imóvel hipotecado restou deferido pelo juízo de origem. No entanto, o devedor, ora Agravante, não fora intimado do deferimento da adjudicação, nem teve conhecimento da data em que restara lavrado e assinado o respectivo auto, de modo a violar os princípios do contraditório e do devido processo legal. Enfim, postula a concessão de efeito suspensivo com reflexo ativo, a fim de ensejar o recolhimento da carta de adjudicação e sustar a imissão de posse deferida na decisão de fls. 33 e 34-TA até definitivo julgamento do agravo e ao final, seja dado integral provimento ao recurso.
É o relatório.
Mostra-se relevante a argumentação do Agravante, pois, através do exame do exposto no arrazoado de fls. 02/07 e das peças trasladadas, em um juízo prévio de avaliação da questão controvertida, há indicativos de que não houve intimação do executado da decisão que deferiu a adjudicação, tampouco da data da assinatura do auto de adjudicação. A própria decisão agravada corrobora tal assertiva, ao mencionar ser "desnecessária a intimação do devedor" (fls. 33-TA).
Em se tratando de execução hipotecária ajuizada com base na Lei nº 5.741/71, o art. 7º dispõe que: "Não havendo licitante na praça pública, o juiz adjudicará, dentro de quarenta e oito horas, ao exeqüente o imóvel hipotecado, ficando exonerado o executado da obrigação de pagar o restante da dívida".
De acordo com as alegações do Agravante e das peças processuais que compõem o presente recurso, a adjudicação não se efetivou dentro do prazo estabelecido no dispositivo mencionado. Mediante análise superficial, infere-se que o deferimento e a lavratura do auto de adjudicação ocorreu quase dois meses depois da hasta pública, a princípio sem qualquer intimação do devedor, obstaculizando a ciência, pelo Agravante, acerca da adjudicação e do início do prazo para apresentação de embargos.
A título de ilustração do exposto até o momento, confira-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:
"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO. INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO.
1. Assinado o termo de adjudicação, a parte deve ser intimada, para no prazo de dez dias, em desejando, embargar-lhe. Entendimento em contrário contraria a sistemática do Código de Processo Civil, segundo a qual faz-se necessário dar ciência formal dos atos processuais às partes para a defesa de seus diretos em juízo, bem como aos princípios constitucionais fundamentais do contraditório e da ampla defesa.
2. Recurso Especial não provido." (REsp. nº 294.702/SP, 5a Turma, Rel. Min. Edson Vidigal).
Considerando-se essa situação e a existência de lesão grave e de difícil reparação (concretização da adjudicação com conseqüente imissão do credor na posse do imóvel), caso cumprida a ordem judicial, mostra-se aconselhável a suspensão dos efeitos da decisão impugnada, eis que satisfeitos os requisitos ensejadores da medida, na forma do art. 558 do Código de Processo Civil.
Ante o exposto, com fundamento no disposto no artigo 527, inciso III, do Código de Processo Civil, atribuo efeito suspensivo ao presente recurso, a fim de sobrestar os efeitos da decisão atacada, principalmente no que tange à autorização da imissão de posse, até o pronunciamento definitivo do agravo de instrumento.
Com urgência, comunique-se ao digno Juiz da causa, dando-lhe ciência do inteiro teor deste decisório, a fim de que preste as informações que reputar necessárias, no prazo de dez dias.
Intime-se o Agravado para, querendo, oferecer contra-razões.
Publique-se.
Curitiba, 18 de janeiro de 2005.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente
mfa

I Divisão Cível
Terceira Câmara Cível
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00082 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Antonio Sbano	001	0286232-4
Harri Klais	001	0286232-4
Maísa Goreti Lopes Sant'ana	001	0286232-4

Despachos Presidente

001. 0286232-4 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/4280. Materia: Execução. Comarca: São José dos Pinhais. Vara: 1a Vara Cível. Acao Originaria: 200100000376 Execução de Título Extrajudicial. Agravante: Banco Banestado S/a. Adv.: Antonio Sbano. Agravado: Iguaçu Celulose Papel S/a. Adv.: Harri Klais. Adv.: Maísa Goreti Lopes Sant'ana. Orgao Julgador: Terceira Câmara Cível. Relator: Juiz Luiz Carlos Gabardo. Despacho:
Vistos e examinados.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não está prevista nas hipóteses do art. 174 do Código de Processo Civil (Resolução n.º 9/2004-TJPR, de 29/12/2004) e tampouco existe matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do RI-TA).
Ante o exposto, determino a imediata devolução dos autos à Divisão Cível e a oportuna remessa ao ilustre Juiz Relator.
Publique-se.
Curitiba, 17 de janeiro de 2005.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente
CPA
Agravo de Instrumento nº 251.516-6, de Arapongas
Fls. 2

I Divisão Cível
Décima Câmara Cível
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00074 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Andrea Bahr Gomes	003	0286238-6
Clinio Leandro Lino Lyra	002	0286184-3
Karla Maria Trevizani	003	0286238-6
Otto João Lyra Neto	002	0286184-3
Patrícia De Barros C. Casillo	001	0286176-1
Patrícia Jarek	002	0286184-3
Paulo Sant'anna	001	0286176-1
Pedro Henrique Xavier	003	0286238-6
Rafael Augusto Pereira	002	0286184-3
Raul Da Gama E Silva Lück	001	0286176-1
Regina Mitsue Tabushi	001	0286176-1
Rogéria Dotti Doria	003	0286238-6
Simone Zonari Letchacoski	001	0286176-1

Despachos Presidente

001. 0286176-1 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/4026. Materia: Demais cíveis. Comarca: Paranaguá. Vara: 1a Vara Cível. Acao Originaria: 200400009620 Declaratória. Agravante: Cre Participações e Empreendimentos Ltda. Adv.: Paulo Sant'anna. Adv.: Patrícia de Barros Correia Casillo. Adv.: Simone Zonari Letchacoski. Agravado: Município de Paranaguá. Adv.: Raul da Gama e Silva Lück. Adv.: Regina Mitsue Tabushi. Orgao Julgador: Décima Câmara Cível. Relator: Juiz Luiz Mateus de Lima. Despacho:
Vistos e examinados.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não está prevista nas hipóteses do artigo 174 do Código de Processo Civil (Resolução nº 9/2004-TJPR, de 29/12/2004) e tampouco existe matéria urgente a reclamar o imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, XXIV, do RI-TA).
Ante o exposto, determino a imediata devolução dos autos à Divisão Cível e a oportuna remessa ao ilustre Juiz relator.
Publique-se.
Curitiba, 13 de janeiro de 2005.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício

Despachos Presidente

002. 0286184-3 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/4033. Materia: Demais cíveis. Comarca: Almirante Tamandaré. Vara: Vara Cível. Acao Originaria: 200400000891 Reintegração de Posse. Agravante: Marcimir Bueno de Lara. Agravante: João Bueno de Deus. Adv.: Patrícia Jarek. Adv.: Rafael Augusto Pereira. Agravado: Calcit Calcáreos Industrializados Tamandaré S/a. Adv.: Clinio Leandro Lino Lyra. Adv.: Otto João Lyra Neto. Orgao Julgador: Décima Câmara Cível. Relator: Juiz Luiz Mateus de Lima. Despacho:
Vistos.
Defiro o processamento do recurso.
Em princípio, em ação se tratando de ação de reintegração de posse, "a liminar é ato deferido por lei ao prudente arbítrio do Juiz, que, em face do exame da prova e se presentes os pressupostos que autorizam a medida, defere-a ou não. Em tema dessa natureza, ao tribunal só cabe rever a decisão se a medida tiver sido concedida com flagrante ilegalidade ou abuso de poder" (6ª Câm. Cível, ac. nº 17.310 - DJ de 30/03/2004).
No entanto, procedendo-se à leitura do arrazoado de fls. 02/13 e, especialmente, ao atento exame das peças trasladadas, vê-se que a área objeto de reintegração de posse, de longa extensão, situa-se em uma região em que é comum a existência de posseiros.
Nesses casos, e considerando que a recorrente não descreve, na petição inicial, com a precisão e detalhamento que o caso requer, a delimitação da área que diz ser proprietária e possuidora, e os locais exatos nos quais estaria ocorrendo o esbulho, é questionável a possibilidade de se deferir liminarmente a reintegração, ou, ao menos, deferi-la sem a realização de audiência de justificação.
O agravante Marcimir Bueno de Lara afirma singelamente que não voltou a ocupar a área depois de lá ter sido desalojado em razão do rompimento do contrato de trabalho.
E o agravante João Bueno de Deus, que recorre na qualidade de terceiro prejudicado, afirma que o pedido da autora, ora recorrida, abrange indevidamente área na qual mantém posse mansa e pacífica há muitos anos, posse esta inclusive reconhecida por sentença judicial.
Nessas circunstâncias, e considerando ainda a alegação de que na área objeto de litígio existem residências de diversas famílias, que nem sequer integram a lide e estão sendo intimadas pelo senhor oficial de justiça para desocupar o local, mostra-se conveniente suspender os efeitos da decisão hostilizada até ulterior pronunciamento da douta Décima Câmara Cível desta Corte, evitando-se, assim, que a decisão hostilizada possa causar aos recorrentes lesão grave e de difícil reparação.
Ante o exposto, atribuo o efeito suspensivo ao presente recurso.
Com a máxima urgência, comunique-se a MMª Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Almirante Tamandaré, solicitando-lhe que preste as informações que julgar necessárias.
Intime-se a recorrida para oferecer contra-razões.
Publique-se.
Curitiba, 14 de janeiro de 2005.
TUFI MARON FILHO
Presidente em exercício
sr

Despachos Presidente

003. 0286238-6 Agravo de Instrumento

Protocolo: 2005/4283. Materia: Demais cíveis. Comarca: Curitiba. Vara: 16a Vara Cível. Acao Originaria: 200400001280 Ação Cominatória. Agravante: Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana - Unimed Curitiba. Adv.: Pedro Henrique Xavier. Adv.: Karla Maria Trevizani. Agravado: Luiz Roberto Rucker. Adv.: Rogéria Dotti Doria. Adv.: Andrea Bahr Gomes. Orgao Julgador: Décima Câmara Cível. Relator: Juiz Macedo Pacheco. Despacho:
Vistos e examinados.
A decisão impugnada foi proferida em causa que não está prevista nas hipóteses do art. 174 do Código de Processo Civil (Resolução n.º 9/2004-TJPR, de 29/12/2004) e tampouco existe matéria urgente a justificar imediato pronunciamento desta Presidência (artigo 24, inciso XXV, do RI-TA).
Ante o exposto, determino a imediata devolução dos autos à Divisão Cível e a oportuna remessa ao ilustre Juiz Relator.
Publique-se.
Curitiba, 17 de janeiro de 2005.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente
CPA
Agravo de Instrumento nº 251.516-6, de Arapongas
Fls. 2

Divisão de Processo Crime

Divisão Criminal
Segunda Câmara Criminal
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00076 de Publicação (Analítica)

Índice de Publicação

Advogado	Ordem	Processo
Gastão Schefer Neto	001	0285867-3
Larissa Leite	002	0286460-8
Odilon Mendes Junior	003	0286527-8
Roberto Brzezinski Neto	002	0286460-8

Despachos Presidente

001. 0285867-3 Habeas Corpus

Protocolo: 2005/1748. Materia: Criminal. Comarca: São José dos Pinhais. Vara: 2a Vara Criminal. Acao Originaria: 200300002127 Ação Penal. Impetrante: Bel. Gastão Schefer Neto. Paciente: Flavio Eduardo Timoteo Réu Preso. Adv.: Gastão Schefer Neto. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de São José dos Pinhais. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Edvino Bochnia. Despacho:
Vistos e examinados.
I-Das informações prestadas pela autoridade impetrada, não vislumbro a possibilidade de concessão da liminar pleiteada. Primeiro, porque não se extrai, de plano, o constrangimento ilegal apontado com relação à inexistência da prisão em flagrante. E, segundo, porque, a princípio, o excesso de prazo alegado resta justificado pela aplicação do princípio da razoabilidade, diante da pluralidade de réus e da necessidade de expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas. Ademais, conforme informou a autoridade impetrada, o feito está apenas aguardando o cumprimento de diligências requeridas pelo Ministério Público (artigo 499 do CPP), para posteriormente ser sentenciado.
II-Assim, indefiro o pedido liminar.
III-Colha-se a manifestação da ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
IV- Diligências necessárias.
Curitiba, 17 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente
fls. 2
HC nº 285.867-3

Despachos Presidente

002. 0286460-8 Habeas Corpus

Protocolo: 2005/5672. Materia: Criminal. Comarca: Matinhos. Vara: Vara Criminal. Acao Originaria: 200500000026 Pedido de Liberdade Provisória. Impetrante: Bel. Roberto Brzezinski Neto. Impetrante: Bel. Larissa Leite. Paciente: André Mussi Figueiredo Réu Preso. Adv.: Roberto Brzezinski Neto. Adv.: Larissa Leite. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Matinhos. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Edvino Bochnia. Despacho:
Vistos e examinados.
I- Cuida o presente de pedido de Habeas Corpus, com pleito liminar, impetrado pelos advogados Roberto Brzezinski Neto e Larissa Leite em favor do paciente André Mussi Figueiredo, preso em flagrante no dia 05.01.2005 pela prática, em tese, do crime capitulado no artigo 12, "caput", da Lei 6.368/76 (guardar em domicílio substância proscrita pela legislação pátria, capaz de causar dependência física ou psíquica, tanto destinada ao uso próprio quanto para uso de terceiros).
II- Alegam os impetrantes que o paciente está a sofrer constrangimento ilegal por parte da autoridade apontada como coatora, pelo fato de ter sido indeferido o pedido de liberdade provisória. Aduzem que "A ilegalidade do ato encontra-se no fato de a decisão estar baseada em argumentos contraditórios (o que nulifica, por afronta ao art. 93, IX da CF), desprovidos de vinculação concreta e, ainda, porque não foram demonstrados os requisitos do art. 312 do CPP." (fls. 02). Sustentam a existência de contradição na decisão proferida pela digna magistrada, pelo fato de, num primeiro momento, ter sido afirmado a presunção da atividade ilícita de mercancia de droga exercida pelo paciente, e, posteriormente, ter sido mencionado que as questões de mérito, como a condição de o paciente ser usuário de entorpecentes, deveriam ser discutidas em outro momento processual. Afirmam, também, que a motivação invocada na referida decisão, a respeito do contexto vivido na Comarca de Matinhos, é genérica e desvinculada de qualquer atitude concreta em relação ao paciente. Argumentam, ainda, que a custódia cautelar somente se sustenta na presença de um dos motivos da prisão preventiva, independente do caráter hediondo do delito praticado. Requerem, assim, a concessão liminar da ordem, com a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.
III- A princípio, não vislumbro situação excepcional de patente ilegalidade apta a ensejar a concessão da liminar pleiteada.
Primeiro, porque da decisão acostada às fls. 125/128 dos autos, não se extrai a contradição alegada pelos impetrantes. O paciente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do crime capitulado no artigo 12 da Lei 6.368/76, tendo sido esta a capitulação consignada e devidamente motivada no auto de prisão em flagrante (fls. 68/74). O fato de constar tal circunstância na decisão e posteriormente ser esclarecido que a questão acerca da condição de usuário do paciente deve ser discutida em momento próprio, não caracteriza a suposta contradição, e muito menos, tem o condão de ensejar a nulidade da decisão.
E, segundo, porque, não obstante os argumentos dos impetrantes, a referida decisão, que indeferiu a liberdade provisória, apresenta elementos concretos e suficientes para fundamentar a segregação cautelar do paciente pela necessidade de garantia da ordem pública. Vale registrar, por oportuno, os fundamentos da mencionada decisão:
"Acrescente-se que a disseminação de substância entorpecente vem se tornando fato comum nesta Comarca, especialmente nesta época de férias e temporada, atingindo todas as classes sociais, principalmente os jovens, causando malefícios não só a estes como também aos seus familiares e a sociedade como um todo.
Indubitavelmente, esses fatos vêm abalando fortemente a ordem pública e causando revolta na comunidade, por isso deve ser coibida severamente a distribuição de substâncias entorpecentes, valendo ressaltar que aquele que distribui é o maior responsável por essas mazelas sociais, sendo certo que a sociedade está a exigir providências enérgicas por parte do poder judiciário a fim de coibir tais práticas, especialmente por se tratar de cidade turística onde o fluxo de pessoas é grande nesta época, facilitando com isso a disseminação da droga e o fortalecimento das organizações criminosas." (fls. 126).
IV- Por tais motivos, indefiro o pedido liminar.

V-Solicitem-se informações à autoridade impetrada, e, após as mesmas terem sido prestadas, colha-se a manifestação da ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
VI-Diligências necessárias.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

Despachos Presidente

003. 0286527-8 Habeas Corpus

Protocolo: 2005/6237. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 6a Vara Criminal. Acao Originaria: 9600034400 Ação Penal. Autos Complementares: 200400103486 Pedido de Revogação de Prisão Preventiva. Impetrante: Bel. Odilon Mendes Júnior. Paciente: Fabrício Metzen Réu Preso. Adv.: Odilon Mendes Junior. Impetrado: Juiz de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Segunda Câmara Criminal. Relator: Juiz Edvino Bochnia. Despacho:
Vistos e examinados.
I- Cuida o presente de pedido de Habeas Corpus, com pleito liminar, impetrado pelo advogado Odilon Mendes Júnior em favor de Fabrício Metzen, ao argumento de constrangimento ilegal decorrente do indeferimento do pedido de revogação de prisão preventiva formulado pelo paciente.
II- Da análise dos documentos que instruem o presente pedido, notadamente da decisão de fls. 91/98, não vislumbro a possibilidade de concessão da liminar, pois, extrai-se que está devidamente fundamentada na necessidade da garantia da ordem pública, frente a réu acusado de prática de grave delito de roubo duplamente majorado e tido como perigoso pelo Delegado de Polícia (fls. 93).
III-Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, e, após as mesmas terem sido prestadas, colha-se a manifestação da Ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
IV-Diligências necessárias.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente
fls. 1

Divisão Criminal
Quarta Câmara Criminal
Emitido em: 20/01/2005

Relação No. 2005.00086 de Publicação (Analítica)

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

Advogado	Ordem	Processo
Adolfo Luis De Souza Gois	001	0285152-7
	002	0285247-1

Carlos Alberto Cortez	003	0286020-4
Dalio Zippin Filho	005	0286369-6
Dorimar Cleber Targa Pereira	004	0286281-7

Despachos Presidente

001. 0285152-7 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/225887. Materia: Criminal. Comarca: Londrina. Vara: 2a Vara Criminal. Acao Originaria: 200400065927 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Autos Complementares: 200400063002 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Impetrante: Bel. Adolfo Luís de Souza Góis. Paciente: Hélio Piconi Fernandes. Adv.: Adolfo Luis de Souza Gois. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Londrina. Orgao Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Lidio J. R. de Macedo. Despacho:
Vistos e examinados.
I -Não obstante os argumentos defendidos pelo nobre impetrante, da análise acurada dos documentos trazidos aos autos e das informações prestadas pela autoridade impetrada (fls. 530/531), não vislumbro a possibilidade de concessão da liminar pretendida, uma vez que a decisão que decretou a prisão preventiva do ora paciente e dos demais acusados apresenta elementos concretos que fundamentam a necessidade da custódia cautelar, para a garantia da ordem pública, pois, conforme destacado pela autoridade impetrada:
"Do exame da documentação acostada ao pleito de prisão temporária, constata-se que foram lesadas, em tese, pessoas de todas as partes do país. Isto está a indicar o alto grau de organização para a perpetração de delitos por parte dos representados, bem como que soltos representam grande perigo para a sociedade, ante a reiteração criminosa e o vulto dos prejuízos em tese já causados.
Aliás, em poucos dias de investigação, já se logrou apurar, através de documentos e declarações amealhadas, a existência de dezenas de vítimas, existindo reclamações de todos os valores, inclusive da ordem de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme documentos juntados." (fl. 632-TA).
II -Diante disso, denego o pedido liminar.
III -Colha-se a manifestação da Ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
IV - Diligências necessárias.
Curitiba, 19 de janeiro de 2004.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
PRESIDENTE

Despachos Presidente

002. 0285247-1 Habeas Corpus

Protocolo: 2004/225340. Materia: Criminal. Comarca: Londrina. Vara: 2a Vara Criminal. Acao Originaria: 200400065927 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Autos Complementares: 200400063007 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Autos Complementares: 2851527 Habeas Corpus. Impetrante: Bel. Adolfo Luis de Souza Góis. Paciente: Valdinei Gomes dos Santos Réu Preso. Adv.: Adolfo Luis de Souza Gois. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Londrina. Orgao Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Lidio J. R. de Macedo. Despacho:
Vistos e examinados.
I -Não obstante os argumentos defendidos pelo nobre impetrante, da análise acurada dos documentos trazidos aos autos e das informações prestadas pela autoridade impetrada (fls. 527/528), não vislumbro a possibilidade de concessão da liminar pretendida, uma vez que a decisão que decretou a prisão preventiva do ora paciente e dos demais acusados apresenta elementos concretos que fundamentam a necessidade da custódia cautelar, para a garantia da ordem pública, pois, conforme destacado pela autoridade impetrada:
"Do exame da documentação acostada ao pleito de prisão temporária, constata-se que foram lesadas, em tese, pessoas de todas as partes do país. Isto está a indicar o alto grau de organização para a perpetração de delitos por parte dos representados, bem como que soltos representam grande perigo para a sociedade, ante a reiteração criminosa e o vulto dos prejuízos em tese já causados.
Aliás, em poucos dias de investigação, já se logrou apurar, através de documentos e declarações amealhadas, a existência de dezenas de vítimas, existindo reclamações de todos os valores, inclusive da ordem de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), conforme documentos juntados." (fl. 630-TA).
II -Diante disso, denego o pedido liminar.
III -Colha-se a manifestação da Ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
IV - Diligências necessárias.
Curitiba, 19 de janeiro de 2004.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
PRESIDENTE

Despachos Presidente

003. 0286020-4 Habeas Corpus

Protocolo: 2005/2801. Materia: Criminal. Comarca: Cascavel. Vara: 2a Vara Criminal. Acao Originaria: 200400007897 Ação Penal. Autos Complementares: 200400012530 Pedido de Relaxamento de Prisão. Impetrante: Bel. Carlos Alberto Cortez. Paciente: Marco Aurélio Alves de Souza Réu Preso. Adv.: Carlos Alberto Cortez. Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel. Orgao Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Antonio Martelozzo. Despacho:
Vistos e examinados.
I-Diante das informações prestadas pela autoridade impetrada, dando conta de que a instrução processual está encerrada, não vislumbro a presença do alegado excesso de prazo e de ilegalidade que exija a concessão de liminar.
II-Colha-se a manifestação da Ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
III-Diligências necessárias.
Curitiba, 18 de janeiro de 2.005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

Despachos Presidente

004. 0286281-7 Habeas Corpus

Protocolo: 2005/4491. Materia: Criminal. Comarca: Alto Piquiri. Vara: Vara Criminal. Acao Originaria: 200400000027 Ação Penal. Autos Complementares: 200400000091 Pedido de Prisão Temporária/preventiva. Autos Complementares: 2795664 Habeas Corpus. Autos Complementares: 2800755 Habeas Corpus. Autos Complementares: 2810406 Habeas Corpus. Impetrante: Bel. Dorimar Cleber Targa Pereira. Paciente: Laércio Ferreira Graciano Réu Preso. Adv.: Dorimar Cleber Targa Pereira. Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Alto Piquiri. Orgao Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Marcus Vinicius de Lacerda Costa. Despacho:
Vistos e examinados.
I- Cuida o presente de pedido de Habeas Corpus, com pleito liminar, impetrado pelos advogados Dorimar Cleber Targa Pereira e Belchior Queiroz da Rocha em favor do paciente Laércio Ferreira Graciano, preso desde o dia 15 de outubro de 2004, por força de decreto de prisão preventiva, e denunciado pela prática, em tese, dos crimes de tortura e abuso de autoridade (artigos 1º, b, da Lei nº 4.898/65, 1º, II, e § 1º e 4º, I, da Lei nº 9.455/97, c/c 29, na forma do 69, do Código Penal).
II- Alega o impetrante, em síntese, que até a data designada para o interrogatório do paciente (17/01/2005), restará excesso de prazo para a instrução criminal, pois terão decorridos 95 dias de prisão preventiva, caracterizando-se, assim, o constrangimento ilegal.
III-Da análise dos documentos que instruem o presente pedido, notadamente da decisão de fls. 285/286, não vislumbro a possibilidade de concessão da liminar, pois, levando-se em conta o princípio da razoabilidade, o excesso de prazo está justificado quer pela pluralidade de réus quer pela complexidade e relevância dos fatos apurados.
IV-Colha-se a manifestação da Ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
V-Diligências necessárias.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.
João Luís Manassés de Albuquerque
Presidente

fls. 2

Despachos Presidente

005. 0286369-6 Habeas Corpus

Protocolo: 2005/5118. Materia: Criminal. Comarca: Curitiba. Vara: 8a Vara Criminal. Acao Originaria: 9900082222 Ação Penal. Autos Complementares: 1880197 Apelação Crime. Autos Complementares: 2549017 Habeas Corpus. Impetrante: Bel. Dalio Zippin Filho. Paciente: Ademar Costa Réu Preso. Adv.: Dalio Zippin Filho. Impetrado: Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba. Orgao Julgador: Quarta Câmara Criminal. Relator: Juiz Lidio J. R. de Macedo. Despacho:
Vistos e examinados.
I-Cuida o presente de pedido de Habeas Corpus, com pleito liminar, impetrado pelo advogado Dalio Zippin Filho em favor do paciente Ademar Costa, condenado por sentença penal transitada em julgado pela prática do crime previsto no artigo 171 do Código Penal (estelionato).
II-Alega o impetrante que o paciente está a sofrer constrangimento ilegal por parte da autoridade impetrada, uma vez que este foi erroneamente considerado reincidente na decisão que proferiu a sua condenação. Aduz que embora exista um outro Habeas Corpus impetrado anteriormente em favor do paciente, não conhecido pela Câmara Julgadora, não se trata este pedido de reiteração, haja vista a existência de novos fundamentos. Sustenta, também, que a decisão da Câmara Julgadora no HC nº 254.901-7, anteriormente impetrado, restou equivocada, pois a nulidade existente na sentença condenatória transitada em julgado pode e deve ser apreciada em sede de Habeas Corpus, além de ser possível a análise de prova pré-constituída. Requer a concessão liminar da ordem, para que seja anulada a sentença, reconhecendo-se a condição do paciente de tecnicamente primário.
III-Não obstante os argumentos do advogado impetrante, depreende-se dos registros computacionais desta Corte que as alegações acerca do constrangimento ilegal apontado são reiteração de pedido já julgado pela 4ª Câmara Criminal deste Tribunal, nos autos de HC nº 254.901-7 (fls. 547/550), o que inviabiliza nova apreciação sobre o tema suscitado nesta fase procedimental.
Ademais, os argumentos a respeito dos supostos equívocos da decisão proferida pela Câmara Julgadora no HC nº 254.901-7 devem ser argüidos na medida processual cabível, e não em outro Habeas Corpus dirigido a este próprio Tribunal.
IV-Assim, indefiro o pedido liminar.
V-Sendo dispensável a solicitação de informações à autoridade apontada como coatora, colha-se a manifestação da ilustre Procuradoria Geral de Justiça.
VI-Diligências necessárias.
Curitiba, 18 de janeiro de 2005.
JOÃO LUÍS MANASSÉS DE ALBUQUERQUE
Presidente

Comarca da Capital

Crime

3ª. Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA
TERCEIRA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. MARCIO JOSE TOKARS

INTIMACAO DOS ADVOGADOS - RELACAO NR. 002/2005

01 ACAO PENAL NRO.: 2004.0003519-7
REU: ALEXANDRE MACHADO ALVES.
ADV: LETICIA LOPES JAHN.
OBJETO: MANIFESTAR-SE NOS TERMOS DO ART. 499 DO CPP, NO PRAZO LEGAL

02 ACAO PENAL NRO.: 2004.0004359-9
REU: MOISES SANTANA DE OLIVEIRA.
ADV: CARLOS ALBERTO GONCALVES.
OBJETO: MANIFESTAR NOS TERMOS DO ART. 500 DO CPP, PRAZO LEGAL

03 ACAO PENAL NRO.: 2004.0010972-7
REU: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA.
ADV: ONESIO MACHADO DE OLIVEIRA.
OBJETO: INDEFERIDO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISORIA

04 ACAO PENAL NRO.: 2004.0011462-3
REU: LEANDRO COLACO LIMA.
ADV: RAQUEL REGINA BENTO FARAH.
OBJETO: INDEFERIDO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISORIA

05 ACAO PENAL NRO.: 2004.0012199-9
REU: VAGNER FORTUNATO.
ADV: IVAN RIBAS.
OBJETO: APRESENTAR DOCUMENTOS SOLICITADOS NA COTA MINISTERIAL DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISORIA, FLS.28 APENSO

Curitiba, 20 de janeiro de 2005

COMARCA DE CURITIBA
TERCEIRA VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DR. MARCIO JOSE TOKARS

INTIMACAO DOS ADVOGADOS - RELACAO NR. 002/2005

INDICE DE PUBLICACAO

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
CARLOS ALBERTO GONCALVES	02	2004.0004359-9
IVAN RIBAS	05	2004.0012199-9
LETICIA LOPES JAHN	01	2004.0003519-7
ONESIO MACHADO DE OLIVEIRA	03	2004.0010972-7
RAQUEL REGINA BENTO FARAH	04	2004.0011462-3

5ª. Vara Criminal

COMARCA DE CURITIBA – QUINTA VARA CRIMINAL
DOUTOR JOÃO LUIZ MANASSES DE ALBUQUERQUE FILHO – JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO.

INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS.

R E L A Ç Ã O Nº 03 /2005

01. AÇÃO PENAL Nº 1998.0003958-9
RÉU: PAULO JOSE DA SILVA
ADVOGADO: FERNANDO CURY
OBJETO: INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA ACUSAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 01/12/2005 AS 14:30

02. AÇÃO PENAL Nº 1999.0005621-3
RÉU: MARCOS DA ROCHA COUTINHO
ADV: MAURICIO JULIO FARAH
OBJETO: INQUIRIÃO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA DESIGNADA PARA O DIA 15/09/2005 AS 14:30

03. AÇÃO PENAL Nº 2000.0003152-6
RÉU: VILSON MARCOS LECIM, FABIO BASTOS DE LIMA
ADV: EDEMILTON SCHARNOVEBER
OBJETO: INQUIRIÇÃO DAS TESTEMUNHA ARROLADAS PELA DEFESA DESIGNADA PARA O DIA 30/11/2005 AS 15:15, E EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATORIA PARA OITIVA DE TESTEMUNHA.

04. AÇÃO PENAL Nº 2001.0005895-7
RÉU: ALBERTO RODRIGUES DOS SANTOS, TANIA FLORIANO DE CARVALHO, CLEITON ALVES DA SILVA, FRANCISCO GRABOWSKI, JORGE COUTINHO CORREA, IZAIAS PEDRO.
ADV: GLAUCIO ANTONIO PEREIRA / RUBIA TOMICO ONO
OBJETO: PARA SE MANIFESTAR NA FASE DO ART.499 DO CPP

05. AÇÃO PENAL Nº 2001.0006637-2
RÉU: SALETE VALLER DOS SANTOS
ADV: LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO / JOSE LEOCADIO DE CAMARGO
OBJETO: INQUIRICOA DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 05/08/2005 AS 14:30 HORAS.

06. AÇÃO PENAL Nº 2001.0007667-0
RÉU: WASHINGTON UMBERTO CINEL, EWERTON BINDER, SERGIO PAULO EHRLICH
ADV: SEBASTIAO MARIA MARTINS NETO / PATRICIA CANDIDA BINDER
OBJETO: INQUIRICAO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA DESIGANADA PARA O DIA 15/09/2005 AS 15:00 HORAS.

07. AÇÃO PENAL N 2002.0001604-0
RÉU: ROBERVAL IANQUE LEITE
ADV: JAIME BELMIRO TASCA
OBJETO: PARA SE MANIFESTAR ACERCA DA CERTIDAO NEGATIVA DO SR. OFICIAL DE JUSTIÇA (FLS.235)

08. AÇÃO PENAL Nº 2003.0013118-6
RÉU: MARIA DA GLORIA CARVALHO DE GODOY
ADV: ARTUR DE ABREU
OBJETO: INQUIRICÃO DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA DESIGNADA PARA O DIA 01/12/2005 AS 13:30 HORAS.

09. AÇÃO PENAL Nº 2004.0001077-1
RÉU: FABIANO DA SILVA ARRAES
ADV. HENRY HASSE
OBJETO: PARA SE MANIFESTAR NA FASE DO ART. 499 DO CPP.

10. AÇÃO PENAL Nº 2004.0002655-4
RÉU: LUIZ CARLOS CARNEIRO DA SILVA, que usa outro nome: JOSE RENATO DA SILVA
ADV. DIRCE DE PAULA MION
ABJETO: INTIMA-LA DO TEOR DO R. DESPACHOS DE FLS.94 E 98 DOS AUTOS

11. AÇÃO PENAL Nº 2004.0005326-8
RÉU: DOUGLAS FERNANDES DA SILVA
ADV. CARLOS RODRIGO BIAGGI DE OLIVEIRA
OBJETO: INQUIRICAO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA ACUSACAO PARA O DIA 12/12/2005 AS 15:00 HORAS

12. AÇÃO PENAL Nº 2004.0009313-8
RÉU: ROSANA GREIN
ADV.ALEXANDRE SALOMAO
OBJETO: PROVIDENCIAR A APRESENTACAO DA RE PARA PRTESTAR COMPROMISSO, EM 48 HORAS, SOB PENA DE REVOGAÇÃO DO BENEFICIO ANTERIORMENTE CONCEDIDO.

13. AÇAO PENAL Nº 2004.0010081-9
RÉU: LUCIANO DE FRANÇA
ADV. JOAO BATISTA DE ARRUDA JUNIOR
OBJETO: INQUIRICAO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA ACUSACAO DESIGNADA PARA O DIA 11/02/2005 AS 16:00 HORAS.

14. AÇAO PENAL Nº 2004.0010562-4
RÉU: EDNILSON CANDIDA DE JESUS
ADV. LUIZ CARLOS PASQUAL
OBJETO: INQUIRICAO DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA ACUSACAO DESIGNADA PARA O DIA 11/02/2005 AS 16:00 HORAS.

15. AÇAO PENAL Nº 2004.0010811-9
RÉU: CELSO OLIVEIRA COSTA
ADV. MARCELO TRAJANO DA ROCHA
OBJETO: INTIMA-LO DO TEOR DO R. DESPACHO DE FLS.126, BEM COMO PARA NO PRAZO DE DEZ DIAS APRESENTAR ADEFESA PRELIMINAR, NOS MOLDES DO ART.38 DA LEI 10409/02.

16. AÇAO PENAL Nº 2004.0011558-1
RÉU: JOSERLEI QUEIROS AVANCO
ADV. ROGERIO YURK RIBEIRO / FERSNANDO RODRIGUES
OBJETO: INTERROGATORIO DESIGNADO PARA O DIA 02/02/2005 AS 14:30 HORAS.

17. AÇAO PENAL Nº 2004.0012154-9
RÉU: ANDERSON MADUREIRA, KELY CRISTINA RODRIGUES DA CRUZ
ADV. IRINEU SOARES
OBJETO: PARA PROVIDENCIAR A JUNTADA DOS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO PARECER MINISTERIAL DE FLS.44 DOS AUTOS DE PEDIDO DE LIBERDADE PROVISORIA.

18. AÇÃO PENAL Nº 2004.11652-9
RÉU: ANDRÉ LUIS RAKSA PRADEL
ADV. DÉBORA MARIA CÉSAR DE ALBUQUERQUE
OBJETO: INTERROGATÓRIO DESIGNADO PARA O DIA 27/01/2005 AS 13:30 HORAS.

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO DE ADVOGADOS

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
ALEXANDRE SALOMAO	12	2004.0009313-8
ARTUR DE ABREU	08	2003.0013118-6
CARLOS RODRIGO BISGGI	11	2004.0005326-8
DÉBORA MARIA CÉSAR DE ALBUQUERQUE	17	2004.0011652-9

DIRCE DE PAULA MION	10	2004.0002655-4
EDEMILSON SCHARNOVEBER	03	2000.0003152-6
FERNANDO CURY	01	1998.0003958-9
GLAUCIO ANTONIO PEREIRA / RUBIA TOMICO ONO	04	2001.0005895-7
HENRY HASSE	09	2004.0001077-1
IRINEU SOARES	18	2004.0012154-9
JAIME BELMIRO TASCA	07	2002.0001604-0
JOAO BATISTA DE ARRUDA JUNIOR	13	2004.0010081-9
LUIZ CARLOS PASQUAL	14	2004.0010562-4
LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO / JOSE LEOCADIO	05	2001.0006637-2
MARCELO TRAJANO DA ROCHA	15	2004.0010811-9
MAURICIO JULIO FARAH	02	1999.0005621-3
ROGERIO IURK RIBEIRO / FERNANDO RODRIGUES	16	2004.0011558-1
SEBASTIÃO MARIA MARTINS NETO / PATRI	06	2004.11652-9

Vara de Execuções Penais

JUIZO DE DIREITO DA 1a. VARA DE EXECUCOES PENAIS DE CURITIBA

COMARCA DE CURITIBA - PARANA

RELACAO NR: 0018/2004

DR.	021	0119533
DR. MARCOS JOSE DLUGOSZ	001	0075999
DR.ALESSANDRO MAURICI	026	0003919
DR.ALEXANDRE RICARDO PESSARI	025	0131684
DR.ANTONIO GUSTAVO SCHERNER FRANCO	017	0113639
DR.CLAUDIO NUNES DO NASCIMENTO	028	0063451
DR.EDENAN MARTINEZ BASTOS	014	0131205
DR.ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA	008	0120316
DR.FRANCISCO AFFONSO DE C.BELTRAO	003	0073295
DR.GERALDO DE OLIVEIRA	019	0114232
	036	0078235
DR.GERALDO DE OLIVEIRA	031	0115439
DR.GILBERTO GOMES DE LIMA	037	0124116
DR.GILMAR DA ROSA GARCIA	020	0131739
DR.HARALDO CESAR NATER	015	0123287
DR.HIDEMARU SHIAKURA	022	0119533
DR.IVANIR JUNGLOS	016	0131282
DR.JOAO GERALDO NASCIMENTO	035	0131756
DR.JOSE LEOCADIO DE CAMARGO	018	0132296
	034	0000983
DR.JOSSIMAR IORIS	024	0128559
DR.MARCELO PINEZE PEREIRA	032	0128313
DR.MIGUEL MORALLES	030	0063559
DR.MURILO LOPES BUCHMANN	002	0077369
DR.VILSON CORREA	011	0114978
DRA. SANDRA BERTIPAGLIA	027	0009427
DRA.CELIA MAZZAGARDI	005	0116475
DRA.DEISE C.MONTEIRO DE BARROS HENZ	006	0090073
DRA.IVANI FLORIANO FRAFR ASSIS	009	0103635
DRA.IVANI FLORIANO FRARE ASSIS	010	0131251
DRA.LUCIA BELONI CORREA DIAS	004	0125754
DRA.MARIA ETERNA VIDAL RANGEL	029	0115932
	033	0103186
DRA.MARISA F.COLACO PROENCA	012	0116661
	023	0125072
DRA.SILVIA CRISTINA XAVIER	007	0088031
DRA.SUZANE CHAMECKI ALENCAR	013	0119323

JUIZO DE DIREITO DA 1a. VARA DE EXECUCOES PENAIS DE CURITIBA

COMARCA DE CURITIBA - PARANA'

RELACAO NR: 0018/2004

001. CADASTRO No.: 75999
SENTENCIADO : RUBENS SCOPEL PEREIRA
FILIACAO : OLINTO DE SOUZA PEREIRA
VILMA MARIA SCOPEL VEDANA
BENEFICIO : LIVRAMENTO CONDICIONAL Nro. 2004.01252
ADVOGADO(A) : DR. MARCOS JOSE DLUGOSZ
OBJETO : J. DE MANIFESTACAAO REFERENTE AO ART.112 DA LEP.
PRAZO : 05 DIAS

002. CADASTRO No.: 77369
SENTENCIADO : ROBERTO BUENO JARDIM
FILIACAO : JOSE FERNANDES JARDIM
PEDRINA DOMINGUES B. JARDIM
ADVOGADO(A) : DR.MURILO LOPES BUCHMANN
OBJETO : J. DE DADOS GERAIS E DE COMPORTAMENTO CARCERARIO DO MESMO LUGAR ONDE ESTA RECOLHIDO O SENTENCIADO DESDE O DIA 29/12/2003.

003. CADASTRO No.: 73295
SENTENCIADO : JOAO ROLIN
FILIACAO : SEBASTIAO MARIA ROLIN
SELVINA ROLIN
ADVOGADO(A) : DR.FRANCISCO AFFONSO DE C.BELTRAO
OBJETO : J. DE MANIFESTACAO DE ACORDO COM O ART.112 DA LEP.
PRAZO : 05 DIAS

004. CADASTRO No.: 125754
SENTENCIADO : VILMAR ROGERIO MILESKI
FILIACAO : DIONIS ADAO MILESKI
IRENE MILESKI
ADVOGADO(A) : DRA.LUCIA BELONI CORREA DIAS
OBJETO : J. DE MANIFESTACAO,REFERENTE AO ART.112 DA LEP
PRAZO : 05 DIAS

005. CADASTRO No.: 116475
SENTENCIADO : DANILO ROGERIO DE OLIVEIRA
FILIACAO : SERGIO MANOEL DE OLIVEIRA
MARIA INES DE DEUS OLIVEIRA
ADVOGADO(A) : DRA.CELIA MAZZAGARDI
OBJETO : J.DE MANIFESTACAO REFERENTE AO ART.112 DA LEP.
PRAZO : 05 DAIS

006. CADASTRO No.: 90073
SENTENCIADO : VALTER APARECIDO MACIEL
FILIACAO : ARCELINO MACIEL
MARIA GENIR RIBEIRO MACIEL
ADVOGADO(A) : DRA.DEISE C.MONTEIRO DE BARROS HENZ
OBJETO : J. DE MANIFESTACAO REFERENTE AO ART.112 DA LEP.
PRAZO : 05 DIAS

007. CADASTRO No.: 88031
SENTENCIADO : JOSE GUILHERME TEIXEIRA
FILIACAO : JOSE BRAULINO TEIXEIRA
MARIA LOURDES ALMEIDA TEIXEIRA
ADVOGADO(A) : DRA.SILVIA CRISTINA XAVIER
OBJETO : J. DE MANIFESTACAO REFERENTE AO ART.112 DA LEP.
PRAZO : 05 DIAS

008. CADASTRO No.: 120316
SENTENCIADO : MAURO XAVIER DE JESUS
FILIACAO : MOYZES XAVIER DE JESUS
JOANA ODETE DE JESUS
ADVOGADO(A) : DR.ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA
OBJETO : J. DE PECAS DO ART.106 DA LEP.
PRAZO : 10 DIAS

009. CADASTRO No.: 103635
SENTENCIADO : RUBENS RODRIGUES DA SILVA
FILIACAO : REGINALDO RODRIGUES DA SILVA
MARIA JULIA DA SILVA
ADVOGADO(A) : DRA.IVANI FLORIANO FRAFR ASSIS
OBJETO : J. DE CERTIDAO DA VARA CRIMINAL DE PARANAVAI-PR(AUTOS 60/03).

010. CADASTRO No.: 131251
SENTENCIADO : DIOGO RAGAGNAN MEDEIROS
FILIACAO : EDILSON OSIRES MEDEIROS
CLAUDINES RAGAGNAN MEDEIROS
ADVOGADO(A) : DRA.IVANI FLORIANO FRARE ASSIS
OBJETO : J. DE PECAS DO ART.106 DA LEP,COMPROVANTE DE ENDERECO.
PRAZO : 10 DIAS

011. CADASTRO No.: 114978
SENTENCIADO : ADRIANO FERREIRA BARRETO
FILIACAO : LUIZ BARRETO
IZONETE DO ROCIO BATISTA FERREIRA
ADVOGADO(A) : DR.VILSON CORREA
OBJETO : J. DE PROPOSTA DE EMPREGO.
PRAZO : 15 DIAS

012. CADASTRO No.: 116661
SENTENCIADO : VALDENIR RIBEIRO MACHADO
FILIACAO : JESUS MACHADO FILHO
OLANDIR PAZ MACHADO
ADVOGADO(A) : DRA.MARISA F.COLACO PROENCA
OBJETO : CONCEDIDO O LIVRAMENTO CONDICIONAL EM 10/12/2004.

013. CADASTRO No.: 119323
SENTENCIADO : FLAVIO JUNIOR ZAMBONI
FILIACAO : FLAVIO ZAMBONI
ALDETE MUNIZ ZAMBONI
ADVOGADO(A) : DRA.SUZANE CHAMECKI ALENCAR
OBJETO : CONCEDIDO O LIVRAMENTO CONDICIONAL EM 23/11/2004

014. CADASTRO No.: 131205
SENTENCIADO : ISRAEL DUARTE
FILIACAO : ARNALDO DUARTE
LUCIA DE FATIMA DA SILVA DUARTE
ADVOGADO(A) : DR.EDENAN MARTINEZ BASTOS
OBJETO : CONCEDIDO O REGIME ABERTO 25/11/2004.

015. CADASTRO No.: 123287
SENTENCIADO : GERALDO FERRAZ DOS SANTOS
FILIACAO : FLORIANO FERRAZ DOS SANTOS
AIDE MOREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(A) : DR.HARALDO CESAR NATER
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE REGIME ABERTO EM 07/12/2004.

016. CADASTRO No.: 131282
SENTENCIADO : RICARDO ABREU DE GOEZ ALVES
FILIACAO : NOE ALVES
JOAQUINA ABREU DE GOEZ ALVES
ADVOGADO(A) : DR.IVANIR JUNGLOS
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE REGIME ABERTO EM 13/12/2004.

017. CADASTRO No.: 113639
SENTENCIADO : JORGE LUIZ LINHARES RIBEIRO
FILIACAO : MIRACU MOREIRA RIBEIRO
LECI LINHARES RIBEIRO
ADVOGADO(A) : DR.ANTONIO GUSTAVO SCHERNER FRANCO
OBJETO : CONCEDIDO O REGIME ABERTO EM 15/12/2004.

018. CADASTRO No.: 132296
SENTENCIADA : MARIA DA LUZ GONCALVES MOREIRA
FILIACAO : JOSE MOREIRA
PEDRINA GONCALVES MOREIRA
ADVOGADO(A) : DR.JOSE LEOCADIO DE CAMARGO
OBJETO : CONCEDIDO O REGIME ABERTO EM 15/12/2004.

019. CADASTRO No.: 114232
SENTENCIADO : EDMILSON BORGES CAPRINI
FILIACAO : LAURENTINO BORGES CAPRINI
ROSALINA BORGES CAPRINI
ADVOGADO(A) : DR.GERALDO DE OLIVEIRA
OBJETO : DECLARADO EXTINTO O PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL EM 14/12/2003.

020. CADASTRO No.: 131739
SENTENCIADO : VALDEMIR PONTES
FILIACAO : LORIVAL RIBEIRO PONTES
MARIA APARECIDA PONTES
ADVOGADO(A) : DR.GILMAR DA ROSA GARCIA
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE COMUTACAO DE PENA EM 06/12/2004.

021. CADASTRO No.: 119533
SENTENCIADO : MICHEL SANT'ANA DE GIULI
FILIACAO : JADIR DE GIULI
MARI LUCIA PARRONCHE DE SANT'ANA DE GIULI
ADVOGADO(A) : DR.

022. CADASTRO No.: 119533
SENTENCIADO : MICHEL SANT'ANA DE GIULI
FILIACAO : JADIR DE GIULI
MARI LUCIA PARRONCHE DE SANT'ANA DE GIULI
ADVOGADO(A) : DR.HIDEMARU SHIAKURA
OBJETO : INSTRUIR ADEQUADAMENTE O PEDIDO,SOB PENA DE INDEFERIMENTO.
PRAZO : 05 DIAS

023. CADASTRO No.: 125072
SENTENCIADO : JOAO MARIA BARBOZA
FILIACAO : NIVALDO BARBOZA
MARIA DE RAMOS BARBOZA
BENEFICIO : REMICAO DE PENA Nro. 2003.01690
ADVOGADO(A) : DRA.MARISA F.COLACO PROENCA
OBJETO : SUBSTITUIR O ATESTADO DE TRABALHO DE FLS.21,JA QUE PO MESMO ENGLOBA PERIODO JA REMIDO.
PRAZO : 10 DIAS

024. CADASTRO No.: 128559
SENTENCIADA : MARINEZ GONCALVES
FILIACAO :
PEDROLINA LUZ GONCALVES
ADVOGADO(A) : DR.JOSSIMAR IORIS
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL EM 01/12/2004.

025. CADASTRO No.: 131684
SENTENCIADO : GERALDO BOSCATO
FILIACAO : ALBINO BOSCATO
IRENE DOMARAFZKI BOSCATO
ADVOGADO(A) : DR.ALEXANDRE RICARDO PESSARI
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE REGIME ABERTO EM 06/12/2004

026. CADASTRO No.: 3919
SENTENCIADO : JUAREZ FRANCA COSTA
FILIACAO : JUVENAL TIBURCIO COSTA
ORTENCIA MARIA COSTA
ADVOGADO(A) : DR.ALESSANDRO MAURICI
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE REGIME ABERTO EM 14/12/2004.

027. CADASTRO No.: 9427
SENTENCIADO : OTAVIO JOAO STRAUB
FILIACAO : LOURIS STRAUB
DALILA COSTA STRAUB
ADVOGADO(A) : DRA. SANDRA BERTIPAGLIA
OBJETO : DENEGADO A REMICAO DE PENA EM 24/11/04

028. CADASTRO No.: 63451
SENTENCIADO : NELSON POMMERENING
FILIACAO : FREDERICO POMMERENING
GERTA ZASTROW POMMERENING
BENEFICIO : REMICAO DE PENA Nro. 2002.00185
ADVOGADO(A) : DR.CLAUDIO NUNES DO NASCIMENTO
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE REMICAO DE PENA EM 22/12/20044

029. CADASTRO No.: 115932
SENTENCIADO : CELSO GUEDES PRIMO
FILIACAO : OSORIO GUEDES NETO
MARIA APARECIDA GUEDES
ADVOGADO(A) : DRA.MARIA ETERNA VIDAL RANGEL
OBJETO : J. DE MANIFESTACAO CONFORME O ART.112 #1a.#2a. DA LEP
PRAZO : 05 DIAS

030. CADASTRO No.: 63559
SENTENCIADO : NIZEU POLICARPO DOS SANTOS
FILIACAO : JOAO JOSE DOS SANTOS
NELI POLICARPO DOS SANTOS
ADVOGADO(A) : DR.MIGUEL MORALLES
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL EM 03/12/2004.

031. CADASTRO No.: 115439
SENTENCIADO : REGINALDO EVALDO DE BRITO
FILIACAO : JUAREZ DE OLIVEIRA BRITO
NEUZA DE FATIMA ROSA BRITO
ADVOGADO(A) : DR.GERALDO DE OLIVEIRA
OBJETO : J.DAS RAZOES RECURSAIS
PRAZO : PRAZO LEGAL

032. CADASTRO No.: 128313
SENTENCIADO : ROBERTO MATIAS DE SOUZA
FILIACAO : ELIAS DE SOUZA
DERCILIA MATIAS DE SOUZA
ADVOGADO(A) : DR.MARCELO PINEZE PEREIRA
OBJETO : ARQUIVAMENTO DO PRESENTE PEDIDO.

033. CADASTRO No.: 103186
SENTENCIADO : ALTAIR NUNES DE OLIVEIRA
FILIACAO : LUCIANO NUNES DE OLIVEIRA
ANGELINA DERE
ADVOGADO(A) : DRA.MARIA ETERNA VIDAL RANGEL
OBJETO : IMPROCEDENCIA DO PEDIDO COMFULCRO NO ART.3a.DO DECRETO 4909/03

034. CADASTRO No.: 983
SENTENCIADO : JAIR BENTO DOS SANTOS
FILIACAO : AROLDO BENTO DOS SANTOS
ODETE NEVES DOS SANTOS
ADVOGADO(A) : DR.JOSE LEOCADIO DE CAMARGO
OBJETO : CONCEDIDO O LIVRAMENTO CONDICIONAL EM 21/12/04

035. CADASTRO No.: 131756
SENTENCIADO : JOSE SABEDRA
FILIACAO : LUIZ SABEDRA
EDELINA GALLO SABEDRA
BENEFICIO : REMICAO DE PENA Nro. 2004.02660
ADVOGADO(A) : DR.JOAO GERALDO NASCIMENTO
OBJETO : J. DE ATESTADO DE TRABALHO E DADOS GERAIS

036. CADASTRO No.: 78235
SENTENCIADO : ROBSON DOS SANTOS
FILIACAO : JAIR BALDUINO DOS SANTOS
JANDIRA MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO(A) : DR.GERALDO DE OLIVEIRA
OBJETO : JULGADO PREJUDICADO A REPRIMENDA,DEVIDO AO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA PENA.

037. CADASTRO No.: 124116
SENTENCIADO : WAGNER LUIS CLAUDIO DA CUNHA
FILIACAO : NELSON CLAUDIO DA CUNHA
VERA LUCIA DA SILVA CUNHA
ADVOGADO(A) : DR.GILBERTO GOMES DE LIMA
OBJETO : CONCEDIDO O PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL 02/12/04

JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS

COMARCA DE CURITIBA - PARANÁ

RELAÇÃO PARA INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO NR: 02/05

CADASTRO: 99473
SENTENCIADO(A): JOSUÉ GONÇALVES CHESKI
FILIAÇÃO: Carlos Roberto Cheski e Maria da Gloria Cheski
BENEFICIO: LIVRAMENTO CONDICIONAL No. 600/04
ADVOGADO(A) DR(A): ALTERVIR LUCAS HARTIN JUNIOR
OBJETO: Por decisão datada aos 06/01/2005, foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 131521
SENTENCIADO(A): RODRIGO DE CASTRO RIBEIRO
FILIAÇÃO: João de Castro Ribeiro e Maria Marlei de Souza Ribeiro
BENEFICIO: REGIME ABERTO 1412/04
ADVOGADO(A) DR(A): SANDRA BERTIPAGLIA
OBJETO: Por decisão datada aos 11/01/2005 foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 98924
SENTENCIADO(A): MARCOS ROBERTO DA SILVEIRA
FILIAÇÃO: Isac da Silveira e Terezinha da Silveira
BENEFÍCIO: REGIME ABERTO 1273/04
ADVOGADO (A) DR(A): LUCIO DE MATTOS JUNIOR
OBJETO: Por decisão datada de 11/01/2005 foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 106293
SENTENCIADO (A): CARLOS RONEY FERNANDES
FILIAÇÃO: Valdemar Fernandes e Irene da Silva Fernandes
BENEFÍCIO: REGIME SEMI-ABERTO No. 465/04
ADVOGADO (A) DR(A): JACKSON HAAS GOMES
OBJETO: Por decisão datada de 12/01/2005 foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 126841
SENTENCIADO (A): WANDERLEI SANTOS NUNES DA SILVA
FILIAÇÃO: Mateus Santos Nunes da Silva e Abiail Santos da Silva
BENEFÍCIO: REGIME SEMI-ABERTO NO. 1154/04

ADVOGADO (A) DR(A): EMILIANO GOMES DE BRITO
OBJETO: Por decisão datada de 12/01/2005 foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 132330
SENTENCIADO (A): JOSE GEFFER
FILIAÇÃO: Antonio Geffer Neto e Edir dos Santos Geffer
BENEFÍCIO: REGIME ABERTO 1243/05
ADVOGADO (A) DR(A): IVANI FLORIANO FRARE ASSIS
OBJETO: Por decisão datada aos 12/01/2005, foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 131.802
SENTENCIADO (A): ADEMIR COSTA ARAUJO
FILIAÇÃO: Benjamin Costa Araújo e Amélia de Fátima S Araujo
BENEFÍCIO: REGIME ABERTO NO. 999/04
ADVOGADO (A) DR(A):LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES
OBJETO: Por decisão datada em 12/01/2005 foi CONCEDIDO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 104043
SENTENCIADO (A): VINICIUS KOBOS
FILIAÇÃO: Adolar Kobos e Regina Luduwinski Kobos
BENEFÍCIO: LIVRAMENTO CONDICIONAL no. 1073/03
ADVOGADO (A) DR(A): GILMAR DA ROSA GARCIA
OBJETO: Por decisão datada em 10/01/2005, foi DENEGADO o pedido acima mencionado.

CADASTRO: 49066
SENTENCIADO(A): EZEQUIEL PONTES
FILIAÇÃO: Vitalino Pontes e Honorina Chaves Pontes
BENEFICIO: REGIME SEMI-ABERTO 65/99
ADVOGADO(A) DR(A): MARISA FERREIRA COLACO PROENCA
OBJETO: Por decisão datada em 04/01/2005, foi REVOGADO o Regime Semi-Aberto lhe concedido, pois consistente em fuga da CPA

CADASTRO: 49066
SENTENCIADO(A): EZEQUIEL PONTES
FILIAÇÃO: Vitalino Pontes e Honorina Chaves Pontes
BENEFICIO: REMIÇÃO DE PENA NO. 460/91
ADVOGADO(A) DR(A): MARISA FERREIRA COLACO PROENCA
OBJETO: Foi declarado perdidos os dias anteriormente remidos, num total de 134 dias, pois o sentenciado praticou falta de natureza grave, consistente em fuga

CADASTRO: 99638
SENTENCIADO(A):GEOVA DE OLIVEIRA
FILIAÇÃO: Valdir Antunes de Oliveira e Aparecida Alves Ferreira
BENEFÍCIO: LIVRAMENTO CONDICIONAL NO. 1336/04
ADVOGADO (A) DR(A): JUCIMAR MOURA DOS SANTOS.
OBJETO: Que se manifeste esclarecendo se não há interesse em transformar o pedido formulado nestes autos em pedido de progressão ao regime semi-aberto.

CADASTRO: 114691
SENTENCIADO (A): JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MELLO
FILIAÇÃO: Heraldo de Oliveira Mello e Ernestina Maingue de Oliveira Mello
BENEFÍCIO: REGIME ABERTO NO. 1093/04
ADVOGADO (A) DR(A): ELIZABETH LISBOA SOUCOUROGLOU
OBJETO: Este Juízo pede para que instrua o feito com atestado medico atualizado que informe o atual estado de saúde do sentenciado, bem como, caso necessário, que indique a espécie de tratamento e o hospital/medico e os períodos em que o sentenciado precisara ser atendido nas cidades indicadas na petição.

CADASTRO: 132862
SENTENCIADO (A): LOIRI DE ANDRADE
FILIAÇÃO: Baldoino Alves de Andrade e Laudimira de Andrade
BENEFÍCIO: REGIME SEMI-ABERTO NO. 1873/04
ADVOGADO (A) DR(A): HEIRIDAN NOBILE
OBJETO: Manifeste-se nos autos, em 05 dias, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 112 da LEP.

CADASTRO: 104856
SENTENCIADO (A): MARCELO DA COSTA MENDES
FILIAÇÃO: Rosemir Aparecido Mendes e Idalina da Costa Mendes
BENEFÍCIO: INDULTO NO. 255/02
ADVOGADO (A) DR(A): IVANI FLORIANO FRARE ASSIS
OBJETO: Que se manifeste no prazo de 05 dias, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 112 da LEP.

Juizados Especiais

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Civeis
COMARCA DE CURITIBA - CENTRAL
8º Juizado Especial Cível - Relação Nº : 005/2005

001 1996.0012240-8/0 - Execução Título Extrajudicial JOAO BERNARDO DE SOUZA X SANDRA NESI (E OUTRO) Designação de Audiência de Conciliação para 02/03/2005 às 19:15 horas. Adv(s) PATRICIA DE FATIMA LEMES BACH, DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS, PATRICIA DE FATIMA LEMES BACH, JOSE FRANCISCO CUNICO BACH

002 1997.0006230-8/0 - Execução de Título Judicial NORBERTO CAMARGO DOS SANTOS X RAQUEL GOMES GASPARINI (E OUTRO) À parte executada para proceder o pagamento do débito em depósito judicial, no prazo de dez dias. Após o pagamento integral, libere-se a penhora efetuada às fls. 25 Adv(s) NORBERTO CAMARGO DOS SANTOS, VINICIUS A. GASPARINI

003 1997.0010505-8/0 - Execução Título Extrajudicial REGIANE WOTEKOSKI X LOUDES DE POL Tendo em vista o cumprimento integral da obrigação, demonstrado pelos comprovantes de pagamento juntado pela devedora às fls. 70/84, proceda-se a entrega do anel à mesma mediante recibo nos autos. Adv(s) JOAO CARLOS FLOR, JULIO CESAR RIBEIRO RODRIGUES

004 1998.0006256-1/0 - Execução de Título Judicial SERGIO MILDEMBERGER X GERSON LUIS LIMA DOS SANTOS Indicar o CPF/MF do EXECUTADO. Adv(s) MARCELO DE OLIVEIRA VIANA, ROBSON DA COSTA SANTOS

005 1999.0008354-2/0 - Processo de Conhecimento MARISTELA DIAS ANTONIACOMI X WCI DO BRASIL LTDA. (NA PESSOA DE SEU SOCIO JEFFERSON ZORZENON) (E OUT Sentença julgando procedente o pedido Adv(s) AIRTON JOSE MALAFAIA, EDUARDO SABEDOTTI BREDA

006 1999.0010791-3/0 - Execução de Título Judicial PAULO SERVENSKI X ISABEL DA SILVA ANDRADE Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) PAULO SERGIO SENA, EDVALDO GONCALVES

007 2000.0003897-0/0 - Execução de Título Judicial EDSON PACHECO DOS SANTOS X EDSON TADEU DE SOUZA Manifestar-se sobre o retorno do ofício Adv(s) ALMIR SIQUEIRA MENDES

008 2000.0009927-9/0 - Execução de Título Judicial MARIA TEREZA SANTOS X CONSORCIO NACIONAL CIDADELA SC LTDA Manifestar-se sobre a avaliação Adv(s) ELIANE SAPORSKI, ANDERSON MANIQUE BARRETO

009 2000.0011447-2/0 - Execução de Título Judicial JOSE EDUARDO RIBEIRO DE SOUZA X MEIRE DE OLIVEIRA (E OUTRO) Retirar Certidão de Dívida Adv(s) LUIZ FERNANDO C.F.POTIER

010 2001.0010750-6/0 - Processo de Conhecimento EUGENIO RODRIGUES PEDROSO X MARLENE CARDOSO TOMCZYK (E OUTRO) Retirar Certidão de Dívida Adv(s) VALDIR JULIO ULBRICH, SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS

011 2001.0016544-1/0 - Execução Título Extrajudicial CHARLES MIGUEL DOS SANTOS TAVARES (E OUTROS) X ARABIAN DISTRIBUIDORA E TRANSPORTADORA DE PETROLEO LTDA (E OUTROS) Designação de Audiência de Conciliação para 16/03/2005 às 19:00 horas Adv(s) CHARLES MIGUEL DOS SANTOS TAVARES, ALEXANDRA FISTAROL, MARCELO RICARDO DE SOUZA MARCELINO, LAURO ARTHUR GUIMARAES DE SA RIBEIRO, LAURO ARTHUR GUIMARAES DE SA RIBEIRO, LUCIANO RASSOLIN, LUIZ CARLOS PILOTO, ROBSON FRANCO, EVANDRA ROSO

012 2002.0001697-7/0 - Processo de Conhecimento NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS X CONDOMINIO EDIFICIO SUNRISE TOWER S Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) JOSE CARLOS ROSA

013 2002.0004061-4/0 - Processo de Conhecimento MARIA NIZIA UZEYKA X BANESTADO S.A (E OUTRO) Ao Advogado NELIO ANTONIO UZEYKA JR para que proceda a devolução dos autos em 24 horas, sob pena de ser cominado o disposto no art. 196 do CPC. Adv(s) NELIO ANTONIO UZEYKA JR

014 2002.0004168-8/0 - Processo de Conhecimento LEANDRO PINTO BOLDRINI X GLOBAL TELECON S/A (E OUTRO) Manifestar-se sobre o pagamento efetuado Adv(s) MARIZE DE AZEVEDO GIOVANNETTI BARBOSA, INESCIY KASSUMI HAYASHI IOSHII

015 2002.0005986-2/0 - Execução Título Extrajudicial JOSE ROCHA JUNIOR X PANTHER SISTEMA DE ALARME (MAFRA & SKOCH LTDA) (E OUTRO) I - Aguarde-se retorno dos ofícios expedidos ao Banco do Brasil e Caixa Economica Federal. II - Expeça-se mandado de penhora dos bens indicados às fls. 41/42. Adv(s) CARLOS ALBERTO COSTA MACHADO

016 2002.0013672-7/0 - Processo de Conhecimento ANTONIO ROGERIO MORAIS SANTIAGO X CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO Manifestar-se sobre os bens indicados à penhora. Adv(s) EMIR MARIA SECCO DA COSTA, BENEDITO APARECIDO TUPONI JUNIOR, STELA MARLENE SCHWERZ

017 2002.0017714-8/0 - Processo de Conhecimento MARIA ALMERI TOMASI KEPPEN X SUL AMERICA SEGUROS DE VIDA E PREVIDENCIA S.A Alvará assinado em favor da parte credora. Adv(s) VITORIO KARAN, FLAVIO MENDES BENINCASA

018 2002.0027801-7/0 - Processo de Conhecimento NELSON PEDRO FEDETSCHKO X BANCO FORD S/A Redesignação de Audiência de Conciliação para 22/06/2005 às 19:00 horas. Adv(s) DR. ADYR TACLA FILHO, ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO

019 2003.0013403-3/0 - Processo de Conhecimento ACHILES A. LOURENÇO X LUIS CARLOS FERREIRA Homologação da sentença, com base no artigo 40 da Lei 9.099/95, a decisão do juiz leigo de fls. 26/27. Adv(s) ARLETE ANA BELNIAKI, IVAIR JUNGLOS

020 2003.0014969-9/0 - Execução Título Extrajudicial TEREZINHA HOMANN X IARA DO ROCIO B. PAIXAO COLODEL Designação de Audiência de Conciliação para 09/03/2005 às 19:00 horas. Adv(s) FARAN BOUQUEZAN NETO

021 2003.0020901-0/0 - Processo de Conhecimento ROBERTO ERZINGER (E OUTROS) X AGENCIA DE VIAGENS CVC TUR LTDA. Recurso interposto pelo requerido, ao recorrido para apresentar as contra-razões Adv(s) JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT, MARCOS OTAVIO LUZ

022 2003.0025779-7/0 - Execução Título Extrajudicial VALDEMAR HERNANDES ESTEVES X AXA SEGUROS Designação de Audiência de Conciliação para 23/03/2005 às 19:00 horas. Adv(s) ALESSANDRA CARDOSO HERNANDES

023 2003.0027351-9/0 - Processo de Conhecimento CARLOS ANGELO CIBIN LAURENTI X TIM SUL S/A Data correta da Audiência de Instrução e Julgamento marcada para 26/05/2006 às 14:00 horas. Adv(s) ANTONIO CARLOS MENDES ALCANTARA, FABIULA SCHMIDT

024 2004.0005960-9/0 - Processo de Conhecimento JOSE ILIDIO DA LUZ X CURITIBA HABITACIONAL Sentença julgando procedente o pedido Adv(s) RENATA TEIXEIRA DE FREITAS

025 2004.0010369-8/0 - Processo de Conhecimento ZILDA FRANCISCA AMARAL LOURENÇO X PANAMERICANA DE SEGUROS S/A Redesignação de Audiência de Conciliação para 06/04/2005 às 19:45 horas. Adv(s) JOSE MANOEL GARCIA ABELARDINO, ADRIANO MUNIZ REBELLO

026 2004.0011486-3/0 - Processo de Conhecimento LUCIANO ZANETTI X WALDOMIRO MANERA Sentença julgando procedente o pedido Adv(s) LUIZ ALEXANDRE ZAIDAN MACHADO

027 2004.0013400-3/0 - Processo de Conhecimento FABRICIO FURLAN X AMAURY LEME TARTARI Designação de Audiência de Conciliação para 23 de Março de 2005 às 19:30 horas. Adv(s) EVERSON NAZARIO

028 2004.0014054-4/0 - Processo de Conhecimento CLEOMAR ANTONIO ZILIO X ALTEVIR RICARDO MARTINS Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) GILBERTO ADRIANE DA SILVA

029 2004.0020765-9/0 - Processo de Conhecimento EMERSON AZEVEDO CALIXTO X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) EMERSON AZEVEDO CALIXTO

030 2004.0021404-0/0 - Processo de Conhecimento MARLENE MARI VIDAL X CONDOMINIO DO CONJUNTO MORADIAS Redesignação de Audiência de Conciliação para 06/04/2005 às 19:45 horas. Adv(s) LURDES MARIA SOKOLOWSKI

031 2004.0022818-8/0 - Processo de Conhecimento LUCIA ZOE MOCHELIN FURLAN X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) WILSON MAFRA MEILER FILHO, MARCELLO DE SOUZA TAQUES, RICARDO DE LUCCA MECKING

032 2004.0023052-0/0 - Processo de Conhecimento ANNETA LUSENA MULLER X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DRA. ROSELANI DONAINSKI

033 2004.0023068-1/0 - Processo de Conhecimento CESAR AUGUSTO DECONTO X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) CLECIO FERREIRA HIDALGO

034 2004.0023167-0/0 - Processo de Conhecimento ROSANGELA DE FATIMA MARCHAUKOSKI PIETSCHAKI X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

035 2004.0023168-1/0 - Processo de Conhecimento OLGA BUNICK X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

036 2004.0023240-5/0 - Processo de Conhecimento ANTONIO FERNANDO VITSKI X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ, MARIA FÁTIMA S. CESCONETO, BENJAMIM MANOEL ZANATTA

037 2004.0023266-8/0 - Processo de Conhecimento ANANIAS AZEVEDO NETO X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) EMERSON AZEVEDO CALIXTO

038 2004.0023853-1/0 - Processo de Conhecimento GESSI TOSTA ALVES MOREIRA X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

039 2004.0023864-4/0 - Processo de Conhecimento ADEMIR PEROTTONI X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

040 2004.0023939-0/0 - Processo de Conhecimento CLEUSA TEIXEIRA RODRIGUES X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

041 2004.0023946-6/0 - Processo de Conhecimento ZILA

GAMA GOMES DA SILVA X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

042 2004.0023957-9/0 - Processo de Conhecimento ADEMAR WILICHINSKI X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

043 2004.0024189-4/0 - Processo de Conhecimento JOAO ALBERTO FERREIRA NUNES X GLOBAL VILLAGE TELECOM - GVT Designação de Audiência de Conciliação para 30/03/2005 às 19:45 horas. Adv(s) ELIANI GARCIES CHOTI

044 2004.0024489-4/0 - Processo de Conhecimento DANIELI CHICORA X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ

045 2004.0024500-0/0 - Processo de Conhecimento MATILDE PRESTES MOTTA X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) ALBERTINA DA SILVA CABRAL

046 2004.0024578-1/0 - Processo de Conhecimento GENIT FRACARO TABORDA X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) CLECIO FERREIRA HIDALGO

047 2004.0024701-2/0 - Processo de Conhecimento EDINEI FRACARO TABORDA X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) CLECIO FERREIRA HIDALGO

048 2004.0025038-7/0 - Processo de Conhecimento PEDRO PEREIRA NETTO X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ

049 2004.0025070-6/0 - Processo de Conhecimento ANTONIO PONTES X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ, MARIA FÁTIMA S. CESCONETO, BENJAMIM MANOEL ZANATTA

051 2004.0025261-7/0 - Processo de Conhecimento ANA MARIA BONATO X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) EDSON FELIPE MUCHOLOWSKI

052 2004.0025358-9/0 - Processo de Conhecimento MARIA ROSI VALENTE LIMA X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ

053 2004.0025388-1/0 - Processo de Conhecimento PAWLO NASAREZ X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ

054 2004.0025574-3/0 - Processo de Conhecimento ODILIA MASCHI BONESI X BRASIL TELECOM S.A Não podendo ser parte no processo instituído pela Lei 9.099/95, as pessoas jurídicas de direito público (art 8º, "caput"), e, assim sendo inadmissível o procedimento instituído para os Juizados Especiais, reconhecida a incompetência absoluta (art. 113 do CPC), deve o processo ser extinto, o que faço na forma do art. 267, inc. IV, c/c art. 301, inc. II, ambos do CPC e, art. 51, inc. II, da Lei 9.099/95. Defiro desde já, eventual pedido de substituição dos documentos apresentados pela parte Reclamante, mediante cópia nos autos. Adv(s) DR. IVO DYNIWICZ

055 2004.0025773-1/0 - Execução Título Extrajudicial ELIANE DOS SANTOS COELHO X FILOSOFART EDITORA, BRINQUEDOS E SOFTWARES EDUCATIVOS Manifestar-se sobre os bens oferecidos à penhora. Adv(s) VANESSA MATTOS MORENO, EROULTHS CORTIANO JUNIOR

Relação de Publicação do Sistema de Juizados Especiais Civeis
COMARCA DE CURITIBA - CENTRAL
8º Juizado Especial Cível - Relação Nrº : 005/2005

ADVOGADO	ORDEM	PROCESSO
ADRIANO MUNIZ REBELLO	025	2004.0010369-8/0
AIRTON JOSE MALAFAIA	005	1999.0008354-2/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	034	2004.0023167-0/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	035	2004.0023168-1/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	038	2004.0023853-1/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	039	2004.0023864-4/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	040	2004.0023939-0/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	041	2004.0023946-6/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	042	2004.0023957-9/0
ALBERTINA DA SILVA CABRAL	045	2004.0024500-0/0
ALESSANDRA CARDOSO HERNANDES	022	2003.0025779-7/0
ALEXANDRA FISTAROL	011	2001.0016544-1/0
ALMIR SIQUEIRA MENDES	007	2000.0003897-0/0
ANDERSON MANIQUE BARRETO	008	2000.0009927-9/0
ANGELA BITTENCOURT CORDEIRO	018	2002.0027801-7/0
ANTONIO CARLOS MENDES ALCANTARA	023	2003.0027351-9/0
ARLETE ANA BELNIAKI	019	2003.0013403-3/0
BENEDITO APARECIDO TUPONI JUNIOR	016	2002.0013672-7/0
BENJAMIM MANOEL ZANATTA	036	2004.0023240-5/0
BENJAMIM MANOEL ZANATTA	050	2004.0025072-0/0
CARLOS ALBERTO COSTA MACHADO	015	2002.0005986-2/0
CHARLES MIGUEL DOS SANTOS TAVARES	011	2001.0016544-1/0
CLECIO FERREIRA HIDALGO	033	2004.0023068-1/0
CLECIO FERREIRA HIDALGO	046	2004.0024578-1/0
CLECIO FERREIRA HIDALGO	047	2004.0024701-2/0
DAMIEN PABLO DE OLIVEIRA THEIS	001	1996.0012240-8/0
DR. ADYR TACLA FILHO	018	2002.0027801-7/0
DR. IVO DYNIWICZ	036	2004.0023240-5/0
DR. IVO DYNIWICZ	044	2004.0024489-4/0
DR. IVO DYNIWICZ	048	2004.0025038-7/0
DR. IVO DYNIWICZ	049	2004.0025070-6/0
DR. IVO DYNIWICZ	050	2004.0025072-0/0
DR. IVO DYNIWICZ	052	2004.0025358-9/0
DR. IVO DYNIWICZ	053	2004.0025388-1/0
DR. IVO DYNIWICZ	054	2004.0025574-3/0
DRA. ROSELANI DONAINSKI	032	2004.0023052-0/0
EDSON FELIPE MUCHOLOWSKI	051	2004.0025261-7/0
EDUARDO SABEDOTTI BREDA	005	1999.0008354-2/0
EDVALDO GONCALVES	006	1999.0010791-3/0
ELIANE SAPORSKI	008	2000.0009927-9/0
ELIANI GARCIES CHOTI	043	2004.0024189-4/0
EMERSON AZEVEDO CALIXTO	029	2004.0020765-9/0
EMERSON AZEVEDO CALIXTO	037	2004.0023266-8/0
EMIR MARIA SECCO DA COSTA	016	2002.0013672-7/0
EROULTHS CORTIANO JUNIOR	055	2004.0025773-1/0
EVANDRA ROSO	011	2001.0016544-1/0
EVERSON NAZARIO	027	2004.0013400-3/0
FABIULA SCHMIDT	023	2003.0027351-9/0
FARAN BOUQUEZAN NETO	020	2003.0014969-9/0
FLAVIO MENDES BENINCASA	017	2002.0017714-8/0
GILBERTO ADRIANE DA SILVA	028	2004.0014054-4/0
INESCIY KASSUMI HAYASHI IOSHII	014	2002.0004168-8/0
IVAIR JUNGLOS	019	2003.0013403-3/0
JOAO CARLOS FLOR	003	1997.0010505-8/0
JOSE CARLOS ROSA	012	2002.0001697-7/0
JOSE FRANCISCO CUNICO BACH	001	1996.0012240-8/0
JOSE MANOEL GARCIA ABELARDINO	025	2004.0010369-8/0
JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT	021	2003.0020901-0/0
JULIO CESAR RIBEIRO RODRIGUES	003	1997.0010505-8/0
LAURO ARTHUR GUIMARAES DE SA RIBEIRO	011	2001.0016544-1/0
LAURO ARTHUR GUIMARAES DE SA RIBEIRO	011	2001.0016544-1/0
LUCIANO RASSOLIN	011	2001.0016544-1/0
LUIZ ALEXANDRE ZAIDAN MACHADO	026	2004.0011486-3/0
LUIZ CARLOS PILOTO	011	2001.0016544-1/0
LUIZ FERNANDO C.F.POTIER	009	2000.0011447-2/0
LURDES MARIA SOKOLOWSKI	030	2004.0021404-0/0
MARCELLO DE SOUZA TAQUES	031	2004.0022818-8/0
MARCELO DE OLIVEIRA VIANA	004	1998.0006256-1/0
MARCELO RICARDO DE SOUZA MARCELINO	011	2001.0016544-1/0
MARCOS OTAVIO LUZ	021	2003.0020901-0/0
MARIA FÁTIMA S. CESCONETO	036	2004.0023240-5/0
MARIA FÁTIMA S. CESCONETO	050	2004.0025072-0/0
MARIZE DE AZEVEDO GIOVANNETTI BARBOSA	014	2002.0004168-8/0
NELIO ANTONIO UZEYKA JR	013	2002.0004061-4/0
NORBERTO CAMARGO DOS SANTOS	002	1997.0006230-8/0
PATRICIA DE FATIMA LEMES BACH	001	1996.0012240-8/0
PATRICIA DE FATIMA LEMES BACH	001	1996.0012240-8/0
PAULO SERGIO SENA	006	1999.0010791-3/0
RENATA TEIXEIRA DE FREITAS	024	2004.0005960-9/0
RICARDO DE LUCCA MECKING	031	2004.0022818-8/0
ROBSON DA COSTA SANTOS	004	1998.0006256-1/0
ROBSON FRANCO	011	2001.0016544-1/0
SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS	010	2001.0010750-6/0
STELA MARLENE SCHWERZ	016	2002.0013672-7/0
VALDIR JULIO ULBRICH	010	2001.0010750-6/0
VANESSA MATTOS MORENO	055	2004.0025773-1/0
VINICIUS A. GASPARINI	002	1997.0006230-8/0
VITORIO KARAN	017	2002.0017714-8/0
WILSON MAFRA MEILER FILHO	031	2004.0022818-8/0

Comarcas do Interior

Crime

Capanema

COMARCA DE CAPANEMA-PARANÁ
VARA CRIMINAL
MÁRCIO GERON – JUIZ E DIREITO
RELAÇÃO Nº 01/05(Justiça gratuita)

Rudimar Marques	01	55/04
CarlosM.S.Bocalon	02	99/01
Jackson R PachoL	03	23/03
Andre E.Queiroz	04	188/04
Silvio O Silva e Renato Rolim de Moura	05	98/02
Roberto Pietá	06	04/03
Jackson R. Paschoal	07	24/03
Pedro A.S.Camargo	08	19/04

1- Autos de Processo Crime nº 55/2003-Réus Carlos Mayer Lopes.Intimar o advogado que está designado o dia 20/01/2005, ás 17:20 horas para a inquirição da testemunha Colmar Borges Gularte em Capão da Canoa- RS., e dia 15 de fevereiro de 2004, às 14:30 horas,para a inquirição da testemunha Ana Paula Scherer na Comarca de Portão- RS.Dr. Rudimar Marques- OAB/RS 48 986.

2-Autos de Processo Crime nº99/01.Réu Rudimar Alberton.Intimção do Dr.Carlos Marcelo Bocalon a se manifestar na fase do artigo 499 do CPP.

3- Autos Processo Crime nº24/2003.Réu Valdecir Antonio Lopes de Souza.Audiência para proposta de suspensão processual desisgnada para o dia 23 de fevereiro de 2005,às 16:30 horas.Dr. Jackson Roberto Paschoal .

4-Pedido de Restituição de Aparelho Celular nº188/2004, requerido por AndréRomualdo Graboski.Despacho:" Autos nº 188/2004.Deverá ser retificada a intimação para que o nobre advogado apresente a nota fiscal do aparelho celular, no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento.Diligencias necessárias. Capanema, 09 de dezembro de 2004.(a.) Marcio Geron.Juiz de Direito .

5-Ação de Separação Judicial Contenciosa nº 98/02. Requerente: Leonildo Moretto xDonina Maria de Paula Moreto.Sentença exarada 16 de dezembro de 2004, extinguiu o processo com fulcro no artigo 267,inciso VII do Código de Processo Civil.Int. Drs. Silvio Oliveira da Silva e Renato Rolim de Moura.

6-Autos de Processo Crime nº04/2003.Réu Michel Franck Luersen.Inquirição testemunhas de defesa em Salto do Lontra/Pr., dia 10 de março de 2005às 13:00 horas.Dr. Roberto Pietá.

7-Autos de Processo Crime nº24/03.Réu Valdecir Antonio Lopes de Souza.Audiência de proposta de suspensão processual designado para o dia 23 de fevereiro de 2005, às 16:30 horas.Dr. Jackson R.Paschoal

8- Autos de Processo Crime nº19/2004.Réu Nelson de Paula. Inquirição das testemunhas arroladas pela acusação,dia 12 de ABRIL DE 2005,ÀS 14:00 HORAS.Intimação do Dr. Pedro Airton Soares de Camargo.

Iretama

COMARCA DE IRETAMA – PR
CARTÓRIO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
RELAÇÃO 002/2005
JUÍZA DE DIREITO: DRA. CAMILA HENNING SALMORIA

Índice de Publicação

ADVOGADOS	ORDEM	PROC.
1) Francisco G. Andreolli	001	137176-8
2) Dirceu Alberto da Silva	002	005/00

1) PROCESSO-CRIME Nº 137176-8, réu ODILON ANDREOLI GONÇALVES, para intimação do Dr. Defensor, que foi designado o dia **04 de abril de 2005, às 14:00 horas,** para realização do ato postergado. Adv. Francisco G. Andreoli

2) PROCESSO-CRIME Nº 005/00, réus **JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA e JOSÉ AZEVEDO DOS PASSOS**, para intimação do Dr. Defensor do réu José Azevedo dos Passos, de que foi redesignado para o dia **08 de março de 2005, às 14:15 horas**, para realização de audiência de inquirição das testemunhas de defesa arroladas pelo réu Joaquim. Adv. Dirceu Alberto da Silva

Ivaiporã

COMARCA DE IVAIPORÃ - PARANÁ
VARA CRIMINAL
Juiza Substituta: Dra Simone Trento .
Relação nº 01/2005 Crime

Índice de publicação

ADVOGADOS	Nº dos autos	Ordem
Dr. Marcello Cesar Pereira Filho	47/99	01
Dr. Robson Julian Berguio Martins	157/2004	02
Dr. Willian Rower Soares e Rogerio Pelegrini	07/2005	03

01 – Processo Criminal nº 47/99. Réu Claudinei Milanezi. "Vista as partes para se manifestarem na fase do artigo 499 do CPP no prazo de legal"
Advogado: Marcello César Pereira Filho

02 – Processo Criminal nº 157/2004. Réu Patrick Wiilian Tratwein. "Redesigno o dia 02 de Março de 2005 às 13:00 horas para a oitiva das testemunhas arroladas na denuncia"
Advogado: Dr. Robson Julian Berguio Martins

01 – Carta Precatória nº 07/2005. Réu Salomão Barbosa Lacerda e Vicente Pereira Fagundes. "Designo para o dia 09 de Março de 2005 às 14:00 horas para oitiva das testemunhas arroladas na denuncia"
Advogado: Dr. Wiliian Rower Soares e
Dr. Rogério Pelegrini

Maringá

1ª VARA CRIMINAL DE MARINGÁ-PARANÁ
JUIZA: DRA. MONICA FLEITH LEMUCH
ESCRIVÃO: MARCELLO DE OLIVEIRA
RELAÇAO Nº 002/2005 – DATA: 20.01.2005

ADVOGADOS

AFONSO MASSAKAZU KAWAMURA	13
ALBERTO ALVES ROCHA	14
ANTONIO MANSANO NETO	16
ANTONIO CARLOS MENEGASSI	20
CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES	09
CARLOS P. PAIXAO	02

CLEVERSON MARCEL COLOMBO	04
DEROTHEU GONÇALVES DA SILVA	03
EDMYLSON PENA DOS SANTOS	06
EDSON ELIAS DE ANDRADE	11
EDXSON ELIAS DE ANDRADE	05
ELI FIAUX SUKEKAVA	16
EMILIA ABECHE ROCHA	08
FRANCISCO DA SILVA MENDES FILHO	07
GILSON BONATO	18
GRAZZIELA P. DE SEIXAS BORBA	10
IVO PALUDO	12
JOSE BOLIVAR BRETAS	12
JOSE CARLOS PEREIRA	19
JOSE CICERO DE OLIVEIRA	01
LUIZ TAVANARO GAYA	17
ODAIR VICENTE MORESCHI	16
PAULO DELAZARI	20
PAULO SERGIO DE SOUZA	20
RODRIGO GUIMARAES	15
TADEU TEIXEIRA NETO	01

1- Processo crime 2004.2010.9 – acusados JADIR CAETANO VIEIRA, JADIR CAETANO VIEIRA FILHO e IGO ALEXEI CASEMIRO DA CUNHA. Sentença de 14.01.2005 os réus foram condenados a pena de: reu Jadir: à pena de 08 anos e 08 meses de reclusão e 140 dias multa, regime fechado; reu Jadir Filho: 04 anos de reclusão e 66 dias multa, regime fechado; reu Igo: 06 anos de reclusão e 10 dias multa e 03 meses de detenção e 10 dias multa, regime fechado. Adv. Dr. JOSE CICERO DE OLIVEIRA e DR. TADEU TEIXEIRA NETO.

2- Processo crime 2001.250.4 – acusada HOZANA KATIA DA SILVA GONÇALVES. Inquirição de testemunha de defesa dia 17.03.2005, às 09:00 horas. Expedida precatória a comarca de Presidente Prudente-SP para a inquirição da testemunha de defesa lá residente. Adv. Dr. CARLOS P. PAIXÃO.

3- Processo crime 2003.1533.2 – acusado SIDINEI PEREIRA DA SILVA. Diga a defesa na fase do artigo 500 do CPP. Adv. Dr. DEROTHEU GONÇALVES DA SILVA.

4- Pedido de desbloqueamento de veículos 2004.2993.9 – requerente NILSON VALMOR DE CARVALHO. Diga a defesa dos réus Valdomiro Aparecido Pinheiro e Walter Gonzaga Sodré sobre o pedido acima. Adv. Dr. CLEVERSON MARCEL COLOMBO.

5- Processo crime 2003.1508.1 – acusados JOSE CARLOS DOS SANTOS e MAURICIO APARECIDO COUTINHO. Inquirição de testemunha de acusação dia 02.03.2005, às 09:00 horas. Adv. Dr. EDSON ELIAS DE ANDRADE.

6- Processo crime 2001.109.5 – acusado JOSE MARCELO DA SILVA. Inquirição de testemunha de defesa dia 15.03.2005, às 15:30 horas. Diga a defesa para apresentar a defesa previa. Expedida carta precatória a comarca de Sarandi-Pr para a inquirição da testemunha de acusação lá residente. Adv. Dr. EDMYLSON PENA DOS SANTOS.

7- Processo crime 2000.529.3 – acusado EMERSON PIRES DE OLIVEIRA. Inquirição de testemunha de defesa dia 03.03.2005, 09.00 horas. Expedida carta precatória a comarca de Navirai-MT para a inquirição da testemunha de defesa lá residente. Adv. Dr. FRANCISCO DA SILVA MENDES FILHO.

8- Processo crime 2003.1271.6 – acusado MARCELO AFONSO DO NASCIMENTO. Inquirição de testemunha de acusação dia 08.03.2005, às 14:30 horas. Adv. Dra. EMILIA ABECHE ROCHA.

9- Processo crime 2004.107.4 – acusado VALMIR NOVAIS DE CARVALHO. Inquirição de testemunha de defesa dia 11.03.2005, às 14:00 horas. Adv. Dr. CARLOS ALEXANDRE VAINE TAVARES.

10- Processo crime 2000.52.6 – acusados ANTONIO VALMIR FERNANDES e JOAO EDSON PINHEIRO. Inquirição de testemunha de acusação dia 02.03.2005, às 10.00 horas. Adv. Dra. GRAZZIELA PICANÇO DE SEIXAS BORBA.

11- Processo crime 2000.057.7 – acusado MAURICIO ROBERTO PEROCO. Inquirição de testemunha de acusação dia 11.03.2005, ás 15.30 horas. Adv. Dr. EDSON ELIAS DE ANDRADE.

12- Carta precatória 2004.2917.3 – comarca de São Miguel do Iguaçu-Pr – acusado FERNANDO GARCIA MEIRELES. Inquirição de testemunha de defesa dia 05.04.2005, às 09:00 horas. Adv. Dr. GILDO ALVES DE PAULA, DR. JOSE BOLIVAR BRETAS e DR. IVO PALUDO.

13- Carta precatória 2004.2840.1 – comarca de Astorga-Pr – acusado WILSON DA SILVA. Inquirição de testemunha de acusação dia 19.04.2005, às 09:00 horas. Adv. Dr. AFONSO MASSAKAZU KAWAMURA.

14- Carta precatória 2004.3067.8 – comarca de Cianorte-Pr – acusado REGINALDO FRANCISCO ALVES. Inquirição de testemunha de acusação dia 06.04.2005, às 09:00 horas. Adv. Dr. ALBERTO ALVES ROCHA.

15- Carta precatória 2004.3117.8 – comarca de Umuarama-Pr – acusado SIDNEI WIEZBICHI – Inquirição de testemunha de acusação dia 06.04.2005, às 09:30 horas. Adv. Dr. RODRIGO GUIMARAES.

16- Carta precatória 2004.2955.6 – comarca de Colorado-Pr – acusado EDSON ISRAEL FRANZOI. Inquirição de testemunha de defesa dia 20.04.2005, às 09:00 horas. Adv. Dra. ELI FIAUX SUKEKAVA, DR. ANTONIO MANSANO NETO e DR. ODAIR VICENTE MORESCHI.

17- Carta precatória 2004.2013.3 – comarca de Londrina-Pr – acusado DEONILDE GOMES VIEIRA. Inquirição de testemunha de acusação dia 02.03.2005, às 09:00 horas. Adv. Dr. LUIZ TAVANARO GAYA.

18- Carta precatória 2004.2359.0 – comarca de Cianorte-Pr – acusado OTAVIO BARONI JUNIOR. Inquirição de testemunha de defesa dia 23.03.2005, às 09:30 horas. Adv. Dr. GILSON BONATO.

19- Carta precatória 2004.2622.0 – comarca de Bandeirantes-Pr – acusado LUIZ RENATO BARTO. Inquirição de testemunha de acusação dia 29.03.2005, às 09:00 horas. Adv. Dr. JOSÉ CARLOS PEREIRA.

20- Carta precatória 2004.2478.3 – comarca Cruzeiro do Oeste-Pr – acusado LAIR APARECIDO DOS SANTOS. Inquirição de testemunha de defesa dia 23.03.2005, às 09:00 horas. Adv. Dr. PAULO SERGIO XAVIER DE SOUZA, DR. ANTONIO CARLOS MENEGASSI e DR. PAULO DELAZARI.

Pinhais

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PINHAIS
JUÍZO DE DIREITO DA ÚNICA VARA CRIMINAL
JUIZ: DR. EDUARDO NOVACKI
RELAÇÃO Nº 004/2005

ADVOGADOS
Dr. Jospe Luiz Teleginski
Dra. Maria Goretti Pereira
Dr. Maricléia do Rocio Santos
Dr. Arnaldo de Oliveira Junior
Dra. Mônica Cesario Pereira Cotelo
Dr. Gastão Scheffer Neto
Dra. Marilia Lucca
Dra. Eliete Aparecida Fillus
Dra. Elaine Samira Pope da Silva
Dra. Janaina Theulen Zagonel

01 – Carta Precatória n.º 012/2005, oriunda da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa – PR – JOÃO DE MATOS e SIMONE PATRÍCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA – "Para o ato deprecado (inquirição de testemunha), foi designado o dia 28/01/2005, às 15h00min" – Adv. Dr. Jospe Luiz Teleginski e Dra. Maria Goretti Pereira;

02 – Carta Precatória n.º 013/2005, oriunda da 1ª Vara Criminal da Comarca de Guarapuava – PR – ANTONIO ROCHA BURLANI – "Para o ato deprecado (inquirição de testemunha), foi designado o dia 28/01/2005, às 15h30min" – Adv. Dra. Maricléia do Rocio Santos;

03 – Carta Precatória n.º 149/2004, oriunda da Vara Criminal da Comarca de Cambé – PR – GILMAR MARTINS, JOÃO FERREIRA RODRIGUES DA SILVA, MARCOS CORREIA DE ARAÚJO e GENIVALDO CAMARGO – "Para o ato deprecado (inquirição de testemunha), foi designado o dia 26/06/2006, às 13h00min" – Adv. Dr. Arnaldo de Oliveira Junior e Dra. Mônica Cesario Pereira Cotelo;

04 – Processo Crime n.º 124/2004 – GILSON ANTUNES DOS SANTOS / FRANCISCO ALVES DA SILVA – "Para inquirição das testemunhas arroladas pela defesa foi designado o dia 27 de janeiro de 2005 às 14 horas" – Dr. Gastão Scheffer Neto / Dra. Marilia Lucca / Dra. Eliete Aparecida Fillus

05 – Processo Crime n.º 151/2004 – HELENA MARTINS DE CAMPOS / FRANCISCO ALVES DA SILVA – "Para inquirição das testemunhas arroladas pela acusação foi designado o dia 02 de fevereiro de 2005 às 14 horas" – Dra. Marilia Lucca / Dra. Eliete Aparecida Fillus

06 – Processo Crime n.º 282/2001 – ELIAS ALVES DOS ANJOS – "À defesa para apresentação de alegações finais no prazo legal" – Dra. Elaine Samira Pope da Silva / Dra. Janaina Theulen Zagonel

Toledo

COMARCA DE TOLEDO – PARANÁ
VARA CRIMINAL
JUÍZ DE DIREITO DESIGNADO: RODRIGO RODRIGUES DIAS
ÍNDICE NOMINAL DOS ADVOGADOS INTIMADOS NESTA RELAÇÃO
Nº 03/2005.

1 - DR. VITOR HUGO SCARTEZINI
2 – DR. HÉLIO LULU
3 – DR. GETÚLIO MARCONDES

1. Processo Crime nº 2004.292-5 – Réu: Fabio Henrique Barbosa – Intimá-lo para que apresente as razões do recurso de apelação, no prazo legal (art. 588, CPP) **.** Adv: **Vitor Hugo Scartezini.**

2. Processo Crime nº 2002.101-1– Réu: Eleandro Martins Pereira – cientificá-lo dos documentos juntados às fls 385/386**.** Adv: **Hélio Lulu.**

3. Processo Crime nº 171/2000 – Réu(s): Augustinho Meinerz e Eduir Meinerz – cientificá-lo do retorno dos autos bem como do V. Acórdão. Adv.: **Hélio Lulu.**

4. Pedido de Liberdade Provisória sem fiança nº 2005.19-3 – Requerente: Cicero Inácio Pereira – Intimá-lo do indeferimento do pedido, e, de consequência, determinada a manutenção da custódia cautelar. Adv.: **Getúlio Marcondes.**

5. Processo Crime n.º 2004.1163-0 – Réu: **André Ferreira Carneiro** – Intimá-lo acerca da expedição da Carta Precatória para inquirição das testemunhas arroladas na defesa prévia, bem como, da designação de data para a realização de referido ato deprecado, a qual será no dia 26/01/2005, às 14:00 horas, perante o juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel/PR. Adv.: **Vitor Hugo Scartezini**.

6. Pedido de Relaxamento de Flagrante nº 2005.40-1 – Requerente(s): Daniel Flávio Dutra de Oliveira e Edilson Manoel – Intimá-lo do indeferimento do pedido de relaxamento de prisão e, em consequência, a manutenção da prisão preventiva dos requerentes, eis que inalterados os motivos que lhe dão sustentáculo. Adv.: **Vitor Hugo Scartezini.**

Juizados Especiais

Cascavel

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL – PR EXTENSÃO AMIC.
RELAÇÃO DOS DESPACHOS E SENTENÇAS PROFERIDAS PELA MM. JUIZA DE DIREITO SUPERVISORA DRA SANDRA BAUERMANN.
RELAÇÃO Nº 01/2005 – EXTENSÃO AMIC

(Amic) Autos 418/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X LOJA MARGARETH LTDA – **Ante o exposto, rejeito os embargos, mantendo a sentença tal como prolatada.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 432/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X ALEXSANDRO BAZEI – **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 19-20.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 415/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X GIOMAR ANTUNES FERREIRA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 19-20.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 428/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X SINARA MARTA ROCHA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 18-19.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 417/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X JAMERSON FONTES - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 19-20.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 406/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X PAULA PICCININ PAZ - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 19-20.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 416/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X JONECI MORAES DE LIMA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 19-20.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.
(Amic) Autos 400/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X JEANDRO MILITAO - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 19-20.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 407/04 – Cobrança – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X SEBASTIÃO ARNALDO DOMINGUES - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 22-23.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 419/04 – Execução – IVANKIO & FERREIRA LTDA – ME X TATIANE MONDELI - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 19-20.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 401/04 – Execução – LOJA RIO GRANDE LTDA X EDITHE BARRO SIMIONATO - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 427/04 – Execução – LOJA RIO GRANDE LTDA X ALEX ROMANINO PEREIRA DA SILVA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 408/04 – Execução – LOJA RIO GRANDE LTDA X ELIANDRA DA COSTA VALLE - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 17-18.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 425/04 – Execução – LOJA RIO GRANDE LTDA X THIAGO PEREIRA DE SOUZA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 404/04 – Execução – LOJA RIO GRANDE LTDA X NILTON CESAR TOLOMEOTTI - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 16-17.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 422/04 – Execução – LOJA RIO GRANDE LTDA X JOSÉ CARLOS HOFFMANN - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 426/04 – Execução – LOJA RIO GRANDE LTDA X DANIEL PAES LANDIM DA SILVA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 399/04 – Cobrança – LOJA RIO GRANDE LTDA X ACIR FERREIRA DE MIRANDA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 430/04 – Cobrança – LOJA RIO GRANDE LTDA X CAMILA DE MOURA FIUZA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 15-16.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 420/04 – Cobrança – LOJA RIO GRANDE LTDA X DARIO JOSE ZAMPIROLO - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 421/04 – Cobrança – LOJA RIO GRANDE LTDA X DANILO MALAQUIAS DA ROSA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 403/04 – Cobrança – LOJA RIO GRANDE LTDA X JONECI MORAES DE LIMA - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 429/04 – Cobrança – LOJA RIO GRANDE LTDA X ALMERI MARQUES - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 402/04 – Cobrança – LOJA RIO GRANDE LTDA X MARA SILVANA MICHILINI - **Ante o exposto, indefiro o pedido de fls. 14-15.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 148/04 – Execução – COZER BANDEIRA MADEIRAS LTDA - ME X VALDIR ANTONIO GEBAUER - **Ante o exposto, rejeito os embargos, mantendo a sentença tal como prolatada** ADV. DR. ROGER DEIVIS LEITE.
(Amic) Autos 255/04 – Execução – COZER BANDIERA MADEIRAS LTDA - ME X AIRTON LUIZ DA COSTA - **Ante o exposto, rejeito os embargos, mantendo a sentença tal como prolatada.** ADV. DR. ROGER DEIVIS LEITE.

(Amic) Autos 287/03 – Cobrança – PIOVEZAN E CECHIN LTDA X IVANILDE DIAS DOS SANTOS – **Indefiro o pedido de fls. 26, vez eu não houve a homologação do acordo, pelos fundamentos constantes em fls.24.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 600/01 – Cobrança – TUPI SCREEN X ANDERLE DA SILVA – SILVALUX – **Intime-se o autor para, em 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção da execução pelo abandono.** ADV. DR JEAN CARLOS MACHADO, DRA. MARCIA REGINA WERNER.

(Amic) Autos 1294/01 – Execução – VITORINO COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA X CLAUDETE PORTA – **Intime-se a parte autora para trazer aos autos a qualificação da executada (documentos: RG, CPF e filiação), vez que necessário para expedição de eventual mandado de prisão.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 1204/04 – Cobrança – ABRASOLDA-COMÉRCIO DE ABRASIVOS LTDA X IVONETE SIMÃO DE SOUZA - **Defiro o pedido de desentranhamento dos títulos, somente ao reclamante, mediante cópia anexa aos autos.** ADV. DRA. LEILA CRISTINA FERREIRA.

(Amic) Autos 113/04 – Cobrança – DUDAMAR COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA X ALMIR GARCIA LACERDA - **Diante a instalação da 2ª Secretaria do Juizado Especial, indefiro a reabertura dos autos, vez que nova ação deverá ser proposta, o que não poderá se dar nos próprios autos. Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados para entrega ao autor.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 71/04 – Execução – DUDAMAR COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA X ROSANGELA MARTINS DA SILVA – DECLARO SUSPENSA **a presente execução, até o integral cumprimento do acordo, o que faço com fundamento no artigo 792 e respectivo parágrafo do Código de Processo Civil.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 917/03 – Execução – COMERCIAL FRIES DE FERRAGEM LTDA X PATRICIA MAISTROVICZ MANOEL – **Intime-se o procurador da Exeqüente para informar se houve a composição entre as partes.** ADV. DR. MILTON LUIZ ALVES, DR JONIAS DE O. E SILVA.

(Amic) Autos 1001/01 – Execução – DUDAMAR COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA X JOSE ELIAS PIRES SANTOS – **Audiência conciliatória para o dia 02 de fevereiro de 2005, às 13:40, Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 114/04 – Cobrança – DUDAMAR COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA X DANIEL SERGIO DE OLIVEIRA - **Audiência conciliatória para o dia 14 de fevereiro de 2005, às 14:00, Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 704/03 - Execução – J. BELOTTO E CIA LTDA X LOURDES M. ANTUNES DE SOUZA MOREIRA – **Audiência conciliatória para o dia 02 de fevereiro de 2005, às 14:00, Rua da Lapa 1927 – Centro..** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 1131/03 - Execução – J. BELOTTO E CIA LTDA

X SUZANA ALVES DA SILVA – **Audiência conciliatória para o dia 04 de fevereiro de 2005, às 13:20 Rua da Lapa 1927 – Centro..** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 992/03 – Cobrança – AUTO MECANICA CAUS LTDA X CRISTIANE ALVES VASCONCELOS – **Audiência conciliatória para o dia 04 de fevereiro de 2005, às 15:20, Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DRA. JAQUELINE.

(Amic) Autos 821/03 – Execução – BIGPLAC COM. DE MATERIAIS P/ INDUSTRIA MOVELEIRA LTDA X ERLI ANTES - **Audiência conciliatória para o dia 04 de fevereiro de 2005, às 13:40 Rua da Lapa 1927 – Centro..** ADV. DRA. SILVANIA GONÇALVES DE MORAIS.

(Amic) Autos 659/02 – EXECUÇÃO – C N SCHNEIKER & CIA LTDA X AUTO MECANICA FAORO – **Audiência conciliatória para o dia 04 de fevereiro de 2005, às 14:20 Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DR. LUIZ PAULO WILLE, DRA ROSSANA DO NASCIMENTO.

(Amic) Autos 1314/01 – COBRANÇA – SIGNOR E ORLANDI LTDA X CÉLIA HAUS - **Audiência conciliatória para o dia 04 de fevereiro de 2005, às 15:40 Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DR. MICHEL ARON PLATCHEK.

(Amic) Autos 526/01 – COBRABÇA – JOSE ANDRADE DE SOUZA X CLEUSA BRAZ – **Audiência conciliatória para o dia 04 de fevereiro de 2005, às 14:00 Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DR. LEONARDO DOLFINI AUGUSTO.

(Amic) Autos 1351/02 – COBRANÇA – A. M. SOUZA CALÇADOS LTDA X VITORIA DE LIMA - **Audiência conciliatória para o dia 02 de fevereiro de 2005, às 15:00 Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DRA. JANAINA DOCKHORN MACHADO.

(Amic) Autos 1162/02 – COBRANÇA – MT MORAIS GABRIEL X SIRLEI INÁCIO SARMENTO - **Audiência conciliatória para o dia 02 de fevereiro de 2005, às 14:20 Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRSITIANE SILVA.

(Amic) Autos 919/02 – EXECUÇÃO – CIRINEU VACARI – ME X AMARILDO ANTONIO DE ALCANTARA - **Audiência conciliatória para o dia 02 de fevereiro de 2005, às 14:40 Rua da Lapa 1927 – Centro.** ADV. DRA. PRISCILA DO NASCIMENTO SEBASTIÃO.

(Amic) Autos 1207/03 – EXECUÇÃO – LOJA RIO GRANDE LTDA X SEBASTIÃO ARNALDO DOMINGUES – **Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, IV da Lei 9.099/95. Oportunamente devolvam-se os documentos a parte autora.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 1164/03 – EXECUÇÃO – LOJA RIO GRANDE LTDA X MARCELO WORDELL GUBERT – **Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, IV da Lei 9.099/95. Oportunamente devolvam-se os documentos a parte autora.** ADV. DRA. GIANI LANZARINI DA ROSA LIMA.

(Amic) Autos 409/03 – Execução – J. BELOTTO E CIA LTDA X ADENILSON JORGE KANIGOSKI – HOMOLOGO **por sentença para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais o acordo firmado entre os litigantes, que fica fazendo parte integrante desta decisão e, via de conseqüência,** DECLARO SUSPENSO **o presente processo, o que faço, com fundamento no artigo 792 do Código de Processo Civil.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 932/02 – Execução – J. BELOTTO E CIA LTDA X MARCOS CESAR DE MORAES – **Considerando que até a presente data a parte requerente não se manifestou nos presentes autos, deixando de praticar atos e diligências que são de sua responsabilidade, com fundamento no inciso III do artigo 267 do Código de Processo Civil,** DECLARO EXTINTO **o presente processo, sem julgamento do mérito, em razão do abandono de causa.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 383/02 – COBRANÇA – PIOVEZAN E CECHIN LTDA X MARIA LURDES ROSO –DECLARO EXTINTO **o presente processo, sem julgamento do mérito, o que faço com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, combinado com as disposições da Lei n.º 9.099/95. Oportunamente arquivem-se, dando-se baixa na distribuição.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 288/03 – COBRANÇA – PIOVEZAN E CECHIN LTDA X ADRIANA BALTAZAR DA SILVA – **Considerando que até a presente data a parte requerente não se manifestou nos presentes autos, deixando de praticar atos e diligências que são de sua responsabilidade, com fundamento no inciso III do artigo 267 do Código de Processo Civil, combinado com as disposições da lei n.º 9099/95,** DECLARO EXTINTO **o presente processo, sem julgamento do mérito, em razão do abandono de causa.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 201/02 – COBRANÇA – PIOVEZAN E CECHIN LTDA X ARCINDO LOPES E MARLENE GOMES DE OLIVEIRA – HOMOLOGO **por sentença para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais o acordo firmado entre os litigantes, que fica fazendo parte integrante desta decisão.** ADV. DRA. FRANCIELLE CRISTIANE SILVA.

(Amic) Autos 184/03 – COBRANÇA – DUDAMAR COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA X OSMAR DOS SANTOS ANTUNES – **Ante o total cumprimento do acordo, já homologado em fls 28,** DECLARO EXTINTO **o presente processo com julgamento do mérito, o que faço com fundamento no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil, combinados com as disposições da Lei n.º 9.099/95.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 1267/03 – Cobrança – DUDAMAR COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA X MARCIO SILVA SANTOS – HOMOLOGO **por sentença para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais o acordo firmado entre os litigantes, que fica fazendo parte integrante desta decisão.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 194/04 – Execução – DUDAMAR COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA X ARLINDO DE OLIVEIRA – **Ante o exposto,** JULGO EXTINTO **o processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, II da Lei 9.099/95 c/c artigo 267, IV, do CPC. Autorizo o desentranhamento dos títulos acostados à inicial.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 1120/03 – Execução – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ROSINEI VILA NOVA – **Ante o exposto, e considerando o mais que dos autos consta, com fundamento no parágrafo 4º do artigo 53 Lei 9.099/95,** DECLARO EXTINTO**, o presente processo de execução. Autorizo o desentranhamento dos títulos acostados à inicial para a entrega a parte exeqüente, mediante cópia e certidão nos autos.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 221/04 – Cobrança – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA X SALETE SIMÃO – **Ante o exposto,** JULGO EXTINTO **o processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, II da Lei 9.099/95 c/c artigo 267, IV, do CPC. Autorizo o desentranhamento dos títulos acostados à inicial.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 130/03 – Cobrança – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA X TEREZA DALL'ANORA MACHADO – HOMOLOGO **por sentença para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais o acordo firmado entre os litigantes, que fica fazendo parte integrante desta decisão.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 197/04 – Cobrança – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA X DIVA ALVES DE OLIVEIRA – **Ante o exposto,** JULGO EXTINTO **o processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, II da Lei 9.099/95 c/ c artigo 267, IV, do CPC. Autorizo o desentranhamento dos títulos acostados à inicial.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 82/04 – EXECUÇÃO – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA X SUZANA APARECIDA CORREIA – **Ante a notícia de que houve composição entre as partes,** JULGO EXTINTO **o presente processo com julgamento de mérito, o que faço com fundamento no artigo 794 I, do Código de Processo Civil, combinado com as disposições legais da Lei nº 9099/95. Autorizo o desentranhamento dos títulos mediante cópia anexa aos autos, somente à executada.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 201/04 – Cobrança – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA X ROSALINA DE ARAUJO FERREIRA – **Ante o exposto,** JULGO EXTINTO **o processo, sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, II da Lei 9.0099/ 95 c/c artigo 267, IV, do CPC. Autorizo o desentranhamento dos títulos acostados à inicial.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 158/04 – Cobrança – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA X EVANILDE ANTUNES DE LIMA – HOMOLOGO **por sentença para que produzam os seus efeitos jurídicos e legais o acordo firmado entre os litigantes, que fica fazendo parte integrante desta decisão.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

(Amic) Autos 114/03 – Cobrança – DUDAMAR COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA X JOSE BARROSO DA SILVA – DECLARO EXTINTO**, o presente processo, o que faço com fundamento no inciso VI do artigo 51 da Lei 9.099/95.** ADV. DR. EDSON DEMARCH DOS SANTOS.

Maringá

SEGUNDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
COMARCA DE MARINGÁ – PR
RELAÇÃO Nº 01/05
JUIZ DE DIREITO: DR. HUMBERTO LUIZ CARAPUNARLA

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

ADELCIO JOSE ZENNI	55	919/04
ADILSON REINA COUTINHO	40	2213/01
ADRIANA GASTALDI	25	776/04
ADRIANO MARCOS MARCON	70	834/04
AIRTON KEIJI UEDA	43	3718/03
ALESSANDRO DE GASPARO PINTO	57	1143/02
ALESSANDRO DE GASPARO PINTO	58	2638/01
ALEX DIMI POMIN	24	1232/04
ALISSON SILVA ROSA	72	2798/03
ANA MARIA BRENNER	39	224/04
ANA MARIA BRENNER	63	118/04
ANICI PREMEMBIDA	40	2213/01
ANTONIO CAMARGO JUNIOR	02	1120/04
ANTONIO CARLOS B. NARENTE	28	527/03
ANTONIO CARLOS GOMES	10	226/04
ANTONIO CARLOS MARTINI	15	1284/02
ANTONIO ROGERIO	65	3360/03
APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES	15	1284/02
APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES	76	1080/04
ARI ALVES PEREIRA	66	922/04
ARNILDO ANGELI	06	3634/02
AUGUSTO GIROTO ALEXANDRINO	22	1220/04
BRÁULIO BELINATI GARCIA PEREZ	20	1206/04
CAROLINA DE F. B, COMIT	75	240/04
CAROLINA DE F. B. DOMIT	69	851/04
CÉSAR AUGUSTO MORENO	79	1198/04
CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE	06	3634/02
CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE	07	1002/04
CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE	42	226/02
CESASR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE	26	08/03
CLARICE G.CAMPOS	27	3462/03
CLEBER SOUZA TORRES	49	3068/01
CLEUZA A. VALÉRIO	20	1206/04
CLEVERSON MARCEL COLOMBO	64	1191/04
CLEVERSON MARCEL COLOMBO	67	1027/04
DANIELA OLIVEIRA FERNANDES ALMEIDA	49	3068/01
DOUGLAS L. COSTA MAIA	08	18/03
EDI ERI FROEMING	15	1284/02
EDVALDO LUIZ DA ROCHA	22	1120/04
EDVALDO LUIZ DA ROCHA	30	713/04
EDVALDO LUIZ DA ROCHA	32	3686/02
EDVALDO LUIZ DA ROCHA	48	131/04
EDVALDO LUIZ DA ROCHA	75	240/04
EDVALDO LUIZ DA ROCHA	76	1080/04
ELIANE REGI NA DOS SANTOS	16	839/04
ELIANE REGINA DOS SANTOS	01	935/04
ELIDA CRISTINA MONDADORI	33	720/04
ÉRIKA FERNANDA RAMOS	77	816/04
ÉSTER ALVES DE LIMA	52	1265/03
EUCLIDES LOPES COTRIM	45	1604/00
EUCLIDES LOPES COTRIM	68	1615/00
EUSTAQUIO DE OLIVEIRA JUNIOR	31	407/02
FABIANA MARIA GRIGGIIO	50	2623/02
FABIO ALEXANDRE PEREZ	21	564/04
FRANCIELE APARECIDA ROMERO SANTOS	44	3404/03
FRANCISCO MACHADO DE JESUS	45	1604/00
FRANCISCO MACHADO DE JESÚS	68	1615/00
GLÁUCIO HASHIMOTO	16	829/04
HELESSANDRO L. TRINTINALIO	34	1133/04
HERMES ALENCAR DALDIN RATHIER	29	206/04
HIPÓLITO N. PORTO JUNIOR	11	950/04
INGO HOFMANN JUNIOR	37	199/04
IRACEMA M. CADIDE	77	816/04
IVONE GUASTALLA DOS SANTOS	05	3669/03
JOÃO AMARO DE FARIA FILHO	19	293/03
JOÃO AUGUSTO DE ALMEIDA	70	834/04
JOÃO EVERALDO RESMER VIEIRA	29	206/04
JOSE AUGUSTO DE ARAÚJO NORONHA	13	86/04
JOSE GONZAGA SORIANI	05	3669/03
JOSE PLÍNIO SILVA	17	1060/04
JOSE SEBASTIÃO DE OLIVEIRA	16	829/04
JULIANA SIQUEIRA	12	705/04
JULIANO L. ZANELATO	70	834/04
JULIO A. G. ALEXANDRNO	02	1120/04
LAÉRCIO NORA RIBEIRO	78	908/04
LAIRDE ANDRIAN DE MELO LIMA	12	705/04
LEANDRA DIEGA VAGNER	23	1045/04
LEANDRA DIEGA WAGNER	22	1220/04
LEANDRO O. PEIXOTO	12	705/04
LECIR MARIA SCALASSARA	69	851/04
LUCIENE G. TEIDER ARAÚJO COSTA	49	3068/01
LUIS HENRIQUE A. DA COSTA	59	806/04
LUIZ AUGUSTO W. TAQUES	17	1060/04
LUIZ MANRIQUE	13	86/04
MARA A. ROLIM	28	527/03
MARCELO ANTONIO L. P. PEREIRA	34	1133/04
MARCELO DANTAS LOPES	46	610/04
MARCELO PAULO SAUTCHUK MARCHI	62	2334/03
MARCIO F. CANDEO DOS SANTOS	20	2697/03
MARCIO ROGÉRIO DEPOLLI	20	1206/04
MARCOS ANTONIO PIOLA	74	1165/04
MARIA VIRGINIA F. M. DE PAULA XAVIER	09	33/03
MARLENE DE CASTRO MARDEGAM	38	989/04
MAURO L. SIQUEIRA DA SILVA	20	2697/03
MIGUEL LIOGGI NETTO	10	226/104
MIIKEN JACQUELINE CENERINI	54	2943/02
NEIDE PEREIRA GREMES DE ARAUJO	53	1028/04
OLDEMAR MARIANO	79	1198/04
ORLANDO ALEXANDRINO	01	935/04
ORLANDO ALEXANDRINO	02	1120/04
ORLANDO ALEXANDRINO	18	936/04
ORLANDO ALEXANDRINO	19	293/03
ORLANDO ALEXANDRINO	30	713/04
ORLANDO ALEXANDRINO	32	3686/02
ORLANDO ALEXANDRINO	48	131/04
ORLANDO ALEXEDRINO	22	1220/04
PAULO ROBERTO DOS SANTOS	03	1169/04
PLÍNIO MOCH	28	527/03
RAPHAEL ANDRESON LUQUE	36	1323/04
RENATA MONDADORI COSTA	03	1169/04
RENATO RIBECHI	41	123/04
RICARDO LUIS RIBEIRO DE FREITAS	33	720/04
RICARDO POHLOT PERFEITO	26	08/03
ROBERTA PATRICIA F. ROCHA	59	806/04
RODRIGO CAMPOS ZAQUIM	34	1133/04
RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO	12	705/04
RODRIGO VALENTE G. TEIXEIRA	51	2108/02
RODRIGO VALENTE G. TEIXEIRA	73	1692/03
RÔMULO TAFARELO	71	3322/03
ROSANGELA CRISTINA BARBOSA SLEDER	47	799/04
ROSANGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER	27	3462/03
ROSANGELA F. JACOMINI	04	1029/04
ROSANGELA F. JACOMINI	61	763/03
RUBENS MELLO DAVID	56	596/04
RUI CARLOS APARECIDO PICOLO	24	1232/04
SIRLENE MARIA MARONEZE CAPELATO	18	936/04
TARCIZIO FURLAN	72	2798/03
VALDELICE DE LOURDES PALMIEIRI	18	936/04
VALERIO GALDINO	37	199/04
VANIO CÉSAR POPPI	77	816/04
VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO	35	1356/04
VIVIAN C. CASTELLANO	13	86/04
WALBER PAVANI	14	254/04
WANDERLEI RODRIGUES SILVA	31	407/02
WILLIAM FRANCIS DE OLIVEIRA	23	1045/04
WILSON CLÁUDIO DA SILVA	20	2697/03
WILSON ZANATA RUBIO	25	776/04
WILTON FERRARI JACOMINI	07	1002/04
WLADINER RABATSKI LIMIERI	60	3568/03

01 – AÇÃO DE COBRANÇA - 935/04 – ALZENI ALVES DE SOUZA X SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado a pagar para a parte Reclamante o equivalente a 11,85 salários mínimos..." ADV.ELIANE REGINA DOS SANTOS / ORLANDO ALEXANDRINO

02 – AÇÃO DE COBRANÇA - 1120/04 – MARIA DE LOURDES DA SILVA X ITAÚ SEGUROS - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado a pagar para a parte Reclamante o equivalente a 2,63 salários mínimos..." ADV. ANTONIO CAMARGO JUNIOR / ORLANDO ALEXANDRINO e JULIO A G. ALEXANDRINO

03 – AÇÃO DE COBRANÇA - 1169/03 – LUCIA Y. Y. YAMADA X JOSÉ L. BULLA e OUTRA - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado a pagar para a parte Reclamante a quantia de R$ 1.095,20..." ADV.PAULO ROBERTO DOS SANTOS / RENATA MONDADORI COSTA

04 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1029/04 – CÉLIO AP. FRANGILO X MARIA DO CARMO RODRIGUES - Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 15/02/05, às 08.45 horas. ADV. ROSANGELA F. JACOMINI /

05 – AÇÃO DE COBRANÇA - 3669/03 – WILSON L. BIASOTTO X JOÃO MORI - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado a pagar para a parte Reclamante a quantia de R$ 270,00..." ADV.IONE GUASTALLA DOS SANTOS / JOSÉ GONZAGA SORIANI

06 – AÇÃO DE COBRANÇA - 3634/02 – VALDEMAR APARECIDO CARREIRA X TÂMARA COM. DE EXTINTORES - "POSTO ISSO, julgo IMPROCEDENTE a exceção de pré-executividade apresentada pela executada às fls. 18/20, determinando o prosseguimento da execução em todos os seus termos..." ADV. CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE / ARNILDO ANGELI

07 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 1002/04 – JOÃO CARLOS PRESCHI X BRASIL TELECOM – "julgo extinto o presente processo, com julgamento do mérito, para declarar totalmente procedente o pedido constante da inicial, para condenar a requerida, a indenizar a requerente em danos morais no importe de quatro salários mínimos..." ADV. WILTON FERRARI JACOMINI / CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE

08 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 18/03 – ROSNEY EVANDRO CONTARDI X BCR - Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25/02/2005, às 14.30 horas. ADV. DOUGLAS L. COSTA MAIA

09 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 33/03 – ELISANGELA FARIAS X OSVALDO ANTONIO ALVES PEREIRA - "POSTO ISSO, "ad referendum" julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial..." ADV. MARIA VIRGÍNIA F. M. DE PAULA XAVIER /

10 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 226/04 – MARIO F. DE ANDRADE X MARCIO ANTOIO COIRADAS – "julgo PROCEDENTE para condenar o requerido a pagar ao Autor a quantia de R$ 1.615,00..." ADV; ANTONIO CARLOS GOMES / MIGUEL LIOGGI NETTO

11 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 950/04 – HIPÓLITO N. PORTO JUNIOR X CARLOS BURGARDH - Audiência de embargos para o dia 04/03/05 às 14.30 horas. ADV. HIPÓLITO N. PORTO JUNIOR

12 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 705/04- MICHELE FERREIRA X SANSUNG / GLOBAL TELECOM e S. S. BRAGA & CIA – "Diante do exposto, julgo PROCEDENTE em parte, a presente ação para o fim de condenar as requeridas SANSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA, GLOBAL TELECOM e S.S. BRAGA & CIA a pagarem solidariamente a Autora, a quantia de R$ 1.177,71..." ADV. LAIRDE ANDRIAN DE MELO LIMA / LEANDRO O PEIXOTO / RODRIGO MOREIRA DE ALMEIDA VIEIRA NETO / JULIANA SIQUEIRA

13 – AÇÃO DE COBRANÇA - 86/04 – LUCI WATAKABE X BANCO UNIBANCO – "POSTO ISSO, recebo os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para, de conseqüência, REJEITÁ-LOS mantendo todos os termos da sentença em atacada" ADV. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE NORONHA e VIVIAN C. CASTELLANO / LUIZ MANRIQUE

14 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 254/04

ANTONIO CELLINI X SANDRA M. SUGUMOTO - Audiência de embargos para o dia 18/02/2005, às 13.30 horas. ADV. WALBER PAVANI

15 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 1284/02 – ALBERTINA R. G. CORDEIRO X O DIÁRIO e JUDITE DE OLIVEIRA – "julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por Albertina R. G. Cordeiro contra EDITORA CENTRAL LTDA. julgo EXTINTO o processo em relação a 2ª Requerida, JUDITE DE OLIVEIRA, nos termos do art. 267, VI, face a sua ilegitimidade passiva "ad causam" ADV. EDI ERI FROEMING / ANTONIO CARLOS MARTINI / APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES

16 – RESCISÃO CONTRATUAL CC REINTEGRAÇÃO DE POSSE –839/04- QUEZIA R. MOREIRA e OUTRO X MICHELLE G. DE OLIVEIRA – "julgo extinto o feito, com julgamento do mérito, para declarar completamente improcedente o pedido constante da inicial, deixando de declarar rescindido o contrato celebrado entre as partes. Julgo o processo extinto sem julgamento do mérito em relação ao Autor VALDECI MARINHO DE SOUZA, por entender não ser este parte legítima para figurar no pólo ativo do feito". ADV. ELIANE REGINA DOS SANTOS / GLÁUCIO HASHIMOTO e JOSÉ SEBASTIÃO DE OLIVEIRA /

17- INDENIZAÇÃO – 1060/04 – SIDICLEI E. PILHO X EXPRESSO MARINGÁ – "julgo extinto o presente processo, com julgamento do mérito, para declarar totalmente improcedente o pedido constante da inicial, deixando de condenar a requerida ao pagamento da indenização pleiteada" ADV. JOSÉ PLÍNIO SILVA / LUIZ AUGUSTO W. TAQUES

18 – AÇÃO DE COBRANÇA - 936/04 – CARMEM RUIZ ZANIM X SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado a pagar para a parte Reclamante a quantia de R$ 10.400,00..." ADV.SIRLENE MARIA MARONEZE CAPELATO e VALDELICE DE LOURDES PALMIERI / ORLANDO ALEXANDRINO

19 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 293/03 – LUIZ CARLOS SOUZA DE PAULA X NELSON FERRARI – "POSTO ISSO, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial...julgo PROCEDENTE o PEDIDO CONTRAPOSTO efetivado pelo reclamado NELSON FERRARI em face do Reclamante, a quantia de R$ 497,49..." ADV. JOÃO AMARO DE FARIA FILHO / ORLANDO ALEXANDRINO

20 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS –2697/03- CRIZANTE P. DE AZEVEDO X VIA COLOMBO VEÍCULOS e EMILIO MOCHI - "POSTO ISSO, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial desta AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS..." ADV. MARCIO F. CANDÉO DOS SANTOS e MAURO L. SIQUEIRA DA SILVA / WILSON CLÁUDIO DA SILVA

20a – AÇÃO DE COBRANÇA - 1206/04 – WALTER APARECIDO COSTA X BANCO ITAÚ – "POSTO ISSO, recebo os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para, de conseqüência, REJEITÁ-LOS..." ADV. CLEUZA A VALÉRIO / BRÁULIO BELINATI GARCIA PEREZ e MÁRCIO ROGÉRIO DEPOLLI

21 – AÇÃO DE COBRANÇA - 564/04 – ME – ESTAÇÃO RETRANSMISSORA DE SARANDI X MARIA AP. G. DIAS DA SILVA – "julgo extinto o presente processo, com julgamento do mérito, para declarar totalmente procedente o pedido constante da inicial, declarando rescindida a compra e venda, condenando a requerida a pagar a requerente o valor de R$ 600,00" ADV. FÁBIO ALEXANDRO PEREZ /

22 – AÇÃO DE COBRANÇA - 1220/04 – CLÁUDIO ALVES DA SILVA X HSBC SEGUROS - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado a pagar para a parte Reclamante a quantia de R$ 10.400,00..." ADV. EDVALDO LUIZ DA ROCHA / ORLANDO ALEXANDRINO e JULIO AUGUSTO GIROTTO ALEXANDRINO / LEANDRA DIEGA WAGNER

23 – AÇÃO DE COBRANÇA - 1045/04 – SILVIA ROSANGELA BONFA X HSBC SEGUROS - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado a pagar para a parte Reclamante o equivalente a 11,86 salários mínimos..." ADV. WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA / LEANDRA DIEGA WAGNER

24 – AÇÃO DE COBRANÇA - 1232/04 – LEVY ALVES DA SILVA X FABIANE PIVETA e OUTRO - "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE o pedido inicial para, de consequência, CONDENAR o reclamado ANTONIO DE MORAES a pagar para a parte Reclamante a quantia de R$ 2.390,27... Com relação a Ré FABIANE PIVETA, julgo EXTINTO..." ADV. ALEX JIMI POMIN e RUI CARLOS APARECIDO PÍCOLO /

25 – INDENIZAÇÃO – 776/04 – LYDIA R. GAMBARINI X KS TELECOMUNICAÇÕES / AST TELECOM / SIEMENS LTDA – julgo parcialmente PROCEDENTE a presente ação, para o fim de condenar as requeridas KS TELECOMUNICAÇÕES, AST TELECOM e SIEMENS LTDA a pagarem solidariamente a Autora, a quantia de R$ 248,00..." ADV, ADRIANA GASTALDI / WILSON ZANATTA RUBIO

26- EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 08/03 – TRECXON X ADEMIR ELIZEU LAUTENSCHILAGER – "POSTO ISSO, recebo os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para, de consequência REJEITÁ-LOS..." Adv. CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE / RICARDO POHLOT PERFEITO

27 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 3462/03 – OSVALDO F. VIEIRA X MARCO ANTONIO A MEGER - Audiência de embargos para o dia 11/03/2005, às 14.30 horas. ADV. CLARICE G. CAMPOS / ROSÂNGELA CRISTINA BARBOZA SLEDER

28 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 527/03 – MARILEI APARECIDA GIMENES DE CARVALHO X IMOBILIÁRIA PAIAGUÁS – "POSTO ISSO, recebo os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para, de conseqüência, DECLARAR a improcedência do pedido contraposto em contestação, nos termos da fundamentação supra" ADV. PLÍNIO MOCHI e ANTONIO CARLOS B. NARENTE / MARA A ROLIM

29 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 206/04 – THAIS DO AMARAL VARJÃO PEDREIRA X INÊS MENEGOTO ME e OUTRO – "julgo PROCEDENT o pedido inicial para condenar os reclamados para pagarem a Autora, a quantia de R$ 5.039,00...ADV. HERMES ALENCAR DALDIN RATHIER / JOÃO EVERALDO RESMER VIEIRA

30 – AÇÃO DE COBRANÇA - 713/04 – SONIA R. CALDEIRA DA SILVA X ITAÚ SEGUROS – "julgo EXTINTO o processo sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 51, I da Lei 9099/95" ADV; EDVALDO LUIZ DA ROCHA / ORLANDO ALEXANDRINO

31 – AÇÃO DE COBRANÇA - 407/02 – WANDERLEI R. SILVA JUNIOR X MARCELO DALLA COSTA – "POSTO ISSO, julgo PROCEDENTE a presente AÇÃO intentada por WANDERLEI R. S. JUNIOR em face de MARCELO D. COSTA para o fim de DECLARAR rescindido o contrato de venda e compra efetivado ..." ADV. WANDERLEI RODRIGUES SILVA / EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA JUNIOR

32 – AÇÃO DE COBRANÇA - 3686/02 – ORLANDO MALACHIAS DOS SANTOS X ITAÚ SEGUROS – "Posto isso, recebo os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para prestar esclarecimentos e DECLARAR o que segue: A cada Autor fica assegurado o direito de proceder ao levantamento da quantia correspondente a 1/10 do valor da condenação" ADV. ORLANDO ALEXANDRINO / EDVALDO LUIZ DA ROCHA

33 – AÇÃO DE COBRANÇA - 720/04 – MARCOS ROBERTO FERREIRA X CCY IMOBILIÁRIA e CONDOMÍNIO ED. FLORIANÓPOLIS - "julgo IMPROCEDENTE a ação movida por MARCOS R. FERREIRA em face de CCY IMOBILIÁRIA e CONDOMÍNIO ED. FLORIANÓPOLIS" ADV. RICARDO LUIS RIBEIRO DE FREITAS / ELIDA CRISTINA MONDADORI /

34 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 1133/04 – AILTON ARCANJO X KLEBER LUIZ FLOES – "julgo por revelia PROCEDENTE o pedido realizado na inicial, condenando o réu a pagar ao Autor a importância de R$ 10.400,00..." Vistos. Homologo para que surtam os efeitos legais, a sentença lançada às fls. 18, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95" ADV. MARCELO ANTONIO L. P. PEREIRA / RODRIGO CAMPOS ZEQUIM e HELESSANDRO L. TRINTINALIO

35 – REVISÃO CONTRATUAL – 1356/04 – MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS PRUDÊNCIO X BANCO FININVEST – "POSTO ISSO, julgo EXTINTO o presente feito sem julgamento do mérito..." ADV. VIVALDA SUELI BORGES CARNEIRO

36 – AÇÃO DE COBRANÇA - 1323/04 – ADEMIR PEREIRA e OUTROS X BRASIL TELECOM – "Indefiro pois, o pedido de antecipação de tutela efetivado na inicial. De resto, aguarde-se a audiência já designada" ADV.RAPHAEL ANDERSON LUQUE

37 – INDENIZAÇÃO – 199/04 – AMANDA C. DE ALMEIDA DOS SANTOS X PANIFICADORA JOYCE, JOSÉ GERALDO DA LUZ e OUTROS – "Ao arquivo até ulterior manifestação dos interessados" ADV. INGO HOFMANN JUNIOR e VALÉRIA GALDINO

38 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 989/04 – ANTONIO NEVES X SONIA MIZUE TANIGUCHI - À manifestação do exeqüente acerca da certidão de fls. 10-verso–ADV. MARLENE DE CASTRO MARDEGAM

39 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 224/04 – ME – BOMILLY X ANTONIO A P. FABRÍCIO e OUTRO – Ao reclamante para indique, em 10 dias, o atual endereço do reclamado. ADV. ANA MARIA BRENNER

40 – RESCISÃO CONTRATUAL - 2213/01 – ALEX S. TORQUATO X IMPERTEX - MANIFESTAÇÃO DO EXEQÜENTE –ADV.ADILSON REINA COUTINHO e ANICI PREMEMBIDA

41 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 123/04 – ABEL NUNES DE OLIVEIRA X LUIZ MICHELE FILHO - À manifestação do exeqüente acerca da certidão de fls. 10-verso –ADV. RENATO RIBECHI

42 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 226/02 – ALMERINDA NEVES DE LEMOS X MARLI ZANELLI - À manifestação do exeqüente acerca da certidão de fls. 94-verso –ADV. CÉSAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE

43 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 3718/03 – AIRTON K. UEDA X ALESSANDRA AP. C. CARDOSO e OUTRO - Audiência de EMBARGOS para o dia 18/03/2005, às 13.30 horas. Outrossim, deve o Autor se manifestar acerca da devolução dos AR(s) eis que os executados não foram encontrados, em 10 dias. ADV. AIRTON KEIJI UEDA

44 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 3404/03 – ALEXANDRE M. DA SILVA X COPEL e TORNEARIA PARANAVAÍ – "Defiro o desentranhamento dos documentos constantes nos autos conforme requerido, devendo ser providenciada a devida substituição por fotocópia autenticada, certificando-se" ADV. FRANCIELE APARECIDA ROMERO SANTOS

45 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS - 1604/00 – ANTONIA PIRES ALVES ANDRADE X ALPHA CLUB BRASIL -"julgo EXTINTO o presente feito com fulcro no art. 51, I da Lei 9099/95 e art. 267, III do CPC, por analogia" – ADV.EUCLIDES LOPES COTRIM / FRANCISCO MACHADO DE JESUS

46 – EXECUÇÃO – 610/04 – ADELSON MATIAS DOS SANTOS X KELEN DOS SANTOS NASCIMENTO – " Deve a parte exequente indicar bens da parte executada passíveis de serem penhorados, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito" ADV. MARCELO DANTAS LOPES

47 – EXECUÇÃO – 799/04 – ANDRÉ MUNHOZ MALDONADO X ANTONIO CANOVA FILHO e OUTROS – "Considerando que os executados não apresentaram embargos no prazo legal, intime-se a parte exeqüente para que se manifeste acerca do interesse na imediata adjudicação do bem penhorado ou o prosseguimento do feito com designação de leilão" ADV. ROSANGELA CRISTINA BARBOSA SLEDER

48 - AÇÃO DE COBRANÇA - 131/04 – APARECIDO RUFINO X BRADESCO SEGUROS - "Recebo o recurso interposto somente em seu efeito de devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei 9099/95. Cumpra-se o disposto no art. 42, §2º da citada Lei" ADV. ORLANDO ALEXANDRINO / EDVALDO LUIZ DA ROCHA

49 - AÇÃO DE COBRANÇA - 3068/01 – ADRIANE B. RAMOS X CILMARA AP. DE A LOURENÇO e OUTRO -"Dê-se ciência às partes da baixa dos autos"ADV. DANIELA DE OLIVEIRA FERNANDES ALMENARA / LUCIENE G. TEIDER ARAÚJO COSTA e CLEBER DE SOUZA TORRES

50 - AÇÃO DE COBRANÇA - 2623/02 – ALEXANDRE T. ISHI X PLANALTO ENG. - MANIFESTAÇÃO DO EXEQÜENTE –ADV.FABIANA MARIA GRIGGIO

51 - AÇÃO DE COBRANÇA - 2108/02 – AIRTON OLIVARES X ALDECON - "julgo EXTINTO o presente feito com fulcro no art. 51, I da Lei 9099/95 e art. 267, III do CPC, por analogia" – ADV.RODRIGO VALENTE G. TEIXEIRA /

52 - AÇÃO DE COBRANÇA - 1265/03 – ÂNGELA M. DE OLIVEIRA X GERALDO R. DANTAS – "Impossível a intimação da sentença e citação da execução por edital, nos termos da Lei 9099/95, sendo ônus da parte Reclamante indicar o endereço da parte reclamada" ADV; ÉSTER ALVES DE LIMA

53 -EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 1028/04 – ANTONIO CARLOS BERTOLLI X SONIA MARIA RIBEIRO - "julgo EXTINTO o presente feito com fulcro no art. 269, III do CPC, por analogia. Frise-se que, em caso tais, não se procede a remessa para a Comarca competente, operando-se a extinção do feito nos termos da Lei 9099/95" – ADV.NEIDE PEREIRA GREMES DE ARAÚJO

54 – INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - 2943/02 – ANTONIO MOURA FARIAS X YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS - e CYMONA – "Converto o feito em diligência para determinar que a Reclamada YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C Ltda, apresente extrato atual da situação do Reclamante no grupo de consórcio respectivo, para que o feito possa ser julgado. O prazo é de 10 (dez) dias" ADV. MIIKEN JACQUELINE CENERINI

55 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 919/04 – ADELCIO JOSÉ ZENNI X ODAHIR C. FARIAS - À manifestação do exeqüente acerca da certidão de fls. 12 –ADV. ADELCIO JOSÉ ZENNI

56 – EXECUÇÃO – 596/04 – ADEMAR F. V. FERREIRA X VALDEMIR DE OLIVEIRA SILVA – Deve a parte exequente indicar bens passíveis de serem penhorados, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito ADV. RUBENS MELLO DAVID

57 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 1142/03 – ALESSANDRO DE GASPARO PINTO X RESTAURANTE GREVÍLHA – "Intime-se o exeqüente acerca do bem penhorado (*um carrinho SELF-SERVICE, contendo quatro rodas e oito bandejas tubular e inox – valor R$ 800,00)*" ADV. ALESSANDRO DE GASPARO PINTO

58 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 2638/01 – ALESSANDRO DE GASPARO PINTO X BRITO RORATO & CIA - À manifestação do exeqüente acerca da certidão de fls. 64-verso –ADV. ALESSANDRO DE GASPARO PINTO

59 – DESPEJO – 806/04 – AIRES MALTA DE CAMPOS X FLAVIANO WATANABE - "julgo EXTINTO o presente feito com fulcro no art. 269, III do CPC, por analogia" – ADV. LUIS HENRIQUE A DA ROSA / ROBERTA PATRÍCIA F. ROCHA

60 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 3568/03 – ARY JACOMOSSI X RONY C. R. MARTINS – "Indefiro o pedido retro, por falta de comprovação. Assim sendo, condiciono o prosseguimento do feito ao pagamento das custas processuais ou comprovação da impossibilidade de fazê-lo" ADV; WALDINER RABATSKI LIMIERI

61 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 763/03 – BENEDITO PEREIRA X EMBRATEL – "Antes de deferir a execução, manifeste a parte reclamante acerca do despacho de fls. 124" ADV. ROSANGELA F. JACOMINI

62 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 2334/03 – AGEU TORINO X PICK UP CORRETORA DE AUTOMÓVEIS - MANIFESTAÇÃO DO EXEQÜENTE – ADV.MANIFESTAÇÃO DO EXEQÜENTE –ADV.MARCELO PAULO SAUTCHUK MARCHI

63 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 118/04 – ME – ROMILLY X MARLIANE MATIELLO & SILVA - MANIFESTAÇÃO DO EXEQÜENTE –ADV.ANA MARIA BRENNER

64 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 1191/04 – ANTONIO C. M. JUNIOR X ZILDA CORREIA - À manifestação do exeqüente acerca da certidão de fls. 13ADV. CLÉVERSON MARCEL COLOMBO

65 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 3360/03 – ADRIANO CERINO DE LIMA X OSMAR P. DE CAMPOS – Deve a parte exequente indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito ADV. ANTONIO ROGÉRIO

66 - EXECUÇÃO DE CONTRATO – 922/04 – ARI ALVES PEREIRA X ANTENOR A GRELLMANN - À manifestação do exeqüente acerca dos bens penhorados –ADV. ARI ALVES PEREIRA

67 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 1027/04 – ANTONIO CARLOS M. JUNIOR X MARIA DOS SANTOS ALVES - Deve a parte exequente indicar bens passíveis de penhora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito ADV. CLEVERSON MARCEL COLOMBO

68 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS - 1615/00 – AYLTON DE DEUS MATEUS X ALPHA CLUB BRASIL -"julgo EXTINTO o presente feito com fulcro no art. 53, §4º da Lei 9099/95" – ADV. FRANCISCO MACHADO DE JESUS / EUCLIDES LOPES COTRIM

69 - AÇÃO DE COBRANÇA - 851/04 – APARECIDO D. FAVARO e OUTRA X AGF SEGUROS - "Recebo o recurso interposto somente em seu efeito de devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei 9099/95. Cumpra-se o disposto no art. 42, §2º da citada Lei" ADV. CAROLINA DE F. B. DOMIT / LECIR MARIA SCALASSARA

70 - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - 834/04 – APARECIDA V. DA SILVA X CANIPO COM. DE CALÇADOS - "Recebo o recurso interposto somente em seu efeito de devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei 9099/95. Cumpra-se o disposto no art. 42, §2º da citada Lei" ADV. JULIANO L. ZANELATO e JOÃO AUGUSTO DE ALMEIDA / ADRIANO MARCOS MARCON

71 – REINTEGRAÇÃO DE POSSE – 3322/03 – APARECIDA GONÇALVES X ROSELI ALVES - "defiro o desentranhamento dos documentos constantes nos autos conforme requerido, devendo ser providenciada a devida substituição por fotocópia autenticada, certificando-se" ADV. RÔMULO TAFARELLO

72 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 2498/03 – ANA CAROLINA F. FURLAN X CRISTIANE PEREIRA - MANIFESTAÇÃO das partes quanto ao laudo de avaliação(R$ 1.580,00)–ADV. ALISSON SILVA ROSA / TARCÍZIO FURLAN

73 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 1692/03 – AIRTON OLIVARES X DARCI F. DE OLIVEIRA e OUTRA – "...indefiro o pedido de fls. 16...deve a parte exeqüente manifestar-se acerca do interesse no imediato prosseguimento do feito, indicando bens dos executados passíveis de penhora em 10 dias, sob pena de extinção" ADV. RODRIGO VALENTE G. TEIXEIRA

74 - RESCISÃO CONTRATUAL - 1165/04 – ALICINHA VINHAIS e OUTRA X BJ SANTOS - À manifestação do exeqüente acerca do interesse na imediata execução da sentença –ADV. MARCOS ANTONIO PIOLA

75 - AÇÃO DE COBRANÇA - 240/04 – APARECIDA CONCEIÇÃO DA SILVA X HSBC SEGUROS - "Recebo o recurso interposto somente em seu efeito de devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei 9099/95. Cumpra-se o disposto no art. 42, §2º da citada Lei" ADV. CAROLINA DE F. B. DOMIT / EDVALDO LUIZ DA ROCHA

76 - AÇÃO DE COBRANÇA - 1080/04 – APARECIDA PATRIALLI SOARES X BRADESCO SEGUROS - "Recebo o recurso interposto somente em seu efeito de devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei 9099/95. Cumpra-se o disposto no art. 42, §2º da citada Lei" ADV. APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES / EDVALDO LUIZ DA ROCHA

77 – DECLARATÓRIA – 816/04 – ANTONIO POPPI X BRASIL TELECOM - "Recebo o recurso interposto somente em seu efeito de devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei 9099/95. Cumpra-se o disposto no art. 42, §2º da citada Lei" ADV. VANIO CÉSAR POPPI e IRACEMA M. CADIDÉ / ÉRIKA FERNANDA RAMOS

78 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL– 908/04 – ANTONIO JUSTINO FERREIRA X ROSANA AP. KOWALEZUCK - "julgo EXTINTO o presente feito com fulcro no art. 794, I do CPC, por analogia" – ADV.LAÉRCIO NORA RIBEIRO

79 -AÇÃO DE COBRANÇA - 1198/04 – BRONISLAVA F. WOZNIAK e OUTRA X HSBC - "Recebo o recurso interposto somente em seu efeito de devolutivo, nos termos do art. 43 da Lei 9099/95. Cumpra-se o disposto no art. 42, §2º da citada Lei" ADV. OLDEMAR MARIANO / CÉSAR AUGUSTO MORENO

PRIMEIRO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
COMARCA DE MARINGÁ – PR
RELAÇÃO Nº 02/2005
JUIZ DE DIREITO: DR. WALDEMAR DA COSTA LIMA NETO
SECRETÁRIA: CILENE FANHANI

ÍNDICE DE PUBLICAÇÃO

CARLOS LEMES DA SILVA	01	354/03
CARLOS LEMES DA SILVA	02	1968/03
EDVALDO LUIZ ROCHA/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	03	850/04
EDVALDO LUIZ DA ROCHA/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	04	1056/04
WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA/ RODRIGO VALENTE GIUBLIS TEIXEIRA	05	3706/03

MARLI REGINA RENOSTE VIELI	06	1280/04
MARLI REGINA RENOSTE VIELI	07	1278/04
MARLI REGINA RENOSTE VIELI	08	1279/04
SÉRGIO SAES	09	1009/03
JOÃO DE MELO SOBRINHO	10	3185/02
LUIS CARLOS DOS SANTOS	11	1272/04
YASMINE FERNANDES/ ALECSANDRE GALDIANO DARÉ/ ODAIR VICENTE MORESCHI	12	1140/03
EDVALDO LUIZ DA ROCHA/ORLANDO ALEXANDRINO	13	69/04
REGINA CÉLIA CARDOSO DE ANDRADE ASSIS/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	14	1026/04
WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA/ ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	15	1207/04
EDVALDO LUIZ DA ROCHA/ CAROLINA DE FREITAS BARBOSA DOMIT	16	1225/04
ANTÔNIO CAMARGO JÚNIOR/ WILSON CLÁUDIO DA SILVA/ANA HELOIA ZAGONEL NEGRÃO	17	995/04
ROOSEVELT MAURÍCIO PEREIRA/ TATIANA MANNA BELLASALMA	18	2273/02
SANDRO ROGÉRIO PASSOS/LUIZ EDUARDO VOLPATO	19	3192/02
AMANDA SANTINONI/FÁBIO ALEX SGOBERO/DIRCEU GALDINO	20	1216/04
MARLENE TISSEI/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA	21	3116/03
LECIR MARIA SCALASSARA/ CAROLINA DE FREITAS BARBOSA DOMIT	22	3167/03
MARLENE TISSEI	23	1296/04
SÉRGIO RICARDO RIBEIRO DE NOVAIS/ANTÔNIO CAMARGO JÚNIOR	24	896/04
EDNA DE SOUZA MAZIA/MÔNICA DALTOÉ	26	717/03-ME
RENATA DE SOUSA ARAÚJO/NELSON PASCHOALOTTO	27	1071/04
SILVIO SUNAYAMA DE AQUINO	28	429/04
MARIA LUIZA BACCARO	29	1276/04
WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA/ NOBUO NISHIMOTO	30	50/02
MARCELINO F ALONSO TRUCILLO	31	1656/03
MÁRCIO PIRES DE ALMEIDA	32	844/04
ELOIZA PRADO DE MELO/DANIELE SIMM/MARCELO DANTAS LOPES/ JANAINA DE O CAMPOS SANTOS	33	1405/03
EDMYLSON PENA DOS SANTOS/ EDMAR LUIZ COSTA JÚNIOR	34	3560/03
HIPÓLITO NOGUEIRA PORTO JÚNIOR/ ADAIR PERES DE CARVALHO	35	358/04
ROBERTA PATRÍCIA FIGUEIREDO ROCHA/EDMYLSON PENA DOS SANTOS	36	793/03
KELLY CRISTINA TRAJANO	37	361/04
VERA LÚCIA BASSETO	38	2593/99
ANA MARIA BRENNER	39	223/04-ME
MARLI REGINA RENOSTE VIEL	40	1309/04
EDVALDO LUIZ DA ROCHA/ORLANDO ALEXANDRINO	41	373/04
ALÍCIO MALAVAZI	42	490/04
MARLI REGINA RENOSTE VIELI	43	1308/04
TEREZINHA SANTOS GANASSIN/ED ALVO GARCIA	44	3900/03
ARI ALVES PEREIRA	45	84/04
SIMONE BOER RAMOS	46	3604/01

01 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – 354/03 – MARIA APARECIDA BENETTE X VILAS BOAS E LOCHETI LTDA. Para manifestação nos autos acerca do prosseguimento do feito. ADV. CARLOS LEMES DA SILVA

02 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1968/03 – MARIA APARECIDA GOUBETTI BENETTE X VILAS BOAS E LOCHETI LTDA. Para manifestação quanto ao interesse na execução. ADV. CARLOS LEMES DA SILVA

03 – AÇÃO DE COBRANÇA – 850/04 – MARIA APARECIDA TEODORO X SAFRA SEGUROS S/A – Para ciência do despacho que recebeu o recurso interposto pelo requerido, no efeito devolutivo. Ao apelado para contra-razões, querendo. Após, apresentadas ou não as contra-razões, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal Única dos Juizados Especiais. ADV. EDVALDO LUIZ ROCHA/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA

04 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1056/04 – MARIA LOURDES ZOCANTE MAROCCHIO X UNIBANCO AIG SEGUROS S/A – Para ciência do despacho que recebeu o recurso interposto pelo requerido, no efeito devolutivo. Ao apelado para contra-razões, querendo. Após, apresentadas ou não as contra-razões, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal Única dos Juizados Especiais. ADV. EDVALDO LUIZ DA ROCHA/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA

05 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – 3706/03 – MARIA INÊS BIAGIO X BANCO SANTANDER BRASIL S/A – Para ciência do despacho que recebeu o recurso interposto pela reclamante, no efeito devolutivo, concedendo os benefícios da justiça gratuita para de conseqüência isentá-la do pagamento das custas. Ao apelado para contra-razões, querendo. Após, apresentadas ou não as contra-razões, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal Única dos Juizados Especiais ADV. WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA/RODRIGO VALENTE GIUBLIS TEIXEIRA

06 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1280/04 – MARIA LÚCIA ROQUE OLIVEIRA X SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A – Não havendo relação de consumo entre as partes, porquanto a parte autora não pode ser considerada consumidora nem a parte ré fornecedora, nos moldes, respectivamente, dos artigos 2º e 3º do CDC, indefiro o pedido de inversão do ônus da prova. ADV. MARLI REGINA RENOSTE VIELI

07 –AÇÃO DE COBRANÇA – 1278/04 – MARIA ANTÔNIA ANIBALE DE MELO X SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A - Não havendo relação de consumo entre as partes, porquanto a parte autora não pode ser considerada consumidora nem a parte ré fornecedora, nos moldes, respectivamente, dos artigos 2º e 3º do CDC, indefiro o pedido de inversão do ônus da prova. ADV. MARLI REGINA RENOSTE VIELI

08 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1279/04 – MARIA APARECIDA FERNANDES X SUL AMÉRICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A - Não havendo relação de consumo entre as partes, porquanto a parte autora não pode ser considerada consumidora nem a parte ré fornecedora, nos moldes, respectivamente, dos artigos 2º e 3º do CDC, indefiro o pedido de inversão do ônus da prova. ADV. MARLI REGINA RENOSTE VIELI

09 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1009/03 – MARIA GRAZIELA MELO SODRÉ DE FREITAS X JOSÉ ANTÔNIO DE MORAES. Para dizer em 05 dias se possui interesse na imediata adjudicação dos bens. ADV. SÉRGIO SAES

10 – REPARAÇÃO DE DANOS – 3185/02 – MARIA HAHN EIDAM E OUTRO. X ALTINO DE CAMPOS. Para comparecimento neste Juizado em 05 dias, a fim de assinar o auto de adjudicação. ADV. JOÃO DE MELO SOBRINHO

11 – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – 1272/04 – LUIS CARLOS DOS SANTOS X MARIA DE JESUS FERNANDES MANZANO. Para ciência do despacho de fls. 37/38 que indeferiu o pedido de tutela antecipatória, aguardando-se a sessão de conciliação, bem como que determinou a inversão do ônus da prova e ainda para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 15.02.05, às 17h25min devendo providenciar a retirada do AR para citação do réu no prazo de 03 (três) dias. ADV. LUIS CARLOS DOS SANTOS

12 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1140/03 – MARIA VALDINEIA DOS SANTOS X ARAUCÁRIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/C LTDA. Para ciência da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial. ADV. YASMINE FERNANDES/ALECSANDRE GALDIANO DARÉ/ ODAIR VICENTE MORESCHI

13 – AÇÃO DE COBRANÇA – 69/04 – MARIA GOMES LEITE X BRADESCO SEGUROS S/A – Para ciência da sentença que julgou procedente o pedido inicial. ADV. EDVALDO LUIZ DA ROCHA/ORLANDO ALEXANDRINO

14 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1026/04 – MARIA APARECIDA LOPES DE ALAOR X SULINA SEGURADORA S/A – Para ciência da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial. ADV. REGINA CÉLIA CARDOSO DE ANDRADE ASSIS/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA

15 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1207/04 – MARIA APARECIDA GOMES VEDOVELI X HSBC SEGUROS S/A – Para ciência da sentença que julgou procedente o pedido inicial. ADV. WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA

16 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1225/04 – MARIA APARECIDA DA SILVA FERREIRA X HSBC SEGUROS BRASIL S/A – Para ciência da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial. ADV. EDVALDO LUIZ DA ROCHA/CAROLINA DE FREITAS BARBOSA DOMIT

17 – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – 995/04 – MARIA APARECIDA DE AGUIAR X ALEJUNIOR COMÉRCIO E LATICÍNIO LTDA. Para ciência da sentença que julgou improcedente o pedido inicial. ADV. ANTÔNIO CAMARGO JÚNIOR/WILSON CLÁUDIO DA SILVA/ANA HELOIA ZAGONEL NEGRÃO

18 – AÇÃO DE COBRANÇA – 2273/02 – MARIA VERECINE CATANEO PIQUES X RONYEBER DOS SANTOS VELTRINI. Cientifique-se as partes da baixa do processo, aguardando-se por 30 (trinta) dias eventual pedido de execução, o qual, se formulado e acompanhado de memória de cálculo, acarretará a imediata expedição de mandado executivo. ROOSEVELT MAURÍCIO PEREIRA/TATIANA MANNA BELLASALMA

19 – REPARAÇÃO DE DANOS – 3192/02 – MARIA APARECIDA MENDES HOSHINO X BANCO SUDAMERIS BRASIL AS – Para ciência da sentença que julgou procedente o pedido inicial. ADV. SANDRO ROGÉRIO PASSOS/LUIZ EDUARDO VOLPATO

20 – AÇÃO DECLARATÓRIA – 1216/04 – MARIA NEIDE DA COSTA CAMACHO X EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕS. Para ciência da sentença de fls. 33 proferida pelo Juiz de Direito que homologou a sentença de fls. 32. ADV. AMANDA SANTINONI/FÁBIO ALEX SGOBERO/DIRCEU GALDINO

21 – AÇÃO DE COBRANÇA – 3116/03 – MARIA APARECIDA DA SILVA VEIGA X VERA CRUZ SEGURADORA. Cientifique-se as partes da baixa do processo, aguardando-se por 30 (trinta) dias eventual pedido de execução, o qual, se formulado e acompanhado de memória de cálculo, acarretará a imediata expedição de mandado executivo. ADV. MARLENE TISSEI/ARLINDO FERREIRA DE SOUZA

22 – AÇÃO DE COBRANÇA – 3167/03 – MANOEL ROMÃO MENDES DE ALMEIDA X FINANCIAL CIA DE SEGUROS. Para ciência da sentença que homologou o acordo e julgou extinto o feito, com base no art 269, III do CPC. Ao executado para efetuar o pagamento aguardando-se em cartório e determinando que com o cumprimento do acordo, seja oficiado ao Distribuidor para baixa do feito arquivando-se oportunamente. ADV. LECIR MARIA SCALASSARA/CAROLINA DE FREITAS BARBOSA DOMIT

23 – REPARAÇÃO DE DANOS – 1296/04 – MÔNICA HELOISA MACHADO SOOOARES X REAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A – para comparecimento perante este Juizado em audiência de conciliação designada para o dia 15.02.05, às 17h25min e ainda para ciência do seguinte despacho: *Não havendo relação de consumo entre as partes, porquanto a parte autora não pode ser considerada consumidora nem a parte ré fornecedora, nos moldes, respectivamente, dos artigos 2º e 3º do CDC, indefiro o pedido de inversão do ônus da prova*. ADV. MARLENE TISSEI

24 – INDENIZAÇÃO – 896/04 – KATIUCIA DE JESUS FERRAZ AGUIAR X GVT GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. Para ciência da sentença que julgou procedente o pedido inicial. ADV. SÉRGIO RICARDO RIBEIRO DE NOVAIS/ANTÔNIO CAMARGO JÚNIOR

26 – AÇÃO DE COBRANÇA – 717/03 – PARANÁ ODONTOCLÍNICA SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS S/C LTDA. X ELIZABETH FERRI. Para ciência do despacho que recebeu o recurso interposto pelo requerido, no efeito devolutivo. remetam-se os autos à Egrégia Turma REcursal Única dos Juizados Especiais. ADV. EDNA DE SOUZA MAZIA/MÔNICA DALTOÉ

27 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1071/04 – PEDRO MATSUMI DE MORAES X FINAUSTRIA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A – Para ciência do despacho que recebeu o recurso interposto pelo requerido, no efeito devolutivo. Ao apelado para contra-razões, querendo. Após, apresentadas ou não as contra-razões, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal Única dos Juizados Especiais. ADV. RENATA DE SOUSA ARAÚJO/ NELSON PASCHOALOTTO

28 – EXECUÇÃO – 429/04 – NELSON APARECIDO DA SILVA X JOSÉ CARLOS MARCOLINO. Para ciência do despacho que indeferiu o pedido de penhora, devendo o exeqüente indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivo. ADV. SILVIO SUNAYAMA DE AQUINO

29 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – 1276/04 – NILVA APARECIDA PERINA MOREIRA X BANCO ITAÚ S/A – Para ciência da sentença que reconheceu a incompetência absoluta deste Juízo e julgou extinto o processo, devolvendo os documentos que instruem a inicial a procuradora da parte autora. ADV. MARIA LUIZA BACCARO

30 – REPARAÇÃO DE DANOS – 50/02 – OCEANO OLIVEIRA CARVALHO X BANCO DO BRASIL S/A – Para ciência da baixa do processo. ADV. WILLIAN FRANCIS DE OLIVEIRA/NOBUO NISHIMOTO

31 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1656/03 – NATALIM MARIN X BANCO BRADESCO S/A – Para manifestação em dez dias, acerca do cálculo no valor de R$ 11.033,60. ADV. MARCELINO F ALONSO TRUCILLO

32 – REPETIÇÃO DE INDÉBITO – 844/04 – PAULO ROGÉRIO RONCA X BANCO ITAÚ S/A – Para ciência que o feito foi convertido em diligência, devendo a autora se manifestar, querendo, em dez dias, sobre o documento juntado. Após o prazo, independentemente de manifestação, façam-se os autos conclusos para sentença. ADV. MÁRCIO PIRES DE ALMEIDA

33 – REPARAÇÃO DE DANOS – 1405/03 – NIVALDO CANDIDO DOS SANTOS X INDOL DO BRASIL AGROQUIMICA LTDA. Para ciência da sentença que julgou procedente o pedido inicial. ADV. ELOIZA PRADO DE MELO/DANIELE SIMM/MARCELO DANTAS LOPES/JANAINA DE O CAMPOS SANTOS

34 – REVISÃO DE DÉBITOS – 3560/03 – PAULO CORDEIRO AMORIN X HSBC ADMINISTRADORA DE CARTÕES E PROMOTORA DE VENDAS. Para ciência da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial. ADV. EDMYLSON PENA DOS SANTOS/EDMAR LUIZ COSTA JÚNIOR

35 – AÇÃO DE COBRANÇA – 358/04 – PEDRO JUSTEN X CONSÓRCIO NACIONAL AUTOREDE LTDA. Para ciência da sentença que julgou parcialmente procedente o pedido inicial. ADV. HIPÓLITO NOGUEIRA PORTO JÚNIOR/ADAIR PERES DE CARVALHO

36 – REPARAÇÃO DE DANOS – 793/03 – NASSOM PAULO DE BRITO X REGINATO TINTAS. Para ciência da sentença que julgou improcedente o pedido inicial. ADV. ROBERTA PATRÍCIA FIGUEIREDO ROCHA/EDMYLSON PENA DOS SANTOS

37 – AÇÃO DE COBRANÇA – 361/04 – NELSON COPPIN GLEGOLIN X ANTÔNIO ROGATO. Para ciência da sentença que julgou improcedente o pedido inicial. ADV. KELLY CRISTINA TRAJANO

38 – EXECUÇÃO – 2593/99 – CLAUDEMIR JUBER X FRANCISCO ROBERTO GONÇALVES. "Vinculo o deferimento do requerimento retro – desentranhamento do título – a expressa concordância da parte autora." ADV. VERA LÚCIA BASSETO

39 – EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – 223/04 – ME – BOMILLY DIST. DE BICICLETAS E PEÇAS LTDA. – ME X OSVALDO MANICA MÓVEIS. Para ciência da decisão que reformou a decisão de fls. 14, a qual extinguiu o processo, retirando-lhe todos efeitos, e determinando o prosseguimento do feito, expedindo-se carta precatória. Expeça-se Alvará para levantamento pela parte autora, da quantia depositada a título de preparo. ADV. ANA MARIA BRENNER

40 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1309/04 – CAMILA KAREM MANSANO X SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A – para comparecimento em audiência de conciliação designada para o dia 16.02.05, às 17h05min, e ainda para ciência do seguinte despacho: *Não havendo relação de consumo entre as partes, porquanto a parte autora não pode ser considerada consumidora nem a parte ré fornecedora, nos moldes, respectivamente, dos artigos 2º e 3º do CDC, indefiro o pedido de inversão do ônus da prova*. ADV. MARLI REGINA RENOSTE VIEL

41 – AÇÃO DE COBRANÇA – 373/04 – JOSÉ CANDIDO CAMILO DE OLIVEIRA X ITAÚ SEGUROS S/A. – Remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal Única dos Juizados Especiais. ADV. EDVALDO LUIZ DA ROCHA/ORLANDO ALEXANDRINO

42 – INDENIZAÇÃO – 490/04 – JADENIR OSCAR PORTILHO MORANTE X SHOPPING CONTROL ADM. PART. – Para ciência do despacho que recebeu o recurso interposto pelo requerido, no efeito devolutivo. Ao apelado para contra razões querendo. Após, apresentadas ou não as contra-razões, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal Única dos Juizados Especiais. ADV. ALÍCIO MALAVAZI

43 – AÇÃO DE COBRANÇA – 1308/04 – JUAREZ FERREIRA DA SILVA X SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS S/A - Para comparecimento em audiência de conciliação designada para o dia 16.02.05, às 17h05min, e ainda para ciência do seguinte despacho: *Não havendo relação de consumo entre as partes, porquanto a parte autora não pode ser considerada consumidora nem a parte ré fornecedora, nos moldes, respectivamente, dos artigos 2º e 3º do CDC, indefiro o pedido de inversão do ônus da prova*. ADV. MARLI REGINA RENOSTE VIELI

44 – AÇÃO DE COBRANÇA – 3900/03 – JÚLIO DOS REIS X CICE MARIA VIEIRA E OUTROS. Cientifique-se as partes da baixa do processo, aguardando-se por 30 (trinta) dias eventual pedido de execução, o qual, se formulado e acompanhado de memória de cálculo, acarretará a imediata expedição de mandado executivo. Expeça-se Alvará para o recolhimento das custas ao FUNREJUS. Oficie-se ao Cartório Distribuidor para que proceda a alteração no pólo passivo, devendo ser dado baixa em relação aos nomes dos segundo e terceiro reclamados, conforme determinado na sentença singular. ADV. TEREZINHA SANTOS GANASSIN/EDALVO GARCIA

45 – INDENIZAÇÃO – 84/04 – WILIAM ZANON X POSTO CATEDRAL. Para ciência da sentença que julgou extinto o processo sem julgamento do mérito. ADV. ARI ALVES PEREIRA

46 – REPARAÇÃO DE DANOS – 3604/01 – WILLIAM BOER RAMOS X INTERBRASIL STAR S/A SISTEMA DE TRANSPORTES AÉREOS. Para manifestação nos autos ante a devolução da Carta Precatória expedida a comarca de São Paulo ADV. SIMONE BOER RAMOS

Ministério Público

RESOLUÇÃO Nº 0018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 17863/04-PGJ, resolve'

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor GUILHERME DE ALBUQUERQUE MARANHÃO SOBRINHO para oferecer denúncia nos Autos de Inquérito Policial nº 2001.3755-0, em trâmite na Vara de Inquéritos Policiais da comarca de CURITIBA.

Curitiba, 7 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 0022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, resolve

D E S I G N A R

os Promotores Substitutos Doutores ANDRÉ LUÍS BORTOLI-

NI e ELIANE MIYAMOTO FORTES para, sem prejuízo das atuais atribuições e no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir desta data, atuarem nos autos referentes ao protocolo nº 20885/04-PGJ.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0025

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 209/05-PGJ, resolve

I - C A S S A R

5 (cinco) dias das férias relativas ao 1º período de 2005, concedidas ao Promotor de Justiça Doutor JORGE FERNANDO BARRETO DA COSTA, a partir de 2 de janeiro do ano em curso, assegurando-lhe o direito de fruição dos mesmos para época oportuna, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

II – D E S I G N A R

o Promotor de Justiça acima nominado para, sem prejuízo do contido na Resolução nº 0005/05, responder pelos serviços do Ministério Público na 21ª Promotoria de Justiça e na Promotoria de Investigação Criminal da comarca de LONDRINA, no período de 2 a 6 de janeiro do ano em curso.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 0026

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 15152/04-PGJ, resolve

D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora MARIA NATALINA NOGUEIRA DE MAGALHÃES SANTAROSA para prosseguir nas investigações referentes aos Autos de Inquérito Policial nº 2004.3290-5, em trâmite na comarca de FOZ DO IGUAÇU, até ulteriores termos.

Curitiba, 7 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0033

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 20207/05-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor ALMIR CIZAURRE FUSCO 4 (quatro) dias das férias relativas ao 1º período de 1989, asseguradas pela Resolução nº 637/03, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor JANDERSON CAMÕES DE CARVALHO IASSAKA para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de LONDRINA, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0034

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 0013/05-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor WALTER SHINJI YUYAMA 4 (quatro) dias das férias relativas ao 2º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 1781/04, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor Substituto Doutor JUSCELINO JOSÉ DA SILVA para responder pelos serviços do Ministério Público na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de GOIOERÊ, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0035

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 19239/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora SUSY MARA OLIVEIRA DE PAULA 4 (quatro) dias das férias relativas ao 2º período de 1994, asseguradas pela Resolução nº 0738/04, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 14 de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor Substituto Doutor ANTONIO EURIS BOTON JÚNIOR para responder pelos serviços do Ministério Público na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de PARANAVAÍ, durante as férias da respectiva titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0036

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 20054/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor ANDRÉ GUSTAVO DE CASTRO RIBEIRO 4 (quatro) dias das férias relativas ao 2º período de 2004, asseguradas pela Resolução nº 1972/04, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor RENAN GABARDO FAVA para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na 6ª Promotoria de Justiça da comarca de FOZ DO IGUAÇU, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0037

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 20675/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor DENIS PESTANA 4 (quatro) dias das férias relativas ao 1º período de 1999, asseguradas pela Resolução nº 1127/03, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor LUÍS MARCELO MAFRA BERNARDES DA SILVA para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de ARAPONGAS, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0041

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 20229/04-PGJ, resolve

I - C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor JOÃO HENRIQUE VILELA DA SILVEIRA 28 (vinte e oito) dias das férias relativas ao 1º período de 1989, asseguradas pela Resolução nº 0217/03, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

a Promotora de Justiça Doutora ELAINE SANCHES para, sem prejuízo das atuais atribuições, atuar no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa do Consumidor, no período de 1º a 13 de fevereiro do ano em curso.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0042

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido nos protocolos números 20430/04 e 18229/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora CARLA CRISTINA CASTNER MARTINS 3 (três) dias das férias relativas ao 2º período de 2000, asseguradas pela Resolução nº 0706/02, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 9 de fevereiro do ano em curso.

II – C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora FERNANDA MARIA CAMPANHA MOTTA RIBAS 4 (quatro) dias das férias relativas ao 1º período de 2002, asseguradas pela Resolução nº 2217/03, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

III – D E S I G N A R

a Promotora Substituta Doutora MARIA FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS para responder pelos serviços do Ministério Público nas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de TELÊMACO BORBA, durante as férias das respectivas titulares.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0043

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido nos protocolos números 20500/04 e 20843/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor MAURO ALCIONE DOBROWOLSKI 4 (quatro) dias das férias relativas ao 2º período de 1993, asseguradas pela Resolução nº 2085/04, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora LUCIMARA ROCHA ERNLUND 3 (três) dias das férias relativas ao 1º período de 2001, asseguradas pela Resolução nº 1353/04, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 2 de fevereiro do ano em curso.

III – D E S I G N A R

os Promotores de Justiça Doutores HELOÍSE BETTEGA KUNIYOSHI, PEDRO IVO ANDRADE, CÁSSIO MATTOS HONORATO e CAROLINA SCHAFFKA TEIXEIRA DE SÁ para, sem prejuízo das atuais atribuições, responderem pelos serviços do Ministério Público nas 1ª e 3ª Promotorias de Justiça da comarca de GUARAPUAVA, durante as férias dos respectivos titulares.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0045

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 20499/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor CLÁUDIO CESAR CORTESIA 4 (quatro) dias das férias relativas ao 1º período de 1994, asseguradas pela Resolução nº 1997/04, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor RICARDO KOCHINSKI MARCONDES para, sem prejuízo das atuais atribuições, responderem pelos serviços do Ministério Público na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de GUARAPUAVA, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0046

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 00246/05-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

à Promotora de Justiça Doutora MARIA SONIA FREIRE GARCIA 24 (vinte e quatro) dias de férias, sendo 14 (quatorze) relativos ao 1º período de 2001 e 10 (dez) ao 2º de 2002, assegurados, respectivamente, pelas Resoluções números 0537/01 e 1154/02, para serem usufruídos a partir de 2 de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor Substituto Doutor MÁRCIO SOARES BERCLAZ para responder pelos serviços do Ministério Público na comarca de MANDAGUARI, durante as férias da respectiva titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 0048

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor ANDRÉA VERCESI BERALDI para responder pelos serviços do Ministério Público nas 1ª e 2ª Varas de Execuções Penais da comarca de CURITIBA, a partir de 1º de fevereiro do ano em curso e até ulterior deliberação.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0049

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 20704/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor ANTERO EGÍDIO DA SILVEIRA 4 (quatro) dias das férias relativas ao 2º período de 2003, asseguradas pela Resolução nº 1652/04 para serem usufruídos a partir de 1º de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

os Promotores de Justiça Doutores MÁRCIO FERREIRA e ANDRÉA VERCESI BERALDI para, sem prejuízo das atuais atribuições, responderem pelos serviços do Ministério Público na 2ª Vara de Execuções Penais da comarca de CURITIBA, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 11 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0055

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 0036/05-PGJ, resolve

D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor DICESAR AUGUSTO KREPSKY para atuar nos Autos de Processo Criminal nº 2003.3971-9, em trâmite na 1ª Vara Criminal do Foro Central da comarca de CURITIBA, em face do acolhimento da suspeição argüida pela Doutora GISLAINE DE ABREU STADLER.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0056

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 0087/05-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Procurador de Justiça Doutor JOÃO CARLOS SILVEIRA 10 (dez) dias da licença especial a que faz jus, referente ao período de 14/08/90 a 14/02/95, assegurada pela Resolução nº 1585/04, para serem usufruídos a partir de 14 de março do ano em curso.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 0057

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a imperiosa necessidade dos serviços, resolve

I - C A S S A R

15 (quinze) dias das férias relativas ao 1º período de 2005, do Promotor de Justiça Doutor CÂNDIDO FURTADO MAIA NETO, a partir de 17 de janeiro do ano em curso, assegurando-lhe o direito de fruição dos mesmos para época oportuna, a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

II – D E S I G N A R

o Promotor de Justiça acima nominado para responder pelos serviços do Ministério Público nas 1ª e 3ª Varas Criminais da comarca de FOZ DO IGUAÇU, no período de 17 a 31 de janeiro do ano em curso.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0058

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, resolve

E X C L U I R

da Resolução nº 2264/04, o Promotor de Justiça Doutor MAXIMILIANO RIBEIRO DELIBERADOR, em virtude da licença saúde concedida através da Resolução nº 2210/04.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0059

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 00196/04-PGJ, resolve

I – C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor EDUARDO DINIZ NETO 6 (seis) dias das férias relativas ao 1º período de 1994, asseguradas pela Resolução nº 0677/04, tendo em vista a impossibilidade da concessão integral do período, em razão da imperiosa necessidade do serviço, para serem usufruídos a partir de 4 de fevereiro do ano em curso.

II – D E S I G N A R

o Promotor de Justiça Doutor SÉRGIO CORRÊA DE SIQUEIRA para, sem prejuízo das atuais atribuições, responder pelos serviços do Ministério Público na 19ª Promotoria de Justiça da comarca de LONDRINA, durante as férias do respectivo titular.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 0060

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 20451/04-PGJ, resolve

C O N C E D E R

ao Promotor de Justiça Doutor RENATO DE LIMA CASTRO 4 (quatro) dias da licença especial a que faz jus, referente ao período de 31/05/96 a 31/05/01, assegurada pela Resolução nº 1647/04, para serem usufruídos a partir de 27 de dezembro passado.

Curitiba, 13 de janeiro de 2005.

Milton Riquelme de Macedo
Procurador-Geral de Justiça

Poder Judiciário Federal

Justiça Eleitoral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
JUÍZO DA 175ª ZONA ELEITORAL DE CURITIBA

EDITAL Nº 01/05
DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
(Com prazo de 15 dias)

O Doutor Luís Carlos Xavier, Juiz em exercício da 175ª Zona Eleitoral de Curitiba, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os Autos nº 073/2003, onde figura como parte: **ANDERSON DE JESUS,** brasileiro, solteiro, nascido em 20/11/1980, natural de Curitiba/PR, filho de João de Jesus e de Teresinha da Costa de Jesus, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O de que, por decisão datada de 03/09/2004, foi aplicada ao mesmo a multa, calculada no mínimo legal, de cento e vinte e duas (122) UFIR's, no valor unitário de R$ 1,0641 (correspondente ao de sua extinção – 27.10.2000), que deverá ser comprovado nos autos no prazo de dez (10) dias de sua intimação, sob pena de eventual responsabilização criminal.** E como não tenha sido possível intimá-lo pessoalmente, fica, pelo presente edital, intimado com o prazo de 15 (quinze) dias, que correrá em cartório, a ver passar em julgado a decisão, ou dela interpor, no mesmo prazo, o recurso que a lei lhe faculta. Dado e passado nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco. Eu, ____ (Sandra Regina Romanel), Escrivã da 175ª Zona Eleitoral, em exercício, o fiz digitar e subscrevi.

LUÍS CARLOS XAVIER
Juiz Eleitoral, em exercício

P O R T A R I A Nº 016/2005

O DESEMBARGADOR MOACIR GUIMARÃES , PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXVI, do Regimento Interno deste Tribunal, de conformidade com o disposto na Resolução nº 410/2002 – TRE de 09.05.2002 e na Resolução nº 415/2004-TER de 01.04.2004 e o contido no protocolado nº 27.833/2004-TRE,

R E S O L V E

D E S I G N A R "pro tempore" a Doutora LUCIANE PEREIRA RAMOS, Juíza de Direito da Vara Cível e Anexos da Comarca de CASTRO, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, atender os serviços da 16ª Zona Eleitoral da mesma Comarca, no período de 20 a 26.12.2004, durante as férias da Juíza de Direito Titular, Doutora DENISE DAMO COMEL.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, aos 19 de janeiro de 2005.

a-Des.MOACIR GUIMARÃES
Presidente

PORTARIA Nº 019/2005

O DESEMBARGADOR MOACIR GUIMARÃES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ,

usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXVI, do Regimento Interno deste Tribunal, em conformidade com a Resolução nº 410/2002-TRE de 09.05.2002, e considerando o protocolado nº 26667/2004-TRE,

RESOLVE

DESIGNAR "pro tempore" o Doutor WILLIAN ARTUR PUSSI, Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude e Anexos da Comarca de CIANORTE, para, sem prejuízo de suas demais atribuições, atender os serviços da 173ª Zona Eleitoral da Comarca de TERRA BOA, no período de 06 a 19 de dezembro de 2004, em virtude da assunção do Juiz de Direito Titular, em 20.12.2004.

PUBLIQUE-SE, ANOTE-SE E CUMPRA-SE.
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 20 de janeiro de 2005.

a-Des. MOACIR GUIMARÃES
Presidente

Justiça do Trabalho

Varas do Trabalho da Capital

1ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA
Av. Vicente Machado, 400, 5º PISO

EDITAL DE INTIMAÇÃO À RECLAMADA SP SERVIÇOS LTDA e de seus sócios MILTON MARQUES; LAILA HUEB CECILIO DE CARVALHO; STEFESON DE CARVALHO PENA. (com prazo de 20 dias).

O Doutor ANTONIO CEZAR ANDRADE, Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Curitiba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

FICAM CIENTES todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que se está **citando** a executada a seguir nominada e seus representantes legais, ora em local incerto e não sabido, para que paguem, em 48 horas ou, querendo, garantam a execução, quanto ao valor atualizado dos débitos indicados nos autos adiante enumerados, bem assim que tomem as demais providências legais que entenderem cabíveis, **sob pena de penhora de bens.**

Autos: **EAEJ-2000/2003**
Exequente: **SIMONE DA SILVA** SANTOS
Executado(a): **SP SERVIÇOS LTDA,**
Valor : **R$ 36.714,77 (atualizados até 31/01/2005)**

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente edital, que será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Vara, no local de costume.
Dado e passado na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Curitiba, aos onze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco. Eu, ____(Ana Marcia Nogueira), Diretor de Secretaria, subscrevi.

SILVANA APARECIDA FRANZ PEREIRA GIUSTI
Juíza do Trabalho

R$ 162,00

4ª Vara do Trabalho de Curitiba-PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 173/2004
PRAZO DE 20 DIAS

Processo: 004 RT 6666 / 2001
Autor...: MATEUS PEREIRA BATISTA
Réu.....: MUNICIPIO DE PIRAQUARA
ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE PIRAQUARA

O Doutor Rubens Edgard Tiemann, Juiz do Trabalho da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que se está intimando a ré ASSOCIACAO DE PROTECAO A MATERNIDADE E A INFANCIA DE PIRAQUARA, atualmente em lugar incerto e não sabido para, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o correto recolhimento do FGTS sobre todas as parcelas salariais pagas na vigência do contrato, liberando os respectivos valores com a multa de 40%, sob pena de execução direta pelo valor equivalente, bem como fornecer ao reclamante a documentação necessária para que se habilite à percepção do seguro-desemprego, sob pena de responder pelo equivalente em dinheiro. E, ainda, em igual prazo, a proceder a baixa na CTPS do reclamante, com data de 02.01.2001, sob pena de fazê-lo a Secretaria da Vara.

O presente edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Paraná e afixado em lugar próprio na sede desta Vara.

Curitiba, 17 de dezembro de 2004.
Divino JulianRubens Edgard Tiemann
Diretor de Secretaria Juiz do Trabalho

08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 3º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00010-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 002789-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MANOEL JURANDIR LOPES
Réu: TOP MAIA TRANSPORTES LTDA (ME)
Advogado(s): JAIR APARECIDO AVANSI-PR18727
VISTAS.

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 003081-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: HELENA DE CARVALHO
Réu: MASSA FALIDA DIAMANTINA FOSSANESE S-A INDÚSTRIAL E IMPORTADORA
Advogado(s): PAULO ROBERTO PEREIRA-PR21468
SARA CECILIA ROCHA-PR33384

Considerando-se o pedido comum das partes, defiro o adiamento, como requerido, com fulcro no art.453, I do CPC. Retirem-se de pauta, redesignando-se a audiência. Audiência em 24.2.05, às 13h55.
Intimem-se.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 005371-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROBSON CRESPIN CARNEIRO
Réu: AARGAU ELETROMETALURGICA LTDA
DELTA ILUMINACAO LTDA
LINEALUX ELETROMETALURGICA LTDA
SIGEL COMUNICACAO VISUAL LTDA
Advogado(s): ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR-PR17699
GIOVANI JOSE AMORIM-PR25200
ALEXANDER SILVA SANTANA-PR30562
AUDIENCIA EM 9.8.05, AS 14H40.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006156-2004-(15 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARCOS DOS SANTOS JORGE
Réu: SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Advogado(s): SILVIA LOURDES SOUZA DE BUENO GIZZI-PR15019
DEFIRO.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006359-2004-(30 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARCIA MARIA BRUSTOLIM MORAIS
Réu: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES RUTTY
Advogado(s): CARLOS ROBERTO STEUCK-PR18366

Informe a reclamante o locativo do reclamado para notificação, em 30 dias, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.
Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 006920-2001-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SOLANGE DE FATIMA HARTMANN
Réu: BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA-PR27184

I-Libere-se o depósito prévio de fls. 741 ao perito.
II-Vistas às partes, iniciando-se pela reclamante, pelo prazo de dez dias, do laudo pericial apresentado.
III-Em razão do prazo acima deferido, adie-se a audiência nos presentes autos para 2.5.05, às 13h30, dando ciência às partes, através de seus procuradores.

PROCESSO TRT-PR 0008-PS 007374-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUCILENA VIEIRA BORGES
Réu: JOAO GONCALVES MARTINS NETO
VILMA GONCALVES MARTINS
Advogado(s): ZORAIA OLIVEIRA TRINDADE PASTRE-PR24512
LUIZ KNOB-PR31578

trata-se de execução definitiva (fls.106 do AI).
À pauta de audiências sob procedimento sumaríssimo, dando-se ciência ao autor e aos reclamados, observado o comando de fls.36. Audiência em 24.2.05, às 13h50..
Cumpra-se a r.determinação de fls.94.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 007905-2002-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JONAS LOPPNOW
Réu: CELIO APARECIDO LESSI
FORTALEZA CENTRAL DE MONITORMANTO E ALARMES LTDA
JOCELENE MARTINS
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS-PR5435

Diga o reclamante acerca das certidões negativas de fls.180-181, em dez dias, para requerer o que entender de direito.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 009751-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDMAR AUGUSTO DE SOUZA
Réu: FERNANDO JOSE LOPES (ME)
MASISA DO BRASIL LTDA
Advogado(s): CASEMIRO LAPORTE AMBROZEWICZ-PR21712

Intime-se o autor para, em cinco dias, informar o correto endereço da reclamada.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 011733-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DEBORA DE SOUZA JAQUES
Réu: LIGA PARANAENSE DE COMBATE AO CANCER
Advogado(s): MANOEL FRANCISCO MARTINS DE PAULA-PR22717

Intime-se a perita para designação de nova data para a perícia, em razão do informado pelo reclamante às fls. 462.
Ciência a reclamada.

ROCESSO TRT-PR 0008-RT 013005-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SERGIO LUIZ LARA
Réu: ABRIL S-A
MASTER DISTRIBUIDORA DE REVISTA LTDA
Advogado(s): MAURICIO DE OLIVEIRA-PR23480

Intime-se o autor para, em cinco dias, informar o correto endereço da 1ª reclamada.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 013379-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA ARLETE VIEGAS
Réu: TELEFONICA PUBLICIDADE E INFORMACAO LTDA
Advogado(s): EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-PR19471

Informe a reclamante o locativo da reclamada, em cinco dias, observado o assinalamento constante às fls.75-verso.
Feito, repita-se referida notificação.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 013430-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: BENEDITO MELLO DA SILVA
Réu: JOHNSON CONTROLS DO BRASIL AUTOMOTIVE LTDA
Advogado(s): JANAINA MONTEIRO NASCIMENTO P GONCALVES-PR21470

Intime-se o autor para, em cinco dias, informar o correto endereço da reclamada.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 013686-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADEMIR FERNANDO CHIES
Réu: HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRACAS
Advogado(s): FERNANDA BARAUNA DUARTE MEDEIROS-PR29166

Vistas às partes, pelo prazo de dez dias, iniciando-se pela reclamada, dos esclarecimentos prestados pelo perito.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 013903-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ATANIL MIRANDA DA SILVA
Réu: SPF ENGENHARIA LTDA
TATICA LTDA
TELEMAR DO BRASIL TELECOMUNICACAO LTDA
Advogado(s): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-PR18715

Diga o reclamanete acerca dos locativos das reclamadas, ob-

servado o assinalamento constante das notificações de fls.24-26.
Feito, repitam-se referidas notificações.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 014266-2001-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LORENA CARLA RESNAUER ZELLA
Réu: CARTORIO DISTRITAL DO CAJURU
Advogado(s): ELIZETE CORREA DE SOUZA-PR27435
HELIO GOMES COELHO JUNIOR-PR7007
ENCERRAMENTO EM 7.3.05, ÀS 13H30.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 014353-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RENATO CRUZ FERREIRA JORGE
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): MAURICIO GOMES DA SILVA-PR13409
DESPACHO DE FL. 76.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 014704-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OSMAR DOMINGOS FOGGIATTO
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): MAURICIO GOMES DA SILVA-PR13409
DESPACHO DE FL. 24.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 016240-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSON NEVES RAMOS
Réu: UNIDADE DE SAUDE CENTRAL LTDA
Advogado(s): LEO MARCOS PAIOLA-PR15629
RETIRAR DOCUMENTO DESENTRANHADO.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 016734-2003-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSON MAINARDES FERREIRA
Réu: ONDREPSB SERVICOS DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA
Advogado(s): CANDIDO ANTONIO DEMBISKI-PR21009
JOAO RICARDO MONTEIRO SABINO-SC17576
SENTENCA DE EMBARGOS PROLATADA.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 016831-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO
Réu: MOLLERTECH BOLLHOFF LTDA
Advogado(s): GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-PR17808
LUIZ CARLOS BRANCO-SP52055

Intimem-se partes da data aprazada para realização dos trabalhos técnicos de perícia (9.3.05, às 14h30 na sede da reclamada, a Av. Prefeito Domingos M. Neto, 899-Borda do Campo, Quatro Barras-PR.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 016847-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RUDINEI FETT
Réu: LEOGAP INDÚSTRIA DE MAQUINAS LTDA
Advogado(s): PEDRO PAULO CARDOZO LAPA-PR18838
ENRICO MIGUEL NICHETTI-PR25115

Intimem-se partes da data aprazada para realização dos trabalhos técnicos de perícia, (fl. 184) sendo a reclamada também para apresentação dos documentos solicitados pelo Sr.Perito.
Outrossim, intime-se a empresa Café Damasco solicitando autorização necessária para realização da perícia em suas instalações, tendo em vista o ora noticiado pelo Sr.Perito.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 017254-2004-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARLI DO ROCIO LOPES BEDENE
Réu: GEISA MONTEIRO FERRAZ BEAL
Advogado(s): LUCIANE A ABREU MANFRON TOTSUGUI-PR26751

Diga a reclamante, em cinco dias, observado o assinalamento constante às fls.24-verso.
Feito, repita-se a notificação de fls.24.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 017342-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DAVI KULA
Réu: GUIDI COMÉRCIO E IMPORTACAO DE TABACO LTDA
Advogado(s): ARMANDO DE SOUZA SANTANA JUNIOR-PR17176
RODRIGO MARTINS TAKASHIMA-PR32512

I-Homologo o acordo, entabulado pelas partes às fls. 79 e planilha de fls. 88—89, nos seus estritos termos, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
II-Custas pela reclamada, no importe de 2% sobre o valor transacionado, para recolhimento, no prazo de cinco dias.
III-Concede-se a executada o prazo legal, para comprovação do recolhimento da contribuição previdenciária.
IV-Pago o acordo, custas e comprovado ou não o recolhimento previdenciário, intime-se o INSS.
V-No silêncio do INSS, expeçam-se os ofícios de praxe e arquivem-se os autos.
VI-Ciência às partes.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 017463-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOEL DOS SANTOS
Réu: E PEREZ & CIA LTDA
POSTO VITORIA LTDA
RGM ADMINISTRACAO E LOGISTICA LTDA
Advogado(s): FRANCISCO CUNHA SOUZA FILHO-PR16062
PAGAR CUSTAS DE R$40,00, SOB PENA DE EXECUÇÃO.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 017485-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSELY MARQUES DOS SANTOS
Réu: MONICA ESMANHOTTO & CIA LTDA
Advogado(s): JOAO CARLOS KREFETA-PR22880

Intime-se a reclamada para recolhimento e comprovação, das custas processuais.
Comprovadas as custas e silente o INSS, expeçam-se os ofícios de praxe e arquivem-se os autos.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 017735-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE BORGES PINTO
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
PAGAR CUSTAS.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 017989-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADILONEY DE PAULA FERREIRA
Réu: 2001 COMUNICACAO VISUAL LTDA
Advogado(s): CRISTIANE ABDALLA NEME PEZOTI-PR21192
INFORMAR ENDEREÇO CORRETO DA RECDA, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 017994-2001-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PABLO APOSTOLOS SIARCOS
Réu: AMBEV COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS
COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
Advogado(s): ADILSON DE CASTRO JUNIOR-PR18435

Libere-se a executada o depósito de fls. 171, dando ciência.
Deverá a reclamada comprovar nos autos, no prazo de dez dias, o recolhimento do IR (fl.161-162).
Comprovado o recolhimento, retornem os autos ao arquivo geral.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018071-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDINEUZA MARINA DE SOUZA
Réu: LAVIND LAVANDERIA INDÚSTRIAL
Advogado(s): ANGELO VIDAL DOS SANTOS MARQUES-PR17626

Vistos, etc....
Intime-se a reclamante para que, no prazo de dez dias, informe o atual endereço da testumunha.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018200-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ORESTES TOMEN
Réu: EMATER EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL
Advogado(s): WILSON RAMOS FILHO-PR10285
CRISTINA SIMOES LOPES CARUCCIO-PR14717

Digam as partes acerca da ação coletiva noticiada às fls.38.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018210-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RAFAEL FIGUEIREDO
Réu: EMATER EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL
Advogado(s): WILSON RAMOS FILHO-PR10285
MARCELO ALESSI-PR16272

Digam as partes acerca da ação coletiva noticiada às fls.38, em dez dias.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018214-2003-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALIPIO VAILATTI
Réu: EMATER EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL
Advogado(s): WILSON RAMOS FILHO-PR10285
MARCELO ALESSI-PR16272

Digam as partes acerca da ação coletiva noticiada às fls.38, em dez dias.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018387-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSA VALFRIDES RODRIGUES
Réu: CONDOMINIO EDIFICIO CASTEL SANT ANGELLO
Advogado(s): IDERALDO JOSE APPI-PR22339

Apresente o reclamado via original e-ou autenticada da guia DARF relativa ao pagamento das custas, em cinco dias, sob pena de reputar-se não comprovado referido pagamento.
Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018478-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARLETE APARECIDA DIAS DOS SANTOS CERVI
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
ELIANA MEIRA NOGUEIRA-PR9665

Primeiramente, apresentem as partes via original ou cópia autenticada da notícia de transação em relação ao reclamante Flávio Luiz Lopes.
Em razão do acima determinado, suspendo, por ora, o cumprimento da parte final da r.determinação de fls.84.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018562-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MAURICIO OBLADEN AGUIAR
Réu: ANTONIO IVANIR GONCALVES DE AZEVEDO
AZEVEDO & APOLO ADVOGADOS ASSOCIADOS S-C
FLAVIA APOLO
Advogado(s): THOMAS FRANCISCO DA ROSA-PR24632

Manifeste-se o reclamante, no prazo de cinco dias, quanto ao requerido pela reclamada às fls. 200-201.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018589-2002-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADEMIR EOLARIO DOS SANTOS
Réu: A G CONSTRUCOES LTDA
COBRE CONSTRUCOES CIVIS
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SQUADRO LTDA
ECODATA ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIAIS DE COMPUTACAO S-A
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
VITZER ENGENHARIA MONTAGENS E FISCALIZACAO LTDA
Advogado(s): LAURO CARNEIRO DE SIQUEIRA-PR10291
ROSSANNA ALVES MOURE-PR15835
PATRICIA KUBASKI DE ARAUJO-PR20813
ZULEIKA LOUREIRO GIOTTO-PR21905
RAPHAEL ZARPELON-PR34030

I-Proceda a secretaria a substituição dos documentos dos autos pelas cópias das peças juntadas pelo reclamante, certificando.
II-Após, intime-se o reclamante para retirada dos documentos desentranhados, mediante recibo nos autos, no prazo de dez dias, bem como, no mesmo prazo, informe o endereço atualizado da reclamada Vitzer Engenharia, em razão da certidão negativa de fls. 533..
III-Processe-se o recurso ordinário apresentados pelo reclamante, observando que a 6a. reclamada já apresentou sua contra razões (fls. 522-526)

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018603-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO HUMBERTO CRUZ LEITE
Réu: MARIA HELENA GUGLIANO DE BARROS (ME)
Advogado(s): ROBERTO MOROZOWSKI-PR28951

Manifeste-se às partes, iniciando-se pelo reclamante, quanto ao informado e sugerido pelo perito às fls. 100-101. Prazo cinco dias.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 018628-2001-(10 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARMELITA DE FATIMA JAGUETCH
Réu: MUNICIPIO DE CURITIBA
SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE CURITIBA
Advogado(s): UBIRAJARA SCHENFELDER SALLES-PR6619

I-Intime-se o autor para que apresente sua CTPS para anotações, em 10 dias.
II-Após, intime-se a reclamada para que proceda às anotações na CTPS do autor, sob pena de fazê-lo a secretaria da Vara, em 10 dias.
III-Nomeio o contador Paulo S. Nakakogue para que, no prazo de vinte dias, apresente a conta circunstanciada, depois da anotação da CTPS.
IV-Após, intime-se o INSS para que, no prazo de dez dias, se manifeste acerca dos cálculos, sob pena de preclusão.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 019448-2002-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DEBORA REGINA DRUM
Réu: SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S-C LTDA
Advogado(s): LUCILENE MACHADO CARLOS-PR13963
CARLOS AFONSO GONCALVES GOMES COELHO-PR32660
HELIO GOMES COELHO JUNIOR-PR7007

Ciência às partes da baixa dos autos do E. TRT.
Arquivem-se.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 019478-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NIVA DE LARA RIBEIRO BARBOSA
Réu: ASSESSORIA EMPRESARIAL APTUS LTDA
GRAFICA E EDITORA POSIGRAF S-A
TRH SERVICOS E RECURSOS HUMANOS LTDA
Advogado(s): SANDRA AMARA PEREIRA-PR21619
vistas.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 019662-2002-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARIVAL DA SILVA MACHADO
Réu: SEF SANEAMENTO E ENGENHARIA FERROVIARIA LTDA
Advogado(s): JORGE LUIZ BORGES-PR11964

Vistos, etc.
I-Libere-se à reclamada o depósito recursal, fls. 182, através de alvará, dando-se ciência.
II-Intime-se o reclamante para comprovar o recolhimento das custas processuais, sob pena de execução.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 019711-2001-(2 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ FRANCISCO RODRIGUES
Réu: BRASBRITA LTDA
BRASCOL BRASIL CONSTRUCOES DE OBRAS LTDA
Advogado(s): ALBERTO MANENTI-PR20617

Homologo os cálculos apresentados pelo INSS.
Intime-se o executado para pagamento, bem como das custas processuais atribuídas, em 48 horas, sob pena de execução.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 019769-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SEBASTIAO PEREIRA DANTAS
Réu: ELSON GONCALVES DANTAS
Advogado(s): MARCIA REGINA MORSELLI-PR25827

O recolhimento da contribuição previdenciária, deverá ser efetuada mês a mês, conforme o vencimento das parcelas do acordo, evitando desta forma os acréscimos legais, somente a comprovação nos autos poderá ser efetuada ao final.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 020506-2002-(8 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSON COITO
Réu: HILDEBRANDO LEAL REINERT
MONTEFIORI MOVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s): MAURICIO VIEIRA-PR20967
SENTENCA PROLATADA.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 021193-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SIRLENE BELISSE
Réu: BANCO BRADESCO S-A
Advogado(s): PAULO FRANZOTTI DE SOUZA-SP195846

Vistas a reclamada, pelo prazo de cinco dias, dos documentos juntados pela reclamante.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 021200-2003-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALFREDO LUIZ DE MATTOS KRAFT
Réu: BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA-PR27184

Vistas ao reclamante, pelo prazo de cinco dias, dos documentos juntados pela reclamada (FL. 187).

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 021715-2002-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: HENRIQUE DORIVAL DE LIMA
Réu: CAMARGO CORREA EQUIPAMENTOS ELETRICOS S-A
Advogado(s): RAFAEL FADEL BRAZ-PR23014

Vistos, etc....
Vistas ao reclamado do laudo apresentado.
Após, aguarde-se a audiência.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 022401-2002-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SILVIO ALVES DE LIMA
Réu: EMPRESA CRISTO REI LTDA
Advogado(s): PATRICIA ABU-JAMRA FARRACHA DE CASTRO-PR21010

Junte a reclamada, no prazo de cinco dias, a vinculação da guia darf com os presentes autos.

PROCESSO TRT-PR 0008-RT 026937-1998-(5 dias)
Local Atual: 08ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELIANE BELO RODRIGUES
Réu: ARI TABORDA LAVANDERIA (ME)
Advogado(s): ELIAS GONCALVES DA LUZ-PR24431

Reitere-se a determinação de fls. 42 (informar enderço correto do réu), no silêncio retornem os autos ao arquivo provisório.

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-21745/2004, RT-22213/2004, em que são reclamantes, respectivamente, RONY PETERSON VIEIRA ARANTES e MIGUEL INGLÊS, VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 07 (sete) de abril de 2005, das 13h05min às 13h15min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três). O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-480/2005, RT-238/2005, RT-564/2005, RT-563/2005, RT-540/2005, RT-536/2005, RT-699/2005, em que são reclamantes, respectivamente, ADOLAR MARCELINO MASBA, GILSON CARLOS LEITE LUBASINSKI, VALDECI DE BRITO, JAIRO LUIS HAUBENTHAL, CYRO RAPHAEL ROBERTO, MARCOS MUSCHALOWSKI, LUIZ FERNANDO PEREIRA,
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada

supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 12 (doze) de abril de 2005, das 13h00min às 13h35min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-608/2005, RT-545/2005, RT-542/2005, RT-602/2005, em que são reclamantes, respectivamente, GERALDO LAMEU DE BRITTO, VALDIVIO MOREIRA DE SOUZA, EDISON LUIS ALVES DOS SANTOS, MIGUEL ARCANGELO RAMOS, VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 18 (dezoito) de abril de 2005, das 13h10min às 13h25min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído do auto do processo: RT-20984/2004, em que é reclamante, GEOVANE CRISTIANO TANNER
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 06 (seis) de abril de 2005, as 13h00min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído dos autos dos processos: RT-297/2005, RT-481/2005, em que são reclamantes, respectivamente, IVETE APARECIDA LOPES, VALDENIR DA LUZ,
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 13 (treze) de abril de 2005, das 13h10min às 13h05min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

11ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA PR
Av. Vicente Machado, 400 - 2º andar
80420-010 Curitiba PR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA AMBIENTAL VIGILÂNCIA LTDA, extraído do auto do processo: RT-21323/2004, em que é reclamante, VILSON LUIZ TOMALCHELSKI
VALDECIR EDSON FOSSATTI, Juiz do Trabalho da 11ª Vara do Trabalho de Curitiba,

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que fica NOTIFICADA a reclamada supracitada, em local incerto, a comparecer perante a 11ª Vara do Trabalho de Curitiba, sita na Av. Vicente Machado, 400 2º andar, NC, para audiência inicial (relativa as reclamações constantes de cópias existentes em Secretaria), que serão realizadas no dia 11 (onze) de abril de 2005, as 13h05min, quando poderá apresentar sua resposta (art. 848 da C.L.T.), sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer outro preposto na forma prevista no art. 843 da C.L.T., que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações o obrigarão. No prosseguimento, ambas as partes deverão trazer suas testemunhas para serem ouvidas, estas no máximo de 3 (três).
O não comparecimento importará em julgamento da questão à revelia e na aplicação de confissão quanto a matéria de fato.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente Edital, que será publicado pelo Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado na sede desta Junta, no local de costume.
Curitiba, 19 de janeiro de 2005.

VALDECIR EDSON FOSSATTI
Juiz do Trabalho

14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 2º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00003-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000008-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GISELA MARTINS MACEDO
Réu: BAMERINDUS PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S-A
BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S-A
BANCO HSBC BAMERINDUS S-A
Advogado(s): VICTOR FEIJO FILHO-PR11633
LUIZ RICARDO BRUZAMOLIN-PR12861
TOBIAS DE MACEDO-PR21667
Diante do teor do documento de fls. 328, onde há informação de que os valores custodiados somente serão liberados mediante expressa autorização deste juízo, considero garantida a execução. Dê-se ciência às partes, salientando que os cálculos homologados foram apresentados pela executada, não cabendo, portanto, embargos à execução.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000017-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSON GREICHIWESKI
Réu: MARIA ALEXANDRINA KONERADO
Advogado(s): JOSE VICENTE DA SILVA-PR18380
NÃO CONHECIDOS os embargos de terceiro opostos, extinguindo-se o feito sem exame do mérito. CUSTAS pelo EMBARGANTE, no importe de R$ 20,00, que deverão ser recolhidas em 05 dias, sob pena de execução.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000054-1997-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IZALTINA PEREIRA
Réu: KDM LANCHES LTDA
MONICA ZOGHBI
Advogado(s): VILSON GUDOSKI-PR22572
O endereço da sócia Monia Zoghbi é o mesmo já diligenciado às fls. 217. Desta forma, reporto-me ao despacho de fl. 218.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000091-2004-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CELSO JOLY
Réu: LUCIANA NASCIMENTO DE CAMARGO
Advogado(s): JOSE DE JESUS GONCALVES BAMBIL-PR11093
EDUARDO BIACCHI GOMES-PR19477
Designa-se o dia 24-fevereiro-2005, às 15h40min, para realização da audiencia de instrução, devendo comparecer as partes e seus procuradores, fazendo-se acompanhar das testemunhas que, eventualmente, pretendam sejam ouvidas.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000140-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS EDUARDO CORREIA
Réu: CALCADOS BEIRA RIO S-A
Advogado(s): ROBERTO BARRANCO-PR4281
Manifestar-se quanto à nomeação de bens À penhora, em 05 DIAS. No silêncio, penhorem-se os bens nomeados pela executada.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000148-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: UDOVALDO JACQUES EID
Réu: COPEL GERACAO S-A
Advogado(s): GIANI CRISTINA AMORIM-PR21575
Manifestar-se quanto à nomeação de bens à penhora, em 05 DIAS. No silencio, penhorem-se os bens nomeados pela executada. Saliente-se que se trata de execução provisória.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000167-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANDIARA VAN ERVEN BISS
Réu: MEIRE RIBEIRO BRANDAO
Advogado(s): MOACIR RIBEIRO DE CARVALHO JUNIOR-PR29382
PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos de terceiro opostos.

PROCESSO TRT-PR 0014-ACPg 000171-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: WISDOM NET FRANCHISING
Réu: PABLO PAZ BANDEIRA
Advogado(s): TIHANA GUIMARAES PESSOA-PR28522
Quitar o débito, em CINCO DIAS, sob pena de os bens penhorados irem à hasta pública, ocasião em que serão acrescidas as despesas para tanto. No silêncio, prossiga-se com a hasta pública dos bens penhorados.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000174-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALCIONE COVOLO
Réu: OLIVINO PRADO MENDES
Advogado(s): CLAUDIO ROBERTO ANDRADE DE PROENCA-PR31416
PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos de terceiro opostos.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000175-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDISON NOGUEIRA
Réu: BERTINO VITORINO DA SILVA
Advogado(s): RENILDE PAIVA MORGADO GOMES-PR22126
NÃO CONHECIDOS os embargos de terceiro opostos, extinguindo-se o feito sem exame do mérito. CUSTAS pelo EMBARGANTE, no importe de R$ 100,00, que deverão ser recolhidas em 05 dias, sob pena de execução.

PROCESSO TRT-PR 0014-MC 000181-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NILTON DO ESPIRITO SANTO
Réu: AUTO SOCORRO CHAVES LTDA
Advogado(s): MARCELO CHEDID-PR17859
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do requerido, para a devida intimação, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000195-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SFREDO LOTERIAS LTDA
Réu: ROSIMAR BUENO
Advogado(s): ANA CAROLINA ROHR-PR33974
NÃO CONHECIDOS os embargos de terceiro opostos, extinguindo-se o feito sem exame do mérito. CUSTAS pelo EMBARGANTE, no importe de R$ 67,25, que deverão ser recolhidas em 05 dias, sob pena de execução.

PROCESSO TRT-PR 0014-MC 000196-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LORIDE MARIA CANAL MIOTO DA SILVA
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
PROBANK LTDA
SENTINELA SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): MAURICIO GOMES DA SILVA-PR13409
EDUARDO BIACCHI GOMES-PR19477
JAMES DANTAS-PR27512
IMPROCEDENTES os embargos declaratórios opostos pela CEF e pelo PROBANK

PROCESSO TRT-PR 0014-ACPg 000200-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CURITIBA ROGERIO PORTUGAL BACELLAR TABELIONATO DE NOTAS
Réu: CLAUDIO SOARES DE BRITO
Advogado(s): VITORIO KARAN-PR18663
Proceder o depósito referente aos valores consignados, em 05 DIAS, sob pena de arcar com os juros e correção monetária.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000201-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CECILIO ALVES MADRUGA
Réu: VALDECIR DIRCEU ALVES
Advogado(s): MARIA ALICE CARNEIRO DE FIGUEIREDO-PR16109
NADIA MARIA BORATO-PR20215
IMPROCEDENTES os embargos de terceiro opostos. CUSTAS pelo EMBARGANTE, no importe de R$ 642,30, que deverão ser recolhidas em 05 dias, sob pena de execução.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000202-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GRUTA DA GAROUPA RESTAURANTE LTDA
Réu: GABRIELA APARECIDA DA SILVA
Advogado(s): RENATO PINEDA SARTORI-PR17122
LISSANDRA REGINA RECKZIEGEL-PR24727
NÃO CONHECIDOS os embargos de terceiro opostos, extinguindo-se o feito com exame do mérito. CUSTAS pelo EMBARGANTE, no importe de R$ 38,00, dispensadas.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000235-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CESAR ROMEU DE OLIVEIRA JUNIOR
Réu: CNH LATINO AMERICANA LTDA
Advogado(s): CLEUSA MARIA GIARETTA-PR12367
Manifestar-se, em 10 dias, quanto aos documentos ora apresentados pela ré.

PROCESSO TRT-PR 0014-EAEJ 000260-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GERSON RODRIGUES
Réu: CONSTRUTPISO TECNOLOGIA DO PISO E REVESTIMENTO
SERRA NEGRA INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA
Advogado(s): MARILISA BELIDO SEGOVIA-PR25015
Indicar bens passíveis de penhora, em DEZ DIAS, sob pena de arquivamento provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000271-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GLORINDO CATTONI
Réu: BRASIL TELECOM S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
Diante do efeito modificativo com os embargos declaratórios, dê-se vistas à parte contrária para manifestação, pelo prazo de 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-ET 000312-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LORY LOURIVAL SANSON
Réu: WLADIMIR RODRIGUES
Advogado(s): ANDRE LUIZ CALVO-PR33699
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do embargado, para a devida intimação, sob pena de indeferimento da inicial.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 000326-2002-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NEUSA MARCIANA CANUTO FERREIRA
Réu: ANTIQUES REPARACAO DE ARTIGOS DO MOBILIARIO LTDA (ME)
JOAO MARIO ACSE R DE OLIVEIRA
Advogado(s): ELAINE DE FATIMA COSTA GUERIOS-PR25193
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, para a devida citação.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000432-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALTAMIR MARTINS
Réu: ACTION S-A
MARQUES MOTORSPORT S-A
PAULO DE TARSO RAMOS MARQUES
Advogado(s): WALDOMIRO NOGAR-PR12351
Manifestar-se quanto a intimação de sua testemunha, diante da devolução da notificação, em 10 dias.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000554-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDETE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Réu: CARDIOLOGIA VIDALON DIAGNOSTICO NAO INVASIVO S-C LTDA
HOSPITAL E MATERNIDADE SAO CARLOS LTDA
ISOMED SAUDE EMPRESARIAL E FAMILIAR LTDA
Advogado(s): JOSE ANTONIO LEYTON DUCHEN-PR19764
TOTALMENTE IMPROCEDENTES os embargos declaratórios opostos pela ré.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000567-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SILMARA CONCEICAO MACHADO FERRARI
Réu: ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Advogado(s): JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA-PR21384
Confirmada a transferencia dos valores bloqueados e garantida a execução, intime-se o executado para os fins do art. 884 da CLT.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000646-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALDO ESTEVAO FLORES
Réu: BANCO DO BRASIL S-A
Advogado(s): SERGIO LUIZ DA ROCHA POMBO-PR18933
Manifestar-se quanto à nomeação de bens À penhora, em 05 DIAS. No silêncio, penhorem-se os bens nomeados pela executada.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000853-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO ROBERTO LABHARDT
Réu: BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-PR19471
Vistas às partes pelo prazo de CINCO dias. AUTOR: 26 a 31.01.2005. RÉ: 01 a 10.02.2005.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000854-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JULIANNA BEZRUTCHKA BULGARELLI
Réu: URBS URBANIZACAO DE CURITIBA S-A
Advogado(s): LUIZ FERNANDO SCHLICHTA-PR12487
Foi apresentada impugnação aos calculos periciais pela autora, podendo oferecer contraminuta no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 000878-2001-(10 dias)

Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALCIDES MIGUEL AMORIM
Réu: AUTO POSTO SAO JOAO BATISTA LTDA
FERNANDA DO ROSARIO PAOLINI
UBALDO PAOLINI JUNIOR
Advogado(s): JAMIL FERNANDO DE MIRA FILHO-PR17573
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, para a devida citação.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000895-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALMOR DE PAULA ANTUNES
Réu: FRANGO VIT COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
GIOCLAUTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
LA CASA DI FRANGO LTDA
Advogado(s): WALTER CARDOSO DA SILVEIRA-PR1393
Indicar bens passíveis de penhora, em DEZ DIAS, sob pena de penhora daqueles nomeados pela terceira executada.

PROCESSO TRT-PR 0014-CS 000971-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADIR FERREIRA DE MELO
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO-PR27120
Foram interpostos Embargos à Execução pela parte contrária, podendo oferecer contraminuta no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001142-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARMEN ALVES DA SILVA
Réu: FASAMED COMÉRCIO FARMACEUTICO S-A
Advogado(s): JAIR APARECIDO AVANSI-PR18727
Manifestar-se quanto a intimação da testemunha diante da devolução da notificação, em 10 dias.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001211-2004-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ONEIL SCHLEMMER
Réu: SOLLUZ CONSTRUCOES TECNICAS LTDA
Advogado(s): JULIO CESAR ABREU DAS NEVES-PR22706
Manifestar-se, em 10 dias, quanto aos documentos ora apresentados pela ré.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001402-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ CARLOS DE FRANCA
Réu: METROPOLITANA VIGILANCIA COMERCIAL E INDÚSTRIAL LTDA
Advogado(s): ESTEVAM CAPRIOTTI FILHO-PR3625
Quitar o débito, em CINCO DIAS, sob pena de os bens penhorados irem à hasta pública, ocasião em que serão acrescidas as despesas para tanto. No silêncio, prossiga-se com a hasta pública dos bens penhorados, oficiando-se ao DETRAN para anotação da penhora.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001427-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANDRE MACHADO SOARES
Réu: MACROPLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA
Advogado(s): APARECIDO JOSE DA SILVA-PR17607
Manifestar-se quanto a insurgencia da executada no que se refere as guias do seguro-desemprego, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 001483-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDSON DA SILVA
Réu: PLASLANDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA
Advogado(s): ANTONIO ROBERTO TAVARNARO-PR9999
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, para a devida citação.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001503-2000-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARISA APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS
Réu: PRESTIGE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA
Advogado(s): VICENTE DE PAULO ESTEVEZ VIEIRA-PR17488
Manifestar-se quanto ao prosseguimento da execução, em 10 dias, sob pena de arquivamento provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001651-1999-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS ALBERTO NUNEZ
Réu: HARD DISCOUNT VIDAL DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
VARMITZ IMPORTACAO E COMÉRCIO DE FERRAGENS E ALIMENTOS LTDA
Advogado(s): ALCEU MARCZYNSKI-PR21143
Reporto-me ao despacho de fl. 439, com relação ao sócio indicado, para que a executada seja citada na pessoa do sócio, nos termos do despacho de fl.433. Salienta-se que referido sócio não faz parte do polo passivo.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001663-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO BARBOSA
Réu: TROMBINI PAPEIS E EMBALAGENS LTDA
Advogado(s): EDNA APARECIDA DE FREITAS GODOI-PR17857
Requeira o autor o que entender de direito, em 05 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001775-2000-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: TATIANA DOS PASSOS
Réu: COLEGIO JOAO PAULO II
Advogado(s): DEMETRIO CESAR TONON-PR28990
Quitar o débito, em CINCO DIAS, sob pena de os bens penhorados irem à hasta pública, ocasião em que serão acrescidas as despesas para tanto. No silêncio, prossiga-se com a hasta pública dos bens penhorados.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001811-1997-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO ALVES DE LIMA
Réu: JOSE MARCELINO MACHADO
CRISPIM COMÉRCIO E CONFECCAO DE ARTESANATO LTDA
Advogado(s): ELIAZER ANTONIO MEDEIROS-PR17292
... o sócio gerente já foi incluído no polo passivo e não foi citado por não ser encontrado. Indefere-se a inclusão dos demais sócios, eis que não exercem a gerencia da executada pessoa juridica. Aguarde-se no arquivo provisório.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 001828-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VILMAR ALVES
Réu: ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A (EM LIQUIDACAO)
Advogado(s): JULIANA MARTINS PEREIRA-PR26382
Diga o autor.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 002034-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARLI VENANCIO DA SILVA
Réu: GLOBAL TELECOM S-A
Advogado(s): JOSE AFFONSO DALLEGRAVE NETO-PR15211
ACOLHIDOS TOTALMENTE os embargos de declaração opostos pelo réu.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 002189-2002-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: BEATRIS JOANA PEZARICO
Réu: BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-PR19471
HOMOLOGO o acordo de fls, somente quanto a esta RT. Este juízo não se manifesta com relação aos autos RT 5053-92-11ª VT desta capital, ficando a homologação com relação aqueles autos, a critério do juiz daquela VT. Custas (2% sobre o valor do acordo) e demais despesas processuais (inclusive IR e INSS) , pela reclamada, que deverão ser pagas em cinco dias, sob pena de execução.Cumprido, arquivem-se, liberando-se à ré o depósito recursal de fls.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 002414-2001-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO EDENILSON DOS SANTOS
Réu: CONDOMINIO RESIDENCIAL EDIFICIO GREENLAND
Advogado(s): ALESSANDRA LILIAN DE OLIVEIRA-PR24676
TATIANA SCHMIDT MANZOCHI-PR28223
PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos à execução opostos pelo réu.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 002806-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO CARLOS DE ALMEIDA
Réu: ANTANA AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA
Advogado(s): JUSSARA ROSA FLORES-PR27350
REJEITADO O CHAMAMENTO AO PROCESSO postulada pela ré. Para prosseguimento, designa-se audiencia de instrução para o dia 13.04.2005, às 13h35min.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 003059-2004-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LENI ALVES DE SOUZA DOS SANTOS
Réu: MEIRE LIZ SCARANTE SOLYON
Advogado(s): DIOCLECIO ALVES DE OLIVEIRA-PR10101
Diga o autor.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003251-1995-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FLAVIO ZANDONADI PARRA
Réu: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Advogado(s): HELIO GOMES COELHO JUNIOR-PR7007
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, guia de retirada, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003338-2004-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DARCY NEVES COIMBRA
Réu: ROTRAMAC INDÚSTRIA COMÉRCIO RECUPERACAO E REFORMA DE MAQUINAS PESADAS LTDA
Advogado(s): VALDOMIRO CZAIKOWSKI NETO-PR11682
TOTALMENTE IMPROCEDENTES os embargos de declaração opostos pelo autor.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003365-2003-(10 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE APARECIDO BASTOS DA SILVA
Réu: PETIT CAR OFICINA MECANICA LTDA
Advogado(s): GERSON LUIZ DE OLIVEIRA-PR14845
Apresentar, em DEZ DIAS, o atual e completo endereço do executado, para a devida citação.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003912-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROBERTO CARLOS DOS SANTOS FERREIRA
Réu: AURORA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA
HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Advogado(s): TOBIAS DE MACEDO-PR21667
Encontra-se a sua disposição junto ao banco do Brasil, guia de retirada para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003988-2003-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OMAR DOMINGUES DOS SANTOS
Réu: BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, alvara judicial-deposito recursal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 003995-2000-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANA SOELI SANTANA LOPES
Réu: ARCOS CORRETORA DE SEGUROS LTDA
COIFA PECULIOS E PENSOES
Advogado(s): MURILO RAMON-PR19070
Anotar a CTPS da autora, em 05 dias, conforme determinado em sentença. Encontra-se a sua disposição junto à CEF, guia de retirada para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 004876-1995-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSIMAR BUENO
Réu: DANCINI & SANTOS LTDA
KI ARTICULADA LOTERIAS LTDA
SFREDO LOTERIAS LTDA
Advogado(s): ANA CAROLINA ROHR-PR33974
Rejeito liminarmente a exceção de pré-executividade... Deixa-se de receber a petição como embargos a execução, diante da intempestividade... Por ora, aguarde-se a solução dos embargos de terceiro.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 005341-2002-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: HELENA MATIAS FERNANDES MIRA
Réu: APMI SAZA LATTES
MUNICIPIO DE CURITIBA
Advogado(s): JOSIANE TRINKEL-PR16189
ERENISE DO ROCIO BORTOLINI-PR16591
PAULO ROBERTO MAGNABOSCO-PR21496
TOTALMENTE PROCEDENTES os embargos à execução opostos pela APMI.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 005407-2003-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA CRISTINA MONTEIRO
Réu: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Advogado(s): SILVIA ELISABETH NAIME-PR17121
CLEBER EDUARDO ALBANEZ-PR26725
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, guia de retirada para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 005846-2002-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LAIRTON GILMAR FRITSCHE
Réu: SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
VICINAL EMPREITEIRA DE OBRA LTDA
Advogado(s): VITORIO KARAN-PR18663
JAIR APARECIDO AVANSI-PR18727
ROSEMEIRE ARSELI-PR19717
PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão do autor. TOTALMENTE PROCEDENTES os embargos de declaração opostos pelo autor.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 005984-2002-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VERA LUCIA DE LIMA
Réu: APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Advogado(s): PAULO ANDRE CARDOSO BOTTO JACON-PR10945
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, guia de retirada, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 006290-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: KELLY CRISTIANE SCHAFRUN
Réu: VEICON COMUNICACAO VISUAL LTDA
Advogado(s): RODRIGO TAGLIARI HELBLING-PR30310
ACOLHIDOS PARCIALMENTE os pedidos da autora, podendo oferecer recurso ordinário no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 007461-2001-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ARI BOCEZ DE CASTRO
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): JANE SALVADOR-PR22104
Foram apresentados embargos a execução pela CEF, podendo oferecer contraminuta no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-PS 007553-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SHIRLEY APARECIDA DA SILVA
Réu: JEFFERSON LUIS BIANCOLINI
TANIA SIMOES DE LIMA BIANCOLINI
Advogado(s): JEFFERSON LUIS BIANCOLINI-PR24723
JONAS BORGES-PR30534
ACOLHER PARCIALMENTE o pedido da autora, podendo oferecer recurso ordinário no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 010483-1997-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DIRCENIO JOSE DA SILVA
Réu: BANCO NACIONAL S-A
UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Advogado(s): MARIA CONCEICAO RAMOS CASTRO-PR8962
REINALDO MIRICO ARONIS-PR35137
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, guia de retirada para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 014987-2001-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO ROMARIO DE OLIVEIRA
Réu: MERCADO PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO DE PLANOS URBANOS LTDA
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): ISRAEL CAETANO SOBRINHO-PR18830
Encontra-se a sua disposição junto à CEF, guia de retirada, para levantamento de valores.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 017572-2003-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDSON PALMA JORDAO
Réu: BANCO ABN AMRO REAL S-A
QUADRATA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
TMS TELEINFORMATICA LTDA
Advogado(s): VICTOR FEIJO FILHO-PR11633
RICARDO MARCELO FONSECA-PR18328
Pela quarta Vara do Trabalho de Porto Alegre-RS, foi designada audiencia para oitiva da testemunha da primeira ré, para o dia 19.05.2005, às 14h10min.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 018526-2003-(8 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE BONAZZA
Réu: ESPART ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S-A
TRANSCONTINENTAL EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS S-A
Advogado(s): LUCIUS MARCUS OLIVEIRA-PR19846
TOBIAS DE MACEDO-PR21667
Foi interposto Recurso Ordinário pela parte contrária, podendo oferecer contra-razões no prazo legal.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 023329-1997-(dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSEMARY PEREIRA
Réu: EDNEY MARQUES DAS NEVES
RESULTADO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO VESTUARIO LTDA
Advogado(s): TOMAZ DA CONCEICAO-PR14568
VANESSA MOURA BRASIL BAPTISTA CALDAS-PR28384
Foram designados os dias 11.02.2005 e 04.03.2005, às 10:00 horas, à Rua Sylvano Alves da Rocha Loures, 262 A-CIC, Stellfeld Leilões, para realização de PRAÇA-LEILÃO dos bens penhorados nos autos supra, ficando V. Sa. cientificado de que o prazo para apresentação de embargos ou recursos, fluirão CINCO DIAS após as datas designadas para praça e leilão, independente de intimação.

PROCESSO TRT-PR 0014-RT 027704-1996-(5 dias)
Local Atual: 14ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ FELIPE NUNES GODINHO
Réu: INDÚSTRIA DE BOTOES EUROPA LTDA
Advogado(s): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-PR18715
Foram apresentados embargos a arrematação, podendo oferecer contraminuta no prazo legal.

15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 1º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00003-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 000114-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IVANI DEOLA
Réu: ALFA SERVICOS DE MOTOBOY LTDA
RONALDO DO AMARAL IGNACIO
Advogado(s): CLEUZA KEIKO HIGACHI REGINATO-PR20180
CIÊNCIA DAS DELIBERACOES DE FL. 126.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 002334-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA ROSA FERREIRA DA SILVA
Réu: SOCIEDADE DE ENSINO UNIFICADO S-C LTDA
Advogado(s): CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-PR6405
JOSE EDUARDO QUINTAS DE MELLO-PR24695
HOMOLOGADO O ACORDO. CUSTAS, PELA AUTORA, NO IMPORTE DE R$ 36,00, DISPENSADAS. DEVERA A RE EFETUAR O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS, NA EPOCA PROPRIA, JUNTANDO COMPROVANTE NOS AUTOS EM ATE 30 DIAS APOS O PAGAMENTO DA PARCELA DO ACORDO, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 004393-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIO SERGIO FERNANDES DA SILVA LOPES
Réu: TRANSPORTE MAITTAS LTDA
Advogado(s): MARILDA SILVA FERRACIOLI SILVA-PR14860
JAMES WAHL-PR19441
HOMOLOGADO O ACORDO. DEVERA A RE RECOLHER AS DESPESAS PROCESSUAIS, BEM COMO EFETUAR O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS, NA EPOCA PROPRIA, JUNTANDO COMPROVANTE NOS AUTOS, EM ATE 30 DIAS APOS O PAGAMENTO DA ULTIMA PARCELA DO ACORDO, SOB PENA DE PROSSEGUIMENTO DA EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 004483-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: TARCIZO PIMENTEL
Réu: MAURICIO AUGUSTO DE MORAES SARMENTO
PROMENADE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado(s): JONAS ANTONIO DOS SANTOS-PR13200
RETIRAR A CTPS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 004944-1999-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FABIO HENRIQUE RIBEIRO
Réu: CONSORCIO NACIONAL OURO FINO S-C LTDA (MASSA FALIDA) SINDICO JOREL SALOMAO KHURY
OSVALDO RIBEIRO
Advogado(s): VALDEMAR REINERT-PR25295
RETIRAR CERTIDÃO DE HABILITACAO

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 005132-2004-(dias)

Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO GONCALVES RICO
Réu: BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
CIÊNCIA DA EXPEDICAO DO ALVARA DE FL. 122 E DE QUE INEXISTEM CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS A SEREM RECOLHIDAS, CONFORME MANIFESTACAO DO INSS.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 005433-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IRENE VIEIRA DE ALMEIDA
Réu: JOSE CANDIDO VIEIRA
Advogado(s): FLAVIO VILMAR DA SILVA-PR12035
RETIRAR A CTPS, EM SECRETARIA.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 005897-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARCUS CLOTARDO HOFFMANN MOELLER
Réu: AGA S-A
Advogado(s): JOSE ANTONIO GARCIA JOAQUIM-PR15218
INDEFERIDA A EXPEDICAO DE GUIA DE RETIRADA-ALVARA EM NOME DO DR. JOSE ANTONIO. AGUARDANDO O INTERESSE DA RE, POR 120 DIAS, ALERTANDO-A DE QUE, NA HIPOTESE DE NAO PROVIDENCIAR O LEVANTAMENTO DA QUANTIA DISPONIVEL, SERA O REFERIDO VALOR DEPOSITADO AOS COFRES PUBLICOS DA UNIAO FEDERAL, POR CONSIDERA-LO COMO SENDO COISA ABANDONADA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 005995-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDELEUZA MENEZES
Réu: FABIO SILVA DE OLIVEIRA (ME)
Advogado(s): MARCELO JOSE CISCATO-PR24654
ALEXANDRE AUGUSTO GAVA-PR27627
TENDO EM VISTA A INFORMACAO PRESTADA PELA AUTORA, NO SENTIDO DE QUE RECEBEU INTEGRALMENTE SEUS HAVERES E DIANTE DA MANIFESTACAO DO INSS, DECLARANDO A INEXISTENCIA DE CONTRIBUICOES A SEREM RECOLHIDAS, FOI DETERMINADO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 006500-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAQUIM DE ANDRADE LIMA
Réu: CAVO SERVICOS E MEIO AMBIENTE S-A
Advogado(s): ANTONIO FAVARO-PR12691
RAFAEL FADEL BRAZ-PR23014
FEITA A RETIFICACAO PARA A NOVA DENOMINACAO DA RE: CAVO SERVICOS E MEIO AMBIENTE S-A.

PROCESSO TRT-PR 0015-PS 006559-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUIZ CARLOS ROSA DE OLIVEIRA
Réu: AMBIENTAL COMERCIAL DE TINTAS LTDA
Advogado(s): JAIDERSON RIVAROLA-PR32136
CIÊNCIA DA DELIBERACAO DE FL. 89 QUE INDEFERE O REQUERIMENTO FORMULADO PELO AUTOR ATRAVES DA PETIÇÃO DE FLS. 87-88.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 006569-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: D´AIR GOMES DE FREITAS
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): ISAIAS ZELA FILHO-PR8866
INDALECIO GOMES NETO-PR23465
HOMOLOGADO O ACORDO ENTRE AS PARTES. CUSTAS JA RECOLHIDAS. TENDO EM VISTA A NATUREZA INDENIZATORIA DAS VERBAS NAO HAVERA INCIDENCIA DE CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 006803-1994-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDSON DE PAULA ALMEIDA
Réu: LUIZ ALBERTO FONTANA LANCHONETE(LOVE LANCHES)
Advogado(s): ADRIANO DE OLIVEIRA-PR26232
PARA OS PROCURADORES SUBSCREVEREM A PETIÇÃO DE FL. 1216.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007209-1996-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LEVY LOPES FILHO
Réu: ELFI EIDEWEIN MARQUES
ELLEN JOY COSMETICOS LTDA
JEF BASTOS REPRESENTACAO E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s): SERGIO AUGUSTO GOMEZ-PR6890
EXPEDIDO OFICIO SOLICITANDO DESIGNACAO DE NOVA HASTA PUBLICA DO BEM CONSTRITO NO JUIZO DEPRECADO, CONFORME REQUERIDO PELO EXEQUENTE. AS HASTAS PUBLICAS SAO REALIZADAS POR LEILOEIROS JUDICIAIS, DEVIDAMENTE DESIGNADO PELO JUIZO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007431-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MIROSLAVA GAESKI
Réu: ELITE SEGUE CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA
MARCELO PIRAGIBE SANTIAGO
Advogado(s): RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ-PR12867
HERMES HENRIQUE CORREA CONCEICAO-PR30219
CIÊNCIA, AS PARTES, DAS DELIBERACOES DE FL. 252. AINDA, PARA O AUTOR IMPUGNAR, QUERENDO, OS EMBARGOS A EXECUCAO OPOSTOS PELO 2 REU.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 007452-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSANGELA CAETANO DA SILVA
Réu: FIESTA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA (ME)
Advogado(s): LUIS CARLOS BARRETO-PR17609
JULIANA BRAGA COELHO-PR20309
REJEITADA A REQUERIDA ANTECIPACAO DOS EFEITOS DA TUTELA, CONFORME DECISÃO DE FL. 172.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 008072-1993-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALIPIO CARVALHAES LOUREIRO JUNIOR
Réu: EBCT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Advogado(s): MARIO BRASILIO ESMANHOTTO FILHO-PR23184
DETERMINADA A LIBERACAO DO BEM MENCIONADO PELA RE A FL. 937, SEM A NECESSIDADE DA REALIZACAO DE QUALQUER FORMALIDADE.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 008338-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO CARLOS WELKE
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): ISAIAS ZELA FILHO-PR8866
DETERMINADO O DESENTRANHAMENTO DOS DOCUMENTOS CARREADOS ATRAVES DA PETIÇÃO INICIAL. DEFERIDO O DESENTRANHAMENTO DAS PROCURACOES, MEDIANTE A SUBSTITUICAO POR FOTOCOPIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 008578-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LEODIR PETRIS
Réu: TECPAR INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA
Advogado(s): CHRISTIAN MARCELLO MANAS-PR29190
DIANTE DA INEXISTENCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS INCISOS I E II, DO ART. 273 DO CPC, FICA INDEFERIDA A ANTECIPACAO DA TUTELA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 008581-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROGERIO UMBERTO DE ANDRADE
Réu: TECPAR INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANA
Advogado(s): CHRISTIAN MARCELLO MANAS-PR29190
DIANTE DA AUSENCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NOS INCISOS I E II, DO ART. 273 DO CPC, FICA INDEFERIDA A ANTECIPACAO DA TUTELA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009054-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANDERSON LUIZ CARDOSO
Réu: MASISA DO BRASIL LTDA
FERNANDO JOSE LOPES (FI)
Advogado(s): SANDRO LUNARD NICOLADELI-PR22372
A 1 RE DEVERA SER NOTIFICADA ATRAVES DE SEU TITULAR. PARA TANTO, MISTER A APRESENTACAO DE SEUS ATOS CONSTITUTIVOS. ASSIM, FOI CONCEDIDO AO AUTOR MAIS 10 DIAS PARA A APRESENTACAO DA DECLARACAO DE FIRMA INDIVIDUAL, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009146-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LAERTES SCHILIPAKE (ESPÓLIO)
Réu: ROBERTO LUIS SCHIRR (FI)
Advogado(s): MARA DENISE VASSELAI-PR29086
PARA A PROCURADORA DO AUTOR COMPARECER NA SECRETARIA DA VARA, A FIM DE RETIRAR A CTPS DE SEU CONSTITUINTE.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009311-1998-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VASCO CARBONERA
Réu: CONSTRUTORA CAVALLIN LTDA
ITALO AMARAL
ITALO CAVALLIN AMARAL
JOAO DARCI DOS SANTOS MACHADO
MASSA FALIDA SOCIEDADE CONSTRUTORA TAJI MARRAL LTDA
PATRICIA MOHR
Advogado(s): FRANCISCO MACHADO DE JESUS-PR6217
SILVIO BATISTA-PR9239
JOAO LUCASKI-PR19081
HENRY ANDERSEN NAVARETTE-PR27141
CIÊNCIA DAS DELIBERACOES DE FL. 373.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009442-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLARA DE JESUS SOARES
Réu: SANT´CLAIR INSTRUMENTACAO CIRURGICA LTDA
Advogado(s): CLEUSA SOUZA DA SILVA-PR20908
INDEFERIDA A OITIVA DA TESTEMUNHA ARROLADA A FL. 46, TENDO EM VISTA OS TERMOS DA ATA DE AUDIENCIA DE FL. 43.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009669-1999-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO NERI DA SILVA
Réu: MASSA FALIDA DE ENCOL S-A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA
PEDRO PAULO DE SOUZA
Advogado(s): LUIZ ALBERTO GONCALVES-PR8146
RETIRAR A CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009738-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE SOARES PINTO
Réu: BRASIL TELECOM S-A
IECSA GTA TELECOMUNICACOES LTDA
Advogado(s): INDALECIO GOMES NETO-PR23465
MARCO ANTONIO ANDRAUS-PR26193
CARMEN ROBERTA FRANCO-PR31140
HOMOLOGADO O ACORDO ENTRE AUTOR E 2 RE. CUSTAS DISPENSADAS. DEVERA A 2 RE EFETUAR O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS, NA EPOCA PROPRIA, JUNTANDO COMPROVANTE NOS AUTOS EM ATE 30 DIAS APOS O PAGAMENTO DA PARCELA DO ACORDO, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 009928-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO FARINHAKE NETO
Réu: JAMEF TRANSPORTES LTDA
RODO EXPRESS TRANSPORTES E SERVICOS LTDA
Advogado(s): ANTONIO ALBERTO LOURENCO LUCAS-PR34691
PARA O ADVOGADO ANTONIO ALBERTO LOURENCO LUCAS ASSINAR O SUBSTABELECIMENTO DE FL. 142, NO PRAZO DE 15 DIAS, SOB PENA DE REPUTA-LO INEXISTENTE.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010012-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DALTON EMIR PEREIRA
Réu: UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Advogado(s): JOSE LEOCADIO DE CAMARGO-PR23931
REINALDO MIRICO ARONIS-PR35137
HOMOLOGADO O ACORDO ENTRE AS PARTES. CUSTAS, INTEGRALMENTE PELO REU, NO IMPORTE DE R$ 1.232,00, JA ABATIDO O VALOR RECOLHIDO A FL. 361. DEVERA O RÉU EFETUAR O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E FISCAIS NA EPOCA PROPRIA, JUNTANDO COMPROVANTE NOS AUTOS EM ATE 30 DIAS APOS O PAGAMENTO DA PARCELA ACORDADA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010148-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS RENATO DE AZEVEDO
Réu: BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S-A
Advogado(s): MARTINS GATI CAMACHO-PR10177
ANSELMO ERNESTO RUOSO-PR15382
VISTAS, AS PARTES, DA CONTA DE ATUALIZACAO DE FLS. 381-384, PELO PRAZO SUCESSIVO DE 10 DIAS, INICIANDO-SE PELO AUTOR:
PRAZO DO AUTOR: 26-01-2005 A 04-02-2005
PRAZO DA RE: 14-02-2005 A 23-02-2005

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010172-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FRANCIS REGINA MARTINS
Réu: NATURA S-A
NEW AGE EVENTOS E PROMOCOES LTDA
Advogado(s): SUSANA MATEUS DE ALMEIDA-PR19535
MARSELHA CRISTINA BOSSARDI DE CARVALHO-PR24273
MAINAR RAFAEL VIGANO-PR25798
CIÊNCIA DAS DELIBERACOES DE FL. 169 SOBRE A PERDA DO OBJETO DA TUTELA ANTECIPADA E A DENOMINACAO DA RE.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010387-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FERNANDO BALBINOTTI
Réu: CIRCULO CONSTRUCOES CIVIS LTDA
SATURNIA SISTEMAS DE ENERGIA LTDA
Advogado(s): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-PR18715
MANIFESTAR-SE SOBRE A PETIÇÃO E DOCUMENTOS DE FLS. 58 E SEGUINTES, NO PRAZO DE 10 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010469-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELIANE DE SOUZA CASTRO
Réu: MASSA FALIDA SOCIEDADE CONSTRUTORA TAJI MARRAL LTDA
Advogado(s): DALTON LEMKE-PR5594
RETIRAR A CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010489-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDGARD PEREIRA DE SOUZA
Réu: COMÉRCIO DE CALCADOS CAMPEAO LTDA
COMÉRCIO DE CALCADOS GOL LTDA
Advogado(s): MARISA GONCALVES LEMOS-PR12824
CIÊNCIA DO NAO CONHECIMENTO DA PETIÇÃO DE FL. 87, TENDO EM VISTA A AUSENCIA DE INSTRUMENTO DE MANDATO DA SUBSCRITORA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010497-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ILDO VIECELI
Réu: MASSA FALIDA DE VEMETEX TECIDOS & COUROS LTDA
Advogado(s): MIRIAM DE FATIMA KNOPIK-PR11616
RETIRAR CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010517-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALBERTO ESCOLARO JUNIOR
Réu: INTERBRASIL S-A LINHAS AEREAS
TRANSBRASIL S-A LINHAS AEREAS (MASSA FALIDA)
SINDICO ALFREDOLUIZ KULGELMAS
Advogado(s): JOAO BELMIRO DOS SANTOS-PR6433
DETERMINANDO QUE SE AGUARDE A PROVOCACAO DO AUTOR, NO ARQUIVO PROVISORO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010923-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NILZA MIOKO YOSHIDA PAUKOWSKI
Réu: BANCO ITAU S-A
Advogado(s): NASSER AHMAD ALLAN-PR28820
CONSIDERANDO-SE QUE HA EMBARGOS A EXECUCAO E IMPUGNACAO A SENTENCA DE LIQUIDACAO PENDENTES DE JULGAMENTO E VISANDO EVITAR A OCORRENCIA DE TUMULTO PROCESSUAL, INDEFERIDO, POR ORA, A EXECUCAO COMPLEMENTAR REQUERIDA A FL. 652.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 011016-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PEDRO ZIMO DE FRANCA
Réu: SERGIO PALMEIRA DA SILVA & CIA LTDA
Advogado(s): RONALDO SCHUBERT-PR20824
INDEFERIDA A REALIZACAO DE PENHORA, TENDO EM VISTA A AUSENCIA DE CITACAO DA RE.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 011594-1996-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO RUBENS DO AMARAL
Réu: CARLOS HENRIQUE DITTERT
SERGIO LUIZ DITTERT
TELHAPAR ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
Advogado(s): GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE-PR10747
FORNECER, NO PRAZO DE 30 DIAS, O ENDEREÇO COMPLETO (NUMERO DO IMOVEL E CEP), OU CROQUI QUE FACILITE A LOCALIZACAO DOS IMOVEIS DE FLS. 817 E 818.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 011741-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NEIDE KAPP MARTINS DE OLIVEIRA
Réu: SERPRO SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
Advogado(s): ANDREA RICETTI BUENO FUSCULIM-PR20676
AGUARDAR A MANIFESTACAO DA PARTE AUTORA, POR 120 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 012369-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JORGE BISPO DOS SANTOS
Réu: ORBRAM SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES (MF)
VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA
Advogado(s): JOSE MELQUIADES DA ROCHA JUNIOR-PR18790
RETIRAR A CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 012491-1999-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JORGE TALEVI BETIM
Réu: POPASA POTINGA PAPEIS S-A
Advogado(s): ALEXANDRE FURTADO DA SILVA-PR23966
RETIRAR A CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 012592-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ESPÓLIO CLEBER MARTINS FERREIRA
Réu: PANIFICADORA DAMARIS LTDA
Advogado(s): JONAS BORGES-PR30534
A RETIRADA DOS AUTOS, EM CARGA, DESDE QUE TENHA QUE SE PRONUNCIAR NO FEITO, E DESDE QUE NAO EXISTA PRAZO COMUM AS PARTES, INDEPENDE DE AUTORIZACAO DO JUIZ, MOTIVO PELO QUAL PODE O PROCURADOR COMPARECER NA SECRETARIA DA VARA E SOLICITAR DIRETAMENTE AO SERVIDOR RESPONSAVEL PELO ATENDIMENTO AO PUBLICO A RETIRADA DOS AUTOS EM CARGA

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 013397-1999-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO BATISTA MACHADO
Réu: NEW LIFE QUIMICA LTDA
Advogado(s): MARIO BIERNASKI-PR12155
RETIRAR A CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 014394-2000-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ENIO TADEU DE LUCENA
Réu: M L GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS S-C LTDA
Advogado(s): MARIA LUCILIA GOMES-SP84206
MANIFESTAR-SE SOBRE OS CALCULOS APRESENTADOS PELO AUTOR, NO PRAZO DE 20 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 014858-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CATARINA TOMADON GUEDES
Réu: BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S-A BANESPA
Advogado(s): PAULO ANDRE CARDOSO BOTTO JACON-PR10945
MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-PR29032
AUDIENCIA DE INSTRUCAO ADIADA PARA O DIA 25-04-2005, AS 15h05min.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 015156-1998-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JAIME MIRANDA ROSAS
Réu: BOSCA S-A TRANSPORTES COMÉRCIO E REPRESENTACOES
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS-PR5435
CIÊNCIA DA CERTIDÃO DE FL 628. RETIRAR A CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 015210-1998-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Réu: ANDRE SCHYPULA
MARIA LUCIA MARAN GONCALVES
PANORAMICO LAZER E RECREACAO S-C LTDA
Advogado(s): LUIZ TRYBUS-PR4215
VISTAS DOS ATOS PRATICADOS, NOS AUTOS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 015505-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VERA LUCIA DOS REIS
Réu: CONTEXTO CONSULTORIA ASSESSORIA SERV S-C LTDA
Advogado(s): MARIA ELIZABETH MARAN SANTOS PEZZI-PR19209
RETIRAR A CTPS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 015616-2003-(dias)

Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CELSO DE JESUS FERREIRA PINTO JUNIOR
Réu: SENTINELA SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
SIEMENS LTDA
Advogado(s): ALAISIS FERREIRA LOPES-PR12129
JOELCIO FLAVIANO NIELS-PR23031
JAMES DANTAS-PR27512
CIÊNCIA DAS DELIBERACOES DE FL. 125. AINDA, AUDIENCIA DE INSTRUCAO DESIGNADA PARA O DIA 16-02-2005, AS 14h25min (PARA APURACAO DE EVENTUAL RESPONSABILIDADE DA 2 RE). O NAO COMPARECIMENTO DA PARTE AUTORA ACARRETARA O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS E O NAO COMPARECIMENTO DAS RECLAMADAS SERA CONSIDERADO COMO REVELIA E CONFISSAO QUANTO A MATERIA DE FATO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 016166-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JAIR HENRIQUE SANTANA
Réu: SITESE SISTEMAS TECNICOS DE SEGURANCA S-C LTDA
Advogado(s): EMIR BARANHUK CONCEICAO-PR18538
VISTAS DO OFICIO DE FL. 70, PELO PRAZO DE 5 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 016244-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSON MARIO RODRIGUES (ESPÓLIO)
Réu: MARCOS ANTONIO MULLER
Advogado(s): ALEX SANDRO MARCOS-PR28042
ANOTAR A CTPS DO AUTOR, NO PRAZO DE 48 HORAS, SOB PENA DE FAZE-LO A SECRETARIA DA VARA, AI COM DETERMINACAO DE EXPEDICAO DE OFICIOS AS AUTORIDADES COMPETENTES, PARA PROVIDENCIAS CABIVEIS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 016733-2002-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PATRICIA DE SOUZA
Réu: QUEIROZ & RIBAS LTDA (ME)
Advogado(s): NORTON PASSOS WALDRAFF-PR18884
RETIRAR A CTPS E INCLUIR EM SEUS CALCULOS (FLS. 83 E SEGUINTES) O VALOR DA MULTA (FL. 104, ITEM II), BEM COMO OS VALORES QUE DEIXARAM DE SEREM RECEBIDOS EM FUNCAO DA AUSENCIA DE ENTREGA DAS GUIAS PARA O PEDIDO DE SEGURO-DESEMPREGO, NO PRAZO DE 10 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 016842-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIO SERGIO CHODOR
Réu: MASSA FALIDA DE BERNARD KRONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEICULOS INDÚSTRIAIS E MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Advogado(s): JEFERSON DE AMORIN-PR31047
RETIRAR CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017683-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NELSON ANTONIO PETRY
Réu: NEW HUBNER COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS-PR5435
SELMA ELIANA DE PAULA ASSIS-PR17761
AUDIENCIA DE ENCERRAMENTO DE INSTRUCAO DESIGNADA PARA O DIA 26-01-2005, AS 13h15min.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017757-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MELISSA RIBEIRO FILUS
Réu: MNEMOHOUSE CURSOS DE IDIOMAS LTDA
Advogado(s): ROMULO FERREIRA DA SILVA-PR25076
RECOLHER OS EMOLUMENTOS ALUSIVOS A CERTIDÃO PRETENDIDA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 017860-1999-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NOEMIA PINTO DE FARIA CAMARGO
Réu: HOSPITAL E MATERNIDADE SAO CARLOS LTDA
Advogado(s): RITA DE CASSIA TENCZUK-PR14340
RETIRAR A CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 018112-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ALCIDES BUTURI
Réu: BANCO BANESTADO S-A
FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Advogado(s): ISAIAS ZELA FILHO-PR8866
INDALECIO GOMES NETO-PR23465
CIÊNCIA DA HOMOLOGACAO DO ACORDO. CUSTAS DISPENSADAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 018688-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MILTON CARLOS DE BARROS
Réu: BANCO BANESTADO S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-PR19471
CIÊNCIA DA DECISÃO DE FL. 547.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 018789-1998-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PAULO DE FARIAS
Réu: ALCEU MENTA
ENZO ECALLETTI JUNIOR
MARLENE MOREIRA ESCALLETI
MASSA FALIDA DE BOSCA S-A TRANSPORTES COMÉRCIO E REPRESENTACOES
Advogado(s): FREDERICH MARK ROSA SANTOS-PR10416
CIÊNCIA DAS DELIBERACOES DE FL. 433.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 019926-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE MARQUES
Réu: GEA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA (MASSA FALIDA) SINDICOLUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES
Advogado(s): MARCELO KOVALHUK-PR15334
RETIRAR CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 020516-2001-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADRIANA FERREIRA ARZAO
Réu: SERZEGRAF INDÚSTRIA E EDITORA GRAFICA LTDA
Advogado(s): LIGIA GOEBEL-PR23969
MANIFESTAR-SE SOBRE OS CALCULOS APRESENTADOS PELA PARTE AUTORA, NO PRAZO DE 20 DIAS.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 021137-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: TANIA SOARES
Réu: IVO ROSALINO BRUNERI
MOREIRA & BRUNERI LTDA (ME)
Advogado(s): NILDA LOURENCO-PR18281
INDEFERIDO O REQUERIMENTO DE FL. 229, TENDO EM VISTA O ATO PRATICADO A FL. 222.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 021705-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARTA LAGES GOMES
Réu: CASA DE REPOUSO CURITIBA LTDA
Advogado(s): JOELCIO FLAVIANO NIELS-PR23031
CIÊNCIA DO TERMO DE AUDIENCIA DE FLS. 55-56. OS PRAZOS PARA A PRATICA DOS ATOS DETERMINADOS NA ATA COMECARAO A FLUIR APOS A REALIZACAO DA INTIMAÇÃO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 023025-1995-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FERNANDA DE ALMEIDA MACHADO DOS SANTOS
Réu: J.A. BAGGIO CONSTRUCOES LTDA
Advogado(s): SAMIRA DE FATIMA NABBOUH ABREU-PR17143
KARLA NEMES-PR20830
OS CREDITOS DEVIDOS A AUTORA DEVERAO SER DEPOSITADOS EM CADERNETA DE POUPANCA ABERTA EM SEU NOME, DIANTE DO QUE CONSTOU DA DETERMINACAO EM SENTENCA DE FL. 321, VEZ QUE AINDA PERMANECE NA CONDICAO DE MENOR.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 023907-2000-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS ADELCIO DA LUZ
Réu: BRASIL TELECOM S-A
EXIMIA SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
Advogado(s): RAMON ANTONIO CALCENA CUENCA-PR13445
MAURO JOSE AUACHE-PR17209
INDALECIO GOMES NETO-PR23465
HOMOLOGO O ACORDO ENTRE AUTOR E 1 REU. CUSTAS JA RECOLHIDAS. DEVERAO OS REUS EFETUAREM OS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIARIOS E FISCAIS, JUNTANDO COMPROVANTE NOS AUTOS EM ATE 30 DIAS APOS O PAGAMENTO DA PARCELA ACORDADA, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 024398-1996-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: RICARDO AUGUSTO GOMES BICCA
Réu: MASSA FALIDA DE NEW LIFE QUIMICA LTDA
Advogado(s): PEDRO EUCLIDES UTZIG-PR21362
RETIRAR CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 025069-2000-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA LUIZE KAMINSKI
Réu: PRETTY BABY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE DECORACOES LTDA (MASSA FALIDA) SINDICO AYRTON ROSA
Advogado(s): GERALDO CARLOS DA SILVA-PR6631
RETIRAR CERTIDÃO DE HABILITACAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 026419-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS ALVES DE AGUIAR
Réu: ALVORADA SEGURANCA BANCARIA E PATRIMONIAL LTDA
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): UYEDA NOGUEIRA LEAO-PR13589
JUSSARA LEFFE MARTINS-PR14021
LUIS RENATO SINDERSKI-PR17347
CIÊNCIA DA ATUALIZACAO DA CONTA GERAL, AS PARTES, NO PRAZO SUCESSIVO DE 10 DIAS, INICIANDO-SE PELA RECLAMADA:
PRAZO DA 1 RECLAMADA: 26-01-2005 A 04-01-2005
PRAZO DA 2 RECLAMADA: 14-02-2005 A 23-02-2005
PRAZO DO AUTOR: 28-02-2005 A 09-03-2005

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 028686-2000-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: AUDEVANE DE ASSIS MACHADO
Réu: ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Advogado(s): CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-PR6405
VALMIR TEIXEIRA-PR20942
VISTAS, AS PARTES, DA CONCLUSAO DO LAUDO PERICIAL, NO PRAZO SUCESSIVO DE 10 DIAS, INICIANDO-SE PELA RE:
PRAZO DA RE: 26-01-2005 A 04-02-2005
PRAZO DO AUTOR: 14-02-2005 A 23-02-2005

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 029525-1998-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSANA BANDEIRA
Réu: PIER GIUSEPPE CALVO
Advogado(s): ORANDI ALMEIDA-PR18518
INFORMAR DE QUANTOS DIAS NECESSITA PARA OBTER SIMPLES CÓPIA DE MATRICULA IMOBILIARIA.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 030163-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: GILVANI JOSE DOS SANTOS FREITAS
Réu: SENTINELA SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Advogado(s): PATRICIA KUBASKI DE ARAUJO-PR20813
JAMES DANTAS-PR27512
VISTAS, AS PARTES, DA CONTA DE FLS. 357-359, PELA PRAZO SUCESSIVO DE 5 DIAS, INICIANDO-SE PELA RE:
PRAZO DA RE: 26-01-05 A 31-01-05
PRAZO DO AUTOR: 14-02-05 A 18-02-05
DEVERA A RE, NO PRAZO ACIMA ASSINADO, DEPOSITAR A DIFERENCA ENTRE O VALOR DISPONIVEL NO PROCESSO, APONTADO NA CONTA GERAL.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 031549-1998-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DIRCEU CARARO
Réu: HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Advogado(s): WALDOMIRO FERREIRA FILHO-PR5961
MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-PR29032
HOMOLOGADO O ACORDO ENTRE AS PARTES. CUSTAS RECOLHIDAS. DEVERA O RÉU EFETUAR O RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E FISCAIS, NA EPOCA PROPRIA, JUNTANDO COMPROVANTE NOS AUTOS EM ATE 30 DIAS APOS O PAGAMENTO DA PARCELA ACORDADA, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 031941-1997-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: REGINA MARIA DE SOUZA MAIA
Réu: DALTRO SIMOES
EDSON LUCIO AMARAL SILVA
MAISON SERVICOS TECNICOS E PROFISSIONAIS LTDA
SANEPAR COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA
Advogado(s): MAURO JOSE AUACHE-PR17209
FORNECER O ENDEREÇO ATUAL DAS PESSOAS ORA INCLUIDAS NO POLO PASSIVO (OS SOCIOS DALTRO E EDISON CONFORME CONTRATO SOCIAL DE FLS. 17-22)

15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO, 400, 1º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00004-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 001893-2004-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO JESUS MARCAL ROMEIRO BCHARA
Réu: SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL TUIUTI LTDA
Advogado(s): LUIZ ANTONIO ABAGGE-PR12613
JOSE AFFONSO DALLEGRAVE NETO-PR15211
AUDIENCIA DE INSTRUCAO RETIRADA DE PAUTA DO DIA 22-11 PARA SER REINCLUIDA NA PAUTA DO DIA 17-05-2005 AS 13h21min.

PROCESSO TRT-PR 0015-RT 010755-2003-(dias)
Local Atual: 15ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSNEI MAYER
Réu: ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Advogado(s): CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-PR6405
EMIR BARANHUK CONCEICAO-PR18538
AUDIENCIA DE INSTRUCAO DESIGNADA PARA O DIA 17-05-2005 AS 13h41min.

16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV VICENTE MACHADO ,400, 1º ANDAR
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00006-2005

FICAM OS ADVOGADOS ABAIXO RELACIONADOS INTIMADOS PARA, NO PRAZO INDICADO, PROVIDENCIAREM E-OU TOMAREM CIÊNCIA DO QUE SEGUE DESCRITO NOS SEGUINTES PROCESSOS:

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 012783-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DANILO ALVES DA LUZ
Réu: MADEBRAL MADEIREIRA BRASIL LTDA
MARCELO JOSE GREGOLIN ANACLETO (ME)
Advogado(s): AYSLAN CUNHA ROCHA-PR32184
COMPROVAR O RECOLHIMENTO DA CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA, NA FORMA REQUERIDA PELO INSS, SOB PENA DE EXECUCAO.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 012805-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DURCELINA CARDOZO ROBERTO
Réu: EDESP EDITORA DE GUIAS DO ESTADO DE SAO PAULO LTDA
Advogado(s): MOACIR SALMORIA-PR18325
MANIFESTAR-SE ACERCA DE DOCUMENTOS JUNTADOS.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 012880-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IVETE ZAMPIERI
Réu: CELSO JOSE ANDREAZZA
Advogado(s): EUNICE MESSA GONZALES-PR25371

1. Informe a parte autora, em 10 dias, o endereço atualizado da testemunha Nalzira Aparecida Ribeiro.
2. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 012992-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARICI DA SILVA GABARDO
Réu: SUPERMERCADO FANTINATO LTDA
Advogado(s): PAULETE TAMIKO SHIMA-PR16603
CIÊNCIA DO INTEIRO TEOR DO DESPACHO DE FLS. 181, ITEM 3

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 013056-2000-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CARLOS ROBERTO SILVA
Réu: NAGAZAVA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA
Advogado(s): ROGERIO MANENTI-PR27011
APRESENTAR OS CALCULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE COM RELACAO A EVENTUAIS PARCELAS PREVIDENCIARIAS E FISCAIS.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 013164-2004-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADRIANO DE LIMA
Réu: PAULA MARIA SEEGMULLER
STAMPA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA
WELINE COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA
Advogado(s): IRAJA NELCI CASTILHO-PR29131

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, informar o endereço atualizado da 1ª reclamada WELINE COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, sob pena de extinção do feito, sem o julgamento do mérito.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 013229-2001-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDIO ROBERTO SHIMANOE
Réu: BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA
Advogado(s): EDUARDO MUNARETTO-PR24655

1. Intime-se a parte autora para, em 10 dias, apresentar as peças necessárias à formação da carta de sentença, devendo o procurador legal declarar a autenticidade das fotocópias fornecidas, em conformidade com o previsto no artigo 544, parágrafo 1º, do CPC.
2. Em igual prazo deverá, ainda, comprovar o recolhimento dos emolumentos relativos à formação da carta de sentença, no importe de R$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) por folha, nos termos do artigo 789-B, inciso IV, da CLT, com as alterações dadas pela Lei nº 10537-2002, sob pena de indeferimento.
3. No silêncio, encaminhem-se os autos ao E. TRT da 9ª Região.
5. Intime-se a parte autora.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 013324-2000-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSELIO DURIGAN
Réu: VINICOLA DURIGAN LTDA
Advogado(s): HERMINDO DUARTE FILHO-PR6400
MANIFESTAR-SE ACERCA DE PETIÇÃO JUNTADA.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 013683-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANDERSON LOBIANO
Réu: CAMFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Advogado(s): ANDRE LUIZ LUNARDON-PR23304
MANIFESTAR-SE ACERCA DE DOCUMENTOS JUNTADOS.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014035-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SILVANA DAS GRACAS DE PAULA
Réu: DANIELA ALMEIDA ARTIGOS DO VESTUARIO (ME)
Advogado(s): RODRIGO CARDOSO DE SOUZA-PR21048
APRESENTAR OS CALCULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE QUANTO A CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014190-2000-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JUSTINO BATISTA DE SOUZA
Réu: VIAPLAN ENGENHARIA LTDA
Advogado(s): PAULO ROBERTO PEREIRA-PR21468

1. Intime-se o reclamado para, no prazo de 10 dias, comprovar o pagamento da complementação do valor devido a título de contribuição previdenciária.
2. No silêncio, execute-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014205-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ISMAEL RODRIGUES DE ALMEIDA
Réu: AUTO VIACAO REDENTOR LTDA
Advogado(s): MAURICIO DAL'NEGRO CARVALHO-PR15346
APRESENTAR OS CALCULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE COM RELACAO A EVENTUAIS PARCELAS PREVIDENCIARIAS E FISCAIS., INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014403-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA APARECIDA BENFATTI MARTINS
Réu: MERCANTIBA SUPERMERCADO LTDA
Advogado(s): VALDOMIRO SANTIN-PR18272
APRESENTAR OS CALCULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE COM RELACAO A EVENTUAIS PARCELAS PREVIDENCIARIAS E FISCAIS., INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014460-1999-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO ELIAS PEREIRA (ESPÓLIO)
Réu: CONSTRUTORA TRIUNFO LTDA
Advogado(s): CRISTY HADDAD FIGUEIRA-PR24621
APRESENTAR OS CALCULOS DE LIQUIDACAO DE FOR-

MA DETALHADA E ESPECIFICA, INCLUSIVE COM RELACAO A EVENTUAIS PARCELAS PREVIDENCIARIAS E FISCAIS., INCIDENTE DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014520-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NOEL BERNARDO DA SILVA
Réu: SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL TUIUTI LTDA
Advogado(s): LUIZ ANTONIO ABAGGE-PR12613

Intime-se a reclamada para, no prazo de 10 dias, efetuar a comprovação do recolhimento da complementação do valor devido a título de contribuição previdenciária.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014580-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO WILSON KONOPKA
Réu: HIGI SERV LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA
Advogado(s): EVELYN FABRICIA DE ARRUDA-PR28224
MANIFESTAR-SE SOBRE O CALCULO DE LIQUIDACAO APRESENTADO, APRESENTANDO SUA CONTA CIRCUNSTANCIADA, EM CASO DE DIVERGENCIA, INCLUSIVE OS VALORES REFERENTES AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014631-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ADEMIR SILVA FILHO
Réu: MASSA FALIDA DE CONSORT IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS HIGIENICOS LTDA (MASSA FALIDA)
MASSA FALIDA DE NEW LIFE FARMACEUTICA LTDA (MASSA FALIDA) SINDICO JOAQUIM JOSE GRUBHOFER RAULI
MASSA FALIDA DE RB DO BRASIL COMERCIAL LTDA (MASSA FALIDA)
NEW LIFE QUIMICA LTDA
Advogado(s): AMAZONAS FRANCISCO DO AMARAL-PR10879

1. Manifeste-se a reclamada, no prazo de 10 dias, quanto ao valor devido a título de contribuição previdenciária.
2. No silêncio, expeça-se a certidão para habilitação do valor junto ao Juízo Falimentar, bem como o ofício para o pagamento das custas processuais devidas.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014718-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SERGIO LUIS FLECK
Réu: SOLLUZ CONSTRUCOES TECNICAS LTDA
Advogado(s): MARCELO NASSIF MALUF-PR17579

1. Apresente a reclamada, em 10 dias, as peças necessárias para a formação da carta precatória inquiritória para a oitiva da testemunha ALDERI FERNANDES DE LIMA, conforme requerido às fls. 342-343.
2. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 014896-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JAIR FURTUOSO
Réu: C S STORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE ALIMENTOS LTDA
LEMBRASUL AGRO FLORESTAL LTDA
LEMBRASUL SUPERMERCADOS LTDA
Advogado(s): PAULO ROBERTO PEREIRA-PR21468
MANIFESTAR-SE ACERCA DE PETIÇÃO JUNTADA.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015081-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VERA LUCIA BATISTA
Réu: ASSOCIACAO MANTENEDORA SAINT GERMAIN DE CURITIBA PARANA
ESTADO DO PARANA (PROCURADORIA GERAL DO ESTADO)
Advogado(s): CAIO BUENO LOPES-PR29454

Informe a parte autora, em 10 dias, o endereço atualizado da testemunha EDNEIA T. ROCHA, a fim de que possa ser expedido o mandado de condução coercitiva.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015268-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARCELO SEQUEIRA VILAS BOAS
Réu: CERAMICA LUIZ SALVADOR LTDA
Advogado(s): SANDRA CALABRESE SIMAO-PR13271
VISTA DE PETIÇÃO E DOCUMENTOS JUNTADOS.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015355-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SANDRA MARA FLORINDO
Réu: QLF SERVICOS DE EXPEDIENTE SOCIEDADE SIMPLES LTDA
UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Advogado(s): CARLOS ANTONIO TASCHNER-PR24490
APRESENTAR A CTPS PARA ANOTACOES

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015412-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ERNESTO DOMINGUES PINHEIRO
Réu: CHEYENNE DECORACOES LTDA
Advogado(s): ANGELO VIDAL DOS SANTOS MARQUES-PR17626
APRESENTAR A CTPS PARA ANOTACOES

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015751-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IRACEMA ANTONIA TELLES
Réu: HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA
Advogado(s): HERAON FAGUNDES DOS REIS-PR24782

1. Julga-se subsistente a penhora e homologa-se a avaliação.
2. Intime-se a executada, de que, se no prazo de 10 dias, não houver remição da execução, será designada hasta pública, com expedição de autorização judicial para remoção dos bens penhorados. A partir de então, serão imediatamente agregadas novas despesas processuais à conta geral, na forma dos artigos 19 e parágrafo único do artigo 20 do CPC, especialmente despesas de remoção e honorários do leiloeiro, arbitrados com amparo no artigo 705, IV, do CPC, devidos pela parte executada, nas hipóteses de remição ou transação posteriores à inclusão no edital de leilão.
3. Na ausência de manifestação, à hasta pública, com a expedição da respectiva autorização judicial ao leiloeiro.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015823-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDINIR BELMIRO COLACO ALVES
Réu: SUPERMERCADO BEAL LTDA
Advogado(s): EROS GIL PETERS-PR18462

1. Manifeste-se o réu, em 10 dias, quanto ao demonstrativo de horas extras oferecido pela parte autora.
2. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015897-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSANGELA BATISTA
Réu: PROMPTEL COMUNICACOES S-A
Advogado(s): VALERIA HATSBACH FERREIRA-PR17777
APRESENTAR OS CALCULOS DE LIQUIDACAO DE FORMA DETALHADA E ESPECIFICA

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015985-2004-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IZAURA KIMICO FUGEHARA
Réu: DIAGNOSTICOS DA AMERICA S-A
LABORATORIO DE PATOLOGIA CLINICA CURITIBA S-C LTDA
Advogado(s): MARCOS JOSE CHECHELAKY-PR16300

1. Promova a Secretaria o cadastramento do advogado da 2ª reclamada.
2. Manifeste-se a parte autora, em 10 dias, quanto ao requerimento de retificação do pólo passivo formulado pela 2ª reclamada, bem como acerca dos documentos ora juntados.
3. Após, voltem os autos conclusos para apreciação do pedido de antecipação da tutela jurisdicional.
4. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 015999-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LILIAN ALVES DA SILVA
Réu: DERLEI JOAO LEITE FAGUNDES
SAYONARA BEATRIZ RANCIARO FAGUNDES
Advogado(s): DENISE ADRIANE LIRA-PR17616
APRESENTAR A CTPS PARA ANOTACOES

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016031-1997-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: OTAVIO MOREIRA
Réu: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Advogado(s): MAURICIO GOMES DA SILVA-PR13409
MANIFESTAR-SE SOBRE O CALCULO DE LIQUIDACAO APRESENTADO, APRESENTANDO SUA CONTA CIRCUNSTANCIADA, EM CASO DE DIVERGENCIA, INCLUSIVE OS VALORES REFERENTES AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016207-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE GOIS
Réu: CORITIBA FOOT BALL CLUB
Advogado(s): LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS-PR8123
MANIFESTAR-SE SOBRE O CALCULO DE LIQUIDACAO APRESENTADO, APRESENTANDO SUA CONTA CIRCUNSTANCIADA, EM CASO DE DIVERGENCIA, INCLUSIVE OS VALORES REFERENTES AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016264-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: PEDRO CARVALHO
Réu: LAMMY COMPENSADOS CURITIBA LTDA
Advogado(s): RAUL ANIZ ASSAD-PR15388
MANIFESTAR-SE SOBRE O CALCULO DE LIQUIDACAO APRESENTADO, APRESENTANDO SUA CONTA CIRCUNSTANCIADA, EM CASO DE DIVERGENCIA, INCLUSIVE OS VALORES REFERENTES AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016354-2003-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALDECIR SALVADOR
Réu: FRIO ACO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ACO INOX LTDA
Advogado(s): FLAVIO DIONISIO BERNARTT-PR11363
MANIFESTAR-SE ACERCA DE DOCUMENTOS JUNTADOS.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016355-1999-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MARIA REGINA CARMELITA ALBANO
Réu: ANTONIO ROBERTO ANJOS MANSUR
JOANA DARC DATOLA
PRONTO SOCORRO CIDADE
Advogado(s): LUIZ FERNANDO FORTES DE CAMARGO-PR22827

1. Elabore a Secretaria a conta geral abatendo a importância já levantada pelo credor.
2.Após, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, requerer o que entender de direito, diante do resultado da pesquisa realizada junto ao Detran (fls. 272).

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016464-2000-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VANDERLEI GROMOSKI
Réu: MM AUTO CENTER LTDA
Advogado(s): MARCO AFONSO DE LIMA-PR26747
MANIFESTAR-SE ACERCA DE DOCUMENTOS JUNTADOS.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016578-1993-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANA MARIA MACEDO
Réu: RAMIRO WAHRHAFTIG
SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA
Advogado(s): ADALBERTO CARAMORI PETRY-PR17803

1. Manifeste-se a reclamada, no prazo de 10 dias, quanto ao requerimento formulado pelo INSS na petição de fls. 1973-1974.
2. Após, voltem os autos conclusos para deliberação.
3. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016580-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANGELITA JACINTHO SILVA LOPES
Réu: AUTO VIACAO CATARINENSE LTDA
EBV LIMPEZA CONSERVACAO E SERVICOS ESPECIAIS LTDA
Advogado(s): JONAS ANTONIO DOS SANTOS-PR13200
MANIFESTAR-SE ACERCA DE PETIÇÃO JUNTADA.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 016876-2004-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: MAURINA GOMES DE OLIVEIRA
Réu: HAVAN TECIDOS DA MODA LTDA
Advogado(s): CLEUSA SOUZA DA SILVA-PR20908

1. Regularize a parte autora, em 10 dias, a petição inicial, uma vez que apócrifa, sob pena de extinção do feito, sem o julgamento do mérito.
2. No silêncio, venham os autos à mesa.
3. Intime-se.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 017753-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ABEL MOREIRA DE PROENCA
Réu: CONDOMINIO DOMAINE DU SOLEIL
Advogado(s): CLAIR DA FLORA MARTINS-PR5435

1. Inicialmente, cumpra-se o determinado na certidão de fls. 249.
2. Após, voltem os autos conclusos para deliberação acerca do requerimento formulado na petição retro.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 018439-2001-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDIO RAFALSKI IATSKI
Réu: EXPRESSO AZUL LTDA
Advogado(s): CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-PR6405
MANIFESTAR-SE SOBRE O CALCULO DE LIQUIDACAO APRESENTADO, APRESENTANDO SUA CONTA CIRCUNSTANCIADA, EM CASO DE DIVERGENCIA, INCLUSIVE OS VALORES REFERENTES AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS DE AMBAS AS PARTES.

PROCESSO TRT-PR 0016-RT 019870-2002-(10 dias)
Local Atual: 16ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANTONIO WILSON DA LUZ
Réu: CIDADELA S-A
MAXICOOP COOPERATIVA DE TRABALHOS MULTIPLOS
Advogado(s): BERNARDO RUCKER-PR25858
APRESENTAR A CTPS PARA ANOTACOES

18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
AV. VICENTE MACHADO, 400, 5º PISO, ANEXO
80420010 CURITIBA
EDITAL DE INTIMAÇÃO Nr. 00008-2005

Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados para, no prazo indicado, providenciar e-ou tomar ciência do que segue descrito nos seguintes autos:

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 000547-2004-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ROSA MARIA DE MORAIS BEZERRA
Réu: BIOPLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMETICOS LTDA
GLAUCIO AUGUSTO DA SILVA
RODRIGO AUGUSO ARAUJO SILVA
Advogado(s): LEILA CRUZ VIEIRA-PR17414
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO, BEM COMO COMPROVAR OS DEPOSITOS DO FGTS CONFORME SENTENÇA DE FL.483. .

PROCESSO TRT-PR 0652-PS 000623-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DAMIAO ANTONIO PERIN
Réu: CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
Advogado(s): NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO-PR20218
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 001714-2002-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO JONAS JURASCZK
Réu: DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA PANARELLO LTDA
Advogado(s): JONAS CARVALHO GOULART-PR16421
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR, SE FOR O CASO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 001932-2000-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: VALDECIR QUINTINO DOS SANTOS
Réu: ELECTROLUX DO BRASIL S-A
EXIMIA SERVICOS TEMPORARIOS LTDA
POLICOOP COOPERATIVA DE TRABALHOS MULTIPLOS DO ESTADO DO PARANA
Advogado(s): VICENTE DE PAULO ESTEVEZ VIEIRA-PR17488
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR, SE FOR O CASO E TRAZER AOS AUTOS A CTPS DO AUTOR.

PROCESSO TRT-PR 0652-PS 002218-2004-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: WALTER BERGSON KONIG
Réu: MIGUEL DA SILVA
ROSAMARIA DA CILVA
Advogado(s): SOLAINE MARIA BARBIERI-PR25350
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR, SE FOR O CASO E TRAZER AOS AUTOS A CTPS DO AUTOR.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 002247-1998-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ANAGIBE SOARES PADILHA SOBRINHO
Réu: COPEL TRANSMISSAO S-A
Advogado(s): CELSO LUCINDA-PR6391
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 004345-2001-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: WILSON BENEDITO DE ALBUQUERQUE
Réu: BANCO SUDAMERIS BRASIL S-A
Advogado(s): ELIONORA HARUMI TAKESHIRO-PR12838
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR, SE FOR O CASO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 004615-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JADIR RIBEIRO DE ALMEIDA
Réu: LAERTE P TOALDO & CIA LTDA
Advogado(s): MAURICIO HANKE BANDOLIN-PR24815
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 004986-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NAIR VANELLI
Réu: MALLERIE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA
SPYNEIDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BOLSAS E SACOLAS LTDA
Advogado(s): EDSON MASSARO POSTALLI-PR16715
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 005010-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: CLAUDENICE PEREIRA
Réu: DERMO ERVAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Advogado(s): AMAURY CHAGAS COUTINHO JUNIOR-PR32474
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 005380-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: NATALINO VIOLIN
Réu: CLICHEMAQ CLICHES E MAQUINAS LTDA
Advogado(s): EDSON MASSARO POSTALLI-PR16715
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IRE TRAZER AOS AUTOS A CTPS DO RECLAMANTE.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 005701-1995-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LADENIR AUGUSTO RODRIGUES DA SILVA
Réu: HABITACAO CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
Advogado(s): LUIZ ALBERTO GONCALVES-PR8146
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR, SE FOR O CASO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 006086-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DIRCEU PAES DE OLIVEIRA
Réu: SANMES IND METALURGICA E COMÉRCIO DE ACO LTDA
Advogado(s): JACKSON LUIZ DEIP-PR14867
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR.

PROCESSO TRT-PR 0652-PS 007199-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: LUCIANO OGEDA DA SILVA
Réu: ATACADO DE ROUPAS DIREITO DA FABRICA E ESTACIONAMENTO
MARCELO NAMI
Advogado(s): JOSE LEOCADIO DE CAMARGO-PR23931
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IRE TRAZER AOS AUTOS A CTPS DO RECLAMANTE.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 008000-2002-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE CARLOS DA CRUZ RIBEIRO FILHO
Réu: NORDICA VEICULOS LTDA
Advogado(s): TOBIAS DE MACEDO-PR21667
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 010650-2002-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO BATISTA GOMES
Réu: MASSA FALIDA SHARP DO BRASIL S-A INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS
SHARP ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
Advogado(s): MARCELO MOKWA DOS SANTOS-PR22724
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 011003-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: DENISE VIANNA BARBOSA
Réu: INFORMANET EDITORA DE PUBLICACOES PERIODICAS LTDA
INFORMARE LTDA
Advogado(s): FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO-PR4093
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 012443-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: FABIOLA SIMONE GREGORI DA SILVA
Réu: AUTO POSTO AND LTDA
ESSO BRASILEIRA DE PETROLEO LTDA
LUIZ VICENTE PAVAO II
Advogado(s): MARCELO CRISSANTO MALLIN-PR17689
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 013875-2003-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: IFIGENIA GONCALVES DA SILVA
Réu: CONDOR SUPER CENTER LTDA
Advogado(s): VALDOMIRO SANTIN-PR18272
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 015141-2002-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOAO CARLOS DO PRADO
Réu: SANIGRANN COMÉRCIO E ASSISTENCIA TECNICA EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Advogado(s): GUILHERME JACQUES TEIXEIRA DE FREITAS-PR24703
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO, BEM COMO ANOTAR A CTPS DO AUTOR, COMPROVAR OS DEPOSITOS DO FGTS COM A MULTA DE 40% E TRAZER AOS AUTOS AS GUIAS DO SEGURO DESEMPREGO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 015602-2002-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ABILIO MULLER
Réu: BANCO BRADESCO S-A
Advogado(s): JANE SALVADOR-PR22104
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR, SE FOR O CASO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 018658-2002-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SILVIO RICARDO BAVARESCO
Réu: ATN ADELAIDE ANONIOLLI (FI)
Advogado(s): MARCELO MOKWA DOS SANTOS-PR22724
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IRE TRAZER AOS AUTOS A CTPS DO RECLAMANTE.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 018880-2001-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: JOSE PEDRO RODRIGUES DOS SANTOS
Réu: NELSON AUTO TAXI
Advogado(s): ALVARO PEDRO JUNIOR-PR13003
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 019216-2002-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: EDSON LUIZ LAUFFER
Réu: BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Advogado(s): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-PR8761
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO.

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 021371-2001-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: ELIEZER DE SOUZA
Réu: BRINKS SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
TGV TRANSPORTADORA DE VALORES E VIGILANCIA LTDA
Advogado(s): LAMARTINE BRAGA CORTES FILHO-PR9352
LUIZ RICARDO BERLEZE-PR24742
IMPUGNAR CALCULOS APRESENTADOS, QUERENDO, SOB PENA DE PRECLUSÃO. O PRAZO DO SEGUNDO RECLAMADO INICIA-SE EM 14-02-2005

PROCESSO TRT-PR 0652-RT 022753-2000-(10 dias)
Local Atual: 18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA-PR
Autor: SONIA MARIA GONCALVES LEMES
Réu: MARIA DE FATIMA DE SOUZA BRITO
Advogado(s): JOSIANE APARECIDA PIURCOSKI-PR21976
APRESENTAR CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE QUANTO AO INSS E IR.

Varas do Trabalho do Interior

Araucária

VARA DO TRABALHO DE ARAUCÁRIA
RUA CEL. JOAQUIM PALHANO, 62 - CEP: 83702-440 - ARAUCÁRIA - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO À RÉ
DOCE MEL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
PRAZO DE VINTE DIAS

A Doutora Sandra Mara Flügel Assad, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Araucária, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, de que está intimando DOCE MEL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, ora em lugar incerto e não sabido, reclamados nos autos da Ação Trabalhista PS 14/2004, em que é autor TEREZINHA SOARES MARIN, de que foi proferida Sentença, conforme cópia nos autos.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, o presente Edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado no local de costume desta Vara.
Araucária, 20 de janeiro de 2005. Eu ____ Andrea Alejandra Carrasco Aguilar, Técnico Judiciário, subscrevi.

SANDRA MARA FLÜGEL ASSAD
JUÍZA TITULAR

VARA DO TRABALHO DE ARAUCÁRIA/PR
RUA CEL. JOAQUIM PALHANO, 62 - CEP: 83702-440 - ARAUCÁRIA - PR
EDITAL DE CITAÇÃO À RÉ
CE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS Ltda
PRAZO DE VINTE DIAS

A DRA. SANDRA MARA FLÜGEL ASSAD, Juíza Titular da Vara de Araucária, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que está CITANDO a ré CE INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA, atualmente em lugar incerto e não sabido, em que é autor JOSÉ PIMENTEL ARAÚJO comparecer à audiência designada para o dia 14.02.2005 às 09h30m, relativa à Ação Trabalhista Nº 1325/03, na sede da Vara do Trabalho de Araucária, Estado do Paraná, sita à Rua CEL. JOAQUIM PALHANO, 62, para prestar depoimento, sendo-lhe facultado designar preposto na forma prevista no artigo 843 da CLT, bem como trazer consigo as testemunhas que pretenda ouvir. O não comparecimento importará em revelia e confissão quanto à matéria de fato (CLT, artigo 844, "in fine").
O presente Edital será publicado no Diário da Justiça do Estado do Paraná e afixado no local próprio na sede desta Vara.
Araucária, 20 de janeiro de 2005. Eu____ Andrea Alejandra Carrasco Aguilar, Técnica Judiciária, subscrevi.

SANDRA MARA FLÜGEL ASSAD
JUÍZA TITULAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO À RÉ
HORIZONTE TRABALHO TEMPORÁRIO LTDA
PRAZO DE VINTE DIAS

A Doutora Sandra Mara Flügel Assad, Juíza Titular da Vara do Trabalho de Araucária, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, de que está intimando HORIZONTE TRABALHO TEMPORÁRIO LTDA, ora em lugar incerto e não sabido, reclamado nos autos da Ação Trabalhista RT 439/2003, em que é autor DIRCEU MIRANDA, de que foi proferida Decisão de Embargos de Declaração, bem como e de que foi interposto recurso ordinário pela terceira reclamada, conforme cópia nos autos.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, o presente Edital será publicado no Diário Oficial da Justiça do Estado do Paraná e afixado no local de costume desta Vara.
Araucária, 20 de janeiro de 2005. Eu ____ Andrea Alejandra Carrasco Aguilar, Técnico Judiciário, subscrevi.

SANDRA MARA FLÜGEL ASSAD
JUÍZA TITULAR

VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
RUA CEL. JOAQUIM PALHANO, 62 CENTRO
83702-440 ARAUCARIA-PR
EDITAL DE INTIMACAO No 000004-2005
25-01-2005

FICA(M) V. SA(S). CIENTE(S) DO DESPACHO EXARADO PELO JUIZO NOS AUTOS ABAIXO, A SABER

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00245-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):MAURI JOSE BORGES
Reclamada(s):EDILSON P GUIMARAES
Adv(s):VITORIO KARAN PR18663
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 08.03.05 as 09h30min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA
Intima-se o autor para que, no prazo de dez dias forneca o correto endereco da reclamada, sob pena de extincao do processo sem julgamento do merito.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00246-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):REGINALDO CORNELIO
Reclamada(s):PATEC PACKING TECHNOLOGIES LTDA
Adv(s):WELINGTON TORRES COSENZA PR7875
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 15.02.05 as 11h00min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00257-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):MORGANA TRUBER
Reclamada(s):LUIZ AGOSTINHO DA SILVA
Adv(s):ISMAEL DA SILVA MATOS (642-1313) PR15231B
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 01.02.2005 as 09h45min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00258-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):SHIRLEI BUENO DE CAMARGO
Reclamada(s):BACANAS LANCHES LTDA
Adv(s):ISMAEL DA SILVA MATOS (642-1313) PR15231B
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 01.02.2005 as 10h00min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00259-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):JOAO MARCOS DE MELO
Reclamada(s):BRASCOATING REVESTIMENTOS METALICOS E INDUSTRIAIS
Reclamada(s):REPAR
Adv(s):NEUSA MARIA DE O COSTA (224-3249) PR11455
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 01.02.2005 as 10h15min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00260-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):ODENEY SILVA MUNHOZ
Reclamada(s):BRASCOATING REVESTIMENTOS METALICOS E INDUSTRIAIS
Reclamada(s):REPAR
Adv(s):NEUSA MARIA DE O COSTA (224-3249) PR11455
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 01.02.2005 as 10h30min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00261-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):HILTON REZENDE PEREIRA
Reclamada(s):BRASCOATING REVESTIMENTOS METALICOS E INDUSTRIAIS
Reclamada(s):REPAR
Adv(s):NEUSA MARIA DE O COSTA (224-3249) PR11455
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 01.02.2005 as 10h45min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00262-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):IVANILDA NOGUEIRA DA SILVA
Reclamada(s):EL MARAFON & CIA LTDA
Adv(s):CIZALE DALL'AGNOL BASSETTI PR14802
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 01.02.2005 as 11h00min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00264-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):BENEDITO NERCI COLEHO
Reclamada(s):URSA REFLORESTAMENTO E INDUSTRIA LTDA
Reclamada(s):QUEBEC AGROFLORESTAL LTDA EPP
Adv(s):JOAO BATISTA DE TOLEDO PR8716
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 15.02.2005 as 09h30min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00265-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):MARCOS ROBERTO DA SIVLA MONTEIRO
Reclamada(s):JONI OTACILIO MENDES E CIA LTDA
Reclamada(s):TELE REDES
Reclamada(s):EMPRESA DE ONIBUS CAMPO LARGO LTDA
Adv(s):ANDRE GONCALVES ZIPPERER PR29222
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 15.02.2005 as 09h45min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00266-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):PAULO BUZINARO
Reclamada(s):BRASMAN MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
Adv(s):SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS (327-7289) PR26295
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 15.02.2005 as 10h00min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00268-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):GILBERTO STALL
Reclamada(s):HOTEL FAZENDA DAS ARAUCARIAS
Adv(s):MAGDA REJANE CRUZ RIBEIRO DOS SANTOS PR17910
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 15.02.2005 as 10h15min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00272-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):ESTACIO TOMAS MICHALESKI
Reclamada(s):DSD CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Reclamada(s):CISA CSN INDUSTRIA DE ACOS REVESTIDOS S-A
Adv(s):ANTONIO ALEIXO WAGNER (642-1077) PR15199
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 15.02.2005 as 10h30min, mantidas a cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-PS 00273-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Reclamante(s):JOSE MARIA BISPO DE ASSUNCAO
Reclamada(s):SEGURO LAR ASSIST DOMIC E EMPRESARIAL LTDA
Reclamada(s):WEGA SUL
Adv(s):ANTONIO ALEIXO WAGNER (642-1077) PR15199
Audiencia UNA (Procedimento Sumarissimo) designada para o
dia 15.02.05 as 10h45min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01354-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):SIDNEI ADEMAR DE LIMA
Réu(s):LEMBRASUL SUPERMERCADOS LTDA - MF - N-P SINDICO
Adv(s):PEDRO LILITO FRANCESCHI (642-5554) PR4936
Audiencia UNA designada para o dia 25.04.2005 as 14h49min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01379-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):GERSON UKAN
Réu(s):CORN PRODUCTS BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA
Adv(s):FERNANDO LUIZ RODRIGUES (222-2036) PR21213
Audiencia inicial designada para o dia 14.02.05 as 13h55min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01391-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):EVERSON REAL PRADO
Réu(s):QUAKER CHEMICAL INDUSTRIA E COMERCIO S-A
Réu(s):CSN PARANA S-A
Adv(s):JONAS GOULART (3019-6842) PR27489
Audiencia inicial designada para o dia 14.02.05 as 14h00min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01401-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ELAINE COLACO DOS SANTOS
Réu(s):ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S-A
Adv(s):VALERIA HATSCHBACH FERREIRA PR17777
Audiencia inicial designada para o dia 03.02.05 as 13h36min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01410-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ITAMAR COLOMBO
Réu(s):UNIAO AGRO ARA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS L
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h15min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01411-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):CLAUDINEI HAMM
Réu(s):VAN LEER EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h20min, mantidas as cominacoes legais.

OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01412-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):GILBERTO PIRES DE FREITAS
Réu(s):MOLAS CIDADE NOVA LTDA ME
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h25min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01413-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JUSCELINO JORGE DA VEIGA KRUEGER
Réu(s):CJ PORTELLA LTDA
Adv(s):JAMES WAHL (FONE 264-7533) PR19441
Audiencia inicial designada para o dia 14.02.05 as 14h05min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01414-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ADEMIR ALVES DE CARVALHO
Réu(s):GELOPAR REFRIGERA•AO PARANAENSE LTDA
Adv(s):EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA PR19471
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h30min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01415-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ALOIR JOAO FURTADO DE ATAIDE
Réu(s):OCTAL VISION LTDA IMP E DIST ARTIGOS OTICOS
Adv(s):MOACIR SALMORIA (324-0567) PR18325
Audiencia inicial designada para o dia 14.02.05 as 14h10min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01416-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ROSA MARQUES GOES
Réu(s):JOCELIO RIBAS PEREIRA
Adv(s):ISMAEL DA SILVA MATOS (642-1313) PR15231B
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h50min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01417-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):CLAIR SPRADA
Réu(s):CLIDENT ODONTOLOGIA S-C LTDA N-P DR AUGUSTO BELLIN
Réu(s):ODONTOLOGIA CAMPO LARGO S-C LTDA N-P DR AUGUSTO BE
Réu(s):AUGUSTO BELLINI
Adv(s):ISMAEL DA SILVA MATOS (642-1313) PR15231B
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h55min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01418-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):CELIO ROBERTO ALMEIDA WOLFF
Réu(s):SUPRA SUPERMERCADOS
Adv(s):ISMAEL DA SILVA MATOS (642-1313) PR15231B
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 14h00min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01419-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOSE VILMAR VIANA DE PAULA
Réu(s):SUPRA SUPERMERCADOS
Adv(s):ISMAEL DA SILVA MATOS (642-1313) PR15231B
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 14h05min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01420-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):DILMO DE OLIVEIRA
Réu(s):SUPRA SUPERMERCADOS
Adv(s):ISMAEL DA SILVA MATOS (642-1313) PR15231B
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 14h10min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01421-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):LUCIANE VARELA DA SILVA
Réu(s):MICHALOSKI IMPRESSAO DIGITAL LTDA
Adv(s):RUBENS CESAR SFENDRYCH (642-1712) PR16210
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h13min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01422-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):MARCELO MARCOS MARQUES BELIZARIO
Réu(s):MANSERV MONTAGEM E MANUTEN•AO LTDA
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h40min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01423-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):LUIZ ALBERTO PEREIRA
Réu(s):JOSE CORSINO
Réu(s):FACIRAR FACULDADES ARAUCARIA
Adv(s):CLAUDIOMIRO PRIOR PR30929
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h20min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01424-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):MARLI INES RIPKA
Réu(s):EDERSON LUIS SOBANIA ME ARAUFLEX
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h45min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01425-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOSE CARLOS FRANCISCO
Réu(s):WALESEG EMPRESA DE SEGURAN•A E VIGILANCIA LTDA
Adv(s):ANTONIO ALEIXO WAGNER (642-1077) PR15199
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h25min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01426-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOSE FRANCISCO DOS SANTOS
Réu(s):WALESEG EMPRESA DE SEGURAN•A E VIGILANCIA LTDA
Adv(s):ANTONIO ALEIXO WAGNER (642-1077) PR15199
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h30min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01427-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):MAURO DE PAULA
Réu(s):GELOPAR REFRIGERA•AO PARANAENSE LTDA
Adv(s):JULIANA MARTINS PEREIRA PR26382
Audiencia inicial designada para o dia 16.02.05 as 13h35min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01429-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOSE LOURIVAL DE OLIVEIRA
Réu(s):ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Réu(s):BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Adv(s):PEDRO LILITO FRANCESCHI (642-5554) PR4936
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h35min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01430-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):LUIZ CARLOS DOS SANTOS CORREIA
Réu(s):ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Réu(s):BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Adv(s):PEDRO LILITO FRANCESCHI (642-5554) PR4936
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h40min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01431-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ANISIO DE FATIMA DOS SANTOS
Réu(s):ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Réu(s):BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Adv(s):PEDRO LILITO FRANCESCHI (642-5554) PR4936
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h45min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01432-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):AIRTON DA LUZ TRIZOTI
Réu(s):ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Réu(s):BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Adv(s):PEDRO LILITO FRANCESCHI (642-5554) PR4936
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h50min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01433-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):EDSON DA LUZ TRIZOTI
Réu(s):ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Réu(s):BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Adv(s):PEDRO LILITO FRANCESCHI (642-5554) PR4936
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 13h55min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01434-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):SEBASTIAO CARLOS RIBEIRO
Réu(s):ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Réu(s):BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Adv(s):PEDRO LILITO FRANCESCHI (642-5554) PR4936
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 14h00min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01435-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ALAN ROBERTO GOMES MEDEIROS
Réu(s):DP MOTO BOY
Adv(s):MARIA DE LOURDES RODRIGUES(642-1070) PR20667B
Audiencia inicial designada para o dia 17.02.05 as 14h05min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01436-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):HERON PAULO SIMAO DE REZENDE
Réu(s):HENRIQUE KLENCKI
Adv(s):LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA PR18715
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 13h20min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01438-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):LUIZ LAURO MORDASKI
Réu(s):EMBRASET EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS TERCEIRIZA
Adv(s):MAURICIO PIZZATTO DE SOUZA NETO PR20211
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 13h25min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01439-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ZELMA DE LIMA MARTINS
Réu(s):EMBRASET EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS TERCEIRIZA
Adv(s):MAURICIO PIZZATTO DE SOUZA NETO PR20211
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 13h30min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01440-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ADRIANO JOSE GODKE
Réu(s):VENILDA BERNERDO CARLOS (ADATTARE MOVEIS PARA ESCR
Réu(s):CR INDUSTRIA E COMERCIO DE DIVISORIAS E MOVEIS LTD
Adv(s):FERNANDO LUIZ RODRIGUES (222-2036) PR21213
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 13h35min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01441-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOAO BATISTA ISRAEL
Réu(s):PATNER SERVICE LTDA
Réu(s):MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA
Adv(s):TOMAZ DA CONCEICAO (642-3223) PR14568
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 13h45min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01449-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ISRAEL DA SILVA
Réu(s):SMS DEMAG LTDA
Réu(s):DSD CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Réu(s):CSN SISA COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL
Adv(s):ALCIONE ROBERTO TOSCAN PR16729
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h20min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01450-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):AVELINO DOS SANTOS BATISTA
Réu(s):TELE REDES E TELECOMUNICACOES LTDA
Réu(s):CHARM RECURSOS HUMANOS LTDA
Adv(s):CARLOS BUCK (322-8711) PR5871
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h35min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01451-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):MARCIA CRISTINA VALE DOS SANTOS
Réu(s):PAPELARIA MEDEIROS LTDA
Adv(s):ALIDO DEPINE (223-9247) PR6178
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 14h00min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01452-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOSE LUIZ GOMES SOBRINHO
Réu(s):COCELPA CIA DE CELULOSE E PAPEL DO PARANA
Adv(s):PEDRO RAYMUNDO CHANDELIER PR10839
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 14h05min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01453-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):FRANCISCO DE BARROS GOMES
Réu(s):GRAMINERIOS MINERACAO LTDA
Adv(s):HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES PR24641
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 14h10min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01454-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):EVERALDO LUIZ DE SOUZA
Réu(s):JANI OTACILIO MENDES E CIA LTDA
Adv(s):JOSIANE DALLA COSTA PR31556
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h45min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01455-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):CIANI DE LIMA DO REGO
Réu(s):JANI OTACILIO MENDES E CIA LTDA
Adv(s):JOSIANE DALLA COSTA PR31556
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h50min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01456-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):DIVANIR PEREIRA BICUDO
Réu(s):RISOTOLANDIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
Adv(s):OLIMPIO PAULO FILHO (322-4252) PR5815
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h55min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01457-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):SERGIO TEODORO DA SILVA
Réu(s):JR MONTAGEM E MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
Adv(s):ANTONIO ALEIXO WAGNER (642-1077) PR15199
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 14h00min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01458-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ROGERIO CAETANO
Réu(s):TELE REDES TELECOMUNICACOES LTDA
Adv(s):JOSE ANTONIO LEYTON DUNHEN PR19764
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h40min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01459-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):RICARDO DA SILVA JARDINS, ESPOLIO DE
Réu(s):PARTNER SERVICE LTDA
Réu(s):MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA
Réu(s):KLABIN FABRICA DE PAPEL E CELULOSE S-A
Adv(s):SERGIO DA CRUZ PR37085
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 13h50min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01460-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):MARCOS JOEL MARTINS
Réu(s):PARTNER SERVICE LTDA
Réu(s):MILLS DO BRASIL ESTRUTURAS E SERVICOS LTDA
Réu(s):KLABIN FABRICA DE PAPEL E CELULOSE S-A
Adv(s):SERGIO DA CRUZ PR37085
Audiencia inicial designada para o dia 21.02.05 as 13h55min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01461-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ELIS FLORENCIO DE JESUS
Réu(s):TRANSQUADROS ARMAZENS GERAIS E LOGISTICA LTDA
Réu(s):COOPERATIVA REUNIDAS DOS TRABALHADORES AUTONOMOS E
Réu(s):COOPERATIVA GLOBAL DOS TRABALHADORES

AUTONOMOS EM
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h30min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01462-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ISAURA DE OLIVERIA MELO DE SOUZA
Réu(s):DELILOS CHOPP BAR E RESTAURANTE LTDA-ME
Adv(s):GERALDO CARLOS DA SILVA PR6631
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 14h05min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01463-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):SEBASTIAO DE JESUS ALBINO
Réu(s):AUTO POSTO MARIENTAL LTDA
Adv(s):CLAUDETE DE FATIMA ALBINO PR26170
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 14h10min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01464-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOVENIR DOS SANTOS
Réu(s):METALURGICA INDUSTRIAL BOCH LTDA
Adv(s):SANDRO PINHEIRO DE CAMPOS (327-7289) PR26295
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h15min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01465-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):CELIO ELIAS MIQUELASSO
Réu(s):EMPREITEIRA MATOZZO
Adv(s):MARIA ANGELICA G PEREIRA PR33041
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h20min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01466-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JAIME ANTONIO DO NASCIMENTO
Réu(s):ARILDE RIVABEM
Réu(s):MARCELO RIVABEM
Réu(s):DALTON LUIZ RIVABEM
Réu(s):MATIAS RIVABEM
Adv(s):EDER MAURICIO RIGONI PR30393
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h25min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01468-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):SILVIA WARCHIAKI
Réu(s):EMBRASA S-A ALIMENTACAO E SERVICOS
Réu(s):BERNECK AGLOMERADOS S-A AD
Réu(s):KRAFT FOODS DO BRASIL
Adv(s):LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA PR18715
Audiencia inicial designada para o dia 24.02.05 as 13h30min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01469-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):LUZIA PERERIA ALVES DE ALMEIDA
Réu(s):SENTINELA SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
Réu(s):BERNECK AGLOMERADOS S-A
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h50min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01471-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):RUBENS VICENTE
Réu(s):DSD CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Réu(s):SMS DEMAG LTDA
Adv(s):RUBENS CESAR SFENDRYCH (642-1712) PR16210
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h25min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01472-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ALFREDO KNOP NETO
Réu(s):SUPERGASBRAS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA
Adv(s):MARSAL JUNGLES DOS SANTOS PR36577
Audiencia inicial designada para o dia 24.02.05 as 13h35min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01473-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):VERA DE OLIVEIRA
Réu(s):DAGRANJA AGROINDUSTRIAL LTDA
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h35min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01474-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):VIVALDO JOAO DOLINSKI
Réu(s):BERNECK AGLOMERADOS S-A
Adv(s):JOSIANE TRINKEL (345-9893) PR16189
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h55min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01475-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ELIAS DE SOUZA DIAS
Réu(s):DSD CONSTRUCOES E MONTAGENS LTDA
Réu(s):CISA CSN INDUSTRIA DE ACOS REVESTIDOS S-A SMS E DE
Adv(s):CRISTIANE ABDALLA NEME PR21192
Audiencia inicial designada para o dia 22.02.05 as 13h30min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01476-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):WILSON APARECIDO MONTEIRO
Réu(s):TRANSRESIDUOS TRANSPORTES RESIDUOS INDUSTR LTDA
Adv(s):JOSE NAZARENO GOULART (247-7080) PR10075
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 14h05min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01477-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOAO MARIA ROBES
Réu(s):EGSA EQUIPAMENTOS PARA GAS DO BRASIL LTDA
Adv(s):JOSE NAZARENO GOULART (247-7080) PR10075
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 14h10min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01478-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE REFI
Réu(s):PETROBRAS PETROLEO BRASILEIRO S-A
Adv(s):CHRISTIAN MARCELO MANAS (353-6906) PR29190
Audiencia inicial designada para o dia 24.02.05 as 13h15min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01479-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):EMERSON CAMPOS KALISCH
Réu(s):GONVARRI BRASIL LTDA
Adv(s):LEONILDO BRUSTOLIN PR22995
Audiencia inicial designada para o dia 24.02.05 as 13h20min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01480-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):DEBORA ALVES DE ARAUJO CAMARGO
Réu(s):DUETOS LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA
Réu(s):BANCO DO BRASIL S-A
Adv(s):MOACIR SALMORIA (324-0567) PR18325
Audiencia inicial designada para o dia 24.02.05 as 13h25min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01481-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):ALBANY BAHR
Réu(s):IRMAOS MUNIZ LTDA
Réu(s):BERNECK AGLOMERADOS S-A
Adv(s):JOSE NAZARENO GOULART (247-7080) PR10075
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 14h00min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01488-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):JOSILAINE DE CAMPOS
Réu(s):WR TREINAMENTOS CENTRO DE CAPACITACAO PROFISSIONAL
Réu(s):LUIZ ANTONIO RAMOS
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h40min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

PROCESSO TRT-PR-654-RT 01489-2004
Local Atual:VARA DO TRABALHO DE ARAUCARIA-PR
Autor(es):CLEUSA FERNANDES DA SIVLA
Réu(s):WR TREINAMENTOS CENTRO DE CAPACITACAO PROFISSIONAL
Réu(s):LUIZ ANTONIO RAMOS
Adv(s):DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR PR28231
Audiencia inicial designada para o dia 23.02.05 as 13h45min, mantidas as cominacoes legais.
OBS. DAR CIENCIA AO SEU CONSTITUINTE DA DATA DESIGNADA.

Francisco Beltrão

VARA DO TRABALHO DE FRANCISCO BELTRÃO
Rua Tenente Camargo, 2176 - Fone 523-2399

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA
AUDIÊNCIA INICIAL

Processo : RT 00037/2005
Reclamante: LEOCIR BELAVER
Reclamada : INDÚSTRIA E COM.DE CARNES TIO NENÊ LTDA.
Audiência : 02/03/2005 às 14h15min.

Pelo presente edital, fica notificada a reclamada, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARNES TIO NENÊ LTDA., atualmente em lugar incerto e não sabido, para comparecer na audiência INICIAL a realizar-se no dia e horário acima aprazados, na Sala de Audiências da MMª Vara do Trabalho de Francisco Beltrão/PR, sita na Rua Tenente Camargo, 2176, Francisco Beltrão/PR, quando poderá apresentar sua resposta (art. 844 da CLT), sendo-lhe facultado designar preposto na forma prevista no art. 843, da CLT.
O não comparecimento da ré ou seu preposto importará em julgamento à revelia e confissão quanto a matéria de fato.
Cópia da petição inicial encontra-se à disposição na Secretaria deste Juízo.
O presente edital será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Paraná e afixado no lugar de costume na sede desta Vara do Trabalho.

Francisco Beltrão, 21 de janeiro de 2005.

Eu,____ PEDRO ALBINO VILANDE, Diretor de Secretaria, subscrevi.

DRª. ILSE MARCELINA BERNARDI LORA
Juíza do Trabalho.

Guarapuava

1ª VARA DO TRABALHO DE GUARAPUAVA/PR

EDITAL DE CITAÇÃO À RECLAMADA PARA COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA.
passado na forma abaixo:

O Dr. MAURO CÉSAR SOARES PACHECO - Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que pelo presente é citada MATENG CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO LTDA , ora em local incerto e não sabido, reclamada nos autos de Procedimento Sumaríssimo Nº 382/04, movida por PAULO MARCELO TRELLES, reclamante, da propositura da ação supra e para comparecer a audiência UNA a realizar-se no dia 31/03/2005, as 14h50min. na sala de audiências da 1a. Vara do Trabalho desta cidade, sita na Rua Afonso Botelho, 104 Jd. Trianon, quando poderá apresentar sua resposta (art. 847 da CLT), sendo-lhe facultado designar preposto na forma prevista no art. 843 da CLT. Todas as provas deverão ser produzidas na referida audiência, sendo que as testemunhas, no máximo de duas deverão ser trazidas independente de intimação, devendo a parte provar por escrito que foram convidadas, sob pena de ser indeferida a intimação das que deixarem de comparecer.
O não comparecimento da ré importará em revelia e confissão quanto a matéria de fato.
E, para que não se alegue ignorância, é passado o presente Edital que devidamente assinado será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no local de costume, na sede desta Vara.
Dado e passado nesta 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 15 dias do mês de dezembro de 2004.
Eu, Maria Cristina Vitorino Alves, Técnico Judiciário, digitei, e, eu,____ RACHEL MARIA NAIVERTH, Diretora de Secretaria, subscrevi.

Dr. MAURO CÉSAR SOARES PACHECO
Juiz do Trabalho

1ª VARA DO TRABALHO DE GUARAPUAVA/PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO AO RECLAMADO, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS,
passado na forma abaixo:

O DOUTOR MAURO CÉSAR SOARES PACHECO - Juiz do Trabalho Titular da 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava-PR, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tomarem conhecimento, que pelo presente esta notificando CARIL CONSULTORIA E ASSESSORIA DE RECURSOS INDUSTRIAIS LTDA, ora em local incerto e não sabido, Reclamada nos autos de Procedimento Sumaríssimo Nº 0517/04, movida por MARLENE DA APARECIDA HORSTH, da decisão proferida por esta Vara em data de 25/11/2004, às 15h25min, cujo teor é o seguinte: "DISPOSITIVO - *"Atendido o princípio da suficiência de motivação, DECIDE a 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava, nos termos e limites impostos na fundamentação, que passa a fazer parte integrante deste:a)* julgar parcialmente procedente o pedido formulado por **MARLENE DA APARECIDA HORSTH**, em face de **CARIL CONSULTORIA E ASSESSORIA DE RECURSOS INDUSTRIAIS LTDA**, para nos termos e limites impostos na fundamentação: **b) condenar** a reclamada na pena de revelia e confissão, por não ter comparecido à audiência designada por esta Vara: **c) condenar**, ainda, a reclamada a proceder a baixa do contrato de trabalho que manteve com A reclamante em sua CTPS, no prazo de oito(08) dias, sob pena de tal anotação ser feita pela Secretaria desta Vara; **d) indeferir** todas as demais pretensões expostas na petição inicial. Custas pela reclamada, no importe de R$ 10,64(dez reais e sessenta e quatro centavos), conforme nova redação do artigo 789, da CLT, calculadas sobre o valor atribuído à ação de R$ 100,00. **Cientes os presentes, INTIME-SE a reclamada, via Edital..** ***Nada mais.*** **Audiência encerrada às 15:33 hs.** Dr. ***MAURO CÉSAR SOARES PACHECO. Juiz do Trabalho".***

Ficam cientificados(as) os(as) interessados(as), de que o prazo legal decorrente da intimação objeto deste edital, terá sua fruição iniciada 20 (vinte) dias após a publicação deste.

E, para que não se alegue ignorância, é passado o presente Edital que devidamente assinado será publicado na Imprensa Oficial do Estado e afixado no local de costume, na sede desta Vara. Dado e passado nesta 1ª Vara do Trabalho de Guarapuava-PR, aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e cinco. Eu Sergio Firman, Técnico Judiciário, digitei. Eu,____LUIZ CARLOS CALIXTO, Diretor de Secretaria Substituto, subscrevi.

Dr. MAURO CÉSAR SOARES PACHECO
JUIZ DO TRABALHO TITULAR

R$ 378,00

Jacarezinho

VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO – PR
RUA DOM FERNANDO TADDEY, 1636
FONE : (43) 527-1548 CEP 86400 000

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ÀS PARTES, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS.

O **DOUTOR DANIEL JOSÉ DE ALMEIDA PEREIRA**, Juiz do Trabalho da Vara do Trabalho de Jacarezinho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que está notificando as reclamadas abaixo indicadas, atualmente em lugar incerto e não sabido, para comparecerem perante esta **VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO**, com endereço na Rua Dom Fernando Taddey, 1636, na cidade de Jacarezinho – PR, para audiência a ser realizada nas datas abaixo descritas, para responderem aos termos das petições iniciais juntadas aos autos respectivos, à disposição das partes na Secretaria deste Juízo.
Nesta audiência, deverão apresentar sua resposta (artigo 847 da CLT), sendo-lhes facultado designar preposto na forma prevista no artigo 843 da CLT, devendo apresentar defesa e oferecer as provas que julgarem necessárias, constantes de documentos, sob as penas do artigo 359 do CPC, bem como testemunhas, estas no máximo de três, que deverão ser arroladas, devidamente qualificadas, até 15 dias antes da audiência, sob pena de virem a ser inquiridas apenas aquelas que se fizerem presentes, tudo nos termos dos artigos 843 a 845 da CLT, c/c o artigo 396 do CPC.
O não-comparecimento das reclamadas às audiências referidas importará no julgamento da questão à revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.

1)RT 618/2004
Reclamante: JUCIMAR FERREIRA DA SILVA
Reclamados: LUIS K KUROMOTO, IRENE HIRANO E RONELLY
Ciência ao terceiro reclamado da AUDIÊNCIA UNA a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2005, as 14h20min.

2)RT 619/2004
Reclamante: NELSON RODRIGUES
Reclamados: INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA ALIANÇA TAVORENSE LTDA, JORGE LUIS FERNANDES E FRIGORÍFICO RAJÁ LTDA.
Ciência ao segundo reclamado da AUDIÊNCIA UNA a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2005, às 14h30min.

E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expede-se o presente edital, a fim de que seja publicado na Imprensa Oficial e afixado no lugar próprio na Secretaria deste Juízo. Jacarezinho, 17 de janeiro de 2005 Eu, ____Rafaela Fabbri Cesar Jorge, Diretora de Secretaria, subscrevi.

DANIEL JOSÉ DE ALMEIDA PEREIRA
JUIZ DO TRABALHO

São José dos Pinhais

VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
Rua Joaquim Nabuco, 2176 – CEP 83005 160

EDITAL DE CITAÇÃO PARA PAGAMENTO

da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais/Pr, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, a todos quantos virem o presente Edital, ou dele tomarem conhecimento, que se está citando ODARP LTDA., executada nos autos abaixo, atualmente em local incerto e não sabido, para pagar, em 48 (quarenta e oito) horas, ou garantir a execução da(s) importância(s) abaixo, atualizada(s) até 30/11/2004, devida em razão da Sentença proferida nos autos do processo(s) mencionado(s), cuja(s) cópia(s) encontram-se à disposição da executada, na Secretaria desta Vara.
Processo Autor
RT 1596/2002 JOSE VALDECI DE LIMA R$ 35.203,46
(TRINTA E CINCO MIL, DUZENTOS E TRÊS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

Para que chegue ao conhecimento dos interessados, este edital será publicado na Imprensa Oficial do Estado do Paraná e afixado no lugar de costume desta Vara.
Dado e passado na Secretaria da Vara do Trabalho de São José dos Pinhais/Pr, aos 17 de janeiro de 2005,.Subscrito por mim, ____,

LUCIANO AUGUSTO DE TOLEDO COELHO
JUIZ DO TRABALHO

R$ 144,00

Tribunal Regional da 9ª Região

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 04-2005

De ordem do Exmº Juiz Presidente do E. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, são publicados os seguintes acórdãos:

TRT-PR-00520-1989-322-09-42-7-ACO-01778-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): SONIA M. ANDRIOLI SILVA
Agravado(s): CIRIA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): DORA MARIA SCHULLER-JULIANA MARTINS DE CAMPOS PIOLI-MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição, por intempestivo. Custas na forma da lei.

TRT-PR-01966-1989-003-09-00-6-ACO-01358-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 24983-2004
EMBARGANTE ACENIR SERAFIM DOS SANTOS E OUTROS
Agravante(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL-ACENIR SERAFIM DOS SANTOS e outros (20)
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JULIANA MARTINS PEREIRA-PAULO VALTAIR RIBAS DA CRUZ-VALMIR PALU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01222-1990-004-09-00-1-ACO-01783-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): MARISA EDI ELIAS ROMANO
Agravado(s): DINACYR GOMES PEREIRA
ADVOGADO(S): ALVARO EIJI NAKASHIMA-EMILIA DANIELA CHUERY-FERNANDA DE CASSIA ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição dos executados. Por igual votação, REJEITAR as preliminares: a) de ilegitimidade do agravante Ariberto Romano, em face do falecimento posterior à decisão, argüida pela exeqüente; e, b) de nulidade da sentença por cerceamento de defesa argüida pelos executados. Sem divergência de votos, de ofício, DETERMINAR a retificação da autuação para constar como agravantes Marisa Elis Romano e Espólio de Ariberto RomaNº No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao agravo de petição para determinar o levantamento da penhora sobre o imóvel constante do auto de fl. 417, nos termos do fundamentado. Custas na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Bem de família. Impenhorabilidade. Alcance. Desmembramento Para a incidência da impenhorabilidade prevista na Lei n.º 8.009-90 é necessário: que o imóvel sirva de efetivo arrimo residencial. Verificado tal requisito, e não havendo prova produzida pelo exeqüente de que o bem, ainda que de grandes dimensões, seja passível de desmembramento sem prejuízo de posterior registro, incabível a penhora sobre parte dele.

TRT-PR-00698-1991-018-09-00-9-ACO-01596-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVICOS DE SAUDE DE LONDRINA
Agravado(s): SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA
ADVOGADO(S): JACQUELINE FERREIRA EMERICK MATOS-MARIA APARECIDA PIVETA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.

TRT-PR-01940-1994-093-09-00-0-ACO-01592-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT CORNELIO PROCOPIO-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): BANCO BANESTADO S-A
Agravado(s): IVONE SILVA ANTUNES
ADVOGADO(S): DINEI FAVERSANI-INDALECIO GOMES NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar o refazimento dos cálculos das horas extraordinárias, a fim de que sejam excluídos de sua base de cálculo os valores atinentes a gratificação semestral. Custas na forma da lei.

TRT-PR-01237-1995-023-09-00-2-ACO-01758-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): ESPOLIO DE JOAQUIM DUARTE MOLEIRINHO
Agravado(s): MARCO THOMAZ-UNIAO
ADVOGADO(S): APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES-EDILSON AVELAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-01428-1995-025-09-00-7-ACO-01589-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT UMUARAMA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Agravado(s): JOSE BENEDITO MANINI
ADVOGADO(S): ALANA MARCHAND RENAUD-JAIR APARECIDO ZANIN-REINALDO MIRICO ARONIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petiçao. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, apenas quanto aos salários, determinar a aplicação dos índices de correção monetária do mês subseqüente ao trabalhado e excluir a determinação de refazimento dos cálculos no que tange à conversão da URV. Custas na forma da lei.

TRT-PR-01989-1995-022-09-00-7-ACO-01371-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 21198-2004
EMBARGANTE VALTER JOSE PINHEIRO
Recorrente(s): ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA
Recorrido(s): VALTER JOSE PINHEIRO
ADVOGADO(S): CRISTIANO EVERSON BUENO-JOAO CARLOS GELASKO-LILIANE MARIA BUSATO BATISTA TURRA-MARINEIDE SPALUTO-MARINEIDE SPALUTO CESAR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar os esclarecimentos necessários, os quais passam a fazer parte do v. Acórdão nº 21198-2004, para todos os efeitos legais, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-02141-1995-022-09-00-5-ACO-01356-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 21805-2004
EMBARGANTE ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-
APPA
SEBASTIAO ALVES
Recorrente(s): ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA-SEBASTIAO ALVES
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CRISTIANO EVERSON BUENO-DERMOT R FREITAS BARBOSA-DERMOT RODNEY DE FREITAS BARBOSA-LILIANE MARIA BUSATO BATISTA TURRA-MARCO CEZAR TROTTA TELLES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-06778-1995-664-09-00-1-ACO-01412-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): HEWERSON SACCOMAN FERNANDES
Agravado(s): BANCO BRADESCO S-A
ADVOGADO(S): JOSE LOURIVAL RODRIGUES VASCONCELOS-JOSE MAURY MONTEIRO FILHO-MIRIAN APARECIDA GLERIA GNANN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do exeqüente e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, pelo agravante, inexistentes. **EMENTA:** Horas extras diurnas e noturnas. Base de cálculo. Adicional noturNº Se o comando executivo, condenando ao pagamento de horas extras, determina, dentre outras parcelas, que o adicional noturno integre a base de cálculo, correto o procedimento que não o incluiu no demonstrativo da remuneração obreira quando esta se refere ao levantamento do labor suplementar diurNº Não merece reparo os cálculos homologados, que computam na base de cálculo das horas extras prestadas em período noturno o adicional respectivo, pois somente nessa hipótese é devida sua integração, com vistas a que o labor prestado em período noturno seja remunerado de maneira superior ao diurno, compensando o trabalho em situação duplamente desfavorável.

TRT-PR-19728-1995-012-09-00-6-ACO-01755-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): ADEMIR TUBS RIBEIRO
Agravado(s): MUNICIPIO DE CURITIBA
ADVOGADO(S): INES MARIA MARZINEK-MARILENA INDIRA WINTER-ROSE PAULA MARZINEK
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do exeqüente. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para manter a incidência dos juros de mora até o efetivo pagamento, conforme cálculos homologados, nos termos do fundamentado. Custas inexistentes. **EMENTA:** Responsabilidade subsidiária. Juros de mora. Processando-se a execução diretamente contra o responsável subsidiário, não se cogita de aplicação de norma atinente ao regime falimentar, incidindo, assim, os juros de mora em conformidade ao artigo 883 da CLT.

TRT-PR-00086-1996-093-09-00-7-ACO-01630-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT CORNELIO PROCOPIO-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): COOPERATIVA AGROPECUARIA ROLANDIA LTDA
Agravado(s): JOSE NILTON PULCINELI
ADVOGADO(S): ADRIANA APARECIDA ROCHA-ALEXANDRE EUCLIDES ROCHA-MARCO ANTONIO CESAR VILLATORE-MONICA RIBEIRO BONESI-SERGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, DETERMINAR que todas as intimações destinadas à agravante, alusivas ao presente feito, sejam realizadas em nome do advogado Alexandre E. Rocha. Por igual votação, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, sem divergência de votos, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas pela executada, no importe de R$ 44,26.

TRT-PR-00166-1996-072-09-00-1-ACO-01564-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PATO BRANCO-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): RITA DE CASSIA VIEIRA CAMPOS PIETRO BOM
Agravado(s): BANCO BANESTADO S-A-AJESP LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA-ATLANTIDA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA
ADVOGADO(S): ANDRE LUIZ AMANCIO PINTO-DAMASSO AIR GOMES-GERALDO ROBERTO CORREA VAZ DA SILVA-JORGE LUIZ DE MELO-ROBERTO CEZAR VAZ DA SILVA-SANDRO ROQUE CORONA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para que o imposto de renda incidente sobre as férias e do 13º salário seja apurado em separado, nos termos da fundamentação. Custas processuais na forma da lei pelo agravado, sem prejuízo das já impostas.

TRT-PR-01029-1996-670-09-00-0-ACO-01769-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): CTM SANEAMENTO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA
ADVOGADO(S): AUGUSTINHO DA SILVA-JAMIL NABOR CALEFFI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-02307-1996-654-09-00-8-ACO-01538-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): LUIZ GONZAGA DA SILVA NETO-ULTRAFERTIL S-A
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALINE FABIANA CAMPOS PEREIRA-FABIANA CRISTINA VIOLATO MARTINS-LUIZ FELIPE HAJ MUSSI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos agravos de petição. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao agravo do exeqüente para determinar o refazimento dos cálculos de liquidação, a fim de que sejam apuradas e incluídas no quantum debeatur as parcelas devidas ao autor relativamente à prestação de serviços no período de 1º.12.91 a 15.12.91, conforme a fundamentação. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO ao agravo da executada. Custas na forma da lei.

TRT-PR-02838-1996-322-09-00-1-ACO-01777-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA
Agravado(s): FRANCISCO JOSE DA SILVA PINTO
ADVOGADO(S): MARINEIDE SPALUTO CESAR-TATIANA LAZZARETTI ZEMPULSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final, sem prejuízo das já contadas.

TRT-PR-02900-1996-024-09-00-3-ACO-01724-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Agravado(s): JOAO DIRCEU RODRIGUES
ADVOGADO(S): JOSE CARLOS DO CARMO-VALMIR PALU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas na forma do artigo 789-A, IV, da CLT.

TRT-PR-10888-1996-663-09-00-2-ACO-01654-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): ROSANA SAMBUGARI BURGO
Agravado(s): BANCO BRADESCO S-A
ADVOGADO(S): MARCELINO FRANCISCO ALONSO TRUCILLO-MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar que sobre os valores acrescidos à conta de liquidação incidam os juros da mora e a correção monetária até o efetivo depósito, em dinheiro, desde que o executado não adote medida que retarde a sua liberação, como a oposição de embargos à execução, caso contrário, os juros e a correção deverão incidir até a data do efetivo levantamento pela exeqüente. Custas inalteradas.

TRT-PR-11094-1996-002-09-00-7-ACO-01414-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Agravado(s): AZILMA PADILHA DA SILVA
ADVOGADO(S): ALVARO EIJI NAKASHIMA-FERNANDA DE CASSIA ROCHA-ROSELI HYEDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas isentas (art. 790-A, inc. I, da CLT). **EMENTA:** Responsável subsidiário. Direcionamento dos atos executórios. A parte condenada subsidiariamente tem a seu favor o benefício de ordem. Responde pelo débito, mas somente diante da impossibilidade de a obrigação ser efetivamente exigida, antes, do devedor originário (art. 889 da CLT e art. 4º, o 3º, da Lei nº 6.830-80, que estendem a aplicabilidade dos arts. 595 e 596 do CPC), no caso, massa falida. Nesse sentido, com base nos mesmos dispositivos legais, a iniciativa das diligências voltadas à demonstração de bens livres e desembaraçados do devedor principal, é, também, de sua incumbência. Entende a Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região que o decreto de falência autoriza a responsabilização imediata do devedor subsidiário (OJ 37-SE, Resolução Administrativa 71-2003, aprovada por unanimidade na sessão de 28.04.03.DJPR 09.05.03).

TRT-PR-24598-1996-002-09-00-7-ACO-01632-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): DATAMEC S-A SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
Agravado(s): LOURIVAL DE SOUZA BOZA JUNIOR
ADVOGADO(S): EMIR MARIA SECCO DA COSTA-LUIZ FERNANDES ROGOWSKI-VICTOR ALBERTO AZI BOMFIM MARINS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para determinar a dedução dos descontos fiscais sobre o total dos valores devidos ao exeqüente, com a inclusão dos juros de mora (deduzidos após a incidência dos juros de mora), bem como autorizar os descontos previdenciários sobre 'quantum" integral da condenação, excluídos os juros de mora (deduzidos antes da incidência dos juros de mora). Custas recolhidas.

TRT-PR-30184-1996-005-09-00-6-ACO-01493-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL-LUIS CESAR FISCHER
Recorrido(s): OS MESMOS ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
ADVOGADO(S): CARLOS ROBERTO STEUCK-ELIO VALDIVIESO FILHO-ROLAND HASSON
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE. Recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, determinar que os descontos de imposto de renda sejam efetuados sobre o valor total do crédito do reclamante, ao final, após abatido o valor devido à previdência social, observando-se as hipóteses de deduções legais, tabelas e alíquotas vigentes à época. Custas inalteradas.

TRT-PR-30719-1996-011-09-00-0-ACO-01703-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): IVAI ENGENHARIA DE OBRAS S-A
Agravado(s): JURANDIR GALESKI
ADVOGADO(S): PAULO ROBERTO PEREIRA-SEBASTIAO MENDES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para excluir o cômputo, como extra, dos intervalos intrajornada, com o refazimento da conta liquidatória relativa às diferenças de horas extraordinárias, domingos, feriados e reflexos, nos termos do fundamentado. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Conta liquidatória. Intervalo intrajornada. Se as diferenças de horas extraordinárias deferidas se restringem ao excesso da oitava e, no sexto dia, da quarta, os intervalos intrajornada, ainda que não assinalados, não podem ser considerados no levantamento, sob pena de ofensa à coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF-88).

TRT-PR-00079-1997-672-09-00-4-ACO-01768-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT WENCESLAU BRAZ-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): MUNICIPIO DE WENCESLAU BRAZ
ADVOGADO(S): CLODOALDO DE MEIRA AZEVEDO-JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GUZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do INSS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Cus-

tas, para o agravante, isentas (art. 790-A, inc. I, da CLT). **EMENTA:** INSS. Acordo sem vínculo. Incidência previdenciária. Acordando as partes, livremente, que a prestação de serviços foi eventual, sem vínculo de emprego, incidências descontos previdenciários à base de 20% do valor integral do acordo, a cargo da reclamada, na forma do artigo 22 da Lei nº 8.212-91 c-c art. 195, I, "a", CF. Não há respaldo legal para a incidência de mais 11%, como pretende o INSS.

TRT-PR-00462-1997-096-09-00-3-ACO-01646-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): BANCO BANESTADO S-A
Agravado(s): JOAO LEFKUM
ADVOGADO(S): ALVARO FLORIANO PACZKOSKI-INDALECIO GOMES NETO-SEBASTIAO ANTUNES FURTADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para excluir a gratificação semestral da base de cálculo das horas extras, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01244-1997-322-09-00-4-ACO-01779-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): FRANCISCO MATIAS DA SILVA
Agravado(s): WILSON JOSE ZIBETTI
ADVOGADO(S): JEFF MEIER-JOAQUIM TRAMUJAS NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petiçao e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas pelo agravado, na forma da lei.

TRT-PR-01297-1997-018-09-00-1-ACO-01625-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): ANTONIO PEREIRA LIMA-SENTINELA VIGILANCIA S-C LTDA
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JAMES DANTAS-LAURO PALMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição da executada, por ausência de delimitação justificada de valores prevista no art. 897, parágrafo 1o, da CLT. Por igual votação, CONHECER do agravo de petição do exeqüente, porque regularmente interposto, bem como da contraminuta apresentada e, no mérito, sem divergência de votos, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas ao final, na forma da lei.

TRT-PR-04286-1997-661-09-41-1-ACO-01337-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 21069-2004
EMBARGANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agravante(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agravado(s): RUBENS ALBERTO ARRIENTI ANGELI
ADVOGADO(S): AGNALDO MURILO ALBANEZI BEZERRA-JOSE MARCOS CARRASCO-LECIR MARIA SCALASSARA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-04387-1997-663-09-00-8-ACO-01678-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): CLAUDIO CANTANTI
Agravado(s): SPAIPA S-A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS
ADVOGADO(S): JOSE VALTER OLIVEIRA CUSTODIO-ROMEU SACCANI-VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do exeqüente. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para determinar a atualização do crédito e incidência dos juros pelos índices próprios da Justiça do Trabalho entre a data do depósito e a data em que disponibilizado o crédito trabalhista, mantendo a readequação dos cálculos apresentados às fls. 475 e seguintes, no particular, nos termos do fundamentado. Custas inexistentes. **EMENTA:** Juros de mora e correção monetária. Depósito em conta judicial para garantia do juízo. Índices próprios da execução trabalhista até a efetiva disponibilidade.O simples depósito do valor da dívida, em dinheiro, para garantia da execução, não exime o devedor da responsabilidade por atualizações posteriores, até o efetivo momento em que o numerário é colocado à disposição do credor. A atualização dos débitos trabalhistas é regida por legislação específica, não observada pelos bancos depositários, quer quanto à atualização monetária, quer no que diz respeito à fluência dos juros moratórios (OJ EX SE 04-04. RA-SE 02-04-DJPR 21.05.04).

TRT-PR-07051-1997-019-09-00-0-ACO-01416-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): SONOCO DO BRASIL LTDA
Agravado(s): GALILEU FRANCISCO MENON
ADVOGADO(S): DURVAL ANTONIO SGARIONI JUNIOR-ELITON ARAUJO CARNEIRO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas pela executada, na forma do art. 789, inc. IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Preclusão consumativa. Incidência. Define-se a preclusão consumativa como a perda de uma faculdade processual, porque a matéria já se encontra decidida (artigo 473 do CPC).

TRT-PR-09186-1997-019-09-00-0-ACO-01372-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 20600-2004
EMBARGANTE EDWARD DE SOUZA FRANCO
Agravante(s): EDWARD DE SOUZA FRANCO
Agravado(s): HSBC CORRETORA DE SEGUROS S-A
ADVOGADO(S): ARAMIS DE SOUZA SILVEIRA-MAISA CARLA ORCIOLI-VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para sanar omissão e imprimindo-lhes efeito modificativo, determinar o refazimento dos cálculos referentes às "diferenças de comissões sobre a venda de seguros" conforme as diretrizes ora traçadas, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-13452-1997-001-09-00-0-ACO-01712-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): ROSANGELA APARECIDA WILLEN
Agravado(s): ROSILENE KUSTER VEZOZZO
ADVOGADO(S): ANA CRISTINA TAVARNARO PEREIRA-JOSE LUIZ CARDOZO LAPA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição, porque regularmente interposto, bem como da contraminuta. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para determinar a reinclusão da sócia Rosilene Kuster Vezozzo no pólo passivo da execução, determinando, outrossim, o bloqueio de sua conta-corrente, conforme mandado expedido à fl. 374, mantendo-se os depósitos de fls. 376 e 391 até decisão final do processo, nos termos da fundamentação. Custas ao final, na forma da lei. **EMENTA:** EXECUÇÃO. SÓCIO. RESPONSABILIDADE. A sócia retirante, desde que tenha integrado a sociedade à época em que não foram pagos os direitos trabalhistas à exeqüente, responde pelas parcelas reconhecidas no título executivo até a data de sua saída, sobretudo quando a executada não possui outros bens passíveis de penhora que possam garantir a execução.

TRT-PR-14246-1997-012-09-00-1-ACO-01623-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Agravado(s): LUDMILA HUBAR PATRIANI
ADVOGADO(S): LUIZ ALBERTO SANTOS DE MATTOS-NEREIDA DE MATTOS E SILVA-OLIMPIO PAULO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do executado e da contraminuta, rejeitando a preliminar de não cabimento argüida pela exeqüente (parágrafo 1º, do artigo 897, da CLT). No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.

TRT-PR-18395-1997-651-09-40-6-ACO-01620-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): JOSE EUGENIO CAMARGO LIMA
Agravado(s): INAVEL PROMOCOES PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA
ADVOGADO(S): ALEXANDRE FURTADO DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-20729-1997-652-09-01-6-ACO-01413-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): BATAVIA S-A
Agravado(s): MAURO TEIXEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ANTONIO ROQUE CEREZA-MARIA LUCIA SILVERIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos do fundamentado, determinar o refazimento dos cálculos, considerando, na apuração de horas extras, as excedentes de oito diárias e da quadragésima quarta semanal, não cumulativamente, evitando o cômputo apenas das excedentes da quarta hora aos sábados, sob pena de bis in idem. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Comando executivo. Deferimento de parcela principal. Reflexos. Se o titulo executivo defere parcela principal, remete-se aos demais parâmetros deduzidos na prefacial, dentre os quais os reflexos, por acessórios. Logo, o fato de não mencionar expressamente o pagamento destes não afasta o direito ao seu recebimento, se inseridos no elenco dos pedidos, atrelados a todas as parcelas postuladas.

TRT-PR-01869-1998-654-09-00-6-ACO-01590-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): MASSA FALIDA DE FAM FABRICA DE ARTEFATOS METALICOS LTDA-SINDICO: BRAZILIO BACELLAR NETO
Agravado(s): ADALGISA DA SILVA KREVER
ADVOGADO(S): ANA CAROLINA COELHO BARROSO-JAIR APARECIDO AVANSI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petiçao e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei, pelo agravante.

TRT-PR-02098-1998-012-09-41-0-ACO-01560-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): LUCINEIA APARECIDA STRADA
Agravado(s): DCL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADO(S): LUIZ ANTONIO ABAGGE-NARCIZO LIPKA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de instrumento, bem como da contraminuta e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-02189-1998-670-09-00-9-ACO-01705-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): BANCO DO BRASIL S-A
Agravado(s): AURI PEDRO DA SILVA
ADVOGADO(S): EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-RONEY OSVALDO GUERREIRO MAGALDI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do executado. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para determinar o refazimento da conta relativa às diferenças de horas extras e reflexos, com o abatimento dos valores pagos consoante recibos de novembro-97 a setembro-98, nos termos do fundamentado. Custas, pelo executado, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Demonstrativos de pagamento. Oportunidade para juntada. Não é extemporânea a juntada de demonstrativos de pagamento, em sede de embargos à execução, que reproduzem aqueles já fornecidos pelo executado, em atendimento ao pedido do calculista. Sentença reformada, para que sejam considerados os valores creditados a título de horas extraordinárias para o levantamento das diferenças deferidas.

TRT-PR-02708-1998-660-09-41-9-ACO-01624-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Agravado(s): NILSON BORGES DE CAMPOS
ADVOGADO(S): FABIANO LUIZ SEGATO-JUSSARA OLIVEIRA LIMA KADRI-VALMIR PALU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e da contraminuta. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de petição. Custas, ao final, na forma da lei.

TRT-PR-04986-1998-005-09-01-5-ACO-01374-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
EMBARGADO V. Acordão n. 25084-2004
EMBARGANTE JOSE LUIS CARVALHO
HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Agravante(s): JOSE LUIS CARVALHO
Agravado(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
ADVOGADO(S): ANGELA BENGHI-CICERO ALESSANDRO GUERIOS-GERMANO ALBERTO DRESCH FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração do exeqüente e do HSBC. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para acrescer razões ao Acórdão embargado, sem imprimir-lhes o efeito modificativo do Julgado, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-19305-1998-002-09-01-4-ACO-01633-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): PLASTIPAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Agravado(s): CLAUDEMIR ANTONIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): CLAIR DA FLORA MARTINS-DANIEL AUGUSTO DO AMARAL CARVALHO-JULIANA MARTINS PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição do executado, porque não atendido o requisito do art. 897, o 1(, da CLT, quanto à justificada delimitação de valores. Custas inalteradas.

TRT-PR-20485-1998-652-09-00-0-ACO-01360-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
EMBARGADO V. Acordão n. 25738-2004
EMBARGANTE HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Agravante(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO-ESPOLIO DE ADEMAR PADRON NUNES-Recurso Adesivo
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MANUEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-MIGUEL RIECHI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração do executado e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-25759-1998-005-09-01-3-ACO-01417-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Agravado(s): EDSON LUIZ CARNEIRO
ADVOGADO(S): FABIANO LUIZ SEGATO-JUSSARA OLIVEIRA LIMA KADRI-VALMIR PALU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Honorários contábeis. Contador nomeado pelo juízo. Fixação. Prerrogativa do juiz. No que diz respeito ao valor dos honorários contábeis de profissional nomeado pelo juízo, é prerrogativa do Juiz, no exercício do seu livre poder de direção do processo, estipular seu valor através de parâmetros que venham a atender tanto à complexidade do trabalho como a remuneração média paga no âmbito da jurisdição da MM. Vara. Não se cogita de aplicação, na hipótese, do percentual e limite estabelecidos no artigo 789-A, inciso IX, da CLT, porque respeitante a custas exclusivamente.

TRT-PR-29970-1998-006-09-41-6-ACO-01772-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: NACIF ALCURE NETO
EMBARGADO V. Acordão n. 22003-2004
EMBARGANTE ACO MINERACAO LTDA
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): ODAIR JOSE DA SILVA-ACO MINERACAO LTDA
ADVOGADO(S): LUIZ GUILHERME CAVALCANTI MADER SUNYE-PAULO ROBERTO PEREIRA-ROSANGELA DE FATIMA SANTANA DALPIAZ-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-31663-1998-015-09-00-9-ACO-01566-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): LUIZ DA SILVA FREIRE
Agravado(s): MASSA FALIDA DE BOSCA S-A TRANSPORTES COMÉRCIO E REPRESENTACOES-SINDICO: MARCOS ALBERTO PICOLI
ADVOGADO(S): DANIELA MARI WERKHAUSER-FLAVIO WARUMBY LINS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição, bem como da contraminuta e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00398-1999-657-09-40-3-ACO-01605-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): TRIGOSUL INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA
Agravado(s): GRACIANA ANTONIO LOPES
ADVOGADO(S): MEIRE APARECIDA MACHADO DE REZENDE-PEDRO RAYMUNDO CHANDELIER
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de instrumento da executada, por inexistência e por máformação do instrumento. Custas, acrescidas à execução, no importe de R$ 44,26, pela executada (art. 789-A, inciso III, CLT).

TRT-PR-01757-1999-658-09-40-6-ACO-01637-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): LAURINDO ORTEGA
Agravado(s): VANUZA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S): CARLOS WISLAND SAMWAYS-VILMAR CAVALCANTE DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição dos executados, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02819-1999-658-09-00-2-ACO-01497-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): SILVIO KOSSUKE HARA-ITAIPU BINACIONAL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): BENEDITO CORREA BRAZ JUNIOR-ERIAN KARINA NEMETZ-SUELI APARECIDA ERBANO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e das contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO RECLAMANTE para condenar a reclamada ao pagamento do adicional de periculosidade no percentual de 30% tendo como base de cálculo a totalidade das parcelas de natureza salarial auferidas pelo reclamante (Enunciado 191 do C. TST), que gera reflexos para o cálculo e pagamento do aviso prévio, férias acrescidas do terço constitucional, 13º salário e FGTS com a indenização de 40%, considerando o período imprescrito. Custas inalteradas.

TRT-PR-05207-1999-018-09-00-3-ACO-01656-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): SELMI & CIA LTDA
Recorrido(s): LUIZ FERREIRA DA SILVA-ADMITA RECURSOS HUMANOS LTDA
ADVOGADO(S): ELITON ARAUJO CARNEIRO-GISELE ANDREA MARTINS NOGUEIRA-MEIRE REGINA PALLA FONTES-OSVALDO ALENCAR SILVA-ROSANGELA KHATER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e das contra-razões. Sem divergência de votos, REJEITAR as preliminares de coisa julgada, ilegitimidade passiva argüidas pela ré. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA, para fixar critérios para os descontos fiscais. Custas inalteradas.

TRT-PR-05813-1999-018-09-00-9-ACO-01729-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU

Agravante(s): SERCOMTEL S-A TELECOMUNICACOES
Agravado(s): PEDRO LUIZ DOS SANTOS
ADVOGADO(S): MARGARIDA SATHLER-RAQUEL CABRERA BORGES-ROBERTO MURAWSKI RABELLO-SILVANA MOREIRA FARIA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas na forma do artigo 789-A, IV, da CLT.

TRT-PR-11145-1999-001-09-00-7-ACO-01707-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agravado(s): JOSEMAR VIEIRA
ADVOGADO(S): CUSTODIA SOUZA DOS SANTOS CORTEZ-GIANCARLO ALMEIDA FEITEIRA-JOSMAR GOMES DE ALMEIDA-MARCO ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA-RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da segunda executada. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO e, sem divergência de votos, REJEITAR o pedido de cominação por litigância de má-fé, formulado em contraminuta, tudo nos termos do fundamentado. Custas, pela executada, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Responsável subsidiária. Direcionamento da marcha executória. Incumbe ao devedor subsidiário, chamado ao adimplemento do débito, indicar bens livres e desembaraçados do responsável principal para que a marcha executória recaia sobre o patrimônio desta e-ou de seus sócios. Inteligência dos arts. 595 do CPC e 4º, o 3º da Lei nº 6.830-80.

TRT-PR-24648-1999-002-09-41-6-ACO-01627-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Agravado(s): FERNANDO PABLO PEREZ
ADVOGADO(S): ANTONIO FRANCISCO CORREA ATHAYDE-DIOGO FADEL BRAZ-NEY ROLIM DE ALENCAR FILHO-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do executado e, por igual votação, REJEITAR as preliminares de não-conhecimento contidas na contraminuta, bem como de litigância de má-fé. No mérito, sem divergência de votos, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar a incidência dos juros de mora sobre os créditos líquidos do exeqüente (atualizado apenas), após a dedução dos valores por ele devidos à Previdência Social. Custas acrescidas em R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos) (artigo 789-A, inciso IV, da CLT).

TRT-PR-32505-1999-651-09-00-0-ACO-01613-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A-CLENIO BARBOSA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GASTAO FERNANDO PAES DE BARROS JUNIOR-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-LETICIA DANIELE SIMM-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO RÉU E DO AUTOR; no mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RÉU; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Célio Horst Waldraff, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR. Custas inalteradas.

TRT-PR-89061-1999-020-09-40-1-ACO-01593-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT MARINGA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): ESPOLIO DE JOAQUIM DUARTE MOLEIRINHO
Agravado(s): SIRLEY SZIELASKO
ADVOGADO(S): APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES-EDILSON AVELAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade devotos, NÃO CONHECER do agravo de petição, por irregularidade de representação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01303-2000-023-09-00-2-ACO-01728-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S-A-VERSINA THEODORO DA SILVA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER-CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS-JOSE ANTONIO VOLPI DA SILVA-MARCUS VINICIUS SASS TOLOTO-TARCISIO ARAUJO KROETZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO E DO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE e das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação, excluir a determinação de ofício à Delegacia da Polícia Federal; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer os reflexos das horas extras em sábados; b) conceder à autora os benefícios da justiça gratuita. Custas na forma da lei.

TRT-PR-01980-2000-017-09-00-9-ACO-01704-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT JACAREZINHO-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): COTONIFICIO DE ANDIRA S-A
Agravado(s): GERMANO NATALINO CRISPIM
ADVOGADO(S): MARIA HELENA DE OLIVEIRA BODINI-PAULO BUZATO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Sem divergência de votos, INDEFERIR o requerimento de cominação por litigância de máfé, formulado em contraminuta, tudo nos termos do fundamentado. Custas na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Conta liquidatória refeita. Insurgência contra procedimento. Se a executada já havia concordado com os cálculos do auxiliar do juízo, efetuando depósito para pagamento do débito e, quando refeitos, diante do acolhimento da impugnação do exeqüente, manifesta-se contra o procedimento já adotado anteriormente, está caracterizada a preclusão.

TRT-PR-02783-2000-095-09-00-2-ACO-01636-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): CLAUDIO DA LUZ
Agravado(s): JC PANSTEIN COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-NERILDA BITTENCOURT VENDRAME
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do exeqüente e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-03307-2000-071-09-00-9-ACO-01510-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): MARISA JOSE VIEIRA-SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADEMILSON DE MAGALHAES-ADEMILSON MAGALHAES-NEUSA LANZARINI DA ROSA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-03387-2000-662-09-00-0-ACO-01629-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Agravado(s): CLEON ZOROASTRO DE CASTRO CABRAL
ADVOGADO(S): GRAZIELA BOSSO-ROSEMERI SIMON BERNARDI-SERGIO RICARDO RIBEIRO DE NOVAIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, nos termos da fundamentação, para: a) excluir da base de cálculo das horas extras a parcela gratificação de produtividade; e, b) excluir a incidência de juros de mora sobre os descontos previdenciários, ou seja, aplicam-se os juros de mora após efetuadas as deduções previdenciárias. Custas na forma da lei, ao final.

TRT-PR-06911-2000-006-09-00-8-ACO-01732-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): MAIBY TEREZINHA BALBINOT-FASAMED COMÉRCIO FARMACEUTICO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JAIR APARECIDO AVANSI-ROSEMEIRE ARSELI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS ORDINÁRIOS e, bem assim, das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, analisado preferencialmente em razão da matéria, para, nos termos da fundamentação: a) excluir da condenação o labor em feriados, como também, para determinar que sobre a parte variável do salário obreiro, incida apenas o adicional de horas extras; b) determinar a incidência dos descontos fiscais sobre o total dos créditos tributáveis da reclamante; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, deferir a verba "participação nos lucros". Custas inalteradas.

TRT-PR-07196-2000-663-09-00-4-ACO-01618-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): PADO S-A INDUSTRIAL COMERCIAL E IMPORTADORA
Recorrido(s): VINICIUS EUGENIO RIBEIRO
ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO MADI-CARLOS FERNANDES DA VEIGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-11807-2000-010-09-00-4-ACO-01668-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SHEILA ELIAS
Recorrido(s): OBRAS SOCIAIS E CULTURAIS FELICIANAS-P AQUILA-ME
ADVOGADO(S): ELISABETE VIANA MODENA-LUIZ TRYBUS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões e, no mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-17179-2000-012-09-00-3-ACO-01368-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 25597-2004
EMBARGANTE ETHICOMPANY RECURSOS HUMANOS LTDA
MASSA FALIDA DE BANCO ARAUCARIA S-A
SINDICA: BOLSA DE VALORES DO PARANA
Recorrente(s): RODRIGO PRADO BERNARDES-MASSA FALIDA DE BANCO ARAUCARIA S-A-SINDICA: BOLSA DE VALORES DO PARANA
Recorrido(s): OS MESMOS ETHICOMPANY RECURSOS HUMANOS LTDA
ADVOGADO(S): ALESSANDRO HENRIQUE BETONI-ALEXANDRE DONDA TENIUS-LUCYANNA JOPPERT LIMA LOPES-PAULO ROBERTO PEREIRA-RAUL ANIZ ASSAD-WALDOMIRO FERREIRA FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 1ª E 2ª RECLAMADAS. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 1ª RECLAMADA para sanar erro material, nos termos da fundamentação; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 2ª RECLAMADA.

TRT-PR-25576-2000-651-09-00-0-ACO-01556-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): MARCOS ANTONIO FRANCISCO MARTINS-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL
Recorrido(s): OS MESMOS FUNDACAO COPEL DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL
ADVOGADO(S): JOSIEL VACISKI BARBOSA-LEILA MASSAKO HASHIGUCHI-VALERIA JARUGA BRUNETTI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS, bem como das contra-razões e, por igual votação, REJEITAR a preliminar de nulidade processual por negativa de prestação jurisdicional. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) determinar seja observada a Orientação Jurisprudencial 23 da SDI-TST no cálculo das horas extraordinárias; b) determinar que os descontos de imposto de renda sejam efetuados sobre o valor total do crédito do reclamante, ao final, após abatido o valor devido à previdência social, observando-se as hipóteses de deduções legais, tabelas e alíquotas vigentes à época; c) determinar a atualização do débito trabalhista mediante a aplicação do índice de correção monetária do mês subseqüente ao vencido, quanto aos salários. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) determinar a reintegração do autor no emprego e o pagamento dos salários e demais vantagens do período; b) determinar a integração dos valores pagos a título de alimentação ao conjunto remuneratório do reclamante, e o pagamento dos reflexos decorrentes; c) acrescer á condenação o pagamento de diferenças de adicional de periculosidade e seus reflexos; d) acrescer à condenação o pagamento das horas de sobreaviso e repercussões. Custas acrescidas, no importe de R$1.000,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação, de R$50.000,00.

TRT-PR-26268-2000-003-09-00-0-ACO-01340-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22815-2004
EMBARGANTE CALC MOBILE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Recorrente(s): CALC MOBILE REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Recorrido(s): ALESSANDRA BAGGIO DE BRUNS
ADVOGADO(S): FLAVIA DANIELE GOMES-LUIZ ANTONIO ABAGGE-LUIZ DO NASCIMENTO LIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-28964-2000-005-09-00-3-ACO-01610-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Recorrente(s): CARLOS ROBERTO FERREIRA-TROMBINI PAPEL E EMBALAGENS S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): DIOGO FADEL BRAZ-NEWTON WALDIR BERGAMO-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO AUTOR E DA RÉ; no mérito, por igual votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR para, nos termos da fundamentação, declarar a nulidade da previsão normativa coletiva de acúmulo de acordo de compensação de jornada com a prorrogação, bem como a nulidade do acordo de compensação de jornada, condenando a ré a pagar ao autor horas extras e reflexos, observados os parâmetros fixados na fundamentação; sem divergência na votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ para, nos termos da fundamentação, declarar competente a Justiça do Trabalho para determinar a retenção dos valores alusivos ao Fisco, os quais deverão ser descontados do valor total da condenação, incluindo juros de mora. Custas no importe de R$ 60,00 (sessenta reais), sobre o valor provisoriamente acrescido à condenação, de R$ 3.000,00 (três mil reais).

TRT-PR-71004-2000-023-09-00-5-ACO-01759-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): ESPOLIO DE JOAQUIM DUARTE MOLEIRINHO
Agravado(s): UNIAO
ADVOGADO(S): APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES-EDILSON AVELAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição, por irregularidade de representação. Custas inalteradas.

TRT-PR-71124-2000-023-09-00-2-ACO-01652-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): ESPOLIO DE JOAQUIM DUARTE MOLEIRINHO
Agravado(s): MARIA HELENA RODRIGUES
ADVOGADO(S): APARECIDO DONIZETTI ANDREOTTI-EDILSON AVELAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00248-2001-669-09-40-5-ACO-01354-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 25105-2004
EMBARGANTE CALIVER DO BRASIL INDUSTRIA COMÉRCIO E
REPRESENTACOES DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Agravante(s): CALIVER DO BRASIL INDUSTRIA COMÉRCIO E REPRESENTACOES DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA
Agravado(s): ANDERSON BRAZ DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO(S): FABIANE MUNHOZ ROSSONI-VANIA REGINA SILVEIRA QUEIROZ-WAGNER PIROLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-00537-2001-654-09-00-0-ACO-01409-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): IVANKIO & CIA LTDA
Agravado(s): ADIRVAL DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO(S): IVAN SERGIO TASCA-OLIMPIO PAULO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição das executadas e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Honorários contábeis. Contador nomeado pelo juízo. Fixação. Prerrogativa do juiz. A respeito do valor dos honorários contábeis de profissional nomeado pelo juízo, é prerrogativa do Juiz, no exercício do seu livre poder de direção do processo, estipular seu valor através de parâmetros que venham a atender tanto à complexidade do trabalho como a remuneração média paga no âmbito da jurisdição da MM. Vara. Não se cogita de aplicação, na hipótese, do artigo 789-A, inciso IX da CLT, porque trata exclusivamente de custas.

TRT-PR-00570-2001-072-09-00-3-ACO-01338-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PATO BRANCO-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 24573-2004
EMBARGANTE EBV EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILANCIA LTDA
Agravante(s): EBV EMPRESA BRASILEIRA DE VIGILANCIA LTDA
Agravado(s): DOMINGOS CHAGAS
ADVOGADO(S): LAERCIO ANTONIO VICARI-MARCIA PICANCO PROCKMANN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaraçao. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-00631-2001-089-09-00-4-ACO-01402-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24710-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A-ANTONIO SANTINI-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANA PAULA DE SA-INDALECIO GOMES NETO-LOURIVAL LINO DE SOUZA-VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para acrescer fundamentos à decisão embargada, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00632-2001-089-09-00-9-ACO-01653-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): HIROMITSU NAGATA
Agravado(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): INDALECIO GOMES NETO-LOURIVAL LINO DE SOUZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, deferindo os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00677-2001-659-09-00-0-ACO-01486-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): COOPERATIVA DE CREDITO RURAL DE GUARAPUAVA SICREDI-ROSMERI APARECIDA BISCAYA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MIRIAN APARECIDA DOS SANTOS-OLINDO DE OLIVEIRA-RENATO GOES PENTEADO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS e das contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação, excluir a aplicação das Convenções Coletivas dos Bancários e, conseqüentemente excluir da condenação o pagamento de diferenças salariais, multa convencional e indenização de que trata o artigo 9º da Lei 7.238-84. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-00725-2001-068-09-00-2-ACO-01505-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): VERA BATISTA
Recorrido(s): INSTITUTO IMACULADO CORACAO DE MARIA
ADVOGADO(S): ADIR LUIZ COLOMBO-PEDRO ANTONIO COELHO DE SOUZA FURLAN-ROGERIO POPLADE CERCAL-TATIANA ORLANDI-WASCISLAU MIGUEL BONETTI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, rejeitar a alegação de prescrião, argüida da Tribuna pela advogada do reclamado e DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de horas extras e reflexos. Custas, pela reclamada e no importe de R$200,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$10.000,00.

TRT-PR-00785-2001-026-09-00-3-ACO-01647-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT UNIAO DA VITORIA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outro-ADIR GALVAO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALBERTO JACIEL PETRY JUNIOR-EDUARDO DE AZAMBUJA PAHIM-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-ROMULO SILVEIRA DA ROCHA SAMPAIO-SEBASTIAO ANTUNES FURTADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS para, nos termos da fundamentação: a) restringir a condenação quanto à devolução de descontos do período imprescrito até 16.01.2001; b) excluir o pagamento dos reflexos em abono-assiduidade; c) determinar a incidência dos descontos fiscais sobre a totalidade dos créditos reconhecidos ao reclamante. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação o pagamento de diferenças salariais e reflexos decorrentes de promoções por antigüidade; b) determinar a incidência do adicional de 100% para o labor prestado aos sábados; c) majorar a condenação em labor aos sábados, tanto na jornada fixada quanto no período em que trabalhou em União da Vitória; d) determinar a incidência da correção monetária a partir do mês subseqüente ao vencido, apenas quanto aos salários; e) acrescer à condenação o pagamento de honorários advocatícios, no importe de 15%. Custas inalteradas.

TRT-PR-00865-2001-071-09-00-3-ACO-01487-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): JOSE DARCY BONETTI-COOPERATIVA AGROPECUARIA CASCAVEL LTDA COOPAVEL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): KARYNA PIEROZAN-NILBERTO RAFAEL VANZO-SIDONIA SAVI MORO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS e das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMADO. Sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento das horas extras, nos termos do Precedente 220 da SDI do C. TST, com reflexos; acrescer à condenação o pagamento, como extras, das horas que adentrarem aos intervalos de 11h e 24h, apuradas pelos cartões-ponto, observado o adicional de 50%; e fixar critérios para a incidência da correção monetária. Custas inalteradas.

TRT-PR-00871-2001-670-09-00-3-ACO-01386-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25639-2004
EMBARGANTE DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA
Recorrente(s): DELPHI AUTOMOTIVE SYSTEMS DO BRASIL LTDA
Recorrido(s): IVETE DE LURDES BRAZIL
ADVOGADO(S): LETICIA DANIELE SIMM-PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM-RUTH DA COSTA GANDOLFO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01163-2001-004-09-00-5-ACO-01503-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): JOCIMARA FORTUNATO
Recorrido(s): CONDOMINIO EDIFICIO TIVOLI
ADVOGADO(S): JOSIANE SIMIONI-SAMIRA DE FATIMA NABBOUH ABRÉU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.

TRT-PR-01445-2001-658-09-00-3-ACO-01674-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: TOBIAS DE MACEDO FILHO
Agravante(s): HOSPITAL SANTA MONICA DE MEDIANEIRA LTDA
Agravado(s): IRMA BIAZEBETTI CORREA
ADVOGADO(S): ARLINDO FERREIRA FREITAS-NILTON LUIZ PACHECO LOURES-PAULO EDUARDO MORENO DIAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do executado, e, no mérito, por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos juízes Tobias de Macedo Filho (relator), Dirceu Pinto Júnior e Marlene T. Fuverki Suguimatsu, DAR-LHE PROVIMENTO para determinar a liberação dos valores bloqueados na conta-corrente da agravante, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei. **EMENTA:** NULIDADE DE PENHORA. VALORES PROVENIENTES DE PRESTAÇÃO DE ATENDIMENTOS A PACIENTES DO SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. A princípio resta indene de dúvidas que se deve obedecer a ordem do art. 655, do Código de Processo Civil, no sentido de que a penhora deve recair em caráter preferencial sobre o dinheiro da executada. Entretanto, os valores que a agravante tem depositados em sua conta-corrente visam remunerar os serviços hospitalares e demais custos decorrentes dos serviços de saúde prestados por ela à população, não podendo ser penhorados em prol de uma única pessoa (prevalência do interesse público sobre o particular), o que exige das Cortes Trabalhistas um Juízo de ponderação na hipótese em que se vislumbram valores fundamentais em rota de colisão (crédito trabalhista em confronto ao direito à saúde e à previdência – CF-88, artigo 194). Assim sendo, sem prejuízo da natureza alimentar do crédito trabalhista, afigura-se-me razoável determinar a liberação dos valores bloqueados na conta-corrente do agravante, haja vista que está em xeque o direito social à saúde e à previdência, previsto no caput, do artigo 6º, da Carta Maior, cuja relevância deve ser preservada pela só informação de que poderia resultar comprometida, diante magnitude que encerra Juízo de ponderação de valores.

TRT-PR-01482-2001-016-09-00-0-ACO-01403-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26247-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
CHARLES GUIMARAES DOS SANTOS
Recorrente(s): CHARLES GUIMARAES DOS SANTOS-Recurso Adesivo-BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-FABIANO NEGRISOLI-INDALECIO GOMES NETO-MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA-MIRIAN APARECIDA GONCALVES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS PARTES e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-01482-2001-322-09-00-7-ACO-01781-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 24371-2004
EMBARGANTE ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-
APPA
Recorrente(s): OSMAR BUENO-Recurso Adesivo-ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA-APPA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CRISTIANO EVERSON BUENO-MARINEIDE SPALUTO CESAR-TATIANA LAZZARETTI ZEMPULSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para sanar erro material.

TRT-PR-02400-2001-004-09-00-5-ACO-01650-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA
Recorrido(s): PERFURACOES SOLO S-C LTDA
ADVOGADO(S): CARLOS HUMBERTO FERNANDES SILVA-JOAO LUCASKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso ordinário interposto pela reclamante e das contra-razões. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas inalteradas.

TRT-PR-02544-2001-021-09-00-7-ACO-01754-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): AFONSO JANUARIO DE OLIVEIRA-UNIAO-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR-TELEPAR CELULAR S-A-AMBIENTAL VIGILANCIA LTDA
ADVOGADO(S): AIRTON JOSE MALAFAIA-ANTONIO CARLOS TAQUES DE CAMARGO-CARLOS EDUARDO BLEY-MARCOS OSSAMU NAKAGUMA-MAURO JOSELITO BORDIN-REGINA MARIA BASSI CARVALHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS DO RECLAMANTE E DA 3ª RECLAMADA, e das contra-razões, mas NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, por incabível. No mérito, sem divergência de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA 3ª RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, autorizar a retenção fiscal sobre os créditos tributáveis do autor; por igual votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à jornada de trabalho do autor os plantões; b) determinar que sejam consideradas como extras não só as excedentes da 44ª semanal, mas também as excedentes da 8ª diária; c) para determinar que na apuração da jornada seja considerada a redução da hora noturna; d) acrescer à condenação o pagamento em dobro do labor realizado em dias de feriados.Custas no valor de R$ 100,00, calculadas sobre o valor acrescido da condenação de R$ 5.000,00.

TRT-PR-02607-2001-071-09-00-1-ACO-01708-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Agravado(s): GLADIS APARECIDA SCARIOTTO LABURU
ADVOGADO(S): DIONIZIO LUBAVE DUDEK-ERNANI PUDELL-MARCOS LUCIANO GOMES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e da contraminuta. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei. **EMENTA:** BASE DE CÁLCULO-HORAS EXTRAS-ARTIGO 879, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DA CLT-Inadmissível ventilar-se matéria que implique em alteração na base de cálculo estabelecida para as horas extras pela sentença liquidanda, ante a vedação para resolver matéria pertinente à causa principal em sede de execução, por expressa determinação legal (CLT, 879, parágrafo 1º).

TRT-PR-02716-2001-069-09-00-2-ACO-01578-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A-ANGELA APARECIDA PASINATO DALSASSO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-EUCLIDES EUDES PANAZZOLO-INDALECIO GOMES NETO-MARIANA PAULA MUNOZ ARRUDA-MAXIMILIANO NAGL GARCEZ-NILCE REGINA TOMAZETO VIEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação diferenças de indenização do PDV, pela repercussão das diferenças salariais; sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: 1) limitar a condenação em horas extras, a partir de junho de 1999 até a rescisão do contrato, às horas laboradas após a 7h12min e 36ª semanal (inacumuláveis); 2) excluir da condenação as horas extras relativas a intervalo intrajornada do art. 71, parágrafo 4o, da CLT; 3) determinar que a correção monetária seja efetivada pelos índices do mês subseqüente ao laborado, quanto a salários, observando-se, no mais, a época própria de exigibilidade; 4) determinar que os descontos previdenciários e fiscais incidam em uma só oportunidade. Custas inalteradas.

TRT-PR-02864-2001-019-09-00-0-ACO-01369-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25633-2004
EMBARGANTE PLUMA CONFORTO E TURISMO S-A
Recorrente(s): PLUMA CONFORTO E TURISMO S-A-JORGE ANTONIO CORTEZ-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLA GEANE ANTUNES BILHAO-DEBORAH ALESSANDRA DE OLIVEIRA DAMAS-VICENTE GANTER DE MORAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-03235-2001-001-09-00-0-ACO-01511-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL-MOZART CEZAR DE SIQUEIRA-ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELIO VALDIVIESO FILHO-SANDRA CALABRESE SIMAO-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, para, nos termos da fundamentação: 1) declarar nula a dispensa do Reclamante; 2) determinar a reintegração do reclamante no emprego, na mesma função e condições da época da dispensa, observados os direitos deferidos na presente demanda; 3) condenar as Reclamadas ao pagamento dos salários vencidos e vincendos e demais direitos devidos durante o afastamento, bem como a integração do tempo correspondente para fins de férias, abatendo-se as verbas rescisórias já pagas sob rubrica de aviso prévio, indenização rescisórias (ACT) e multa do FGTS (conforme TRCT, fl. 26). Por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Dirceu Pinto Junior (Revisor) e com ressalvas do Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS, analisados em conjunto, para, nos termos da fundamentação: 1) afastar a integração da ajuda alimentação ao conjunto remuneratório obreiro; 2) restringir o pagamento da infração ao intervalo intrajornada a 15 minutos diários, mantendo-se os demais parâmetros para sua apuração fixados pelo juízo de origem; 3) determinar que as retenções fiscais devem incidir sobre a totalidade dos créditos tributáveis do reclamante. Custas, pelas Reclamadas, acrescidas no importe de R$ 600,00, sobre o valor de R$ 30.000,00.

TRT-PR-03891-2001-013-09-00-2-ACO-01558-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): SIDNEI LANCI-SENFF PARATI S-A-COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO-JOSE LUCIO GLOMB-MARCO ANTONIO PEIXOTO-PERICLES PESSOA SALAZAR FILHO-STELA MARLENE SCHWERZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS da primeira ré e do autor e, por igual votação, NÃO CONHECER DO RECURSO da segunda ré. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) declarar a responsabilidade solidária da segunda ré, Senff Parati S-A, pelos débitos trabalhistas referentes ao período da contratação até 1º-05-2000; b) excluir da condenação a multa do parágrafo único do art. 538 do CPC. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de horas extraordinárias excedentes à oitava diária e-ou quadragésima quarta semanal, cujos parâmetros já se encontram definidos na sentença. Custas inalteradas.

TRT-PR-04553-2001-652-09-00-0-ACO-01557-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): CRISTINA MARIA ALVES PEREIRA-SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI
Recorrido(s): OS MESMOS IEL INSTITUTO EUVALDO LODI DO PARANA
ADVOGADO(S): MARCO ANTONIO GUIMARAES-PATRICIA TOSTES POLI-RAFAEL SEIFERT-THAIS PERRONE PEREIRA DA COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS ORDINÁRIOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA AUTORA para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento das diferenças da multa de 40% do FGTS, considerando o complemento de atualização monetária resultante da aplicação, cumulativa, dos percentuais de 16,64% e 44,8% sobre os saldos das contas mantidas, respectivamente, no período de 1º de dezembro de 1988 a 28 de fevereiro de 1989 e durante o mês de abril de 1990. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO PRIMEIRO RÉU para, nos termos da fundamentação, determinar que: a) a apuração das horas extraordinárias seja feita com base nos cartões-ponto; b) que as contribuições fiscais sejam calculadas sobre o total, de uma só vez. Custas inalteradas.

TRT-PR-04567-2001-513-09-00-2-ACO-01492-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A E OUTRO-MARCO AURELIO ALVES-Recurso Adesivo(RECURSO ADESIVO)
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANA PAULA BARRANCO SARAIVA DO BRASIL-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-HELENA SILVA CEZAR OLIVEIRA-MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA-VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, recolocado o processo em julgamento, tendo o Exmo. Juiz Lauremi Camaroski reformulado o seu voto, por unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DOS RÉUS para, nos termos da fundamentação: a) limitar a devolução de descontos até 15.01.2001; e b) determinar a incidência da correção monetária a partir do mês subseqüente ao vencido. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO AUTOR para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação diferenças da multa do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários; b) conceder os benefícios da assistência judiciária gratuita ao autor, acrescendo à condenação o pagamento de honorários advocatícios, no importe de 15%; e c) determinar que os descontos previdenciários sejam apurados mês a mês. Custas inalteradas.

TRT-PR-04686-2001-005-09-00-0-ACO-01341-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26326-2004
EMBARGANTE DORGAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA
Recorrente(s): LOURDES BOROSCH MUELLER
Recorrido(s): FASAMED COMÉRCIO FARMACEUTICO S-A
ADVOGADO(S): FERNANDA BARAUNA DUARTE MEDEIROS-JAIR APARECIDO AVANSI-LEILA CRISTINA ROJAS GAVILAN VERA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e dos documentos de fls. 484-503, através dos quais a ré pretende

comprovar a alteração de sua razão social; por igual votação, determinar a retificação da autuação para que no pólo passivo da presente ação passe a constar a empresa FASAMED COMÉRCIO FARMACÊUTICO S-A. No mérito, sem divergência de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-04718-2001-513-09-00-2-ACO-01753-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A-CELIA TOSHIMI KIKUCHI EGASHIRA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): INDALECIO GOMES NETO-LOURIVAL LINO DE SOUZA-VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO E DO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE, bem como das respectivas contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação: a) excluir o reflexo das comissões pagas "por fora" em sábados; b) fixar o horário das 8h20min como início da jornada da autora, no período imprescrito até dezembro-2000; c) excluir a remuneração do intervalo intrajornada; d) restringir o adicional das horas extras laboradas em sábados; e) fixar a indenização por dano moral em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); f) excluir da condenação o ressarcimento dos valores pagos através dos recibos de fls. 238-240; g) autorizar os descontos fiscais sobre o total das verbas tributáveis, inclusive juros de mora; sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação pagamento em dobro do labor no domingo dia 18-04-98; b) incluir na base de cálculo das horas extras as comissões, os prêmios e a gratificação semestral, esta a partir de janeiro-99. Custas na forma da lei.

TRT-PR-04735-2001-002-09-00-5-ACO-01394-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24744-2004
EMBARGANTE IMOBILIARIA PANAMERICANA LTDA
Recorrente(s): SERGIO GODOFREDO
Recorrido(s): IMOBILIARIA PANAMERICANA LTDA
ADVOGADO(S): JOSE MAURO LANGER-WILSON BENINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-07359-2001-005-09-00-0-ACO-01614-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA-MARGARIDA PRESTEL REITENBACH
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): LUIZ BRESOLIN-RUBENS NUNES DE ARAUJO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR OS RECURSOS ORDINÁRIOS APRESENTADOS PELAS RÉS e respectivas contra-razões. Em determinar, de ofício, sem divergência de votos, a retificação do pólo passivo, para nele constar como ré REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA PARTE RÉ, analisado preferencialmente, para declarar nulo o processo ab initio, determinando-se a citação inicial pela via diplomática, nos termos da fundamentação. Prejudicada a análise do recurso da autora. Sem custas. **EMENTA:** ESTADO ESTRANGEIRO – CONSULADO GERAL DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA – INTIMAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA – VIA DIPLOMÁTICA-LEGITIMIDADE-Embora tenha denominado a parte ré, incorretamente, de Consulado Geral da República Federal da Alemanha, ente sem personalidade jurídica por indicar mera Repartição Consular, incabível a extinção do processo sem julgamento do mérito. Ao qualificar a integrante do pólo passivo como "pessoa jurídica de direito público externo" restou evidenciado que a demanda envolvia o Estado estrangeiro. Ademais, a praxe forense tem admitido a inserção da expressão "Consulado" antes do nome do Estado estrangeiro envolvido na controvérsia. Aplicação dos princípios da simplicidade, da economia processual, do prejuízo e da instrumentalidade das formas. 2. CITAÇÃO – INTIMAÇÃO – NULIDADE-Em atenção ao direito consuetudinário e às normas convencionais (Convenção de Viena de 1963), fontes por excelência do direito internacional público, nulas são as comunicações processuais relativas a Estado estrangeiros feitas por Oficial de Justiça na sede da Repartição Consular. Devem, antes, observar a via diplomática, encaminhando-se os expedientes ao Ministério das Relações Exteriores.

TRT-PR-07915-2001-005-09-00-8-ACO-01673-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): ROBERT BOSCH LTDA-VOLNI HORSTMANN
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALEXANDRE EUCLIDES ROCHA-JOSE NAZARENO GOULART-MARCO ANTONIO CESAR VILLATORE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos recursos, principal do reclamante e adesivo da reclamada, bem como das contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA (analisado preferencialmente), para: a) excluir da condenação as horas extras relativas ao período de 20 de julho de 1998 a 22 de janeiro de 2000 e reflexos; b) estabelecer os critérios de apuração das parcelas previdenciárias. Sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE, para acrescer à condenação horas extras e reflexos, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** TRABALHO EM TURNOS FIXOS, SEM REVEZAMENTO. Submete o trabalhador à jornada ordinária, não se lhe aplicando a exceção do art. 7°, inciso XIV da Constituição Federal.

TRT-PR-08291-2001-009-09-00-1-ACO-01669-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARNOR LIMA NETO
Recorrente(s): RENOR NARDINO-Recurso Adesivo-BATAVIA S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-MARIA LUCIA SILVERIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS PRINCIPAL e ADESIVO e, no mérito, por maioria de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA, vencido o Exmo. Juiz Sérgio Murilo Rodrigues Lemos. Por maioria de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, vencido o Exmo. Juiz Sérgio Murilo Rodrigues Lemos. Custas inalteradas. **EMENTA:** INÉPCIA DA INICIAL. INOCORRÊNCIA. JULGAMENTO DOS PEDIDOS. APLICAÇÃO DO ART. 515, o 3°, DO CPC. Não é inepta a petição inicial, quando é perfeitamente possível compreender o conteúdo do pedido e na causa de pedir consta também o pedido, tanto que a Reclamada não teve dificuldades de elaborar a sua defesa, nem o Juízo de instruir o feito. Portanto, se a inicial preenche todos os requisitos do parágrafo único do artigo 295 do CPC, propiciando defesa e entendimento, existindo condições de imediato julgamento, nos termos do artigo 515, parágrafo 3°, do CPC, devem ser julgados os pedidos pelo Juízo "ad quem".

TRT-PR-08785-2001-015-09-00-8-ACO-01651-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): JOAO ESTEVAO SABER-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-FABIO RENATO SANT'ANA-FABIO RICARDO FERRARI-ODUVALDO ELOY DA SILVA ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADO, analisado preferencialmente, para excluir da condenação a multa do art. 477 da CLT, bem como para determinar que o índice da correção monetária, quanto aos salários, seja o do mês subseqüente ao vencido, nos termos da fundamentação. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO AUTOR para determinar a sua reintegração no emprego, com o pagamento de salários vencidos e demais vantagens da categoria, desde a data da resilição até a efetiva reintegração, que se dará após o trânsito em julgado da decisão, sem prejuízo da integração das verbas salariais deferidas, objeto da presente ação, além de deferir multas convencionais, sendo uma por instrumento violado, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-10293-2001-005-09-00-5-ACO-01727-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): ELIZEU AUGUSTO PEREIRA-Recurso Adesivo-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-NASSER AHMAD ALLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS para, nos termos da fundamentação: a) excluir as diferenças salariais decorrentes de promoções anteriores ao marco prescricional; b) fixar o prazo de 8 dias, após o trânsito em julgado, para cumprimento da obrigação de fazer (reintegração), após o que incidirá a multa diária em caso de descumprimento; c) excluir as horas extras do período de 18-06-96 até fevereiro-2000 e determinar que na apuração das horas extras no período de março-2000 até a rescisão, sejam observados os controles de ponto; d) excluir a remuneração de intervalo intrajornada; e) determinar divisor 180; f) limitar a condenação a uma multa convencional referente ao ACT 2000; g) determinar a incidência da correção monetária, nas verbas salariais, a partir do mês subseqüente ao trabalhado; h) autorizar os descontos fiscais sobre o total das verbas tributáveis, inclusive sobre juros e multa; por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação acrescer à condenação FGTS (8%) sobre as parcelas deferidas anteriores à Lei 8036-90. Custas na forma da lei.

TRT-PR-10294-2001-003-09-00-7-ACO-01333-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 21254-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): GILBERTO FLORES MIRANDA
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-MARCIA JOKOWISKI-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-10415-2001-016-09-00-7-ACO-01481-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): VALDENIZIO APARECIDO DO NASCIMENTO-Recurso Adesivo-ELECTROLUX DO BRASIL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADALBERTO CARAMORI PETRY-ANDREA CARLA ALVARENGA DE LIMA-FABIANO ARCHEGAS-JOSE LUCIO GLOMB
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS, ORDINÁRIO DA RECLAMADA E ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, fixar critérios para os descontos fiscais. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, limitar o abatimento dos valores pagos aos respectivos meses. Custas inalteradas.

TRT-PR-11645-2001-005-09-00-0-ACO-01399-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24114-2004
EMBARGANTE HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Recorrente(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO-FRANCISCO JOSE DE ABRÉU DUARTE
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): DIOGO FADEL BRAZ-FRANCISCO CUNHA SOUZA FILHO-LEANDRA MONTENEGRO CAMPANHOLO-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para prestar esclarecimentos, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-12516-2001-007-09-00-1-ACO-01334-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 23388-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A E OUTROS
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): JOSEFINA MUZZO DE NAZARE
ADVOGADO(S): CARLOS ALBERTO BOGUS-EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-TATIANE RAQUEL BASTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-12848-2001-002-09-00-4-ACO-01332-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 11024-2004
EMBARGANTE FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outros(02)-HILDEBRANDO MAGNO REBELLO FILHO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-INDALECIO GOMES NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DOS RÉUS e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DO AUTOR para: a) corrigindo o erro material havido no acórdão embargado, deixar certo que a gratificação semestral foi paga mensalmente a partir de abril de 1997 e incorporada à remuneração do embargante em março de 1998; b) suprindo a omissão havida no acórdão embargado e imprimindo efeito modificativo, acrescer às diferenças salariais decorrentes de promoções os seus reflexos em gratificação semestral, gratificação de cargo, horas extras, saldo de salário, férias (+ 1-3), natalinas, aviso prévio e FGTS (+ 40%). Tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-13133-2001-010-09-00-3-ACO-01757-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): MUNICIPIO DE CURITIBA
Agravado(s): ANGELICA SILVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ALEXANDRE NISHIMURA-ALVARO EIJI NAKASHIMA-LIDSON JOSE TOMASS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, para o agravante, isentas (art. 790-A, inc. I, da CLT). **EMENTA:** Responsabilidade subsidiária. Execução. A parte condenada subsidiariamente tem a seu favor o benefício de ordem. Responde pelo débito, mas somente diante da impossibilidade de a obrigação ser efetivamente exigida, antes, do devedor originário (art. 889 da CLT e art. 4º, o 3º, da Lei nº 6.830-80, que estendem a aplicabilidade dos arts. 595 e 596 do CPC). Por outro lado, com base nos mesmos dispositivos legais, a iniciativa das diligências voltadas à demonstração de bens livres e desembaraçados do devedor principal, é, também, de sua incumbência.

TRT-PR-13674-2001-012-09-00-4-ACO-01380-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25640-2004
EMBARGANTE SIGNS TIME DO BRASIL LTDA
Recorrente(s): JOSE CARLOS CARDOSO DE OLIVEIRA
Recorrido(s): SIGNS TIME DO BRASIL LTDA
ADVOGADO(S): ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI-LUCIANE LAZARETTI BOSQUIROLI BISTAFA-MARCOS ANTONIO J SILIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para esclarecer a decisão embargada nos termos da fundamentação.

TRT-PR-14965-2001-010-09-00-7-ACO-01756-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Agravante(s): MUNICIPIO DE CURITIBA
Agravado(s): ELENICE VANELLI
ADVOGADO(S): ALEXANDRE NISHIMURA-ALVARO EIJI NAKASHIMA-LIDSON JOSE TOMASS-MAJOLY ALINE DOS ANJOS HARDY
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição, assim como da contraminuta. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de petição do executado, nos termos da fundamentação Custas inalteradas.

TRT-PR-18418-2001-010-09-00-0-ACO-01346-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 17424-2004
EMBARGANTE ZERONCIO PRATI
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A-ZERONCIO PRATI
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): DANILO EMILIO BERNARTT-EDUARDO GOMES FRENEDA-FLAVIO DIONISIO BERNARTT-INDALECIO GOMES NETO-REGINA MARIA ROSENAU
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelo autor e pela ré. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DO RECLAMANTE e, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DA RE para prestar os esclarecimentos constantes da fundamentação, os quais passam a fazer parte integrante do acórdão embargado.

TRT-PR-20109-2001-008-09-00-4-ACO-01617-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): LUCIANE GISELA DE FATIMA VIANA BONATTO
Recorrido(s): A GAMA & CIA LTDA-SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS-LIBERTY PAULISTA SEGUROS S-A-BRADESCO SEGUROS S-A
ADVOGADO(S): EVANDRO LUIS PEZOTI-JOSE FRANCISCO CUNICO BACH-JOSE RONALDO CARVALHO SADDI-MIRIAM PERSIA DE SOUZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, declarar a responsabilidade subsidiária das reclamadas Liberty Paulista Seguros S-A., Bradesco Seguros S-A., Novo Hamburgo Companhia de Seguros S-A. e Sul América Companhia Nacional de Seguros, como tomadora dos serviços. Custas inalteradas.

TRT-PR-20329-2001-012-09-00-7-ACO-01657-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): DEZENI APARECIDA DA SILVA
Recorrido(s): CONSERV ENGENHARIA E REPRESENTACAO S-C LTDA-BANCO DO BRASIL S-A
ADVOGADO(S): FERNANDO ROGERIO FRATINI-JAIR APARECIDO AVANSI-LISIAS CONNOR SILVA-MARCOS ROBERTO FRATINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO e, por igual votação, acolhendo preliminar argüida pela autora, anular o processado, a partir da audiência de instrução, possibilitando a juntada dos documentos e prosseguindo-se no feito, como de direito. Custas inalteradas.

TRT-PR-20402-2001-652-09-00-9-ACO-01561-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): VANESSA DE PAULA KROSOTA
Recorrido(s): MASSA FALIDA DE AUTO POSTO RADAR LTDA-BRGF COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA-AUTO POSTO SAIDA SUL LTDA-POTI COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA-SINDICO: JULIANO FRANCA TETTO
ADVOGADO(S): BRUNA ANGELICA FERREIRA SALVATICO-CESAR AUGUSTO BROTTO-DANIELA ANZUATEGUI D'ASSUMPCAO SABATKE-HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES-JULIANA DE ALMEIDA VELINCAS-JULIANO FRANCA TETTO-ROBERTO NOGUEIRA JUNIOR-TANIA MARA PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação diferenças salariais e reflexos. Custas inalteradas.

TRT-PR-20650-2001-002-09-00-4-ACO-01634-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): VIA URBANA EMPEENDIMENTOS IMOBI-

LIARIOS S-A
Agravado(s): MAURILIO BEZERRA DE CARVALHO
ADVOGADO(S): CARLOS ALBERTO FARION DE AGUIAR-IVAN SERGIO TASCA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do executado. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para declarar nula a arrematação levada a efeito nos autos, porque caracterizado preço vil, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-20733-2001-011-09-00-4-ACO-01501-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S-A-SCHIRLEI EDITH MARCHI GONCALVES
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE AFFONSO DALLEGRAVE NETO-MARIA ANGELA SZPAK SWIECH-ROBERTO LUIZ PEDROTTI-RONEY OSVALDO GUERREIRO MAGALDI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS e, por igual votação, REJEITAR a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam. No mérito, recolocado o processo em julgamento, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Lauremi Camaroski, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação, determinar que os descontos de imposto de renda sejam efetuados sobre o valor total do crédito da reclamante, ao final, após abatido o valor devido à previdência social, observando-se as hipóteses de deduções legais, tabelas e alíquotas vigentes à época. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação o pagamento, como horas extraordinárias, de 45 minutos por dia trabalhado em decorrência do intervalo intrajornada violado e, b) determinar a incidência da multa de 40% do FGTS sobre o valor da remuneração da autora, constante do TRCT de fl. 14 (campo 20). Custas inalteradas.

TRT-PR-21163-2001-651-09-00-8-ACO-01591-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): TARCISIO VILLATORE SOBRINHO-NET PARANA COMUNICACOES LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CLEUSA SOUZA DA SILVA-JOSE ANTONIO CORDEIRO CALVO-MARIA DE FATIMA GARBUIO ROSSETTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS, bem como das contra-razões. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento vales-refeição e vales-transporte referentes aos domingos e feriados trabalhados. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ. Custas acrescidas, no importe de R$11,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado de R$550,00, dispensadas, nos termos do art. 1º, inciso I, da Portaria MF nº 49-2004.

TRT-PR-21331-2001-005-09-00-5-ACO-01516-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): AMILTON EUCLIDES DE SOUZA
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-SAMUEL TORQUATO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DOS RÉUS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para afastar a natureza salarial dos auxílios alimentação e refeição, para que conste como divisor para efeitos de horas extras 180 e para que a alíquota de imposto de renda incida sobre o total de rendimentos tributáveis recebidos em razão desta decisão judicial, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-21391-2001-651-09-40-2-ACO-01385-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25685-2004
EMBARGANTE ORLANDO BERTOLDI & CIA LTDA
Recorrente(s): ORLANDO BERTOLDI & CIA LTDA
Recorrido(s): MARCOS FERREIRA PEDROSO
ADVOGADO(S): LUIZ CARLOS GUIMARAES TAQUES-NELSON KNOB
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA, mas não conhecer dos documentos de fls. 513-514, nos termos da Súmula nº 8 do TST. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-21431-2001-015-09-00-9-ACO-01526-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A-ANA PAULA WOLLSTEIN-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): RAUL ANIZ ASSAD-SANDRA CALABRESE SIMAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS e, por igual votação, REJEITAR a preliminar argüida pela reclamada. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Lauremi Camaroski, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, a) estabelecer que o término da jornada de trabalho da autora ocorria às 20h15m; b) determinar que os descontos de imposto de renda sejam efetuados sobre o valor total do crédito da reclamante, ao final, após abatido o valor devido à previdência social, observando-se as hipóteses de deduções legais, tabelas e alíquotas vigentes à época. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMANTE para acrescer à condenação o pagamento, como labor extraordinário e conforme os critérios definidos em primeiro grau, do tempo faltante para completar o intervalo intrajornada mínimo de uma hora, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-21645-2001-011-09-00-0-ACO-01641-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): ADRIANA DE MATTOS MADRUGA-BANCO BRADESCO S-A e outro
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CHRISTIAN MARCELLO MANAS-LEILA CRISTINA ROJAS GAVILAN VERA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para deferir à mesma a multa do art. 477 da CLT, nos termos da fundamentação. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DOS RECLAMADOS para determinar que os descontos de imposto de renda sejam efetuados sobre o valor total do crédito do reclamante, ao final, após abatido o valor devido à previdência social, observando-se as hipóteses de deduções legais, tabelas e alíquotas vigentes à época, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-21866-2001-015-09-00-3-ACO-01406-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 25110-2004
EMBARGANTE SIEMENS LTDA
Recorrente(s): CLOVIS APARECIDO DONADEL
Recorrido(s): SIEMENS LTDA-HORUS TELECOM COOPERATIVA DE SERVICOS INTEGRADA PARA A TECNOLOGIA DA COMUNICACAO
ADVOGADO(S): ALAISIS FERREIRA LOPES-DJALMA LUIZ VIEIRA FILHO-MARILUIZA RAZENTE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 1ª RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-22131-2001-007-09-00-2-ACO-01562-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): A GNOATTO AZEVEDO
Recorrido(s): IVANI ALVES DE JESUS
ADVOGADO(S): MARCO AURELIO GUIMARAES-ROSANGELA LISBOA CONERADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: 1) determinar a observância da previsão contida na O.J. nº 23 da SDI-I do C.TST e no art. 58, o 1º, da CLT; 2) determinar que na apuração da sobrejornada incida apenas o adicional de hora extra em relação às comissões; 3) excluir da condenação os reflexos do adicional noturno; e 4) determinar que as retenções fiscais devem incidir sobre a totalidade dos créditos tributáveis da reclamante. Custas inalteradas.

TRT-PR-22139-2001-016-09-00-0-ACO-01639-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outro-ROSANA MARIA SUCHA SOUZA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-JACQUELINE PIERRI-MARCIO JONES SUTTILE-TATIANE RAQUEL BASTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-22298-2001-013-09-00-5-ACO-01367-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26245-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
EDSON LUIZ OLIVEIRA ASSUNCAO
Recorrente(s): EDSON LUIZ OLIVEIRA ASSUNCAO-Recurso Adesivo-BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-FABIANO NEGRISOLI-INDALECIO GOMES NETO-LEANDRO HERLEINN MURI-MIRIAN APARECIDA GONCALVES-WILSON RAMOS FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO APRESENTADOS, DA RECLAMADA E DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-22346-2001-006-09-00-7-ACO-01775-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
Recorrido(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL-JOSE VILMAR FORNAZARI
ADVOGADO(S): JULIANA MARTINS PEREIRA-MARIO ROBERTO AMARILIA BOEIRA-SANDRA CALABRESE SIMAO-SANDRA REGINA PRADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA SEGUNDA RECLAMADA e, no mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Lauremi Camaroski, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) determinar seja observada a Orientação Jurisprudencial 23 da SDI-TST na apuração das horas extraordinárias devidas ao autor, observando-se a restrição relativa ao período anterior a 3-97 e ao período 11-97 a 2-98; b) determinar que os descontos de imposto de renda sejam efetuados sobre o valor total do crédito do reclamante, ao final, após abatido o valor devido à previdência social, observando-se as hipóteses de deduções legais, tabelas e alíquotas vigentes à época Custas inalteradas.

TRT-PR-22452-2001-010-09-00-0-ACO-01661-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): CONSUELO ZARDO
Recorrido(s): SANTORINI TURISMO LTDA
ADVOGADO(S): ALESSANDRA LILIAN DE OLIVEIRA-MARCOS JULIO OLIVE MALHADAS JUNIOR
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões e, no mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Márcio Dionisio Gapski (Relator), DAR-LHE PROVIMENTO para conceder à autora os benefícios da assistência judiciária gratuita e, acolhendo preliminar de nulidade processual, determinar o retorno dos autos à
Origem para propiciar o depoimento do preposto da ré (exclusivamente). Custas a serem fixadas oportunamente.

TRT-PR-22861-2001-005-09-00-0-ACO-01546-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): GENIVALDO PEREIRA DA SILVA-PIZZARIA HERMEL LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARCIUS FONTOURA LASS-RUBERT ANTONIO RECCANELLO LISBOA-RUBIANO AUGUSTO RECCANELLO LISBOA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DA RECLAMADA E DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, autorizar a retenção fiscal. Por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: 1. conceder ao reclamante os benefícios da justiça gratuita; 2. determinar à Secretaria da Turma a expedição de ofício ao Ministério Público, informando o conteúdo deste "decisum". Custas inalteradas.

TRT-PR-23016-2001-652-09-00-9-ACO-01642-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A e outro-PAULO NEURI TURRA CANI
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-JOAO MARCOS CREMASCO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS dos reclamados e do reclamante. No mérito, recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DOS RÉUS, nos termos da fundamentação. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação o pagamento de horas extraordinárias, assim compreendidas as excedentes da oitava diária e-ou 40ª semanal, a partir de 4.12.97 e no período de 6.1.97 a 25.1.97, observado o divisor 200 e os demais parâmetros fixados em primeiro grau para o período contratual anterior; b) ampliar a condenação em horas extraordinárias, fixando-se o limite da carga horária normal semanal do autor em 40 horas e reconhecendo-se, de conseguinte, seu direito ao pagamento, como extraordinárias, das horas excedentes a esse limite; c) determinar que o tempo relativo ao intervalo intrajornada violado seja remunerado mediante o pagamento da hora normal acrescida do adicional extraordinário; d) acrescer à condenação o pagamento de diferenças salariais decorrentes da promoção para o nível A-22 a partir de 1.6.1997 até 28.2.98 e da promoção para o nível A-25 a partir de 1.3.2001, bem como seus reflexos; e) acrescer à condenação o pagamento de diferenças de indenização pela adesão ao PDV, decorrentes dos reflexos das horas extraordinárias devidas ao autor, conforme ficar apurado em regular liquidação de sentença; f) acrescer à condenação o pagamento da multa prevista no parágrafo oitavo do art. 477 da CLT e, g) acrescer à condenação o pagamento da multa convencional prevista nos ACTs da categoria, por instrumento normativo violado no período imprescrito. Custas acrescidas, no importe de R$400,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$20.000,00, pelos réus.

TRT-PR-23218-2001-010-09-00-0-ACO-01391-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 25610-2004
EMBARGANTE PABLO ALESSANDRO MARTINEZ CORREA
Recorrente(s): PABLO ALESSANDRO MARTINEZ CORREA-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA-MADELON RAVAZZI HEYLMANN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-51703-2001-022-09-00-3-ACO-01458-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): LUIZ ALVES SIQUEIRA e outro-MARCON SERVICOS DE DESPACHOS EM GERAL LTDA-Recurso Adesivo-ÓRGÃO DE GESTAO DE MAO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUARIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUA E ANTONINA OGMO-PR-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALBERTO MANENTI-JACQUELINE ANDREA WENDPAP-JOAQUIM TRAMUJAS NETO-ROSANE LOYOLA BASSO-SANDRA APARECIDA STOROZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS, ORDINÁRIO DOS RECLAMANTES E ADESIVOS DAS RECLAMADAS, bem como das contra-razões apresentadas, e dos documentos de fls. 327-328, fls. 344-348 e de fls. 360-366, vez que se tratam de meros subsídios jurisprudenciais. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO INTERPOSTO PELA SEGUNDA RECLAMADA (OGMO-PR), analisado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação, declarar prescrito o direito de ação, extinguindo o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inc. IV do Código de Processo Civil. Por igual votação, EM DECLARAR PREJUDICADA a análise dos recursos, ordinário dos reclamantes e adesivo da primeira Reclamada (Marcon Serviços de Despachos em Geral Ltda.), ante a decisão proferida quando da análise do recurso adesivo da segunda Reclamada (OGMO-PR). Custas inalteradas.

TRT-PR-51731-2001-022-09-00-0-ACO-01440-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
EMBARGADO V. Acordão n. 25699-2004
EMBARGANTE ÓRGÃO DE GESTAO DE MAO-DE-OBRA DO SERVICO PORTUARIO
AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUA E ANTONI
Recorrente(s): JACYR ALVES DE SOUZA e outros-ÓRGÃO DE GESTAO DE MAO-DE-OBRA DO SERVICO PORTUARIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PARANAGUA E ANTONINA OGMO-PR-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS AGENCIA MARITIMA ORION LTDA
ADVOGADO(S): ALBERTO MANENTI-JEFFERSON DE ALMEIDA BORGES-ROGERIO DE PAULA ALVES-SANDRA APARECIDA STOROZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER dos embargos de declaração do 2º reclamado e dos autores, bem como dos documentos de fls. 261-265, como subsídio jurisprudencial. Sem divergência de votos, EM NEGAR-LHES PROVIMENTO, pelas seguintes razões: EMBARGOS DA 2ª RÉ-PRESCRIÇÃO-A embargante alega que esta E. Turma não veiculou teste autônoma sobre a prescrição bienal, aproveitando as razões de decidir externadas pela Vara de origem, requerendo prequestionamento, para que não reste prejudicada a apreciação desta matéria em instância superior. Não há nada a ser esclarecido. Tendo em vista a peculiaridade de o processo ter seguido o procedimento sumaríssimo em que, no caso foi mantida a sentença de origem, a decisão deste E. Regional consiste em mera certidão, na qual consta expressamente (fl. 251) "EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA 2ª RÉ, pelos próprios fundamentos da sentença, que rejeitou a prescrição bienal e a litigância de má-fé". Portanto, a fundamentação da sentença faz parte do acórdão, sendo dispensável, por isso, a interposição de embargos de declaração, com o fim de obter o aludido esclarecimento, salvo nas hipóteses de ter sido suscitada questão, na defesa, não examinada na sentença. Veja que na sentença, à fl. 189, estão consignadas as razões: "Quanto a prescrição bienal argüida, é de se rejeitar diante da continuidade da relação jurídica investigada, o que induz à contagem do quinquênio prescricional". Nego provimento. EMBARGOS DOS AUTORES-a) PRESCRIÇÃO BIENAL-Argumentam os embargantes que: ao negar provimento ao Recurso Adesivo do 2º Réu, deixou o acórdão de examinar e motivar no julgado que a prescrição bienal, relacionada à interrupção da prescrição, é inovação recursal, uma vez que a sentença, ao concluir como prejudicado o tema, em face da continuidade da relação de emprego, sequer apreciou a matéria como deveria; desde a exordial foi dito que teria havido o ajuizamento de outra reclamatória trabalhista com as mesmas partes e mesmo objeto, cuja ação foi arquivada; sobre isso as defesas não se insurgiram, nada disseram acerca da não comprovação de identidade de partes e de objeto, não havendo necessidade de juntar cópia da inicial e do acórdão, vindo somente no recurso adesivo dizer que não houve prova da identidade, aproveitando-se de um equívoco da sentença, ao registrar que não havia prova disso. Sem razão. Houve pedido expresso, a respeito da prescrição bienal, com base no art. 7º, XXIX, da CF, conforme observa-se à fl. 54, da defesa da 1ª reclamada, na defesa da 2ª ré, às fls. 62-63, bem como na manifestação desta às fls. 143-145. Portanto, faltam com a verdade os embargantes, pois inexiste a alegada inovação recursal. Em relação à interrupção da prescrição do direito de ação (item 5 da inicial), é ônus da parte que invoca a interrupção do fluxo prescricional comprovar a renovação da ação, com a identidade de partes, pedidos e causas de pedir, sendo totalmente improcedentes suas alegações. Nada a esclarecer. b) CONTROLE DE JORNADA-Sustentam os autores que o acórdão deixou de considerar o disposto no art. 7º, XXXIV, e violou o art. 5º, II, ambos da Constituição Federal, o primeiro por assegurar aos trabalhadores avulsos os mesmos direitos do trabalhador com vínculo empregatício, e o segundo porque não havia lei especial, ao contrário do afirmado pelo acórdão; o

controle de jornada adotado pelo OGMO, além de contrariar o art. 74 da CLT e as orientações do Ministério do Trabalho, estavam viciadas pela unilateralidade do controle, ausência de assinatura do conferente ou do conferente-chefe; os fatos que desencadearam os pedidos (fevereiro-97 a fevereiro-98) ocorreram em data anterior à entrada em vigor da Lei nº 9.719-98, quando as relações de trabalho dos portuários avulsos eram tratadas pelo Decreto nº 1886-96, o qual atribuía aos tomadores de mão-de-obra a responsabilidade pelo controle da freqüência, conforme o 2º, art. 2º, do referido Decreto; apenas a partir de 27-11-98, através da Lei 9.719, em seu art. 6º, é que ampliou-se a competência para incluir o OGMO como também responsável pela verificação da presença. Os argumentos utilizados pelos embargantes beiram à má-fé. A decisão judicial deve apresentar sua solução ao litígio, bem como indicar as razões que formaram seu convencimento, o que foi obedecido pelo v. acórdão embargado. Consta expressamente, às fls. 250-251, que: "... ao tomador do serviço e ao trabalhador avulso na área portuária, aplicam-se as Leis nº 8.630-93 e 9.719-98 e Decreto nº 1.886-96. O o 2º, do art. 2º, do Decreto 1.886-96 estabelece que 'Os tomadores da mão-de-obra serão os responsáveis exclusivos pela verificação da presença, no local de trabalho, dos trabalhadores constantes das listas de escalação diária de cada navio'. Ainda, o art. 6º, da Lei 9.719-98 prescreve: 'Cabe ao operador portuário e ao órgão gestor de mão-de-obra verificar a presença, no local de trabalho, dos trabalhadores constantes da escala diária'. Por conseqüência, o art. 74 da CLT não é aplicável no caso." Ainda: "O fato de ser produzido unilateralmente não os invalida, pois estão em conformidade com a legislação citada acima. Também, não vislumbro que houvesse a necessidade de que tais documentos tivessem que portar a assinatura do Conferente chefe, tendo em vista que os próprios autores reconhecem, na inicial, que, de acordo com a Lei nº 8.630-93, cabia à OGMO fiscalizar 'sobre normas de higiene e segurança, até a zelar pelo correto pagamento dos trabalhadores portuários requisitados' (fl. 3-destaquei)." Portanto, a Lei nº 8.630-93 é anterior aos fatos, bem como a decisão também foi embasada no próprio Decreto nº 1.886-96, mencionado pelos embargantes. Nada a deferir. c) PROVA CARREADA-Aduzem os embargantes que há contradição no exame das provas, pois esta Turma deixou de considerar a prova pericial realizada, através da qual ficou latente que não consta a assinatura do conferente chefe nos boletins de controle, não considerou todas as informações passadas pelas testemunhas de indicação do autor relativas ao sistema e procedimentos adotados, e adotou premissa falsa para seu convencimento. Mero inconformismo. As razões de decidir estão postas de maneira clara e objetiva, às fls. 250-251 do acórdão, não havendo mais nada a ser esclarecido ou analisado. Não há irregularidades no acórdão, pois a matéria objeto dos presentes embargos foi devidamente apreciada, com fundamentos claros, enfrentando as todas as questões suscitadas no recurso, tudo em perfeita sintonia com a legislação e jurisprudência consolidada. O não acatamento dos argumentos deduzidos no recurso não justifica a interposição de embargos, posto que tal medida não se presta para reexame de provas, mas sim para excluir do julgado alguma obscuridade, contradição ou suprir omissão, não sendo adequado, todavia, para promover o efeito modificativo do mesmo. d) ÔNUS DA PROVA-Alegam os reclamantes que o julgado atribuiu a eles o ônus de demonstrar que estavam presentes no trabalho, nos dias que foram cortados, pela fiscalização do OGMO; dizem que o acórdão adotou a presunção em favor daquele que deveria fazer o controle de forma correta e não o fez, como, de resto, atribuiu ônus ao trabalhador, sem nenhum amparo legal, violando norma celetária. A matéria suscitada pelos embargantes é exatamente a matéria objeto da presente ação, a qual foi analisada no mérito, sendo que, conforme exaustivamente exposto acima, consta no acórdão as razões pelas quais esta Turma assim decidiu. O que o embargante pretende, na verdade, é reformar o julgado, não sendo este o remédio adequado. Os embargos de declaração não tem como finalidade reexaminar os fundamentos da decisão embargada (art. 535, incisos I e II, do CPC). Seu alcance é limitado, servindo apenas para esclarecer omissão, obscuridade ou ponto contraditório. Eventual inconformismo da parte não pode ser provocado através dos Embargos de Declaração.

TRT-PR-00016-2002-669-09-00-3-ACO-01407-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 23114-2004
EMBARGANTE ITAMARATY INDUSTRIA E COMÉRCIO S-A
Recorrente(s): ITAMARATY INDUSTRIA E COMÉRCIO S-A-ADAO BARBOSA DOS SANTOS(RECURSO ADESIVO)
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): DURVAL ANTONIO SGARIONI JR.-DURVAL ANTONIO SGARIONI JUNIOR-MARIA HELENA ANTUNES BILHAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, sanar omissão relativa ao item recursal alusivo aos honorários periciais, determinando que os fundamentos expostos passem a fazer parte do v. acórdão embargado.

TRT-PR-00041-2002-023-09-00-0-ACO-01612-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Recorrente(s): CESAR AUGUSTO BORGHI(RECURSO ADESIVO)-BANCO ITAU S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-CELIA APARECIDA ZANATTA JORGE ELIAS-FABIANO NUUD DE SOUZA-JOSE ANTONIO VOLPI DA SILVA-MARCIA PAIVA LOPES-SILVANIA MARIA BOLZON
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES; no mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RÉU, para, nos termos da fundamentação: a) reconhecer a validade dos cartões de ponto de maio-2001 (inclusive) ao término do pacto e alterar a jornada de trabalho reconhecida relativamente ao período anterior; b) limitar a condenação ao pagamento apenas de uma multa convencional; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Revisor, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO AUTOR. Custas inalteradas.

TRT-PR-00063-2002-019-09-00-1-ACO-01404-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 22415-2004
EMBARGANTE CORBEL COMÉRCIO E REPRESENTACOES DE BEBIDAS LTDA
Recorrente(s): CORBEL COMÉRCIO E REPRESENTACOES DE BEBIDAS LTDA-NELSON NOBUTUKI ASSEGA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALIDO DEPINE-FRANCISLAINE GUIDONI-MARCO ANTONIO CAMPANELLLI-MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI-MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA-MARIA ZELIA OLIVEIRA E OLIVEIRA
VINCULADO-00063-2002-019-09-40-6-
ADV.PROC.VINC: ALIDO DEPINE
FRANCISLAINE GUIDONI
MARCO ANTONIO DE ANDRADE CAMPANELLI
MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00134-2002-665-09-00-6-ACO-01723-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT IRATI-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): NILSON SOARES
Agravado(s): CAMINHOS DO PARANA S-A
ADVOGADO(S): CLAUDIO LUIZ FURTADO CORREA FRANCISCO-FERNANDO ESTEVAO DENEKA-LEDONN LUIZ KAVINSKI JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Sem custas.

TRT-PR-00223-2002-671-09-00-4-ACO-01381-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TELEMACO BORBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 22449-2004
EMBARGANTE CARBONIFERA DO CAMBUI LTDA
Recorrente(s): CARBONIFERA DO CAMBUI LTDA-CLODINEY ELIAS PANOSSO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALIDO DEPINE-ANA MARIA FERREIRA-MAISA CARLA ORCIOLI-MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar esclarecimentos acerca do adicional de periculosidade, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00260-2002-672-09-00-9-ACO-01771-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT WENCESLAU BRAZ-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Agravado(s): ADEMAR IWAO MIZUMOTO
ADVOGADO(S): JULIO AUGUSTO DE OLIVEIRA GUZZI-VALDEMAR JOSE DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do INSS. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas, acrescidas à execução, no importe de R$ 44,26 (artigo 789-A, inciso IV, CLT) dispensadas (art. 790-A, inciso I, CLT).

TRT-PR-00304-2002-093-09-00-2-ACO-01676-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT CORNELIO PROCOPIO-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): BANCO BANESTADO S-A
Agravado(s): JOSE CARLOS DA SILVA
ADVOGADO(S): FERNANDA ARANTES MANSANO-MARINA D'AMICO PEDRIALI-VERA AUGUSTA MORAES XAVIER DA SILVA-WILSON LEITE DE MORAIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição dos executados. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL determinando que, no momento do refazimento dos cálculos, quando efetuadas as deduções previdenciárias e fiscais, sejam excluídas as verbas não abrangidas pelos referidos descontos, no termos do fundamentado. Custas pelos executados, na forma do art. 789, inc. IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Descontos fiscais. Juros de mora. As deduções fiscais (art. 462-CLT) devem ser efetuadas ao final, sobre a totalidade do crédito devido ao exeqüente, conforme dispõe o artigo 46 da Lei nº 8.541-92, incluídos juros de mora (art. 56 do Decreto nº 3.000-99). Excetuam-se da incidência as verbas não abrangidas pelos respectivos descontos, ou seja, verbas indenizatórias e previdenciárias. Entendimento cônsone com a Orientação Jurisprudencial nº 228 da SDI-I do C. TST.

TRT-PR-00306-2002-322-09-00-9-ACO-01780-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 02ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR
Recorrente(s): DUARTE CARDOSO
Recorrido(s): DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS PINHAIS LTDA
ADVOGADO(S): GILBERTO BRUNATTO DALABONA-NORIMAR JOAO HENDGES
DECISÃO: preliminarmente, determinar a retificação da autuação para que conste como única recorrente a parte autora; por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, para, nos termos da fundamentação: a) afastar aplicação do Enunciado 340 do C. TST; b) determinar que para apuração do adicional noturno devido seja aplicado o adicional de 30%, acrescido da hora normal (salário base mais comissões); c) determinar que o adicional noturno seja integrado na base de cálculo das extras noturnas. Custas inalteradas.

TRT-PR-00321-2002-068-09-00-0-ACO-01370-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25695-2004
EMBARGANTE SADIA S-A
Recorrente(s): SADIA S-A-ELIAS BARBOSA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FLAVIO GOTARDO FURLAN-JAIME ALBERTO STOCKMANNS-PEDRO ANTONIO COELHO DE SOUZA FURLAN-ROSEMEIRA DA SILVA STOCKMANNS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00330-2002-653-09-00-0-ACO-01598-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: VT ARAPONGAS-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Recorrente(s): NORTOX S-A-MARCOS FERNANDES DA SILVA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO-PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM-SERGIO EDUARDO CANELLA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS das partes e dos documentos de fls. 379-406, apresentados pelo autor, posto que mero subsídio jurisprudencial; no mérito, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Relatora, REJEITAR a preliminar de nulidade do feito por cerceamento de defesa (art. 5º, LV, CF-88), argüida pelo autor em razões finais e reiterada em contra-razões de recurso ordinário, analisadas preferencialmente; por unanimidade de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ para, nos termos da fundamentação: a) excluir, da condenação, a indenização por dano moral; b) fixar parâmetros de retenção de valores alusivos à Previdência; c) autorizar a retenção de valores alusivos ao Fisco, fixando parâmetros para tanto; d) excluir, da condenação, a multa do o 8º do art. 477 da CLT; por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DO AUTOR. Custas inalteradas.

TRT-PR-00351-2002-655-09-00-9-ACO-01539-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ASSIS CHATEAUBRIAND-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): EDNA LUCIA MELO NOGUEIRA
Agravado(s): FRANZ ARIOVALDO REITER-TABELIONATO
ADVOGADO(S): ADILSON DE ANDRADE AMARAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da exeqüente e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00356-2002-669-09-40-9-ACO-01525-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): USINA CENTRAL DO PARANA S-A AGRICULTURA INDUSTRIA E COMÉRCIO-JORGE RUDNEY ATALLA
Agravado(s): PEDRO GARCIA CAVAZONE
ADVOGADO(S): MOZART GARCIA OLIVEIRA-WALDERI SANTOS DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição e da contraminuta. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao agravo para, nos termos da fundamentação, determinar o refazimento dos cálculos de liquidação, para que o imposto de renda seja efetuado sobre o valor total do crédito do reclamante, ao final, após abatido o valor devido à previdência social, observando-se as hipóteses de deduções legais, tabelas e alíquotas vigentes à época e abatendo-se o imposto já pago. Custas inalteradas.

TRT-PR-00487-2002-657-09-00-1-ACO-01733-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): EMA ANTUNES DO VALLE
Recorrido(s): AROLDO ADAM JUNIOR-NILO IZIDORO BIAZETTO
ADVOGADO(S): ANA CAROLINA COELHO BARROSO-CRISTIANO BERNARDO ROVEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-GUSTAVO MOREIRA GORSKI-IDERALDO JOSE APPI-INDALECIO GOMES NETO-MARCELO TREVISAN-ROMEU AFONSO BARROS SCHUTZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMANTES e das contra-razões dos reclamados. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO para, nos termos da fundamentação, reconhecer o vínculo empregatício da autora Ema com o 1º reclamado – Aroldo Adam Junior-de 13-08-1994 a 31-05-2000, devendo o 1º reclamado anotar a CTPS da autora, sob pena de fazê-lo a Secretaria, declarando-se prescrito o direito de ação relativamente às demais parcelas deste período. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00546-2002-010-09-00-9-ACO-01644-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): NAOKO YATABE
Recorrido(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GIOVANI MARCOS NEGRISSOLI-RODRIGO MARTINS TAKASHIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00561-2002-012-09-00-0-ACO-01355-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 24250-2004
EMBARGANTE BASIC LAND COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
Recorrente(s): ROSIMARA ANGELINA HERCULANO
Recorrido(s): BASIC LAND COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
ADVOGADO(S): ALI ZRAIK JUNIOR-HEGLISSON TADEU MOCELIN NEVES-TANIA MARA PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 1ª RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00663-2002-654-09-00-6-ACO-01502-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): DYNEA BRASIL S-A
Recorrido(s): ALBERTO JOSE DE SOUZA
ADVOGADO(S): ISRAEL CAETANO SOBRINHO-JACKSON LUIZ DEIP
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, determinar que as retenções fiscais incidam sobre a totalidade dos créditos tributáveis devidos ao autor. Custas nos termos da lei.

TRT-PR-00707-2002-654-09-00-8-ACO-01507-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ALOISE VALECHINSKI
Recorrido(s): DAGRANJA AGROINDUSTRIAL LTDA
ADVOGADO(S): DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR-MAURO JOSELITO BORDIN-ROSEMEIRE ARSELI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões. No mérito, recolocado o processo em julgamento, por maioria de votos, vencida integralmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Revisora) e parcialmente o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) deferir os benefícios da assistência judiciária gratuita, isentando-o do recolhimento das custas processuais e determinado a devolução dos valores já recolhidos a esse título; b) reconhecer a existência de vínculo de emprego entre as partes pelo período compreendido entre 01-08-96 e 31-12-1996 e 01-11-2000 e 18-01-2002, bem como para determinar o retorno dos autos à Vara de Origem, para a análise dos pedidos decorrentes.

TRT-PR-00802-2002-661-09-00-0-ACO-01677-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A-JOSE MARIO CASAROTO-Recurso Adesivo
Agravado(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ-NEWTON DORNELES SARATT-RUI CARLOS APARECIDO PICOLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER de ambos os agravos. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL ao agravo do executado para determinar a incidência dos descontos fiscais sobre os juros de mora, nos termos do fundamentado. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO ao agravo do exeqüente, nos termos do fundamentado. Custas pelo executado, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Juros de mora. Integração na base de incidência do Imposto de Renda. A incidência de imposto de renda sobre os juros de mora encontra-se estampada no art. 55, inciso XIV, do Decreto nº 3.000-99, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

TRT-PR-00810-2002-094-09-00-8-ACO-01524-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): BRASIL TELECOM S-A
Agravado(s): ALTAIR MARQUES
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-EDUARDO GOMES FRENEDA-EUCLIDES EUDES PANAZZOLO-MAXIMILIANO NAGL GARCEZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição, bem como da contraminuta e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00829-2002-025-09-00-0-ACO-01559-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT UMUARAMA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): CONSTRUTORA ELEVACAO LTDA-JOSE AUGUSTO TAVARES DOS SANTOS-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ANA LUCIA RODRIGUES-LUIZ CARLOS FERNANDES DOMINGUES-MARCIUS FONTOURA LASS-

MARCOS ROBERTO GOMES DA SILVA-ROGERIO FERNANDO DA SILVA-SANDRA REGINA RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS, principal e adesivo. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA para determinar a atualização do débito trabalhista mediante a aplicação do índice de correção monetária do mês subseqüente ao vencido, quanto aos salários. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-00883-2002-093-09-00-3-ACO-01595-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT CORNELIO PROCOPIO-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ESPOLIO DE KISHIO MORI
Recorrido(s): ARMANDO PEREIRA
ADVOGADO(S): NOEL CALIXTO-ROBERTO CHINCEY ALBINO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS, e das contra-razões do Reclamante. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: 1) afastar da condenação o pagamento de diferenças a título de FGTS incidente sobre parcelas pagas no curso da contratualidade; 2) afastar da condenação o pagamento do saldo salarial deferido pelo juízo "a quo". Custas inalteradas.

TRT-PR-00918-2002-001-09-00-6-ACO-01528-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): REKSIDLER & CIA LTDA
Recorrido(s): JOSE NIVALDO ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO(S): JOSE VIDOTTI-LUCIANO DELL'AGNOLO KUHN-PLINIO ALOISIO BACH-VICENTE GANTER DE MORAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: 1. autorizar as contribuições fiscais sobre os créditos tributáveis do autor; 2. determinar a exclusão da multa dos embargos de declaração. Custas inalteradas.

TRT-PR-00996-2002-019-09-00-9-ACO-01522-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SISTEMA PARANAENSE DE COMUNICACAO LTDA-MARCOS CIRINO LEITE
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELLIS SHIRAHISHI TOMANAGA-ROBERTO JOAQUIM DE SOUZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DE AMBAS AS PARTES e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Dirceu Pinto Junior (Revisor) e com ressalvas do Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação no pagamento de adicional noturno às horas prestadas em prorrogação ao horário noturNº Custas acrescidas, pela reclamada, de R$ 10,00, calculadas sobre o valor arbitrado de R$ 500,00.

TRT-PR-01021-2002-654-09-00-4-ACO-01719-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): VAN LEER EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA
Recorrido(s): RICARDO ANTONIO FONSECA VENEGAS
ADVOGADO(S): MARIO BRASILIO ESMANHOTTO FILHO-VILSON GUDOSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, mas não conhecer das respectivas contra-razões eis que apócrifas. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas inalteradas.

TRT-PR-01049-2002-023-09-00-4-ACO-01504-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S-A
Recorrido(s): MARIA ONDINA DE LIMA ABDALLAH
ADVOGADO(S): LAURI TRENTINI-WALTER DA COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, mas não conhecer das contra-razões, por intempestivas. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) excluir o sábado como dia de repouso remunerado no período de 01-09-99 a 31-08-2000; e b) excluir da condenação a multa de 40% do FGTS. Custas inalteradas.

TRT-PR-01073-2002-071-09-00-7-ACO-01737-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Agravado(s): SERGIO ZANONI
ADVOGADO(S): ALANA MARCHAND RENAUD-EMILSON CESAR COLETO FERNANDES-EYDER LINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da Lei (Art. 789-A da CLT). **EMENTA:** FGTS. PARCELAS DA CONDENAÇÃO. CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. Valor relativo a FGTS a incidir sobre parcelas reconhecidas e deferidas em juízo deve receber o mesmo critério de atualização dos débitos trabalhistas. Por se tratar de acessório de obrigação trabalhista, deve se submeter a idêntico parâmetro de correção, pois apenas os valores objeto de depósito em conta vinculada do trabalhador sujeitam-se às regras e índices instituídos pelo órgão gestor. Agravo de petição a que se nega provimento, no particular, para manter o critério de atualização do FGTS sobre verbas deferidas.

TRT-PR-01096-2002-089-09-00-0-ACO-01672-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): ANTONIO NELSON DOS SANTOS-PRIMO SCHINCARIOL INDUSTRIA DE CERVEJAS E REFRIGERANTES S-A-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): BRUNO PEDALINO-SERGIO LUIZ CANDEO-VALERIA ZULMIRA CINESI
DECISÃO: Recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, bem como, NÃO CONHECER DO RECURSO ADESIVO DA RECLAMADA, por deserto e, conhecer das contra-razões da Reclamada. No mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas. **EMENTA:** SUCESSÃO DE EMPREGADOR – INEXISTÊNCIA. A inteligência da conduta imperativa e de norma pública imposta pelos artigos 10 e 448 da CLT, orientam para o sentido de que "qualquer alteração na estrutura da empresa", até mesmo em se tratando de arrendamento, ou seja, de uso temporário das dependências por outra empresa (figura jurídica que se aprecia analogicamente) é fato suficiente a ensejar a aplicação de sucessão, que nas palavras de Luigi de Ferrara, " quando se fala na alienação do estabelecimento, quer-se aludir à transmissão da organização produtiva. Não se produz alienação do estabelecimento quando a transferência afete elementos isolados. É preciso que a vontade das partes vise a transferência do que vulgarmente se denomina de aviamento, considerado como res productiva, vale dizer, em função de sua capacidade para produzir um rendimento", tais elementos, no entanto, não se encontram presentes na situação fática posta em mesa para exame, porque, conforme admitido pelo próprio Reclamante em seu depoimento, a ora Reclamada não adquiriu os bens da empresa dita como sucedida, nem tampouco utilizou o mesmo estabelecimento, e somente parte dos empregados foram recontratados, o que por si só, é insuficiente para a caracterização da sucessão. Ao contrário, o documento de fl. 106, confirma de que a empresa DISNORPA continua em atividade, na cidade de Apucarana. A Reclamada terceirizou para a empresa DISNORPA, distribuição dos produtos pela mesma fabricada e cessado o dito contrato, a tomadora voltou a exercer as suas funções normalmente, vez que conforme consta do estatuto da mesma, fl. 26, tem por objeto, dentre outros, a comercialização dos seus produtos, bem como não restou provada a existência de alienação, cessão, doação, alteração, fusão, locação, usufruto ou qualquer outra modificação quanto à sua propriedade ou titularidade, nem tampouco a transferência do aviamento da empresa (conjunto de material e acessórios), fatores indispensáveis para a caracterização da sucessão. Recurso a que se nega provimento.

TRT-PR-01143-2002-019-09-00-4-ACO-01363-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 20990-2004
EMBARGANTE APARECIDO FERREIRA
Recorrente(s): APARECIDO FERREIRA-BANCO DO BRASIL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO(S): ARLINDO MENEZES MOLINA-JOSE AFFONSO DALLEGRAVE NETO-PEDRO DIAS DE MAGALHAES-RENEE NOGUEIRA ROMANO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, declarar prequestionada a matéria relativa à indenização compensatória.

TRT-PR-01270-2002-023-09-00-2-ACO-01645-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): IWERSON GUZLINSKI
Recorrido(s): MARCO ANTONIO ANGELO MARASSI GALLI
ADVOGADO(S): FLAVIO CEREZUELA-JOSE ANTONIO DUMAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01885-2002-011-09-00-9-ACO-01375-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25638-2004
EMBARGANTE PRO ASLAN CLINICA MEDICA LTDA E OUTRAS
Recorrente(s): PRO ASLAN CLINICA MEDICA LTDA
Recorrido(s): ANA PAULA SIEWERT
ADVOGADO(S): ARILDO NIZER-LUIZ DUILIO DE OLIVEIRA MARTINS-RAUL ANIZ ASSAD
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01900-2002-069-09-00-6-ACO-01352-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 24837-2004
EMBARGANTE EUCATUR EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E
TURISMO LTDA
Recorrente(s): ADRIANO RODRIGUES DE LARA-EUCATUR EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CHARLES PEREIRA LUSTOSA SANTOS-CLAUDINEI CODONHO-EMERSON ALFREDO FOGACA DE AGUIAR-MAURICIO PEREIRA DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-02313-2002-013-09-00-0-ACO-01628-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA
Recorrido(s): FRISCHMANN'S MAGAZIN S-A
ADVOGADO(S): FABIANO BRACKMANN-FERNANDO ROGERIO PINHEIRO DA COSTA-GUSTAVO PEREIRA FARAH-VICENTE DE PAULO ESTEVEZ VIEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para converter a modalidade de resilição contratual para despedida sem justa causa e condenar a reclamada ao pagamento das verbas citadas na fundamentação. Custas pela reclamada e no valor de R$40,00, calculadas sobre o importe acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$2.000,00.

TRT-PR-02351-2002-016-09-00-1-ACO-01362-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22784-2004
EMBARGANTE PERFORM INFORMATICA E SERVICOS LTDA
Recorrente(s): NELISON SILVEIRA-PERFORM INFORMATICA E SERVICOS LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS COOPERATIVA NMDATA LTDA
ADVOGADO(S): ANTENOR DEMETERCO NETO-CARLOS ALBERTO DE CARVALHO FOGGIATO-MARILUIZA RAZENTE-ROCHELI SILVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA PRIMEIRA RECLAMADA (PERFORM INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.) e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-02457-2002-015-09-00-9-ACO-01649-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): ISABEL APARECIDA CARRO GONCALVES
Recorrido(s): YAKULT S-A INDUSTRIA E COMÉRCIO
ADVOGADO(S): ADRIANO NOGUEIRA-ELIAZER ANTONIO MEDEIROS-ETIANE CALDAS GOMES KUSTER-MAURICIO DE OLIVEIRA-TEREZA HIROKO KUNINARI OTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA RECLAMANTE e das contra-razões. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas inalteradas.

TRT-PR-03067-2002-010-09-00-4-ACO-01603-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ROBERTO DE SOUZA DIAS
Recorrido(s): TATIANE BARIVIERA HILARIO-BRASILSAT LTDA
ADVOGADO(S): EUNICE MESSA GONZALES-MARIA LUCIA WOOD SALDANHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO e, por igual votação, REJEITAR as preliminares argüidas. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-03148-2002-004-09-00-2-ACO-01782-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): ANDRE FIDELIS MARTINS
ADVOGADO(S): CAROLINA FERNANDES DE PAULA-CIRO CECCATTO-MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas inalteradas. **EMENTA:** Caixa Econômica Federal. Auxílio-alimentação. Supressão. Complemento de aposentadoria O direito às diferenças de complemento de aposentadoria em face da retirada do auxílio-alimentação já se encontra pacificado pela Orientação Jurisprudencial nº 250 da SBDI-1 do C. TST.

TRT-PR-03230-2002-021-09-00-2-ACO-01616-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EDITORA CENTRAL LTDA-MARIA APARECIDA DA CRUZ ZUSSA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES-APARECIDO DONIZETTI ANDREOTTI-CARLOS ALEXANDRE LIMA DE SOUZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS PELA RECLAMADA E PELA RECLAMANTE (ADESIVO), bem como das contra-razões apresentadas. Sem divergência de votos, rejeitar as preliminares argüidas pelas partes em suas razões. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) excluir da condenação as horas extras e reflexos; b) excluir o reconhecimento do vínculo do período anterior a 01.07.99 e consectários (retificação da CTPS e verbas do período sem registro; FGTS, incluindo os depósitos do período). Sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, deferir os benefícios da assistência judiciária gratuita. Por conseqüência, julgar improcedentes os pedidos formulados na ação. Custas invertidas e dispensadas.

TRT-PR-03338-2002-019-09-00-9-ACO-01554-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): REYNALDO MINEYUKI TSUCHIDA
Recorrido(s): JEFERSON PEREIRA PEDROSO
ADVOGADO(S): CARLOS FRANCHELLO-LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS-SOLANGE PERES RUIZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO e das respectivas contra-razões. No mérito, recolocado o processo em julgamento, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-03472-2002-662-09-00-0-ACO-01361-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 25609-2004
EMBARGANTE BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S-A
Recorrente(s): BANCO DO ESTADO DE SAO PAULO S-A-DARCY BERTELLI ANTONIO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER-FERNANDA MACIOSKI-NILSON CEREZINI-VALDEMAR WAGNER JUNIOR-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-03511-2002-019-09-00-9-ACO-01609-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
Agravante(s): BARDIBIA E LUCHTENBERG LTDA
Agravado(s): ROSENEIA RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO(S): MARIO ROCHA FILHO-OTAVIO OLIVEIRA RIBEIRO-SANDRO AUGUSTO BONACIN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RÉ. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-03697-2002-020-09-00-6-ACO-01509-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT MARINGA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SINDICO: KASSIANE MENCHON MOURA ENDLICH-MASSA FALIDA DE AURI VERDE ALIMENTOS E EMBALAGENS LTDA
Recorrido(s): CRESO SCHINCARIOL
ADVOGADO(S): CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE-MARLENE TISSEI
DECISÃO: preliminarmente, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, para determinar que a correção monetária seja aplicada a partir do mês seguinte ao da prestação de serviços, quanto aos salárrios.

TRT-PR-03740-2002-009-09-00-6-ACO-01736-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): LABORATORIOS WYETH WHITEHALL LTDA-NEI ROBERTO DA SILVA RAMIRES
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANE TURIN DOS SANTOS-ANA CAROLINA ROHR-MARIO BRASILIO ESMANHOTTO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das respectivas contra-razões e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-03791-2002-010-09-00-8-ACO-01748-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): GILMAR MOREIRA PONTES DA SILVA-Recurso Adesivo-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS

ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-CARLOS ANTONIO VARGAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS para, nos termos da fundamentação: a) declarar que a interrupção da prescrição abrange apenas à 7ª e 8ª hora como extra; b) excluir as diferenças salariais e reflexos decorrentes do desmembramento da remuneração do autor; c) excluir a pré-contratação de horas extras da admissão até setembro-92; d) restringir o horário de término da jornada no seminário em Praia de Leste; e) excluir as diferenças de complementação de benefícios (FUNBEP); f) determinar a incidência da correção monetária, nas verbas salariais, a partir do mês subseqüente ao trabalhado; g) autorizar os descontos fiscais sobre o total das verbas tributáveis, inclusive juros de mora; por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-03860-2002-012-09-00-6-ACO-01544-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ALOISIO BERETA
Recorrido(s): FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-INDALECIO GOMES NETO-JACQUELINE PIERRI-OLIMPIO PAULO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO. Recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de competência da Justiça do Trabalho para julgar o feito e, no mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-04002-2002-662-09-00-4-ACO-01523-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): DORIVAL BENTO DE AQUINO
Recorrido(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR-CONSTRUHAB CONSTRUTORA CIVIL E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO(S): ALOISIO CARLOS MARCOTTI-CARLOS ALBERTO ARRUDA BRASIL-FABIANO SILVEIRA ABAGGE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: 1) conceder os benefícios da justiça gratuita – isenção de custas; 2) declarar a responsabilidade subsidiária da 2ª reclamada; 3) deferir o pagamento de diferenças salariais e repercussões; 4) deferir o pagamento de multa normativa. Custas invertidas, pelas reclamadas e no importe de R$40,00, calculadas sobre o valor da condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 2.000,00.

TRT-PR-04254-2002-014-09-00-0-ACO-01490-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): MARGARETH ANGELA RAVACHI-Recurso Adesivo-BANCO BANESTADO S-A e outro
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação: 1) excluir da condenação a reintegração da autora ao emprego, bem como o pagamento das parcelas decorrentes deferidas em sentença, inclusive multa diária; 2) excluir da condenação o pagamento de horas extras referentes ao intervalo intrajornada; 3) determinar a aplicação do divisor 180 para o cálculo das horas extras; 4) excluir da condenação o pagamento de indenização de férias; 5) restringir a condenação ao pagamento de uma multa convencional; 6) fixar critérios para a incidência da correção monetária; 7) determinar, onde couber, que do crédito da parte reclamante sejam abatidas as parcelas previdenciárias e fiscais, devendo a parte reclamada comprovar nos autos o recolhimento dos valores por ela e pelo empregado devidos, conforme os critérios fixados. Por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: 1) acrescer à condenação o pagamento, como extras, das horas que adentrarem aos intervalos de 11h, apuradas pela média de labor reconhecido no julgado, observado o adicional de 50%; 2) acrescer a condenação o pagamento de diferenças de FGTS + multa, a incidir sobre as parcelas salariais deferidas; 3) acrescer à condenação o pagamento do intervalo intrajornada nos dias em que laborou 8 horas ou mais. Custas inalteradas.

TRT-PR-05055-2002-006-09-00-5-ACO-01738-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
Recorrente(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Recorrido(s): LODEGEL APARECIDO DE ABRÉU
ADVOGADO(S): ADEMILSON DE MAGALHAES-DOMICELA TRYBUS STANCZYK PAIOLA-FRANCISCO CARLOS JORGE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, assim como das contra-razões apresentadas. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO para, nos termos da fundamentação, afastar a integração do salário "in natura" ao conjunto remuneratório do reclamante. Custas inalteradas. **EMENTA:** SALÁRIO IN NATURA – AFASTAMENTO POR INSCRIÇÃO NO "PAT" – O fato de a inscrição da empresa ré junto ao Programa de Alimentação do Trabalhador ser efetuada em cidade onde está sua sede não afasta a validade do programa para aqueles empregados que prestam serviços em outras localidades ou filiais. Conforme Portaria Interministerial nº 5-1999, a inscrição no "PAT" se faz em relação à pessoa jurídica como um todo e não em relação a cada um de seus estabelecimentos. Tanto é assim que no formulário para inscrição consta campo para identificação de quantos empregados serão beneficiados em cada estado do país. No caso dos autos há prova dos empregados abrangidos pelo programa no Paraná.

TRT-PR-05403-2002-003-09-00-5-ACO-01588-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA-ORLANDO LOPES
Recorrido(s): OS MESMOS BRASIL TELECOM S-A-BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-GIOVANI DA SILVA-RONALD SILKA DE ALMEIDA-VICTOR BENGHI DEL CLARO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-05719-2002-016-09-00-3-ACO-01746-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S-A
Recorrido(s): RITA NORONHA CAVALCANTE-QUALIFY RECURSOS HUMANOS S-A
ADVOGADO(S): FERNANDA MOCKEL ROUSSENQ-MARCELO CRISSANTO MALLIN-NEWTON DORNELES SARATT-SILVIA DA GRACA GONCALVES COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO e, bem assim, das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, determinar a incidência dos descontos fiscais sobre o total dos créditos tributáveis da reclamante, inclusive sobre os juros de mora. Custas inalteradas.

TRT-PR-06235-2002-909-09-00-7-ACO-01680-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NACIF ALCURE NETO
EMBARGADO V. Acordão n. 20922-2004
EMBARGANTE VM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
AUTOR(es): VM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
RÉU(s): PAULO ROBERTO DE SOUZA
ADVOGADO(S): ELITON ARAUJO CARNEIRO-EUCLIDES ALCIDES ROCHA-MARCELO DE CARVALHO SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração da autora. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, sanar omissão referente aos honorários assistenciais, fixando-os em 10% sobre o valor da causa da presente ação rescisória.

TRT-PR-06696-2002-007-09-00-3-ACO-01345-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22783-2004
EMBARGANTE EDUARDO HENRIQUE PIETSAK
Recorrente(s): EDUARDO HENRIQUE PIETSAK
Recorrido(s): GILSON PAULO BECKER
ADVOGADO(S): JERONIMO BORGES PUNDECK-MARCIA VALENTE-NEMO FRANCISCO SPANO VIDAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para prestar os esclarecimentos necessários, os quais passam a fazer parte integrante do v. Acórdão nº 22783-2004, para todos os efeitos legais.

TRT-PR-06908-2002-007-09-00-2-ACO-01553-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): HELLEN RODRIGUES BOTELHO
Recorrido(s): SODEXHO DO BRASIL COMERCIAL LTDA
ADVOGADO(S): PAULO HENRIQUE VIDA VIEIRA-REGIANE ANTUNES DEQUECHE
DECISÃO: recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-07181-2002-007-09-00-0-ACO-01648-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): JOZILIANE SMANGORZEWSKI
Recorrido(s): KRAFT FOODS BRASIL S-A
ADVOGADO(S): DENISE MARTINS AGOSTINI-FABRICIO ZIPPERER-MANOEL HERMANDO BARRETO-RICARDO MARCELO FONSECA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, assim como das contra-razões e dos documentos de fls. 348-401, juntados pelos reclamados. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-07249-2002-007-09-00-1-ACO-01489-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): VANDERLEI BATISTA GRUPO-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-FABIO RICARDO FERRARI-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-ODUVALDO ELOY DA SILVA ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e das contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação: 1) excluir da condenação a reintegração do autor ao emprego, bem como o pagamento das parcelas decorrentes deferidas em sentença; 2) excluir da condenação o pagamento de indenização por transporte de valores; 3) excluir da condenação o pagamento de horas extras em desrespeito ao intervalo intrajornada; 4) excluir da condenação a repercussão das horas pré-contratadas no cálculo das horas extras e demais reflexos, inclusive a incidência do FGTS (11,2%), determinando o abatimento quando da apuração do labor suplementar devido e, ainda, via de conseqüência excluir da condenação a supressão de horas extras; 5) excluir da condenação as diferenças de gratificação semestral (15,38%) e reflexos relativo a supressão de horas extras; 6) limitar a condenação ao pagamento de apenas uma multa convencional; 7) fixar critérios para a incidência da correção monetária e imposto de renda. Por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: 1) declarar como base de cálculo do adicional de transferência o conjunto salarial do autor; 2) deferir o pagamento das horas extras excedentes da sexta diária para o período posterior a 11-98, obedecidos os demais parâmetros já definidos pela sentença; 3) deferir o pagamento de diferença da multa de 40% do FGTS pelos índices constantes na Lei Complementar 110-2001; 4) acrescer à condenação o intervalo intrajornada tendo em vista a jornada de trabalho igual ou superior a oito horas diárias. Custas inalteradas.

TRT-PR-07305-2002-009-09-00-0-ACO-01508-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): UBIRAJARA KLEINA
Recorrido(s): LEMOS DANOVA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S): GLICERIO RODRIGUES PALMA-MARCELO MAZUR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-07974-2002-008-09-00-6-ACO-01415-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): INDUSTRIA TREVO LTDA
Agravado(s): EDUARDO RYSKA
ADVOGADO(S): MARISA GONCALVES LEMOS-RAUL ANIZ ASSAD
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da executada e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, pela agravante, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final. **EMENTA:** Agravo de petição. Custas não recolhidas. Deserção afastada. As custas no processo de conhecimento devem ser pagas após o trânsito em julgado da decisão, ou no prazo do recurso se este ocorrer (o 1º, art. 789 da CLT e item XI da IN 20-02), e, no processo de execução, sempre ao final (art. 789-A da CLT e item XIII da IN 20-02)

TRT-PR-08174-2002-001-09-00-8-ACO-01408-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 23107-2004
EMBARGANTE GLAUCIA REGINA ZILLI BRAGA
Recorrente(s): GLAUCIA REGINA ZILLI BRAGA-BANCO BANESTADO S-A E OUTROS 5-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANA MARIA HOPFER BRITO ZILLI-ANTONIO CELESTINO TONELOTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-08236-2002-006-09-00-3-ACO-01482-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): CLAUDINEI AGUIAR DIAS-BERNECK AGLOMERADOS S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELISABETH REGINA VENANCIO TANIGUCHI-JAIR APARECIDO AVANSI-MARCO AURELIO GUIMARAES-VANESSA KARAM DE CHUEIRI SANCHES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES e das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) excluir da condenação o pagamento de reflexos das cestas básicas; b) excluir da condenação o pagamento de horas extras e reflexos a partir de setembro de 2000; c) aplicar a orientação jurisprudencial nº 23 da SDI do TST; d) e limitar a condenação de multa convencional a apenas três multas. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-08911-2002-005-09-00-8-ACO-01506-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): SPAIPA S-A INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS-NILSON DOS SANTOS BALBINO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): IVANA VIARO PADILHA-NELSON IMOTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÉRIO DA RECLAMADA E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) excluir a integração ao salário do autor dos adicionais de horas extras que lhe eram pagos; b) reduzir a condenação referente aos intervalos intrajornada para 15 minutos por dia; c) determinar a aplicação do Enunciado 340 do C. TST; d) determinar que os descontos previdenciários e fiscais incidam em uma única oportunidade; por igual votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, fixar, como horário de início da jornada, às 07h. Custas inalteradas.

TRT-PR-08966-2002-004-09-00-1-ACO-01547-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): MARA CRISTINA LIBERATO MARINHO MARTINS-HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): FABIO FREITAS MINARDI-FLAVIO CARDOSO GAMA-GEORGE RICARDO MAZUCHOWSKI-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. Recolocado o processo em julgamento, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Revisora), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para acrescer à condenação a indenização pela despedida obstativa ao direito do recebimento de complementação de aposentadoria, a ser apurado em liquidação de sentença, e o pagamento de 26 salários, a título de prêmio especial de desligamento, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-09750-2002-007-09-00-2-ACO-01749-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): ASSOCIACAO DE ENSINO NOVO ATENEU
Recorrido(s): TEREZA DIRCE SALCO
ADVOGADO(S): ADOLFO IVANKIO-CRISTIANE BIENTINEZ SPRADA-SIMONE FONSECA ESMANHOTTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, por deserção, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-09855-2002-003-09-00-6-ACO-01382-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 20993-2004
EMBARGANTE COPEL DISTRIBUIÇÃO S-A
Recorrente(s): HELENA MARIA DE FREITAS-Recurso Adesivo-COPEL DISTRIBUIÇÃO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANA FRAZAO DA SILVA-ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO-ADRIANO NOGUEIRA-GIANI CRISTINA AMORIM
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-10269-2002-002-09-00-8-ACO-01514-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): ANA ELFRIDE HOFFMANN
Recorrido(s): FUNDACAO DE EDUCACAO E CULTURA ESPIRITA PR-SC
ADVOGADO(S): DENISE MARTINS AGOSTINI-PAULO SERGIO GUEDES-RICARDO MARCELO FONSECA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE, assim como das contra-razões. Recolocado o processo em julgamento, no mérito, por maioria de votos, parcialmente vencida a Exma. Juíza Rosalie Michaele Bacila Batista, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) condenar a Reclamada ao pagamento da multa por atraso no pagamento dos salários estabelecida nas cláusulas 9ª da CCT 96-97 e 8ª das CCT's 97-99 e 99-2001 (fl. 133), conforme os parâmetros nelas fixados, do período imprescrito até fevereiro-2000; e b) condenar a Reclamada ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do maior piso salarial da categoria, por instrumento normativo violado, a ser revertida em favor da Autora. Custas acrescidas no importe de R$ 40,00 (quarenta reais), sobre o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), provisoriamente arbitrado à condenação.

TRT-PR-11203-2002-004-09-40-2-ACO-01550-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): EXPERT INSTITUTO GRAFICO E EDUCACIONAL LTDA
Agravado(s): ANDRE MARCOS DE PAULA E SILVA
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS DA VEIGA-MAURICIO DALBARAN DE CASTRO RIBAS-SIMONE BUSKEI MARINO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO DA RECLAMADA e da contraminuta e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-11310-2002-652-09-00-9-ACO-01390-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24121-2004
EMBARGANTE BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrente(s): BORDEN QUIMICA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrido(s): LEANDRO SOARES DE SOUZA
ADVOGADO(S): CLAUDIA CRISTINA TOESCA ESPINHOSA-PEDRO EUCLIDES UTZIG-ROCHELI SILVEIRA-VICENTE HIGINO NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA, mas não conhecer do documento de fl.368. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-11904-2002-009-09-00-9-ACO-01752-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
Recorrente(s): COMPANHIA DE SEGUROS GRALHA AZUL e outros(02)-EVERALDO DA SILVA MARCIDELE
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-WAGNER PIROLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DOS RECLAMADOS E DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões apresentadas pelos primeiros, mas não conhecer das contra-razões do reclamante, por intempestivas. No mérito, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Eneida Cornel (Relatora) e com ressalvas do Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DOS RECLAMADOS para, nos termos da fundamentação: a) fixar nova jornada de trabalho; b) excluir o pagamento de valores pelo labor em prejuízo do intervalo entre jornadas; c) excluir da condenação a devolução de descontos; sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, deferir o pagamentos de reflexos das horas extras devidas pelo labor em prejuízo do intervalo mínimo intrajornada.

TRT-PR-12813-2002-002-09-00-6-ACO-01484-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA
Recorrente(s): SADA PARTS COMÉRCIO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA
Recorrido(s): SIMONE ARAUJO COUTO
ADVOGADO(S): DANTE PARISI-JOSE LUIZ CARDOZO LAPA-VALMIR BERNARDO PARISI
DECISÃO: Recolocado o processo em julgamento, por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO e das contra-razões. Por igual votação, Preliminarmente, afastar o pagamento da multa de 1% e dos honorários de advogado e rechaçar a argüição de nulidade processual. No mérito, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Rosalie Michaele Bacila Batista, DAR PROVIMENTO AO RECURSO para, na forma da fundamentação, excluir a relação de emprego entre as partes e julgar improcedente a reclamatória. Custas inalteradas.

TRT-PR-12880-2002-651-09-00-0-ACO-01527-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL-ANA LUIZA SMOLKA-Recurso Adesivo-ESCOELECTRIC S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANDREA CARLA ALVARENGA DE LIMA-JOSE LUCIO GLOMB-PAULO ROBERTO PEREIRA-VALERIA JARUGA BRUNETTI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RECLAMADAS E ADESIVO DA RECLAMANTE e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA (ESCOELECTRIC), analisado preferencialmente, para estabelecer que a correção monetária, quanto as parcelas salariais de vencimento mensal, deve incidir a partir do mês subseqüente ao da prestação do serviço; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA SEGUNDA RECLAMADA (COPEL) para determinar que as retenções fiscais incidam sobre a totalidade dos créditos tributáveis da reclamante; por unanimidade de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, determinar a utilização do divisor 200 para a apuração do labor extraordinário.Custas inalteradas.

TRT-PR-13224-2002-004-09-00-8-ACO-01365-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24742-2004
EMBARGANTE LINX ENGENHARIA LTDA
Recorrente(s): LINX ENGENHARIA LTDA
Recorrido(s): ATHAIR KMIECIK
ADVOGADO(S): CRISTIANE ABDALLA NEME PEZOTI-MARCAL GERALDO GARAY BRESCIANI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, prestar esclarecimentos.

TRT-PR-13923-2002-010-09-00-0-ACO-01597-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): LEODIL DE CARVALHO-TSM LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA-METOKOTE BRASIL LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANDREIA FABIANA SCHIMUNDA SINESTRI-DANIELLI CRISTINA OPUSKEVICH-EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-GUSTAVO MOREIRA GORSKI-INDALECIO GOMES NETO-JOSE NAZARENO GOULART-JOSE RONALDO CARVALHO SADDI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS das reclamadas e do reclamante. Por unanimidade de votos, DETERMINAR que todas as intimações destinadas a primeira ré alusivas ao presente feito sejam realizadas em nome do advogado Indalécio Gomes Neto, conforme requerido à fl. 639. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA SEGUNDA RECLAMADA (METOKOTE) para: a) restringir a condenação em diferenças salariais decorrentes da equiparação ao período de abril a junho-2001; b) excluir da condenação os 5 minutos que antecedem a jornada dos cartões-ponto, no período de 13.11.98 a 8.11.2001. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PRIMEIRA RECLAMADA (TSM). Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para: a) deferir a integração do salário-alimentação, no percentual de 20% do salário contratual, à remuneração do autor, gerando reflexos em repouso semanal remunerado, horas extraordinárias, férias com o terço constitucional, 13º salário, aviso prévio e FGTS (11,2%); b) acrescer à condenação o pagamento das diferenças de adicional de insalubridade, decorrentes de sua incidência sobre o salário contratual, conforme ficar apurado em liquidação de sentença, bem como seus reflexos em repouso semanal remunerado, horas extraordinárias, férias com o terço constitucional, 13º salário, aviso prévio e FGTS (11,2%); c) deferir o pagamento das horas excedentes à 8ª diária ou 44ª semanal como extraordinárias e reflexos para todo o período contratual. Observe-se o adicional de 50% e o convencional (exclusivamente no período de vigência da CCT-97, conforme cláusula 8, fl. 348, porque superiores), o divisor 220, bem como a carga horária fixada para o 1º período como sendo das 7h15min às 16h45min, em dois dias da semana e das 7h15min às 19h45min nos demais dias da semana, com 1h de intervalo, de segunda a sexta-feira, e das 7h30min às 15h, três sábados e um domingo por mês, com 1h de intervalo. Nos meses em que ausentes os cartões-ponto, observe-se a carga horária fixada para o período trabalhado para a 1ª reclamada. Abatam-se os valores pagos a título de horas extraordinárias. Tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-14651-2002-652-09-00-6-ACO-01581-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): AKICO KAMAKURA ISHIGAMI-Recurso Adesivo-BANCO ITAU S-A e outros(02)
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-INES ESTANISLAVA PUCCI-REGIANE LUSTOSA DOS SANTOS FRANCA-RODRIGO MARTINS TAKASHIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DOS RECLAMADOS para determinar o divisor 180 para o cálculo das horas extras. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para determinar que os valores pagos sob o título de "H EXT HABITUAL", "H.Suplem.Fixas" constituem salário e, por isso, não devem ser abatidos da condenação em horas extras, mas somados ao salário e, como tal, repercutir no cálculo do valor das horas extras e de verbas reflexas; para determinar o pagamento das diferenças da parcela participação nos lucros prevista na convenção coletiva dos bancários na forma prevista na inicial, para determinar o pagamento das parcelas ticket alimentação e cesta básica pelo período de aviso prévio indenizado, para que os réus paguem as diferenças apontadas pela reclamante em relação aos depósitos do FGTS, para deferir o pagamento de diferenças relativas à multa de 40% do FGTS, conforme postulado na inicial e para que seja paga a indenização de ½ salário por ano trabalhado, para o pagamento das diferenças salariais referentes à gratificação semestral e para o pagamento dos reajustes postulados na petição inicial em relação ao ACT e a CCT, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-15222-2002-013-09-00-4-ACO-01567-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ROSE MARY OKOINSKI-DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTA CRUZ LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CRISTIANE FERRAZ PIAS-GISELE MATTNER-JOSE LUCIO GLOMB-PATRICIA TOSTES POLITHAIS PERRONE PEREIRA DA COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, declarar prescritas as parcelas exigíveis anteriormente a 02 de agosto de 1997; para estabelecer como extras as horas excedentes da 8ª diária e da 44ª semanal, não cumulativamente, observado o critério mais benéfico; e acrescer à condenação 15 minutos extras nos dias em que a autora trabalhou em jornada elastecida. Custas acrescidas, pela reclamada, calculadas sobre o valor ora arbitrado de R$3.000,00, no importe de R$60,00.

TRT-PR-15504-2002-014-09-00-8-ACO-01602-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): EDITORA GAZETA DO POVO LTDA
Recorrido(s): NILZA DA SILVA
ADVOGADO(S): GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA-LUIZ GUSTAVO CORREA-ODERCI JOSE BEGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) determinar a aplicação da correção monetária, quanto aos salários, a partir do mês subseqüente ao trabalhado; b) autorizar os descontos previdenciários e fiscais sobre o crédito da autora. Custas inalteradas.

TRT-PR-16572-2002-004-09-00-7-ACO-01659-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): EDEZIO DA SILVA SOUZA
Recorrido(s): HAMMER TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
ADVOGADO(S): MARCIA VALENTE-NEMO FRANCISCO SPANO VIDAL-VIRGINIA MARA PEDROSO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para condenar a reclamada ao pagamento de honorários de advogado no importe de 15%, calculados sobre o valor líquido da condenação, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-16768-2002-016-09-00-1-ACO-01488-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): GRATEL COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA
Recorrido(s): CLEVERSON CHRISTENSEN MACHADO
ADVOGADO(S): ALBERTO MANENTI-ROGERIO MANENTI-ROSANE LOYOLA BASSO-SILVIA ELISABETH NAIME-STELA MARLENE SCHWERZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões. Recolocado o processo em julgamento, no mérito, e tendo reformulado o seu voto a Exma. Juíza Rosalie Michaele Bacila Batista, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA. Custas inalteradas.

TRT-PR-16947-2002-009-09-00-0-ACO-01774-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): VALDECI FERREIRA CAZON-PROSEGUR BRASIL S-A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANCA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANGELO GIOVANNI LEONI-SUSANA MATEUS DE ALMEIDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS DO RECLAMANTE E DA RECLAMADA, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA, analisado preferencialmente, para, nos termos da fundamentação, determinar que os descontos do imposto de renda sejam calculados ao final e sobre o valor total dos créditos tributáveis do Reclamante. Por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, incluir na condenação diferenças salariais a partir de abril-1997, com reflexos e incidência do FGTS, acrescido da multa de 40%. Custas de R$ 100,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 5.000,00.

TRT-PR-17117-2002-009-09-00-0-ACO-01339-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22938-2004
EMBARGANTE HOTEL BOURBON DE CURITIBA LTDA
Recorrente(s): HOTEL BOURBON DE CURITIBA LTDA
Recorrido(s): JOSE CARLOS PAZ DE ANDRADE
ADVOGADO(S): SERGIO LUIZ DA ROCHA POMBO-THAIS POLIANA DE ANDRADE-VICENTE HIGINO NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, condenando a Embargante, Reclamada, ao pagamento de multa de um por cento sobre o valor da causa, a ser revertido em favor do Reclamante, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-17696-2002-010-09-00-1-ACO-01643-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): SERGIO ROBERTO ABRAO DAVID-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): BERNARDO MOREIRA DOS SANTOS MACEDO-FABIO RICARDO FERRARI-MOACYR FACHINELLO-ODUVALDO ELOY DA SILVA ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para: a) declarar nula a rescisão contratual levada a efeito pela ré, devendo o autor ser reintegrado no emprego, com a garantia do seu retorno nas mesmas condições anteriores, fazendo jus, em conseqüência, ao pagamento de salários e demais direitos, com a observância de todos os reajustes legais, convencionais; b) conceder os benefícios da assistência judiciária gratuita, tudo nos termos a fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-17804-2002-013-09-00-5-ACO-01601-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): IRMAOS THA S-A CONSTRUCOES INDUSTRIA E COMÉRCIO
Recorrido(s): JOSE PRESTES DE FARIA
ADVOGADO(S): MARCELO KOVALHUK-PAULO ROBERTO KOEHLER SANTOS-ROSEMEIRE ARSELI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-18227-2002-008-09-00-3-ACO-01543-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): MARILES SCARANTE
Recorrido(s): SOCIEDADE PARANAENSE DE CULTURA
ADVOGADO(S): PAULO ROBERTO RAZZOLINI-RODRIGO ABAGGE SANTIAGO-ROSEMEIRE ARSELI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação uma multa convencional por instrumento violado. Custas inalteradas.

TRT-PR-19381-2002-003-09-00-0-ACO-01364-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24712-2004
EMBARGANTE ELI LILLY DO BRASIL LTDA
Recorrente(s): ELI LILLY DO BRASIL LTDA-ANDRE MUNIZ SOARES
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANA CAROLINA COELHO BARROSO-ANA CLAUDIA NOGUEIRA DOS SANTOS-MARCELO ALESSI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para, sanando omissão, acrescer fundamentos ao v. Acórdão de fls. 356-372.

TRT-PR-20510-2002-001-09-00-0-ACO-01388-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26261-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A-ELIANI KOVALHCZUK DIEHL-Recurso Adesivo-BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELENITA TERESINHA C MARCELINO TEIXEIRA-FABIO RICARDO FERRARI-FABIO SALLES VIANNA-INDALECIO GOMES NETO-LUIZ RICARDO BRUZAMOLIN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito,por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação e condenar a reclamada ao pagamento de multa por interposição de embargos protelatórios no importe de 1% sobre o valor da causa, a qual reverterá em favor da reclamante.

TRT-PR-21693-2002-010-09-00-2-ACO-01494-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR
Recorrido(s): MERCADO PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO DE PLANOS URBANOS LTDA-ALCIMAR JOSE FELIX-MAISON SERVICOS TECNICOS E PROFISSIONAIS LTDA-MERCADO CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S): MAURO JOSE AUACHE-RAPHAEL ZARPELON-ROGERIO COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Lauremi Camaroski, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para excluir da condenação as horas extraordinárias pela supressão do intervalo intrajornada. Custas inalteradas.

TRT-PR-21853-2002-008-09-00-7-ACO-01640-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): MARIEMA SKODOWSKI FURTADO
Recorrido(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ANTONIO CELESTINO TONELOTO-MADELON RAVAZZI HEYLMANN-NEI PEREIRA DE CARVALHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) acrescer à condenação o paga-

mento de horas extraordinárias e reflexos; b) acrescer à condenação o pagamento de 30 minutos de horas extraordinárias decorrentes do intervalo intrajornada violado; c) determinar a reintegração da reclamante e pagamento dos consectários legais, com o abatimento dos valores pagos por ocasião da rescisão contratual; d) determinar o pagamento de diferenças salariais decorrentes de promoções por antigüidade e seus reflexos; e) determinar a devolução de descontos de seguro de vida e assistência médica durante o período imprescrito até a rescisão contratual; f) acrescer à condenação o pagamento do adicional de transferência e reflexos; g) acrescer à condenação o pagamento do auxílio-alimentação e cesta-alimentação referente ao período do aviso prévio indenizado, h) determinar a incorporação das horas extras no cálculo da gratificação semestral e, i) acrescer à condenação o pagamento de diferenças de multa do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários. Custas pelo segundo réu, acrescidas, no importe de R$1.000,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$50.000,00.

TRT-PR-21885-2002-010-09-00-9-ACO-01540-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): EMPRESA DE AGUAS OURO FINO LTDA
Recorrido(s): ANTONIO ALVES PEREIRA
ADVOGADO(S): CLOVIS MOTTIN-GILBERTO BRUNATTO DALABONA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, limitar o adicional de horas extras a 50%, conforme postulado na inicial. Custas nos termos da lei.

TRT-PR-21960-2002-016-09-00-0-ACO-01347-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
EMBARGADO V. Acordão n. 25694-2004
EMBARGANTE OURO E PRATA CARGAS S-A
Recorrente(s): JIRCEU RIBEIRO DE AVILA
Recorrido(s): OURO E PRATA CARGAS S-A
ADVOGADO(S): JOSE NAZARENO GOULART-MARCIA MONTALTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-22155-2002-010-09-00-5-ACO-01491-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): OSVALDECIR PEREIRA PADILHA-Recurso Adesivo-SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MIRIAM PERSIA DE SOUZA-MURILO CLEVE MACHADO-PAULO CESAR FACHIM-SHEILA MARIA TAKAHASHI DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS e das contra-razões. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMADO. Por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Roberto Dala Barba, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, determinar a reanotação da CTPS e condenar a reclamada ao pagamento dos 10 dias de férias de forma dobrada, acrescido do terço legal. Custas inalteradas.

TRT-PR-22270-2002-651-09-00-4-ACO-01405-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24780-2004
EMBARGANTE BANCO BANESTADO S-A
BANCO ITAU S-A
Recorrente(s): IVONETE DE JESUS MAXIMIANO-BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-JOSE LUCIO GLOMB
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS RECLAMADOS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-51371-2002-025-09-00-7-ACO-01331-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT UMUARAMA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
EMBARGADO V. Acordão n. 26935-2004
EMBARGANTE CONSTRUTORA ELEVACAO LTDA
Recorrente(s): CONSTRUTORA ELEVACAO LTDA-LUIZ MORGAN-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ANA LUCIA RODRIGUES-LUIZ CARLOS FERNANDES DOMINGUES-MARCIUS FONTOURA LASS-ROGERIO FERNANDO DA SILVA-SANDRA REGINA RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER dos presentes embargos, eis que regularmente opostos e, no mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos seguintes termos: multa de 40% sobre os depósitos do FGTS-A 1ª reclamada sustenta que vários julgados de nossos Tribunais Trabalhistas entendem pelo não pagamento da multa de 40% sobre o FGTS; que a indenização do art. 479 da CLT somente não seria acatada quando o contrato de trabalho conter cláusula expressa de rescisão antecipada e esta for exercida, o que não ocorreu no presente caso, trazendo várias ementas. Requer o prequestionamento da matéria, por estarem presentes os requisitos dos Enunciados 296 e 297 do TST, ante a divergência jurisprudencial. Sem razão. O Enunciado nº 297 do TST, citado pela própria embargante prescreve expressamente que: "Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito". E este E. Tribunal, à fl. 210, emitiu tese a respeito, no sentido de que: "Quanto ao pagamento da multa de 40% do FGTS, a Instrução Normativa SRT nº 3, de 21 de junho de 2002, "estabelece procedimentos para assistência ao empregado na rescisão de contrato de trabalho, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego", em seu o 2º, do art. 34, dispõe expressamente: "É devido o recolhimento da multa de 40% (quarenta por cento) sobre os depósitos do FGTS, nos termos do art. 14 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, sem prejuízo da indenização prevista no caput, na rescisão antecipada do contrato a prazo determinado, realizada sem justa causa por iniciativa do empregador e independentemente da existência da cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antecipada". Nego provimento.

TRT-PR-51448-2002-651-09-00-4-ACO-01622-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): ROSENILDA APARECIDA BORGES
Agravado(s): CLAUDIA REGINA DIAS CARVALHO
ADVOGADO(S): ALVARO CARNEIRO DE AZEVEDO-LINCOLN LUIZ HERRERA ROCHA-LUCILENE MACHADO CARLOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para autorizar que a execução prossiga em relação ao marido da executada. Custas inalteradas.

TRT-PR-71076-2002-018-09-00-9-ACO-01706-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): OLGA FUKUE SATAKE SATO
Agravado(s): OSMAR IRIA
ADVOGADO(S): JEFFERSON BRUNO PEREIRA-JORGE HAMILTON AIDAR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de instrumento dos ditos terceiros embargantes e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas, afora as já fixadas, pelos agravantes, inexistentes, considerando já recolhidas aquelas previstas na forma do art. 789-A, inc. IV, da CLT. **EMENTA:** Agravo de petição em embargos de terceiro. Custas. Recolhimento. Mesmo com a edição da Lei nº 10.537-02, ou seja, a partir de 27.09.02, que acresceu o art. 789-A na CLT, permanece o entendimento quanto ao recolhimento de custas fixadas em sentença de embargos de terceiro como pressuposto objetivo de admissibilidade de agravo de petição. As custas a serem satisfeitas ao final, a que alude o art. 789-A, são apenas aquelas relacionadas aos custos do trâmite processual (incisos I a IX), e não se confundem, absolutamente, com as fixadas em sentença, advindas da sucumbência. A ausência de custas a que foi condenado o embargante inviabiliza conhecimento de agravo de petição.

TRT-PR-89365-2002-657-09-00-6-ACO-01565-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT COLOMBO-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Agravante(s): MOINHO CURITIBANO S-A
Agravado(s): PAULO SETSUO NAKAKOGUE
ADVOGADO(S): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-TOLEB BALECHE BARBOSA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição da executada, por intempestivo. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00001-2003-658-09-00-2-ACO-01532-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR
Recorrido(s): NATALINO DE JESUS-MASSA FALIDA DE GEA GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA-SINDICO: LUIZ ANTONIO PEREIRA RODRIGUES
ADVOGADO(S): FABIANO SILVEIRA ABAGGE-FERNANDA FORTUNATO MAFRA PARUCKER SILVA-SERGIO BARROS DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA 2ª RECLAMADA e das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, restringir a condenação da SANEPAR à responsabilidade subsidiária. Custas inalteradas.

TRT-PR-00039-2003-654-09-00-0-ACO-01660-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): LOCADORA DE MAQUINAS PIROG S-C LTDA
Recorrido(s): JOSE PEDRO BELO SENICO
ADVOGADO(S): HENDERSON VILAS BOAS BARANIUK-KIYOSHI ISHITANI-TOMAZ DA CONCEICAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DA PRIMEIRA RÉ e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, fixar a jornada de trabalho do autor, no período de 20.04 a 17.05.2001, como sendo das 6h40min às 19h00, com intervalo de 20min, de domingo a sábado, sem repouso semanal. Custas inalteradas.

TRT-PR-00095-2003-094-09-00-4-ACO-01327-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 21627-2004
EMBARGANTE BANCO ITAU S-A
Recorrente(s): BANCO ITAU S-A-ORIOVALDO MOISES BARBOSA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANA DOLIWA DIAS-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-GERALDO ROBERTO CORREA VAZ DA SILVA-MONICA FRANCO BRESOLIN BOAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Outrossim, determina-se ao Serviço de Cadastramento Processual que proceda o registro do patrono do Reclamado DR. SEBASTIÃO ANTUNES FURTADO – OAB-PR Nº 20.369 (procuração e substabelecimento – fls. 543-546), para que as futuras intimações e notificações sejam efetuadas exclusivamente em nome deste.

TRT-PR-00134-2003-089-09-00-8-ACO-01655-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): TIM SUL S-A
Recorrido(s): CARLOS JOSE MARTINS
ADVOGADO(S): AIRTON JOSE MALAFAIA-CARLOS ALBERTO PEREIRA REIS-EDUARDO SABEDOTTI BREDA
DECISÃO: por unanimidade de votos, DETERMINAR a retificação da autuação para fazer constar o nome da reclamada como sendo TIM SUL S-A. Por igual votação, CONHECER DO RECURSO, assim como das contra-razões, dos documentos de fls. 322-341, juntados pela reclamada e do documento de fls. 349-350, juntado pelo reclamante. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para: a) determinar a incidência dos descontos fiscais consoante os critérios fixados e b) afastando a litispendência, apreciar o mérito da reconvenção para, ao final, julgá-la improcedente (CPC, artigo 269, I), tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00207-2003-073-09-00-6-ACO-01615-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT IVAIPORÃ-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ROBERTO GOMES DE SOUZA
Recorrido(s): IRES MATOS MOREIRA
ADVOGADO(S): CRISTINA DE LIMA ASSAF-OSVANE ADOLFO MENDES-RONALDO GOMES NEVES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00233-2003-068-09-40-3-ACO-01607-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): MRG INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA
Agravado(s): IRACI JACINTA JONER
ADVOGADO(S): CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-JAIME ALBERTO STOCKMANNS-MARIO TEIXEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição da MGR Indústria e Comércio de Confecções Ltda., porque a Decisão é irrecorrível, no momento. Por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos juízes Dirceu Pinto Junior (revisor), Luiz Eduardo Gunther, Ney José de Freitas, Luiz Celso Napp e Ana Carolina Zaina, REJEITAR o pedido formulado pela parte autora, em contraminuta, quanto à condenação da executada ao pagamento da multa prevista no art. 601 do CPC. Custas, acrescidas à execução, no importe de R$ 44,26 (art. 789-A, inciso IV, CLT), pela MGR Indústria e Comércio de Confecções Ltda.

TRT-PR-00263-2003-068-09-40-0-ACO-01606-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): MRG INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA
Agravado(s): MIRIAN DENISE DA SILVA AMORIM
ADVOGADO(S): CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-JAIME ALBERTO STOCKMANNS-MARIO TEIXEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição da MGR Indústria e Comércio de Confecções Ltda., porque a Decisão é irrecorrível, no momento. Por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos juízes Dirceu Pinto Junior (revisor), Luiz Eduardo Gunther, Ney José de Freitas, Luiz Celso Napp e Ana Carolina Zaina, REJEITAR o pedido formulado pela parte autora, em contraminuta, quanto à condenação da executada ao pagamento da multa prevista no art. 601 do CPC. Custas, acrescidas à execução, no importe de R$ 44,26 (art. 789-A, inciso IV, CLT), pela MGR Indústria e Comércio de Confecções Ltda.

TRT-PR-00268-2003-068-09-40-2-ACO-01626-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): MRG INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCOES LTDA
Agravado(s): NILSI JOANA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-JAIME ALBERTO STOCKMANNS-MARIO TEIXEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição da MGR Indústria e Comércio de Confecções Ltda., porque a Decisão é irrecorrível, no momento. Por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos juízes Dirceu Pinto Junior (revisor), Luiz Eduardo Gunther, Ney José de Freitas, Luiz Celso Napp e Ana Carolina Zaina, REJEITAR o pedido formulado pela parte autora, em contraminuta, quanto à condenação da executada ao pagamento da multa prevista no art. 601 do CPC. Custas, acrescidas à execução, no importe de R$ 44,26 (art. 789-A, inciso IV, CLT), pela MGR Indústria e Comércio de Confecções Ltda.

TRT-PR-00291-2003-668-09-00-1-ACO-01366-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT MARECHAL CANDIDO RONDON-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 25862-2004
EMBARGANTE FAVILLE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Recorrente(s): ROSILENE DE ANDRADE-FAVILLE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): GIOVANI MIGUEL LOPES-JOSE CARLOS FARAH-JOZILDO MOREIRA-OSCAR ESTANISLAU NASIHGIL-ROSANGELA APARECIDA DE MELO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00306-2003-026-09-00-0-ACO-01766-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT UNIAO DA VITORIA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22260-2004
EMBARGANTE MARLY RUBEL
Recorrente(s): MARLY RUBEL-ESTADO DO PARANA-REMESSA EX OFFICIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDIVALDO APARECIDO DE JESUS-GILBERTO TADEU DOMBROSKI-JULIO CESAR ZEM CARDOZO-LILIANE KRUETZMANN ABDO-VALDIR GEHLEN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE E DOS DOCUMENTOS DE FLS. 242-262, vez que meros subsídios jurisprudenciais e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00318-2003-653-09-00-7-ACO-01580-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAPONGAS-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): PENNACCHI & CIA LTDA
Recorrido(s): PAULO CESAR ABRANTES
ADVOGADO(S): JANET YOSHIKO MAEDA-LUZABETE MARIA TERRA CORDEIRO-RICARDO CREMONEZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para: a) afastar a aplicação da taxa selic, e determinar que os juros de mora deverão ser calculados a razão de 1% ao mês, nos termos da Lei nº 8.177-91; b) afastar a indenização suplementar para recomposição do crédito; c) estabelecer a aplicação da correção monetária, quanto aos salários, a partir do mês subseqüente ao trabalhado; d) determinar que os descontos previdenciários devem ser mês a mês; e) autorizar os descontos fiscais, incidentes sobre o valor total da condenação e calculados ao final, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00327-2003-021-09-00-4-ACO-01586-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ACQUA GELATA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS DE REFRIGERACAO LTDA
Recorrido(s): CELSO RICARDO WISENFATH
ADVOGADO(S): HERMELINDO BAGON-REGINA MARIA BASSI CARVALHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO, por intempestivo, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00328-2003-655-09-00-5-ACO-01619-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ASSIS CHATEAUBRIAND-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): CELIO NOEL DOS SANTOS
Recorrido(s): ALCIONE JOSE BALDI
ADVOGADO(S): CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-JAIME ALBERTO STOCKMANNS-LEOCIR JOAO RODIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões. No mérito, recolocado o processo em julgamento, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Revisora), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para declarar a nulidade do processo a partir do indeferimento das provas requeridas pelo Reclamante (fls. 75-76), determinando o retorno dos autos à
Origem a fim de que seja permitida a produção das provas necessárias ao deslinde da controvérsia, restando prejudicada a análise das demais matérias suscitadas em recurso. Custas inalteradas, por ora.

TRT-PR-00341-2003-669-09-00-7-ACO-01520-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): USINA CENTRAL DO PARANA S-A AGRICULTURA INDUSTRIA E COMÉRCIO
Recorrido(s): ARLINDO GREGORIO BORGES
ADVOGADO(S): MARCOS VINICIUS ROSIN-MOZART GARCIA OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) estabelecer que a contagem das horas extras seja feita na forma da Orientação Jurisprudencial nº 23 da SDI-1 do C. TST; b) determinar a aplicação do adicional de 25% e a adoção do divisor 240 no cálculo das horas extras, relativamente ao período anterior a 05.10.88; c) excluir da condenação o pagamento dos honorários de advogado; d) autorizar os descontos

previdenciários incidentes sobre o crédito do autor, calculados mês a mês; e) determinar a aplicação da correção monetária, quanto aos salários, a partir do mês subseqüente ao trabalhado. Custas inalteradas.

TRT-PR-00366-2003-023-09-00-4-ACO-01518-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ELDA MARIA DA SILVA PEREIRA
Recorrido(s): SMQ E BIDOIA MARITIMO-ME
ADVOGADO(S): FLAVIO CEREZUELA-LUIZ SILVESTRE SANTORO-REGINA MARIA BASSI CARVALHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para afastar a multa aplicada por litigância de má-fé, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00425-2003-654-09-00-1-ACO-01351-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 24256-2004
EMBARGANTE MARGARIDA PIRES
Recorrente(s): MARGARIDA PIRES
Recorrido(s): DALMORA & CIA LTDA-SUPERMERCADOS CONDOR LTDA
ADVOGADO(S): HENDERSON VILAS BOAS BARANIUK-JEAN CARLO DE ALMEIDA-MONICA RIEKES MAJEWSKI-TOMAZ DA CONCEICAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00436-2003-513-09-00-8-ACO-01530-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): MARIA ELOAH PRADO
Recorrido(s): COMPANHIA MULTI INDUSTRIAL
ADVOGADO(S): EDIVAL MURADOR-MARCOS VINICIUS ROSIN-OSCAR IVAN PRUX-RUBENS HENRIQUE DE FRANCA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas nos termos da lei.

TRT-PR-00448-2003-669-09-00-5-ACO-01349-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 26080-2004
EMBARGANTE SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
CORTECOS COSTURAS INDUSTRIAIS LTDA
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): HILDA GONCALVES DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00450-2003-669-09-00-4-ACO-01335-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22912-2004
EMBARGANTE SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
CORTECOS COSTURAS INDUSTRIAIS LTDA
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): SILVANA SIMAO DA SILVA
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-LETICIA DANIELE SIMM-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO-PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00451-2003-669-09-00-9-ACO-01348-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 23946-2004
EMBARGANTE SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): IRENE MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-FABRICIO LUIS AKASAKA TORII-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00468-2003-091-09-00-8-ACO-01600-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT CAMPO MOURAO-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): ACME EQUIPAMENTOS MEDICO-ODONTOLOGICOS LTDA
Recorrido(s): CLEVERSON VENAR BARROSO
ADVOGADO(S): LEANDRO GUIMARAES COSTA DO VALE-LUIZ ALFREDO DA CUNHA BERNARDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO RECLAMADO, mas não conhecer do documento apresentado pelo reclamado. Por igual votação, REJEITAR a preliminar alegada pelo Reclamado e, no mérito, sem divergência de votos, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, excluir da condenação o pagamento da indenização por dano moral. Custas inalteradas.

TRT-PR-00484-2003-069-09-00-0-ACO-01734-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): EMERSON SZALAPTA GONCALVES
Recorrido(s): ITIBRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA-BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-CLAUDIA ALESSANDRA BILACHI-INDALECIO GOMES NETO-MARCIA SANDRA TUMELERO-NILCE REGINA TOMAZETO VIEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das respectivas contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar o pagamento integral das horas extras laboradas além da oitava diária e da quadragésima quarta semanal. Custas inalteradas.

TRT-PR-00491-2003-669-09-00-0-ACO-01383-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24719-2004
EMBARGANTE CORTECOS COSTURAS INDUSTRIAIS LTDA
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): MARIA CANDIDO MOLEIRO
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, sanar a contradição havida entre a fundamentação e o dispositivo, acrescendo fundamentos e para fazer constar a nova redação no item "I – Admissibilidade" como sendo "Conheço do recurso ordinário apresentado pela reclamada Cortecos Costuras Industriais Ltda, eis que atendidos os pressupostos legais de admissibilidade. Não conheço do recurso ordinário apresentado pela reclamada Simbal RL – Indústria e Comércio de Móveis Ltda, porque deserto".

TRT-PR-00495-2003-669-09-00-9-ACO-01343-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22944-2004
EMBARGANTE SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
CORTECOS COSTURAS INDUSTRIAIS LTDA
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA-CORTECOS COSTURAS INDUSTRIAIS LTDA
Recorrido(s): ADEIDE PEREIRA
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-LETICIA DANIELE SIMM-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO-PAULO HENRIQUE ZANINELLI SIMM
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00501-2003-671-09-00-4-ACO-01671-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: VT TELEMACO BORBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): ANGAI ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-SAULO GILSON CARNEIRO-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CARLOS ZUCOLOTTO JUNIOR-SILVIO CESAR DE MEDEIROS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como CONHECER das respectivas contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para: a) determinar que cada parte suporte os encargos relativos á contribuição previdenciária, calculadas mês a mês; sem divergência na votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para determinar a aplicação de uma multa para cada instrumento normativo violado. Custas inalteradas. **EMENTA:** JUNTADA DE DOCUMENTOS APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. IMPOSSIBILIDADE. OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 8 DO C. TST. É vedada a juntada de documentos após a prolação da sentença quando não se trata de documento novo, ou quando não provada a impossibilidade da juntada no momento processual adequado, pois a parte deveria tê-los anexados no período oportuNº Preclusão caracterizada.

TRT-PR-00511-2003-669-09-00-3-ACO-01379-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 25599-2004
EMBARGANTE SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
CORTECOS COSTURAS INDUSTRIAIS LTDA
Recorrente(s): SIMBAL SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MOVEIS BANROM LTDA
Recorrido(s): TEREZINHA MARIA RIBEIRO
ADVOGADO(S): ANDREIA CHARLISE ANDRE GERALDINI-ANTONIO RENATO BREDA-ITACIR JOAQUIM DA SILVA-ODUWALDO DE SOUZA CALIXTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00543-2003-669-09-00-9-ACO-01675-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: ARNOR LIMA NETO
Recorrente(s): LUCIANO ALVES FEITOSA-Recurso Adesivo-USINA CENTRAL DO PARANA S-A AGRICULTURA INDUSTRIA E COMÉRCIO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MOZART GARCIA OLIVEIRA-RENATO TOME JESUS
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS PRINCIPAL E ADESIVO e, no mérito, sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) declarar prescritos os contratos de trabalho rescindidos há mais de dois anos da data do ajuizamento da ação, à exceção dos dois últimos, ou seja, de 18.06.2001 a 12.11.2001 e de 26.11.2001 a 28.06.2003; b) reconhecer a despedida por justa causa imputada ao reclamante; c) excluir da condenação o deferimento do aviso prévio, das proporcionalidades de férias e 13º salário, multa de 40% e liberação do FGTS, bem como indenização relativa ao seguro desemprego d) excluir as diferenças salariais deferidas e reflexos; e) excluir as horas excedentes da 6ª diária e da 36ª semanal e reflexos, bem como as parcelas consectárias daí decorrentes; f) determinar que seja observado o horário noturno das 21h às 05h, nos termos do artigo 7º, da Lei nº 5.889-73; g) excluir da condenação em horas extras as variações de cinco minutos ou menos, tanto antes do início da jornada, quanto após o término, nos dias em que somente esse tempo compuser o horário excedente; h) determinar a incidência do adicional de insalubridade sobre o salário mínimo; i) limitar a condenação dos depósitos do FGTS aos períodos não prescritos (Enunciado 362 do C. TST) e excluir a multa de 20% prevista no artigo 22 da Lei 8.036-90; j) excluir a multa convencional; l) excluir a devolução dos descontos referentes ao seguro de vida; m) excluir os honorários advocatícios; n) determinar que os descontos previdenciários devem ser suportados por ambas as partes, ou seja, Reclamante e Reclamada sobre o valor total da condenação e calculados ao final, respeitado o salário de contribuição, abatendo-se os valores comprovadamente já recolhidos; o) determinar a incidência do índice de correção monetária do mês subseqüente ao da prestação dos serviços para salários e para as demais parcelas a data da exigibilidade das mesmas. Por igual votação, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) incluir na condenação as horas excedentes da 6ª diária e da 36ª semanal (estas últimas desde que não utilizada no cálculo do excesso diário), no período de 01.07.2001 a 12.11.2001; b) fixar o valor da parcela "in natura" habitação, na base de 25% do salário contratual (art. 458, o 3º, da CLT). Custas pela Reclamada reduzidas para R$ 300,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$ 15.000,00. **EMENTA:** ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO INTERMITENTE. OJ Nº 05 DA SDI-TST. A exposição intermitente do trabalhador a produtos inflamáveis gera o direito ao recebimento do adicional de periculosidade (Orientação Jurisprudencial nº 5 da SDI do TST). Isto porque é irrelevante o tempo de exposição ao perigo, já que a periculosidade não contém gradação e não é avaliável pelo critério de tempo e exposição, sendo devida em razão do perigo a que se expõe o trabalhador e não pelo tempo de exposição ao risco. Embora não permanecendo o empregado durante toda a jornada de trabalho exposto à situação de risco, não se pode concluir que o contato foi eventual ou episódico. Devido o adicional de periculosidade mesmo quando o contato com a área de risco é intermitente, pois pouco importa o tempo de exposição diária ao perigo. Como tenho dito, o adicional deve ser pago na integralidade, porque ou existe ou não existe o perigo. O trabalhador que se expõe ao risco, pode, em qualquer circunstância, sofrer o dano fatal.

TRT-PR-00569-2003-026-09-00-0-ACO-01611-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: VT UNIAO DA VITORIA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Recorrente(s): RAMADA INDUSTRIA DE PAPELAO E MADEIRA LTDA
Recorrido(s): VALDECIR DOS SANTOS
ADVOGADO(S): ENIO GERALDO CANDIDO NOGARA-VIRGILIO CESAR DE MELO
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO DAS RÉS, porque deserto. Custas inalteradas.

TRT-PR-00579-2003-654-09-00-3-ACO-01718-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): BERNECK AGLOMERADOS S-A
Recorrido(s): MARIO DE JESUS GOMES FERREIRA
ADVOGADO(S): JACKSON LUIZ DEIP-SANDRA CALABRESE SIMAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, excluir a condenação de intervalo intrajornada. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00579-2003-071-09-00-0-ACO-01389-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26329-2004
EMBARGANTE BANCO DO BRASIL S-A
Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S-A-ALDINO DE OLIVEIRA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ELZI MARCILIO VIEIRA FILHO-JEANINE HEINZELMANN FORTES BUSS-MARA ELOA RAMOS BASSAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-00650-2003-091-09-00-9-ACO-01531-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT CAMPO MOURAO-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): MEIRI DOS SANTOS-SECULO XXI JORNAIS E REVISTAS LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRA-DE-CLAUDIA CRISTIANE JEDLICZKA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DO RECLAMADO E DA RECLAMANTE, bem como das contra-razões do reclamante, mas não conhecer das contra-razões da reclamada, por intempestivas. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, analisado preferencialmente; por igual votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para acrescer à condenação o pagamento de horas extras e reflexos, nos termos da fundamentação. Custas pela reclamada, no importe de R$ 200,00 sobre o valor provisoriamente acrescido à condenação (R$ 10.000,00).

TRT-PR-00728-2003-653-09-00-8-ACO-01519-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT ARAPONGAS-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): GERSON RIBEIRO
Recorrido(s): IRMANDADE DA SANTA CASA DE ARAPONGAS
ADVOGADO(S): KARINE SAYURI OLIVEIRA DA ROCHA-RUBENS HENRIQUE DE FRANCA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, deferir a multa do art. 22 da Lei 8036-90 em favor do trabalhador. Custas inalteradas.

TRT-PR-00756-2003-018-09-00-9-ACO-01658-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZACAO CMTU-LD-SIRSO BELLESI
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ADRIANE SANTOS SELLA-IVO MARCOS DE OLIVEIRA TAUIL-MARCO ANTONIO DIAS LIMA CASTRO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos temos da fundamentação, estender a condenação em adicional de periculosidade, por todo o período contratual, parcelas vencidas e vincendas, enquanto persistirem as condições de periculosidade. Por unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA RECLAMADA. Custas acrescidas, pela reclamada, calculadas sobre o valor ora arbitrado de R$10.000,00, no importe de R$200,00.

TRT-PR-00800-2003-095-09-00-0-ACO-01529-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): VIACAO ITAIPU LTDA
Recorrido(s): JORGE BUENO FERREIRA
ADVOGADO(S): ANA CHRISTINA TAGLIARI HELBLING-JORGE ANDRE MENEZES-JOSE BENTO VIDAL FILHO-JOSE MONTENEGRO ANTERO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Dirceu Pinto Junior (Revisor), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: 1. declarar prescritas as verbas exigíveis anteriormente a 21-05-1998; 2. limitar a condenação em horas extras e reflexos; e, 3. excluir da condenação o pagamento dos intervalos entrejornadas (arts. 66 e 67 da CLT). Custas inalteradas.

TRT-PR-00814-2003-023-09-00-0-ACO-01549-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): SOLANGE HENRIQUE RIBEIRO
Recorrido(s): IVETE FRANCA MENDONCA MODAS
ADVOGADO(S): BRUNO MOREIRA ALVES-LUCIANE REGINA MARTINS DAL PRA-ROGERIO DAL PRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00847-2003-019-09-00-0-ACO-01533-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): FABIO COUTINHO DA SILVA
Recorrido(s): SPAIPA S-A INDUSTRIA BRASILEIRA DE

BEBIDAS
ADVOGADO(S): JOSE VALTER OLIVEIRA CUSTODIO-JULIANO TOMANAGA-ROMEU SACCANI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, condenar a reclamada ao pagamento das horas extras e reflexos. Custas invertidas, pela Reclamada, no importe de R$ 200,00, sobre o valor de R$ 10.000,00.

TRT-PR-00848-2003-658-09-00-7-ACO-01725-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): JOAO BATISTA GOMES
Recorrido(s): INDUSTRIA E COMÉRCIO DE LATICINIOS AGROLAT LTDA
ADVOGADO(S): ANDRE BALBINO BONNES-CARLA MARTINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00869-2003-658-09-00-2-ACO-01575-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): CLEOMAR TEODORIO DAMACENO
Recorrido(s): ITIBRA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO(S): CLAUDIA ALESSANDRA BILACHI-VILMAR CAVALCANTE DE OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Revisora), DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de comissões e reflexos, bem como determinar a observância da referida parcela na base de cálculo da multa do art. 477 da CLT. Custas nos termos da lei.

TRT-PR-00944-2003-661-09-00-8-ACO-01776-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): FATIMA APARECIDA DA SILVA
Recorrido(s): ADUEM ASSOCIACAO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
ADVOGADO(S): CESAR EDUARDO MISAEL DE ANDRADE-PEDRO LEAL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, conceder à Autora o benefício da assistência judiciária gratuita, dispensando-a do pagamento das custas processuais que lhe foram impostas e, via de conseqüência, determinar o regular processamento do recurso ordinário de fls. 221-231. Por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00968-2003-654-09-00-9-ACO-01726-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): VALDERES PASE
Recorrido(s): LA VALLE DO BRASIL LTDA-ELOI MARTIN MACAGNAN LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO
ADVOGADO(S): ISMAEL DA SILVA MATOS-MARCIO DOMINGUES BENTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas na forma da lei.

TRT-PR-00993-2003-069-09-00-2-ACO-01393-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26157-2004
EMBARGANTE TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA
Recorrente(s): ALCEU CARLOS DO NASCIMENTO
Recorrido(s): TELENGE TELECOMUNICACOES E ENGENHARIA LTDA-BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-HELOISA INEZ DE JESUS-INDALECIO GOMES NETO-NEUSA LANZARINI DA ROSA-NILCE REGINA TOMAZETO VIEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA SEGUNDA RECLAMADA (BRASIL TELECOM S-A) E DA PRIMEIRA RÉ (TELENGE). No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL A AMBOS OS EMBARGOS para sanar erro material atinente ao período de deferimento do adicional de transferência, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01063-2003-020-09-00-0-ACO-01740-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT MARINGA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): PAULO CEZARIO APARECIDO DA SILVA
Recorrido(s): AGRESTE ALIMENTOS LTDA-FRIGORIFICO PAISSANDU LTDA
ADVOGADO(S): JOAO GALDINO GOMES GONCALVES-TATIANA MANNA BELLASALMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, bem assim, das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas inalteradas.

TRT-PR-01063-2003-654-09-00-6-ACO-01485-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT ARAUCARIA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): CARLOS MATHIAS PENTER CORREA
Recorrido(s): PETROLEO BRASILEIRO S-A PETROBRAS-TERRACOM ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(S): ISMAEL DA SILVA MATOS-REGINA APARECIDA DE BARBARA DA SILVA-VICTOR BENGHI DEL CLARO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões da reclamada Petrobrás, mas não das contra-razões da reclamada Terracom, por intempestivas. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-01077-2003-662-09-00-4-ACO-01716-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): GALPAO TROPEIRO CHURRASCARIA LTDA
Recorrido(s): JOANITA ANTUNES
ADVOGADO(S): FABIO MASSAO MIYAMOTO NAVARRETE-MARCOS RIBERTO VOLPATO-MONICA DALTOE-RODNEI FRANCE ALVARENGA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e, bem assim, das respectivas contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Relatora), NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas inalteradas.

TRT-PR-01094-2003-661-09-00-5-ACO-01384-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24815-2004
EMBARGANTE SERGIO DOS SANTOS RAMOS
Recorrente(s): LOJAS ARAPUA S-A-SERGIO DOS SANTOS RAMOS
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): APARECIDA TOKUMI HASHIMOTO-MARCELO ALESSI-MARLI DE FATIMA SILVEIRA CORSI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para, sanando omissões, acrescer fundamentos ao v. Acórdão de fls. 248-260.

TRT-PR-01149-2003-662-09-00-3-ACO-01377-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25686-2004
EMBARGANTE BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
Recorrente(s): NOEL BATISTA DOS SANTOS
Recorrido(s): S JACINTO & CIA LTDA-BF UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
ADVOGADO(S): ALESSANDRA COIMBRA-ANGELA REGINA FERREIRA APARICIO-GUSTAVO PEREIRA FARAH-NERILDA BITTENCOURT VENDRAME-ROSANGELA APARECIDA DE MELO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 3ª RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01199-2003-021-09-00-6-ACO-01574-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT MARINGA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): APARECIDO SEBASTIAO PIRANI
Recorrido(s): VANDERLEI VICENTE KUBOSKI
ADVOGADO(S): ALMIR RIBEIRO DA SILVA-KATIA CRISTINE PUCCA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DO RECLAMADO, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: 1) excluir a responsabilidade do 2.º Reclamado (Aparecido Sebastião), pelos direitos trabalhistas pleiteados pelo Reclamante, julgando improcedente a Reclamatória com relação ao mesmo; 2) excluir da condenação as horas extras e reflexos deferidos; 3) determinar que a 1.ª Reclamada (Rozenete Ferreira) comprove nos autos o recolhimento do depósito fundiário, abatendo-se os valores pagos sob o mesmo título, sob pena de condenação ao pagamento das diferenças apuradas. Custas inalteradas.

TRT-PR-01323-2003-659-09-00-5-ACO-01665-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT GUARAPUAVA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): LOJAS COLOMBO S-A COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS-Recurso Adesivo-PAULO RICARDO DOS ANJOS
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ALAIR VALTRIN-LUIZ VALMOR SANQUETTA FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE E ADESIVO DA RECLAMADA. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de: a) horas extras e reflexos; e b) devolução de descontos; sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMADA, nos termos da fundamentação. Custas, pela reclamada e no valor de R$1.000,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$50.000,00.

Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 03ª VT LONDRINA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): DEUSDETE SOARES DOS SANTOS
Recorrido(s): VIACAO GARCIA LTDA
ADVOGADO(S): ALBERTO DE PAULA MACHADO-WAGNER PIROLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR, bem assim das contra-razões da ré. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, declarar nulo o acordo celebrado entre as partes na sessão de conciliação prévia, realizada perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, determinando o retorno dos autos à Origem para apreciação dos pedidos. A fim de evitar enriquecimento ilícito da parte autora, em caso de haver condenação da ré deverá ser deduzido o valor de R$ 1.161,82 (um mil cento e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos), pagos naquela ocasião. Custas invertidas.

TRT-PR-01386-2003-071-09-00-6-ACO-01548-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): GILVAN GROSS-HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Recorrido(s): OS MESMOS HSBC SEGUROS BRASIL S-A
ADVOGADO(S): CRISTINA MARIA RAMALHO-FABIO FREITAS MINARDI-GEORGE RICARDO MAZUCHOWSKI-MANUEL ANTONIO TEIXEIRA NETO-PAULO ANTONIO JAROLA-RICARDO SAMPAIO-ROMULO SILVEIRA DA ROCHA SAMPAIO-SEBASTIAO ANTUNES FURTADO-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS, bem como das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO. Recolocado o processo em julgamento, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Dirceu Pinto Junior (Revisor), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de: a) adicional de transferência e seus reflexos e, b) indenização pelo transporte de numerário. Custas acrescidas, no importe de R$ 300,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação, de R$ 15.000,00.

TRT-PR-01401-2003-069-09-00-0-ACO-01572-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): JORGE NICOLAU-Recurso Adesivo-RESTAURANTE SINO AMERICANO LTDA.
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARIA AUXILIADORA FERREIRA LINS-PAULO RENEU SIMOES DOS SANTOS-SERGIO RICARDO TINOCO-SIDONIA SAVI MORO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS E DAS CONTRA-RAZÕES apresentadas. No mérito, por igual votação, e na forma da fundamentação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ e DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO DO AUTOR para considerar válido o intervalo intrajornada acima de 2 horas tão somente no período de vigência do acordo coletivo de fls. 44 e quanto ao restante da contratualidade que o intervalo violado seja devido como extraordinário. Custas alteradas para R$ 40,00, sobre o valor provisório da condenação, também alterado para R$ 2.000,00.

TRT-PR-01415-2003-019-09-00-7-ACO-01584-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): SINDICO: ULYSSES AIRES MERCER-MASSA FALIDA DE METALBAT INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ACUMULADORES LTDA
Recorrido(s): JOSE RAIMUNDO
ADVOGADO(S): ALBERTO DE PAULA MACHADO-EDUARDO LUIZ CORREIA-FREDERICO AIDAR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-01420-2003-007-09-00-0-ACO-01750-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
Recorrente(s): BANCO BANESTADO S-A
Recorrido(s): DOMINGOS SANTOS RIBEIRO
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-ELOISA MARIA MENDONCA AVELAR-GUSTAVO MOREIRA GORSKI-INDALECIO GOMES NETO-JOSIEL VACISKI BARBOSA-MARCIO JONES SUTTILE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS, bem como das contra-razões apresentadas pelo reclamante. No mérito, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Eneida Cornel (Relatora), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, determinar que os descontos fiscais sejam efetuados em uma única oportunidade sobre a totalidade dos créditos tributáveis. Custas inalteradas.

TRT-PR-01436-2003-658-09-00-4-ACO-01376-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 23940-2004
EMBARGANTE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR IVAN DA SILVA
Recorrente(s): IVAN DA SILVA
Recorrido(s): COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR
ADVOGADO(S): FLAVIO RAMOS-PAULO EDUARDO MORENO DIAS-PEDRO ANTONIO COELHO DE SOUZA FURLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, mas não conhecer dos documentos de fls. 206-226, nos termos da Súmula nº 8 do TST. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA RECLAMADA, nos termos da fundamentação; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, corrigir omissão do julgado, esclarecendo que o provimento final de fls. 195-196 compreende também o seguinte deferimento: declarar aplicáveis ao Reclamante as convenções coletivas juntadas com a inicial.

TRT-PR-01489-2003-001-09-00-5-ACO-01387-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 25498-2004
EMBARGANTE ESCOELETRIC LTDA
Recorrente(s): ESCOELETRIC LTDA-COPEL DISTRIBUIÇÃO S-A
Recorrido(s): JOAO CARLOS KIMIECHIK JUNIOR
ADVOGADO(S): CHRISTIANE NEVES BRUSCHI-PAULO ROBERTO PEREIRA-VALERIA JARUGA BRUNETTI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA 1ª RECLAMADA (ESCOELETRIC LTDA) e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-01609-2003-658-09-00-4-ACO-01770-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
Recorrido(s): MGM COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO(S): BRUNO FERNANDO MARTINS MIGLIOZZI-ROSANO AUGUSTO KAMMERS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-01686-2003-018-09-00-6-ACO-01573-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): JABUR INFORMATICA S-A
Recorrido(s): HELIO PACAGNAN FILHO-JABUR PNEUS S-A
ADVOGADO(S): ALBERTO DE PAULA MACHADO-SANDRA CRISTINA MARTINS NOGUEIRA G PAULA-SIBELY DE OLIVEIRA LAZARI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DAS RECLAMADAS e das contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar que o Autor responda, mediante dedução do seu crédito ao final apurado, pela parcela da contribuição previdenciária correspondente. Custas inalteradas.

TRT-PR-01716-2003-663-09-00-8-ACO-01328-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22424-2004
EMBARGANTE CONDOMINIO DO CATUAI SHOPPING CENTER LONDRINA
Recorrente(s): JOANA D´ARC GARCIA-CONDOMINIO DO CATUAI SHOPPING CENTER LONDRINA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDNA ZILA JOIA CORREIA E SILVA-ELAINE CRISTINA PORTELINHA-ELAINE CRISTINE SOARES-JOAO VICENTE CAPOBIANGO-MARIA DE LOURDES ASSUNCAO RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-01806-2003-662-09-00-2-ACO-01568-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): MATTOS & LACERDA LTDA
Recorrido(s): SIDNEY DE DEUS GONCALVES
ADVOGADO(S): IVANDO SANTOS SOUZA-JOSE ANTONIO PANCOTTI JUNYOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR a preliminar de deserção argüida pelo reclamante; por igual votação, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMADA, assim como das contra-razões apresentadas pelo reclamante. No mérito, por identidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL para: a) declarar atingidas pela prescrição extintiva as parcelas exigíveis anteriormente a 13.05.98; b) declarar a ausência de vínculo empregatício entre as partes, excluindo da condenação o pagamento das parcelas decorrentes; tudo conforme fundamentação. Custas invertidas para R$200,00 sobre o valor atribuído à causa, no importe de R$10.000,00.

TRT-PR-01894-2003-069-09-00-8-ACO-01571-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 02ª VT CASCAVEL-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): VIACAO NOVA INTEGRACAO LTDA.
Recorrido(s): JOAO AKIRA HIRACAVA-EUCATUR EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADO(S): CELSO CORDEIRO-EMERSON ALFREDO FOGACA DE AGUIAR-MAURICIO PEREIRA DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RE-

CURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RÉ (VIAÇÃO NOVA INTEGRAÇÃO LTDA.), bem assim das contra-razões do autor. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-01962-2003-011-09-00-1-ACO-01730-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): ROSANE LISIAN VASCONCELLOS-BANCO BILBAO VISCAYA ARGENTARIA BRASIL S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): EDIVALDO BRUZAMOLIN SILVA DA ROCHA-EVANDRO LUIS PEZOTI-FABIO RICARDO FERRARI-ODUVALDO ELOY DA SILVA ROCHA-PEDRO PAULO PAMPLONA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS ORDINÁRIOS e, bem assim, das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO para, nos termos da fundamentação, excluir da condenação a remuneração pela fruição incompleta do intervalo intrajornada; por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Relatora) e com ressalvas do Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de uma multa por instrumento violado. Custas inalteradas.

TRT-PR-01980-2003-018-09-00-8-ACO-01411-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): ADAIR GANEO
Agravado(s): LONDRINA ESPORTE CLUBE
ADVOGADO(S): LUIZ LOPES BARRETO-NATASHA BRASILEIRO DE SOUZA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do fundamentado. Custas inexistentes. **EMENTA:** Londrina Esporte Clube. Execução. Portaria Conjunta nº 01-2004 do Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina-PR. Observados os termos, aqui ratificados, da Portaria Conjunta nº 01-2004 do Fórum da Justiça do Trabalho de Londrina-PR, segundo a qual se unificou, no mesmo procedimento, as execuções que se processam contra a agremiação Londrina Esporte Clube, improcede o pedido de penhora on line formulada pelo exeqüente.

TRT-PR-02025-2003-663-09-00-1-ACO-01344-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 22930-2004
EMBARGANTE INTER CONTINENTAL DE CAFE S-A
Recorrente(s): DORIVAL PADUAN HERNANDES-INTER CONTINENTAL DE CAFE S-A-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): GIOVANI DA SILVA-JOSE CARLOS DA ROCHA-MANOEL FERREIRA ROSA NETO-NARCISO FERREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar que, no primeiro parágrafo da fl. 116 dos autos, onde se lê: "... foi dispensado sem justa causa em 15-7-934...", leia-se: "... foi dispensado sem justa causa em 15-7-93...".

TRT-PR-02035-2003-020-09-00-0-ACO-01397-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT MARINGA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 22446-2004
EMBARGANTE ESPOLIO DE CARLOS JOSE DO REGO ARTILLEE CRIACOES EM COURO LTDA
Recorrente(s): ESPOLIO DE CARLOS JOSE DO REGO
Recorrido(s): ARTILLEE CRIACOES EM COURO LTDA
ADVOGADO(S): ELSON DE SOUZA FONSECA-FABRICIA KUTNE REDER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS PARTES. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE para sanar contradição, atribuir efeito modificativo ao v. acórdão regional, para condenar a reclamada ao pagamento da multa do artigo 477, o 8º, da CLT; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, determinar a incidência do FGTS no percentual de 8% sobre as verbas referentes à apuração das horas extras e reflexos.

TRT-PR-02167-2003-660-09-00-0-ACO-01745-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S-A-ELIANE MARIA DA CONCEICAO DOS SANTOS-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO(S): MARA ELOA RAMOS BASSAN-MARCELA CRISTINA TEZOLIN-MARCOS MULLER CWIERTINIA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS DE AMBAS AS PARTES, PRINCIPAL E ADESIVO, e das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO, nos termos da fundamentação; por igual votação, com ressalvas do Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, deferir diferenças salariais correspondentes a 12% sobre o vencimento-padrão em toda promoção de nível a partir de setembro-97 até a rescisão, com reflexos em anuênios, horas extras, 13º salários, férias acrescidas de um terço e FGTS, bem como para fixar a responsabilidade solidária dos reclamados. Custas inalteradas.

TRT-PR-02272-2003-663-09-00-8-ACO-01577-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): LILIAN KAZUKO MORINAGA OZAWA
Recorrido(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(S): ANTONIO DILSON PEREIRA-GILBERTO GEMIN DA SILVA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO e, no mérito, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Ana Carolina Zaina, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02308-2003-003-09-00-0-ACO-01534-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ALEXANDRE NASCIMENTO FONSECA-Recurso Adesivo-COPEL DISTRIBUIÇÃO S-A
Recorrido(s): OS MESMOS ELETRICA PRUENCIO LTDA
ADVOGADO(S): ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO-MARA ANGELITA NESTOR FERREIRA-OLGA GURGINSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA 2.ª RECLAMADA (Copel Distribuição) E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, assim como das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA 2.ª RECLAMADA (Copel Distribuição) para, nos termos da fundamentação: 1) determinar que a correção monetária, referente às parcelas salariais de vencimento mensal, incide a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho; 2) determinar a incidência dos descontos fiscais sobre o crédito tributável deferido ao obreiro. Por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, excluir a condenação do Reclamante por litigância de má-fé. Custas inalteradas.

TRT-PR-02319-2003-095-09-00-9-ACO-01722-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): EDSON DE OLIVEIRA
Recorrido(s): EMPRESA HOTELEIRA MABU LTDA
ADVOGADO(S): FABIO ALEXANDRE SOMBRIO-FLAVIO RAMOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões das reclamadas. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, deferir: a) diferenças salariais e reflexos; b) integração dos valores pagos a título de gorjetas e reflexos. Custas na forma da lei.

TRT-PR-02325-2003-660-09-00-1-ACO-01582-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): MARCOS ANISKIEVICZ
Recorrido(s): ALERTA SERVICOS DE VIGILANCIA S-C LTDA
ADVOGADO(S): ANDREIA FERREIRA DE SOUZA-CARLOS ROBERTO MOREIRA-DANIELE DE FATIMA DE ALMEIDA LOPES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-02549-2003-664-09-00-9-ACO-01742-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): DOUGLAS MARQUES-HUSSMANN DO BRASIL LTDA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARCO AURELIO GRESPAN-PATRICIA GRASSANO PEDALINO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, bem assim, das respectivas contra-razões, mas NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, por deserto. No mérito, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Relatora) e com ressalvas do Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), quanto à fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de: a) diferenças salariais decorrentes de desvio funcional e reflexos, bem como, de diferenças salariais a título de adicional noturno, férias, com o respectivo terço, e 13º salário; b) diferenças de adicional de insalubridade e reflexos. Custas acrescidas no valor de R$ 40,00, calculadas sobre o valor provisoriamente arbitrado a condenação no importe de R$ 2.000,00.

TRT-PR-02591-2003-663-09-00-3-ACO-01744-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): MICHELLI MARQUES DE OLIVEIRA
Recorrido(s): SOCIEDADE EVANGELICA BENEFICENTE DE LONDRINA
ADVOGADO(S): ANA PAULA BARRANCO SARAIVA DO BRASIL-JACQUELINE FERREIRA EMERICK MATOS-MARIA ZELIA DE OLIVEIRA E OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e, bem assim, das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, declarar prescritas as parcelas exigíveis anteriormente a 05-05-98. Custas inalteradas.

TRT-PR-02617-2003-003-09-00-0-ACO-01342-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 03ª VT CURITIBA-PR
Relator: DIRCEU PINTO JUNIOR
EMBARGADO V. Acordão n. 25167-2004
EMBARGANTE KIYOSSI KANAYAMA
Recorrente(s): DAMAZIO SIKORSKI-KIYOSSI KANAYAMA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): RAUL ANIZ ASSAD-ROGERIO DISTEFANO-STELLA MARIS DE FIGUEIREDO BITTENCOURT
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para, sanando omissão, declarar prescrito eventuais parcelas exigíveis antes de 24.2.98.

TRT-PR-02630-2003-660-09-00-3-ACO-01760-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): ANIELA TEREZINHA FIRAK DITZEL
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOSE ADRIANO MALAQUIAS-MARCIO HENRIQUE MARTINS DE REZENDE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE, mas NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", nos termos do Enunciado n.º 303, alínea "a", do TST. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, determinar que atualização monetária dos valores do FGTS deve obedecer os índices de atualização dos débitos trabalhistas. Custas isentas.

TRT-PR-02648-2003-016-09-00-8-ACO-01664-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): ROSANA DE SOUZA
Recorrido(s): ANA CAROLINA GARRIDO MOREIRA-ME
ADVOGADO(S): CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA-MARILIA ZAMONER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões, salvo, quanto a estas, em relação ao postulado voltado à reforma da sentença. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, declarar que a resolução contratual se operou com espeque no artigo 483, "b", da CLT e condenar a reclamada ao pagamento de: a) indenização da estabilidade-gestante; b) verbas resolutórias; e c) indenização por dano moral. Custas processuais, pela reclamada, no importe de R$240,00, calculadas sobre o valor provisoriamente atribuído à condenação, de R$12.000,00.

TRT-PR-02718-2003-008-09-00-3-ACO-01395-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26262-2004
EMBARGANTE NORDICA VEICULOS S-A
Recorrente(s): NORDICA VEICULOS S-A-IZAQUE ALVES DE SANTANA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANDREIA FABIANA SCHIMUNDA SINESTRI-DIOGO FADEL BRAZ-JOSE NAZARENO GOULART-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-02964-2003-663-09-00-6-ACO-01715-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): SONIA MACHADO DE CAMARGO
Recorrido(s): ODONTONET ADMINISTRACAO DE PLANOS LTDA
ADVOGADO(S): JULIANO TOMANAGA-LUIZ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO-RENATO LIMA BARBOSA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões da reclamada, bem como do documento de fl. 34. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-02993-2003-664-09-00-4-ACO-01570-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): SELMI & CIA LTDA
Recorrido(s): WELIVAM MARCELO BARBARA
ADVOGADO(S): GISELE ANDREA MARTINS NOGUEIRA-LELIO SHIRAHISHI TOMANAGA-ROSANGELA KHATER
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA RECLAMADA, assim como das contra-razões apresentadas pelo reclamante. No mérito, por identidade de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL para: a) excluir da condenação a integração das diárias de viagem no salário do reclamante, com reflexos no descanso semanal remunerado, repercutindo no cálculo das férias acrescidas do terço legal, 13º salário, anuênio, parcelas rescisórias e FGTS mais 40%; e b) determinar a observância dos critérios constantes da fundamentação quanto à correção monetária, recolhimentos fiscais e previdenciários, tudo conforme fundamentação. Custas alteradas para R$300,00 sobre o valor provisório da condenação alterado para R$15.000,00.

TRT-PR-03191-2003-661-09-00-2-ACO-01545-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 03ª VT MARINGA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): MARIA DAS GRACAS ANICETO-Recurso Adesivo-COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL
Recorrido(s): OS MESMOS COPEL DISTRIBUIÇÃO S-A
ADVOGADO(S): HAMILTON JOSE OLIVEIRA-MARIANA PAULA MUNOZ ARRUDA-MAXIMILIANO NAGL GARCEZ-SILVIO LUIZ JANUARIO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-03213-2003-008-09-00-6-ACO-01735-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): JOSE REGINALDO MACHOSKI
Recorrido(s): HARRY VOGT-FI-INDUSTRIA DE MAQUINAS HARRY LTDA
ADVOGADO(S): ARNOLDO DA SILVA FILHO-EMIR BARANHUK CONCEICAO-FLAVIO JULIO BARWINSKI-SANDRA LIA LEDA BAZZO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões das reclamadas. No mérito, por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Relatora), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, deferir: a) diferenças de adicional de insalubridade e reflexos; b) diferenças de horas extras e reflexos; c) horas extras decorrentes do labor em prejuízo ao intervalo entrejornadas; d) benefícios da Justiça Gratuita. Custas na forma da lei.

TRT-PR-03422-2003-664-09-00-7-ACO-01717-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 05ª VT LONDRINA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): COMERCIAL TABAJARA LTDA
Recorrido(s): EDMILSON CAETANO ZAMPARO
ADVOGADO(S): ALBERTINO BERNARDO DE LIMA JUNIOR-FABIOLA PATRICIA SOARES-LUCIANA JORDAO BABORA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, mas não conhecer das contra-razões do reclamante porque apócrifas. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) determinar a incidência da correção monetária, nas verbas salariais, a partir do mês subseqüente ao trabalhado; b) determinar a compensação dos valores discriminados nos recibos de fls. 64-68 a título de reflexos de comissões em DSR e em férias mais o terço. Custas na forma da lei.

TRT-PR-03655-2003-016-09-00-7-ACO-01521-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): YARA EVARISTO CANI-BANCO ITAU S-A
Recorrido(s): OS MESMOS BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ALVARO EIJI NAKASHIMA-ANTONIO CELESTINO TONELOTO-RODRIGO MARTINS TAKASHIMA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE E DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO – BANCO ITAÚ S-A, assim como, das contra-razões do reclamado – BANCO ITAÚ S-A E DO RECLAMANTE. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação: a) condenar o Reclamado a efetuar a promoção por antigüidade a que faz jus a Reclamante, a cada três anos a partir de 11-1992 (data da última promoção), e acrescer à condenação o pagamento das diferenças, mês a mês, cujo índice de reajuste será apurado em regular liquidação de sentença, pelas tabelas de salários que deverão ser apresentadas pelo Reclamado, e reflexos em férias, acrescidas de 1-3, 13º salário, horas extras, FGTS de 11,2% e verbas rescisórias (inclusive aviso prévio); b) determinar a devolução dos descontos efetuados a título de "858 – S. G. Azul – VG" efetuado anteriormente à 31-01-2001. Por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO – BANCO ITAÚ S-A nos termos da fundamentação. Por igual votação, DECLARAR o Reclamado – Banco Itaú S-A litigante de má-fé, na forma do art. 17, incisos II e IV do CPC, condenando-o ao pagamento de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa e de indenização à parte contrária, a qual fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma do artigo 18 do CPC; determinar-se a Secretaria desta E. 1ª Turma oficiar-se a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, a remessa das peças processuais referidas. Custas inalteradas.

TRT-PR-03721-2003-663-09-00-5-ACO-01585-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ALL AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S-A
Recorrido(s): EDINALVA COSTA GONCALVES-TRANSGIBA TRANSPORTES E SERVICOS LTDA
ADVOGADO(S): SANDRA CALABRESE SIMAO-VALDECIR CARLOS TRINDADE

DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para determinar que os descontos fiscais incidam sobre o total do crédito do autor na forma do artigo 46 da Lei 8542-92, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-03803-2003-018-09-00-6-ACO-01631-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: MARCO ANTONIO VIANNA MANSUR
Recorrente(s): OLIVETTI DO BRASIL S-A
Recorrido(s): ANTONIO GILSON DE FREITAS
ADVOGADO(S): RITA DE CASSIA KLEIN DANELUZ NAKANO-WOLNEY CESAR RUBIN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO PELA RÉ e da contraminuta. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO para determinar seguimento ao recurso ordinário, com devolução dos autos ao Setor de Cadastramento Processual para autuação do recurso ordinário, na forma do art. 109, o3º, do Regimento Interno deste E. Regional, e observância do disposto no art. 110 da respectiva norma, relativamente à compensação na distribuição. Sem divergência na votação, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO, bem como das contra-razões e dos documentos juntados às fls. 89-97, como subsídio jurisprudencial. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para PRONUNCIAR a prescrição da pretensão de diferenças de multa de 40% do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários, extinguindo o processo com julgamento do mérito, na forma do inciso IV do art. 269 do CPC. Custas invertidas, pelo autor, dispensadas em face da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

TRT-PR-05015-2003-010-09-00-3-ACO-01739-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): DNA COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
Recorrido(s): IVAN SCHON
ADVOGADO(S): FLAVIO JULIO BARWINSKI-LUIS CARLOS BARRETO-SANDRA LIA LEDA BAZZO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões do reclamante. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) excluir da condenação horas extras e reflexos; b) autorizar os descontos fiscais sobre o valor total das parcelas tributáveis; c) determinar a incidência da correção monetária, nas verbas salariais, a partir do mês subseqüente ao trabalhado. Custas na forma da lei.

TRT-PR-05019-2003-004-09-00-0-ACO-01392-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26265-2004
EMBARGANTE COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Recorrente(s): COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO
Recorrido(s): MARCO AURELIO CAMARGO
ADVOGADO(S): ANDRE LUIZ RAMOS DE CAMARGO-MAURICIO DE OLIVEIRA-SILVIA ELISABETH NAIME-STELA MARLENE SCHWERZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-06163-2003-652-09-00-6-ACO-01667-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): JOSIANE AFONSO-INDUSTRIAS TODESCHINI S-A
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): GIORGIA PAULA MESQUITA-RENATA STRAPASSON-ROLAND KLASSEN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS PARTES, bem como das contra-razões apresentadas. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Arion Mazurkevic, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: 1) determinar o abatimento da cota-empregado dos valores devidos a título de vale-refeição; 2) excluir da condenação a multa pecuniária pela não anotação da CTPS; 3) fixar nova base de cálculo e responsabilidade quanto aos descontos previdenciários e fiscais; sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO O DA RECLAMANTE, para, nos termos da fundamentação: 1) determinar à Reclamada que registre na CTPS obreira a alteração de função a partir de 01-12-2001; 2) acrescer à condenação o pagamento de diferenças salariais de dezembro de 2001 e janeiro de 2002, com reflexos. Custas, pelas Reclamadas, acrescidas no importe de R$ 20,00, sobre o valor de R$ 1.000,00.

TRT-PR-06237-2003-909-09-00-7-ACO-01679-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NACIF ALCURE NETO
EMBARGADO V. Acordão n. 20812-2004
EMBARGANTE NORTH PARK COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA-ME
AUTOR(es): NORTH PARK COMÉRCIO DE VEICULOS LTDA-ME
RÉU(s): MARCELO FABIANO COROLLO
ADVOGADO(S): EMERSON EDUARDY SENKO-GILBERTO BRUNATTO DALABONA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-06302-2003-002-09-00-6-ACO-01670-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): LENITA RODOLFO PASSOS
ADVOGADO(S): ADRIANA APARECIDA ROCHA-EUCLIDES ALCIDES ROCHA-INDALECIO GOMES NETO-PATRICK ROCHA DE CARVALHO-RAFAEL LINNE NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, bem como das contra-razões e dos documentos de fls. 661-668. Sem divergência de votos, REJEITAR a preliminar argüida. No mérito, por maioria de votos, parcialmente vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação: a) declarar a inexistência de vínculo de emprego entre as partes, posteriormente a 16 de abril de 2001, bem como para excluir da condenação as verbas e obrigações daí decorrentes; b) excluir da condenação o pagamento de horas extras e reflexos; c) determinar que a retenção do imposto de renda na fonte se dê sobre o total dos créditos tributáveis da reclamante. Custas na forma da lei. **EMENTA:** PROCESSO CIVIL – ELISÃO DA CONFISSÃO FICTA PELA PROVA. O não comparecimento do réu à audiência inicial gera a confissão ficta. No entanto, não se aplica os efeitos da revelia quando por meio de advogado, em audiência inaugural, a reclamada apresenta contestação, recebida como simples petição, e documentos. Os efeitos da revelia alcançam apenas os fatos não infirmados pela prova documental contida nos autos. Precipuamente, o escopo da atividade jurisdicional é a busca da verdade substancial, a qual, uma vez revelada nos autos, não pode ser desconhecida, sob pena de afronta aos mais elementares princípios de justiça, principalmente sob os aspectos éticos e morais.

TRT-PR-06315-2003-909-09-00-3-ACO-01702-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
AUTOR(es): LOJAS RIACHUELO S-A
RÉU(s): SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE MARINGA
ADVOGADO(S): ALBERTO AUGUSTO DE POLI-ANA CHRISTINA GONCALVES DE POLLI-OZORIO CESAR CAMPANER-ROBERTO PONTES CARDOSO JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, JULGAR IMPROCEDENTE a ação, nos termos da fundamentação. Custas pela autora, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), calculadas sobre o valor da ação.

TRT-PR-06318-2003-909-09-00-7-ACO-01683-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
AUTOR(es): BRASIL TELECOM S-A
RÉU(s): EDIVALDO COLOMBO
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-SILVANA MOREIRA FARIA
DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR o pedido e EXTINGUIR o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC, tudo na forma do fundamentado. Custas, pela autora, calculadas sobre o valor dado à causa R$ 1.000,00, no importe de R$ 20,00. **EMENTA:** Privatização. Inalterabilidade das vantagens contratuais anteriores. Direito à estabilidade. Se ao tempo da admissão o empregador original integrava a administração pública, estando assegurado a seus empregados que somente mediante motivação seria lícito o despedimento, configurada está a limitação ao poder potestativo de despedir (artigo 448-CLT), que permanece inerente ao contrato de trabalho, mesmo após privatização.

TRT-PR-06347-2003-010-09-00-5-ACO-01563-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): MARIA LUIZA ROSSMANN
Recorrido(s): EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EMATER
ADVOGADO(S): LEONARDO CASAGRANDE-MARISA RESENDE DA SILVA CASINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: 1) declarar nula a dispensa da Reclamante; 2) determinar sua reintegração no emprego, na mesma função e condições da época da dispensa; 3) condenar a Reclamada ao pagamento dos salários vencidos e vincendos (de 12-07-2001 até a efetiva reintegração) e demais direitos bem como a integração do tempo correspondente para fins de férias, abatendo-se verbas rescisórias; 4) autorizar a incidência de juros sobre o débito trabalhista e determinar que a correção monetária, referente as parcelas salariais de vencimento mensal incide a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho; 5) autorizar a incidência dos descontos fiscais e dos descontos previdenciários. Custas invertidas, pela Reclamada, no importe de R$ 1.400,00, sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de 70.000,00.

TRT-PR-06568-2003-010-09-00-3-ACO-01517-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): SEBASTIAO BATISTA DA SILVA SOBRINHO
Recorrido(s): PLUMA CONFORTO E TURISMO S-A-PASPAR PARTICIPACOES LTDA-OSCAR CONTE-BUSPART PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA-MEZZADRIA PARTICIPACOES E ADMINISTRACOES LTDA-GILBERTO GALIOTTO-ROGER MANSUR TEIXEIRA-REGINALDO MANSUR TEIXEIRA-CELESTE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO(S): MARLON JOSE DE OLIVEIRA-VICENTE GANTER DE MORAES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação, como extras, as horas excedentes da 8ª diária e da 44ª semanal, não concomitante, mas na forma mais benéfica ao autor, mais 30 minutos de intervalo suprimido, em dois dias da semana, com reflexos em repousos semanais remunerados e, com estes, em aviso prévio, férias, 13º salário e FGTS. Divisor 220. Custas acrescidas, pelas reclamadas, calculadas sobre o valor ora arbitrado de R$10.000,00, no importe de R$200,00.

TRT-PR-06664-2003-001-09-00-0-ACO-01495-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): ROBSON DE OLIVEIRA RIBEIRO
Recorrido(s): IECSA-GTA TELECOMUNICACOES LTDA-BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ANANIAS C TEIXEIRA-EMERSON LUIZ SCHMIDT-GIOVANI DA SILVA-WALTER JOSE DE FONTES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR e das contra-razões deduzidas pela segunda Ré. No mérito, por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR, na forma da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-06773-2003-652-09-00-0-ACO-01751-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
Recorrente(s): MARCOS ESTEFANO STRAPASSON-INDUSTRIAS TODESCHINI S-A
Recorrido(s): OS MESMOS MERCANTIL ROMANA LTDA
ADVOGADO(S): FABIO FORTI-IVO HARRY CELLI JUNIOR-OSWALDO FERREIRA DE SIQUEIRA NETO-RENATA STRAPASSON-ROLAND KLASSEN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS APRESENTADOS, DO RECLAMANTE E DA PRIMEIRA RECLAMADA, assim como das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA PRIMEIRA RECLAMADA, analisado preferencialmente, nos termos da fundamentação; por maioria de votos, vencidos parcialmente os Exmos. Juízes Eneida Cornel (Relatora) e Archimedes Castro Campos Júnior (Revisor), em pontos diversos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DO AUTOR para, nos termos da fundamentação: a) declarar a responsabilidade solidária da segunda ré para responder pelas verbas objeto da condenação; b) acrescer à condenação o pagamento de 3-12 de 13º salário do ano de 1998; c) acrescer à condenação o pagamento da indenização prevista na cláusula 62ª da CCT 2002-2003; d) acrescer à condenação o pagamento de indenização equivalente a mais dois vales transporte a cada dia de efetiva prestação de serviços; e) acrescer à condenação o pagamento de diferenças de salário e reflexos; f) acrescer à condenação o pagamento de quatro multas convencionais.Custas pelas reclamadas, calculadas sobre o valor ora acrescido à condenação de R$ 5.000,00, no importe de R$ 100,00.

TRT-PR-06854-2003-009-09-00-9-ACO-01762-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): ESTADO DO PARANA
Recorrido(s): CAPITAL LIMPEZA E CONSERVACAO S-C LTDA-VERA LUCIA DO VALLE TEIXEIRA
ADVOGADO(S): ALEXANDRE NISHIMURA-ALVARO EIJI NAKASHIMA-CLARISSA CORTE ROSA-RAUL ANIZ ASSAD
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO 2º RECLAMADO e das contra-razões do reclamante, mas NÃO CONHECER DA REMESSA EX OFFICIO, nos termos da OJ 303 do C. TST. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO 2º RECLAMADO para, nos termos da fundamentação, determinar a realização dos descontos fiscais sobre o valor total dos créditos tributáveis. Custas na forma da lei.

TRT-PR-08216-2003-008-09-00-6-ACO-01496-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): JUAREZ NOVINSKI
Recorrido(s): PROSERVVI BANCO DE SERVICOS LTDA
ADVOGADO(S): ARMANDO GUINEZI-CHRISTIANE BRUSCHI-DANIELA TEODORO ADORNI-LUCIANE MACHADO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR, DO RECURSO ORDINÁRIO e das respectivas contra-razões da Ré. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR para, na forma da fundamentação: a) determinar que os quarenta e cinco (45) minutos diários remanescentes, pela não concessão regular do intervalo intrajornada, a partir de março de 2001, sejam remunerados como trabalho extraordinário; b) habituais e de natureza salarial, as horas extras originárias do descumprimento ao art. 71 da CLT, deverão ser integradas nos repousos semanais remunerados e, a estes integrados, repercutindo nas demais parcelas, nos mesmos critérios já fixados pela r.sentença primeira; c) determinar a observância dos parâmetros fixados quanto aos descontos previdenciários e fiscais, ressaltando se tratar de matéria de ordem pública, cujo conhecimento é possível inclusive ex officio, em vista do efeito translativo dos recursos. Por igual votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ. Custas inalteradas.

TRT-PR-08803-2003-652-09-00-2-ACO-01401-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26270-2004
EMBARGANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): VILMA DENISE GASPARIN
ADVOGADO(S): ADENILSON CRUZ-AMANDA CRISTHIANE ALMEIDA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-GUILHERME KIRTSCHIG-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, prestar esclarecimentos.

TRT-PR-08832-2003-009-09-00-3-ACO-01537-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): RUTH GONCALVES DE OLIVEIRA SERTA
ADVOGADO(S): GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-GUILHERME KIRTSCHIG-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões da reclamante e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-09276-2003-013-09-00-1-ACO-01552-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): JORGE CARDOSO
Recorrido(s): ETAMA PROJETOS E EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(S): CARLOS GELENSKI NETO-LUCIANE A ABRÉU MANFRON TOTSUGUI-OLIMPIO PAULO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-09770-2003-009-09-00-7-ACO-01541-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): HAUER POINT SUPER LANCHES LTDA-DIVONEI CORDEIRO DOS SANTOS-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): LILLIANA BORTOLINI RAMOS-LISSANDRA REGINA RECKZIEGEL
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ E DO RECURSO ADESIVO DO AUTOR, bem assim das respectivas contra-razões. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ para, nos termos da fundamentação: 1) excluir da condenação o pagamento de importância relativa a saldo salarial; 2) afastar da condenação o pagamento do saldo salarial e décimo terceiro salário; 3) limitar o pagamento de horas extras (35 minutos diários) pela supressão do intervalo intrajornada, com adicional e reflexos; sem divergência na votação, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DO AUTOR. Custas reduzidas, no importe de R$ 20,00, calculadas sobre R$ 1.000,00.

TRT-PR-09950-2003-651-09-00-3-ACO-01747-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): CAMILO ROQUE SCUZZIATO-Recurso Adesivo-COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR
Recorrido(s): OS MESMOS MERCADO PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO DE PLANOS URBANOS LTDA-MAISON SERVICOS TECNICOS E PROFISSIONAIS LTDA-MERCADO CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO(S): CESAR AUGUSTO GAVRON-JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA-MAURO JOSE AUACHE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS, PRINCIPAL E ADESIVO e, bem assim, das respectivas contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação, determinar: a) a incidência da correção monetária de acordo com os coeficientes do mês subseqüente ao da prestação de serviços; b) a incidência dos descontos fiscais sobre o total dos créditos tributáveis do reclamante; por maioria de votos, vencida parcialmente a Exma. Juíza Nair Maria Ramos Gubert (Relatora), DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, acrescer à condenação o pagamento de: a) horas extras e reflexos; b) feriados e reflexos; c) uma hora pelo labor em prejuízo do intervalo intrajornada, acrescido do adicional de 50%, com os competentes reflexos; d) vinte dias de férias de forma simples, para perfazer a dobra do art. 137, da CLT, com o respectivo terço; e) indenização a título de lanche, equivalente a 2% do maior salário normativo. Custas inalteradas.

TRT-PR-10205-2003-012-09-00-5-ACO-01398-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 24116-2004
EMBARGANTE SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA
Recorrente(s): SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA-JOSE LUIZ LOPES TORRALBA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): BRUNO HENRIQUE GONCALVES-EDNA TEREZINHA DEBASTIANI DIAS-GUSTAVO LIVERO-NEL-

SON RAMOS KUSTER-RENATO SOARES DIAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-10418-2003-009-09-00-4-ACO-01743-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): SONAE DISTRIBUIÇÃO BRASIL S-A
Recorrido(s): NILCEIA DA LUZ PONTES
ADVOGADO(S): ADEMILSON DE MAGALHAES-ADEMIR DA SILVA-LEO MARCOS PAIOLA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, bem como das respectivas contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, limitar a condenação quanto à indenização por dano moral. Custas inalteradas.

TRT-PR-10491-2003-015-09-00-8-ACO-01569-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL
Recorrido(s): DILMA MARIA DOS SANTOS
ADVOGADO(S): JOSE ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR-JOSIEL VACISKI BARBOSA-RICARDO MUSSI PEREIRA PAIVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ e das contra-razões da Autora. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA RÉ, na forma da fundamentação, para excluir a condenação ao pagamento de diferenças da multa de 40% do FGTS pela recomposição dos expurgos inflacionários dos chamados Planos Econômicos (nos percentuais de 16,64% e 44,80%), julgando improcedentes os pedidos deduzidos na petição inicial. Custas invertidas, dispensadas pela concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

TRT-PR-10498-2003-004-09-00-6-ACO-01378-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
EMBARGADO V. Acordão n. 25628-2004
EMBARGANTE SERGIO ARTUR MORGENSTERN FERREIRA
Recorrente(s): BANCO DO BRASIL S-A-SERGIO ARTUR MORGENSTERN FERREIRA
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ARLINDO MENEZES MOLINA-PATRICIA TOSTES POLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para acrescer ao acórdão embargado os esclarecimentos constantes da fundamentação e sanar erro material.

TRT-PR-10757-2003-012-09-00-3-ACO-01542-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): ANABELS INSTITUTO DE BELEZA LTDA
Recorrido(s): VIVIANE AMELIA DA SILVA
ADVOGADO(S): ISABEL SUELI MAGGI DOS ANJOS-NEWTON ROBERTO TEIXEIRA DE CASTRO-RAFAEL FADEL BRAZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA e das contra-razões da reclamante. No mérito, por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, na forma da fundamentação, excluir da condenação os honorários advocatícios (sucumbência). Custas inalteradas.

TRT-PR-10935-2003-652-09-00-4-ACO-01498-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): SIONARA DO ROCIO TEIXEIRA
Recorrido(s): REDE BOX LTDA
ADVOGADO(S): AMABILON DALCOMUNI-CLARICE MARIA DAL COMUNE-IDERALDO JOSE APPI-MARCELO TREVISAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-10940-2003-651-09-00-0-ACO-01583-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): MAGAZINE LUIZA S-A
Recorrido(s): OSMAR DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO(S): LUIZ ALEXANDRE LIPORONI MARTINS-PEDRO EUCLIDES UTZIG-ROSANA HORNE-VICENTE HIGINO NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar que as horas extras sejam apuradas com base nos controles de ponto juntados aos autos, sem qualquer exceção. Custas inalteradas.

TRT-PR-11493-2003-001-09-00-1-ACO-01535-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
Recorrido(s): VERLY RODRIGUES LINDMAYER
ADVOGADO(S): AMANDA CRISTHIANE ALMEIDA-ANA LUIZA MANZOCHI-ANTONIO DILSON PEREIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DAS RÉS, assim como das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS RECURSOS ORDINÁRIOS (analisados em conjunto) para, nos termos da fundamentação, declarar a prescrição do direito de ação e extinguir o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC, fazendo cessar os efeitos da decisão que deferiu o pedido de antecipação da tutela. Custas invertidas, pelo autor, dispensadas em virtude do deferimento dos benefícios da assistência judiciária gratuita (declaração de fl. 06).

TRT-PR-11520-2003-652-09-00-8-ACO-01666-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): OLAVO GONCALVES DA MAIA
Recorrido(s): CAIXA EXONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(S): DARIO ALMEIDA PASSOS DE FREITAS-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO DO AUTOR e, no mérito, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Ana Carolina Zaina, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para reincluir na lide a ré Funcef, declarando-a parte legítima para figurar no polo passivo da presente demanda, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-11548-2003-651-09-00-9-ACO-01714-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): ROBERTO GONCALVES DE SALES-CAIXA ECONOMICA FEDERAL-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): AMANDA CRISTHIANE ALMEIDA-ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA-CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DE AMBOS OS RECURSOS, ORDINÁRIO E ADESIVO. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMADA, analisado preferencialmente; por igual votação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para deferir diferenças da multa do FGTS, tudo nos termos da fundamentação. Custas invertidas.

TRT-PR-11604-2003-014-09-00-6-ACO-01731-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): MARLI VALENCA
Recorrido(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(S): ANTONIO DILSON PEREIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE e das contra-razões das reclamadas, bem como dos documentos de fls. 269-305 como subsídio jurisprudencial. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-11641-2003-001-09-00-8-ACO-01638-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
Recorrido(s): JOSEMARI BUDANT
ADVOGADO(S): ANA LUIZA MANZOCHI-ANTONIO DILSON PEREIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS DAS RÉS. No mérito, por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA SEGUNDA RÉ para, reconhecendo sua ilegitimidade passiva ad causam para responder pelos pedidos elencados na inicial, declarar a extinção do processo sem julgamento de mérito em relação à FUNCEF, nos termos do art. 267, VI, do CPC, restando prejudicado o exame dos demais itens do apelo. Por unanimidade de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO DA PRIMEIRA RÉ para, nos termos da fundamentação, declarar a prescrição total do direito de ação da autora e, por conseguinte, extinguir o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC. Como corolário lógico, resta prejudicado o exame da Medida Cautelar nº 11048-2004-909-09-00-0. Custas processuais invertidas.

TRT-PR-11752-2003-008-09-00-9-ACO-01720-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): JOSE MARTINS DE LIMA
Recorrido(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(S): AMANDA CRISTHIANE ALMEIDA-ANTONIO DILSON PEREIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões da reclamada FUNCEF, bem como dos documentos de fls. 181-221 como subsídio jurisprudencial. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-11754-2003-013-09-00-3-ACO-01721-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): MARILTON TOPPEL
Recorrido(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO(S): AMANDA CRISTHIANE ALMEIDA-ANTONIO DILSON PEREIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MOACYR FACHINELLO-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE e das contra-razões das reclamadas, bem como dos documentos de fls. 274-310 como subisídio jurisprudencial. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas na forma da lei.

TRT-PR-11759-2003-651-09-00-1-ACO-01513-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): TOM DA COR COMÉRCIO DE TINTAS LTDA
Recorrido(s): DANIEL SOARES MARTINS
ADVOGADO(S): CIZALE DALL'AGNOL BASSETTI-MARIA DE LOURDES VIEGAS GEORG-NILDA LOURENCO-VALDIR NUNES PALMEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, assim como das contra-razões e, no mérito, sem divergência de votos, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-11789-2003-004-09-00-1-ACO-01663-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL-FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS FUNCEF
Recorrido(s): JOAO SEIITI ETO
ADVOGADO(S): ANTONIO DILSON PEREIRA-GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MOACYR FACHINELLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS DAS RES. No mérito, por maioria de votos, vencida a Exma. Juíza Ana Carolina Zaina, DAR PROVIMENTO AOS RECURSOS para: 1) afastar a nulidade da limitação temporal de 24 meses para a utilização do PAMS pelos empregados que aderem ao PADV da empresa; 2) excluir da condenação a obrigação da Ré de reintegrar o Reclamante e seus dependentes ao Plano de Assistência; 3) afastar a pena de multa pelo inadimplemento da obrigação de fazer. Tudo nos termos da fundamentação. Custas invertidas, pelo Reclamante, dispensadas por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

TRT-PR-11860-2003-001-09-00-7-ACO-01400-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26248-2004
EMBARGANTE JOSEMARI VENSKE
Recorrente(s): JOSEMARI VENSKE
Recorrido(s): BANCO DO BRASIL S-A
ADVOGADO(S): ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA-LISIAS CONNOR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMANTE, bem assim conhecer dos documentos de fls. 102-109, como subsídios jurisprudenciais, mas não conhecer dos documentos de fls. 110-112 (Portarias), pois não são documentos novos. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-14301-2003-010-09-00-0-ACO-01499-2005
Órgão Julgador: 3A. TURMA
Origem: 10ª VT CURITIBA-PR
Relator: CELIO HORST WALDRAFF
Recorrente(s): IVERSON MOREIRA WASILEWSKI
Recorrido(s): RADIO INDEPENDENCIA DO PARANA LTDA
ADVOGADO(S): CHRISTIAN MARCELLO MANAS-MARCUS VINICIUS SASS TOLOTO-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO E DAS CONTRA-RAZÕES APRESENTADAS. No mérito, por igual votação e na forma da fundamentação, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR, para entender devidos os honorários advocatícios e incluir na condenação a parcela atinente a honorários advocatícios, na ordem de 15% sobre a condenação. Custas inalteradas.

TRT-PR-14654-2003-008-09-00-3-ACO-01357-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 08ª VT CURITIBA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
EMBARGADO V. Acordão n. 26909-2004
EMBARGANTE QUALITA ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA
BEL MASTER REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
Recorrente(s): BARBARA MYRTES GASPARELO COELHO
Recorrido(s): QUALITA ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO CIVIL LTDA-BEL MASTER REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA
ADVOGADO(S): FABIANA PALOMEQUE MAGANHOTTE-FREDERICO AUGUSTO KURAMOTO PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS RECLAMADAS e, no mérito, por igual votação, EM DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO para prestar esclarecimentos.

TRT-PR-14785-2003-006-09-00-8-ACO-01353-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
EMBARGADO V. Acordão n. 24733-2004
EMBARGANTE BRASIL TELECOM S-A
Recorrente(s): BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): MARIA LUIZA SARTORI
ADVOGADO(S): ANANIAS CEZAR TEIXEIRA-MARI NEUZA GERWINSKI-SEBASTIAO VERGO POLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação.

TRT-PR-16129-2003-002-09-00-4-ACO-01396-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: ENEIDA CORNEL
EMBARGADO V. Acordão n. 26246-2004
EMBARGANTE CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrente(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): ANSELMA JULIANA ROJAS
ADVOGADO(S): CAROLINA FERNANDES DE PAULA-CIRO CECCATTO-ROGERIO MARTINS CAVALLI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-16140-2003-004-09-00-7-ACO-01599-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY FERNANDO OLIVE MALHADAS
Recorrente(s): ANDRE LUIZ ANTUNES DE FARIA e outros(05)-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): CAROLINA FERNANDES DE PAULA-CIRO CECCATTO-MOACYR FACHINELLO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS DA RÉ E DOS AUTORES, assim como das contra-razões apresentadas. No mérito, por igual votação, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO DA RÉ para, nos termos da fundamentação: a) declarar prescrito o direito de ação dos Autores André Luiz Antunes de Faria, Arlete do Rocio Cabral e Diva Carvalho Paz, com relação aos quais extingue-se o processo com julgamento do mérito, na forma do artigo 269, IV, do CPC; b) excluir da condenação ao pagamento do auxílio-alimentação os Autores Claudete da Luz Antunes dos Santos e Edison Zuneda Serafini. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DOS AUTORES, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-17940-2003-004-09-00-5-ACO-01579-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ARILTON LUIS BACELLAR
Recorrido(s): BANCO DO BRASIL S-A
ADVOGADO(S): ARLINDO MENEZES MOLINA-MARCO ANTONIO ANDRAUS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-19554-2003-007-09-00-7-ACO-01551-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
Recorrente(s): HSBC BANK BRASIL S-A BANCO MULTIPLO
Recorrido(s): CYRUS GHOBAD
ADVOGADO(S): ANA SILVIA VOSS-DIOGO FADEL BRAZ-TOBIAS DE MACEDO-WILSON ROBERTO VIEIRA LOPES
DECISÃO: unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELO RECLAMADO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51242-2003-094-09-00-4-ACO-01359-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
EMBARGADO V. Acordão n. 20531-2004
EMBARGANTE CARMELITA PICKLER CABRAL-FI
Agravante(s): CARMELITA PICKLER CABRAL-FI
Agravado(s): IRIA DE LUCA PIERIN
ADVOGADO(S): ARNI DEONILDO HALL-LILIANE GRUHN PAGANI-MAXIMILIANO NAGL GARCEZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos juízes Benedito Xavier da Silva, Rosalie M. Bacila Batista e Marlene T. Fuverki Suguimatsu, DAR-LHES PROVIMENTO para, suprindo a omissão ocorrida relativamente à alegada impenhorabilidade de bem de família, que passam a fazer parte do v. acórdão nº 20531-04, reconhecer que a existência material da hipótese legal consubstanciada no art. 1º, da Lei 8009-90, no presente caso, não restou comprovada de forma robusta e eficaz, ou seja, o imóvel descrito no auto de penhora não possui natureza residencial, próprio da unidade familiar (executada), devendo ser mantida a penhora sobre o mesmo.

TRT-PR-51249-2003-091-09-00-7-ACO-01329-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT CAMPO MOURAO-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
EMBARGADO V. Acordão n. 25134-2004
EMBARGANTE PEROBALCOOL INDUSTRIAL DE ACUCAR E ALCOOL LTDA
AGROPECUARIA CANDYBA LTDA
Recorrente(s): PEROBALCOOL INDUSTRIAL DE ACUCAR E ALCOOL LTDA e outro-EDILSON RICARDO VASQUES-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): JOSE ANTONIO TRENTO-LAURO FERNANDO PASCOAL

DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. No mérito, por igual votação, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DAS RECLAMADAS, apenas para prestar esclarecimentos, sem atribuir-lhes qualquer efeito modificativo, nos termos da fundamentação.

TRT-PR-52589-2003-005-09-00-5-ACO-01461-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 05ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): JULIANA MARTINS ERICHSEN-FUNBEP FUNDO DE PENSAO MULTIPATROCINADO e outro-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): INDALECIO GOMES NETO-ISAIAS ZELA FILHO-MARIANNE SILVA MALVEZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE E DO RECURSO ADESIVO DOS RECLAMADOS, assim como, das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, EM DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DOS RECLAMADOS para, nos termos da fundamentação, acolher a prejudicial de mérito julgando prescrito o direito de ação dos Reclamantes, por conseguinte, resta prejudicado o exame do RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-54140-2003-651-09-00-1-ACO-01459-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 17ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): DARCI DA COSTA
Recorrido(s): EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS TERCEIRIZADOS S-C LTDA-BANCO ITAU S-A
ADVOGADO(S): ANGELO VIDAL DOS SANTOS MARQUES-ANTONIO CELESTINO TONELOTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões e, no mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-57394-2003-016-09-00-5-ACO-01450-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): FABIANO GIROTTO CORREA
Recorrido(s): ROYAL PALACE BINGO E DIVERSOES LTDA
ADVOGADO(S): JOSE DO CARMO BADARO-MARCIA S BADARO-PAULO ROBERTO RAZZOLINI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, na forma da fundamentação: a) deferir, como extra, o tempo mínimo do intervalo intrajornada não usufruído, com reflexos e incidência de FGTS; b) deferir a indenização pelos vales-transporte não fornecidos. Custas complementares, pela Reclamada, no importe de R$ 20,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 1.000,00.

TRT-PR-57510-2003-015-09-00-0-ACO-01428-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL EMATER
Recorrido(s): IRENE PERES FERREIRA
ADVOGADO(S): LEONARDO CASAGRANDE-RICARDO NUNES DE MENDONCA-VILSON OSMAR MARTINS JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA E DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da fundamentação: a) excluir a condenação ao pagamento de multa convencional; b) afastar a incidência de descontos fiscais e previdenciários. Custas inalteradas.

TRT-PR-57647-2003-009-09-00-2-ACO-01453-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES-SUELI CAVALLARI
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57649-2003-009-09-00-1-ACO-01451-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): SIRLEI DOS SANTOS BLOCKI-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57650-2003-009-09-00-6-ACO-01476-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): SIRLEI APARECIDA CARDOSO DE SA-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, em face de deserção. Por conseguinte, NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57652-2003-009-09-00-5-ACO-01455-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): SILVANA MAGALHAES PAULO DA LUZ-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57655-2003-009-09-00-9-ACO-01456-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES-SANDRA DE PAULA
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, em face de deserção. Por conseguinte, NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57659-2003-009-09-00-7-ACO-01452-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): NEUZA APARECIDA DE PAULA CARDOZO-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57660-2003-009-09-00-1-ACO-01418-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES-MARIA DIAS SIQUEIRA
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57662-2003-009-09-00-0-ACO-01436-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): MARILEIA DO PILAR CARDOSO DE FRANCA-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57665-2003-009-09-00-4-ACO-01435-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): MARIA ARLETE PIO DA SILVA-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57668-2003-009-09-00-8-ACO-01434-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): LEONILDA DO ROCIO SANTOS RODRIGUES-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57669-2003-009-09-00-2-ACO-01421-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): LILIANA MELLO-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57670-2003-009-09-00-7-ACO-01474-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): LOURDES DOS SANTOS MOREIRA-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57672-2003-009-09-00-6-ACO-01475-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): JORGE LUIZ DE SOUZA-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, em face de deserção. Por conseguinte, NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DO RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57677-2003-009-09-00-9-ACO-01419-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): LENIR SALETE ZOTTI GUEDES-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57682-2003-009-09-00-1-ACO-01429-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): EVA FLORES VARELA-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57687-2003-009-09-00-4-ACO-01454-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES-ELIDIA FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, em face de deserção. Por conseguinte, NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57688-2003-009-09-00-9-ACO-01427-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS-ECT
Recorrido(s): ADELINA DE JESUS-BANSERVIS S-C LTDA BANCO DE SERVICOS EVENTOS E PROMOCOES
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS BONET-IVES PONES-TKE-LAVITO UTATA WATANABE
DECISÃO: por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Ubirajara Carlos Mendes, EM NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA 2ª RECLAMADA – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, em face da deserção e, por conseguinte, EM NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-57798-2003-015-09-00-2-ACO-01420-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 15ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE CURITIBA
Recorrido(s): SUELY BASTOS REZENDE
ADVOGADO(S): CARLOS ROBERTO RIBAS SANTIAGO-JOELCIO FLAVIANO NIELS-ROBERTA ABAGGE SANTIAGO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA E DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, para excluir da condenação de horas extras os minutos residuais que não ultrapassem a cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-58062-2003-007-09-00-7-ACO-01430-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): JOSE GILBERTO DE OLIVEIRA
Recorrido(s): MERCEARIA PRISCILANES LTDA
ADVOGADO(S): MARIA LUCIA RIBEIRO MORANDO-OSMIRES JOAO CARLOS TURRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões, rejeitando a preliminar de deserção. No mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, condenar a Reclamada a pagar ao Autor: a) horas extras, com reflexos e incidência do FGTS, acrescido da multa de 40%; b) aviso prévio, com a incidência do FGTS, acrescido da multa de 40%; c) FGTS acrescido da multa de 40% sobre parcelas pagas. Custas, pela Reclamada, no importe de R$ 120,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 6.000,00.

TRT-PR-71009-2003-660-09-00-0-ACO-01594-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): EUCLIDES LOCATELLI
Agravado(s): PEDRO ALGACIR POSSIDONIO
ADVOGADO(S): JOSE LUCIO GLOMB-PAULO HENRIQUE CAMARGO VIVEIROS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-71013-2003-671-09-00-1-ACO-01710-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT TELEMACO BORBA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): CEREALISTA LAGEADO LTDA
Agravado(s): MATILDE DE FATIMA XAVIER MARTINS
ADVOGADO(S): ANTONIO MARCOS PEDROSO JUNIOR-SILVIO CESAR DE MEDEIROS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da terceira embargante e da contraminuta, rejeitando a preliminar de não conhecimento do apelo por deficiência de traslado. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, restringir à penhora à metade do bem imóvel constrito, excluindo-se a área em que localizada casa de morada em alvenaria com aprox. 80,00 m2. Custas na forma da lei. **EMENTA:** EMBARGOS DE TERCEIRO OPOSTOS POR PESSOA JURÍDICA-VÍNCULO EMPREGATÍCIO – DOMÉSTICO – EMPREGADOR SÓCIO DA EMBARGANTE – DESCONSIDERAÇÃO DA AUTONOMIA PATRIMONIAL DA PESSOA JURÍDICA – ARTIGO 620, DO CPC – Mantida parcialmente a constrição judicial sobre propriedade da empresa embargante, quando seu patrimônio confunde-se com o do casal de sócios, figurando o cônjuge varão como empregador, o qual desenvolve atividade empresarial em regime familiar, servindo o imóvel constrito ao mesmo tempo como sede da empresa e residência do executado e de sua família, envolvendo a demanda direitos resultantes de contrato com empregado doméstico. A certidão emitida pela Junta Comercial evidencia que sequer existe capital integralizado, na sociedade entre marido e mulher, desconsiderando-se a autonomia patrimonial da pessoa jurídica, para responsabilizá-la por obrigação do sócio, ante a confusão patrimonial entre os dois sujeitos de direito, entendidos como o estabelecimento e seu sócio. Penhora restrita, para excluir a área de moradia do sócio reclamado, com fulcro no artigo 620, do CPC.

TRT-PR-71018-2003-006-09-00-6-ACO-01336-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 06ª VT CURITIBA-PR
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 21073-2004
EMBARGANTE SANTA MARTA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
Agravante(s): SANTA MARTA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
Agravado(s): ESPOLIO DE WALMOR BRAGA
ADVOGADO(S): LUCIANO GUBERT DE OLIVEIRA-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO para, nos termos do Enunciado 297 do C. TST, prestar os esclarecimentos constantes da fundamentação, que passam a fazer parte integrante do acórdão embargado.

TRT-PR-71045-2003-016-09-00-6-ACO-01604-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 16ª VT CURITIBA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
Agravante(s): ANTONIO ROBERTO DOS ANJOS MANSUR
Agravado(s): MARIA REGINA CARMELITA ALBANO
ADVOGADO(S): ADRIANO MINOR UEMA-DANILO PORTHOS SCHRUTT-JOSE LEOCADIO DE CAMARGO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do embargante. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas acrescidas em R$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos) (artigo 789-A, inciso IV, da CLT).

TRT-PR-71067-2003-011-09-00-4-ACO-01373-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: FATIMA TERESINHA LORO LEDRA MACHADO
EMBARGADO V. Acordão n. 25074-2004
EMBARGANTE ITALO AMARAL
Agravante(s): ITALO AMARAL
Agravado(s): ARILDO SERAFIM PACHECO
ADVOGADO(S): DANILO EMILIO BERNARTT-DENILSON JANDERSON TROMBETTA-FLAVIO DIONISIO BERNARTT
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO.

TRT-PR-71072-2003-009-09-00-0-ACO-01709-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): ARMANDO MARQUES THOMAZ JUNIOR
Agravado(s): JOAO ALESSIO MENEZES
ADVOGADO(S): BENEDITO GOMES BARBOZA-FRANCISCO CUNHA SOUZA FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do recurso. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para julgar procedentes os embargos de terceiro e determinar o levantamento da penhora, liberando da constrição judicial o apartamento nº 62, do Edifício Lago Michigan, de propriedade dos agravantes, tudo nos termos da fundamentação. Custas invertidas. **EMENTA:** FRAUDE À EXECUÇÃO. IMÓVEL COMERCIALIZADO NA PLANTA. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. SUBSTITUIÇÃO E POSTERIOR ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. Constitui mercadoria de empresa construtora e incorporadora de imóveis, apartamento vendido na planta, mediante compromisso particular de compra e venda, com entrega futura. Inadimplida esta obrigação, a substituição do bem compromissado por outro em edifício diverso, implica na continuação do negócio, com aproveitamento dos valores até então pagos. Se entre o início da transação, quando inexistia ação trabalhista ajuizada, até seu término, quando pendia ação contra a executada, houve a concretização do negócio, com escritura pública de compra e venda embora lavrada posteriormente ao aforamento da ação, não há que se falar em fraude à execução, porque ausentes os requisitos do art. 593, inc. II, do CPC, mormente prova de que os adquirentes tinham prévia ciência da referida ação. Ausente a fraude à execução, provimento do recurso, para acolher os embargos de terceiro e liberar o imóvel da constrição judicial.

TRT-PR-71090-2003-020-09-00-0-ACO-01711-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 01ª VT MARINGA-PR
Relator: LUIZ CELSO NAPP
Agravante(s): JOCELINE DA SILVEIRA
Agravado(s): SANEMITU NISIDOZI
ADVOGADO(S): CLORIS DE FATIMA CAMPESTRINI-EDILSON AVELAR SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição da exeqüente e da contraminuta. No mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas. **EMENTA:** IMPENHORABILIDADE – BEM DE FAMÍLIA – ARTIGO 5°, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 8.009-90 – IMÓVEL DE MAIOR VALOR – A exceção do parágrafo único do artigo 5°, da Lei 8.009-90 dirige-se apenas à hipótese de utilização de vários imóveis como residência, pelo casal ou entidade familiar. Deste modo, ainda que os executados possuam imóvel de menor valor, reveste-se da natureza de bem de família apenas aquele "imóvel residencial próprio do casal, ou da entidade familiar", segundo a definição legal (art. 1°, daquele diploma legal) recaindo a impenhorabilidade sobre aquele que sirva de efetiva residência.

TRT-PR-86012-2003-662-09-00-0-ACO-01410-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: 04ª VT MARINGA-PR
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
Agravante(s): LEONILDA BRAGA ARRUDA
Agravado(s): CLERO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA-ME
ADVOGADO(S): ROGERIO LEANDRO RODRIGUES-RUDINEI FRACASSO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição do exeqüente. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para rejeitar a exceção de pré-executividade, reconhecendo a sucessão de empresas e determinando o prosseguimento da execução em face da empresa Clero Indústria e Comércio de Uniformes Ltda., a qual passa a integrar o pólo passivo, nos termos do fundamentado. Custas, pela agravante, inexistentes. **EMENTA:** Exceção de pré-executividade. Não cabimento. Admite-se a utilização da exceção de pré-executividade, no processo do trabalho, somente para atender a situações excepcionais, nas quais se discutam as condições da ação, os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, ou outras questões que impliquem nulidade absoluta ou extinção do processo executivo quando ainda não garantido o juízo. Caso contrário, o meio adequado para a insurgência da executada, inclusive quanto às matérias referidas, são os embargos à execução.

TRT-PR-91015-2003-652-09-00-9-ACO-01741-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 18ª VT CURITIBA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): FUNDACAO INSTITUTO TECNOLOGICO INDUSTRIAL FUNDACEN-COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA CIC
Recorrido(s): SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ENTIDADES CULTURAIS RECREATIVAS DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ORIENTACAO E FORMACAO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANA
ADVOGADO(S): FRANCISCO FERRAZ BATISTA-PAULO ROBERTO MAGNABOSCO-ROSSANA MOREIRA GOMES
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA FUNDACEN e das respectivas contra-razões, mas NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA CIC, por deserto. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DA FUNDACEN, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-96006-2003-007-09-00-0-ACO-01536-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 07ª VT CURITIBA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): GILVAN APARECIDO SOARES DOS SANTOS
Recorrido(s): SINDICO: MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES-CASIMIRO LIBIEDZIEJEWSKI-ELOAH NATAL LIBIEDZIEJEWSKI-MASSA FALIDA DE METALURGICA LIDER LTDA-AFONSO CELSO SILVA NATAL
ADVOGADO(S): EDSON SANTOS MARTINS-LUIZ FERNANDO ZORNIG FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS REQUERENTES e, no mérito, por igual votação, e com ressalvas do Exmo. Juiz Dirceu Pinto Junior (Revisor), quanto à fundamentação, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00009-2004-668-09-00-7-ACO-01587-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT MARECHAL CANDIDO RONDON-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): EDISON AUGUSTO MARTINS
Recorrido(s): INSTITUTO BRASILEIRO DE INTEGRACAO E DESENVOLVIMENTO PRO-CIDADAO IBIDEC
ADVOGADO(S): LUIZ SEGUNDO GIACOMINI-MARCELO MARCOS CARDOSO-VICTOR BENGHI DEL CLARO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para deferir ao autor horas extras e reflexos, nos termos da fundamentação. Custas invertidas, pelo Reclamado, no importe de R$80,00, sobre o valor provisoriamente arbitrado à condenação de R$4.000,00..

TRT-PR-00016-2004-095-09-00-2-ACO-01763-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): UNIAO
Recorrido(s): ANANIAS DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-DENIS DYNKOWSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA, mas NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", nos termos do Enunciado n.º 303, alínea "a", do TST. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO AO RECURSO para, nos termos da fundamentação, acolhendo a prescrição bienal, julgar improcedente o pedido e consequentemente, extinguir o processo com julgamento do mérito, com fulcro no art. 269, inciso IV, do CPC. Custas pelo Reclamante, calculadas sobre o valor da causa e dispensadas em face da assistência judicária deferida em sentença.

TRT-PR-00025-2004-658-09-00-2-ACO-01773-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): MIGUEL ZUBEK
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-UNIAO
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-DENIS DYNKOWSKI-MARIANNE SILVA MALVEZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO, por insuficiência de alçada. Custas inalteradas.

TRT-PR-00033-2004-094-09-00-3-ACO-01512-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT FRANCISCO BELTRÃO-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): BANCO ITAU S-A E OUTRO-DEOCLIDES COELHO NURIMBERG-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): MARCELO DE OLIVEIRA LOBO-MOACIR SALMORIA-MONICA FRANCO BRESOLIN BOAL – INDALECIO GOMES NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELOS RECLAMADOS E DO RECURSO ADESIVO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas. Recolocado o processo em julgamento, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO DOS RECLAMADOS para, nos termos da fundamentação, declarar a incompetência absoluta, em razão da matéria, da Justiça do Trabalho e, via de conseqüência, extinguir-se a ação, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, IV, do CPC, restando prejudicado o exame das demais matérias recursais e do recurso adesivo do Reclamante. Custas invertidas.

TRT-PR-00044-2004-669-09-00-2-ACO-01608-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: VT ROLANDIA-PR
Relator: SUELI GIL EL-RAFIHI
Recorrente(s): JORGE RUDNEY ATALLA
Recorrido(s): FRANCISCO RAFAEL MONTEIRO
ADVOGADO(S): MARCOS VINICIUS ROSIN-MOZART GARCIA OLIVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR O RECURSO DOS RÉUS. No mérito, sem divergência de votos, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO para, na forma da fundamentação: a) excluir a declaração de existência de grupo econômico, mantendo, porém, a condenação solidária dos réus; b) declarar prescrito o direito de ação relativo aos haveres trabalhistas exigíveis anteriormente a 19-01-99; c) excluir a multa prevista no artigo 22 da Lei 8036-90; d) excluir a condenação relativa aos honorários advocatícios; e) autorizar a incidência dos descontos previdenciários sobre o total dos créditos da autora, observado o limite máximo do salário de contribuição; f) excluir a condenação relativa a honorários advocatícios; g) determinar que a correção monetária referente a salário em sentido estrito incida a partir do mês seguinte ao da prestação do trabalho, observando-se, quanto às demais prestações, a época em que se tornaram legalmente exigíveis. Custas reduzidas, no importe de R$ 200,00, calculadas sobre o novo valor provisoriamente atribuído à condenação, de R$ 10.000,00.

TRT-PR-00047-2004-909-09-00-7-ACO-01691-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
IMPETRANTE(s): LEONE CHAMECKI
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA 3A. VT DE CURITIBA-
LITISC: FAUSTINO DA CRUZ SILVA-
LITISC: SOLOTECNICA SOCIEDADE CIVIL LTDA
ADVOGADO(S): LINCOLN EDUARDO ALBUQUERQUE DE CAMARGO FILHO
VINCULADO-00047-2004-909-09-40-1-
ADV.PROC.VINC: LINCOLN EDUARDO ALBUQUERQUE DE CAMARGO FILHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança, cassando a liminar anteriormente deferida. Custas sobre o valor dado à causa, R$ 1.000,00, no importe de R$ 20,00, dispensadas.

TRT-PR-00067-2004-666-09-00-8-ACO-01483-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT JAGUARIAIVA-PR
Relator: ROBERTO DALA BARBA
Recorrente(s): LAURO CHAGAS DE OLIVEIRA
Recorrido(s): PLACAS DO PARANA S-A
ADVOGADO(S): ADALBERTO CARAMORI PETRY-JULIAN DERCIL SOUZA SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e das contra-razões. Recolocado o processo em julgamento, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Benedito Xavier da Silva, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. Custas inalteradas.

TRT-PR-00100-2004-909-09-00-0-ACO-01682-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
IMPETRANTE(s): VEST HAKME INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ EM EXERCICIO NA 2A. VT DE LONDRINA-
LITISC: ANDREIA CRISTINA FIGUEIREDO
ADVOGADO(S): MARCELO DE CARVALHO SANTOS-VALENTIM ZAZYCKI
VINCULADO-00100-2004-909-09-40-4-
ADV.PROC.VINC: MARCELO DE CARVALHO SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, DENEGAR a segurança, nos termos do fundamentado. Por igual votação, JULGAR sem objeto o ARL 00100-2004-909-09-40-4, extinguindo-o sem julgamento do mérito, ausente interesse processual (art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil). Custas, pela impetrante sobre o valor dado à causa (R$ 1.000,00), no importe de R$ 20,00. **EMENTA:** Mandado de segurança. Penhora on line. Execução definitiva. A pendência de agravo de instrumento referente a recurso de revista interposto em execução, contra aresto prolatado em agravo, não induz a se entender pela provisoriedade do título executivo. Esta, de que trata a OJ nº 62 da SBDI II do C. TST), não se confunde, evidentemente, com pendências posteriores, verificadas no processo de execução.

TRT-PR-00104-2004-660-09-00-0-ACO-01662-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
Recorrente(s): OSMAR JOSE DE ANDRADE
Recorrido(s): JC ASSISTENCIA TECNICA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
ADVOGADO(S): GILMAR PAVESI-GISLAINE DO ROCIO ROCHA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, tudo nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-00108-2004-671-09-00-1-ACO-01515-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: VT TELEMACO BORBA-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): WALDELICE ALVES CARLOTO
Recorrido(s): EIZENDEHER MACIEL & ALMEIDA LTDA-MACRO EDICOES LTDA
ADVOGADO(S): ALBERTO AUGUSTO DE POLI-ANDERSON TOLEDO NUNES PEREIRA-SILVIO CESAR DE MEDEIROS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO, condenando o reclamando no pagamento do FGTS, conforme postulado na petição inicial. Custas inalteradas.

TRT-PR-00129-2004-071-09-00-8-ACO-01576-2005
Órgão Julgador: 2A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Recorrente(s): ODILA DE SOUZA FURLAN
Recorrido(s): N LONGO & CIA LTDA
ADVOGADO(S): HERIBERTO RODRIGUES TEIXEIRA-MARCIA SANDRA TUMELERO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) afastar a observância do acordo compensatório determinada pela sentença, a partir de 27-10-2003, data de sua assinatura, mantendo os mesmos critérios e jornadas definidas pela sentença para os períodos anteriores; b) acrescer à condenação o pagamento do tempo sonegado dos intervalos previstos no artigo 384 da CLT, com reflexos, mantidos os demais parâmetros relativos às horas extras da sentença recorrida; c) determinar a satisfação do valor apurado a maior de recolhimentos fiscais pela reclamada. Custas acrescidas, pela reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado de R$2.000,00, no importe de R$40,00.

TRT-PR-00156-2004-660-09-00-6-ACO-01761-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 02ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: NAIR MARIA RAMOS GUBERT
Recorrente(s): VILSON DO PRADO
Recorrido(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOAO ANTONIO PIMENTEL-JOSE ADRIANO MALAQUIAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE, mas NÃO CONHECER DA REMESSA "EX OFFICIO", nos termos do Enunciado n.º 303, alínea "a", do TST. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, determinar que atualização monetária dos valores do FGTS deve obedecer os índices de atualização dos débitos trabalhistas. Custas isentas.

TRT-PR-00232-2004-909-09-00-1-ACO-01685-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
IMPETRANTE(s): ANTONIO HENRIQUE DE SOUZA MASCARENHAS NETO
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ EM EXERCICIO NA 18ª VT DE CURITIBA-
LITISC: LUCIANA DE SA
ADVOGADO(S): CHARLES MICHEL LIMA DIAS
VINCULADO-00232-2004-909-09-40-6-
ADV.PROC.VINC: CHARLES MICHEL LIMA DIAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONCEDER a segu-

rança, confirmando o deferimento da liminar, no sentido de determinar a liberação da conta-corrente 12.510-5, Ag. 1432-X do Banco do Brasil S-A, bloqueada na execução processada nos autos de RT 17.878-00 da MM. 18ª VT Curitiba, nos termos do fundamentado. Sem custas. **EMENTA:** Mandado de segurança. Penhora de conta-corrente de funcionário público. O ato judicial que determina o bloqueio sobre numerário de funcionário público fere direito líquido e certo (art. 649, IV, do CPC). Ainda que a prova seja extemporânea, deve ser admitida, evitando-se que prevaleça um aspecto formal sobre o bem maior a ser protegido, a fonte de subsistência. Liminar que se confirma, em definitivo.

TRT-PR-00244-2004-909-09-00-6-ACO-01694-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): ACUCAR E ALCOOL BANDEIRANTES S-A
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA VT CORNELIO PROCOPIO-
LITISC: MAURO DA SILVA
ADVOGADO(S): CARLA CRISTINA CHRISPIM DOS SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança, nos termos da fundamentação. Custas, calculadas sobre o valor atribuído à ação (R$ 10.000,00) no importe de R$ 200,00 (duzentos reais), a princípio devidas pela impetrante, são dispensadas com base no art. 1º, I, c-c art. 3º, ambos da Portaria nº 289 do Ministério da Fazenda, de 31-10-97, com a redação atual dada pela Portaria nº 248, também do Ministério da Fazenda, de 07-08-2000.

TRT-PR-00254-2004-909-09-00-1-ACO-01767-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
IMPETRANTE(s): TABELIONATO E REGISTRO CIVIL SANTA QUITERIA
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA 10ª VT DE CURITIBA-
LITISC: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS
ADVOGADO(S): BIRATAN DE OLIVEIRA-NILZO ANTONIO RODA DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONCEDER a segurança, confirmando o deferimento da liminar, no sentido de suspender a execução relativa a contribuições previdenciárias, nos autos de PS 6.147-02 da MM. 10ª VT Curitiba, embasada nos cálculos de fls. 71-72, nos termos do fundamentado. Sem custas. **EMENTA:** Mandado de segurança. Execução de cálculos estranhos à lide. Direito líquido e certo. Observando-se que os cálculos homologados, referentes a contribuições previdenciárias, são estranhos à lide, existe direito líquido e certo da executada em pleitear o estancamento da execução.

TRT-PR-00279-2004-909-09-00-5-ACO-01688-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
IMPETRANTE(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ EM EXERCICIO NA 12ª VT DE CURITIBA-
LITISC: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE CURITIBA E REGIÃO SIEMACO-
LITISC: SENTINELA SERVICOS ESPECIAIS S-C LTDA
ADVOGADO(S): JAMES DANTAS-MAURICIO GOMES DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONCEDER a segurança, confirmando a liminar que suspendeu os efeitos da decisão reproduzida às fls. 697-698, de embargos declaratórios opostos pela empresa Sentinela, e não pelo Sindicato-autor, da forma como constou erroneamente, nos termos do fundamentado. Sem custas. **EMENTA:** Mandado de segurança. Embargos declaratórios com efeito modificativo sem ouvida da parte contrária. Decisão de embargos declaratórios, que confere efeito modificativo ao julgado, sem prévia notificação do adverso, interessado, e, ainda, ao mesmo tempo, impõe-lhe sanção, é atacável por mandado de segurança, único meio de que dispõe a parte para a suspensão imediata, até o recurso próprio

TRT-PR-00292-2004-909-09-00-4-ACO-01687-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
IMPETRANTE(s): CELSO VALERIO AVANCI
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ EM EXERCICIO NA 12ª VT DE CURITIBA-
LITISC: JULIA DA SILVA
ADVOGADO(S): DOUGLAS DOS SANTOS-JAMIL NABOR CALEFFI
VINCULADO-00292-2004-909-09-40-9-
ADV.PROC.VINC: DOUGLAS DOS SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, DENEGAR a segurança, nos termos do fundamentado. Custas, pelos impetrantes, sobre o valor dado à causa (R$ 500,00), no importe de R$ 10,00, dispensadas (Instrução Normativa nº 82 da Secretaria da Receita Federal, de 27 de dezembro de 1996). **EMENTA:** Mandado de segurança. Insurgência contra a citação dos sócios na execução. Ausente direito líquido e certo. Verificada a insuficiência de patrimônio da sociedade, os bens dos sócios ficam sujeitos à execução, ilimitadamente, até o pagamento dos créditos dos empregados, vez que não se concebe que o trabalhador, contratado para a prestação de serviços, em benefício de sociedade na qual atuou, se apresente desprovido de qualquer proteção contra os atos praticados por esta. Com efeito, a sociedade executada se furta às suas obrigações detrás de uma veste da ficção criada por lei para o desenvolvimento do comércio: o da personificação dos entes coletivos. Nessa esteira, ausente liquidez e certeza, não se cogita de periculum in mora ou de irreparabilidade de dano a ensejar o estancamento de execução contra sócios.

TRT-PR-00299-2004-909-09-00-6-ACO-01713-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ CELSO NAPP
IMPETRANTE(s): JOAO MARIA FERREIRA
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA VT DE IRATI-
LITISC: MARIA NEUSA FORMANKEVSKI DE LIMA
ADVOGADO(S): NELSON ANCIUTTI BRONISLAWSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança. No mérito, por maioria de votos, vencidos os excelentíssimos juízes Rosemarie Diedrichs Pimpão, Ana Carolina Zaina e Roberto Dala Barba, CONCEDER PARCIALMENTE a segurança pleiteada pelo impetrante, apenas para limitar a penhora dos proventos da aposentadoria ao importe de 10% do valor líquido. Custas pela litisconsorte, sobre o valor atribuído à causa de R$ 100,00 (cem reais), no importe de R$ 2,00 (dois reais), dispensadas. **EMENTA:** PROVENTOS DA APOSENTADORIA – IMPENHORABILIDADE – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE PARA SATISFAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA – EQUIVALÊNCIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA. A penhora de proventos da aposentadoria encontra óbice no art. 649 do CPC, classificada a hipótese na qualidade de bem absolutamente impenhorável. No entanto, o despacho acoimado de ilegal, ao interpretar a norma jurídica, considerou-a em relação à posição que ocupa no todo do ordenamento jurídico, e não baseada tão-só, na interpretação isolada da regra legal. Tal interpretação encontra perfeita adequação entre meio e fim, por ser iniludivelmente compatível com os valores constitucionais, e conduz em última análise à consecução finalística da vontade legal, quando se depara, como na espécie, na equivalência de valores ou semelhança de direitos fundamentais. De um lado o trabalhador porfiando por auferir as verbas alimentares hauridas legitimamente através de sentença passada em julgado, e indispensável ao seu sustento e de sua família. De outro, seu empregador, com parcos recursos decorrentes dos proventos de aposentadoria, e como se não bastasse, com a saúde comprometida, como demonstram os documentos acostados aos autos. De sorte que a solução compatível entre os direitos equivalentes, erigindo-se um meio alternativo, uma medida justa e controladora, destinada a evitar restrições de qualquer espécie às partes envolvidas e ao mesmo tempo, paralelamente, fazer com que seja observado o princípio fundamental atinente à interpretação da lei a que antes se fez referência, é a que nos afigura a mais correta. Por tais razões, entendo que o despacho objurgado não pode, em última análise, ser considerado ilegal. Contudo, atendendo-se ao critério da razoabilidade, limito a penhora a penhora a apenas 10% dos proventos líquidos do impetrante, o que não descura a natureza salarial do valor para ambas as partes.

TRT-PR-00337-2004-909-09-00-0-ACO-01692-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
IMPETRANTE(s): TEAM ROBOTICA INDUSTRIA DI TECNOLOGIA ELETTRICA AUTOMAZIONE MECCANICA LTDA
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ TITULAR DA 3A. VT DE CURITIBA-
LITISC: CELIO LEODORO DE PAIVA
ADVOGADO(S): PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN-RODRIGO PUPPI BASTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança. Custas sobre o valor dado à causa, R$ 7.000,00, no importe de R$ 140,00.

TRT-PR-00355-2004-909-09-00-2-ACO-01684-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
IMPETRANTE(s): KATIA THOMAZ CONERADO
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA 14ª VT DE CURITIBA-
LITISC: HSBC SEGUROS BRASIL S-A
ADVOGADO(S): ROSANGELA LISBOA CONERADO-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, DENEGAR a segurança, nos termos do fundamentado. Custas pela impetrante, sobre o valor dado à causa (R$ 10.600,00-dez mil e seiscentos reais-fl. 33), no importe de R$ 212,00 (duzentos e doze reais). **EMENTA:** Mandado de segurança. Antecipação de tutela. Reintegração. Ausência de direito líquido e certo. Se o pretenso adiantamento de reintegração tem por base jurídica a estabilidade provisória de que trata o art. 118 da Lei nº 8.213-91, mas vários documentos (atestados médicos, CAT, ressalva contida no termo rescisório), apesar de sinalizarem para enfermidade, não dão conta da ocorrência, ou do direito, ao afastamento do emprego por período superior a 15 (quinze) dias (Decreto nº. 3048-99, arts. 71, 104 e 346), requisito necessário à estabilidade supra, não há elementos suficientemente fortes para a antecipação da tutela, a qual só poderá, mesmo, ser apreciada no mérito. Segurança denegada.

TRT-PR-00375-2004-909-09-40-8-ACO-01697-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): ROSANA VEIGA GUIMARAES
Agravado(s): EXMA SRA Juíza RELATORA DRA MARLENE T FUVERKI SUGUIMATSU
ADVOGADO(S): CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO-PATRICIA DE CASTRO CAMARGO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo regimental e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-00399-2004-909-09-00-2-ACO-01693-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
IMPETRANTE(s): COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA VT DE CORNELIO PROCOPIO-
LITISC: LUIZ CARLOS GONCALVES
ADVOGADO(S): SERGIO ROBERTO GIATTI RODRIGUES
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança. Custas sobre o valor dado à causa, R$ 11.679,19, no importe de R$ 233,58.

TRT-PR-00406-2004-909-09-00-6-ACO-01686-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
IMPETRANTE(s): JOAO SKELENIARCZ MALANSKI
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza TITULAR DA VT DE IRATI-
LITISC: PAULO CESAR RUPPEL
ADVOGADO(S): NELSON ANCIUTTI BRONISLAWSKI
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONCEDER a segurança, sustando, em definitivo, a ordem de bloqueio de valores creditados mensalmente em favor dos impetrantes nos Bancos HSBC (cta-0399-0068-90205-62) e Itaú S-A (ag. 2951, cta. 7760), a título de aposentadoria, certo que o excedente poderá ser objeto de penhora, mantendo, ainda, a determinação para que os valores porventura já bloqueados devam ser disponibilizados aos impetrantes, nos termos do fundamentado. Sem custas. **EMENTA:** Proventos de aposentadoria. Impenhorabilidade absoluta. Valores provenientes de benefícios de aposentadoria não podem ser bloqueados, porquanto correspondem a salário, não passíveis de apreensão judicial, em face do princípio da impenhorabilidade absoluta. Inteligência do art. 649, inciso I, do CPC c-c art. 114 da Lei nº 8.213-91.

TRT-PR-00414-2004-909-09-40-7-ACO-01696-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): REDE FERROVIARIA FEDERAL S-A RFFSA EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
Agravado(s): EXMA SRA Juíza RELATORA DRA MARLENE T FUVERKI SUGUIMATSU
ADVOGADO(S): JOAO AUGUSTO DA SILVA-JOAO LUIZ FERNANDES JUNIOR
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo regimental e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-00420-2004-909-09-00-0-ACO-01698-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): IVALDO MELO RODRIGUES
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ EM EXERCICIO NA 4A. VT DE MARINGA-
LITISC: COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL
ADVOGADO(S): AVANILSON ALVES ARAUJO-JOSE LUIS JACOBUCCI FARAH
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança e, no mérito, por igual votação, DENEGAR a segurança, nos termos da fundamentação. As custas, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 1.000,00), no importe de R$ 20,00, a princípio devidas pelo impetrante, são dispensadas com base no art. 1º, I, combinado com o art. 3º, ambos da Portaria n.º 289, do Ministério da Fazenda, de 31.10.1997, com a redação atual dada pela Portaria n.º 248, também do Ministério da Fazenda, de 07.08.2000.

TRT-PR-00433-2004-909-09-00-9-ACO-01701-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ CELSO NAPP
IMPETRANTE(s): HILARIO ROSSI
IMPETRADO(s): EXMO SR JUIZ DO TRABALHO EM EXERCICIO NA VT DE ARAPONGAS-
LITISC: CICERO BARROS LEAL
ADVOGADO(S): RICARDO PENACHIN NETO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR o mandado de segurança. Por igual votação, EXTINGUIR o processo sem julgamento do mérito, por perda de objeto, nos termos da fundamentação. Custas sobre o valor ora atribuído à ação, de R$ 1.000,00, no importe de R$ 20,00, dispensadas.

TRT-PR-00438-2004-909-09-00-1-ACO-01700-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): SANDRO LUIZ QUIRINO
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA 5A. VT DE CURITIBA-
LITISC: SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTICA DO TRABALHO NO PARANA SINJUTRA
ADVOGADO(S): JOSE LUIZ CARDOZO LAPA
DECISÃO: por unanimidade de votos, JULGAR EXTINTO o processo sem o julgamento do mérito por perda de objeto. As custas, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 500,00), no importe de R$ 10,00, são dispensadas com base no art. 1º, I, combinado com o art. 3º, ambos da Portaria n.º 289, do Ministério da Fazenda, de 31.10.1997, com a redação atual dada pela Portaria n.º 248, também do Ministério da Fazenda, de 07.08.2000.

TRT-PR-00440-2004-909-09-00-0-ACO-01699-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
IMPETRANTE(s): CLAUDIO AUGUSTO PADILHA
IMPETRADO(s): EXMA SRA Juíza EM EXERCICIO NA 5A. VT DE CURITIBA-
LITISC: SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTICA DO TRABALHO NO PARANA SINJUTRA
ADVOGADO(S): JOSE LUIZ CARDOZO LAPA
DECISÃO: por unanimidade de votos, JULGAR EXTINTO o processo sem o julgamento do mérito por perda de objeto. As custas, calculadas com base no valor atribuído à ação (R$ 500,00), no importe de R$ 10,00, são dispensadas com base no art. 1º, I, combinado com o art. 3º, ambos da Portaria n.º 289, do Ministério da Fazenda, de 31.10.1997, com a redação atual dada pela Portaria n.º 248, também do Ministério da Fazenda, de 07.08.2000.

TRT-PR-00442-2004-909-09-40-4-ACO-01695-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MARLENE T. FUVERKI SUGUIMATSU
Agravante(s): BANCO ABN AMRO BRASIL S-A
Agravado(s): EXMA SRA Juíza RELATORA DRA MARLENE TEREZINHA FUVERKI SUGUIMATSU
ADVOGADO(S): MARISSOL JESUS FILLA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo regimental e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inexistentes.

TRT-PR-06006-2004-909-09-00-4-ACO-01690-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
AUTOR(es): MONOFIL COMPANHIA INDUSTRIAL DE MONOFILAMENTOS
RÉU(s): SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA DE FIACAO E TECELAGEM DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): AGENIR BRAZ DALLA VECCHIA-MAURICIO BORBA
VINCULADO-06006-2004-909-09-40-9-
ADV.PROC.VINC: AGENIR BRAZ DALLA VECCHIA
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR a ação rescisória. No mérito, por igual votação, JULGAR PROCEDENTE o pedido formulado na inicial para, nos termos da fundamentação, rescindir parcialmente sentença proferida nos autos de RT 866-2002 da 1ª VT Ponta Grossa, no que condenou a autora ao pagamento de contribuição assistencial ou taxa de reversão salarial dos trabalhadores não associados ao sindicato profissional autor daquela ação. Custas pelo réu, sobre o valor da causa.

TRT-PR-06036-2004-909-09-00-0-ACO-01764-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ CELSO NAPP
AUTOR(es): EVERSON LUIS LOPES
RÉU(s): COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTONOMOS DE CURITIBA-MUNICIPIO DE CURITIBA
ADVOGADO(S): DEONILDO LUIZ BORSATTI-JONAS ANTONIO DOS SANTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR a ação rescisória e, por igual votação, REJEITAR as preliminares argüidas. No mérito, sem divergência de votos, REJEITAR o pedido de rescisão do acordo homologado. Custas pelo autor sobre o valor da causa de R$ 8000,00 (oito mil reais), no importe de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), dispensadas.

TRT-PR-06052-2004-909-09-00-3-ACO-01765-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
AUTOR(es): TEREZINHA APARECIDA MOREIRA DA SILVA
RÉU(s): MUNICIPIO DE PONTA GROSSA
ADVOGADO(S): JOAO ANTONIO PIMENTEL-JOSE ADRIANO MALAQUIAS-VIRGINIA TONIOLO ZANDER
DECISÃO: por unanimidade de votos, ADMITIR a ação rescisória. No mérito, por igual votação, JULGÁ-LA IMPROCEDENTE. Custas no importe de R$ 20,00, calculadas sobre o valor de R$ 1.000,00, atribuído à causa, de cujo recolhimento está isenta a autora.

TRT-PR-06068-2004-909-09-00-6-ACO-01350-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LAUREMI CAMAROSKI
EMBARGADO V. Acordão n. 24670-2004
EMBARGANTE ALTERINO DOS SANTOS MACHADO
AUTOR(es): ALTERINO DOS SANTOS MACHADO
RÉU(s): SWEDISH MATCH DO BRASIL S-A
ADVOGADO(S): AMERICO DE MORAES SALDANHA-JOAO CARLOS REQUIAO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER dos embargos de declaração interpostos pelo autor. No mérito, por igual votação, DAR-LHES PROVIMENTO PARCIAL para prestar os esclarecimentos constantes da fundamentação, os quais pas-

sam a fazer parte integrante do acórdão embargado.

TRT-PR-11012-2004-909-09-00-3-ACO-01689-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
AUTOR(ES)BRASIL TELECOM S-A
RÉU(s): EDIVALDO COLOMBO
ADVOGADO(S): EDUARDO GOMES FRENEDA-INDALECIO GOMES NETO-ROBERTO MURAWSKI RABELLO-SILVANA MOREIRA FARIA
VINCULADO-11012-2004-909-09-40-8-
ADV.PROC.VINC: EDUARDO GOMES FRENEDA
INDALECIO GOMES NETO
TATIANE RAQUEL BASTOS
DECISÃO: por unanimidade de votos, REJEITAR a medida cautelar, julgando extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, I, do CPC, de acordo com o fundamentado. Por igual votação, de consequência, JULGAR SEM OBJETO o ARL 11012-2004-909-09-40-8, extinguindo-o sem julgamento do mérito, ausente interesse processual (art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil). Custas sobre o valor conferido à causa (R$ 1.000,00-hum mil reais), no importe de R$ 20,00 (vinte reais). **EMENTA:** Medida Cautelar. Pretendido estancamento da execução de ordem para reintegrar empregado dispensado por sucessora de sociedade de economia mista sem motivação. Não encontra amparo em medida cautelar, ausentes os requisitos do fumus boni juris e do periculum in mora, insurgência contra manutenção de ordem para reintegração de empregado admitido por sociedade de economia mista e dispensado, imotivadamente, por sua sucessora. Inegável, na hipótese, a razoabilidade do direito material invocado pelo empregado na reclamação trabalhista.

TRT-PR-11017-2004-909-09-00-6-ACO-01681-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: LUIZ EDUARDO GUNTHER
AUTOR(ES)PANIFICADORA E CONFEITARIA CRAVO E CANELA LTDA
RÉU(s): LUIZ ADEMIR FELIX
ADVOGADO(S): ANDRE LUIZ DRIMEL DIAS-APARECIDO FERREIRA COUTO
VINCULADO-11017-2004-909-09-40-0-
ADV.PROC.VINC: ANDRE LUIZ DRIMEL DIAS
APARECIDO FERREIRA COUTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, ACOLHER PARCIALMENTE a medida cautelar para, em definitivo, suspender, até decisão final a ser proferida na AR 06133-2004-909-09-00-3, a execução processada na RT 7.281-00 da MM. 14ª VT Curitiba, exceto no que se refere ao valor de R$ 10.344,99, nos termos do fundamentado. Sem custas. **EMENTA:** Medida Cautelar. Requisitos. Evidenciando-se a plausibilidade do direito invocado (desconstituição de acórdão que denota erro de fato), impõe-se o acolhimento de medida cautelar para estancar, provisoriamente, o processo executivo.

TRT-PR-11047-2004-909-09-00-2-ACO-01555-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO-PARANÁ
Relator: MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
AUTOR(ES)CAIXA ECONOMICA FEDERAL
RÉU(s): VERLY RODRIGUES LINDMAYER
ADVOGADO(S): GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR-MAURICIO GOMES DA SILVA-00-2-C-RO-11493-03-001
DECISÃO: por unanimidade de votos, JULGAR PREJUDICADA a presente medida cautelar, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inc. VI, do CPC, nos termos da fundamentação. Custas pela autora, no valor de R$ 20,00 (vinte reais), calculadas sobre o valor da causa.

TRT-PR-51008-2004-053-09-00-2-ACO-01431-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT LARANJEIRAS DO SUL-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): IZABEL DA LUZ SOARES DOS SANTOS
Recorrido(s): ARAUPEL S-A
ADVOGADO(S): ANGELO PILATTI NETO-NADIA TERESINHA DA MOTA FRANCO-ZILANDIA PEREIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMANTE e, no mérito, por maioria de votos, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, determinar que o adicional de insalubridade deferido seja calculado sobre o salário mensal da obreira. Custas, pela Reclamada, no importe de R$ 40,00, calculadas sobre o valor acrescido à condenação, provisoriamente arbitrado em R$ 2.000,00.

TRT-PR-51021-2004-658-09-00-2-ACO-01330-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
EMBARGADO V. Acordão n. 26891-2004
EMBARGANTE USINA CENTRAL DO PARANA S-A-AGRICULTURA, INDUSTRIA
E COMÉRCIO
Recorrente(s): USINA CENTRAL DO PARANA S-A-AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO-GUTEMBERG BATISTA DA SILVA-Recurso Adesivo
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-DIOGO FADEL BRAZ-PAULO ROGERIO HEGETO DE SOUZA-TOBIAS DE MACEDO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHES PROVIMENTO. Considerando-se o caráter eminentemente protelatório do embargos de declaração interposto pela Reclamada, condena-se a Embargante ao pagamento de multa no importe de 1% (um por cento) do valor dado à causa, em favor do Autor, nos termos do parágrafo único, do art. 538, do CPC.

TRT-PR-51062-2004-022-09-00-0-ACO-01432-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT PARANAGUÁ-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): AMIR DE OLIVEIRA
Recorrido(s): BUSCHLE & LEPPER S-A
ADVOGADO(S): NORIMAR JOAO HENDGES-ROGERIO MERKLE
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51142-2004-089-09-00-3-ACO-01433-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT APUCARANA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): RODRIGO KOJICOVSKI
Recorrido(s): E F CLEMENTE & CIA LTDA
ADVOGADO(S): ANTONIO APARECIDO CASTRO DOS SANTOS-JEFFERSON POLICARPO DA SILVA-SERGIO TESTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos e parâmetros fixados na fundamentação, condenar a Reclamada a pagar ao Autor: a) diferenças de horas extras, com reflexos; b) uma multa convencional. Custas, invertidas, pela Reclamada, no importe de R$ 40,00, calculadas sobre R$ 2.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação.

TRT-PR-51218-2004-068-09-00-0-ACO-01477-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): JOVENIL BERNARDO
Recorrido(s): SADIA S-A
ADVOGADO(S): AIRTON SIDNEY FRUHAUF-FLAVIO GOTARDO FURLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51226-2004-068-09-00-6-ACO-01443-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): JOAO AUGUSTO BOSA
Recorrido(s): SADIA S-A
ADVOGADO(S): AIRTON SIDNEY FRUHAUF-FLAVIO GOTARDO FURLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51228-2004-072-09-00-4-ACO-01469-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT PATO BRANCO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR
Recorrido(s): LUIZ ANTONIO BERENTH-ALPHA SAN CONSTRUCAO E SANEAMENTO LTDA
ADVOGADO(S): JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA-MARCO ANTONIO BORDIGNON
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA SEGUNDA RECLAMADA, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, determinar que os descontos de imposto sobre a renda sejam calculados ao final e sobre o valor total dos créditos tributáveis. Custas inalteradas.

TRT-PR-51234-2004-068-09-00-2-ACO-01470-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): DEZIO FABRICIO
Recorrido(s): SADIA S-A
ADVOGADO(S): AIRTON SIDNEY FRUHAUF-FLAVIO GOTARDO FURLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51235-2004-068-09-00-7-ACO-01442-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): LOURENCO PARIZE
Recorrido(s): SADIA S-A
ADVOGADO(S): AIRTON SIDNEY FRUHAUF-FLAVIO GOTARDO FURLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51236-2004-068-09-00-1-ACO-01471-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): JAIME LUIZ CENEDESE
Recorrido(s): SADIA S-A
ADVOGADO(S): AIRTON SIDNEY FRUHAUF-FLAVIO GOTARDO FURLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51237-2004-068-09-00-6-ACO-01472-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT TOLEDO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): MILTON CUNHA DE SOUZA
Recorrido(s): SADIA S-A
ADVOGADO(S): AIRTON SIDNEY FRUHAUF-FLAVIO GOTARDO FURLAN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e das contra-razões. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51261-2004-017-09-00-2-ACO-01473-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT JACAREZINHO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): JOSE LOPES DO PRADO
Recorrido(s): ODAIR RECHE
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS DO AMARAL-IVETE RODRIGUES DE LIMA BUSQUIM-LORENZA DE CASSIA COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO e das contra-razões apresentadas e, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, reconhecer a existência de vínculo de emprego entre o Reclamante e os Reclamados em face da prestação de serviços no interregno de 21.01.02 a 30.09.02, determinando o retorno dos autos à origem, a fim de que os demais pedidos sejam apreciados como se entender de direito. Custas invertidas, pelos Reclamados, por ora inalteradas.

TRT-PR-51262-2004-017-09-00-7-ACO-01438-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT JACAREZINHO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): DACIR LOPES DO PRADO
Recorrido(s): ODAIR RECHE
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS DO AMARAL-IVETE RODRIGUES DE LIMA BUSQUIM-LORENZA DE CASSIA COSTA
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO e das contra-razões apresentadas e, no mérito, por maioria de votos, vencido o Exmo. Juiz Archimedes Castro Campos Júnior, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, reconhecer a existência de vínculo de emprego entre o Reclamante e os Reclamados em face da prestação de serviços no interregno de 21.01.02 a 30.09.02, determinando o retorno dos autos à origem, a fim de que os demais pedidos sejam apreciados como se entender de direito. Custas invertidas, pelos Reclamados, por ora inalteradas.

TRT-PR-51276-2004-017-09-00-0-ACO-01439-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: VT JACAREZINHO-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): MARIA DAS GRACAS COUTINHO MELCO
Recorrido(s): PRISCILA APARECIDA FAUSTINO
ADVOGADO(S): ANTONIO CARLOS PEREIRA-JOSE ANTONIO NEIA DAVANCO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, na forma da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51294-2004-023-09-00-4-ACO-01437-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): JURACY ALVES SOARES
Recorrido(s): USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA
ADVOGADO(S): BRUNO MOREIRA ALVES-HENRIQUE WILLIAN BEGO SOARES
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões e, no mérito, por unanimidade de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51510-2004-071-09-00-5-ACO-01423-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): ISAURI APARECIDO AMORIM
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-MARCELO HONJO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas. Sem divergência de votos, EM REJEITAR A PREJUDICIAL DE MÉRITO invocada pelo Reclamante e, no mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51511-2004-071-09-00-0-ACO-01422-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): IVONE MARIA DA ROSA
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-MARCELO HONJO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas. Por igual votação, EM REJEITAR A PREJUDICIAL DE MÉRITO invocada pela Reclamante e, no mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51512-2004-071-09-00-4-ACO-01426-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª. VT CASCAVEL-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): LEONEL ALVES DE LIMA
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A
ADVOGADO(S): ADRIANA CHRISTINA DE CASTILHO-MARCELO HONJO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51533-2004-019-09-00-7-ACO-01425-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): MRP COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA
Recorrido(s): JOSE DA SILVA ROCHA
ADVOGADO(S): MARCOS DUTRA DE ALMEIDA-SINEIDE APARECIDA VIARO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMADO, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, sem divergência de votos, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação, excluir da condenação os honorários advocatícios. Custas inalteradas.

TRT-PR-51570-2004-009-09-00-8-ACO-01467-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 09ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): CLINICA MEDICA CIRURGICA DE PIRAQUARA LTDA
Recorrido(s): ANTONIA ANA DELA NORA FACCO
ADVOGADO(S): EDSON SANTOS MARTINS-WELLINGTON SILVEIRA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA, por deserto. Custas inalteradas.

TRT-PR-51661-2004-024-09-00-6-ACO-01424-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT PONTA GROSSA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PONTA GROSSA
Recorrido(s): MERCADOMOVEIS LTDA
ADVOGADO(S): ADRIANO JOSE LANGE ZANETTI-JOAO LUIZ STEFANIAK
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, sem divergência de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51739-2004-095-09-00-0-ACO-01478-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): LOURIVAL RODRIGUES DO NASCIMENTO
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-ITAMON CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-NESTOR APARECIDO MALVEZZI-ZOROASTRO DO NASCIMENTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões apresentadas. Sem divergência de votos, EM REJEITAR AS PRELIMINARES ARGÜIDAS PELA RECLAMADA ITAIPU BINACIONAL em suas contra-razões. No mérito, por unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas dispensadas.

TRT-PR-51745-2004-095-09-00-7-ACO-01445-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): DIVALDO RUFINO DE ALMEIDA
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-ITAMON CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-NESTOR APARECIDO MALVEZZI-ZOROASTRO DO NASCIMENTO

DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões apresentadas. Sem divergência de votos, EM REJEITAR AS PRELIMINARES ARGÜIDAS PELA RECLAMADA ITAIPU BINACIONAL em suas contra-razões. No mérito, por unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas dispensadas.

TRT-PR-51761-2004-663-09-00-4-ACO-01468-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): RECRUTAR TRABALHO TEMPORARIO LTDA
Recorrido(s): SEBASTIAO LUIZ DA SILVA
ADVOGADO(S): MANUEL PEREIRA DOS REIS-MARIA DE CASSIA SOLEO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA, bem como das contra-razões e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para, nos termos da fundamentação, extinguir o processo sem julgamento do mérito. Custas, invertidas, pelo Reclamante, no importe de R$ 90,70, calculadas sobre o valor atribuído à causa, de cujo pagamento fica dispensado (art. 790, o 3º, da CLT).

TRT-PR-51800-2004-095-09-00-9-ACO-01480-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): DARSI ADEMAR CARLIN
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-ITAMON CONSTRUCOES INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO(S): NESTOR APARECIDO MALVEZZI-VILMAR CAVALCANTE DE OLIVEIRA-ZOROASTRO DO NASCIMENTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões apresentadas. Sem divergência de votos, EM REJEITAR AS PRELIMINARES ARGÜIDAS PELA RECLAMADA ITAIPU BINACIONAL em suas contra-razões. No mérito, por unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51891-2004-014-09-00-8-ACO-01449-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): OLIVIA KALISKI-Recurso Adesivo-ARLETE PERA RIBEIRO
Recorrido(s): OS MESMOS
ADVOGADO(S): ANTONINHO PEREIRA DA SILVA-TAMAR NANCI CHRISTMANN
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA E DO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE, bem como das contra-razões. No mérito, por maioria de votos, vencidos parcialmente os Exmos. Juízes Arion Mazurkevic (Relator) e Márcio Dionisio Gapski, em pontos diversos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMADA para, nos termos da funda mentação: a) limitar o lapso da prestação dos serviços ao período compreendido entre 24.04.2003 a 30.08.2003, limitando ao mesmo período as verbas rescisórias deferidas; b) excluir da condenação a multa pela não anotação da CTPS; c) excluir a natureza salarial as alimentação; d) excluir a multa do art. 477 da CLT; e) determinar que a atualização monetária incida a partir da exigibilidade das verbas deferidas. Sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DA RECLAMANTE, tudo conforme fundamentação.Custas inalteradas.

TRT-PR-51911-2004-018-09-00-6-ACO-01466-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 01ª VT LONDRINA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): ANTONIO CARDOSO FILHO
Recorrido(s): BANCO ITAU S-A
ADVOGADO(S): MARIA SANTIAGO-ROGERIO RESINA MOLEZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-51976-2004-001-09-00-0-ACO-01479-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): SONIA LEIA BACHAR
Recorrido(s): DORCELI DE SOUZA CARDOSO
ADVOGADO(S): BIRATAN DE OLIVEIRA-JOSE AUGUSTO PEREIRA-NILZO ANTONIO RODA DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA, posto que, deserto. E, conseqüentemente, NÃO CONHECER DAS CONTRA-RAZÕES DA RECLAMANTE. Custas inalteradas.

TRT-PR-52027-2004-019-09-00-5-ACO-01457-2005
Órgão Julgador: 4A. TURMA
Origem: 02ª VT LONDRINA-PR
Relator: SERGIO MURILO RODRIGUES LEMOS
Recorrente(s): GERALDO HERNANDES TORRES
Recorrido(s): CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO(S): DARLI BARBOSA-ROGERIO RESINA MOLEZ
DECISÃO: em se tratando de Procedimento Sumaríssimo e tendo o Excelentíssimo Representante do Ministério Público declarado a desnecessidade de manifestação, por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO para, no mérito, por maioria de votos, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO, vencido parcialmente o Exmo. Juiz Ney Fernando Olivé Malhadas, que juntará justificativa de voto vencido. Custas inalteradas. **EMENTA:** JUSTIÇA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS – DESERÇÃO – Para fazer jus aos benefícios da justiça gratuita, é imprescindível que a parte declare, sob as penas da lei, que não está em condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família. No entanto, extraindo-se dos autos que o autor mantém padrão de vida bastante confortável e bem acima daquele definido como de miserabilidade econômica, impõe-se o indeferimento da Justiça Gratuita.

TRT-PR-52056-2004-658-09-00-9-ACO-01441-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT FOZ DO IGUAÇU-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): VITOR GONCALO VIANA
Recorrido(s): ITAIPU BINACIONAL-UNICON UNIAO DE CONSTRUTORAS LTDA
ADVOGADO(S): ANA MARCIA SOARES MARTINS ROCHA-JOSE CARLOS BUSATTO-NESTOR APARECIDO MALVEZZI
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, assim como das contra-razões apresentadas. Sem divergência de votos, EM REJEITAR AS PRELIMINARES ARGÜIDAS PELAS RECLAMADAS em contra-razões. No mérito, por unanimidade de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-52108-2004-011-09-00-4-ACO-01448-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 11ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER
Recorrido(s): KHARINA CHRISTIANNE CORDEIRO AUTONIOACOMI
ADVOGADO(S): MARCIA SOUZA DOS SANTOS-RODRIGO WAGNER PEREIRA BITTENCOURT – LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA, mas não conhecer das contra-razões, porque intempestivas. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-52479-2004-012-09-00-2-ACO-01465-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 12ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER-BRASIL TELECOM S-A
Recorrido(s): SILVIA RIDRIGUES DE LIMA
ADVOGADO(S): ADEMIR DA SILVA-INDALECIO GOMES NETO-PATRICK ROCHA DE CARVALHO – LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DOS RECURSOS ORDINÁRIOS EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA PRIMEIRA RECLAMADA (CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER) E DA SEGUNDA RECLAMADA (BRASIL TELECOM S-A), bem como das contra-razões apresentadas. Sem divergência de votos, EM REJEITAR AS PRELIMINARES argüidas pela 2ª Reclamada (BRASIL TELECOM). No mérito, por unanimidade de votos, EM DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA PRIMEIRA RECLAMADA (CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER) para, nos termos da fundamentação, excluir da condenação os honorários advocatícios. Sem divergência de votos, EM NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA SEGUNDA RECLAMADA (BRASIL TELECOM S-A), nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-52673-2004-013-09-00-4-ACO-01444-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 13ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): JAIR MENEGUETI BORGES
Recorrido(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ELIANA MEIRA NOGUEIRA-INESCIY KASSUMI HAYASHI IOSHII-MARIA SANTIAGO-RENATA GUERREIRO BASTOS-RENILDE PAIVA MORGADO GOMES – ANTONIO CELESTINO TONELOTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE. Por igual votação EM ACOLHER a preliminar argüida pelos Reclamante afastando a coisa julgada e, EM REJEITAR as preliminares argüidas pelos Reclamados. No mérito, sem divergência de votos, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE para, nos termos da fundamentação, conceder-lhe os benefício da assistência judiciária gratuita, determinando a devolução do valor pago a título de custas processuais. Custas inalteradas.

TRT-PR-52802-2004-001-09-00-4-ACO-01462-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR
Recorrido(s): DOMINGA SANTOS DO ROSARIO-PORT SERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
ADVOGADO(S): ALEXANDRE NISHIMURA-ALTAMIRO PEREIRA NETO-ALVARO EIJI NAKASHIMA-JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA-LEILA GONCALVES GOMES COELHO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA SEGUNDA RECLAMADA (SANEPAR), assim como da contra-razões, e, no mérito, por unanimidade de votos, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) converter a condenação relativa ao pagamento de indenização equivalente às parcelas do seguro-desemprego, em obrigação de fornecer as guias relativas ao requerimento do citado benefício, sob pena de execução direta pelo valor equivalente a este; b) declarar a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar a matéria relativa aos descontos fiscais, e fixar alguns critérios para a realização destes; e c) determinar que a correção monetária seja efetivada pelos índices do mês subseqüente ao laborado, com exceção das verbas que possuam vencimento no próprio mês. Custas inalteradas.

TRT-PR-52803-2004-001-09-00-9-ACO-01463-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 01ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR
Recorrido(s): PORT SERV SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA-NALDINA DA LUZ RODRIGUES
ADVOGADO(S): ALEXANDRE NISHIMURA-ALTAMIRO PEREIRA NETO-ALVARO EIJI NAKASHIMA-JOSE CARLOS PEREIRA MARCONI DA SILVA
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA SEGUNDA RECLAMADA (SANEPAR), assim como da contra-razões, e, no mérito, sem divergência de votos, EM DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) converter a condenação relativa ao pagamento de indenização equivalente às parcelas do seguro-desemprego, em obrigação de fornecer as guias relativas ao requerimento do citado benefício, sob pena de execução direta pelo valor equivalente a este; b) declarar a competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar a matéria relativa aos descontos fiscais, e fixar alguns critérios para a realização destes; e c) determinar que a correção monetária seja efetivada pelos índices do mês subseqüente ao laborado, com exceção das verbas que possuam vencimento no próprio mês. Custas inalteradas.

TRT-PR-52974-2004-004-09-00-7-ACO-01446-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): HIGI SERV LIMPEZA CONSERVACAO LTDA
Recorrido(s): IVO LEAO DA SILVA
ADVOGADO(S): EVELYN FABRICIA DE ARRUDA-RUBENS DE OLIVEIRA FERRAZ
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DA RECLAMADA e das contra-razões e, no mérito, por igual votação, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-53418-2004-004-09-00-8-ACO-01464-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 04ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER
Recorrido(s): BRASIL TELECOM S-A-TIAGO DE SOUZA PALAZZIN
ADVOGADO(S): INDALECIO GOMES NETO-JOSE DANIEL TATARA RIBAS-NORMA REGINA PINHO RIBAS-PATRICK ROCHA DE CARVALHO – LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA PRIMEIRA RECLAMADA (CBCC COMPANHIA BRASILEIRA DE CONTACT CENTER), bem como das contra-razões apresentadas e, no mérito, por igual votação, EM NEGAR-LHE PROVIMENTO. Custas inalteradas.

TRT-PR-53433-2004-014-09-00-3-ACO-01447-2005
Órgão Julgador: 5A. TURMA
Origem: 14ª VT CURITIBA-PR
Relator: ARION MAZURKEVIC
Recorrente(s): JOSE SERRA
Recorrido(s): BANCO BANESTADO S-A
ADVOGADO(S): ELIANA MEIRA NOGUEIRA-MARIA SANTIAGO-RENATA GUERREIRO BASTOS – ANTONIO CELESTINO TONELOTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DO RECLAMANTE e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: a) condenar os Reclamados, solidariamente, ao pagamento das diferenças da multa de 40% do FGTS; b) deferir ao Reclamante os benefícios da assistência judiciária gratuita e determinar que os Reclamados restituam ao Autor as custas pagas para interposição do recurso ordinário. Custas invertidas, pelos Reclamados, no importe de R$ 160,00, calculadas sobre R$ 8.000,00, valor provisoriamente arbitrado à condenação.

TRT-PR-53692-2004-002-09-00-4-ACO-01460-2005
Órgão Julgador: 1A. TURMA
Origem: 02ª VT CURITIBA-PR
Relator: UBIRAJARA CARLOS MENDES
Recorrente(s): CARMEN LUCIA BRUGGEMANN DE FARIA
Recorrido(s): BANCO DO ESTADO DO PARANA S-A
ADVOGADO(S): MARIA REGINA B R TEIXEIRA-MARIA SANTIAGO – ANTONIO CELESTINO TONELOTO
DECISÃO: por unanimidade de votos, EM CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DOS RECLAMANTES. Por igual votação EM ACOLHER a preliminar argüida pelos Reclamante, afastando a coisa julgada e, EM REJEITAR as preliminares argüidas pelos Reclamados. No mérito, sem divergência de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO EM PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO DOS RECLAMANTES nos termos da fundamentação. Custas inalteradas.

TRT-PR-71001-2004-023-09-00-5-ACO-01635-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: ANA CAROLINA ZAINA
Agravante(s): LUCIPAR ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA
Agravado(s): TEREZA TOMAZETTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S): EDVINO JASKOWIAK-MARCOS CESAR CREPALDI BORNIA
DECISÃO: por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do agravo de petição, por irregularidade de representação. Custas inalteradas.

TRT-PR-71003-2004-023-09-00-4-ACO-01621-2005
Órgão Julgador: SEÇÃO ESPECIALIZADA
Origem: VT PARANAVAI-PR
Relator: NEY JOSE DE FREITAS
Agravante(s): LUCIANO PEREIRA BAPTISTA
Agravado(s): JOANETE BOAS DE SOUZA
ADVOGADO(S): EDVINO JASKOWIAK-WILSON JOSE DE FREITAS
DECISÃO: por unanimidade de votos, CONHECER do agravo de petição. No mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO para liberar 50% do resultado obtido em hasta pública em seu favor, nos termos da fundamentação. Custas, pelo embargado, na forma do art. 789-A, IV, da CLT, ao final, sem prejuízo das já fixadas.

Curitiba, 25 de janeiro de 2005.
CIRLEY LOEBLEIN
Diretora do Serviço de Acórdãos

RELAÇÃO SRH/SERLEG/SLD Nº 008/2005
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
EDITAL N.º 1 / 2005-SCC

O Juiz-Presidente da Comissão do XIX Concurso Público de Provas e Títulos para a Magistratura do Trabalho da 9ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE ratificar o posicionamento da Comissão Examinadora da Primeira Prova, não conhecendo, por apócrifas, as impugnações apresentadas pelos candidatos Carlos Alberto Grão Velloso (quanto às questões 05, 40, 72 e 88), Fernanda Crozariolli Wurmeister (quanto às questões 39 e 80), Fernando Vicente de Azevedo (quanto às questões 25 e 92) e Laryssa Kaiel Machado Cardoso (quanto à questão 88), e rejeitando, integralmente, as impugnações às questões 01, 03, 04, 05, 15, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 35, 36, 39, 40, 42, 43, 47, 49, 57, 69, 71, 72, 74, 75, 78, 81, 82, 86, 88, 93, 97, 98, com relação aos requerimentos dos **seguintes candidatos**:

Candidato	Questão
Alan Busnardo do Santos	47
Alexandre Donda Tenius	40
Alison Paludzynsyn de Souza	81
Ana Luisa da Cunha Scheibe	82
Ana Paula Soares Avila	22 / 26
Andreza Liz Botteon	01 / 57
Anselmo Bosco dos Santos	57 / 69
Carlos Alberto Farion de Aguiar	05 / 24
Carolina Ferri Dutra da Silva	39 / 15 / 20
Cássio Ariel Moro	05 / 97
Cezar Alberto Martini Toledo	05
Daniel Lisboa	35 / 74 / 97
Denilson Victor	40 / 47 / 72
Elza Maria Riehs Suzuki	03 / 78 / 97
Emilly Cecília Canadas Linder	40 / 88
Fabiana Barbosa Araujo	23 / 24 / 57
Fabio Gil Beal	23
Fabricio Zipperer	05
Francisco de Assis Dantas Galvão	39 / 43
Gislaine do Rocio Rocha	03
José Roberto Akaishi	71 / 36
Juliana da Cunha Rodrigues	57
Leticia Lilian Kirschnick Seyr	47 / 88
Lindolfo Timm	03 / 78 / 97
Luciana Betoni Pavanello	24 / 39
Lucinete de Sena	57
Luiz Alberto Pereira Ribeiro	24
Luiz Fernando Pereira Cabrera	19
Marcelo Muff	23 / 49
Marcos Bohon	04 / 17 / 26 / 29
Max Carrion Brueckner	57
Neliton Pereira Junior	98
Paulo Cesar Herbst	42 / 93
Siomara Cador Eddine	43 / 57 / 75 / 93
Soraya da Costa Lemos Lara	40 / 86 / 97
Thais Barbosa Athayde	47 / 69 / 93
Vicente Ganter de Moraes	05
Vivian Quimelli Rosa	35 / 47 / 72 / 97
Wagner Lopes da Silva	47

Curitiba, 14 de janeiro de 2005.
FERNANDO EIZO ONO
Juiz Presidente da Comissão do Concurso

Ato da Presidência do TRT da 9ª Região de 17-1-2005:
Ato nº 2/05 - I - Exonerando, a pedido, **FLÁVIO ANSELMO RODRIGUES LEAL**, do cargo de Técnico Judiciário Área Administrativa, classe A, padrão 1, nos termos do artigo 33, inciso *I*, da Lei 8.112/90, a partir de 17/1/2005; II – Declarando vago o cargo acima mencionado, criado pela Lei nº 10.523, de 23/7/2002. Portaria da Presidência do TRT da 9ª Região de 14-1-2005:
Portaria JP nº 7/05 - Fazendo cessar, a partir de 1º/1/2005, a Portaria JP nº 50/04, que lotou **ROSANA BENEDITA SENE DO CARMO**, servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em exercício provisório, na 6ª Vara do Trabalho de Curitiba, em virtude de seu retorno ao Órgão de origem.
Curitiba, 20 de janeiro de 2005.
Nelson Copruchinski
Diretor da SRH

Boletim da Justiça Federal

Varas Federais de Curitiba

SECRETARIA DA PRCTBPR01

Boletim de intimação 0008/2005

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDAS PELOS MM. JUIZES DA VARA FEDERAL PREVIDENCIÁRIA E ATOS DE SECRETARIA CONFORME PORTARIA 02/98 E PROVIMENTO 22/99 DA CORREGEDORIA GERAL DO TRF DA 4ª REGIÃO.

Nos processos abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Requisitem-se os valores na forma prevista na Resolução n.º 399, de 26/11/2004, do Conselho da Justiça Federal. Intime-se."

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

00.00.84869-7 - AFFONSO PELANDA - ESPOLIO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DOS ANJOS

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.85607-0 - WALFRIDO SILVA CABRAL e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO

90.00.02289-4 - HIROSI OGASAWARA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). INES SADDOCK E SILVA

90.00.07711-7 - ATALIBA SANTOS DA VEIGA e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO

91.00.00845-1 - NELSON PEDROSO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FERNANDO WILSON ROCHA MARANHAO

93.00.13422-1 - SILVIO KRUBINIKI-ESPOLIO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SILVIO LUIZ DE COSTA

94.00.16030-5 - JOSE ROBERTO SCHEFFER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ELZA SANT ANA LIMA

95.00.13359-8 - WALDEMAR ZANDONA - ESPOLIO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEONEL DA ROSA VIEIRA

ACAO SUMARISSIMA PREVIDENCIARIA

96.00.08196-4 - HORLANDO DAL LAGO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERVAL KUGLER MENDES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.24208-0 - ALBINO CIESLAK e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS DE ANDRADE MENDES

ACAO DIVERSA PREVIDENCIARIA

98.00.27618-1 - ORLANDO CARLOS NICOLETTI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS CAL GARCIA FILHO

ACAO ORDINARIA PREVIDENCIARIA

99.00.03446-5 - ALMERY MEDEIROS e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO MOHAMED AMIN JR

99.00.07287-1 - JOSE ALDAIR FERRAZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FRANCISCO OSORIO PORTO

ACAO DIVERSA PREVIDENCIARIA

99.00.18762-8 - MIRIAN APARECIDA CEZARIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.18803-9 - CARLOS ALBERTO DOS REIS GUIMARAES e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

99.00.27543-8 - LUIZ SERGIO RAMOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

1999.70.00.030640-8 - ANGELO DOMINGOS MAZON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONINHO PEREIRA DA SILVA

2000.70.00.011368-4 - JOAO COELHO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.016561-1 - JOSIAS SABCHUK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). BERNADETE MARIA DE CARVALHO LEANDRO

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.000269-6 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X HILARIO STALLIVIERI
Adv. : Dr(s). CIDALIA DE SOUZA SILVA

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.003246-9 - LUIZ CARLOS TOURINHO COSTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ELISANGELA PEREIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.005150-6 - DIOMAR ALVES DA ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ RENATO PEDROSO

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.015238-4 - ZILDA DE FREITAS AGUIAR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. e Outro
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO

2001.70.00.017808-7 - AMILTON ALBINO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CHARLES PAGNOSI

2001.70.00.018958-9 - ALBERTO PAVANI NETO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS DE ANDRADE MENDES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.018983-8 - JORGE ALEXANDRE DE CARVALHO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VINICIUS DE ANDRADE MENDES

2001.70.00.020617-4 - SONIA REGINA XIMENES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. e Outro
Adv. : Dr(s). ISLEI CEZAR DOMINGUEZ

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.022614-8 - JOSE AMAURI ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLENE APARECIDA KASCHAROWSKI

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.022885-6 - FRANCISCO NICOLAU FERRAZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FABIO EDUARDO DA COSTA

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.025347-4 - VIRGINIA ZANON DE ARAUJO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NARCISO ROQUE SCHIESSL FILHO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.033746-3 - CELIA LOPES SILVEIRA BANDEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JULIO CESAR DALMOLIN

2002.70.00.023456-3 - ANTONIO CARLOS DE CASTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CELSO GUIMARAES RODRIGUES

2002.70.00.034618-3 - EUNICE DE AGUIAR NOGUEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PATRICIA KUBASKI DE ARAUJO

2002.70.00.070513-4 - VILI DOLZAN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELA CRISTOFOLINI

2002.70.00.074441-3 - PEDRO ANTONIO DE CASTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2002.70.00.076079-0 - BENEDITO DE LIMA DE RAMOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2003.70.00.001864-0 - ALDEVINO DOMINGUES MIRANDA e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FLORIANO TERRA FILHO

2003.70.00.002059-2 - ANTONIO CARLOS FRANCISCO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO AMBROSIO

2003.70.00.003329-0 - ADEMIR CLAYTON MARCON PADILHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO AMBROSIO

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.006006-1 - MAINAR BATISTA VIGANO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MAINAR RAFAEL VIGANO

2003.70.00.006030-9 - SONIA SILVA DE REZENDE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO J

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.010314-0 - YASUKITI SAKAI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

2003.70.00.012568-7 - ODILIS LAZAROTTO DE AGUIAR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSE APPI

2003.70.00.015556-4 - GUNTOLF VAN KAICK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA

2003.70.00.016125-4 - JOAO LUIZ SOARES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RONALDO MARTINS

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.016247-7 - CLARICIO FERREIRA e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANA LUIZA MANZOCHI

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.018376-6 - ANA PASSENKO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCUS ELY SOARES DOS REIS

2003.70.00.018892-2 - IRINEU JACINTO BORGES - ESPOLIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSE APPI

2003.70.00.024330-1 - ERNESTO PEDRO GREIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GRACIELA GONCALVES PARZIANELLO

2003.70.00.034742-8 - MIGUEL AUGUSTO VIEIRA MARTINS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO J

2003.70.00.034745-3 - MANOEL LOPES BASAN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO J

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.034747-7 - TANIA MARIA IVANQUI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO J

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.034750-7 - MARIO OTILIO PETRIS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO J

2003.70.00.034890-1 - RENATO REGINALDO TORTATO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO ROBERTO MOREIRA DE MOURA FERRO J

2003.70.00.035234-5 - MARCOS PEDRO BOM FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS FERREIRA

2003.70.00.035293-0 - MARIA LUCIA JACOMASSI SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSE APPI

2003.70.00.035470-6 - JOSE ZACARIAS FILHO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

2003.70.00.036940-0 - IGNEZ BARROS DE LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). REJANE KARINA TOFFOLO

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.038354-8 - JOAO BATISTA DO AMARAL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.039487-0 - DIONISIO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDERALDO JOSE APPI

2003.70.00.042447-2 - FLEURI GASPAR STADLER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ELTON SCHEIDT PUPO

2003.70.00.042941-0 - MARIO JOSE PINTO GUEDES ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VIVIANE MINCOFF MARCENGO

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.044779-4 - LUIZ FERNANDO NICZ e Outro X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO GOMES DE ARAUJO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.045902-4 - REIMAR SCHNEIDER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RAFAEL CORDEIRO DE MACEDO

2003.70.00.046791-4 - HERCILIO DA VEIGA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO

2003.70.00.046834-7 - EGON SCHULZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOCELINO ALVES DE FREITAS

2003.70.00.047281-8 - PROCOPIO CHUPEL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERMANO LAERTES NEVES

2003.70.00.047415-3 - CARLOS ROBERTO LUZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NADIA DE SOUZA IBRAHIM

2003.70.00.047835-3 - MARIO DA CUNHA VIEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANESIO KOWALSKI

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.048634-9 - ADEMIR VIANTE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NADIA DE SOUZA IBRAHIM

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.049495-4 - AMABILE AUDIBERT X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). SERGIO GILBERTO KACHEL

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.050559-9 - RENATO ANTONIO JOHNSSON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.050969-6 - LUCI BETINARDI HONORIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ELIANA MEIRA NOGUEIRA

2003.70.00.050975-1 - CELSO DE SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE MARCOS GOHR

2003.70.00.051239-7 - DINASIR SCHTSPAR PALERMO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCIANE MARIA TRIPPIA

2003.70.00.051242-7 - RONALDO CAMARA KRAEMER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCIANE MARIA TRIPPIA

2003.70.00.051250-6 - MARIA LUCIA MARQUES BOM X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCIANE MARIA TRIPPIA

2003.70.00.051862-4 - JOSE SERAPHIM X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

2003.70.00.051907-0 - NANCY MONTES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBENS CESAR SFENDRYCH

2003.70.00.052370-0 - ARTHUR KUMMER JUNIOR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JULIANA MIGUEL REBEIS

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.052886-1 - LINDAMIR DA LUZ OSACHLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NADIA DE SOUZA IBRAHIM

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.053130-6 - AMAURI RIBAS DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IDELANIR ERNESTI

2003.70.00.053430-7 - ELIANE QUILO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCIANE BEATRIZ ROTTA

2003.70.00.053879-9 - ERWIN CARLOS KUHNL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CELIA ROSA HERINGER DITTMAR

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.054417-9 - LUIZ QUINTINO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCOS RENAN SALVATI

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.054458-1 - ELIAS ANTONINO DE FREITAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VIVIANE MINCOFF MARCENGO

2003.70.00.054471-4 - MARLI LENARTOWICZ RUDEK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GUIMARAES

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.054473-8 - MERCEDES IVANI CACESMARK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GUIMARAES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.054489-1 - STANISLAWA SCZESIAK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAITON FERREIRA BORCATH

2003.70.00.054735-1 - ODAIR KUCHARSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELA DORIGO KUCHARSKI

2003.70.00.054956-6 - ERNESTO EMIR KUGLER BATISTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PETER FREDERIC JAPP

2003.70.00.056264-9 - JOSE MEIRA DE SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VALDIR NUNES PALMEIRA

2003.70.00.056295-9 - MARIA DE JESUS PEREIRA LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GUIMARAES

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.056331-9 - NEREIDE FONTOURA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCIANE MARIA TRIPPIA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.056419-1 - GASPAR JOAO DE MATOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.056487-7 - ANTONIO HAIDUCKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GRACIELA GONCALVES PARZIANELLO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.056488-9 - MARI MARLENE WAL TOD X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GRACIELA GONCALVES PARZIANELLO

2003.70.00.058077-9 - VALDEMAR DOMINGOS LASS X INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Adv. : Dr(s). JULIANA MIGUEL REBEIS

2003.70.00.058305-7 - MARISA SCHOENHER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FATIMA MARIA BOZZ BARBOSA

2003.70.00.058656-3 - FRANCISCO ALBUQUERQUE ALVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER

2003.70.00.059449-3 - ADENIL RIBAS DE SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCELO AUGUSTO ANGIOLETTI

2003.70.00.060884-4 - BENITO BERNARDINO GUSSO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARLOS FELISBINO

2003.70.00.063135-0 - ZUUDI SAKAKIHARA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDO DECIO LEITE DE MACEDO

2003.70.00.063305-0 - CHUSABURO SUMI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IZABELA AKANE SUMI

2003.70.00.066109-3 - RAIMUNDO NONATO BARBOSA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER

2003.70.00.066164-0 - ANTONIO PIRES GONÇALVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBERTO FADE

2003.70.00.068626-0 - LUIZ DE SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

2003.70.00.068630-2 - CICERA FERREIRA DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.068639-9 - GEORGE LUIZ BRUNETTI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.068709-4 - ADAIR JOSE BERNARDON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO AURELIO ZANELLA

2003.70.00.068750-1 - ARNO WOLTER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARIEL VENTURA DE ANDRADE

2003.70.00.070545-0 - ROMILDO RAMALHO DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VILMOR PICCOLOTTO

2003.70.00.070711-1 - MARISA ELIZABETH GLISTAU LEITE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LEONARDO SOUZA

2003.70.00.070812-7 - VALDEMIRO RUDEK X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO GUIMARAES

2003.70.00.070853-0 - JESUS MAURILIO CARDOSO SOARES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO AUGUSTO DA SILVA

2003.70.00.070854-1 - BEATRIX BANDEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO AUGUSTO DA SILVA

2003.70.00.070855-3 - OSVALDO MARTINS DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO AUGUSTO DA SILVA

2003.70.00.070914-4 - EDVIRGES PLOMBON BAGGIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ACYR ROGERIO CALCADO

2003.70.00.073532-5 - ELZI PAROLIN ERCOLE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIZ MURILO KLEIN

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.073567-2 - ANA LUCIA DANIEL PANNUNZIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO ALVES NAVARRO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.073920-3 - JUAREZ ROSA DE FARIAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSIANE TRINKEL

2003.70.00.073978-1 - OTTO HORST FLINKERBUSCH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCIANA CALVO WOLFF

2003.70.00.074091-6 - ERNESTO ANDRADE FRANCA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAITON FERREIRA BORCATH

2003.70.00.074110-6 - DINAIR GONCALVES CORDEIRO DE LARA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOANA MENSOR

2003.70.00.074420-0 - FRANCISCO CARLOS JORGE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FRANCISCO CARLOS JORGE

2003.70.00.074428-4 - SILVIO RAUTH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). INAE BRUSTOLIN DE MELO

2003.70.00.074968-3 - MARIA JULIA BORGES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARLYVAN PROBST

2003.70.00.078758-1 - OSNEY VERIDIANO DE MIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RICARDO LUCAS CALDERON

2003.70.00.079239-4 - PAULO ROBERTO MOREIRA GOMES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROSSANA MOREIRA GOMES

2003.70.00.079491-3 - VALDEMAR FERREIRA PEDROSO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO DONATO MARINHO GONCALVES

2003.70.00.079492-5 - ARIOSTO SOZZI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO DONATO MARINHO GONCALVES

2003.70.00.079494-9 - ROMEU AUGUSTO BARTH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). PAULO DONATO MARINHO GONCALVES

2003.70.00.079495-0 - VALDIR SACHS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALBERTINA DA SILVA CABRAL

2003.70.00.080574-1 - LUSIA DE SOUSA APARECIDO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLON JOSE DE OLIVEIRA

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.081981-8 - EDELI GAIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROBISON MARANHAO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.003654-3 - HEITOR PROENCA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS FERREIRA

2004.70.00.003660-9 - MARIA GIULIA CESTARI DANC X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS FERREIRA

2004.70.00.018195-6 - JOAO LEPOLDO SCHER - ESPOLIO e Outros X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANGELICA MAJOLO

CURITIBA, 20 de janeiro de 2005

ÍCARO GABRIEL CHAMMA
DIRETOR DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO
VARA FEDERAL PREVIDENCIÁRIA

SECRETARIA DA 1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÕES FISCAIS DE CURITIBA - PARANÁ.
Juízes:
DR. GERSON LUIZ ROCHA
JUIZ FEDERAL
DR. MARCUS HOLZ
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

BOLETIM Nº 004/2005

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. (fls. 136; 139) Tendo em conta a alegação de fls. 136, de que a data da perícia foi indevidamente alterada, necessário fazer valer a prerrogativa do art. 41, parágrafo único, da Lei n º 6.830/1980. Intime-se o embargado a disponibilizar ao Juízo a consulta aos originais do processo administrativo, no dia 04/02/2005, às 14:00 h. Deverá comparecer funcionário devidamente credenciado da autarquia para fornecer explicações. A embargante deverá presenciar o ato, diretamente ou por seus advogados, nessa mesma data e horário. 2. Intimem-se, com urgência. 3. Cumpridos os itens supra, tendo em vista que os embargos versam sobre questão de direito, cuja prova é documental, façam-se os autos coclusos para prolação de sentença na forma do art. 17, parágrafo único, da Lei n º 6.830/1980."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.012023-2 - GUANABARA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUAL INDAL INMETRO
Adv. : Dr(s). CHARLES MIGUEL DOS SANTOS TAVARES

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Fl. 407. Defiro a prova testemunhal e designo o dia 30/03/2004, às 15:00 horas, pararealização da audiência. 2. Providencie a Secretaria os atos necessários. INTIMEM-SE."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.078153-7 - CONDOMINIO EDIFICIO LENNOX X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE FIDALSKI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho, em síntese:
1. Chamo o feito à ordem.....3. A Constiuição quando estabelece competências para o julgamento ratione materiae, adentra o campo que a doutrina denomina "competências absolutas", cuja principal característica é a impossibilidade de pro rrogação. Ictu oculi, portanto, a Justiça Federal não detém competência para processar ações como esta (assim como a execução fiscal em apenso), dado que ambas se referem a penalidades dministrativas aplicadas por fiscais da De legacia Regional do Trabalho a empregadores que descumpriram a legislação trabalhista.....6. Diante do exposto, remetam-se os autos e apensos, à Justiça do Trabalho desta Subseção, com baixa na distribuição. 7. Intimem-se."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.00.021969-3 - FAZENDA NACIONAL. X CABI CONSTRUCOES DE OBRAS LTDA
Adv. : Dr(s). CARLYLE POPP

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.010676-4 - FUNDACAO DE EDUCACAO E CULT ESPIRITA PR SANTA CATARINA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). MARIA HELENA BIAOBOCK

2004.70.00.042479-8 - TRANSPORTES LARA LTDA/ X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). URSULLA ANDREA RAMOS

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. (fls. 66/67; 68) Não é necessária a produção de prova pericial, porquanto o que se está a analisar é a regularidade dos atos administrativos de aplicação de multa. Além disso, indefiro o pedido de realização de prova pericial. Intime-se. 3. Após o decurso do prazo recursal, tendo em vista que os embargos versam sobre questão de direito, cuja prova é documental, façam-se os autos conclusos para prolação de sentença na forma do art. 17, parágrafo único, da Lei n º 6.830/1980."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.020977-2 - GUANABARA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUAL INDAL INMETRO
Adv. : Dr(s). ALEXANDRA FISTAROL, CHARLES MIGUEL DOS SANTOS TAVARES

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Chamo o feito à ordem. 2. Cite-se o INSS, na forma do art. 730 do CPC, e petição e conta de fls. 72 a 75. 3. (fls. 78) O pedido deve ser dirigido aos autos da execução. Intime-se. 4. Cópia deste despacho, acompanhada de cópia de fls. 72 a 75, servirá de mandado de citação."

EMBARGOS DE TERCEIRO

2001.70.00.001724-9 - LUIZ AFONSO FIORESE X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENESIO TAVARES, CELSO ALVES FERREIRA FILHO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a embargante a juntar aos autos certidão do andamento e eventual sentença de encerramento do processo de insolvência civil mencionado em fls. 44. Prazo: 15 (quinze) dias. 2. Após, dê-se vista ao embargado para manifestação. Prazo: 15(quinze) dias. 3.Cumpridos os itens supra, tendo em vista que os embargos versam sobre questão de direito, cuja prova é documental, façam-se os autos conclusos para prolação de sentença na forma do art. 17, parágrafo único, da Lei n º 6.830/1980."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.081892-9 - ADALICE MARIA DE ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARNO JUNG, MARCO AURELIO SCHLICHITH

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Fl. 81, verso. Defiro. Intime-se o executado a juntar documentos representativos dos direitos do crédito nomeado, no prazo de 15 dias."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.003753-1 - FAZENDA NACIONAL. X CACIQUE REFRIGERAÇAO E COMERCIO LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). AIRTON PASSOS DE SOUZA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Aguarde-se, em secretaria, decisão final do recurso interposto."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.026118-2 - BANCO BAMERINDUS DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ANTONIO AUGUSTO FERREIRA PORTO, ELCIO LUIZ KOVALHUK, LUIS OSCAR SIX BOTTON

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Fl. 23. Defiro o pedido de vista dos autos pelo prazo de 5 dias. 2. Nada sendo requerido, permaneçam suspensos."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.00.011433-5 - FAZENDA NACIONAL. X TRANSPORTADORA SANTA FELICIDADE LTDA
Adv. : Dr(s). ROSANA HACK CAMARGO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se o executado a apresentar matrícula atualizada do bem nomeado, no prazo de 15 dias."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.059187-0 - FAZENDA NACIONAL. X JULIO CESAR GIOVANNETTI JUNIOR
Adv. : Dr(s). RICARDO GIOVANNETTI

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho, em síntese:
".....10. A ré deverá, na contestação, especificar justificadamente as provas que pretenda produzir, sendo desde já indeferido o requerimento genérico de produção de prova probatória. 11. Oferecida a resposta, à autora para impugnar no prazo de 10(dez) dias, oportunidade que também deverá cumprir o posto no item anterior....."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.015204-0 - REVEPAR REVENDEDORA DE VEICULOS PARANA S/A X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho, em síntese:
".....2. Assim sendo, verifico que na hipótese em exame, os argumentos do excipiente não dizem respeito a matérias passíveis de apreciação por este meio processual...INTIME-SE."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.00.028865-9 - FAZENDA NACIONAL. X TRANS IGUACU EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
Adv. : Dr(s). JAMES HENRIQUE CASTRO DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte ato de Secretaria:
ATO DE SECRETARIA
"DE ACORDO COM O ART. 206, INCISO V, PRIMEIRA PARTE DO PROVIMENTO N º 05/2003-CG, FICA A PARTE EMBARGANTE INTIMADA PARA FALAR SOBRE A IMPUGNAÇÃO E DOCUMENTOS, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.029698-0 - FUNDACAO DE EDUCACAO E CULTURA ESPIRITA PARANA/SANTA CATARINA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.

Adv. : Dr(s). MARIA HELENA BIAOBOCK

2004.70.00.033079-2 - DOUGLAS MICHEL X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). PAULO EDUARDO GUEDES

2004.70.00.035670-7 - TOCANTINS ENGENHARIA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LEONARDO SPERB DE PAOLA

EMBARGOS DE TERCEIRO

2004.70.00.035786-4 - ROSELI TABORDA MERLIN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.035788-8 - CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO X INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUAL INDAL INMETRO
Adv. : Dr(s). STELA MARLENE SCHWERZ

No(s) processo(s) abaixo(s) foi proferido o seguinte ato de Secretaria:
ATO DE SECRETARIA
"DE ACORDO COM O PROVIMENTO N° 05/2003 - CG , ART. 206, INCISO V, PARTE FINAL, DO E. TRF DA 4ª REGIÃO: FICA O EMBARGANTE /AUTOR INTIMADO PARA EXPECIFICAR, DE FORMA JUSTIFICADA, EM 05 (CINCO) DIAS, AS PROVAS QUE PRETENDE PRODUZIR."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.028332-7 - PLASTOMERO PLASTICOS E ELASTOMEROS ESPECIAIS LTDA X CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA -CRQ
Adv. : Dr(s). MICHEL LAUREANTI, JOSAFA ANTONIO LEMES

2004.70.00.032576-0 - MOINHO GRACIOSA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). BRAZILIO BACELLAR NETO

2004.70.00.033430-0 - LEMBRASUL SUPERMERCADOS LTDA. X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR

2004.70.00.035045-6 - SHEFFIELD COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - MASSA FALIDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO CLARO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Tendo em conta a manifestação de fls. 84, traga o executado cópia autenticada e atualizada da matrícula do imóvel nomeado, expedida pelo Registro de Imóveis competente, a fim de se verificar a averbação do documento de fls. 68/71."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.028803-5 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X FUNDACAO DE EDUCACAO E CULTURA ESPIRITA PARANA/SANTA CATARINA
Adv. : Dr(s). MARIA HELENA BIAOBOCK, CLAUDIA BUENO GOMES, JULIANO LAGO SEBBEN, PAULO SERGIO GUEDES

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se o embargante para emendar a inicial, no prazo de dez dias, na forma do art. 282, V, do CPC."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.033742-7 - AUTOMATON EMBALAGENS PLASTICAS LTDA-MASSA FALIDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ROSEMARI FABIANE, EDUARDO DE ABREU BERGIER

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. A inicial deve vir acompanhada de procuração. Em face disso, determino que se intimea parte embargante para que, no prazo de 15 dias, instrua a inicial em conformidade com o exposto, sob pena de indeferimento. 2. Após, conclusos."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.036831-0 - BANCO ARAUCARIA S/A - MASSA FALIDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR

No processo abaixo foi proferido o seguinte desapcho:
"1. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos. 2. Intimem-se. Após, cumpra-se o item 3 do despacho de fl. 51."

EXECUCAO FISCAL

2001.70.00.026684-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X BRAVO ADMINISTRADORA DE MAO DE OBRA E MONIT ELETRONICA S/CLTDA - MASSA FALIDA
Adv. : Dr(s). SIMONE CHAPIESKI

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Fl. 23. Intime-se o executado a pagar o débito ou nomear bens à penhora em cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, proceda-se à penhora de tantos bens quanto bastem à satisfação do crédito fiscal."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.015165-0 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X JACKSON LUIZ DE LUNA
Adv. : Dr(s). ISAAC MATOS PEREIRA, JACK FERNANDO RIBEIRO DE LUNA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho, em síntese:
"....3. Verifico que os documentos acostados às fls. 159/184 não são representativos de direitos de crédito, mas de mera expectativa de direitos de crédito, por esta razão acolho as alegações do exeqüente e declaro ineficaz a nomeação de fls. 155/157. 4. Intime-se o executado a pagar o débito ou nomear outros bens à penhora em cinco dias. Decorrido o prazo sem manifestação, proceda-se à penhora de tantos bens quanto bastem à satisfação d o crédito fiscal."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.035720-3 - FAZENDA NACIONAL. X FRATELLI ZOCCOLI COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA ME
Adv. : Dr(s). EDISON FREITAS DE SIQUEIRA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho, em síntese:
"1....., inarredável o fato de que o executado não comprovou sua cotação em bolsa - requisito essencial para a sua aceitação....3. Intime-se o executado a pagar o valor da execução em 5 (cinco) dias, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à garantia integral do débito. Penhorados bens, intime-se o executado da abertura legal para oposição de embargos."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.047743-9 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - F.N.D.E X PLUMA CONFORTO E TURISMO S/A
Adv. : Dr(s). MAURICIO OBLADEN AGUIAR

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Tendo em vista a manifestação retro, intime-se o executado a comprovar a propriedade do bem indicado pela empresa Iguaçu Celulose, Papel S/A."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.049511-9 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - F.N.D.E X TRANSIMARIBO LTDA
Adv. : Dr(s). EDUARDO VARELA GARCIA, SANDRA SIDONIA VARELA GARCIA LECAK

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. (fls. 93) Intime-se o executado a se manifestar sobre a alegação de fraude à execução, bem como indicar outros bens capazes de garantir a presente execução. Prazo: 15 (quinze) dias. 2. Após, conclusos."

EXECUCAO FISCAL

98.00.12332-6 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X PREFERENCIAL VEICULOS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ENIO MEDEIROS FILHO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. (fls. 50) Defiro. Intime-se o executado a pagar o valor remanescente, no prazo de cinco dias. No silêncio, proceda-se ao leilão dos bens penhorados."

EXECUCAO FISCAL

98.00.29479-1 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X RARELI PAPELARIAS E EQUIPAMENTOS P/ESCRITORIO LTDA
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDO DA ROSA PINTO

No processo abaixo foi proferido o seguinte depacho, em síntese:
"....3. Assim acolho as alegações do exeqüente, rejeitando a nomeação dos referidos títulos, e determino o prosseguimento da execução. 4. Intime-se o executado a pagar o valor da execução em 5 (cinco) dias, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à garantia integral do débito. Penhorados bens, intime-se o executado da abertura do prazo legal para oposição de embargos."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.052522-7 - FAZENDA NACIONAL. X LASER COMPANY COMERCIO DE APARELHOS DE SOM LTDA
Adv. : Dr(s). MARCELO JOSE CISCATO, ALESSANDRA SPREA PETRI

No processo abaixo foi proferida sentença, concluindo:
".....DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO dos presentes embargos de declaração por tempestivos, para, em seu mérito, NEGAR-LHES provimento,....."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.043743-0 - FAZENDA NACIONAL. X JAMIL IBRAHIM SLEMAN TACLA - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). LEILA FAYEK TACLA YACOUB

No processo abaixo foi proerido despacho, emsíntese:
"...Assim sendo, por demandar atividade instrutória - inviável no processo de execução - não conheço da exceção, devendo prosseguir oprocesso executivo. Intimem-se. 2. Intime-se o executado a pagar o valor remanescente, no prazo de cinco dias. No silêncio, penhorem-se tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida. 3. Penhorados bens, intime-se o executado da abertura do prazo legal para oposição de embargos."

EXECUCAO FISCAL

2002.70.00.060489-5 - FAZENDA NACIONAL. X CLEODOMAR JOSE ZAMPIERI
Adv. : Dr(s). CARLOS BUCK

No processo abaixo foi proferida sentença, concluindo:
".....DIANTE DO EXPOSTO, CONHEÇO dos presentes embargos de declaração, por tempestivos, para, em seu mérito, NEGAR-LHES provimento....."

EXECUCAO FISCAL

2002.70.00.079533-0 - FAZENDA NACIONAL. X JAMIL IBRAHIM SLEMAN TACLA - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). LEILA FAYEK TACLA YACOUB

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. (fls. 67) Intime-se o executado a pagar o valor remanescente, no prazo de cinco dias. No silêncio, penhorem-se tantos bens quantos bastem à garantia integral da dívida. 2. Penhorados bens, intime-se o executado da abertura do prazo legal para oposição de embargos."

EXECUCAO FISCAL

98.00.10679-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X SUPERMERCADOS PORTO FINO LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). NELSON KNOB

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. (fls. 43/44; 63/64; 85 a 88) Os títulos nomeados pela executada não servem para garantia da execução e os motivos são exatamente aqueles já aclarados no despacho de fls. 41/42 - os quais aqui não repetem por economia processual. 2. Advirto a executada que outra nomeação de títulos como os que apresentou, por três vezes, nos autos será considerada ato atentatório à dignidade da justiça (art.600, II e IV, do CPC), passível de multa na forma do art. 601 do CPC. 3. Cumpram-se os itens 3 e seguintes do despacho de fls. 41/42."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.00.023038-0 - FAZENDA NACIONAL. X QUIMESPAR COMERCIAL QUIMICA LTDA
Adv. : Dr(s). LUCIANO CHIZINI CHEMIN, KARIME CECYN PIETSZKOWSKI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte ato de Secretaria:
ATO DE SECRETARIA
De acordo com o disposto no art. 206,inciso XXVII, do Provimento n º 05/2003 da CG, do E. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, intimem-se as partes para requererem o que entenderem de direito, em 15 dias, apresentando, desde logo, os cálculos de liquidação, se for o caso.

EMBARGOS A EXECUCAO

98.00.23237-0 - INDUSTRIAS BAU DE MARMORES E GRANITOS LTDA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TATIANA DENCZUK

2002.70.00.008205-2 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT X MUNICIPIO DE CURITIBA
Adv. : Dr(s). FLAVIO ROBERTO FAY DE SOUSA, SIONARA PEREIRA

LETÍCIA EMILI CARRARO FIORI
DIRETORA DE SECRETARIA, EM EXERCÍCIO, DA 1ª VARA FEDERAL DAS EXECUÇÕES FISCAIS

SECRETARIA DA 1ª VARA FEDERAL

BOLETIM 0014/2005

DESPACHOS/DECISÕES PROFERIDAS PELO MM. JUIZ FEDERAL DR. FRIEDMANN ANDERSON WENDPAP E PELA MM. JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA DRA. IVANISE CORRÊA RODRIGUES DA PRIMEIRA VARA FEDERAL DE CURITIBA, BEM COMO ATOS PRATICADOS DE OFÍCIO PELA SECRETARIA, AUTORIZADOS PELO PROVIMENTO Nº 05/03, DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO.

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"APÓS, SE NEGATIVA A DECISÃO INTIMEM-SE OS RÉUS SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, REQUERENDO O QUE DE DIREITO, NO PRAZO DE 15 DIAS."

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.039865-8 - SIGMAFONE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA ITAPARY

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Apresentada contestação, intimem-se os AUTORES para que se manifestem e querendo, especificando provas."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.038832-7 - RENATO SATYRO E OUTRO X INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS E OUTRO
Adv. : Dr(s). OSMAR ALVES GUELFI, MARCELO ALBERTO GORSKI BORGES

2004.70.00.032271-0 - ASTRALL INDUSTRIA QUIMICA LTDA X CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA
Adv. : Dr(s). LUIS RENATO MARTINS DE ALMEIDA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferidasentença com o seguinte teor:
"Ante o expsoto, julgo improcedente o pedido e declaro o processo extinto, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.002381-7 - MARIA ESTELA VIDOTTO SCHWERZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OTOMI KOHLMANN

SENTENÇA:
———

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido sentença julgando EXTINTA A EXECUÇÃO DE SENTENÇA..."

ACAO ORDINARIA

92.00.10624-2 - CAETANO BRANCO S/A INDUSTRIA E COMERCIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO JOAQUIM MARTINELLI

99.00.28070-9 - ALFREDO A POSSEBON FILHO E CIA LTDA X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). CLOVIS JOSE GUGELMIN DISTEFANO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"JUntados os extratos, intimem-se os autores para que requeiram o que de direito em 30 (trinta) dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.17300-3 - TEREZINHA SOSKI PIOVEZAN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"...Dessa forma, intime-se a CEF para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito."

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.00.000795-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE CARLOS FONSECA
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

2003.70.00.046761-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO CARLOS CHULKA
Adv. : Dr(s). FLAVIO WARUMBY LINS

2003.70.00.052676-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADILSON DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

2003.70.00.060535-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO CARLOS CHULKA
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

2003.70.00.063426-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLOVIS AUGUSTO RODRIGUES
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

2003.70.00.079483-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GYSELE DEISE MOTA BOGDAN
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

2004.70.00.001027-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA LUIZA MERCEDES ANNA DURIGAN DE SOUSA MIRANDA
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

2004.70.00.001039-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RODRIGO TEIXEIRA DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

2004.70.00.012185-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE THADEU SNIECKOSKI
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Primeiramente, intime-se o emabrgado paqra que regularize sua representação processual, juntando aos autos procuração com poderes para recebr e dar quitação e indicando quem procederá o levantamento do depósito."

EMBARGOS A EXECUCAO

98.00.23756-9 - UNIAO FEDERAL X FRISCHMANNS MAGAZIN S/A
Adv. : Dr(s). FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Renove-se o despacho retro.
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Intime-se a CEF na pessoa do Dr. Clovis Aparecido Martins, para que, no prazo de 10 (dez) dias, esclareça quais procuradores deverão receber intimaçãoi nestes autos, em razão da existência de procuração outorgada pelo gerente da Geral da CEF...."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.049934-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X VICTORINO FERRO
Adv. : Dr(s). CLOVIS APARECIDO MARTINS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Para que execuçãod e honorários promovida nestes autos tenha prosseguimento, determino que a CEF indique outros bens passíveis de penhora, no prazo de 30 dias.'

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.25612-0 - UESLEY CLEVERSON RODRIGUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a seguinte intimação, com base no inciso 21, do artigo 3º do Provimento nº 22, de 29 de novembro de 1999, da Corregedoria Geral da Justiça Federal da 4ª Região:

"Abrir vista ao autor ou exeqüente das cartas e certidões negativas dos oficiais de justiça e das praças e leilões negativos."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.050892-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DANIEL ALVES AUGUSTO
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Compulsando os autos, verifico que os valores depositados nas contas 46197-6 e 46198-4 pertencem a CEF (honorários arbitrados na sentença de extinção, assim indefiro o pedido de fl. 92 dos autos apesos. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

91.00.10604-6 - PAULO MOSER X BANESTADO S/A CREDITO IMOBILIARIO E OUTROS
Adv. : Dr(s). PAULO MOSER

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Intime-se o autor para que esclareça a petição retro."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.050775-4 - ANGELO ESTEVAO WISTUBA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALEXSANDRA DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Para aferir com maior segurança o dano moralsofrido pelo autor, necessário seu depoimento pessoal. Defiro o pedido da CEF. Intime-se a ré para que apresente seu rol de testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias.'

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.008932-8 - RICARDO ROMAIS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IGOR DA SILVA SCHMEISKE

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Primeiramente, intime-se a CEF para que se manifeste acerca do laudo de exame documenoscópico juntado pela autora às fls. 112/132. Prazo de 5 (cinco) dias.'

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.073999-9 - LETICIA TELES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OTOMI KOHLMANN

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Concedo o prazo de 30 (trinta) dias, conforme requerido. Na oportunidade, informe o n° do CPF do procurador para qual se expedirá p alvará de levantamento. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

93.00.04095-2 - ALTAIR MUNIZ DE CARVALHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). SILVANA SANTOS TURIN

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Tendo em vista que a CEF não depositou espontaneamente os honorários advocatícios, intime-se o i. procurador para que promova a execução nos termos doa rt. 652 do CpC, considerando para efeito dos cálculos os índices de 44,80% e 42,72%, já consolidados pelo STF. Instrua os autos com memórias de cálculo, conforme dispõe o art.604 do CPC.'

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.09682-5 - GERALDA GENORA CAVALCANTI HOHMANN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROGERIO POPLADE CERCAL

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Intime-se o autor para que se manifeste sobre a contestação apresentada pelo réu. Prazo de 10 (dez) dias.'

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.000149-8 - LONEIS FOGACA GONCALVES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIA LUCIA RIBEIRO MORANDO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Após ao autor para impugnar a contetação."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.029872-0 - CIDADE AZUL TRANSPORTES LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO ALIPIO DA COSTA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
Expendidos os fundamentos,nãoconcedo a liminar postulada."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.040535-4 - RAFES INCORPORACOES E CONSTRUCOES LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DIONISIO OLICSHEVIS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Por essas razões, defiro parcialmente o pedido de antecipação de tutelaapenas apra que os autores possam realizar o depósito da exação."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.028327-3 - INDUSTRIAS NOVACKI LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). VIRGILIO CESAR DE MELO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Dessa forma, intime-se a CEF para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito."

EXECUCAO DIVERSA

92.00.12653-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X BRAZIL INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.022478-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GISELLY S REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.00.019175-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSUE RESENDE DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Intime-se o autor para que cumpra o despacho de fl.730 na integra, no que diz respeito ao pedidod e prova pericial. Prazo de 10 (dez) dias."

ACAO ORDINARIA

98.00.08484-3 - GERALDO CARTARIO RIBEIRO X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). FABIANO AUGUSTO PIAZZA BARACAT

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"TEndo em vista a certidão retro, intime-se a impetrante para que se manifeste acerca do cumprimento ou não do ofício."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.013155-2 - ROSEMARY ALVES DE SOUZA X DIRETOR ACADEMICO DAS FACULDADES INTEGRADAS CURITIBA E OUTRO
Adv. : Dr(s). RAFAELA VIALLE STROBEL

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Entendo que a prova documental existente nos autos é suficiente para dorma convicção sobre os fatos e, uma vez definida a premissa menor, completa o silogismo para alcançar a consequência jurídica. Se houvesse interesse das aprtes na produção demais alguma prova, o requerimento deve vir acompanhado de fundamentação sobre a relevância. Intime-se. Se nada for requerido, às aprtes para alegações finais em prazos sucessivos, a começar pelos autores. As aprtes de direito privado terão 15 (quinze) dias para expender. As de direito público, terão 30 (trinta) dias."

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.030362-3 - FRANCISCO JOSE DA ROCHA e Outros X MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e Outros
Adv. : Dr(s). JANETE DE FATIMA SOUZA BORGES BRINGHENTI

2001.70.00.039060-0 - DANIEL GONCALVES E OUTROS X MUNICIPIO DE SAO JOSE DE PINHAIS E OUTROS
Adv. : Dr(s). JANETE DE FATIMA SOUZA BORGES BRINGHENTI

2002.70.00.064706-7 - SANTA HELENA RIBEIRO DOS SANTOS E OUTROS X MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS E OUTROS
Adv. : Dr(s). JANETE DE FATIMA SOUZA BORGES BRINGHENTI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Juntada cópia do alvará, intime-se os exequentes sobre seu interesse no prosseguimento do feito."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.00.00097-0 - LAMINORT INDUSTRIA E COMERCIO DE LAMINAS S/A X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ARNALDO CONCEICAO JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Intime-se a CEF, na pessoa do DR.CLÓVIS APARECIDO MARTINS, para que no prazo de 10 (dez) dias, ESCLAREÇA QUAIS PROCURADORES DEVERÃO RECEBER INTIMAÇÃO nestesautos, em razão da existência de procuração outorgada pelo GERENTE GERAL DA CEF À DRA.MARIA ADRIANA PEREIRA E AO DR. PAULO SERGIO GUEDES..."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.081702-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CARLOS EDUARDO YOVANOVICH
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA, CLOVIS APARECIDO MARTINS

SENTENÇA:
_____

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foiproferido sentença julgando extinta sem apreciação do mérito..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.017367-4 - M K J IMPORTACAO E COMERCIO LTDA E OUTROS X DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DE CURITIBA
Adv. : Dr(s). KARINE SIMONE POFAHL WEBER

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferidasentença com o seguinte teor:
"Destarte, expendidos os fundamentos JULGO PROCEDENTE O PEDIDO E CONCEDO A SEGURANÇA...'

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.020157-8 - SOCIEDADE EQUATORIAL DE COMUNICACOES LTDA X DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO E OUTRO
Adv. : Dr(s). GLEIDEL BARBOSA LEITE JUNIOR

2004.70.00.020768-4 - DENISE RODINSK BRAGA X CHEFE DA SECAO DE MULTAS E RECURSO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). NOSLEI DOMINGUES DINIZ

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Primeiramente, intime-se o autor para que emende a inicial especificadamente qual o contrato realizado com a ré, bem como em relação a que cláusulas ou a que tipo de cobrança especificadamente insurge-se. Deve também fundamentar devidamente seu suposto direito e juntar documentos que comprovem possuir contrato com a CEF, bem como que demonstrem seu direito. O autor deve também justificar o valor dado à causa, inclusive com cálculos, se necesspario, bem como pagar as custas iniciais. Prazo de 10 (dez) dias."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.035002-0 - MARCIO RIBEIRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCUS ELY SOARES DOS REIS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Ao autor, para contra-razões no prazo legal."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.054843-4 - ATTO TELEINFORMATICA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). YOSHIHIRO MIYAMURA

2003.70.00.081687-8 - SERGIO AUGUSTO GUIMARAES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIOLA LOPES BUENO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Intime-se o exequente para que regularize sua representação processual, haja vista que o mandado dos subscritores da procuração de fl. 07, segundo documetnação acostada aos autos é posterior a sua outorga."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.00.04423-6 - BAMERINDUS COMPANHIA DE SEGUROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). LETICIA ARAUJO LEONI, REINALDO JOSE ANDREATTA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Reintime-se o procurador para retirada do alvará na CEF.
.....
ENTREGA DO ALVARÁ SUPRA NA CEF/PAB JUSTIÇA FEDERAL EM 18/08/2004. EM NOME DA PROCURADORA DRA. SIMONE PACHECO DE SOUZA."

ACAO ORDINARIA

92.00.00556-0 - S/A CERAMICA IGUACU X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SIMONE PACHECO DE SOUZA, JOAO CASILLO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"O pedido de fls. 119/120 deverá ser efetuado nos autos próprios(95.000.04610-5). Intime-se o exequente, bemcomo para que cumpra o despacjo de fl. 118, em relação ao valor executado exclusivamente nestes autos (R$25,00). ressalvo desnecessária a atualização monetária desse valor, pois a requisição será até a data do pagamento pelo IPCA-e. Intime-se o exequnete.'

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.19907-1 - MINERACAO VOLTA GRANDE LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GERALDO BEMFICA TEIXEIRA

SENTENÇA:
_____

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foiproferido sentença julgando extinto o processo..."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.008405-7 - GOLPESCA ARTIGOS DE ESPORTE E PESCA LTDA X DELEGADO DA POLICIA FEDERAL - SINARM
Adv. : Dr(s). VALCIR ALECIO PROVENZI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguintedespacho:
"Tendo em vista o retorno dos autos do E. TRF da 4ª Região, intime-se o réu para que, querendo, promova a execução da verba de sucumbência no prazo de 15 (quinze) dias.'

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.015125-9 - REGIONAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTROS
Adv. : Dr(s). CRISTIANE FERRAZ SPINATO

CURITIBA, 19 de janeiro de 2005

JOACITA KOPYTOWSKI TAFURI
DIRETORA DE SECRETARIA DA
1ª VARA FEDERAL

SECRETARIA DA PRCTB04

BOLETIM DE INTIMACAO NR:0015/2005

JUIZ: DR. FABIANO BLEY FRANCO
JUIZ FEDERAL EM EXERCICIO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Indefiro, por ora, qualquer levantamento de valores no presente processo, tendo em vista os indícios de fraude noticiados pelo interventor da FUNALIBER e que estão sendo devidamente apurados pelo Ministério Público Estadual na Ação Civil Pública em trâmite perante a 20ª Vara Cível da Comarca de Curitiba. Tal medida acautelatória se justifica diante da gravidade dos fatos, narrada pelo Ministério Público Estadual nos seguintes termos: "Evidencia-se indícios de uma manobra jurídica, porém ilegal, forjadora de uma dívida trabalhista não devidamente contestada na esfera da Justiça do Trabalho, e que se encerrou através de acordo eivado de vício, visando retirar da esfera patrimonial da Fundação grande soma em dinheiro, em virtude do processo de extinção ao qual já se encontrava submetida a Fundação, com o insuspeito objetivo de evitar a perda financeira dos envolvidos - tanto da exeqüente como do então Presidente da entidade que se comprometeu, pessoal e solidariamente, a arcar com o valor do "acordo trabalhista" - ressalte-se que tal dirigente já havia sido, pouco antes, afastado judicialmente da administração da Fundação e permanecia apenas temporariamente sustentado pela revogação provisória da liminar concedida em 1º Grau." 2. Anoto, por oportuno, que a presente decisão tem caráter irrevogável, enquanto pendente o julgamento da Ação Civil Pública acima mencionada, razão pela qual, qualquer insurgência deverá ser manifestada através do recurso cabível. 3. Intimem-se da presente decisão todos os procuradores constituídos nos presentes autos, bem como o Ministério Público Estadual e Federal e a União Federal."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.00.031789-3 - FUNDACAO PAPA PAULO VI - FUNALIBER, LUCIA MARIA DA VEIGA SEGALL X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO VINICIUS DE BARROS MARTINS JUNIOR, MARIANA CARVALHO POZENATO, MAURICIO PINHEIRO DA COSTA, RODRIGO GARCIA SANT'ANNA BEVILAQUA, RODRIGO PEREIRA DIAS, ROGERIO BUENO DA SILVA, PAULO SERGIO GUEDES, ACYR ROGERIO CALCADO, FERNANDO BOTTO LAMOGLIA, ROBERTO BACELAR PORTUGAL

desp. fl. 779

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I) Ante a confirmação pela Contadoria Judicial quanto ao montante exeqüendo apresentado pela Caixa Econômica Federal, fixo o valor do débito em R$ 33.241,03, atualizado até 29/02/04. II) Intimem-se as partes quanto a esta decisão, bem como a CEF para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 10 dias."

EXECUCAO DIVERSA

97.00.23977-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CARMELA MACIEL CONFECCOES LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, MARGARETH ZANARDINI MOREIRA

desp. fl. 128

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os eventuais pagamentos e acordos que tenham sido realizados administrativamente. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

98.00.23857-3 - VALTER PEREIRA DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ISABELLA ASSIS DA COSTA

desp. fl. 336

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.023273-0 - FRANCISCO EDIVAL GONCALVES

X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TELMA CARVALHO DE OLIVEIRA GALVAO

sent. fls. 64

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Por questão de segurança jurídica, o levantamento dos valores depositados deverá ocorrer após o trânsito em julgado da decisão dos embargos à execução. Por outro lado, não obstante o recebimento do recurso de apelação tenha ocorrido apenas no efeito devolutivo, este Juízo tem observado que, nos casos em que os autos de embargos são remetidos ao E. TRF da 4ª Região desacompanhados dos autos de execução, por várias vezes o E. Tribunal tem determinado a remessa destes àquela Corte. Assim, visando privilegiar a celeridade processual, tenho determinado que os autos de execução acompanhem os autos de embargos, visto que o desapensamento, nesta quadra processual apenas tumultuaria o trâmite, retardando, ainda mais, a decisão final. Dessa forma, decorrido o prazo para eventual recurso, relativo à presente decisão, remetam-se os autos ao E. TRF da 4ª Região, conforme determinado à fl. 69 dos autos em apenso. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.084080-7 - ANASTACIA FALARZ KAMINSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FABIANO LUIZ ANDREASSA

desp. fl. 56

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime- se os autores para requererem eventual execução do julgado, de diferenças impagas. Prazo de 90 dias. 2. Nada sendo requerido, registrem- se para sentença de extinção e voltem conclusos."

ACAO ORDINARIA

99.00.22653-4 - ODAIR JOSE DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUDI FERNANDES

desp. fl. 367

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Primeiramente, intime-se o exequente para se manifestar sobre o Termo de Adesão juntado pela CEF."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.021786-0 - JOSE EDMUNDO RIBEIRO DE FREITAS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

desp. fl. 181

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Aguarde- se pronunciamento acerca da Ação Rescisória, a ser comunicada pela parte interessada. Intime- se."

ACAO ORDINARIA

97.00.21754-0 - ACERLAU TEIXEIRA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TEOFILO L. SANTOS NETO

desp. fl. 510

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.021408-1 - LUIS ANTONIO RODERJAN MANFRONI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO ANTONIO TONIN FRONCZAK

sent. fls. 46/47

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.020861-0 - ALDO RIBEIRO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EMERSON JESUS R. AVELAR

sent. fls. 263

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

ACAO ORDINARIA

99.00.19070-0 - MARIA APARECIDA ARRUDA VENCI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO MUNHOZ C FILHO

sent. fls. 121

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo fixado no item anterior, e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.21233-7 - MARIA TEREZA KUAPSA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ARIMO RAMIRO DE ASSIS

desp. fl. 408

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Tendo em vista o depósito, pela CEF, do valor dos honorários advocatícios (fl. 297), intime-se a parte exeqüente para que promova o levantamento da respectiva verba, manifestando-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.020885-3 - SANDRO JOSE DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROMULO FERREIRA DA SILVA

desp. fl. 301

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"AVOCO OS PRESENTES AUTOS. Compulsando os presentes autos, verifico que a representação processual dos autores encontra-se irregular, visto que os advogados indicados às fls. 372/373 não possuem procuração para atuar no presente feito. Além disso, o substabelecimento da fl. 375 não tem validade, pois outorgado por advogado estranho aos autos. Assim, intimem-se os peticionários para regularizarem a representação processual dos autores, no prazo de trinta dias."

"Cumpra-se o r. despacho da fl. 378, sob pena de extinção do feito, tendo em vista que o subscritor da fl. 380 não tem procuração nos autos. Após, retornem conclusos para apreciação do petitório das fls. 379/380."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.20721-8 - PAULO CESAR BUERGER E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). GISELE SOARES, Rodrigo Wagner Pereira Bittencourt

desp. fl. 378 e 408

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo fixado no item anterior, e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.020470-0 - CARLOS ALBERTO DOBREZANSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MONICA DE ANDRADE

desp. fl. 173

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Homologo as transações noticiadas às fls. 343/344 e julgo extinto o processo em relação JANUÁRIO STENZEL, ARNO OSVALDO ZONTA, LUIS ANTONIO LEAL e FRANCISCO DE MOURA ROCHA. 2. Ante a quitação (fl. 344) dada pelos exeqüentes ANA MARIA FIDELI MARQUES, MARINA DE SOUZA BATISTA ALBERTONI e SEBASTIÃO PEREIRA DE OLIVEIRA, declaro extinto o processo com relação aos mesmos, com fulcro no art. 794, I do CPC. 3. Relativamente aos exeqüentes RENATO RIGON e ELIANE MARY FONTANA ROCHA, cite-se a CEF, nos termos do art. 652 do CPC. 4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.20077-2 - ANA MARIA FIDELI MARQUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDUARDO SABEDOTTI BREDA

desp. fl. 354

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Decorrido o prazo de 1 (um) ano, intime-se a CEF para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias."

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.019988-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HERMELINDA ANTONIA DURANTE GOULART
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS

desp. fl. 57

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Reitere-se a intimação para levantamento do alvará, desta feita, intimando-se tanto o Dr. Luiz Rodrigues Wambier, quanto a Dra. Patrícia Yamasaki Teixeira, assinalando o prazo de 15 dias para manifestação."

MANDADO DE SEGURANCA

98.00.19303-0 - BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A X GERENTE REGIONAL DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO DO INSS EM CURITIBA - GRAF I E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ RODRIGUES WAMBIER, PATRICIA YAMASAKI TEIXEIRA

desp. fl. 731

NOS PROCESSOS ABAIXO:
Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, decorreu o prazo de suspensão, manifeste-se a parte interessada.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.19191-5 - HILTJE DIJKSTRA DE GEUS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUCIA DE FATIMA CARVALHO FRANZOLIN

Provimento 05/03

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Mantenho a decisão agravada, pelos seus próprios fundamentos. 2. Intime-se. 3. Aguarde-se o julgamento do Agravo de Instrumento."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.018961-2 - CARLOS ROBERTO GUERRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AURELIANO PERNETTA CARON

desp. fl. 116

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo fixado no item anterior, e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.18890-6 - JOAQUIM TEIXEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ALCIDES BIER DOS SANTOS

desp. fl. 443

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo fixado no item anterior, e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.18341-8 - LAURO PAES RIBEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

desp. fl. 451

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. No tocante a alegação dos autores de que o cumprimento espontâneo do julgado pela CEF (fls. 312/318), não satisfez integralmente o crédito exeqüendo, intimem-se-os para que promovam a execução de acordo com os artigos 604 e 652 do CPC, observado que não cabe a este juízo compelir o demandado no interesse da parte, mormente por se tratar de direito dispositivo. 2. Deverão os autores apresentar seus respectivos cálculos, utilizando-se, para tanto dos extratos enviados pela própria CEF aos fundistas às suas residências noticiando os valores a serem pagos, nos termos da Lei Complementar n.º 110/2001: "Art. 11. A Caixa Econômica Federal, até 30 de abril de 2002, divulgará aos titulares de contas vinculadas os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm direito, com base nas informações cadastrais e financeiras de que trata o art. 10." 3. Aguarde-se a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos fixados nos itens anteriores, por 180 (cento e oitenta) dias. 4. Homologo o termo de transação da fl. 361 julgando extinto o processo em relação a JOSE MOREIRA BENEDITO. 5. Decorrido o prazo fixado no item "3", sem manifestação, arquivem-se os autos. 6. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.17649-7 - JOSE NICOLAU RODRIGUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCEU ANTONIO SWAROWSKI

desp. fl. 362

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Homologo o acordo realizado e julgo extinto o processo, com fundamento no art. 269, III do CPC, em relação a JOÃO MARIA DE SOUZA CORDEIRO. 2. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, execute eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 3. Decorrido o prazo fixado no item anterior, sem manifestação dos exeqüentes, arquivem-se os autos. 4. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.17567-7 - ALCIDES GRANDE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VILSON GUDOSKI

desp. fl. 450

NOS PROCESSOS ABAIXO:
Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, decorreu o prazo de suspensão, manifeste-se a parte interessada.

EXECUCAO DIVERSA

97.00.17441-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RARIDADE COMERCIO DE DISCOS LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

Provimento 05/03

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Tendo em vista tratar-se de um processo envolvendo lide sobre contrato bancário, claramente sendo estabelecida uma relação de consumo, onde se identifica de plano uma parte como hipossuficiente em relação à outra, seguindo a esteira jurisprudencial do E. STJ, adoto no presente caso a inversão do ônus da prova. ... Feitas essas considerações, com base no art. 130 do CPC, entendo necessária a realização de perícia técnica para o deslinde do feito e atribuo, desde logo, a CEF a obrigação de recolhimento dos honorários periciais, bem como, passo a determinar: 1. Nomeio como perito o Sr. Dermival Oliveira Alves, com endereço profissional na Rua Mariano Torres, nº 540, 3º andar, Centro, CEP 82.940-070, fone: (41) 3023-4029/9971-2200. 2. Intimem-se as partes para, querendo, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias - art. 421 do CPC. 3. Apresentados os quesitos, intime-se o Sr. Perito para manifestar sua concordância com o encargo, bem como, em caso positivo, apresentar a sua proposta de honorários. ..."

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.016768-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GISELLE KRUGER
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

desp. fl. 85/86

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Homologo o termo de transação da fl. 364 julgando extinto o processo em relação a JUSTINA INES MUMARO. 2. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 3. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.16359-0 - NESTOR LUIZ MORGAN E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIS ANSELMO ARRUDA GARCIA

desp. fl. 366

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. O contrato entre o causídico e os autores não diz respeito a presente demanda, pelo que, indefiro o pedido retro. 2. Em face do decurso de prazo para execução de diferenças, determino o arquivamento dos autos. 3. Anoto que eventual pedido de execução (e consequente desarquivamento) deverá ser manejado em petitório acompanhado de memória de cálculo individualizada por autor, deduzidos os valores depositados administrativamente, indicando os índices de correção empregados e com cópia para citação. Intime- se e cumpra- se nos termos supra."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.16288-7 - MARCIO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALCENICE MARINA SWAROWSKI

desp. fl. 361

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...De outro lado, presumem-se legítimos os atos administrativos, até prova em contrário, o que autoriza a imediata execução dos mesmos, constituindo ônus daquele que invoca a invalidade do ato, comprová-la. Nesta análise superficial, tenho que a impetrante não comprovou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, ônus que lhe cabia. Diante de tais considerações, indefiro a liminar. Notifique-se a autoridade impetrada, para que preste as informações que entender cabíveis, no prazo de 10 (dez) dias. Com ou sem elas, vista ao Ministério Público Federal, após o que registre-se para sentença e voltem-me conclusos. Intimem-se."

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.00.001529-5 - POSITIVO INFORMATICA LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). LIS CAROLINE BEDIN

desp. fl. 215/216

CURITIBA, 19 de janeiro de 2005

Lea Maria Otani
Diretora de Secretaria
4ª Vara Federal

SECRETARIA DA PRCTB04

BOLETIM DE INTIMACAO NR:0016/2005

JUIZ: DR. FABIANO BLEY FRANCO
JUIZ FEDERAL EM EXERCICIO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Indefiro o pedido de fl. 214, visto que cabe à própria parte efetuar os cálculos, nos termos do julgado, conforme artigo 604 do CPC."

ACAO ORDINARIA

96.00.16715-0 - FABRICIO JOSE WOYTOWICZ PACHECO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MIGUEL ANGELO DITZEL MARTELO

desp. fl. 216

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Observo que a execução ora pretendida diz respeito aos

autos de ação ordinária nº 00.00.18002-5, devendo o pedido ser formulado naqueles autos. 2. Assim, indefiro o pedido formulado nestes autos de embargos à execução. 3. Retornem os autos ao arquivo. Intime-se."

EMBARGOS A EXECUCAO

96.00.16193-3 - UNIAO FEDERAL X LUCIA VANTROBA E OT
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS COELHO DA CUNHA

desp. fl. 68

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Indefiro o requerimento de alienação antecipada do imóvel penhorado, uma porque não verifico que o bem esteja exposto a risco anormal, podendo a CEF, agora imitida na posse do mesmo, tomar todas as providências que entender cabíveis para sua conservação; e a duas, porque a presente execução encontra-se regular, tendo por próximo ato processual, o julgamento dos embargos à execução, em apenso. 2. Retornem os autos à suspensão. 3. Intime-se."

EXECUCAO DIVERSA

1999.70.00.033830-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DENISE MARIA LOYOLA ZOLET
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS

desp. fl. 82

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se a parte exequente para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, observando o petitório da fl. 329. Prazo de 10 dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.15594-7 - JOSE SIZANOSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MUNIR GUERIOS FILHO

desp. fl. 330

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

99.00.15563-7 - ROMILDO LUIZ NUNES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

desp. fl. 413

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

99.00.15552-1 - VALDIR IRUME E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

desp. fl. 304

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.14933-5 - UBIRAJARA FERNANDO SANTOS LOPES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CELSO LUIS DE SOUZA CORDEIRO

desp. fl. 253

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.013052-2 - NELCI TERESINHA SPENASSATTO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FLAVIO BOVO

desp. fl. 149

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime- se os exequentes para se manifestem quanto a satisfação dos créditos, em 20 dias. 2. Nada sendo requerido, registrem- se os autos para sentença de extinção e voltem conclusos."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.015403-4 - ALESSANDRA MOLINARI SEQUINEL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS JORGE STADLER

desp. fl. 152

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I) Indefiro os pedidos das fls. 41/42, porquanto a exeqüente não comprovou ter efetivado todas as diligências que estão ao seu alcance. Ademais, a consulta junto a Receita Federal já foi efetuada à fl.34. II) Intime-se."

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.015299-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ACIONI DE JESUS SLOMPO RIBAS
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

desp. fl. 43

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I) Primeiramente, intime-se a Caixa Econômica Federal para que apresente as certidões a que fez menção na petição de fls. 100/102, a fim de comprovar que realizou as diligências necessárias no intuito de localizar bens penhoráveis em nome da executada."

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.014866-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JUSSARA MARIA KUSER KNOPKI
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

desp. fl. 103

NOS PROCESSOS ABAIXO:
Em cumprimento ao Provimento nº 05/03, da Corregedoria da Justiça Federal, comprovar nos autos a publicação do Edital.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.014864-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADRIANA CIRINO
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA, ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

Provimento 05/03

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.012285-6 - ANTONIO CARLOS TATIT HOLTZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DENISE SAMPAIO FERRAZ COELHO

sent. fls. 72

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.10202-7 - JOEL COSTA CORDEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). APARECIDO SOARES ANDRADE

sent. fls. 258

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

ACAO ORDINARIA

96.00.10009-8 - CHAN KONG WAH X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANE MIRELA BERTUZZI

sent. fls. 71

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Indefiro o pedido de citação por edital, tendo em vista que a Caixa Econômica Federal não comprovou ter realizado todas as diligências necessárias no intuito de localizar o executado. Intime-se."

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.012234-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO GONCALVES
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

desp. fl. 35

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Tendo em vista tratar-se de um processo envolvendo lide sobre contrato bancário, claramente sendo estabelecida uma relação de consumo, onde se identifica de plano uma parte como hipossuficiente em relação à outra, seguindo a esteira jurisprudencial do E. STJ, adoto no presente caso a inversão do ônus da prova. ... Feitas essas considerações, com base no art. 130 do CPC, entendo necessária a realização de perícia técnica para o deslinde do feito e atribuo, desde logo, a CEF a obrigação de recolhimento dos honorários periciais, bem como, passo a determinar: 1. Nomeio como perito o Sr. Dermival Oliveira Alves, com endereço profissional na Rua Mariano Torres, nº 540, 3º andar, Centro, CEP 82.940-070, fone: (41) 3023-4029/9971-2200. 2. Intimem-se as partes para, querendo, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias - art. 421 do CPC. 3. Apresentados os quesitos, intime-se o Sr. Perito para manifestar sua concordância com o encargo, bem como, em caso positivo, apresentar a sua proposta de honorários. ..."

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.011920-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ AUGUSTO FABRIS
Adv. : Dr(s). MARIA ADRIANA PEREIRA, SCHEILA MARIA CIELLO

desp. fl. 95/96

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Diante da inércia do Banco do Brasil, intime-se o autor para cumprir o item 5 do despacho da fl. 312, sem o que não será possível o levantamento das próximas parcelas."

ACAO ORDINARIA

97.00.11543-7 - CARGILL AGRICOLA S/A X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RENATO BARROZO ARRUDA GONCALVES

desp. fl. 334

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Defiro o prazo de 10 dias, conforme requerido à fl. 413. Abra-se nova vista à parte exequente para que se manifeste acerca do petitório e documentos doas fls. 389/411."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.011111-0 - ALDO PEREIRA DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IVAIR JUNGLOS

desp. fl. 414

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Diga o exequente sobre a satisfação dos créditos, em 60 dias. Nada sendo requerido, retornem conclusos para sentença de extinção."

ACAO ORDINARIA

98.00.10971-4 - DALGIMA MARIA TONELI DE SA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). GISELE SOARES

desp. fl. 373

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. No tocante a alegação dos autores de que o cumprimento espontâneo do julgado pela CEF, não satisfez integralmente o crédito exeqüendo, intimem-se-os para que promovam a execução de acordo com os artigos 604 e 652 do CPC, observado que não cabe a este juízo compelir o demandado no interesse da parte, mormente por se tratar de direito dispositivo. 2. Deverão os autores apresentar seus respectivos cálculos, utilizando-se, para tanto dos extratos enviados pela própria CEF aos fundistas às suas residências noticiando os valores a serem pagos, nos termos da Lei Complementar n.º 110/2001: "Art. 11. A Caixa Econômica Federal, até 30 de abril de 2002, divulgará aos titulares de contas vinculadas os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm direito, com base nas informações cadastrais e financeiras de que trata o art. 10." 3. Aguarde-se a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos fixados nos itens anteriores, por 180 (cento e oitenta) dias. 4. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. 5. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.009835-0 - NATANIEL ANDRADE DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA DE LOURDES RODRIGUES

desp. fl. 192

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime- se o causídico dos autores para que promova a eventual execução de diferenças impagas. Prazo de 60 dias. 2. Na inércia, retornem conclusos para sentença de extinção. 3. Anote que a peça inicial deverá ser instruída com memória de cálculo individualizada, demonstrando os índices de correção aplicados, deduzidos os valores depositados administrativamente."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.009656-7 - DARCY DORNELLES MARQUES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA FERNANDA SCHUCHOVSKY GRUBER

desp. fl. 136

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...Decorrido o prazo de 1 (um) ano, intime-se a CEF para que se manifeste sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias."

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.00.009631-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADAO ALVES DA SILVA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES

desp. fl. 58

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Homologo os termos de transação das fls. 267/271 julgando extinto o processo em relação a JOSÉ CARLOS GALVÃO E LORIDI VAZ. 2. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos fixados nos artigos 604 e 652 do CPC, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de arquivamento dos autos. 3. Decorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. 4. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.08993-4 - JOSE CARLOS GALVAO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). REGES JOSE REIMANN

desp. fl. 272

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Não há que se falar em atualização porque os valores foram definidos pelo exeqüente, portanto, renunciou a eventuais diferenças quando fixou o valor da execução à fl. 223. sequer houve interposição de embargos, então os valores pagos foram exatamente aqueles apresentados para execução. Ademais, os valores foram corrigidos, como se verifica à fl. 235. Assim, deve ser indeferido o pedido para prosseguimento da execução. Restando esta decisão irrecorrida, arquivem-se os autos. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.07570-2 - GELCYR LUIZ ANCHESKY E OUTRO X CHEFE DO RECURSOS HUMANOS DO INSS E OUTRO
Adv. : Dr(s). ALTACIR ANTONIO COSTA

desp. fl. 267

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Homologo os acordos noticiados e julgo extinto o processo com fundamento no art. 269, III e 794, II do CPC, em relação a ZILÁ GAMA DA SILVA e outros. 2. Registrem- se para sentença de extinção e voltem conclusos."

ACAO ORDINARIA

93.00.06885-7 - ZILA GAMA GOMES DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). REINALDO WOELLNER

DESP. FL. 59

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Abra-se vista à parte executada, tendo em vista o comprovante juntado pela Caixa Econômica Federal."

EXECUCAO DIVERSA

94.00.06091-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JULMARA BOMPEIXE MAGALHAES E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOAO CARLOS DE MACEDO

DESP. FL. 189

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Indefiro o pedido formulado, uma vez que cabe à exeqüente diligenciar quanto à localização do executado. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.006079-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ELOI ADAO BABINSKI
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

DESP. FL. 111

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo fixado no item anterior, e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.005869-7 - TEREZINHA JACUBOSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LIDSON JOSE TOMASS

DESP. FL. 237

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Aguarde-se por 1 ano a iniciativa da parte."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.05699-8 - CLAUDIA MARA FONTOURA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA, CELIA INES DA SILVA, KARINA MARIA MEHL

DESP. FL. 505

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo fixado no item anterior, e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intimem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.004696-8 - RENATO LUIZ PEREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

DESP. FL. 300

"Nos processos abaixo foi proferida sentença julgando extinto o processo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.004202-2 - ANTONIO BEZERRA DO VALE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO INACIO CORDEIRO

SENT. FLS. 109

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "Indefiro o pedido do exeqüente. Em decorrência da decisão proferida no Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 382298 AgR/RS, interposto na Ação Rescisória nº 1999.04.01.065097-3, contra a sentença da Ação Civil Pública nº 93.0013933-9, movida pela Associação Paranaense de Defesa do Consumidor - APADECO e Outros em face da União Federal, que permitiu a execução individual dos empréstimos compulsórios sobre os combustíveis, entendo que até a publicação do v. acórdão e do respectivo trânsito em julgado, todas as execuções de sentença e embargos decorrentes da referida ação civil pública devem permanecer suspensos, a partir de 11/05/2004 até ulterior deliberação, em conformidade com a Portaria nº 02/2004 deste Juízo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.03973-4 - CELIA MARA CORREA CARDOSO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). REGINA CELIA GIACOMET

desp. fl. 113

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Indefiro o pedido da fl. 321, porquanto, a questão pertinente aos extratos das contas fundiárias já foi apreciada pela r. decisão da fl. 319, a qual, mantenho. 2. Aguarde-se por 180 (cento e oitenta) dias a execução das eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC. 3. Nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 4. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

95.00.03869-2 - DILVA ROSA LEMOS RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). IRACI DA SILVA BORGES

desp. fl. 322

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e acordos noticiados nos autos. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo fixado no item anterior, e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.03498-6 - NELSON BOFF MENGUE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). CELSO LUIS DE SOUZA CORDEIRO

desp. fl. 321

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os eventuais pagamentos e acordos que tenham sido realizados administrativamente. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.00.03429-8 - ADOMIRAN JOSE DE ASSIS E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDINALDO SERGIO CANDEO

desp. fl. 487

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Intime-se a parte exeqüente para que, querendo, promova a execução de eventuais diferenças impagas, nos termos dos artigos 604 e 652 do CPC, observados os pagamentos e eventuais acordos administrativos que tenham sido firmados entre as partes. Prazo de 180 (cento e oitenta) dias. 2. Decorrido o prazo e nada sendo apresentado, arquivem-se os autos. 3. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.002879-6 - LUIZ KLAPOWSKO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIME LUIZ SCHLUGA

desp. fl. 250

CURITIBA, 19 de janeiro de 2005

Lea Maria Otani
Diretora de Secretaria
4ª Vara Federal

SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 216/2004

Dr. FERNANDO QUADROS DA SILVA
Juiz Federal

Dra. ANA CAROLINA MOROZOWSKI
Juíza Federal Substituta

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. RECEBO OS PRESENTES EMBARGOS PARA DISCUSSÃO. 2. INTIME-SE A PARTE EMBARGADA PARA QUE, NO PRAZO LEGAL, APRESENTE IMPUGNAÇÃO. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.040618-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LAERCIO MARIA CARMONA E OUTROS
Adv. : Dr(s). LIDSON JOSE TOMASS

2004.70.00.040622-0 - BANCO CENTRAL DO BRASIL X ARISTIDES CORSO E OUTROS
Adv. : Dr(s). VILSON STALL

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho determinando o arquivamento dos autos.

RECONVENCAO

97.00.19051-0 - UNIAO FEDERAL X INJETEL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES PLASTICOS LTDA
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO BORELLI BARBOSA

MANDADO DE SEGURANCA

98.00.04990-8 - ESTRADA DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DO PETROLEO LTDA X DELEGADO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE COMBUSTIVEIS
Adv. : Dr(s). WILLIAM ANTONIO N.PIRES DE SOUSA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. DIGA A PARTE AUTORA SOBRE A SATISFAÇÃO DE SEU CRÉDITO, EM 05 (CINCO) DIAS. (...)."

DECLARATORIA

97.00.11834-7 - INJETEL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENETES PLASTICOS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO BORELLI BARBOSA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho determinando a intimação da parte autora para que se manifeste sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.031098-7 - BANCO BANESTADO S/A X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCUS BECHARA SANCHEZ

2004.70.00.035714-1 - J. L. VALENTE LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). MARCIO ARI VENDRUSCOLO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho arbitrando os honorários advocatícios em 10% do valor atribuído a execução (fl. 330).

ACAO ORDINARIA

98.00.03368-8 - MARCOS JOSE DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ ROBERTO RECH

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho deferindo a suspensão requerida.

EXECUCAO DIVERSA

00.00.54927-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADAUTO PINHEIRO
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

EXECUCAO PROVISORIA DE SENTENCA

95.00.01593-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X WALDIR DOS SANTOS E OUTRO
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

ACAO DIVERSA

99.00.01365-4 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT X POMBO CORREIO FANQUIA EMPRESARIAL LTDA
Adv. : Dr(s). DENISE COSTA RIBAS

EXECUCAO DIVERSA

2000.70.00.008382-5 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT X ENIO DE OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). DENISE COSTA RIBAS

Processo(s) com vista às partes para se manifestarem sobre a proposta de honorários apresentada pelo perito:

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.067367-4 - ANTONIO CARLOS DA VEIGA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDUARDO MUNHOZ DA CUNHA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA QUE CUMPRA INTEGRALMENTE O QUANTO DETERMINADO À FL. 632, DE MODO A REGULARIZAR A REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DAQUELES QUE AINDA NÃO O FIZERAM. CONCEDO-LHE O PRAZO DE MAIS 30(TRINTA) DIAS."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.07667-9 - LEO BARSOTTI E OUTROS X UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). JULIANO LOCATELLI SANTOS

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE PARA QUE DIGA SE AINDA TEM ALGO A REQUERER, NO PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.036326-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X INDUSTRIA DE TIJOLOS STASEKA LTDA
Adv. : Dr(s). MARIA CIBELI CORREA RIBEIRO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA QUE DIGA SE TEM ALGO MAIS A REQUERER NETSE FEITO, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS. 3. EM NADA SENDO REQUERIDO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS."

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.002444-4 - INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPELAO FORTALEZA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CIBELI CORREA RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido.

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho recebendo a apelação no duplo efeito e determinando a intimação do(s) recorrido(s) para contra-razões e oportuna remessa dos autos ao TRF/4ª Região.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.015581-7 - JOSE CARLOS SDROEIWSKI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). AUGUSTO CARLOS CARRANO CAMARGO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO EFETUADA ENTRE AS PARTES PARA QUE SURTA OS SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO, NOS TERMOS DO ART. 269, III, DO CPC. (...) FICA, DESDE JÁ, CANCELADA A AUDI~ENCIA DESIGNADA ÀS FLS. 233-VERSO. (...)."

CONSIGNATORIA

2000.70.00.003727-0 - CELSO JANDIR SMANIOTTO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) INTIME-SE A PARTE AUTORA PARA QUE SE MANIFESTE SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO FEITO, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS. "

ACAO ORDINARIA

91.00.15371-0 - MARIO MACIEL CAMARGO X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Adv. : Dr(s). CARLOS OSWALDO MORAIS ANDRADE

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. DEFIRO O PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS AO EXEQUENTE JOSÉ BISPO DE SOUZA PARA QUE PROMOVA A REGULARIZAÇÃO DE SUA REPRESENTAÇÃO PROCESSUA. INTIME-SE. 2. DECORRIDO O PRAZO SUPRA IN ALBIS, ARQUIVEM-SE."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.48022-3 - ROBERTO PAREJA E S/M E OUTROS X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). RODRIGO MUNIZ SANTOS

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "INTIME-SE A PARTE EMBARGADA, POR MEIO DE SEU PROCURADOR, PARA QUE VOLUNTARIAMENTE PAGUE O VALOR DEVIDO À TÍTULO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, CONFORME REQUERIMENTO E CÁLCULOS DA CEF DE FLS. 91/92, NO PRAZO DE 10(DEZ) DIAS."

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.002978-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FERNANDO MOREIRA ROCHA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MAURICIO ANTONIO PELLEGRINO ADAMOWSKI

Em cumprimento ao Provimento nº 05/2003(Consolidação) da Corregedoria da Justiça Federal, no(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi determinada a intimação da parte autora para vista de certidão de Oficial de Justiça de fl. 67.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.011645-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO PEDRO CAMILE
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. RENOVE-SE A INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA PARA QUE DIGA SOBRE A REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS PERICIAIS APRESENTADA ÀS FLS. 131, EM 05(CINCO) DIAS, SOB PENA DE PRESUNÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O VALOR APURADO. (...)."

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.00.069580-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE CLAUDIO BLUMENTHAL DE MORAES
Adv. : Dr(s). GISSIANE CRISTINE CHROMIEC

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. TENTE-SE NOVA INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA QUE DIGA SOBRE OS DEPÓSITOS REMANESCENTES NOS AUTOS, EM 05(CINCO) DIAS."

MANDADO DE SEGURANCA

00.00.89618-7 - CARLOS ELYSIO NEVES VIEIRA DA COSTA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). MARIO MARCONDES LOBO FILHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) A INICIAL NÃO VEIO ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DA 5ª VARA REFERENTE A AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 98.00.16021-3, DOCUMENTO ESSE INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO(ART. 283 DO CPC), EM QUE PESE TER SIDO OPORTUNIZADO PRAZO PARA QUE O EXEQUENTE SANASSE TAL VÍCIO, RAZÃO PELA QUAL A INDEFIRO, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO SEM A APRECIAÇÃO DO MÉRITO, (...)."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.025366-9 - ANTONIO MANSUR X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ATANASIO KOLISKI

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. EFETIVAMENTE, EQUIVOCOU-SE ESTE DOUTO JUÍZO AO DETERMINAR AOS EMBARGADOS QUE PAGASSEM ESPONTANEAMENTE O QUANTUM DEVIDO A PRETEXTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APESAR DISSO, A CONDENAÇÃO DETERMINADA NA SENTENÇA RETRO É CABÍVEL, CONTUDO, A EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO LÁ MENCIONADO FICA SUSPENSA ENQUANTO RESTAR COMPROVADO O ESTADO DE POBREZA DA PARTE EMBARGADA, NOS MOLDES DA LEI 1.060/51. 2. DESTARTE, TORNO SEM EFEITO O DESPACHO DE FLS. 227, BEM COMO O ITEM "4" DO DESPACHO DE FLS. 224. 3. INTIMEM-SE AS PARTES DESSA DECISÃO. "

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.016260-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLAUDIO FERREIRA PAIVA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ORLANDO ANZOATEGUI JUNIOR

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. ÀS FLS 151, A PARTE AUTORA CONCORDOU COM A PROPOSTA DE HONORÁRIOS FORMULADA PELO PERITO, NO VALOR DE R$ 500,00(FLS. 148), REQUERENDO, ENTRETANTO, O PARCELAMENTO DO DEPÓSITO DOS HONORÁRIOS EM DUAS VEZES, SENDO A SEGUNDA PARCELA SOMENTE PARA DEPOSI DE TERMINADO O TRABALHO. INDEFIRO TAL PLEITO. O DEPÓSITO INTEGRAL DO VALOR PROPOSTO DEVE SER FEITO ANTES DE ENCERRADOS OS TRABALHOS DO PERITO. (...). 2. INTIME-SE, POIS, A PARTE AUTORA A PROMOVER O DEPÓSITO JUDICIAL DO VALOR IONTEGRAL PROPOSTO PELO PERITO, NO PRAZO IMPRORROGÁVEL DE 15(QUINZE) DIAS, EM CONTA A SER ABERTA À ORDEM DESTE JUÍZO. CASO A PARTE NÃO PROMOVA TAL DEPÓSITO, SERÁ PRESUMIDA A DESISTÊNCIA DA PRODUÇÃO DA PROVA. (...)."

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.077974-9 - LUIZ RICARDO BERLEZE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIANO MENEGUZZI DE BERNERT

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. INDEFIRO O PEDIDO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS, POIS ENCONTRA-SE A MATÉWRIA PRECLUSA. (...). 2. INTIME-SE. 3. AGUARDE-SE O JULGAMENTO DA APELAÇÃO INTERPOSTA NOS EMBARGOS Á EXECUÇÃO."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.022695-9 - VICENTE WILSEK E OUTRO X CAI

XA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FABIANO LUIZ ANDREASSA

———————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. DEFIRO O PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS PARA QUE O PROCURADOR DA PARTE AUTORA NÃO APENAS MANIFESTE INTERESSE, PORÉM EFETIVAMENTE PROMOVA OS RESPECTIVOS ATOS EXECUTIVOS A FIM DE DAR ANDAMENTO A ESTE FEITO. 2. NO SILÊNCIO, ARQUIVEM-SE."

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.029094-7 - LUIZ MIKIHARU SHIMIZU X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADRIANA MARIA HOPFER BRITO

———————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "1. INTIME-SE A PARTE AUTORA DO TEOR DA PETIÇÃO DA CEF, SALIENTANDO QUE, DE FATO, EM HAVENDO INTERESSE NO SAQUE DE VALORES JÁ DEPOSITADOS, BASTA QUE A PARTE COMPROVE JUNTO A CEF QUE SE ENQUADRA EM UMA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 20, DA LEI Nº 8.036/90. (...)."

ACAO ORDINARIA

97.00.10827-9 - WILSON JOSE MICHALSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ARIVALDIR GASPAR

———————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho nos seguintes termos: "(...) INTIME-SE A PARTE EXEQUENTE PARA MANIFESTAÇÃO SOBRE OS REFERIDOS DOCUMENTOS, CUJO ACESSO SE DARÁ NA FORMA ACIMA, NO PRAZO DE 15(QUINZE) DIAS. 4. DECORRIDO O PRAZO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO, ARQUIVEM-SE OS AUTOS, (...)."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.023308-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROSENI ARAGAO BARBOSA
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

———————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...) ESSAS AS PREMISSAS, REJEITO O PRESENTE INCIDENTE DE EXCEÇÃO DE IMCOMPETÊNCIA, DETERMINANDO QUE O FEITO PROSSIGA NESTE JUÍZO. (...)."

EXCECAO DE INCOMPETENCIA

2003.70.00.051336-5 - UNIAO FEDERAL X SILVANA ROCKENBACH
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER

———————————————

CARLA SARTURI
DIRETORA DE SECRETARIA DA 6ª VARA FEDERAL

JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Av. Anita Garibaldi, 888, 5º andar, Ahú,
fone-fax 41-313-4628 – Curitiba – PR – CEP 80540-180 –
prctb07sec@jfpr.gov.br

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 01/2005

Carta de Ordem nº 2004.70.00.040175-0
Requerente: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF
Requeridos: OSMAR JOSÉ PAULINO e outros.

O DR. MAURO SPALDING, MM. Juiz Federal Substituto da 7ª Vara Federal, Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, nos autos supramencionados:

FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, em especial OSMAR JOSÉ PAULINO o qual fica por este meio **CITADO** dos termos da Ação Rescisória nº 2003.04.01.037288-0, em trâmite perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região para que, no prazo de 20 (vinte) dias, responda os termos da aludida Ação Rescisória (art. 491, do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, o presente Edital será afixado e publicado na forma da lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos dezenove (19) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005). Eu, Dirceu Stresser, Supervisor de Processamentos Diversos, que o datilografei e, eu, Diretora de Secretaria da 7ª Vara Federal, adiante mencionada, que o conferi, subscrevi e assino por ordem do MM. Juiz desta Vara.

Kely Cristina Laurentino Silveira
Diretora de secretaria da 7ª Vara Federal
(original assinado)

JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Av. Anita Garibaldi, 888, 5º andar, Ahú,
fone-fax 41-313-4628 – Curitiba – PR – CEP 80540-180 –
prctb07sec@jfpr.gov.br

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 02/2005

Carta de Ordem nº 2004.70.00.039190-2
Requerente: UNIÃO
Requeridos: EMILIA KOBILINSKI DOS SANTOS e outros.

O DR. MAURO SPALDING, MM. Juiz Federal Substituto da 7ª Vara Federal, Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Estado do Paraná, nos autos supramencionados:

FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, em especial os sucessores da ré IVETE KLOTH POSPISSIL e os sucessores de OLGA CARDOSO ABRY os quais ficam por este meio **CITADOS** dos termos da Ação Rescisória nº 2001.04.01.035929-5, em trâmite perante o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região para que, no prazo de 15 (quinze) dias, responda os termos da aludida Ação Rescisória (art. 491, do CPC). E para que chegue ao conhecimento de todos, o presente Edital será afixado e publicado na forma da lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos dezenove (19) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e cinco (2005). Eu, Dirceu Stresser, Supervisor de Processamentos Diversos, que o datilografei e, eu, Diretora de Secretaria da 7ª Vara Federal, adiante mencionada, que o conferi, subscrevi e assino por ordem do MM. Juiz desta Vara.

Kely Cristina Laurentino Silveira
Diretora de secretaria da 7ª Vara Federal
(original assinado)

BOLETIM 2005/003

07A VARA FEDERAL
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

JUIZ FEDERAL: "DR. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO"
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: "DR. MAURO SPALDING"

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho recebendo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo e determinando a intimação do recorrido da sentença, bem como para apresentar suas contrarazões no prazo legal.

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.045857-0 - CAFE DAMASCO S/A E OUTROS X CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). TANIA REGINA PEREIRA

2003.70.00.044167-6 - MARILDA APARECIDA DOMICIANO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VIVIANE MINCOFF MARCENGO, INAE BRUSTOLIN DE MELO

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.054509-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARISTELA KISKA
Adv. : Dr(s). JANE PEREZ KAPAZI

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho recebendo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo e determinando a intimação do recorrido para apresentar suas contra razões no prazo legal.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.040986-7 - ANDRE RENDAKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIO SERGIO DE ALMEIDA

2002.70.00.053850-3 - LUIZ TAKEO SUZUKI - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FERNANDO AUGUSTO SARTORI

2002.70.00.059657-6 - EDEVINO FILLA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE RICARDO PESSERL, MARCELO G. Z. BARAN, SORAYA MARIA DE SOUZA

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.060905-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALESSANDER VIEIRA TABORDA
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO PARUCKER E SILVA

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.003235-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLOVIS APARECIDO PAZ DE ALMEIDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). LORENA PANKA, MONICA ELISA GRAMANI

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...), julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do CPC.
Custas pela exequente. Sem honorários haja vista a ausência de citação da parte executada.
(...)."
FL 25

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.039856-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LEILA APARECIDA CALONGA CORREA
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),defiro o pedido no sentido de permitiro registro do assento de nascimento do menor Carlo Basso Saguie no livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil de Curitiba-PR,conforme requerido na inicial.
Após completados 18 anos(art. 5º, Lei 10.406/2002) terá ela mais 4 anos para requerer sua opção definitva pela nacionalidade brasileira, sob pena de cancelamento do registro aqui definido que, portanto, reveste-se de provisoriedade(art. 32, § 5º, Lei 6.015/73).
(...).
Fls 18/20

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.00.033350-1 - CARLO BASSO SAGUIE X Adv. : Dr(s). VERA LUCIA SVOBODA MAGALHAES

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Tendo em vista que não há nos autos nenhuma afirmação expressa de que o Sr. Ademar Souza Nunes encontra-se em local incerto e não sabido, seja pela parte embargante, seja pelo Oficial de Justiça que procedeu à feitura da certidão de fl. 102/verso, renove-se a intimação da parte embargante para que forneça o endereço atual de Ademar Souza Nunes no prazo de quinze dias.
(...)."
FL 110

EMBARGOS A EXECUCAO

2001.70.00.014470-3 - ROBERTO GAVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ARNALDO FERREIRA, HUMBERTO R. COSTANTINO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"A legitimidade ativ, como condição da ação, constitui matéria apreciável de ofício. Ademais, o interesse na oposição à execução dos valores devidos em função do expurgo na conta não é exclusivo da executada, mas também de terceiro que eventualmente demonstre subsistir como efetivo cotitular da conta.
Nesse sentido, intime-se novamente a parte exequente para que comprove a co-titularidade da conta, no prazo de quinze dias, sob pena de exclusão do crédito a ela relativo.
Por outro lado, entendo regularizada a representação processual do espólio.
FL 32

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.028574-9 - ARLINDO DAL NEGRO - ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO BRUNATTO DALABONA

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Este juízo já cumpriu seu ofício jurisidicional proferindo a sentença de fls. 107/117, sendo vedada modificação daquela decisão nesta instância, exceto nas hipóteses do art. 463, CPC.
Por tal motivo resta prejudicado o pedido de fl. 137.
Recebo a apelação da CEF nos efeitos devolutivo e suspensivo, conforme disposto no art. 520, CPC.
Intime-se a executada/embargante da sentença de fls. 107/117 e da presente decisão, bem como para que apresente, no prazo legal, contra razões à apelação da CEF.
FL 138

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.023407-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NICIA DE FATIMA BORGES RUSS BELLO
Adv. : Dr(s). GILBERTO ADRIANTE DA SILVA

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Reccebo os embargos suspendendo a execução a eles relativa, nos termos do art. 791, inciso I, c/c art. 739, parágrafo 1º, do CPC....
(...), intime-se a parte embargada para que se manifeste, no prazo de 10 dias.
(...)." fl 114

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.039187-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO BATISTA CAETANO RAMOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente o pedido da autora, extinguindo o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC, condenando a ré a restituir os valores pagos pela autora a título de imposto de renda retido na fonte sobre as verbas indenizatórias recebidas em razão das férias e licenças-prêmio não gozadas convertidas em pecúnia, bem como abono assiduidade, devendo ser corrigidas monetariamente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido, com fulcro no art. 39, § 4º, da Lei n. 9.250/95, observada a prescrição dos créditos anteriores à 28/11/1998.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Ainda, diante da isenção prevista no art. 4º da Lei nº 9.289/96, a União Federal fica dispensada do pagamento da outra metade das custas judiciais.
Deixo de remeter os autos ao E. TRF da 4ª Região para reexame necessário diante do que preceitua o artigo 475, § 3º, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após, remetam-se os autos à SRIP para que retifique o termo de autuação, excluindo do pólo ativo do presente feito a pessoa de ZULEIKA BOGUS.
FLS 272/278

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.082613-6 - ANA MARIA PROISS SLOMPO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). NELSON RAMOS KUSTER

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho recebendo a apelação no efeito devolutivo e determinando a intimação do recorrido para apresentar suas contra-razões:

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.013010-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X IGNACIO OSOWISKY - ESPOLIO
Adv. : Dr(s). AURELIANO PERNETTA CARON

2004.70.00.014888-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DIRCE MIKOS E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILVAN ANTONIO DAL PONT

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo extinto o processo por falta de pressuposto processual, qual seja, a regularidade de representação processual da parte exeqüente, nos termos do art. 267, inciso IV, ambos do CPC.
Condeno a parte exeqüente ao pagamento de honorários advocatícios em favor da União Federal no valor de R$ 100,00, o que faço nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, comunique-se à Caixa Econômica Federal, a fim de que proceda à devolução dos valores depositados em conta nº 080595460 vinculada aos presentes autos, para o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Após, intime-se a União Federal para manifestar eventual interesse na execução da verba honorária e, no silêncio, arquivem-se os autos.
fls 488/489

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.00.82468-2 - CONFEDERACAO DAS COOPERATIVAS CENTRAIS AGROPECUARIAS DO PARANA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ETIANE CALDAS GOMES KUSTER

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho determinando a intimação da CEF para que diligencie acerca do local onde se encontra atualmente o réu, no prazo excepcional de sessenta dias, em virtude da inegável dificuldade de cumprimento do ônus que lhe incumbe.
FL 35

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.079484-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDINEY KOGA
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...), nos termos do art. 269, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido, para fins de reconhecer a existência do dano moral, a ser reparado pela requerida, que arbitro, consoante a fundamentação supra, em R$ 1.300,00(um mil trezentos reais), considerado o valor deste ao tempo da revogação do concurso,acrescido de correção monetária e de juros moratórios desde a data do evento danoso(abril de 1999) (Súmulas nº 43 e 54, STJ), os juros correspondentes a 0,5%(meio por cento) ao mês até dezembro/2002. A partir de janeiro/2003, a correção monetária e os juros deve ser aplicados segundo a taxa SELIC(art. 406, Lei nº 10.406/2001).
tendo em conta a sucumbência recíproca, os honorários advocatícios dos patronos das partes restam compensados, na esteira do disposto no art. 21 do CPC. Custas pro rata.
(...)."
FLS 213/220

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.000334-0 - MARCOS ALBERTO PROTT X EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT
Adv. : Dr(s). FRANCINE NOGUEIRA PRESTES, LAVITO UTATA WATANABE

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Ao ser intimada para manifestar-se sobre os extratos trazidos aos autos pela CEF, a parte autora, nada dizendo a respeito dos extratos, peticionou para argüir que cabe à CEF comprovar documentalmente s adesões eventualmente firmadas com alguns dos autores. Pede, ainda, a juntada de substabelecimento (fl. 297).
Quanto à primeira alegação, reporto-me ao exposto nos ítens II, 'a' e 'c' para indeferi-la e acrescento que seu exame tem lugar somente após iniciada a execução.
Anoto, ainda, que o substabelecimento de que se pleiteou a juntada não acompanhou referida petição.
Por fim, advirto que o prazo para execução do julgado, tal como fixado na decisão de fls. 201/203(ítem II, 'g') terá início com a intimação do presente despacho.
FL 298

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.009398-3 - JOAO MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA, MARCOS R DOS SANTOS

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),conheço dos embargos declaratórios, por tempestivos e, no mérito, nego-lhes provimento em virtude da ausência dos vícios apontados pela parte embargante na peça recursal de fls. 423/456.

Entendendo que os embargantes fizeram uso desse expediente com o intuito meramente protelatório, postergando o pagamento dos honorários advocatícios a que foram condenados,aplico-lhes a multa prevista no art. 538, parágrafo único, CPC, que fixo em R$ 37.214,51(trinta e sete mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta e um centavos), correspondentes a 0,001%(um milésimo por cento) do valor da causa, em favor do BACEN.
(...). FLS 457/459

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.015961-6 - JOSE EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA E OUTRO X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). SERGIO RENATO COSTA FILHO

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente a pretensão dos autores, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, do Código de Processo Civil, para fins de:
a) declarar a ocorrência da prescrição relativamente as parcelas anteriores a abril de 1999;
b) para condenar a ré no pagamento das diferenças salariais a partir de abril de 1999 até dezembro de 2000, eis que indevida qualquer diferença após a MP n.º 2131, de 28/12/00, relativamente aos 28,86% efetivamente devidos e o índice efetivamente aplicado para cada autor, tomando-se como base de cálculo os proventos totais havidos no período vindicado.
Quanto a correção monetária, esta deve incidir sobre as parcelas devidas, sendo realizada com base no INPC/IBGE, com fulcro na lei n° 8.177/91, acrescido de juros de mora, no percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano), a partir da citação da União Federal, nos termos do art. 1o-F, da Lei n.º 9494/97, com redação dada pela MP n.º 2180-35, de 24 de agosto de 2001.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Vencido o prazo recursal, com ou sem apelação voluntária das partes, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de reexame necessário.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.014488-1 - ANTONIO VALDIR DOS SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE BASILIO GUERRART

2004.70.00.015091-1 - SIDNEY SERGIO GOMES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO COLLEONE

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente a pretensão dos autores, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, do Código de Processo Civil, para fins de:
a) declarar a ocorrência da prescrição relativamente as parcelas anteriores a março de 1999;
b) para condenar a ré no pagamento das diferenças salariais a partir de março de 1999 até dezembro de 2000, eis que indevida qualquer diferença após a MP n.º 2131, de 28/12/00, relativamente aos 28,86% efetivamente devidos e o índice efetivamente aplicado para cada autor, tomando-se como base de cálculo os proventos totais havidos no período vindicado.
Quanto a correção monetária, esta deve incidir sobre as parcelas devidas, sendo realizada com base no INPC/IBGE, com fulcro na lei n° 8.177/91, acrescido de juros de mora, no percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano), a partir da citação da União Federal, nos termos do art. 1o-F, da Lei n.º 9494/97, com redação dada pela MP n.º 2180-35, de 24 de agosto de 2001.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Vencido o prazo recursal, com ou sem apelação voluntária das partes, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de reexame necessário.

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.014034-6 - OSEIAS DIAS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO GOMES

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente o pedido da autora, extinguindo o processo com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC, condenando a ré a restituir os valores pagos pela autora a título de imposto de renda retido na fonte sobre as verbas indenizatórias recebidas em razão das férias e licenças-prêmio não gozadas convertidas em pecúnia, devendo ser corrigidas monetariamente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido, com fulcro no art. 39, § 4º, da Lei nº 9250/95, observada a prescrição dos créditos anteriores à 08/01/1999.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do CPC.
Ainda, diante da isenção prevista no art. 4º da Lei nº 9.289/96, a União Federal fica dispensada do pagamento da outra metade das custas judiciais.
(...)."
FLS 383/389

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.000339-2 - CLAUS OLIVIO DOS SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SILVIO LUIZ BARBATO PUPO

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),ante o pagamento dos valores devidos pela Fazenda Nacional antes da desconstituição do título judicial que embasou esta demanda, pela procedência da ação rescisória proferida pelo E. STF no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 382.298-2, julgo extinto o processo de execução, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, expeça-se alvará de levantamento dos valores remanescentes depositados nestes autos referentes ao crédito de RAUL DO NASCIMENTO ATHAYDE DA ROSA e, em seguida, remetam-se ao arquivo.
FLS 137/139

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.000653-3 - DELVINO LONGHI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAFAEL FELICIANO DE CASTILHO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Sobre a exceção de pré-executividade argüida (fl. 418) pela CEF, manifeste-se a parte exequente, no prazo de 15(quinze) dias.Intime-se.
(...).
FL 419

ACAO ORDINARIA

97.00.25913-7 - NELSON SERAFIM E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA, MARCELO DA SILVA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente a pretensão dos autores, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, do Código de Processo Civil, para fins de:
a) rejeitar a preliminar de carência de ação argüida pela ré;
b) declarar a ocorrência da prescrição relativamente as parcelas anteriores a junho de 1999;
c) para condenar a ré no pagamento das diferenças salariais a partir de junho de 1999 até dezembro de 2000, eis que indevida qualquer diferença após a MP n.º 2131, de 28/12/00, relativamente aos 28,86% efetivamente devidos e o índice efetivamente aplicado para cada autor, tomando-se como base de cálculo os proventos totais havidos no período vindicado.
Quanto a correção monetária, esta deve incidir sobre as parcelas devidas, sendo realizada com base no INPC/IBGE, com fulcro na lei n° 8.177/91, acrescido de juros de mora, no percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano), a partir da citação da União Federal, nos termos do art. 1o-F, da Lei n.º 9494/97, com redação dada pela MP n.º 2180-35, de 24 de agosto de 2001.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Vencido o prazo recursal, com ou sem apelação voluntária das partes, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de reexame necessário.
FLS 93/100

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.021423-8 - JOAO PAULO GROCHOCKI AFONSO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO COLLEONE

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente a pretensão dos autores, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, do Código de Processo Civil, para fins de:
a) declarar a ocorrência da prescrição relativamente as parcelas anteriores a maio de 1999;
b) julgar improcedente o pedido de pagamento da gratificação de condições especiais de trabalho - GCET, para o requerente, em valores idênticos aos fixados para os oficiais, eis que a distinção não implica em violação ao princípio da isonomia.
c) condenar a ré no pagamento das diferenças salariais a partir de maio de 1999 até dezembro de 2000, eis que indevida qualquer diferença após a MP n.º 2131, de 28/12/00, relativamente aos 28,86% efetivamente devidos e o índice efetivamente aplicado para o autor, tomando-se como base de cálculo os proventos totais havidos no período vindicado.
Quanto a correção monetária, esta deve incidir sobre as parcelas devidas, sendo realizada com base no INPC/IBGE, com fulcro na lei n° 8.177/91, acrescido de juros de mora, no percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano), a partir da citação da União Federal, nos termos do art. 1o-F, da Lei n.º 9494/97, com redação dada pela MP n.º 2180-35, de 24 de agosto de 2001.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais, cuja incumbência resta suspensa à parte autora, enquanto perdurar a situação de necessitado, nos termos da lei 1.060/50. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Vencido o prazo recursal, com ou sem apelação voluntária das partes, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de reexame necessário.
FLS 59/69

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.019044-1 - PAULO CESAR MARTINS X UNIAO - MINISTERIO DA DEFESA
Adv. : Dr(s). FABRICIO ZILOTTI

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedentes os embargos, reconhecendo, nos termos do art. 741, do Código de Processo Civil, a existência de excesso de execução, na medida em que foram incluídos valores indevidos a título de honorários advocatícios. Tendo a parte embargante decaído minimamente de sua pretensão, condeno os embargados no pagamento de honorários advocatícios que, nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil, arbitro em R$ 500,00.
Incabíveis custas na espécie.
fls 22/27

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.047333-1 - UNIAO FEDERAL X LEOCADIO ESPERANCETA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ORMILO H.PORTILHO BENTES, MARIA CECILIA PALMA

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos:"Sobre o prosseguimento do feito, manifeste-se a parte autora, no prazo de 15(quinze dias.ntime-se.
FL 387

ACAO ORDINARIA

95.00.03189-2 - ALEXANDRE BARIONI E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADYR TACLA FILHO, NILZO A.R.DA SILVA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),defiro o pedido no sentido de permitir o registro do assento de nascimento do menor Jacob Louis Cespedes no Livro "E" do 1º Ofício do Regsitro Civil de Curitiba/PR, conforme requerido na inicial.
Após completados 18 anos(art. 5º, Lei 10.406/2002) terá ela mais 4 anos para requerer sua opção definitiva pela naiconalidade brasileira, sob pena de cancelamento do registro aqui definido que, portanto, reveste-se de provisoriedade(art. 32, § 5º, Lei 6.015/73).
(...)."
FLS 22/24

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.00.013387-1 - JACOB LOUIS CESPEDES X Adv. : Dr(s). FERNANDO DELORGES SOUZA REIS

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),JULGO PROCEDENTES OS PRESENTES EMBARGOS, extinguindo o processo com julgamento de mérito, com fulcro no artigo 269, inciso II, do Código de Processo Civil, pelo que fixo o valor da execução em R$ 213,43 (duzentos e treze reais e quarenta e três centavos), para junho de 2002.
Condeno a embargada ao pagamento de 10% sobre a diferença entre a importância pleiteada na inicial executória e a que ora foi fixada como valor exeqüendo.
Sem custas.
Traslade-se cópia desta decisão aos autos principais e, transitada em julgado, desapensem-se e arquivem-se.
FLS 51/53

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.012464-6 - UNIAO FEDERAL X CARGILL INC
Adv. : Dr(s). WILSON JOSE ANDERSEN BALLAO

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),ante o pagamento dos valores devidos pela Fazenda Nacional antes da desconstituição do título judicial que embasou esta demanda, pela procedência da ação rescisória proferida pelo E. STF no julgamento do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 382.298-2, julgo extinto o processo de execução, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, expeça-se alvará de levantamento dos valores depositados nestes autos e, em seguida, remetam-se ao arquivo.
Em seguida, oficie-se a 4ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas (autos nº 15.732), informando-o acerca do levantamento dos valores nestes autos em favor da Massa Falida exeqüente.
fls 33/35

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.040205-8 - METALURGICA LIDER LTDA - MASSA FALIDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURICIO DE PAULA SOARES GUIMARAES

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho recebendo a apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo e determinando a intimação do recorrido para que apresente suas contra-razões:
fl 89

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.031536-8 - JOSE DE SOUZA ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente a pretensão dos autores, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, do Código de Processo Civil, para fins de:
a) declarar a ocorrência da prescrição relativamente as parcelas anteriores a março de 1999;
b) para condenar a ré no pagamento das diferenças salariais a partir de março de 1999 até dezembro de 2000, eis que indevida qualquer diferença após a MP n.º 2131, de 28/12/00, relativamente aos 28,86% efetivamente devidos e o índice efetivamente aplicado para cada autor, tomando-se como base de cálculo os proventos totais havidos no período vindicado.
Quanto a correção monetária, esta deve incidir sobre as parcelas devidas, sendo realizada com base no INPC/IBGE, com fulcro na lei n° 8.177/91, acrescido de juros de mora, no percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano), a partir da citação da União Federal, nos termos do art. 1o-F, da Lei n.º 9494/97, com redação dada pela MP n.º 2180-35, de 24 de agosto de 2001.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Vencido o prazo recursal, com ou sem apelação voluntária das partes, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de reexame necessário.
FLS 29/35

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.013194-1 - OLANDA ESTEVAO DA LUZ X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente a pretensão dos autores, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, do Código de Processo Civil, para fins de:
a) rejeitar a preliminar de carência de ação argüida pela ré;
b) declarar a ocorrência da prescrição relativamente as parcelas anteriores a fevereiro de 1999;
c) para condenar a ré no pagamento das diferenças salariais a partir de fevereiro de 1999 até dezembro de 2000, eis que indevida qualquer diferença após a MP n.º 2131, de 28/12/00, relativamente aos 28,86% efetivamente devidos e o índice efetivamente aplicado para cada autor, tomando-se como base de cálculo os proventos totais havidos no período vindicado.
Quanto a correção monetária, esta deve incidir sobre as parcelas devidas, sendo realizada com base no INPC/IBGE, com fulcro na lei n° 8.177/91, acrescido de juros de mora, no percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano), a partir da citação da União Federal, nos termos do art. 1o-F, da Lei n.º 9494/97, com redação dada pela MP n.º 2180-35, de 24 de agosto de 2001.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Vencido o prazo recursal, com ou sem apelação voluntária das partes, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de reexame necessário.
FLS 146/153

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.008394-6 - JOSE LUIS GOMES BEMFICA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EUCLIDES DE LIMA JUNIOR

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo parcialmente procedente a pretensão dos autores, extinguindo o presente feito, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, do Código de Processo Civil, para fins de:
a) declarar a ocorrência da prescrição relativamente as parcelas anteriores a julho de 1998;
b) para condenar a ré no pagamento das diferenças salariais a partir de julho de 1998 até dezembro de 2000, eis que indevida qualquer diferença após a MP n.º 2131, de 28/12/00, relativamente aos 28,86% efetivamente devidos e o índice efetivamente aplicado para cada autor, tomando-se como base de cálculo os proventos totais havidos no período vindicado.
Quanto a correção monetária, esta deve incidir sobre as parcelas devidas, sendo realizada com base no INPC/IBGE, com fulcro na lei n° 8.177/91, acrescido de juros de mora, no percentual de 0,5% ao mês (6% ao ano), a partir da citação da União Federal, nos termos do art. 1o-F, da Lei n.º 9494/97, com redação dada pela MP n.º 2180-35, de 24 de agosto de 2001.
Havendo sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais. Os honorários advocatícios devem ser compensados, na forma do art. 21 do Código de Processo Civil.
Vencido o prazo recursal, com ou sem apelação voluntária das partes, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para fins de reexame necessário.
FLS 104/111

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.036151-6 - ADILSON JOSE ZANOLA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANTONIO CESAR MONDIN ZICA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor:"(...).
(...),julgo improcedente o pedido de repetição de indébito, extinguindo o processo com julgamento de mérito, ante a ocorrência da prescrição quanto aos descontos relativos à licença-prêmio, férias e abono assiduidade, bem como por não ter a parte autora demonstrado a incidência de imposto de renda sobre a participação nos lucros, nos termos do art. 269, IV e I, do Código de Processo Civil, respectivamente.
Condeno a autor no pagamento das custas processuais, e ainda dos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da pretensão, atualizado monetariamente, a contar da propositura da ação, com fundamento no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.
FLS 49/56

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.078403-8 - NORBERTO FERRETI JUNIOR X UNIAO FEDERAL

Adv. : Dr(s). ARARIPE SERPA GOMES PEREIRA

No processo abaixo foi proferida sentença cuja parte conclusiva é do seguinte teor: "(...).Declaro extinto o processo, sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, inc. I, do Código de Processo Civil, combinado com o art. 295, I e art. 295, parágrafo único, I, daquele diploma legal."
Fl. 182/185

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.043145-6 - MARIA DOLORES ARANDA DE MATOS X CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
Adv. : Dr(s). OMIRES PEDROSO DO NASCIMENTO

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho determinando a entrega à embargante da peça desentranhada dos presentes autos.
Fl. 106

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.00.013442-8 - ROSA KLUG X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GIL CESAR DANTAS BRUEL

No processo abaixo relacionado foi proferido despacho nos seguintes termos: "Sobre o pagamento espontâneo dos honorários advocatícios (fls. 106/107) e eventual satisfação integral do crédito, manifestem-se os requeridos no prazo de 10 (dez) dias."
Fl. 108

ACAO CAUTELAR

2003.70.00.052845-9 - DILNA TERESINHA MACEDO RIBEIRO X FHE - FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO/POUPEX - ASSOCIACAO DE POUPANCA E EMPRESTIMO
Adv. : Dr(s). EDUARDO AMARENTE PASSOS

KELY CRISTINA LAURENTINO SILVEIRA
DIRETORA DE SECRETARIA-07ª VARA FEDERAL

SECRETARIA DA 8ª VARA FEDERAL
Boletim de Intimação nº 0007/2005
DESPACHOS e DECISÕES

Juíza Federal Titular: Dra. Vera Lúcia Feil Ponciano
Juíza Federal Subst.: Dra. Danielle Perini Artifon

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre os documentos apresentados pela parte requerida.
(Prov.05/03,art.206,VI)

ACAO ORDINARIA

97.00.04824-1 - OTTORINO MARINI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCO ANTONIO DE SOUZA

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação sobre a contestação, no prazo de dez dias, bem como para especificar as provas que pretende produzir, justificando-as.
(Prov.n.05/03, art.206, V)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.023308-7 - ALBA CARLOTA FUKUDA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELIANA MEIRA NOGUEIRA

2004.70.00.024800-5 - GONCALVES DE CARVALHO E CIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARMEN SILVIA GARMENDIA

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Após o trânsito em julgado, intime-se a autora para apresentar a memória discriminada e atualizada do valor exeqüendo, nos termos do artigo 604, do CPC, bem como para requerer a citação do réus."
(fl. 21)

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.022908-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARCELO ERLICH E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"II. Diante do exposto, JULGO EXTINTA por sentença a presente execução, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil. P.R.I.
III. Transitada em julgado, arquivem-se após as baixas necessárias."
(fl. 249)

ACAO ORDINARIA

95.00.14836-6 - BROTTO BROTTO E CIA LTDA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WILSON MAFRA MEILER FILHO

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação acerca da satisfação do crédito, no prazo de 10 dias.(Prov.05/03,art.206,XXX).

ACAO ORDINARIA

97.00.11540-2 - MARIA DO ROSARIO SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICHARD HARTMANN

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO deduzido na inicial, para o fim de determinar a suspensão do registro do nome do au-tor na Central de Risco do Banco Central do Brasil, desde que inexistentes quaisquer outras dívidas, até decisão final na ação principal.
Condeno o Banco Central do Brasil ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios ao autor, os quais fixo em R$ 500,00 (Quinhentos reais), tendo em vista a natureza da ação. P.R.I."
(fl. 157-159)

ACAO CAUTELAR

1999.70.00.031860-5 - INGO VOESE X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). CLAUDIO HENRIQUE DE CASTRO

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...IV. Considerando que cabe ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo (art.130, do CPC), intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar a alegada rescisão do contrato firmado com a Casteval Construção e Incorporação Ltda, a fim de demonstrar a existência de danos materiais decorrentes de eventual ato ilícito do Banco Central do Brasil.(...)
(fl. 102)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.003644-6 - INGO VOESE X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). CLAUDIO HENRIQUE DE CASTRO

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO deduzido na inicial.
Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios à União, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, tendo em vista a natureza da ação e a ausência de dilação probatória.
P.R.I."
(fl. 119-122)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.023052-9 - KLAIS ADVOCACIA E CONSULTORIA S/C LTDA E OUTRO X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). HARRI KLAIS

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO e CONDENO a União a restituir aos autores os valores pagos indevidamente, a partir de06.09.1992, a título de imposto de renda incidente sobre as verbas referentes às férias (abono pecuniário de férias e 1/3) e às licenças-prêmio, convertidos em pecúnia durante a vigência do contrato de trabalho com o Banestado, bem como à licença-prêmio e às férias indenizadas (proporcionais e 1/3 sobre tais férias), pagas por ocasião da rescisão, descontando-se eventual restituição efetuada na esfera administrativa ou compensação por ocasião da entrega da declaração de ajuste anual, a ser apurado na fase de liquidação.
Os valores referentes ao crédito do autor deverão ser atualizados desde a data do pagamento indevido, de acordo com os seguintes indexadores: UFIR, de janeiro de 1992 até dez/95; taxa SELIC, a partir de janeiro de 1996, sem a incidência de juros de mora.
Tendo em vista que houve sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais, restando os honorários advocatícios compensados, nos termos do art. 21, do CPC.
Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição. P.R.I."
(fl. 166-172)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.065984-7 - KIYOHARU MIIKE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO deduzido na inicial, para o fim de declarar a inexigibilidade do Imposto de Renda Pessoa Física, incidente sobre as parcelas percebidas pelo autor a título de conversão em pecúnia do ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS, LICENÇA-PRÊMIO e AUTORIZAÇÃO PARA AUSÊNCIAS PERMITIDAS, inclusive quando tais direitos trabalhistas são indenizados na rescisão do contrato de trabalho, razão pela qual CONDENO a UNIÃO a restituir ao autor os valores recolhidos indevidamente a título do imposto mencionado, no período posterior a 23.06.1994, descontando-se eventual restituição na efetuada na esfera administrativa ou compensação por ocasião da entrega da declaração de ajuste anual, tudo a ser apurado na fase de liquidação.
Os valores referentes aos créditos do autor deverão ser atualizados desde a data do pagamento indevido, de acordo com a UFIR (até 31.12.1995) e, a partir de janeiro de 1996, taxa SELIC (art. 39, § 4°, da Lei 9.250-95, e artigo 73, da Lei nº 9.532-97), sem a incidência de juros de mora.
Condeno a União ao ressarcimento das custas processuais despendidas pelo autor e honorários advocatícios, os quais fixo em 10 % (Dez por cento) sobre o valor da causa.
Expeça-se ofício à Central de Recursos Humanos da Caixa Econômica Federal, dando-se ciência da presente decisão.
Sem reexame necessário (art.475, inc.I e § 1º do CPC). P.R.I."
(fl. 53-57)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.023188-1 - PETRUCIO ALVES MOURAO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). INAE BRUSTOLIN DE MELO

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE OS PRESENTES EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA, para o fim de:
a) declarar a nulidade parcial da cláusula 5ª, que prevê a capitalização diária e mensal dos juros, devendo a Caixa Econômica Federal refazer o cálculo do seu crédito, desde o início da dívida, com a devida exclusão dos juros capitalizados;
b) declarar a nulidade parcial da cláusula 13ª, que prevê a cobrança da taxa de rentabilidade de 10%, devendo o valor do débito ser recalculado para que a comissão de permanência seja calculada apenas pela variação da taxa de CDI, limitada aos valores dos encargos do período de vigência do contrato, eliminando-se a taxa de rentabilidade, e sem capitalização mensal de juros.
Dessa forma, reconheço a CEF credora do réu, com as devidas exclusões a serem efetuadas, razão pela qual converto parcialmente o mandado inicial em mandado executivo (artigo 1.102c e parágrafos, do CPC), no montante a ser apurado na forma fixada nesta sentença.
Após o trânsito em julgado, a CEF deverá adequar o cálculo do seu crédito aos termos desta sentença, na forma do artigo 604, do CPC.
Tendo em vista que cada litigante foi em parte vencedor e vencido, os honorários advocatícios deverão ser recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados, com fulcro no artigo 21, do Código de Processo Civil. A CEF pagará honorários ao embargante no percentual de 10% (dez por cento) sobre a sua sucumbência (taxa de rentabilidade e capitalização de juros), e o embargante no mesmo percentual, incidente sobre o valor do débito revisado e atualizado. P.R.I."
(fl. 60-68) PARTES

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.040620-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARISTELA DE LIMA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, HENRIQUE SCHENEIDER NETO

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, rejeito a preliminar, e ACOLHO PARCIALMENTE os presentes embargos à execução, motivo pelo qual JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO deduzido na inicial, devendo a execução prosseguir pelo valor de R$ 12.188,95 (doze mil, cento e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos), atualizado até maio de 2003.
Condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), tendo em vista a natureza da causa, a ausência de dilação probatória, bem como que a parte embargada decaiu de parte mínima do pedido (art.21, par. único do CPC).
Por economia processual, a execução da verba de sucumbência deverá ser processada nos autos principais, caso concordem as partes.
Traslade-se cópia desta sentença e dos cálculos para a ação principal.
Transitada em julgado, desapensem-se e arquivem-se, após as baixas necessárias.
P.R.I."
(fl. 79-81)

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.083019-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X ZAIDOWICZ ASSESSORIA CONTABIL EMPRESARIAL S/C LTDA
Adv. : Dr(s). SILMARA ZAIDOWICZ

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, declaro a perda do direito de o autor propor a ação para a restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda sobre as VERBAS RESCISÓRIAS (fl. 12), em razão de adesão ao PIA - Programa de Incentivo à Aposentadoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, motivo pelo qual JULGO EXTINTO O PROCESSO COM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso IV, do CPC.
Condeno o autor pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios à UNIÃO, estes fixados em R$ 500,00 (Quinhentos reais), tendo em vista a natureza da causa e a ausência de dilação probatória.
P.R.I."
(fl. 51-54)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.081191-1 - PAULO ROGERIO FELDMANN X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FRANCISCO ANTUNES FERREIRA

——————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"III. Diante do exposto, ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS À EXECUÇÃO e, considerando-se que o Embargado reconheceu a procedência do pedido deduzido na inicial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso II, do Código de Processo Civil, fixando o valor da execução de sentença em R$ 7.773,36 (sete mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), atualizado até 10 de janeiro de 2004.
IV. Condeno o EMBARGADO ao pagamento de honorários advocatícios à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, que fixo em R$ 300,00 (trezentos reais), ficando com a exigibilidade suspensa durante a eficácia da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, que deu nova redação ao art. 29-C da Lei 8.036/90 .
V. Traslade-se cópia para os autos principais.
VI. Após o trânsito em julgado, desapensem-se e arquivem-se."
(fl. 63-64)

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.029707-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X TADEU ALEXANDRE
Adv. : Dr(s). SILVANA SANTOS TURIN

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo intima-se da baixa dos autos, e para que requeiram o que lhes couber, em 15 dias, apresentando os cálculos de liquidação,e comprovante de recolhimento da diferença de custas, se for o caso.
(Prov.nº05/03,art.206,XXVII).

MANDADO DE SEGURANCA

99.00.25390-6 - NELSON PRIETO MACHADO E OUTROS X DELEGADO DE ADMINISTRACAO NO PARANA DO MINISTERIO DA FAZENDA
Adv. : Dr(s). ANTONIO FERNANDES SOUZA

2000.70.00.003872-8 - ALVARO AUGUSTO CORREA DE ALENCAR X DIRETOR DO DAA- DEPTO DE ASSUNTOS ACADEMICOS DA UFPR
Adv. : Dr(s). ROSANE APARECIDA DE SOUZA MOREIRA

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação sobre a contestação, no prazo de dez dias, bem como para especificar as provas que pretende produzir, justificando-as.
(Prov.n.05/03, art.206, V)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.026729-2 - CUSTODIA SCHNEIDER DE SOUZA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO PUSSOLI MARCHETTE

2004.70.00.028077-6 - CETAC CENTRO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA LTA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCO AURELIO POFFO

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...I. Indefiro o pedido de prioridade no trâmite desse processo, porquanto nenhum autor possui idade superior a 60 (sessenta) anos, conforme requisito previsto no art. 71 da Lei nº 10.741/03.
II. No tocante à homologação dos Termos de Transação Extrajudicial, entendo ser inoportuna neste momento, tendo em vista que o processo de conhecimento já se encontra findo e o de execução ainda não teve início. Assim, não havendo relação processual instaurada e em curso entre as partes, não há falar em sua extinção, em razão de as partes terem transigido. (...)
III. Indefiro o pedido formulado pelos autores quanto à execução do julgado (fls. 179/186), uma vez que os cálculos foram baseados em dados constantes na Carteira de Trabalho, e não nos extratos analíticos das suas contas do FGTS, que são os únicos documentos hábeis a embasar a elaboração de cálculos de liquidação do julgado, por informarem os saldos de que dispunham as mencionadas contas vinculadas. (...) V. Assim, intime-se a CEF para juntar aos autos os extratos das contas vinculadas ao FGTS dos autores, no prazo de 60 (sessenta) dias.
VI. Cumprido o item supra pela CEF, intimem-se os autores quanto aos itens I a III, bem como para, em 30 (trinta) dias, requererem a execução do julgado em relação aos valores remanescentes, na forma do art. 652 do Código de Processo Civil, apresentando os respectivos cálculos de liquidação, conforme art. 604 daquele diploma legal.
VII. O mesmo prazo aplica-se no caso de os autores não concordarem ou tiverem dúvidas a respeito de eventual acerto no valor depositado pela Caixa Econômica Federal. (...)"
(fl. 187-223)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.008112-9 - GISELE DO ROCIO SILVA DE PAULA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO PEREIRA ALBINO

——————————————————— No(s) processo(s) abaixo intima-se da baixa dos autos, e para que requeiram o que lhes couber, em 15 dias, apresentando os cálculos de liquidação,e comprovante de recolhimento da diferença de custas, se for o caso.
(Prov.nº05/03,art.206,XXVII). AUTOR E APPA

ACAO ORDINARIA

94.00.07775-0 - FERTIMPORT S/A X ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA, UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIO MARQUES GABARDO, PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR, JOAQUIM TRAMUJAS FILHO

——————————————————— No processo abaixo fica automaticamente deferido o pedido de suspen-

são de execução pelo período de 180 dias, para fins de localização do devedor ou de bens passíveis de penhora, nos termos do art. 2º da Portaria 06/2002 desse Juízo.

EXECUCAO DIVERSA

93.00.13328-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X BEMATHE CONSTRUCAO CIVIL LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.00.009054-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MIGUEL GRAVA CARDOSO
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"5) Oferecida a proposta, intimem-se as partes para dizer se concordam com o valor dos honorários, no prazo de 05 dias."
(fl. 616, 5 e fl. 981)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.064960-0 - PRISMA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). RODRIGO MEYER BORNHOLDT

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo intima-se a(s) parte(s) para especificar(em) as provas que pretende(m) produzir, justificando-as.
(Prov.n.05/03, art.206, V) AUTOR E CREAA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2004.70.00.023350-6 - REDE BRASILEIRA PARA CONSERVACAO DOS RECURSOS HIDRICOS E NATURAIS AMIGOS DAS AGUAS - ADA X UNIAO FEDERAL, CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA
Adv. : Dr(s). ROQUE PORFIRIO, OSMAR ALFREDO KOHLER

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Mantenho o presente feito suspenso, na forma da Portaria nº 03/04 desse Juízo.
Ressalto que o fato de já ter sido paga a Requisição expedida nesses autos não autoriza a expedição de alvará. Tendo em vista haver decisão de procedência da Ação Rescisória interposta pela União com o fito de desconstituir a decisão que embasou essa execução, é temerário o seu prosseguimento, mormente o levantamento dos valores depositados, conforme exposto na aludida Portaria."
(FL. 67)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.025191-0 - PEDRO FRANCO AGRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MAURO JUNIOR SERAPHIM

2002.70.00.043227-0 - DOMINGOS SBERZE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SIDNEI MACHADO, EDUARDO CHAMECKI

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Intime-se a CEF para, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizar a sua representação processual, comprovando que a outorgante da procuração da fl. 08, possui poderes para representar a exeqüente em Juízo."
(fl. 21)

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.035509-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SILOI CATARINE RICHETTI
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Recebo os recursos de Apelação interpostos pela Copel (fls. 592/610) e pela ANEEL (fls. 639/657) no efeito devolutivo.
III. Intime-se a impetrante para oferecer Contra-Razões, no prazo legal."
(fl. 658)

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.081866-8 - VIDROLAR COMERCIAL DE VIDROS LTDA X PRESIDENTE DA COPEL DISTRIBUICAO S/A E OUTROS
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Intimem-se os autores, por meio de seu procurador, para promover o pagamento da verba honorária requerida na fl. 541/542, no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 544)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.030518-5 - CLEMENTE MARTINS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LINCOLN EDUARDO ALBUQUERQUE DE CAMARGO FILHO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Intimado do despacho da fl. 331, o autor informou, na fl. 333, que "...não efetuou nenhuma adesão aos planos de saque dos valores do seu crédito". Entretanto, verifico que tal manifestação não se coaduna com o que foi determinado no despacho supra referido.
III. Assim, reitere-se a intimação do autor para, em 15 (quinze) dias, cumprir o determinado no despacho da fl. 331, dizendo se preenche ou se já preencheu, em data posterior aos expurgos, uma das hipóteses previstas no art. 20 da Lei nº 8.036/90."
(fl. 334)

ACAO ORDINARIA

97.00.21300-5 - APARECIDO JOSE BOGDANOVIEZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PATRICIA KUBASKI DE ARAUJO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Intimem-se os autores para se manifestarem sobre a petição da fl. 173, no prazo de 15 (quinze) dias."
(fl. 174)

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.024919-3 - SILAS LAUREANO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo intima-se da baixa dos autos, e para que requeiram o que lhes couber, em 15 dias, apresentando os cálculos de liquidação,e comprovante de recolhimento da diferença de custas, se for o caso.
(Prov.nº05/03,art.206,XXVII). AUTOR E RFFSA

ACAO ORDINARIA

99.00.21201-0 - JOAO PRADI FILHO E OUTROS X REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA, UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO DEQUECH, ELIO VALDIVIESO FILHO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Incabível a expedição de alvará para levantamento dos depósitos efetuados nas fls. 394/396, uma vez que estes foram realizados em conta vinculada ao FGTS em nome dos autores, e não em conta vinculada a este Juízo. O levantamento dos valores pode ser efetuado diretamente pelo próprio titular da conta vinculada, diretamente em uma das agências da CEF, desde que verificada uma das hipóteses previstas no art. 20 da Lei nº 8.036/90.
III. Intimem-se os autores para se manifestarem sobre a petição das fls. 444/451, bem como para requererem o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Saliento que caso os autores estejam insatisfeitos com o cumprimento espontâneo do julgado pela CEF, deverão promover a execução quanto aos valores remanescentes, requerendo a citação daquela empresa pública na forma do art. 652 do Código de Processo Civil."
(fl. 452)

ACAO ORDINARIA

94.00.01412-0 - LUIZ CARLOS RITTER E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUCELIA BIAOBOCK PERES DE OLIVEIRA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. Intime-se o autor para se manifestar sobre a petição e cálculos apresentados pelo BACEN nas fls. 249/252, no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 253)

ACAO ORDINARIA

94.00.03364-8 - MARCOS NATALINO TONEZE X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). CAIO LAURO CAMPOS TERENZI

Curitiba, 11/01/05

José Penia
Diretor de Secretaria da 8ª Vara.

SECRETARIA DA 8ª VARA FEDERAL
Boletim de Intimação nº 0008/2005
DESPACHOS e DECISÕES

Juíza Federal Titular: Dra. Vera Lúcia Feil Ponciano
Juíza Federal Subst.: Dra. Danielle Perini Artifon

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Defiro o pedido das fls. 134/135. Concedo o prazo de 120 (cento e vinte) dias requerido pela CEF."
(fl. 136)

ACAO DIVERSA

2002.70.00.021567-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDINEUSA RODRIGUES GONCALVES
Adv. : Dr(s). MARTINS GATI CAMACHO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"II. O pedido de levantamento de valores não pode ser atendido neste momento...Assim, indefiro o pedido. Intime-se.
III.Diante do exposto, por analogia ao art. 265, inciso IV, alínea "a", do CPC, SUSPENDO O PROCESSO até o trânsito em julgado da aludida decisão do STF, conforme já determinado pela Portaria nº 03/2004 deste Juízo."
(fl. 42)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.019960-5 - MORAIS E CIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WILSON CARLOS PASSOS BARBOZA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"IX. Vindo aos autos os extratos citados no item IV, dê-se vista à embargante Nara Aparecida Oliveira Koller para que, em quinze dias, requeira o que lhe couber. Com a manifestação da embargante, vista à CEF pelo mesmo prazo e conclusão para sentença."
(fl. 83, IX)

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.049047-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NARA APARECIDA OLIVEIRA KOLLER
Adv. : Dr(s). GORGON NOBREGA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre o ofício da Receita Federal. (Prov.05/03,art.206,VI) (fl. 44)

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.040419-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RAQUEL RIBAS VIDAL
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

———————————————————— No processo abaixo foi proferido sentença c om o seguinte dispositivo:
"Diante do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE OS PRESENTES EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA, para o fim de:
a) declarar a nulidade parcial da cláusula 5ª, que prevê a capitalização diária e mensal dos juros, devendo a Caixa Econômica Federal refazer o cálculo do seu crédito, desde o início da dívida, com a devida exclusão dos juros capitalizados;
b) declarar a nulidade parcial da cláusula 13ª, que prevê a cobrança da taxa de rentabilidade de 10%, devendo o valor do débito ser recalculado para que a comissão de permanência seja calculada apenas pela variação da taxa de CDI, limitada aos valores dos encargos do período de vigência do contrato, eliminando-se a taxa de rentabilidade, e sem capitalização mensal de juros.
Dessa forma, reconheço a CEF credora do réu, com as devidas exclusões a serem efetuadas, razão pela qual converto parcialmente o mandado inicial em mandado executivo (artigo 1.102c e parágrafos, do CPC), no montante a ser apurado na forma fixada nesta sentença.
Após o trânsito em julgado, a CEF deverá adequar o cálculo do seu crédito aos termos desta sentença, na forma do artigo 604, do CPC.
Tendo em vista que cada litigante foi em parte vencedor e vencido, os honorários advocatícios deverão ser recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados, com fulcro no artigo 21, do Código de Processo Civil. A CEF pagará honorários ao embargante no percentual de 10% (dez por cento) sobre a sua sucumbência (taxa de rentabilidade e capitalização de juros), e o embargante no mesmo percentual, incidente sobre o valor do débito revisado e atualizado. P.R.I."
(fl. 113-119) PARTES

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.021156-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALEXANDRE MARTINS
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA, ADNILTON JOSE CAETANO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, DEFIRO o depósito dos valores arrecadados a título de imposto de renda incidente sobre o benefício percebido pelo autor- resultante do valor correspondente às contribuições já tributadas-, junto à Caixa Econômica Federal, observando-se a Lei n. 9.703-98. Tendo em vista que será depositado o valor integral do tributo, resta suspensa a exigibilidade do crédito tributário a que se refere, nos termos do artigo 151, II, do CTN. (...) V. Intime-se o autor para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos a carta de concessão da aposentadria expedida pelo INSS. VI. Cumprido o item V. cite-se a União Federal..."
Intima-se Vossa Senhoria ainda para se manifestar sobre o ofício da PETROS (Prov. 05/2003, art. 206, VI) (fl. 22-23 e 25-27)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.035421-8 - EDMIR SCHAMNE X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação sobre a contestação, no prazo de dez dias, bem como para especificar as provas que pretende produzir, justificando-as.
(Prov.n.05/03, art.206, V)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.027130-1 - TIM SUL S/A E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DEMETRIUS NICHELE MACEI

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2004.70.00.027826-5 - SINDITEST/PR - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO DE 3 GRAU PUBLICO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE VIDA VIEIRA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Efetuados os depósitos pela CEF, intime-se o autor para se manifestar sobre a satisfação de seu crédito, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias."
(fl. 102, III e 104-106)

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.067488-5 - CLOVIS SUPLICY WIEDMER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO BORELLI BARBOSA, LUIZ ALFREDO RODRIGUES FARIAS JUNIOR

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre o ofício apresentado pela CEF.
(Prov.05/03,art.206,VI) (fl. 80-81)

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.013737-9 - ELIANE MARIA PELLANDA CELINSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELLO TABORDA RIBAS

———————————————————— No processo abaixo fica automaticamente deferido o pedido de suspensão de execução pelo período de 180 dias, para fins de localização do devedor ou de bens passíveis de penhora, nos termos do artigo 2º da Portaria 06/2002 desse Juízo.

AÇÃO MONITÓRIA

95.00.06743-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X INDUSTRIA E COMERCIO DE VINHOS SERRA GAUCHA LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Indefiro o pedido de citação da CEF para cumprir obrigação de fazer, tendo em vista que a execução dos saldos de contas vinculadas ao FGTS deve ocorrer na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil, por se tratar de obrigação de dar (dinheiro) e não de fazer. (...) II. Intime-se a parte autora para emendar a inicial de execução, nos termos do item supra, no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 347)

ACAO ORDINARIA

99.00.06029-6 - DIONIZIO MEINELECKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBSON NASSIF RIBAS

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Intimem-se os autores para, em 10 (dez) dias, dizerem se concordam com a concessão de prazo de 60 (sessenta) dias à CEF (fl. 149, item 1), para cumprimento espontâneo do julgado, ou se pretendem promover a execução, na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil.
II. Manifestando os autores concordância com a concessão do prazo acima aludido, intime-se a CEF para, em 60 (sessenta) dias, promover o cumprimento espontâneo de sua obrigação."
(fl. 151)

ACAO ORDINARIA

99.00.06255-8 - GERALDO RODRIGUES DE MACEDO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON NIELSEN

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Indefiro o pedido da fl. 305, uma vez que se trata de execução por mero cálculo do contador, cabendo à própria parte apresentar a planilha de cálculo, a teor do art. 604 do CPC. Intime-se.
II. Renove-se a intimação dos autores para promoverem a execução, no prazo de 30 (trinta) dias, inclusive quanto a eventuais autores que entendam ainda haver crédito em seu favor.
III. Nada sendo requerido, arquivem-se."
(fl. 306)

ACAO ORDINARIA

98.00.00557-9 - ROSA MANTAGUTE SCHLOGL E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CELSO DALPRA

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"IV. Efetuados os depósitos pela CEF, intime-se o autor para se manifestar sobre a satisfação de seu crédito, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias."
(fl. 332, IV e 334-353)

ACAO ORDINARIA

98.00.29578-0 - DIRCEU DOMINGOS BARBOSA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

———————————————————— No(s)
processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se a CEF para dar prosseguimento ao feito no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 97)

EXECUCAO DIVERSA

99.00.03510-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PROVENCAL REPRESENTACAO DE CALCADOS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ADRIANE TURIN DOS SANTOS

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...II. O pedido de levantamento de valores não pode ser atendido neste momento ... Assim, indefiro o pedido. Intime-se.
III.Diante do exposto, por analogia ao art. 265, inciso IV, alínea "a", do CPC, MANTENHO SUSPENSO O PROCESSO até o trânsito em julgado da aludida decisão do STF, conforme já determinado pela Portaria nº 03/2004 deste Juízo."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.00.010633-7 - ANTONIO BATISTA RIBAS SOBRINHO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE ANTONIO VALE

2001.70.00.040740-4 - RONALDO STRUGO DAMINELLI E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AMARILIO HERMES LEAL DE VASCONCELLOS

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Intimem-se os Embargados para apresentar impugnação, no prazo legal."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.032614-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ACIR JOSE BAUMGARTNER E OUTROS
Adv. : Dr(s). SAMANTHA SADE

2004.70.00.033044-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANGELA MARIA TOFFOLI
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"...II. Entretanto, entendo que a execução dos saldos de contas vinculadas ao FGTS deve ocorrer na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil, porquanto se trata de obrigação de dar (dinheiro) e não de fazer...III. Ressalto que não será admitida a execução parcial do julgado, devendo todos os autores figurar, em conjunto, na inicial de execução, ressalvada a hipótese de algum deles demonstrar articuladamente não ter interesse na execução do julgado...IV. Após, tendo em vista o exposto nos itens II e III, intimem-se os autores para, em 10 (dez) dias, emendarem a inicial de execução, requerendo a citação da CEF na forma do art. 652 e seguintes do Código de Processo Civil."
(fl. 300)

ACAO ORDINARIA

99.00.06030-0 - LEOCADIA SENDESKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBSON NASSIF RIBAS

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Intimem-se os autores para esclarecerem o pedido da fl. 426, no prazo de 10 (dez) dias, uma vez que a petição juntada na fl. 425 foi protocolada pela CEF anteriormente à juntada dos extratos, conforme protocolo da fl. 361."
(fl. 427)

ACAO ORDINARIA

98.00.18137-7 - CELSO APARECIDO DINATO e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CELSO DALPRA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo intima-se a parte autora para manifestação, em cinco dias, sobre a petição apresentada pela parte requerida.
(Prov.05/03,art.206,VI)

ACAO ORDINARIA

94.00.00818-0 - BRUNO GOMES DE CASTRO NETO E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE VIDA VIEIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.24036-3 - DARLEI ROQUE MUCHENSKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VILSON GUDOSKI

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, defiro em parte o pedido de liminar formulado, para determinar que as autoridades impetradas suspendam qualquer ato de nomeação do candidato classificado no certame objeto do Edital nº 128/2004, Sr. Miguel Bahl, até novo pronunciamento judicial a ser proferido após a vinda aos autos das informações. IV. Intime-se. V. Notifiquem-se as autoridades impetradas para prestarem informações, no prazo de 10 (dez) dias. VI. Cite-se o litisconsorte passivo Miguel Bahl para, querendo, apresentar sua resposta, no prazo legal. VII. Prestadas as informações, venham os autos imediatamente conclusos para reanálise do pedido, nos termos acima indicados. Intimem-se."
(fl.174-177)

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.040390-4 - SIEGLINDE KINDL DA CUNHA X PRESIDENTE DO CONSELHO SETORIAL E DIRETOR DO SETOR DE CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES DA UFPR E OUTROS
Adv. : Dr(s). VIVAN CRISTINA LIMA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, II, da Lei nº 1.533/51, defiro parcialmente a liminar pleiteada, para o fim de determinar que a autoridade impetrada exija da impetrante, nas importações de que trata esta ação, as contribuições da Lei nº 10.865/2004 tendo por base o valor aduaneiro definido no Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT, promulgado pelo Decreto nº 1.355/1994, aplicando-se, no que couber, a Instrução Normativa SRF nº 327, de 09/05/2003. IV. Intimem-se."
(fl. 388-393)

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.00.000677-4 - ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA DO BRASIL S/A E OUTRO X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). LUIZ ANDRE NUNES DE OLIVEIRA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
IV. Intimem-se os autores quanto à presente decisão, bem como para se manifestarem sobre a contestação apresentada pela União e dizerem se pretendem a produção de novas provas, no prazo de 10 (dez) dias."
(fl. 228-232)

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.078191-8 - BALBINO ANGELO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JORGE BARATA DE LACERDA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"... Com essas considerações, indefiro a liminar. III. Intimem-se.
IV. Notifique-se a autoridade impetrada para, querendo, prestar informações..."
(fl. 916-921)

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.00.000097-8 - LEONARDO MERCADO BORDA X REITOR E PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSAO RESPONSAVEL PELA REVALIDACAO DE DIPLOMA DE EST
Adv. : Dr(s). GIOVANI WEBBER

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, para o fim de determinar ao réu que, relativamente aos débitos oriundos dos processos administrativos nº 10980.602803/2004-01, 10980.007644/96-48 e 10980.610832/98-00 (CDAs nº 90.1.04.004007-62, 90.1.98.001211-80 e 90.1.98.001521-40), se abstenha de inscrever o nome e dados do autor no CADIN, bem como determino que providencie baixa em eventuais inscrições já procedidas. IV. Intimem-se.
V. Cite-se a UNIÃO FEDERAL (FN)..."
(fl. 174-176)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.043338-6 - JOSE EDERALDO QUEIROZ TELLES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CELIO LUCAS MILANO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Diante do exposto, indefiro a liminar pleiteada. Intime-se. III. Dê-se vista ao Ministério Público Federal. IV. Após, anote-se para sentença."
(fl. 165-167)

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.037178-2 - BBM SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA X GERENTE EXECUTIVO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
Adv. : Dr(s). SILVIO BATISTA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. O mandado de segurança pressupõe a demonstração dos fatos alegados através de prova pré-constituída, carreada aos autos junto à inicial. Em outras palavras, o direito líquido e certo (pressuposto processual específico do mandado de segurança) é aquele provado de plano, através de prova documental.
Portanto, intime-se a impetrante para, no prazo de dez dias, emendar a inicial, promovendo a autenticação dos documentos que instruem a inicial - fls. 28-37, ou a juntada dos originais respectivos.
II. Deverá a impetrante ainda, no mesmo prazo, regularizar sua representação processual, comprovando que o subscritor da procuração da fl. 22 tem poderes para representar a sociedade em Juízo.
III. Após, cumpridas as determinações supra, venham conclusos para análise do pedido de liminar."
(fl. 39)

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.00.000821-7 - PRINCESS HOTEL LTDA X PRESIDENTE DA COPEL DISTRIBUICAO S/A E OUTROS
Adv. : Dr(s). GABRIEL BARDAL

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
IV. Concedo o benefício da assistência judiciária gratuita aos autores, nos termos da Lei nº 1.060/50. V. Intime-se..."
(fl. 51-54)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.043138-9 - EDUARDO ALVES CRUZ E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EUCLIDES DE LIMA JUNIOR

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III.Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO D E LIMINAR.
IV. Notifique-se..."
(fl. 59-61)

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.00.000818-7 - IGOR FLORIANI KNIPHOFF X PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO PARANA
Adv. : Dr(s). EDUARDO ZANONCINI MILEO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR, para o fim de determinar à autoridade impetrada que conceda vista do processo administrativo nº 10980-003.424/2003-44 ao adv. Manoel Francisco de Sousa Neto (OAB/PR 26.656), possibilitando inclusive a carga dos autos, bem como para determinar a devolução do prazo de 30 (trinta) dias para a interposição do recurso administrativo cabível ao Conselho de Contribuintes. IV. Intimem-se.
V. Intime-se o impetrante ELIÉZER MANOEL DE SOUSA para regularizar a sua representação processual, mediante a juntada de procuração outorgada ao advogado signatário da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 37 do Código de Processo civil. VI. Notifique-se..."
(fl. 34-37)

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.00.000417-0 - ELIEZER MANOEL DE SOUSA E OUTRO X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA/PR
Adv. : Dr(s). MANOEL FRANCISCO DE SOUSA NETO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DE TUTELA. IV. Intime-se. V. Cite-se a UNIÃO..."
(fl. 206-208)

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.043114-6 - LAGOA SANTA ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MICHELLE PINTERICH

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, indefiro o pedido de liminar formulado..."
(fl. 145-149)
Intima-se também para fornecer 3 cópias dos autos para fins de contrafé, nos termos do Prov.05/03, art. 206, II.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.043346-5 - RAFAEL YARED E OUTROS X PRESIDENTE DA COMISSAO DE RESIDENCIA MEDICA E OUTROS
Adv. : Dr(s). REGINA EUGENIA ARAUJO GARCIA

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR.
IV. Intime-se..."
(fl. 95-97)

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.040537-8 - G D M CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA X CHEFE DA SECAO DE FINANCAS DO SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AEREA E CONTROLE DE TRAFEGO AEREO
Adv. : Dr(s). MAURO CURY FILHO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, indefiro o pedido de liminar formulado. IV. Notifique-se..."
(fl. 147-149)

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.00.000405-4 - LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS ANDREASSA E LECK S/C LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). DARLAN RODRIGUES BITTENCOURT

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"I. Com a instalação dos Juizados Especiais Federais Cíveis, em 12.07.2004, com competência plena e absoluta, somente tramitarão neste juízo ações com valor superiores a 60 salários mínimos.
Dessa forma, intime-se a autora para que emende a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, comprovando que o objetivo econômico perseguido na ação soma R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).
II. No mesmo prazo, a autora deverá comprovar o recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, ou requerer, se for o caso, os benefícios da justiça gratuita, haja vista o documento da fl. 23.
III. Após, venham conclusos para análise do pedido de antecipação de tutela."
(fl. 56)

ACAO ORDINARIA

2005.70.00.000851-5 - MARIA HERONDINA DA CUNHA LOPES X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). INAE BRUSTOLIN DE MELO

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Diante do exposto, com fundamento no art. 7º, II, da Lei nº 1.533/51, defiro a liminar pleiteada, para o fim de determinar que a autoridade impetrada proceda a matrícula do impetrante no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR, ano letivo de 2005, independentemente da existência de vaga.
III. Intimem-se.
IV. Notifique-se a autoridade..."
(fl. 32-35)

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.039321-2 - JOSE ARISTOTELES CARNEIRO OLIVEIRA X DIRETOR DO NUCLEO DE ACOMPANHAMENTO ACADEMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). LUIR CESCHIN

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"Reservo a apreciação do pedido de liminar para momento posterior à apresentação de informações pela autoridade impetrada, com vistas a obter maiores esclarecimentos sobre a situação posta em juízo...Notifique-se a autoridade impetrada para prestar informações, no prazo de 10 (dez) dias, juntando a documentação que entender pertinente. Após, voltem conclusos. Intime-se."
(fl. 77)

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.043290-4 - EDIMAR RINALDI MARTINI E OUTRO X DELEGADO FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANA
Adv. : Dr(s). EWERTON LINEU BARRETO RAMOS

———————————————————— No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:
"III. Diante do exposto, indefiro o pedido da fl. 75. IV. Intime-se."
(fl. 78)

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.042356-3 - ZHOQ S IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA E OUTRO
Adv. : Dr(s). MICHELLE LEBARBENCHON MASSIGNAN

Curitiba, 19/01/05

José Penia
Diretor de Secretaria da 8ª Vara.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SECRETARIA DA 9A. VARA FEDERAL
RUA ANITA GARIBALDI, 888, 6º ANDAR

JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA EM EXERCÍCIO:
DRA. IVANISE CORRÊA RODRIGUES

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 0007/2005

———————————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferido sentença julgando extinta a execução, com fulcro no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

91.00.05997-8 - MANUEL GUILHERME FERREIRA DE CARVALHO, MARIA AMALIA DA SILVA E SA FERREIRA DE CARVALHO X BANCO CENTRAL DO BRASIL
Adv. : Dr(s). PAULINO ANDREOLI, JOAO BATISTA DOS ANJOS

92.00.01903-0 - INSAM INDUSTRIA DE MADEIRAS SANTA MARIA LTDA, TRANSPORTADORA INSAM LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VANETE STEIL VILLATORI

92.00.03273-7 - LORENZETTI PORCELANA INDUSTRIAL PARANA S/A X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO MAESTRELI TIGRINHO

92.00.05047-6 - GETULIO SCHUPEL, OSMAR SCHUPEL, GILMAR SCHUPEL, ERENI DO ROCIO BLASKA, GREGORIO SEBASTIAO CHUPEL X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FLAVIO BOVO, MARIA APARECIDA ZANARDINI BOVO

ACAO ORDINARIA

93.00.03672-6 - ARMANDO ALBERTO, CELSO GONCALVES CARNEIRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELOINA DA CRUZ MACHADO

94.00.04394-5 - WALDEMAR SIMOES - ESPOLIO, YVONNE CAPACCIOLI SIMOES, SUELY SIMOES ALVES PINTO, WANIA SIMOES DE LIMA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CESAR AUGUSTO GUIMARES PEREIRA, FERNAO JUSTEN DE OLIVEIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.00.12924-0 - DECORADORA ROMA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS., UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). FABIO DUTRA

ACAO ORDINARIA

97.00.27310-5 - JOSE FERNANDO CORREIA DOS SANTOS, IRIA SEQUINEL NAVROCKI, DEMETRIO HALICKI NETO, AMELIA SOSNITZKEI LESSEI, JOSINO ROSSETIM BINI, OSVALDO NAVROSKI, JACY AGIBERT DURSKI SILVA, LORI JOAO DRIES, DEONIZIO DEMETRIO TERNOSKI, ANTONIO MICHALOUSKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). INES MARIA MARZINEK, ROSE PAULA MARZINEK

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.27317-2 - ARAUCARIA TRANSPORTE COLETIVO LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). GERSON VANZIN MOURA DA SILVA, JAIME OLIVEIRA PENTEADO, VINICIUS TEODORO DE OLIVEIRA

ACAO ORDINARIA

97.00.27854-9 - MITIKO IKEDA MORISHITA, NELITA MARA FAGUNDES, OLGA AKIKO OSAKI, OLGA LITWINCZUK ALVES, REGINA MARIS STELMACHUK LAZIER, ROMOALDO LAZIER, ROSEMARIE BORSCH CHARAVARA, SAKUKITI UEHARA, SCYLAS PEDROSO, SUELI MARCELIA MICHALISZYN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOAO LUIZ ARZENO DA SILVA, MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.01510-8 - SAVANA VEICULOS S/A X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). LUIZ ANTONIO BERTOCCO, OTAVIO ERNESTO MARCHESINI

98.00.08095-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS., FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - F.N.D.E X DALITZ JOALHEIROS LTDA, WERNER E DALITZ & CIA LTDA
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA, ALFREDO LINCOLN PEDROSO

98.00.19410-0 - APOLONIA FRACENER KOCH, GENESIO KOCH X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IVO BRUGNOLO MACEDO

98.00.28536-9 - UNIAO FEDERAL X MUNICIPIO DE CHOPINZINHO
Adv. : Dr(s). VALDEMAR MORAS, CLECI MARIA DARTORA

1999.70.00.033522-6 - JOSE CARLOS MARTINELLI, LAURO WALCZAK, ROSELI GOMES DA SILVA, MARIA TEREZA CARDOZO, JOAO MATOS PEREIRA, OSVALDO RODRIGUES DA SILVA, ROBERTO TADEU MANFREDINI, MARILICE MARIANI TOSIN, LUIZ CARLOS TOSIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDSON SANTOS MARTINS

2000.70.00.009432-0 - DBR QUIMICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). GERSON LUIZ GRABOSKI DE LIMA, CICERO BELIN DE MOURA CORDEIRO

2000.70.00.022435-4 - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF X LIDIA TEREZA SIRENA VANDRESSEN
Adv. : Dr(s). RODRIGO MENEZES

2001.70.00.021833-4 - ALESSANDRA COMERCIO DE CALCADOS LTDA, CALCADOS NATARIO LTDA, EURICO COMERCIO DE CALCADOS LTDA, EURICO CALCADOS LTDA, MARIEMILIA CALCADOS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDILSON JAIR CASAGRANDE

2001.70.00.041821-9 - ANTONIO DEVECHI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). INAE BRUSTOLIN DE MELO, MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA, SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA, VIVIANE MINCOFF MARCENGO

2002.70.00.079093-9 - UNIAO FEDERAL X E D AGOSTIN E CIA LTDA, DAGOSTRAN TERRAPLENAGEM LTDA
Adv. : Dr(s). FABIANO LOPES

2003.70.00.026328-2 - ILDA VIEIRA DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS BERNARDO CARVALHO DE ALBUQUERQUE

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.006630-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PEDRO ENIO MAGALHAES TELES
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação das partes para se manifestarem acerca dos cálculos da Contadoria, em dez dias.

ACAO ORDINARIA

89.00.02714-0 - EDMAR DE OLIVEIRA GOES, JOAO LIMA XAVIER, LUIZ CARLOS RIBEIRO, MIGUEL NAVARRO FILHO, PAULO CEZAR SOUZA PADILHA, ERNESTO EDSON SCHMID X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). LIDSON JOSE TOMASS
(desp. da fl. 690, item 4)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação das partes para se manifestarem acerca dos cálculos da Contadoria, em dez dias.

ACAO ORDINARIA

00.01.00884-6 - IRMAOS BOROS & CIA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AUGUSTO PROLIK, FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA, JOSE MACHADO DE OLIVEIRA, REINALDO CHAVES RIVERA
(desp. de fls. 355/356, item 2)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos expropriados para se manifestarem sobre o petitório do Incra de fls. 428/429.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

90.00.06673-5 - AIRTON DE MATTOS LEAO-ESPOLIO, ZELOY VAZ DE LIMA LEAO X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). JOSE AMORITI TRINCO RIBEIRO, JOAO PINTO RIBEIRO NETO
(desp. da fl. 430)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos autores para apresentarem nova planilha de cálculo individualizada em relação ao valor apresentado em dezembro de 2004.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

90.00.02673-3 - AMERICO DE ALMEIDA FIDALGO, APOLONIA KIELBA, ASSUMPTA BUZZATTO CORADIN, FAUSTINO MACIEL DA HORA X UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
Adv. : Dr(s). MARIA RITA SANTIAGO
(desp. da fl. 315)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos exeqüentes para se manifestarem sobre a satisfação de seu crédito, no prazo de dez dias. Observo que o silêncio será interpretado como satisfação da obrigação.

ACAO ORDINARIA

00.01.08971-4 - FRANZ ROBERT HOCH, HANS PETER WALTER HOCH, ANNA ELISABATH HOCH, LUCIANE HOCH, HANS PETER WALTER HOCH JUNIOR, ADRIANE XAVIER REGO, CRISTIANE MAYER, DAIANE XAVIER REGO, PERCY XAVIER REGO, MARGARETA ROSA HOCH X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MARIA CITTI, MARINA CITTI, LUIZ ANTONIO DAROS

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos exeqüentes para se manifestarem sobre a satisfação de seu crédito, no prazo de dez dias. Observo que o silêncio será interpretado como satisfação da obrigação.

ACAO ORDINARIA

00.01.02372-1 - CARIL - CONSULT/ ASSESS/ DE RECURSOS IND/ LTDA, JAIME BOING, VILSON RETCHESKI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WATERLOO MARCHESINI JUNIOR
(desp. da fl. 214)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos autores para se manifestarem sobre a petição de fls. 221/222.

ACAO ORDINARIA

00.00.84919-7 - IVO PELLENZ, OLIVIA BAUMGNARTNER PELLENZ X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER
Adv. : Dr(s). ADEMAR LIEDKE JUNIOR, ADEMAR LIEDKE

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a conversão em renda do valor remanescente em conta vinculada aos autos, em favor do INCRA.

ACAO ORDINARIA

00.00.82839-4 - ROSA THOME CONRADO X INSTITUTO JURIDICO DAS TERRAS RURAIS - INTER
Adv. : Dr(s). RAUL MAZZA DO NASCIMENTO
(desp. da fl. 339)

_____ Nos autos abaixo relacionados intima-se a parte da baixa dos autos e para requerer o que de direito, em 10 dias, apresentando cálculo de liquidação, se for o caso. (Port. nº 08/02, art. 18)

AÇÃO POPULAR

2001.70.00.028190-1 - IRINEU MARIO COLOMBO, ANDRE FRANCO DE OLIVEIRA PASSOS X ANATEL - AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES, ANEEL AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES, CVM COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS, JAIME LERNER, INGO HUBERT, MIGUEL SALOMAO, MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO
Adv. : Dr(s). JOSE CID CAMPELO, ROGER SANTOS FERREIRA, LUIZ ALBERTO BLANCHET, LUCIANE C BORGES DA CRUZ, EDSON ISFER

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a reiteração da intimação do expropriado para atender ao contido no item II, do despacho da fl. 119, apresentando certidão negativa de ônus fiscais sobre o imóvel, no prazo de 20 dias.

DESAPROPRIACAO

2001.70.00.019711-2 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X LAUDELINO DE OLIVEIRA CAMARA
Adv. : Dr(s). PEDRO M MACHADO
(desp. da fl. 136)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos expropriados para juntarem aos autos instrumento procuratório atualizado, com poderes específicos para receber e dar quitação, viabilizando-se, assim, o levantamento da indenização.

DESAPROPRIACAO

2001.70.00.019385-4 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X DINARCI DAL BOSCO, JUVENTINA DAL BOSCO
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO, ANTONIO MIOZZO
(desp. da fl. 159)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos expropriados para juntarem aos autos instrumento procuratório atualizado, com poderes específicos para receber e dar quitação, viabilizando-se, assim, o levantamento da indenização.

DESAPROPRIACAO

2001.70.00.018838-0 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X NELSON PAGNONCELLI, CATARINA CAMPARA PAGNONCELLI
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO, ANTONIO MIOZZO
(desp. da fl. 151)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos expropriados para juntarem aos autos instrumento procuratório atualizado, com poderes específicos para receber e dar quitação, viabilizando-se, assim, o levantamento da indenização.

DESAPROPRIACAO

2001.70.00.018163-3 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X ANTONIO ZULMIRO BETT, LIBERA CATARINA BETT
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO, ANTONIO MIOZZO
(desp. da fl. 139)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos expropriados para juntarem aos autos instrumento procuratório atualizado, com poderes específicos para receber e dar quitação, viabilizando-se, assim, o levantamento da indenização.

DESAPROPRIACAO

2001.70.00.017965-1 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X BRANDILIO GODOY DE ALMEIDA, IRACI PEREIRA DE ALMEIDA
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO, ANTONIO MIOZZO
(desp. da fl. 162)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do expropriado para apresentar certidão negativa referente a débitos inscritos em dívida ativa da União, bem como se manifestar sobre a petição do INCRA de fls. 131/133, esclarecendo a questão levantada com relação a seu estado civil.

DESAPROPRIACAO

2001.70.00.017955-9 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X ADELINO BOLDRIN
Adv. : Dr(s). JOAO BATISTA DE TOLEDO
(desp. da fl. 135)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação das partes para se manifestarem sobre os esclarecimentos prestados pelo perito.

DESAPROPRIACAO

2000.70.00.004899-0 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER X CESLAU MAICZAK
Adv. : Dr(s). NEMO FRANCISCO SPANO VIDAL, EDNA MARIA STROKA, MARCIA VALENTE
(desp. da fl. 219, item 3)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinado vista ao exeqüente acerca da certidão negativa do oficial de justiça. (Prov. 22/99, artigo 3º, item 21)

EXECUCAO DIVERSA

97.00.04151-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X STELINA COMERCIO E REPRESENTACOES DE CALCADOS LTDA, ALESSANDRO GUILHERME IGLESIAS SCHULTZ, GUSTAVO ADOLFO IGLESIAS SCHULTZ
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, GUILHERME KIRTSCHIG

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.010835-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDSON LUIZ DO NASCIMENTO
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA, ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

2003.70.00.046768-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROSELY LOT DE JULIO
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

2003.70.00.047235-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OZEIAS DE PAULA SILVEIRA
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

2003.70.00.080749-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARCELO TEIXEIRA, MARLENE DOS SANTOS TEIXEIRA
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.027614-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NEIDE FERREIRA BELO
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

2004.70.00.031614-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RODE OSDINEIA DEPETRIZ
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido sentença homologando o pedido da fl. 25, e julgando extinto o processo, com julgamento do mérito.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.027602-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DAAD TANNOUS SAAD TAHAN
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES
(sent. da fl. 30)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi deferido o pedido de suspensão do feito, conforme requerido.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.025443-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NIVALDO DE PAULA SOUZA
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA, ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA
(desp. da fl. 59)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para apresentar os documentos solicitados pelo perito, à fl. 61.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.024918-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARLENE FERREIRA LIMA VIEIRA, NILSON FERNANDES VIEIRA
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES
(desp. da fl. 62)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para se manifestar sobre os documentos apresentados pela Receita Federal.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.023451-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RUBENS FERREIRA CARDOSO
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA
(desp. da fl. 35)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi indeferido o pedido de expedição de ofício à Receita Federal e ao Bacen, pois a CEF ainda não esgotou todos os meios para encontrar bens passíveis de penhora, o que se confirma pela inexistência de prova em contrário. Foi determinada a intimação da CEF para se manifestar sobre o ofício da Brasil Telecom de fls. 133/134.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.021445-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, EDUARDA CAROLINE DOS SANTOS X CORALPLAST IND E COM DE PLASTICOS LTDA, JOAO BATISTA PEREIRA

Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, GUILHERME KIRTSCHIG
(desp. da fl. 130 e fl. 135)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido sentença julgando parcialmente procedente o pedido. Tendo em vista a sucumbência recíproca, deixo de condenar as partes em honorários advocatícios.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.019522-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ CARLOS CARDOSO
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES, GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ
(sent. de fls. 123/125)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do embargante para dizer se persiste o interesse na realização da prova pericial requerida, no prazo de 15 dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como desistência da perícia.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.015921-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AUGUSTO GUILHERME URIAS RONDON
Adv. : Dr(s). TATIANA RAHUAM AMARAL, CARLOS RODRIGO BIAGGI DE OLIVEIRA, REINALDO JOSE ANDREATTA
(desp. da fl. 51)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para se manifestar acerca da petição de fls. 36/40.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.015764-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FREDY ESTUPINAN CARRANZA
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação das partes para especificarem, de forma justificada, em 5 dias, as provas que pretendem produzir. (Prov. 22/99, artigo 3º, item 5)

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.015157-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERGIO LUIS RIBEIRO, KARINA FEIJO RIBEIRO
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

_____ Nos autos abaixo relacionados foi indeferido o pedido de inversão do ônus da prova; e determinada a intimação do embargante para dizer se persiste o interesse na realização da prova pericial requerida, no prazo de 15 dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como desistência da perícia.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.008875-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OSIRES DE MELLO
Adv. : Dr(s). ADEMIR KALINOSK RIBEIRO
(desp. da fl. 56)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi indeferido o pedido de inversão do ônus da prova; e determinada a intimação do embargante para dizer se persiste o interesse na realização da prova pericial requerida, no prazo de 15 dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como desistência da perícia.

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.00.032997-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JUSSARA MALACHOVSKI
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO, CLAUDIO MARCHIORO
(desp. da fl. 97)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para retirar, em secretaria, o edital de citação a fim de ser publicado.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.016734-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X WALMIRA CAETANO DAMBISKI
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, GUILHERME KIRTSCHIG

2004.70.00.007991-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADRIANA PROENCA MOREIRA
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO GONCALVES, MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para apresentar o demonstrativo atualizado de débito, conforme requerido, bem como os documentos solicitados à fl. 78, item 1.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.001475-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MAX LUIZ NOGUEIRA LOPES
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA, ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA
(desp. da fl. 87)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para esclarecer o conteúdo do documento da fl. 56 e sua pertinência com estes autos, pois o número da conta corrente e o seu titular ali indicados divergem daqueles apontados na inicial.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.001040-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALACIRA MENDES MAURER
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES, GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ
(desp. da fl. 87)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: Concedo segurança, conforme fundamentação.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.038016-3 - GEQUELIN E CIA LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
(sent. de fls. 48/53)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho: Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.035323-8 - PARCERIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MANUFATURADOS LTDA X INSPETOR DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE MEDEIROS REGNIER
(desp. da fl. 291)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do impetrante para se manifestar acerca da petição da fl. 50.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.032154-7 - KARLA REGINA DE ALMEIDA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
Adv. : Dr(s). KARYME GUERIOS MEYER

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: Concedo parcialmente a segurança, conforme fundamentação.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.009771-4 - S BUERGER CONSTRUCOES CIVIS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO BORELLI BARBOSA
(sent. de fls. 233/249)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E A ELES NEGO PROVIMENTO, conforme fundamentação.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.078923-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARCAL MARQUES GONCALVES
Adv. : Dr(s). MAURO SERGIO GUEDES NASTARI
(sent. de fls. 109/110)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi indeferido o pedido da CEF de penhora dos imóveis indicados, pois seria desproporcional e demais gravosa ao executado, além de que o imóvel matriculado sob o nº 47707 pertence a pessoa com RG distinto do do executado.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.078387-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X VILMAR MARTINS
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES
(desp. da fl. 57)

_____ Nos autos abaixo relacionado foi deferido o pedido de suspensão da execução para fins de localização do devedor ou de bens passíveis de penhora, em prazo não superior a cento e oitenta dias. (Portaria 05/2001-9VF, artigo 2º, de 18.07.2001)

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.00.020724-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NILZA APARECIDA KURZAWA
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS, OTOMI KOHLMANN

2003.70.00.045812-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROSICLER MARIA CARNEIRO
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS, OTOMI KOHLMANN

2003.70.00.066474-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ FERNANDO CORNELSEN BOGADO
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para se manifestar quanto à possibilidade de acordo noticiada pelo executado às fls. 88/90.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.063424-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FRANCISCO CLAUDIO MARQUEZ DE FREITAS
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES
(desp. da fl. 92)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para se manifestar acerca do ofício de fls. 57/58, do Juízo de Direito da comarca da Lapa.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.063203-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOACIR GONSALVES, MOACYR GONSALVES
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA, CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF acerca do retorno da carta precatória.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.000590-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LADISLAU CESAR RODRIGUES, HELOIZA REGINA DA SILVA RODRIGUES
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES, GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ

2003.70.00.058792-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X TANGRIANE MARTINS
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da impetrante para se manifestar acerca da petição da UFPR de fls. 94/96.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.058767-1 - CRISTIANE ROCHA DA SILVA VANUCCHI X DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ACADEMICOS DA UFPR
Adv. : Dr(s). LUIR CESCHIN

_____ Nos autos abaixo relacionados foi indeferido, por ora, o pedido de citação por hora certa, pois não há comprovação de que o executado esteja se ocultando. Foi determinada a intimação da CEF para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.056768-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JUAREZ DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA, ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA
(desp. da fl. 64)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para se manifestar sobre a petição e documentos de fls. 98/101 e 104/106.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.048786-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANA CAROLINA MONTEIRO RIBEIRO
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO
(desp. da fl. 108)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho: Mantenho a decisão, pois tanto o poder para desistir quanto o poder para quitar créditos são poderes especiais, conforme o art. 38, CPC.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.044012-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X AMARILDO GONCALVES SILVA
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO, CLAUDIO MARCHIORO
(desp. da fl. 41)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para apresentar os documentos solicitados pelo perito às fls. 138/139.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.039888-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X BENEDITO DO NASCIMENTO SANTANA
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES
(desp. da fl. 140)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi deferido o pedido de dilação de prazo, por 30 dias.

EXECUCAO DIVERSA

2003.70.00.039426-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GRUCHOWSKI E CIA LTDA, ONOFRE GRUCHOWSKI
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, GUILHERME KIRTSCHIG
(desp. da fl. 387)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi deferido o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 120 dias.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.081414-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FABIO LUIS GONCALVES
Adv. : Dr(s). DELMARI DIAS
(desp. da fl. 81)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da impetrante para se manifestar acerca da petição da União Federal da fl. 168.

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.036329-6 - FBM ADMINISTRACAO E SERVICOS S/C LTDA, F B M ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, F B M PARTICIPACOES LTDA, JAIRO JOSE BARBOSA, SERGIO FRANCOZI, REDOVINO MANDREDINI X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). GERMANO ALBERTO DRESCH FILHO
(desp. da fl. 169)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi deferido o pedido da CEF de prazo, por 180 dias.

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.00.011976-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RODONAC TRANSPORTE RODOVIARIO NACIONAL DE CARGAS LTDA, ARELI TEIXEIRA DE LARA
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, GUILHERME KIRTSCHIG
(desp. da fl. 185)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi deferido o pedido da CEF de prazo, por 180 dias.

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.00.019444-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SONIA REGINA BECKER FERREIRA
Adv. : Dr(s). VIVIANE STADLER FAGUNDES, GUILHERME KIRTSCHIG
(desp. da fl. 219)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para se manifestar sobre as informações apresentadas, em resposta aos ofícios.

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.029132-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X REALDINA BUSARELLO
Adv. : Dr(s). ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA, CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA
(desp. da fl. 84)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinado o desarquivamento do processo, pelo prazo de cinco dias, após efetuado o pagamento das custas pertinentes pelo interessado, com a conseqüente vista, e, nada sendo requerido, o retorno ao arquivo.

EXECUCAO DIVERSA

2001.70.00.016928-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ROBINSON SCHITCOSKI
Adv. : Dr(s). JULIANA DAHER ALVARES DELFINO, ANGELA SAMPAIO CHICOLET MOREIRA

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação dos executados para se manifestarem acerca da petição do exeqüente da fl. 231.

EXECUCAO DIVERSA

94.00.14285-4 - EMPRESA GESTADORA DE ATIVOS - EMGEA X CALLADIO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, JOSE ROBERTO PEGORARO, TAILENE INES GRANDO PEGORARO, ORMELINDO PEGORARO, JANDIRA PULZATTO PEGORARO, PREMAR PREMOLDADOS MARIALVA LTDA
Adv. : Dr(s). TATIANA ALESSANDRA ESPINDOLA, DANIEL MULLER MARTINS, JOSE CARLOS CAL GARCIA FILHO
(desp. da fl. 232)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi deferido o pedido de dilação de prazo, por 20 dias.

EXECUCAO DIVERSA

94.00.11032-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X BRACO FORTE PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES, GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ
(desp. da fl. 79)

_____ Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da CEF para informar o endereço atualizado do executado, a fim de possibilitar a diligência do oficial de justiça, no sentido de localizar o executado e o bem passível de penhora.

EXECUCAO DIVERSA

92.00.06818-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RICARDO JORGE BOHLEN SELEME
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES, GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ
(fl. 134)

———————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do embargante para dizer se persiste o interesse na realização da prova pericial requerida, indicando objetivamente o tipo de perícia que pretende seja realizada.

AÇÃO MONITÓRIA

92.00.06228-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDER SIMOES ROMUAL
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING, JULIO CESAR DALMOLIN, MARCIA LORENI GUND
(desp. da fl. 285)

———————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação da exeqüente para se manifestar acerca da necessidade de expedição do alvará em favor da agência da CEF de Guarapuava, tendo em vista que os valores foram transferidos ao juízo da 9ª Vara Federal, onde tramita a ação de execução diversa, e no juízo de Guarapuava tramitou a carta precatória.

EXECUCAO DIVERSA

91.00.08934-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ALTAIR FERRAZ, TEREZINHA DE JESUS SANT ANA FERRAZ, ANTONIO CEZAR FERRAZ, SAMARA KLUBER FERRAZ
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES, GLADYS LUCIENNE DE SOUZA CORTEZ
(desp. da fl. 496)

———————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a devolução da petição de embargos à execução desentranhada, ao seu signatário.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.016765-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CARLOS GILBERTO DEBETIR DE SOUSA
Adv. : Dr(s). JOHNNY ELIZEU STOPA JUNIOR
(desp. da fl. 72, item 3)

———————————————— No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho indeferindo a liminar pleiteada.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.043334-9 - RICARDO LUIZ MAGGI ZANETTE X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
Adv. : Dr(s). BENEDITO JOSE PERBONI
(desp. de fls. 17/19)

———————————————— Nos autos abaixo relacionados foi proferida a seguinte sentença: Julgo improcedente o pedido deduzido na inicial e DENEGO A SEGURANÇA.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.037443-6 - KARNOLI COMERCIO DE COSMETICOS LTDA, SITELKA COMERCIO DE COSMETICOS LTDA, MRK COMERCIO DE COSMETICOS LTDA, NOLIKAR COMERCIO DE COSMETICOS LTDA, PEREIRA E BAGATIN LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). WANIA MARIA BARBOSA
(sent. de fls. 120/123)

CURITIBA, 20 de janeiro de 2005

MARCIA MARIA DIAS COLLIN
DIRETORA DE SECRETARIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA
SECRETARIA DA 9A. VARA FEDERAL
RUA ANITA GARIBALDI, 888, 6º ANDAR

JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA e.e.:
DRA. IVANISE CORRÊA RODRIGUES

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 0008/2005

———————————————— Nos autos abaixo relacionados foi determinada a intimação do(a) advogado(a), para restituir, em 24 (vinte e quatro) horas, os processos não devolvidos no prazo legal, sob pena de expedição de mandado de busca e apreensão de autos.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00.01.06405-3 - JOAO ORESTE DALAZEN E OUTROS X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA

MANDADO DE SEGURANCA

90.00.02165-0 - COMERCIAL DE BEBIDAS MATA SEDE LTDA E OUTROS X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA E OUTRO
Adv. : Dr(s). EROS SANTOS CARRILHO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

92.00.01076-8 - GUIOMAR GABARDO RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ARNALDO FERREIRA MULLER

92.00.07360-3 - ALFREDO SCHEJELINSKI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AMAZONAS FRANCISCO DO AMARAL

92.00.17041-2 - HALINA FRANCZYK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RODRIGO WAGNER PEREIRA BITTENCOURT

ACAO ORDINARIA

93.00.06108-9 - JULIANO ALVES DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCIA SOUZA DOS SANTOS

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

93.00.06116-0 - JOAO ANTONIO PINTO E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). RODRIGO WAGNER PEREIRA BITTENCOURT

93.00.07450-4 - ALCEU RIGONI E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

93.00.12109-0 - JUARES NECKEL DOS SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ABNER PEREIRA DA SILVA

ACAO ORDINARIA

94.00.06244-3 - WILSON ROBERTO RAITANI E OUTROS X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCILEY DA SILVA GAVIOLI

MANDADO DE SEGURANCA

95.00.01644-3 - DD TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). ANTONIO IVANIR GONCALVES DE AZEVEDO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.00.02706-2 - CLAUDEMAR DE CAMPOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). APARECIDO SOARES ANDRADE

ACAO ORDINARIA

96.00.15182-2 - PARNAPLAST INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO ZANKOSKI

96.00.16561-0 - EDNA FERNANDES COSTA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA ANGELIKA ULRIKE SCHULTHEIS CZERNY

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.00.16581-5 - MARINA ZAGONEL PEREIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA ANGELIKA ULRIKE SCHULTHEIS CZERNY

96.00.17672-8 - SEGISMUNDO LUIZ OSORIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA ANGELIKA ULRIKE SCHULTHEIS CZERNY

ACAO ORDINARIA

96.00.18622-7 - GUACEMI PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). WILMAR EPPINGER

96.00.19925-6 - MARTINI MEAT S/A ARMAZENS GERAIS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MAURO JUNIOR SERAPHIM

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.04496-3 - ADAO KAIS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JULIANA ANGELIKA ULRIKE SCHULTHEIS CZERNY

EXECUCAO DIVERSA

97.00.05683-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GOMES E ARRUDA LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

DECLARATORIA

97.00.10228-9 - ROOSEVELT BRASIL QUEIROZ X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.13465-2 - ALZIRA DA COSTA RIBEIRO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

97.00.23954-3 - JOAO CORREIA RIBEIRO DE MELO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

ACAO ORDINARIA

97.00.24560-8 - ADMIR DE ANDRADE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.00.27893-0 - JOSE DA SILVA SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TEOFILO L. SANTOS NETO

98.00.00581-1 - ACIR DE OLIVEIRA BUENO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TEOFILO L. SANTOS NETO

ACAO ORDINARIA

98.00.03345-9 - MARIA CAROLINA CHEMIN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCELO TRINDADE DE ALMEIDA

98.00.06722-1 - RAQUEL DE ANDRADE KRAUSE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RAQUEL DE ANDRADE KRAUSE

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.20848-8 - UNIAO FEDERAL X ALTINO SCOMACAO FANINI E OUTROS
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

ACAO ORDINARIA

98.00.23297-4 - CLEMENTINA NELI COLOMBARI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GISELE SOARES

98.00.23435-7 - CLEUSA TEIXEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLI CHAVES VIANNA DE OLIVEIRA

98.00.27743-9 - NIVALDO MALDONADO GONCALVES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO ROMARIO ABREU

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.00.27819-2 - ACIFER LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS SCHURMIAK

98.00.27873-7 - TELMO FREDERICO DIEHL X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO ROMARIO ABREU

DECLARATORIA

98.00.29713-8 - JOAO PEDRO VIEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARMELINDA CARNEIRO

ACAO ORDINARIA

99.00.00898-7 - ROSMAR WIESE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROSANA HORNE

99.00.00966-5 - MIGUEL RODACKI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DICESAR BECHES VIEIRA, DICESAR BECHES VIEIRA JUNIOR

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.00.02209-2 - AIRTON GREGORIO DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

99.00.02211-4 - ALZEMIRO DELVI DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

ACAO ORDINARIA

99.00.04321-9 - GENEROSO CHIQUITI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MUNIR GUERIOS FILHO

MANDADO DE SEGURANCA

99.00.15432-0 - MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BOA VISTA E OUTROS X SUPERINTENDENTE ESTADUAL DO INSS
Adv. : Dr(s). ANDRE CICARELLI DE MELO

99.00.25437-6 - IMPERIAL TABACOS S/A X INSPETORA DA ALFANDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL AFONSO PENA EM SAO JOSE DOS PINHAIS/PR
Adv. : Dr(s). GABRIEL ANTONIO H. N. DE LIMA FILHO

ACAO ORDINARIA

99.00.26425-8 - NESIA CANDIDA DE OLIVEIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LEONARDO DA COSTA

1999.70.00.031874-5 - SERVOPA S/A COMERCIO E INDUSTRIA E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ALTIVO JOSE SENISKI

EMBARGOS A EXECUCAO

1999.70.00.032121-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE DE ASSIS PEREIRA
Adv. : Dr(s). CLEA MARA LUVIZOTTO

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.000550-4 - ADRIANE BARAUSSE E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CARISI MARA ARPINI MIGUEL

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.002361-0 - NERI MOTA PONCIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CLAUDINEI BELAFRONTE

DESAPROPRIACAO

2000.70.00.002486-9 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER X SYDIVAL ALVES COSTA - ESPOLIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). CLEUZA KEIKO HIGACHI REGINATO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.00.009142-1 - MARILICE CEOLIN BARELA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

EXECUCAO DIVERSA

2000.70.00.016006-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDUARDO JOSE KARWOSKI E OUTRO
Adv. : Dr(s). CRISTIANA NAPOLI MADUREIRA DA SILVEIRA

ACAO ORDINARIA

2000.70.00.028035-7 - MATERIAIS DE CONSTRUCAO RAFA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AUREA CRISTHINA DE ALMEIDA CRUZ

AÇÃO MONITÓRIA

2000.70.00.030991-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X EDSON THADEU DA SILVA GODOI
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

ACAO ORDINARIA

2001.70.00.007199-2 - CARLOS ALVES DE ALMEIDA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROCHELI SILVEIRA

AÇÃO MONITÓRIA

2001.70.00.029673-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OSNIR GRABOSKI
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

MANDADO DE SEGURANCA

2001.70.00.037673-0 - VIACAO GRACIOSA LTDA E OUTRO X DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO EM CURITIBA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ALTIVO JOSE SENISKI

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.029237-0 - CARELLI IND QUIMICA LTDA X INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZACAO E QUAL INDAL INMETRO
Adv. : Dr(s). CHARLES MIGUEL DOS SANTOS TAVARES

2002.70.00.030596-0 - RENATO ROBERTO JOHANSSON X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SIDNEI MACHADO

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.034781-3 - FRIEDA OLGA FARKAS ROJAS E OUTRO X DIRETOR GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DO PARANA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE RONALDO CARVALHO SADDI

2002.70.00.035420-9 - ORLANDO STOLF X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.00.035754-5 - JOAO ORESTE DALAZEN E OUTROS X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). FLAVIO ZANETTI DE OLIVEIRA

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.00.042108-9 - DINIZ FRANCISCO TRAIANO X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

ACAO ORDINARIA

2002.70.00.066415-6 - JOSE FRANCISCO RUBIRA GARCIA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIEGO MARTINS CASPARY

2002.70.00.066480-6 - NAIR SAKAGUTI X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

2002.70.00.071158-4 - RICARDO SABCHUK E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JONAS BORGES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.001473-7 - HEDVIRGEM BUBA AZEVEDO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS GULKA

2003.70.00.001474-9 - PROCOPIO LECHETA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS GULKA

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.002101-8 - ADEMAR SOUZA DE FREITAS X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.002575-9 - REGIS JOSE MARQUES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MONICA MARIA MEDEIROS

2003.70.00.002762-8 - JOCELIM FERNANDES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

2003.70.00.007091-1 - RADIO E TELEVISAO ROTIONER LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADRIANA GONÇALVES

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.00.012088-4 - CAL CEM INDUSTRIA DE MINERIOS LTDA E OUTROS X REPRESENTANTE LEGAL DO CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA DA NONA REGIAO
Adv. : Dr(s). RENATO ANTUNES VILLANOVA

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.013346-5 - MUNICIPIO DE MOREIRA SALES X INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ETATISTICA - IBGE E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANDRE CICARELLI DE MELO

EXECUCAO DIVERSA

2003.70.00.021090-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DIOCLECIO JOSE FERREIRA DA SILVA
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.035940-6 - REGINA SAMSEL SUZIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIEGO MARTINS GASPARY

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.052826-5 - CLÁUDIO LUIZ PEREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE JOSE ZAKOVICZ

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.00.058869-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CARMEN LUCIA DA SILVA
Adv. : Dr(s). MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.00.081323-3 - ADALBERTO HERMOGENES AVER E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MITSUYO FUGIMOTO STONOGA

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.00.084034-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NERI MOTA PONCIO
Adv. : Dr(s). CLAUDINEI BELAFRONTE

ACAO ORDINARIA

2003.70.00.084157-5 - DULITA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE MELLO SANTOS

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.000791-9 - BANCO CENTRAL DO BRASIL X WILSON ROBERTO RAITANI E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCILEY DA SILVA GAVIOLI

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.004722-0 - CELSO JUGEND X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADRIANA ARTIGAS SANTOS

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.00.009223-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA ANGELA LAPA BICUDO
Adv. : Dr(s). SUSANA DE FATIMA KALED JOVTEI

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.010725-2 - VALDIR DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOCELINO ALVES DE FREITAS

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.010914-5 - AMAURI SANTOS GOMES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

CARTA PRECATORIA

2004.70.00.013789-0 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT X CATTALINI TRANSPORTES LTDA
Adv. : Dr(s). DENIS NORTON RABY

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.00.016773-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X TALEL YOUSSEF HAMUD
Adv. : Dr(s). GILBERTO MARCHIORO

2004.70.00.017411-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X OLINDA LUIZ COUTINHO
Adv. : Dr(s). RAQUEL CRISTINA BALDO FAGUNDES

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.018443-0 - MANOEL CRISOSTOMO SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO FERNANDO PAULUK

ACAO ORDINARIA

2004.70.00.019537-2 - PEDRO ROCHINSKI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIEGO MARTINS GASPARY

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.00.025973-8 - TATJANA FRUSEWITSCH X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CAMEM IRIS PARELLADA NICOLODI

2004.70.00.028337-6 - VITOLDO WALENIA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIEGO MARTINS GASPARY

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.036034-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARILICE CEOLIN BARELA
Adv. : Dr(s). MARLUS ANTONIO GUSI MAGNINI

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.00.037608-1 - AUTO VIACAO REDENTOR LTDA X PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM CURITIBA
Adv. : Dr(s). ISABEL CRISTINA SZULCZEWSKI

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.00.040944-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO CORREIA RIBEIRO DE MELO E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOÃO ANTONIO GASPAR

CURITIBA, 20 de janeiro de 2005

MARCIA MARIA DIAS COLLIN
DIRETORA DE SECRETARIA

Varas Federais de Campo Mourão

SECRETARIA DA VARA FEDERAL DE CAMPO MOURÃO/PR

BOLETIM NR. 0002/2005

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: Dr. Selmar Saraiva da Silva Filho

==========
No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão:

"1- Intime-se a parte autora para depositar em cartório o rol de testemunhas, haja vista a divergência entre a apresentação de testemunhas às fls. 13 e 43. 2- Designo o dia 15 de março de 2005, às 13h00min, para audiência de tomada do depoimento pessoal do autor e inquirição das testemunhas por ele arroladas, a qual se realizará neste Juízo. Fica o procurador do autor responsável pelo comparecimento deste e das testemunhas ao ato processual."

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.001231-7 - JOSE CARLOS DE SOUZA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS SEVERINO

"1- ...indefiro o pedido de tutela antecipada para que o autor seja mantido na posse do imóvel até o provimento judicial definitivo. (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.003580-9 - LEANDRO MARCOS DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO VANI COSTA

"(...) 3- ...às partes para se manifestarem em 05 (cinco) dias, devendo indicar, querendo, assistentes técnicos e apresentar quesitos (art. 421, § 1º, do CPC). (...)"

ACAO ORDINARIA

2000.70.10.002259-7 - SILVIO CARVALHO CINTRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALVARO MANOEL FURLAN

"...considerando o novo cenário formado em torno dos conflitos entre os contratantes sob as regras do Sistema Financeiro de Habitação, designo audiência de conciliação para o dia 14 de março de 2005, às 15h30m. As partes devem tomar as medidas necessárias de forma a viabilizar eventual composição, apresentando as respectivas propostas por escrito. Ficam os procuradores responsáveis pelo comparecimento de seus mandantes ao ato processual."

ACAO ORDINARIA

2003.70.10.001997-6 - JOSE BRUNO DA SILVA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CATANDUVA SERPA SA, BEATRIZ FONSECA DONATO

"(...) 2- ...intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. (...)"

ACAO ORDINARIA

2001.70.10.000747-3 - CARLOS ALBERTO MENDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADRIANO MICHALCZESZEN CORREIA

"(...) 2 - ...intime-se a parte autora para requerer o que entender pertinente no prazo de 15 (quinze) dias. (...)"

ACAO ORDINARIA

2000.70.10.003140-9 - ALVARO FERREIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LENITA BARTZ GUEDES

2000.70.10.004162-2 - NILSA MARIA SANTOS COSTA COUTINHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADEMIR VIANA PEREIRA

2002.70.10.003744-5 - IZABEL CRISTINA BESSOLI DE OLIVEIRA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADEMIR VIANA PEREIRA

2003.70.10.001204-0 - GERALDO TEIXEIRA DE SOUZA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ADEMIR VIANA PEREIRA

"1- Intime-se parte autora para manifestar-se expressamente sobre o prosseguimento do feito. Prazo: 05 (cinco) dias. (...)"

ACAO ORDINARIA

2000.70.10.003986-0 - JOSE ERNESTO MARTINS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDO CESAR AGUIAR

"1- Intime-se a parte autora para que providencie a regularização do pólo ativo da ação, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias. (...)"

ACAO ORDINARIA

2001.70.10.002475-6 - ADAO MARQUES DE SOUZA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GENI KOSKUR

"1- Recebo o recurso de apelação..., em seu duplo efeito... 2- Intime-se o autor para apresentar contra-razões, no prazo legal. (...)"

ACAO ORDINARIA

2000.70.10.000240-9 - DANIEL BOTI BANDEIRA DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDREY LEGNANI

ACAO CAUTELAR

2000.70.10.000241-0 - DANIEL BOTI BANDEIRA DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANDREY LEGNANI

"(...) 2- Indefiro o pedido de reconsideração/revogação da decisão que concedeu liminarmente a posse do imóvel expropriando ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA... 3- Quanto ao tópico 12 da contestação às fls. 235/258, trata-se o assentamento de procedimento administrativo peculiar, cuja análise de ilegalidades porventura existentes foge ao âmbito desta ação de desapropriação. 4- ...designo, com base no § 3º do art. 6º da Lei Complementar n.º 76/93, o dia 07 de março de 2005, às 15h00min, para realização de audiência de conciliação neste Juízo..."

DESAPROPRIACAO

2000.70.10.001512-0 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X JOAQUIM LOPES
Adv. : Dr(s). EDELSON FERNANDO DA SILVA

"1- Intime-se, novamente, a parte autora para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. (...)"

ACAO ORDINARIA

2002.70.10.004788-8 - ALVINO CLAUDINO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MOSHE LABIAK EVANGELISTA

"1- Intime-se a parte autora para que emende a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, levando-se em conta os seguintes pontos: a) o Tribunal de Contas da União não possui legitimidade para figurar no pólo passivo de ação de conhecimento; b) cabe ao autor providenciar a juntada de todos os documentos que entende necessários ao deslinde da causa, conforme disposto no art. 283, do CPC; devendo a parte autora providenciar cópia do Processo Administrativo que pretende anulação, comprovando documentalmente eventual óbice; c) justificar a necessidade de citação do Ministério Público, como requerido à fl. 14 in fine, pois não vislumbrada situação legalmente prevista (art. 82, CPC). (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.003320-5 - FUAD KFFURI X TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO
Adv. : Dr(s). FRANCISCO GONCALVES ANDREOLI

"1- Intime-se a parte autora para que emende a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, conforme disposto no artigo 284, do CPC, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.003297-3 - JORGE AIRES CAMPELLO DE OLIVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ERALDO LACERDA JUNIOR

"(...) 3- Apresentada defesa, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, devendo, ainda, especificar as provas que pretende produzir, declinando quais fatos jurídicos quer demonstrar com cada modalidade escolhida. Em caso de prova testemunhal, deve o(a) requerente, nessa oportunidade, depositar o respectivo rol, esclarecendo se as testemunhas comparecerão independentemente de intimação, providência que agilizará sobremaneira a instrução do feito. Deverá, também, atentar-se para o número de testemunhas para cada fato que pretende provar, conforme o disposto no parágrafo único, in fine, do art. 407 do CPC. (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.002273-6 - CARLOS IDILBERTO ANTERO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DIRCEU ALBERTO DA SILVA

==========
No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:

"...julgo parcialmente procedente o pedido..."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.10.002062-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO DA SILVA
Adv. : Dr(s). JEFFERSON FERREIRA FIGUEIREDO

==========
Atos de secretaria:
Fica intimada a parte autora da baixa dos autos da Instância Superior, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias.

ACAO ORDINARIA

2000.70.10.000972-6 - RITA ADRIANA DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DIRCEU ALBERTO DA SILVA

2000.70.10.001356-0 - CLARINDA DA SILVA DE ALMEIDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DIRCEU ALBERTO DA SILVA

2000.70.10.003126-4 - USINA DE ACUCAR E ALCOOL GOIOERE LTDA. E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EDILSON JAIR CASAGRANDE

2001.70.10.001472-6 - EDEMAR VASSELEK E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LAZARO DE SOUZA

2003.70.10.001996-4 - ADEMIR VOLPE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ICARO DE OLIVEIRA VOLPE

==========
No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão:

"1- Intime-se a subscritora da petição à fl. 324 para regularizar

a sua representação judicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de desentranhamento. (...)"

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2001.70.10.000060-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X IRACY FERRARI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROBERTA BARCO LOPES

"(...) 2- Indefiro os pedidos de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional e de depósito judicial dos valores referentes às contribuições questionadas. Pelos mesmos fundamentos, e diante dos enunciados das Súmulas n.º 212 do STJ e 45 do TRF da 4ª Região, também indefiro o pedido de compensação imediata dos eventuais créditos da parte autora. 3- Intime-se a parte autora para juntar aos autos comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias questionadas nesta ação, durante todo o período que pretende a restituição/compensação, a fim de comprovar a qualidade de contribuinte. Prazo de 10 (dez) dias. (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.003572-0 - CAMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRAO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUI GHELLERE

"(...) 3- Efetuado o pagamento, intime-se a parte autora para manifestar-se, requerendo o que entender pertinente, no prazo de 15 (quinze) dias. (...)"

ACAO ORDINARIA

2000.70.10.004044-7 - ALCIDES SOARES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IRINEU CHIQUETO JUNIOR

"(...) 2- Oferecida resposta... intime-se a parte autora para apresentar impugnação à contestação. Prazo de 10 (dez) dias. (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.001119-2 - COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADEMAR SILVA DOS SANTOS

"1- Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. (...)"

ACAO ORDINARIA

2001.70.10.000962-7 - ATAIDES GOMES DA ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DAVID CAMARGO

"1- Defiro a substituição de parte requerida às fls. 202/208, com base no art. 43 do CPC... 2- Indefiro, todavia, o pedido de citação de Adair José Teodoro... 3- Com relação ao pedido de produção de prova técnica, defiro-o. Para tanto, nomeio perito: Dr. João Batista Campos... Arbitro o valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais) a título de honorários periciais. (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.000378-0 - JOAIR MENDES PEREIRA JUNIOR E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA
Adv. : Dr(s). EDELSON FERNANDO DA SILVA

"1- Indefiro o pedido formulado à fl. 96, vez que cabe à parte autora apresentar memória discriminada e atualizada do cálculo, conforme art. 604, caput, do CPC. (...)"

ACAO ORDINARIA

2002.70.10.000566-3 - MARIA DO ROSARIO MARTINS DANIEL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EDSON MONTOR OZORIO

2002.70.10.000567-5 - ZENILDA BRITO ALVES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IZABEL APARECIDA FERMIANO DE JESUS MONTOR

==========
Atos de secretaria:
Fica intimada a parte impetrante para retirar a carta precatória expedida, dando-lhe o devido encaminhamento.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.10.002005-3 - UNISERV SERVICOS GERAIS S/C LTDA X PRESIDENTE DA COMISSAO DE LICITACAO DO CEFET/CAMPO MOURAO E OUTROS
Adv. : Dr(s). MAGNA JOELMA VACCARELLI

Fica intimada a parte exeqüente para se manifestar acerca da certidão negativa da Praça/Leilão.

EXECUCAO FISCAL

2001.70.10.000629-8 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X EXINGAS VALDECIR RODRIGUES PEREIRA GAS
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

2003.70.10.002697-0 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X LUIZ HENRIQUE GARRIDO
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

2004.70.10.000431-0 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X EDERSON FIALHO - ME
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

Fica intimada a parte exeqüente para se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça.

EXECUCAO FISCAL

2004.70.10.003087-3 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA X OSVALDO CINTRA
Adv. : Dr(s). BOLESLAU SLIVIANY

2004.70.10.003095-2 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA X MIRIAM PUSCH DE SOUZA
Adv. : Dr(s). BOLESLAU SLIVIANY

2004.70.10.003096-4 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA X FILOMENA ROGOSKI HORNE
Adv. : Dr(s). BOLESLAU SLIVIANY

2004.70.10.003107-5 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA X EDILSON LUIZ DE LIMA
Adv. : Dr(s). BOLESLAU SLIVIANY

==========
No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:

"...Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o acordo firmado pelas partes, nos termos art. 158, parágrafo único do CPC. De conseqüência, julgo extinto o processo, com fulcro no art. 794, II, do CPC..."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.10.002381-8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO OSSAMI KOBAYASHI
Adv. : Dr(s). JURANDI FELIPES, CARLOS AUGUSTO GARCIA

==========
No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão:

"(...) 2- ...não havendo pagamento da dívida exeqüenda ou oferecimento de bens no prazo legal, certifique-se, intimando-se a parte exeqüente a se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.10.000036-4 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X CINTIA VANESSA NERY
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

"(...) 3- ...não havendo oposição de embargos... intime-se a parte exeqüente para se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2004.70.10.001428-4 - CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA -CRQ X CIA. INDUSTRIAL DE AMIDOS E DERIVADOS SAHER LTDA
Adv. : Dr(s). RENATO ANTUNES VILLANOVA

"(...) 4- ...não havendo pagamento/nomeação de bens ou oposição de embargos... intime-se a parte exeqüente para se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2001.70.10.002001-5 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X CONCRECAMPUS COM TUBOS CONC UZINADO LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

"(...) 2- ...intime-se o exeqüente a se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.10.000493-6 - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - CRECI X DENISE KRAVCHYCHYN NUNES
Adv. : Dr(s). ANTONIO LINARES FILHO

"(...) 2- ...intime-se o Conselho Regional de Economia - 6ª Região para se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.10.004010-1 - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA X MARIA HELENA VILELA
Adv. : Dr(s). JACQUELINE ANDREA WENDPAP

"(...) 2- ...intime-se o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA para se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.10.000035-2 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X IVANOR GILSON CASARIN
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

2004.70.10.000038-8 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X C GARCIA E CIA LTDA
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

"(...) 2- ...intime-se o Conselho Regional de Corretores de Imóveis - Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI - 6ª Região/PR para se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2003.70.10.000495-0 - CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - CRECI X LUIZ ARINOS SCABRUNI
Adv. : Dr(s). ANTONIO LINARES FILHO

"(...) 2- ...intime-se o exeqüente para se manifestar acerca da extinção do feito, nos termos do artigo 794, I, do CPC. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.10.002333-4 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X ANTONIO MARCELO DA S SILVEIRA
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

"(...) 2- ...intime-se o Conselho Regional de Farmácia - CRF para se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2001.70.10.002647-9 - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF X FARMACIA E DROGARIA FRANCA LTDA
Adv. : Dr(s). RODRIGO MENEZES

"(...) 4- ...intime-se o exeqüente para requerer o que entender como de direito. Prazo: 05 (cinco) dias."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.10.001631-7 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X TETO IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

"...Defiro parcialmente os pedidos constantes na exceção de pré-executividade de fls. 97-106, para decretar nulos todos os atos praticados no processo, a partir do ato de constrição realizado sobre os bens particulares do co-responsável Itamar Moreira Couto..."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.10.001642-1 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA X ARTEFATOS DE CIMENTO KENNEDY II LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS, JAIR ANTONIO WIEBELLING

"1- Intime-se o executado... para efetuar voluntariamente o pagamento das custas processuais (R$109,67 (cento e nove reais e sessenta e sete centavos), conforme cálculo à folha 59. Prazo: 05 (cinco) dias). (...)"

EXECUCAO FISCAL

2003.70.10.001121-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CLUBE SOCIAL E RECREATIVO 10 DE OUTUBRO
Adv. : Dr(s). LUIZ ALFREDO DA CUNHA BERNARDO

"1- Intime-se a embargante a se manifestar acerca da impugnação apresentada pela embargada, bem como a especificar as provas que pretende produzir, declinando objetivamente sua finalidade. Prazo de 10 (dez) dias. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.10.002193-8 - SIDNEY APARECIDO VIEIRA LOPES E CIA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ISMAEL JOSE DEZANOSKI

2004.70.10.002194-0 - SIDNEY APARECIDO VIEIRA LOPES E CIA LTDA X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ISMAEL JOSE DEZANOSKI

"(...) 3- ...intime-se o exeqüente para se manifestar acerca do prosseguimento do feito. Prazo: 15 (quinze) dias."

EXECUCAO FISCAL

2000.70.10.001465-5 - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA - CRF X V SOUZA & SOUZA LTDA
Adv. : Dr(s). RODRIGO MENEZES

"(...) 3- Após o cumprimento da referida transferência, intime-se a parte exeqüente para se manifestar."

EXECUCAO FISCAL

2002.70.10.004765-7 - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRC X JORGE LUIZ VIGILATO
Adv. : Dr(s). BOLESLAU SLIVIANY

"1- Intime-se o exeqüente para requerer o que entender como de direito. Prazo: 15 (quinze) dias. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2002.70.10.000758-1 - CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA -CRQ X DARLENE LOPES AMARAL OLIVEIRA
Adv. : Dr(s). RENATO ANTUNES VILLANOVA

2002.70.10.004789-0 - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO PARANA X ORG FARM VIEIRA DE CAMPO MOURAO LTDA
Adv. : Dr(s). RODRIGO MENEZES

"1- Intime-se o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2004.70.10.001139-8 - INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDL. - INMETRO X FRANCIS MENDES MONTENEGRO
Adv. : Dr(s). ELIO REZENDE DE OLIVEIRA

"1- Intime-se o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2000.70.10.001753-0 - INST.NAC. DE METROLOGIA, NORMALIZACAO E QUALIDADE INDL. - INMETRO X EXTINGAS - VALDECIR RODRIGUES PEREIRA GAS
Adv. : Dr(s). ELIANE DE LIMA, ADEMAR KENHITI ISSI

"(...) 2- a opção pelo PAES importa em o embargante renunciar ao direito em que se funda a sua oposição de mérito à execução. Assim, intime-se a parte embargante para que requeira expressamente a desistência dos presentes embargos, sob pena de exclusão do PAES. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.10.001625-2 - FELISMINO JOSE DO NASCIMENTO ME X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ISMAEL JOSE DEZANOSKI

"1- Intime-se o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA para se manifestar. Prazo: 15 (quinze) dias. (...)"

EXECUCAO FISCAL

2003.70.10.001243-0 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PARANA - CREA - PR X P.C ALMEIDA - METALURGICA - ME
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

"1- Recebo o recurso de apelação... em seu duplo efeito. 2- Intime-se a parte embargante para, querendo, apresentar contra-razões no prazo legal. (...)"

EMBARGOS A EXECUCAO

2003.70.10.000223-0 - IVONE DA SILVA FRANCA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA AGUIAR

==========
No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença:

"...defiro o pedido de restituição do aparelho celular..."

INCIDENTE DE RESTIT/ COISAS APREENDIDAS

2003.70.10.001259-3 - JEAN CARLO D'ANGELIS X Adv. : Dr(s). PAULO ROBERTO BELO

==========
Atos de secretaria:
Ficam os defensores dos réus intimados da expedição da carta precatória n.º 08/2005, ao Juízo Federal da Vara Federal Criminal de Maringá/PR, para inquirição das testemunhas de acusação e de defesa arroladas pelo réu Ronaldo Sartório: Alexssander Alberto Francalin, Nailson de Carvalho Soares e Paulo César Bandolin; das testemunhas de defesa arroladas pelo réu Jailton Alves Bezerra: Lázaro Almeida de Camargo, Janete Silva de Carlos, Carlos Alexandre Passafaro, João de Souza Bernardino, Maxionilo Roberto de Lima e Rogério Meira Mendonça.

ACAO PENAL

2003.70.10.000951-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X MARCOS ANTONIO NUNES DE MEIRAS E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARCOS C. COSTA DA SILVA, ARISTEU VIEIRA, MARCELO BARROS MENDES, FABIO MASSAO MIYAMOTO NAVARRETE, HUGO FRANCISCO GOMES

==========
No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão:

"...considerando que a decisão proferida pela 2ª Turma do STF ainda não transitou em julgado, pois sujeita a revisão pelo Plenário do Pretório Excelso, sendo incabível, por ora, a extinção da presente execução (com base no art. 267, IV e VI, do CPC), determino a suspensão do presente feito em razão da questão prejudicial ora identificada e arquivamento do processo, provisoriamente, até o trânsito em julgado da decisão rescindenda ou sua reforma..."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2001.70.10.001334-5 - MAURO ZANIN E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AISLAN MIGUEL TIBURCIO

2001.70.10.002220-6 - JESUS EVANGELISTA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOB PERDONCINI

2001.70.10.002676-5 - ELIO FERRAZ SALVADOR E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AISLAN MIGUEL TIBURCIO

"1- ...defiro, em parte, o pedido de tutela antecipada para determinar à TV a Cabo Campo Mourão Ltda que suspenda de imediato a prática de atos atentatórios ao monopólio postal previsto na CF/88, até o trânsito em julgado da sentença a ser proferida nestes autos, paralisando as remessas de objetos (conta/fatura) por meio de empresa não credenciada, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por objeto entregue ou apreendido. (...)"

ACAO ORDINARIA

2005.70.10.000123-3 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT X TV A CABO CAMPO MOURÃO LTDA
Adv. : Dr(s). DANIELE COLOGNI

"1- ...indefiro o pedido formulado na petição às fls. 45-48. 2- Intime-se a parte autora para adequar o valor da causa no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. (...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.10.003171-3 - MARGARETH BERENICE AGUIAR OLIVEIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). CATANDUVA SERPA SA

"1- Recebo o recurso de apelação..., em seu duplo efeito... 2- Intime-se o requerido da sentença (PARCIALMENTE PROCEDENTE), bem como para apresentar contra-razões, no prazo legal. (...)"

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.10.002458-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SANDRA DE SOUZA E OUTRO
Adv. : Dr(s). PAULO VANI COSTA

CAMPO MOURÃO, 19 de janeiro de 2005

Luís Carlos Viana
Diretor de Secretaria
(assinado no original)

Varas Federais de Cascavel

1ª VARA FEDERAL DE CASCAVEL/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 05/2005

Sentenças e Despachos proferidos pela MM. Juíza Federal Substituta Dra. VANESSA DE LAZZARI HOFFMANN.

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... a Secretaria intima a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão retro.'

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.60.10600-0 - DEUCLIDES ANTONIO DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VICENTE DANIEL CAMPAGNARO

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... a Secretaria intima a Caixa Econômica Federal para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o ofício da Receita Federal juntando à fl. 300 e acerca dos documentos juntados às fls. 301/305."

EXECUCAO DIVERSA

96.60.11235-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CONSTRUFORTE GALPOES PRE MOLDADOS E ESTRUTURAS METALICAS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILBERTO FIOR

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Expeçam-se alvará judicial para levantamento dos valores incontroversos. Intimem-se.'

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.05.007492-4 - WALDIR WEBER X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FABIANO JOSE BORDIGNON

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... a Secretaria intima as partes da designação da audiência no juízo deprecado conforme ofício de fl. 254 e oficia ao juízo deprecado solicitando cópia do despacho mencionado no ofício de fl. 245.'

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.002858-5 - ALEX SANDRO DA SILVA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JEFFERSON L.D.FAZZOLARI

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Indefiro o pedido de fl. 106. Intime-se a Caixa Econômica Federal - CEF para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar que efetuou pesquisa de bens passíveis de penhora."

EXECUCAO DIVERSA

97.60.12278-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X L V INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS TUBULARES LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). GILBERTO FIOR

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Apresentada resposta, abra-se vista à parte autora para se manifestar e especificar, justificademente, as provas que pretende produzir. Caso requeira prova testemunhal, apresente, desde logo, o rol respectivo, informando se as testemunhas comparecerão independentemente de intimação. Caso requeira prova pericial, formule, desde logo, os quesitos pertinentes. Prazo de 10 (dez) dias."

JUIZADO ESPECIAL

2004.70.05.005136-9 - LAURA AGUILAR GARCIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE DANTAS LOUREIRO NETO

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.005695-1 - FRANCISCO SMARCZEWSKI e Outro X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JULIANO HUCK MURBACH

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... apresentado o laudo pericial, vista às partes pelo prazo sucessivo de 10 (dez) dias, iniciando-se pela parte autora, inclusive para fins do disposto no parágrafo único do art. 433 do CPC."

ACAO ORDINARIA

2003.70.05.001341-8 - MARTA GERTA BRINCKMANN SCHILLER X BANCO BANESTADO S/A E OUTRO
Adv. : Dr(s). NANCI TEREZINHA ZIMMER

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Quanto à Valéria de Souza Penteado, tendo em vista que não faz jus aos índices deferidos nestes autos, defiro o pedido de fls. 266-268, declarando extinto o processo em relação à referida autora. Intimem-se.... Considerando o conteúdo da petição da Parte Autora de fls. 270/271, intime-se a Caixa Econômica Federal - CEF para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar, esponteneamente, o depósito da diferença de valores quanto aos autores mencionado na referida petição e, ainda, em relação aos honorários advocatícios.'

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.005201-0 - VALDETE LOPES FERREIRA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a satisfação do crédito, no prazo de 30 (trinta) dias."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.007842-1 - JOAO NUNES DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MILTON PIRES MARTINS

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... a Secretaria intima as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se sobre o documento de fls. 144/145."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.004779-5 - ALDO DE MOMI - ESPOLIO e Outros X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). CAROLINE KOVARA SAROLLI VILAR

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
".... a Secretaria intima as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se sobre o documento de fl. 144.'

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.005429-5 - AKIRA MAKIYAMA e Outros X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). CAROLINE KOVARA SAROLLI VILAR

Nos processos abaixo relacionados foi proferida decisão rejeitando os presentes embargos.

ACAO ORDINARIA

2003.70.05.000825-3 - ADEMAR SANTOS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CRISTIANE AGATTI STANOGA

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... Apresentada a resposta... intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias."

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.006117-0 - MARIO DE MATOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MILTON PIRES MARTINS

2004.70.05.006200-8 - ALCIDES ANDRETTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLAUDIO STABILE

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Apresentada a resposta, dê-se vista à parte autora."

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.005385-8 - OTTILIA GRIGOLO FRIEDRICH X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). CLOVIS FELIPE FERNANDES

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
'... a Secretaria intima a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 133/140."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.006912-2 - JURACI TEIXEIRA DE CAMARGO e Outros X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). CLAUDIO STABILE

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Recebo o recurso de apelação interposto pelo Banco Central, em ambos os efeitos. Intime-se a parte autora da apelação para, querendo, contra-arrazoar, no prazo legal."

ACAO ORDINARIA

96.60.10232-1 - AGROPECUARIA AUTOVEL LTDA X BANCO CENTRAL DO BRASIL e Outro
Adv. : Dr(s). ROBERTO WYPYCH JUNIOR

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... a Secretaria intima a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 48/55."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.006307-7 - MARIA LENITA RAMOS e Outros X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). RONIZE FANTIN

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... a Secretaria intima a parte exequente para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 20/27."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.05.005150-3 - JOSE ANGELO PICOLI X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). FELIX ESTEVES RODRIGUES JR.

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... Com a resposta, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da efetiva satisfação do crédito."

ACAO ORDINARIA

97.60.12983-3 - ADEMILSON SOUZA SERAFIM e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e Outro
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

Nos processos abaixo relacionados foi prolatada sentença declarando extinto o processo com base no art. 794, I, do CPC.'

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.008848-7 - FAZENDA NACIONAL. X VIVIANE GILLI
Adv. : Dr(s). MARCO DENILSON MEULAM

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"... Com relação aos
demais exequentes, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para a juntada dos Instrumentos Procuratórios com os poderes para receber e dar quitação. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.006969-9 - CENO JOHANN e Outros X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). LUIZ FERNANDES ROGOWSKI

Nos processos abaixo relacionados foi prolatada sentença indeferindo a petição inicial de julgando extinto o processo sem apreciação do mérito com base no art. 267, IV, do CPC.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.05.006854-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X GILNEI LUIS DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). EDSON RUBENS ANDRADE

2004.70.05.006954-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X REGINA VIOLA
Adv. : Dr(s). EDSON RUBENS ANDRADE

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se a parte autora do item 1 da decisão de fl. 272."
(Quanto à autora Maria de Lourdes Rodrigues Paroli, tendo em vista que não faz jus aos índices deferidos nestes autos (fls. 64), determino sua exclusão sem julgamento de mérito... Intime-se.'

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.005268-0 - MARIA DAS DORES FARIA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

Nos processos abaixo relacionados foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela.

ACAO ORDINARIA

2005.70.05.000258-2 - PRONABEL COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA X AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA - ANVISA
Adv. : Dr(s). LUIZ ANTONIO SILVA

Nos processos abaixo relacionados foi proferido o seguinte despacho:
"Intime-se a parte autora para regularizar sua representação processual, uma vez que a subscritora do mandato de fl. 20 não possui poderes para, isoladamente, outorgar procuração, nos termos da vigésima alteração do contrato social juntado aos autos. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial.'

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.05.000439-6 - AVICOLA PATO BRANCO LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CASCAVEL- PR
Adv. : Dr(s). VIRGILIO CESAR DE MELO

Nos processos abaixo relacionados foi proferida a seguinte decisão:
".... A antecipação dos efeitos da prestação jurisdicional, no todo ou em parte, deve ser requerida nos próprios autos da ação principal. Diante do exposto, intime-se a parte autora para, querendo, emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de adequá-la ao procedimento ordinário. Para no mesmo prazo, querendo, emendar a inicial direcionando a ação contra a União (Fazenda Nacional), uma vez que a Receita Federal não tem personalidade juridica própria, sob pena de indeferimento da inicial. Não havendo manifestação, registrem-se os autos para sentença e voltem conclusos."

ACAO CAUTELAR

2005.70.05.000257-0 - PRONABEL COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA X RECEITA FEDERAL e Outro
Adv. : Dr(s). LUIZ ANTONIO SILVA

Nos processos abaixo relacionados foi prolatada sentença rejeitando os embargos de declaração opostos.

ACAO PENAL

2002.70.05.003771-6 - EUCLIDES GIROLAMO SCALCO X JOSE MARCOS DE ALMEIDA FORMIGHIERI
Adv. : Dr(s). GUSTAVO HENRIQUE DIETRICH

Nos processos abaixo relacionados foi proferida a seguinte decisão:
"... Ante o exposto, indefiro o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela, uma vez que não estão presentes os requisitos ensejadores da medida pois não há prova inequívoca da verossimilhança da alegação da parte autora, cuja prova demanda dilação probatória (depoimento pessoal, testemunhas, perícia). Intime-se. Ainda, indefiro o pedido consubstanciado do item '6' dos requerimentos , uma vez que cabe à parte autora instruir a peça inicial com os documentos indispensáveis à propositura da ação, sendo também seu ônus a prova 'quanto ao fato constitutivo do seu direito', nos termos do art. 283 e 333, I, ambos do CPC. Outrossim, sendo de interesse da parte autora a juntada dos documentos, a ela incumbe as diligências necessárias para trazê-los aos autos, ainda mais quando a obtenção da referida documentação independe de intervenção judicial. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

2005.70.05.000284-3 - ANTONIO ADILSON LECZKO X UNIAO FEDERAL e Outro
Adv. : Dr(s). ADELINO MARCON

Cascavel, 20 de janeiro de 2005.

LISSANDRO F. BUENO
Diretor de Secretaria e.e.

SECRETARIA DA 2ª VARA FEDERAL
DE CASCAVEL - PR
BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 02/2005

DRA. VANESSA DE LAZZARI HOFFMANN
JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando procedente a ação. Outrossim, foi proferido o seguinte despacho: "Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos... Intime-se a parte autora da sentença e para, no prazo legal, apresentar contra-razões..."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.05.003186-3 - DIRCEU STIMER TEIXEIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

2004.70.05.003242-9 - LIVRARIA E PAPELARIA TROPICAL LTDA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferida(s) sentença(s) julgando extinta(s) a(s) execução(ões) face pagamento do débito.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.60.12937-1 - BENVENUTTI RODRIGUES MARTINS e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DARCI HEERDT

98.60.13187-2 - IVO LUIS ROYER e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DARCI HEERDT

2000.70.05.006221-0 - BENJAMIM DE BASTIANI e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELZI MARCILIO VIEIRA FILHO

2001.70.05.001983-7 - NASCIMENTO PEREIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

Nos termos do Povimento nº 05, de 20/06/03, do Juiz Corregedor-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, c/c a Ordem de Serviço nº 01 de 10/05/01 e Portarias nº 01/00 de 23/02/2000 e nº 01/01 de 22/06/01 , expedidas pelo Excelentíssimo Juiz da 2ª Vara desta Circunscrição Judiciária, a Secretaria intima a parte autora p/ se manifestar acerca do prosseguimento do feito, tendo em vista o decurso do prazo de suspensão deferido.

ACAO ORDINARIA

97.60.12124-7 - PEDRO MESSIAS e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e Outro
Adv. : Dr(s). SYRLEI APARECIDA LUIZ PREZOTTO

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

98.60.11802-7 - ROSANGELA NUNES FELIPE e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO ANILTO PADIAL

98.60.11814-0 - VALDIR PEDROSO e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO ANILTO PADIAL

ACAO ORDINARIA

2001.70.05.002577-1 - JOSE ADORI DE JESUS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferida(s) decisão(ões) acolhendo a impugnação ao valor da causa."

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.001689-8 - ALLAN CEZAR FARIA ARAUJO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA MOROTTI ALVES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferida(s) decisão(ões) desacolhendo a impugnação ao pedido de assistência judiciária gratuita.

IMPUGNACAO A PEDIDO DE ASSISTENCIA JUDIC

2004.70.05.004840-1 - UNIAO FEDERAL X JOAO MANOEL DA SILVEIRA
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO TANURI MENDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação. Outrossim, foi proferido o seguinte despacho: "Recebo o recurso de apelação em ambos os efeitos... Intime-se a parte apelada da sentença e para, no prazo legal, apresentar contra-razões..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.05.003525-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X RAUL ARNOLDO JARABIZA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO ANILTO PADIAL

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferida(s) decisão(ões) julgando improcedentes os embargos monitórios.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.05.004242-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERGIO DIAS
Adv. : Dr(s). EDSON RUBENS ANDRADE, MARCOS ANDRE MARCA

Nos termos do Provimento n°05/03, de 29/11/99, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, intime-se o interessado do desarquivamento dos au tos. Dê-se vista pelo prazo de 5 dias. Após,em nada sendo requerido, retornem os autos aos arquivos.

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.001332-0 - SERGIO PAULO CORDEIRO GONCALVES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ORIVAL C. DE SIQUEIRA JR., JULIANE BUBLITZ FERREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "...Cumprida a diligência, intimem-se os autores para requererem o que for de direito , no prazo de 15 dias.

ACAO ORDINARIA

97.60.11835-1 - SEBASTIAO DA CUNHA e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e Outro
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "Concedo o prazo requerido. Intime(m)-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.005174-1 - CRECILDE TREVISAN SACCON e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

2000.70.05.005182-0 - ISABEL APARECIDA MONTEIRO e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

2000.70.05.005254-0 - ROZANGELA MARIA CASAGRANDE GOLFETTO e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EUCLIDES EUDES PANAZZOLO

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.05.006494-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CERLI APARECIDA DOS SANTOS DE SOUZA
Adv. : Dr(s). GILBERTO FIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Recebo o petitório de fls. (...) como agravo, devendo o mesmo permanecer retido nos autos.
2. Intimem-se o(s) Agravado(s) para resposta.
3. Após, voltem os autos conclusos para eventual juízo de retratação."

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.004683-0 - HOSPITAL NOSSA SENHORA CONSOLATA LTDA e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DIETER MICHAEL SEYDOTH

2004.70.05.004684-2 - ARTIDORO BALAZERO MORAL e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DIETER MICHAEL SEYDOTH

2004.70.05.004685-4 - ARTIDORO BALAZERO MORAL e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DIETER MICHAEL SEYDOTH

Nos termos do Povimento nº 05, de 20/06/2003, da Corregedoria-Geral da JustiçaFederal da 4ª Região c/c Odrem de Serviço nº01, de 10/05/01 e Portaria nº 01/2000, de 23/02/2000, 01/2001, de 22/06/2001, expedidas pelo Excelentíssimo Juiz da 2ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, a Secretaria: intima a(o) Exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do prosseguimento da execução, tendo em vista decurso de prazo sem bloqueio de saldo em conta-corrente e/ou aplicação financeira através do convênio BACENJUD.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.05.008561-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL X DANIELI CRISTINA SAORIN HUBER
Adv. : Dr(s). GILBERTO FIOR

Nos termos do Povimento nº 05, de 20/06/2003, da Corregedoria-Geral da JustiçaFederal da 4ª Região c/c Odrem de Serviço nº01, de 10/05/01 e Portaria nº 01/2000, de 23/02/2000, 01/2001, de 22/06/2001, expedidas pelo Excelentíssimo Juiz da 2ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, a Secretaria: intima a parte autora para se manifestar sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), bem como para especificar, de forma justificada, as provas que pretende produzir. Prazo de 10 (dez) dias. Após(...)"

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.005274-0 - MARCOS CARNEIRO BONAFE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "...Apresentanda a contestação, caso sejam formulados preliminares ou deduzidos os fatos mencionados no art. 326 do CPC, ou, ainda, juntados novos documentos, dê-se vista à parte autora para se manifestar, no prazo de dez dias...

ACAO ORDINARIA

2004.70.05.004577-1 - ENEAS TITO DA SILVA FILHO e Outros X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO TANURI MENDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "Concedo à CEF o prazo de 15 (quinze) dias para cumprir integralmente a determinação de fl. 77, demonstrando nos autos se o réu vem adimplindo as parcelas do financiamento, bem como o número de parcelas pagas e qual o montante das mesmas. Intime-se."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.05.005901-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JURANDIR PAULO HALABURA
Adv. : Dr(s). EDSON RUBENS ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "Acerca da alegação da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, de fls. 227/228, manifeste-se o exeqüente. Prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2000.70.05.001935-3 - JOSE CARLOS BRASILINO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) de embargos à execução abaixo-relacionado(s) foi(foram) proferida(s) sentença(s) julgando parcialmente procedentes os pedidos.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.05.004418-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ ARCONTI
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Defiro o benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 4º da Lei nº 1.060/50.
2. Intime-se a autora para promover a inclusão da CEF no pólo passivo, requerendo a citação da mesma. Prazo: 10 (dez) dias.
3. Cumprida a diligência, cite-se a Caixa Econômica Federal para, querendo, apresentar resposta no prazo legal.
4. Apresentada a contestação, dê-se vista à parte autora para se manifestar, no prazo de dez dias.
5. Ao final, não vislumbrando a necessidade de produção de outras provas, voltem os autos conclusos para julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.05.006597-6 - ROSA SCHIMILOUSKI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIR ANTONIO WIEBELLING

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando parcialmente procedente os Embargos. Outrossim, foi proferido o seguinte despacho: "Recebo o recurso de apelação no efeito devolutivo... Intime-se a parte autora da sentença e para, no prazo legal, apresentar contra-razões..."

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.05.004686-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIANNE SUMIRE HIROKI
Adv. : Dr(s). EDUARDO OLEINIK

2004.70.05.004743-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA TERESINHA DUCATI COVATTI
Adv. : Dr(s). AMELIO SCARAVONATTI

2004.70.05.004910-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ERNESTO WINTER E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA MOROTTI ALVES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. A prova pericial apresenta-se necessária. Para tanto, nomeio para atuar como Perito do Juízo o Sr. Luiz Antônio Manso Vieira, com endereço na Rua da Bandeira, nº 889, fone (45) 223-3656, nesta cidade.

2. As partes deverão fornecer ao perito todos os dados e documentos que este requerer, sem a necessidade de intermediação deste Juízo.

3. Observe a Secretaria as seguintes determinações de acordo com a ordem disposta:
a) intimem-se as partes para, no prazo de cinco dias, querendo, indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos;
b)(...)"

ACAO ORDINARIA

2002.70.05.010343-9 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA X LUIZ CALDATO S/A INDUSTRIA DE MADEIRAS E OUTROS
Adv. : Dr(s). PAULO MACARINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Indefiro o pedido de intimação da CEF para cumprimento espontâneo, uma vez que cabe ao credor promover adequadamente sua pretensão executória.
2. Para tanto, considerando que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL já trouxe aos autos os extratos das contas vinculadas (fls. 306/307), concedo o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
3. Intime-se."

ACAO ORDINARIA

97.60.11840-8 - FRANCISCA MACIEL DE ALENCAR e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF e Outro
Adv. : Dr(s). JOAO PEREIRA DA SILVA JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Tendo em vista o teor do ofício de fls. 222/223, revogo o despacho de fl. 221.
2. Dos documentos trazidos dê-se vista aos credores para requererem o que for de direito, em 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento."

ACAO ORDINARIA

2000.70.05.005061-0 - JUSTINO SCHMOLLER e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NEUSA LANZARINI DA ROSA

Nos termos do Povimento nº 05, de 20/06/2003, da Corregedoria-Geral da JustiçaFederal da 4ª Região c/c Odrem de Serviço nº01, de 10/05/01 e Portaria nº 01/2000, de 23/02/2000, 01/2001, de 22/06/2001, expedidas pelo Excelentíssimo Juiz da 2ª Vara Federal desta Subseção Judiciária, a Secretaria: intima a(o) Exeqüente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do prosseguimento da execução, tendo em vista o bloqueio de conta(s) através do convênio BACENJUD com saldo zero.

EXECUCAO DIVERSA

96.60.11163-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO JUVENCIO DE OLIVEIRA e Outro
Adv. : Dr(s). GILBERTO FIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Deixo de receber o recurso de fls. 129/133, posto que a apelação não é o recurso cabível para fins de reforma de decisão interlocutória. Saliento que não é aplicável ao caso o princípio da fungibilidade.
2. Decorrido o prazo, certifique-se e cumpra-se a parte final da referida decisão."

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2004.70.05.004476-6 - UNIAO FEDERAL X ANTONIO CARLOS BORGES FERNANDES E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO TANURI MENDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Tendo em vista a concordância manifestada pelos demais Réus, homologo o pedido de desistência manifestado pelos Autores, em relação ao Banco do Brasil, nos termos do art. 267, VIII do CPC. Retifique-se na Distribuição, excluindo o Banco do Brasil do pólo passivo.
2. Após, cumpra-se o despacho de fl. 375, a partir do item "5"."
Outrossim, o despacho de fl. 375, item "5", tem o seguinte teor:
"Apresentadas as contestações, caso sejam formuladas preliminares ou deduzidos os fatos mencionados no art. 326 do CPC, ou, ainda, juntados novos documentos, dê-se vista à parte autora para se manifestar, no prazo de dez dias."
6.

ACAO ORDINARIA

2003.70.05.010192-7 - GILBERTO DE OLIVEIRA BRUNGHELI e Outros X UNIAO FEDERAL e Outro
Adv. : Dr(s). ALTAIR MACHADO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Considerando o teor da manifestação de fl. 288-verso, intime-se o Banestado para apresentar proposta concreta de acordo no prazo de 30 (trinta) dias.
2. Apresentada a proposta, dê-se vista aos autores e à CEF, pelo prazo sucessivo de 10 (dez) dias.
3. Caso contrário, venham os autos conclusos para sentença."

ACAO ORDINARIA

2002.70.05.005315-1 - CLAUDIO DE SOUZA ROCHA X BANCO DO ESTADO DO PARANA S/A - CREDITO IMOBILIARIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCIO ROGERIO DEPOLLI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s)

o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Deixo de receber o recurso de fls. 65/68, posto que a apelação não é o recurso cabível para fins de reforma de decisão interlocutória. Saliento que não é aplicável ao caso o princípio da fungibilidade.
2. Decorrido o prazo, certifique-se e cumpra-se a parte final da referida decisão.

IMPUGNACAO AO VALOR DA CAUSA

2004.70.05.004472-9 - UNIAO FEDERAL X VALDIR FERNANDES LEAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO TANURI MENDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Indefiro o requerimento retro, no que diz respeito a PEDRO SANTO BENETTI, uma vez que este não integra o pólo ativo da execução.
2. Indefiro também o requerimento em relação aos demais, uma vez que a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL já apresentou comprovante da disponibilização dos créditos (fl. 306). Cabe à parte adversa demonstrar concretamente eventual inidoneidade do documento. Intime-se.
3. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para sentença.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

1999.70.05.003436-2 - ORIVAL MORAIS GONCALVES e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EDISON DE SOUZA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "1. Mantenho a decisão de fl(s). ... por seus próprios fundamentos. Intime(m)-se.
2. Após, aguarde-se o encerramento definitivo dos embargos à execução."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.05.009088-3 - JOAQUIM PEDRO LOPES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JAIME AIRTON HANAUER

2003.70.05.009738-9 - RUBENS SCHWALEMBERG X CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Adv. : Dr(s). RODRIGO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "Ante o contido no ofício retro, CANCELO a audiência designada à fl. 56 e determino seja deprecada à Justiça Federal em Maringá/PR a inquirição da testemunha arrolada pela acusação, fixando-se o prazo de 60 dias. 2.Outrossim, adite-se a deprecata expedida à fl. 57. Outrossim, foi ainda expedido Carta Precatória nº 01/05 à Justiça Federal em Maringá/PR para a inquirição da testemunha arrolada pela acusação, devendo as partes cientificarem-se perante o douto Juízo deprecado acerca da data a ser designada p/ referida audiência.

ACAO PENAL

2004.70.05.003548-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X NILSON BARBOSA
Adv. : Dr(s). JACOB R VALENTIN

Nos termos do Provimento n°05/03, da Corregedoria-Geral da Justica Federal da 4º Regiao, c/c Portaria nº 01, de 22/06/2001, desta Vara Federal, tendo em vista o retorno dos autos da Instancia Superior, e independentemente de despacho do juiz, intimem-se as partes para requererem o que de direito, no prazo de 30 dias. Após, em nada sendo requerido, arquivem-se mediante baixa na Distribuição."

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.05.001352-2 - POLICLINICA DOIS VIZINHOS LTDA X GERENTE EXECUTIVO DO INSS DE CASCAVEL - PR e Outros
Adv. : Dr(s). GETULIO LADISLAU RODRIGUES

2003.70.05.009679-8 - ECO PROCESSAMENTO E ASSESSORIA CONTABIL S/C LTDA X UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
Adv. : Dr(s). ITAMAR MARCOS DE OLIVEIRA

2004.70.05.000968-7 - LEONIR ANTONIO FELINI X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CASCAVEL
Adv. : Dr(s). SABRINA NASCHENWENG DUTRA DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "Ante o contido no ofício de fls. 42/45, o qual noticia a reiteração criminosa por parte do réu ROBSON ANASTÁCIO DE ANDRADE, revogo o benefício da suspensão condicional do processo concedida ao mesmo, com fundamento no art. 89, § 3º, da Lei nº 9.099/95. 2.Nesse aspecto, depreque-se à Justiça Federal em Foz do Iguaçu/PR a intimação do réu acerca desta decisão, a realização de seu interrogatório, bem como a intimação do seu defensor para a apresentação de defesa prévia no prazo legal.

ACAO PENAL

2003.70.05.007052-9 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ROBSON ANASTACIO DE ANDRADE
Adv. : Dr(s). EUCLIDES MEZZOMO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despach(s): "À DEFESA para os fins do artigo 500 do Código de Processo Penal. Intime(m)-se".

ACAO PENAL

2003.70.05.000360-7 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X MARIO FERNANDO CORTES DE FIGUEIREDO, MARINES LUIZA GUERRA DOTTO
Adv. : Dr(s). LAURI DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s) seguinte(s) despacho(s): "Indefiro o requerimento efetuado pelos indiciados às fls. 21/28, uma vez que as representações fiscais, concernentes à presente investigação, encontram-se pendentes de decisão, não havendo, portanto, prova de que o pedido de parcelamento foi deferido...

INQUERITO

2004.70.05.000701-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X
Adv. : Dr(s). EVERTON BOGONI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferido(s) o(s)seguinte(s) despacho(s): "l. Recebo os presente embargos, suspendendo o processo de execução, cujos autos estão apensados. 2. Intime(m)-se o(s) Embargado(s) para, querendo, impugná-los no prazo legal. 3. Havendo discordância, ou não havendo manifestação por parte do(s) Embargado(s) , remetam-se os autos à Contadoria do Juízo para apuração do valor devido nos termos do julgado e de acordo com as normas padronizadas da Justiça Federal. Após, retornem-me conclusos para sentença. 4. Havendo concordância, retornem-me conclusos para sentença.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.05.005751-7 - UNIAO FEDERAL X EMERVAL DE JESUS E OUTRO
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO TANURI MENDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(foram) proferida(s) decisão(ões) indeferindo a liminar pleiteada.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.05.006944-1 - SUPERMERCADO RUZZA LTDA X DELEGADO DE RECEITA FEDERAL EM CASCAVEL/PR
Adv. : Dr(s). CARLOS JOSE DAL PIVA

Nos termos do Povimento nº 05, de 20/06/03, do Juiz Corregedor-Geral da Justiça Federal da 4ª Região, c/c a Ordem de Serviço nº 01, de 10/05/01 e Portarias nº 01/2000, de 23/02/2000 e nº 01/01 de 22/06/01 , desta Vara Federal, e independentemente de deapcho do Juiz, a Secretaria intima a Impetrante para providenciar documento original da fl. 43.

MANDADO DE SEGURANCA

2005.70.05.000437-2 - GEANFRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CASCAVEL-PR
Adv. : Dr(s). EDER WAINE CUARELI

CASCAVEL, 20 de janeiro de 2005

Jacir Alberto Rohde
Diretor de Secretaria e.e

**3ª VARA FEDERAL e JUIZADO ESPECIAL FEDERAL CÍVEL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CASCAVEL
EDITAL DE CITAÇÃO Nº 001/2005
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS**

AUTOS DE EXECUÇÃO FISCAL Nº **2003.70.05.002264-0**

EXEQÜENTE: **FAZENDA NACIONAL**

EXECUTADO(A-S): **ELLOS MADEIRAS LTDA E OUTROS**

FINALIDADE: CITAÇÃO da **empresa** supracitada, na pessoa de seu(ua) responsável(is) tributário(s), Sr(s). **MOACIR LUIZ SAPELLI - CPF 624.759.599-91,** o(a) qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05(cinco) dias, contados após o prazo deste edital, efetue o pagamento de **R$ 15.578,79 (quinze mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e nove centavos)**, atualizado até **06/2004**, mais acréscimos legais, ou no mesmo prazo garanta a(s) execução(ões), nos termos do art. 9º da Lei nº 6.830/80, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da(s) execução(ões).

NATUREZA DA(S) DÍVIDA(S): Tributária(s), conforme Certidão(ões) de Dívida(s) Ativa(s) nº(s) 90.4.02.005779-20 e 90.4.02.005780-63, inscrita(s) em 31/03/2003.

SEDE DO JUÍZO: Rua Paraná, 2.767, 1º andar, CEP 85.812-011, Centro – Fone (0xx45)225-4983 – E-mail: prcas03sec@jfpr.gov.br – Cascavel/PR.

Cascavel, Estado do Paraná, aos 21 de janeiro de 2005. Eu ___, Leandro Freire Borgo, o digitei e eu, ____, Felini de Oliveira Wanderley, Diretor de Secretaria, conferi.

SUANE MOREIRA OLIVEIRA
Juíza Federal Substituta

Varas Federais de Jacarezinho

**SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JACAREZINHO
VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO
JUÍZA FEDERAL:
DRA. BIANCA GEORGIA CRUZ ARENHART
BOLETIM Nº 04/05**

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, bem como do(a) despacho/decisão/sentença anterior (com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo), nos seguintes termos:

" ... julgo extinta a presente execução, conforme artigo 267, inciso IV, c.c. artigo 583 e 598 do CPC. Custas "ex lege". Fixo honorários à Fazenda em R$ 50,00 (cinqüenta reais), salvo se beneficiário da Justiça Gratuita. R.P.I. Transitando em julgado, arquivem-se."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.001396-8 - CARLOS ALBERTO GONCALVES DE PAULA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE GLAUCO CARULA, CARLOS ALBERTO BIAGGI

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.001400-6 - SEBASTIAO DARCI DE OLIVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCOS HENRIQUE MENDES VILELA, VALDERI MENDES VILELA

2004.70.13.001401-8 - ADAO PAULO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE FERNANDES DA SILVA

2004.70.13.001402-0 - ROSANA BARRETO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CATIA REGINA REZENDE FONSECA

2004.70.13.001403-1 - LEONARDO ADRIANO NETO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCIO ANDRE KAMMERS, RICARDO DALLER FILHO, JOSEMAR CAETANO

2004.70.13.001404-3 - APARECIDO FRANCISCO DE OLIVEIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS PEREIRA, JOSE DOUGLAS PINILHA MONTOYA

2004.70.13.001405-5 - ANTONIO DIAS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE FERNANDES DA SILVA

2004.70.13.001418-3 - ADEMIR NELSON DE ANDRADE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VANOIL ALVES DE ALMEIDA, MOACIR ALVES DE ALMEIDA

2004.70.13.001419-5 - AMADO DE MORAES LIMA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ADMIR IRACY VILELA

2004.70.13.001420-1 - BENEDITO PEREIRA DA ROCHA - ESPOLIO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ELISANGELA ZAVA RIBEIRO, LUCIANA REGINA RIBEIRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, bem como do(a) despacho/decisão/sentença anterior (com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo), nos seguintes termos:

" ... INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e julgo extinta a presente execução, com fulcro nos artigos 295, inciso V, e 267, inciso IV, em liame com o artig 598, todos do Código de Processo Civil. Custas pagas. Sem honorários. Desde já, autorizo o desentranhamento, às expensas da CEF, dos documentos que acompanharam a petição inicial, mediante substituição por fotocópias autenticadas e recibo nos autos. Registre-se. Publique-se. Intime-se."

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.13.001350-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADILSON ZAGO
Adv. : Dr(s). LUCIANA VEIGA CAIRES, SEBASTIÃO SEIJE TOKUNAGA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, em cumprimento ao item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.13.000208-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VENCESLAU PADEIGIS E OUTRO
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS, WALDEMAR PADEIGIS, WALDEMIR PADEIGIS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) exeqüente(CEF) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, bem como para dar prosseguimento ao feito (inciso XI do artigo 206 do Provimento nº 05/2003, da Corregedoria-Geral do TRF-4ª Região), em cumprimento ao item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.13.000641-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOSE CARLOS CORAZZA
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DIAS NETO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.13.000830-4 - JACIR FRANCISCO DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANGELA DE SOUZA MARTINS TEIXEIRA MARINHO, PEDRO VINHA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, bem como do(a) despacho/decisão/sentença anterior (com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo), nos seguintes termos:

"1. Defiro a suspensão do feito por 180 (cento e oitenta) dias.
2. Decorrido o prazo, dê-se vista à CEF para requerer o que for de seu interesse no prosseguimento do feito. ..."

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.13.000834-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X COMERCIAL DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO JOELTON LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DIAS NETO

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.13.000949-7 - MARIO CESAR PADILHA, CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS DIAS NETO

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica a parte embargada intimada acerca dos cálculos realizados (fls. 56/57 dos autos) com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.13.000289-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DORIVAL TEODORO RIBEIRO
Adv. : Dr(s). MARIO JOSE RAMOS GANDARA

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a parte executada(CEF) intimada da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.000906-0 - CAROLINA GULINELI DAVID E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). GILBERTO GEMIN DA SILVA

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.13.000907-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CAROLINA GULINELI DAVID E OUTROS
Adv. : Dr(s). ELINTON BORGES ZANSAVIO DA SILVA

2004.70.13.000932-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA VITORIA FRIGERI DAVID E OUTRO
Adv. : Dr(s). ELINTON BORGES ZANSAVIO DA SILVA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.000933-3 - MARIA VITORIA FRIGERI DAVID E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ELINTON BORGES ZANSAVIO DA SILVA, GILBERTO GEMIN DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) exeqüente intimada da nomeação de bens à penhora, depósito do valor devido, não oposição de embargos pelo devedor, conforme inciso XXIII do artigo 206 do Provimento nº 05, da Corregedoria-Geral do TRF-4ª Região, e em cumprimento ao item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

ACAO ORDINARIA

2004.70.13.000035-4 - ANTONIO MATIAS e Outros X UNIAO FEDERAL e Outro
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO FERREIRA

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) exeqüente intimada acerca da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, conforme determinado pelo inciso XXI do artigo 206 do Provimento nº 05, da Corregedoria-Geral do TRF-4ª Região, e em cumprimento ao item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.13.000221-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JORACY MARIA QUEIROZ PEREIRA
Adv. : Dr(s). LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO
==========
==========

JACAREZINHO, 19 de janeiro de 2005.

Daniel Addor Silva
Diretor de Secretaria

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JACAREZINHO
VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO
JUÍZA FEDERAL:
DRA. BIANCA GEORGIA CRUZ ARENHART
BOLETIM Nº 05/05

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho (inaugurada em 04.11.2004) e da sentença prolatada (tudo com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.001421-3 - ALECIO POSSINELLI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS ALVES FERREIRA E SILVA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.001422-5 - VALTER BARRETO SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RICARDO DALLER FILHO, JOÃO GARBELINI NETO

2004.70.13.001423-7 - EDUCANDARIO SANTA ISABEL E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JEAN CARLOS STORER, LUIS FERNANDO BIAGGI JUNIOR

2004.70.13.001424-9 - CELSO ZEFERINO NUNES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLITO THOME DA SILVA JUNIOR

2004.70.13.001425-0 - IVO HARUO ARAI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CATIA REGINA REZENDE FONSECA

2004.70.13.001426-2 - NATALINO AMADO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VALDERI MENDES VILELA

2004.70.13.001427-4 - AUTO MOTO ESCOLA VEROTRAN SC LTDA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIO JOSE RAMOS GANDARA

2004.70.13.001428-6 - AIRTON CANDIDO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLITO THOME DA SILVA JUNIOR, CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

2004.70.13.001429-8 - AGROPECUARIA NOMURA LTDA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ILMO TRISTAO BARBOSA, MACIEL TRISTAO BARBOSA

2004.70.13.001430-4 - HERMANN HOFFMANN - ESPOLIO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON ANTONIO FOGACA

2004.70.13.001431-6 - JANE LUCIA DE ANDRADE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). AIRTON ANTONIO FOGACA

2004.70.13.001432-8 - JOSE PAULO RODRIGUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). DINARTE BITTENCOURT

2004.70.13.001433-0 - AUGUSTO FERREIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RAUL DE OLIVEIRA

2004.70.13.001438-9 - ORLANDO LO TURCO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CARLITO THOME DA SILVA JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) autora/exeqüente intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do oficial de justiça (conforme inciso XXI do artigo 206 do Provimento nº 05, da Corregedoria-Geral do TRF-4ª Região, e em cumprimento ao item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.13.000232-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X FABRICIO MORENO
Adv. : Dr(s). RENATO DOMINGUES BRITO

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) autora/exeqüente intimada a apresentar contrafé em número suficiente para a citação do(s) réu(s), conforme determinado pelo inciso II do artigo 206 do Provimento nº 05, da Corregedoria-Geral do TRF-4ª Região, e em cumprimento ao item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.13.000793-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIS EDUARDO ALCANTARA MADUREIRA
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN, FRANCO ANDREY FICAGNA, WILLIAN MODESTO DE OLIVEIRA

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da do (a) despacho/decisão/sentença (tudo com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo), nos seguintes termos:

" ... 3. ... indefiro a antecipação. Intimem-se. 4. ... tenho por bem conceder vista ao Ministério Público Federal para que se manifeste, sobre todo o rito e seu seguimento. Intimem-se. Após, voltem conclusos."

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

2004.70.13.000816-0 - IDS - INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E OUTRO X OURINHOS ENERGIA SA - OESA E OUTRO
Adv. : Dr(s). ALBERTO CONTAR, DANIELA MARI WERKHAUSER

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da do (a) despacho/decisão/sentença (tudo com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo), nos seguintes termos:

"1. Recebo os embargos, suspendendo a execução. 2. Ao embargado para, querendo, impugnar, no prazo de 10 (dez) dias. 3. Traslade-se cópia desta decisão para os autos de execução de sentença 2004.70.13.000901-1."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.000901-1 - MARIA GONCALVES E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROGERIO BUENO ELIAS, DARLI BARBOSA

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.13.000902-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA GONCALVES e Outro
Adv. : Dr(s). DARLI BARBOSA

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho, inaugurada em 04.11.2004, bem como do(a) despacho/decisão/sentença anterior (com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo), nos seguintes termos:

" ... 3. Diante do exposto, em face da inexistência de título executivo, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL das fls. 323 e 324 e julgo extinta a ação de execução promovida em desfavor do BACEN pelos autores TUFIK KAIRALLA e LEILA KAIRALLA, o que faço com fulcro nos artigos 295, parágrafo único, inciso III, e 267, inciso I, em liame com os artigos 583 e 598, todos do Código de Processo Civil. Sem custas na execução. Sem honorários, pois não houve citação do BACEN. 4. Concedo aos autores o prazo de 10 (dez) dias para que eles, espontaneamente, efetuem o pagamento dos honorários advocatícios cobrados pela CEF mediante a petição das fls. 306 a 307, que devem ser atualizados, sob pena de ser determinada a execução forçada, com a conseqüente expedição de carta precatória para a realização dos atos executivos. Registre-se. Publique-se. Intimem-se os autores."

ACAO ORDINARIA

2004.70.13.001374-9 - TUFIK KAIRALLA E OUTRO X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTROS
Adv. : Dr(s). VIRGILIO AUGUSTO VALENTINI, JEFFERSON LUIS MATHIAS THOME, EDERALDO SOARES

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho (inaugurada em 04.11.2004), bem como para que a Drª. Monica regularize sua representação processual, tudo com fulcro no item 1.4.2 da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

ACAO ORDINARIA

2004.70.13.001434-1 - SERGIO HUNGARO e Outros X UNIAO FEDERAL e Outro
Adv. : Dr(s). CARLOS ROBERTO FERREIRA

==========

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) da redistribuição dos autos para esta Vara Federal de Jacarezinho (inaugurada em 04.11.2004), bem como do retorno dos autos a instância superior (item XXVII do artigo 206 do Provimento nº 05/2003, da Corregedoria-Geral do TRF-4ª Região), tudo em cumprimento ao item 1.4.2. da Portaria nº 01, de 11.11.2004, deste Juízo.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.13.001435-3 - OTAVIANO BALDUINO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDSON LUIZ DE FREITAS
==========
==========

JACAREZINHO, 19 de janeiro de 2005.

Daniel Addor Silva
Diretor de Secretaria

Varas Federais de Londrina

SECRETARIA DA PRLON01

Boletim de Intimação nº 010/2005

DESPACHOS / DECISÕES / EXPEDIENTES PROFERIDOS/ AUTORIZADOS PELO MM. JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE LONDRINA.

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 3 Cumprido o item 1, abra-se vista a parte autora por 30 (trinta) dias. Não havendo manifestação no prazo consignado, reputar-se-á cumprida espontaneamente a obrigação emanada do julgado.
4 - Em relação aos Autores Abimael Bueno Camargo, José Aparecido Marinho e Geraldo Monteiro Primo, ante a ausência de impugnação expressa com relação aos créditos efetuados pela CEF, reputo cumprida espontaneamente a obrigação emanada do julgado.
6 - Por derradeiro, nada sendo requerido, arquivem-se(...)."

ACAO ORDINARIA

96.20.14417-1 - ABIMAEL BUENO CAMARGO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TIRONE CARDOSO DE AGUIAR

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" I - Ante a solicitação da petição das fls. 17/18, concedo prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento do despacho à fl. 16."

ACAO ORDINARIA

2004.70.01.007614-8 - MARIO MASSANORI YAIRO e Outros X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ APARECIDO COSTA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 2. Defiro o pedido de desentranhamento formulado às fl. 327. À Secretaria para desentranhar os documentos das fls. 07/10, substituindo-os pelas cópias anexas à contra-capa , entregando-os ao subscritor da referida petição, mediante recibo nos autos."

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.01.027673-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X JOAO GARCIA DE ANDRADE E OUTROS
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 2. Atendido o item anterior, dê-se vista dos autos à Autora, em igual prazo ao acima concedido.
3. Após, havendo concordância ou nada sendo requerido, reputar-se-á cumprida a obrigação emanada do julgado em relação à ELISA HTSUMI T. YAMAMOTO. Neste caso, arquivem-se os autos."

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.001928-8 - ELISA HATSUMI TOKUSHIMA YAMAMOTO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDREA FERNANDES ARAUJO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" (...) indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.
Acolho como valor da causa o mencionado na planilha da fl. 45 (...).
Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1060/50.

ACAO ORDINARIA

2004.70.01.011512-9 - GERALDO CANDIDO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DENISE KAMINAGAKURA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" Ante o exposto, indefiro a liminar pleiteada."

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.01.011318-2 - COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). NESTOR FRESCHI FERREIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:"1. (...), entendo despicienda a referida homologação em relação aos Autores JOAO MARIA FRAGOSO, SEBASTIÃO TERTULIANO DOS SANTOS, JOAO DE MARIA DA SILVA, RITA APARECIDA DA SILVA, ANTONIO CARLOS DE CARVALHO e CLAUDENILSON MAIA, ante a total ausência de interesse, tanto da parte autora, quanto da CEF.
2. Ante a concordância da parte autora em relação aos créditos efetuados (fl. 366), reputo cumprida a obrigação emanada do julgado em relação aos Autores SEBASTIÃO MONTAGNINI, IDEMAR JOSÉ NUNES, IVONE LIBERATTI ESTABILE e EDER DA SILVA.
3. (...)
4. Após, intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito em relação a eventuais créditos em favor do referido Autor, bem como se manifestar acerca da petição da CEF à fl. 369."

ACAO ORDINARIA

97.20.10993-9 - SEBASTIAO MONTAGNINI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 2. Após, intime-se a parte embargante para requerer o que entender de direito."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.01.027674-8 - CHRISTIANE GARCIA MELEM X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). HORACIO FERNANDES NEGRAO FILHO, FABIANO MARANHAO RODRIGUES GOMES

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 1. (...) ,entendo despicienda a referida homologação em relação aos autores MOACYR ANDREOTTI e SERGIO LANDULFO, ante a total ausencia de interesse , tanto da parte autora, quanto da CEF.
2 . Ante a ausência de impugnação em relação aos créditos efetuados, reputo cumprida a obrigação emanada do julgado em relação aos autores PAULO ROBERTO DE CARVALHO, MARIA APARECIDA OZELIN ASSUNÇÃO, MARIA MARGARIDA DE SOUZA GOIS, APARECIDO MALDONADO BARROS e LUZICLEIA DE OLIVEIRA HEREK.
3. (...)
4. Atendido o item anterior, intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito.
5. Nada sendo requerido, reputar-se-á cumprida a obrigação emanada do julgado."

ACAO ORDINARIA

97.20.13513-1 - PAULO ROBERTO DE CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAQUIM JOSE DE MELO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" I - Ante o requerido na petição às fls. 128/129, concedo o prazo de 30 (trinta) dias para integral cumprimento do despacho, exarado à fl. 117."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.01.009740-1 - EDSON RODRIGUES CARVALHO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO EDSON MARTINS NOGUEIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 1. Concedo os benefícios da Assistência Judiciária GRatuita, nos termos da Lei nº 1060/50 e suas alterações.
2. (...) indefiro o benefício de prioridade na tramitação da presente ação.
3. Para pronto pagamento, arbitro os honorarios advocaticios em 10% (dez) por cento sobre o valor da execução."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.01.011311-0 - PEDRO DANIEL FILHO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VILMA THOMAL

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 1. Ante a certidão da fl. 65-verso , proceda-se ao cancelamento da distribuição da presente ação por falta de pagamento das custas no prazo legal (CPC, art. 257).

ACAO SUMARIA

2004.70.01.006475-4 - CONDOMINIO RESIDENCIAL OURO VERDE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WAGNER DE OLIVEIRA BARROS

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 1. À Autora para que cumpra, em 15 (quinze) dias, o despacho exarado à fl. 14, sob pena de extinção.
2. No mesmo prazo, deverá a Autora apresentar declaração de próprio punho de que não possui condições de arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios, ou procuração com poderes especiais para que o benefício da Assistência Judiciária Gratuita possa ser requerido diretamente por seu Advogado, sob pena de indeferimento do pedido de sua concessão."

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.016424-0 - DULCELINA DE ALMEIDA SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VILMA DE CASSIA FONSECA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 1. A parte embargante deverá apresentar declaração de que não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios , ou procuração com poderes especiais para que o benefício da Justiça Gratuita possa ser requerido diretamente por seu advogado, sob pena de indeferimento, no prazo de 10 (dez) dias.
2. À CEF para se manifestar sobre os embargos."

AÇÃO MONITÓRIA

2004.70.01.004617-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA IZABEL GOMES
Adv. : Dr(s). PAULO HENRIQUE GARDEMANN, VERA ALICE ROSSI

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" 1. Autorizo o depósito judicial dos valores controversos."

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.010973-0 - FREDERICO DE MOURA THEOPHILO X DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM - DNER E OUTRO
Adv. : Dr(s). FREDERICO DE MOURA THEOPHILO, FABIO CHAGAS TEOPHILO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" I - Ante o requerido na petição de fl. 16, concedo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para integral cumprimento do despacho exarado à fl. 15."

ACAO ORDINARIA

2004.70.01.007526-0 - MARIA DE LOURDES AGUIAR X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/ decisão:" Tendo em vista a informação prestada pela Contadoria Judicial à fl. 394, torno sem efeito o despacho das fls. 389/

391, porquanto devidamente atualizados os valores depositados à fl. 327-verso."

ACAO ORDINARIA

91.20.14205-6 - LUCIA TIEMI JUJIIKE E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). YOLANDA NELLA VOIGT COSENTINO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/decisão:" 2. Renove-se a intimação do procurador da CEF, Dr. Omar Abes Salle, para que informe se houve o repasse pelo Departamento Jurídico da CEF do valor relativo aos honorarios destes autos de embargos, o qual foi depositado por equívoco na conta da ADOCEF, conforme fl. 158."

EMBARGOS A EXECUCAO

99.20.11455-3 - LUIZ CARLOS LIBONI E CIA LTDA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). OMAR ABES SALLE

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/decisão:" 2. Após, o decurso de prazo, vista à Caixa Econômica Federal."

EXECUCAO DIVERSA

98.20.11916-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUIZ CARLOS LIBONI E CIA LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). RENATO DOMINGUES BRITO

No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho/decisão:" Intimem-se os exequentes para indicarem os números de seus CPFs, de modo a viabilizar a expedição de requisição de pagamento, no prazo de 10 (dez) dias."

ACAO SUMARIA

96.20.10554-0 - JACY DOS SANTOS E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JOSE SUBTIL DE OLIVEIRA

Londrina, 12 de janeiro de 2005.

FERNANDO JOSÉ FORTI SILVA
Diretor da Secretaria
da 1a. Vara Federal de Londrina

VARA FEDERAL CRIMINAL DE LONDRINA – PR
Av. do Café, 543, - CEP 86038-000
Fone:(43) 325-7414 – ramal 244 e 252
e-mail: prloncr01sec@jfpr.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: 13h às 18h

EDITAL n.º 04/2005

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE CARLOS ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA

A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA ÉRIKA GIOVANINI REUPKE, MMª Juíza Federal da Vara Federal Criminal de Londrina da. Seção Judiciária do Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, **com prazo de 15 (quinze) dias**, que se processam neste Juízo e Secretaria da Vara Federal Criminal de Londrina, os autos de **Ação Penal nº 2003.70.01.009534-5**, que o Ministério Público Federal move contra **CARLOS ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA, brasileiro, solteiro, servente de pedreiro, portador do Registro Geral n.º 8.355.656/PR, filho de Nilton Vieira e Emília Rosa da Silva Vieira, nascido aos 23/07/1983, natural de Santo Antônio da Platina/PR, cujo último endereço nos autos consta ser na rua Projetada 1008, n.º 271, Aparecidinho II, Santo Antônio da Platina/PR,** imputando-lhe os seguintes fatos narrados na denuncia: ***"Consta do inquérito policial em epígrafe, que no dia 18/12/2002, por volta das 22:00 hs, o denunciado CARLOS ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA adentrou no estabelecimento comercial com o nome fantasia de 'Bar e Mercearia do Camilo', sendo atendido pelo proprietário, o Sr. Aparecido Camilo dos Santos, oportunidade que solicitara um pacote de cigarros e 1 (um) litro de conhaque, usando para o pagamento dessas mercadorias uma cédula falsa de R$ 50,00 (cinqüenta reais). Está presente no citado inquérito policial também, que o denunciado MARCELO APARECIDO PEDRO, transcorrido pouco Lapso de tempo, por volta de 5 (cinco) minutos. adentrou no mesmo estabelecimento comercial acima citado e igualmente solicitou ao proprietário um pacote de cigarros, apresentando para quitar a mercadoria adquirida uma cédula falsa de R$ 50,00 (cinqüenta reais). Diante da situação inusitada, o proprietário do estabelecimento acima referido, desconfiado da autenticidade das cédulas, comparou-as, e posteriormente acionou a Polícia Militar que, dirigindo-se ao local, efetuou a apreensão das 2 (duas) cédulas falsas de R$ 50,00 (cinqüenta reais). conforme Auto de Apreensão encontrado às folhas 07 dos autos de inquérito policial, bem como conduziu os denunciados ao Departamento da Policia Civil da cidade, a fim de serem interrogados. Os denunciados, no interrogatório presente fls. 11. 12, 14 e 15, declararam, da mesma maneira, que efetuaram o pagamento das referidas mercadorias através das citadas cédulas de R$ 50,00 (cinqüenta reais), porém, segundo os denunciados, fizeram a pedido de 2 (dois) homens desconhecidos. Todavia, na ação da Policia Militar não fora encontrado nenhum dos referidos sujeitos, corno também os denunciados não souberam identificá-los. O Laudo de Exame em Moeda acostado às folhas 23/26 demonstra a inautenticidade das cédulas apresentadas pelos denunciados. Depreende-se da conduta acima narrada, que CARLOS ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA e MARCELO APARECIDO PEDRO detinham o pleno conhecimento da falsidade da cédula, pois, portavam as referidas cédulas fiduciárias falsas e com o intuito de colocá-la em circulação, dirigiram-se ao estabelecimento comercial 'Bar e Mercearia do Camilo' e compraram as mercadorias apontadas acima. Assim agindo, os denunciados CARLOS ALEXANDRE DA SILVA VIEIRA e MARCELO APARECIDO PEDRO, cientes da ilicitude de seus atos e da inautendicidade das cédulas, introduziram em circulação moeda falsa, infringindo, assim, o disposto no art. 289, § 1º, em etc art. 29, todos do Código Penal, razão pela qual requer o Ministério Público Federal, após o recebimento da presente denúncia, seja citado os denunciados para o devido processo penal, que tramitará até final julgamento, pugnando desde já pela oitiva das testemunhas abaixo arroladas".*** Não sendo possível citá-lo pessoalmente, ***por estar em lugar incerto e não sabido***, pelo presente **CITE-O** dos termos da denúncia contra ele oferecida pelo Ministério Público Federal e **INTIME-O** para comparecer perante este Juízo Federal, situado na Avenida do Café, 543, Bairro Aeroporto, Londrina/PR, para a audiência de interrogatório no **dia 28/03/2005, às 14:00 horas**, oportunidade em que será interrogado a respeito dos fatos narrados na ação penal supracitada, podendo estar acompanhado de seu advogado, para presenciar o feito até a prolação da sentença e eventual execução, sob pena de aplicação da regra insculpida no artigo 366 do Código de Processo Penal ou de decretação de revelia.
Expedido nesta cidade de Londrina-PR, aos 20 de janeiro de 2005, por Parcelli Dionizio, Técnico Judiciário. Conferido e subscrito por ***Shin Henrique Sato*** _____, Diretor de Secretaria desta Vara Federal Criminal.

Érika Giovanini Reupke
Juíza Federal

3ª VARA FEDERAL DE LONDRINA

Boletim de Intimação nº 003/2005

"DESPACHOS E SENTENÇAS PROFERIDOS PELO JUIZ FEDERAL E PELO JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª VARA FEDERAL DE LONDRINA/PR:

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho recebendo os embargos e suspendendo a execução apensa. Aos embargados para impugná-los, no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.01.011350-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PLAENGE EMPREENDIMENTOS LTDA
Adv. : Dr(s). RAUL DE OLIVEIRA

2004.70.01.011359-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LUZIA TRIANOSKI ZAVIERUCHA
Adv. : Dr(s). NEWTON LEOPOLDO DA CAMARA NETO

2004.70.01.011360-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X BAGETT JORGE FADDUL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ANTONIO SHIZUO TSUCHIYA

2004.70.01.011363-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NAIR MACHADO FERRACINI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ANTONIO SHIZUO TSUCHIYA

2004.70.01.011851-9 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LEONILDA UILLE
Adv. : Dr(s). LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA

2004.70.01.011852-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PAULINA SPARAGA DE MELLO E OUTRO
Adv. : Dr(s). RENATA DEQUECH

2004.70.01.011854-4 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ONOFRE DOS SANTOS COSTA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Manifeste-se a parte autora sobre a petição e os documentos de fls. 135/138".

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.000037-8 - DARCY RAMIRES PAULO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). NARCISO FERREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... reputo aceito tacitamente o cumprimento da obrigação e determino o arquivamento dos autos com a baixa na distribuição".

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.004397-0 - MANOEL BISPO DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TIRONE CARDOSO DE AGUIAR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Defiro à parte autora o prazo de 30 dias para os fins colimados pela petição de fl. 286".

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.012910-0 - AMILTON MONTEIRO VAILANT E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VALENTIM ZAZYCKI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Considerando o teor da Resolução nº 80/2004 do Presidente do Egrégio TRF/4ª Região, a qual dispôs sobre a estrutura da futura Subseção Judiciária de Jacarezinho/PR e tendo em vista a jurisdição desta nova subseção, determino a oportuna redistribuição dos autos".

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.008906-3 - JOSE OVIAR X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA REGINA BARBOSA RODRIGUES TEIXEIRA

2002.70.01.029131-2 - ANTONIO ALICIO DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). NEUSA ROSA FORNACIARI MARTINS, MARCELO ARANDA GARCIA DE SOUZA

2004.70.01.009535-0 - LUZIA MARTINS DE SIQUEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). WALTER PADEIGIS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "considerando que dos autos consta a informação de que a empresaexecutada se encontra em processo falimentar, intime-se a CEF para que se manifeste sobre tal expediente, informando, inclusive o número do processo falimentar que tramita perante o Juízo de Direito da Comarca de Arapongas/PR, caso em que os autos serão remetidos ao Juízo universal da falência".

EXECUCAO DIVERSA

2004.70.01.008077-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NEUZA SVIONTEK MORESCA E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOSE CARLOS MARTINS PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Indefiro o pedido de fls. ..., uma vez que em face do art. 29-A da Lei nº 8036/90 ..., os créditos relativos à correção dos saldos das contas vinculadas do FGTS deverão ser liquidados por meio de lançamento do agente operador na conta do trabalhador, mesmo na hipótese se ter sido efetuado o levantamento na conta fundiária ..."

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.028360-1 - ERIKA BORNIA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ABRAHAM LINCOLN DE SOUZA

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2003.70.01.001659-7 - ROZANY CANTIERI MARIN X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIS EDUARDO PALIARINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... Assim, nada mais sendo requerido, arquivem-se com baixa na distribuição".

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.006326-5 - WALDEMAR GODOI- ESPOLIO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROGER STRIKER TRIGUEIROS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho recebendo apelação em ambos os efeitos. Ao apelado para, querendo, apresentar contra-razões, no prazo legal...

ACAO ORDINARIA

2004.70.01.007223-4 - TOSHIO YANAI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). EVANILDES CAMARGO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... com o cumprimento espontâneo do julgado, independentemente de execução, determino o arquivamento dos autos".

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.005883-9 - HELIO PINTO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JEAN CARLOS STORER

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Indefiro o pedido de intimação da CEF, formulado pela parte autora, ... Havendo manifestação da parte autora quanto à satisfação de seu crédito, determino, desde já, o arquivamento dos autos".

ACAO ORDINARIA

97.20.14006-2 - SERGIO DOS REIS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). WOLNEY CESAR RUBIN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação.

ACAO ORDINARIA

2004.70.01.005190-5 - JUVENAL DE CAMPOS FILHO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). CELITO DE BONA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) e nos termos do art. 206, inc. XXI, do Provimento nº 05, da Corregedoria do TRF/4, fica a parte intimada, independentemente de despacho, acerca do teor da certidão do oficial de justiça.

EMBARGOS A ARREMATACAO

97.20.13261-2 - CAMILLA - INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RENATO DOMINGUES BRITO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença homologando a transação.

ACAO ORDINARIA

97.20.12618-3 - ADELCI NESTOR RIBEIRO E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). SILMARA REGINA LAMBOIA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "...Indefiro o pedido de intimação da CEF para apresentação dos extratos das contas fundiárias, poruqnto esta é providência que pode ser realizada pela parte autora sem necessidade de intervenção do Juízo ..."

ACAO ORDINARIA

99.20.12672-1 - FRANCISCO SIEBRA BRAGA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCELO DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... Dê-se vista dos autos à parte autora ..."

ACAO ORDINARIA

2003.70.01.009584-9 - OSEIAS DE SOUZA COSTA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). TIRONE CARDOSO DE AGUIAR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... À parte autora para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se sobre a petição de fls. 514/519 ..."

ACAO ORDINARIA

94.20.10785-0 - MANOEL JOSE PEREIRA E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). JOAQUIM FAUSTINO DE CARVALHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... Pelas razões expostas, constatando que não houve a comprovação do tempestivo recolhimento do porte de remessa/retorno, julgo deserto o recurso de apelação interposto pela impetrante".

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.006442-7 - PEREIRA E DAMAS ADVOGADOS ASSOCIADOS SC X GERENTE EXECUTIVO DO INSS
Adv. : Dr(s). RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Manifeste-se a parte autora sobre a petição e o documejto, ora juntados ..."

ACAO ORDINARIA

2004.70.01.002287-5 - ISAAC VIEIRA DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... determino o arquivamento dos autos ..."

ACAO ORDINARIA

2001.70.01.007971-9 - VICENTE BARBOSA DE OLIVEIRA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CARLOS SERGIO CAPELIM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Às partes sobre a certidão e documento de fls. 405/408".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

95.20.11181-6 - DINARDI ENGENHARIA CIVIL E CONSTRUCOES LTDA X BANCO CENTRAL DO BRASIL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ, CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS FAIAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) e nos termos do art. 206, do Provimento nº 05, da Corregedoria do TRF/4 as partes ficam intimadas da audiência de inquirição de testemunha, designada no juízo deprecado para o dia 25/02/2005, às 14h.

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.027517-3 - JULIA RAGIOTO DE OLIVEIRA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). SERGIO RENATO COSTA FILHO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) e nos termos do art. 206, do Provimento nº 05, da Corregedoria do TRF/4, as partes ficam intimadas da audiência de oitiva dos réus, designada no juízo deprecado para o dia 22/02/2005, às 14h.

ACAO ORDINARIA

2002.70.01.016202-0 - RODONORTE CONCESSIONARIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S/A X ALIANCA ROSA DE JESUS E OUTROS
Adv. : Dr(s). CARLOS EDUARDO MANFREDINI HAPNER, JOEL DUTRA

Londrina, 18/01/2005.

ENIO BUTZKE
Diretor de Secretaria

3ª VARA FEDERAL DE LONDRINA

Boletim de Intimação nº 004/2005

"DESPACHOS E SENTENÇAS PROFERIDOS PELO JUIZ FEDERAL E PELO JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª VARA FEDERAL DE LONDRINA/PR:

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando extinta a execução em face de pagamento.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.20.10840-1 - ADEMIR DE AZEVEDO BRITO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). APARECIDO MEDEIROS DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho recebendo o recurso de apelação no efeito devolutivo. Ao apelado para, querendo, apresentar contra-razões.

MANDADO DE SEGURANCA

2003.70.01.016576-1 - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSECAO DE LONDRINA- PR X SECRETARIO DE FAZENDA DO MUNICIPIO DE LONDRINA
Adv. : Dr(s). ROMEU SACCANI

2004.70.01.002032-5 - BENEDITO PINTO RIBEIRO X MUNICIPIO DE LONDRINA E OUTROS
Adv. : Dr(s). MAURICIO JOSE MORATO DE TOLEDO

2004.70.01.006024-4 - HUSSMANN DO BRASIL LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). EDUARDO AYRES DINIZ DE OLIVEIRA

2004.70.01.006269-1 - INSTITUTO CULTURAL BRASIL ESTADOS UNIDOS X CHEFE DA DIVISAO E SERVICOS DE ARRECADACAO DO INSS EM LONDRINA E OUTRO
Adv. : Dr(s). ADIRSON DE OLIVEIRA JUNIOR

2004.70.01.008857-6 - PLAY MASTER DIVERSOES PROMOCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA X CHEFE DE ARRECADACAO DO INSS EM LONDRINA
Adv. : Dr(s). MARCELO DE LIMA CASTRO DINIZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... JUntados o laudo e os pareceres técnicos, intimem-se as partes para manifestação sobre os mesmos, no prazo de 5 dias".

ACAO ORDINARIA

2000.70.01.012832-5 - ARNOBIO MASSAYUKI TATIBANA X CREDICARD S/A ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARINO SILVA, HELEN KATIA SILVA CASSIANO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... Dê-se vista dos autos à parte autora para que se manifeste sobre o pedido de extinção da ação em relação ao exequente Gilberto Lopes Barbosa ..."

ACAO ORDINARIA

92.20.13148-0 - ANTONIO RICIERI BIAZAO E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). VERA LUCIA APARECIDA ANTONIASSI VERONEZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando improcedente a ação.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.01.006504-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X NELSON PEDRINI
Adv. : Dr(s). VILMA THOMAL

2004.70.01.006516-3 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X YUKIKO HORIUCHI E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROGERIO RESINA MOLEZ

2004.70.01.008028-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANTONIO CARLOS FRANCISCO E OUTROS
Adv. : Dr(s). SERGIO HENRIQUE GOMES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... Tendo em vista que o valor da causa é um dos critérios determinantes da competência dos Juizados Especiais Federais, ao Procurador da parte autora, para que, no prazo de 10 dias, justifique o valor atribuído à causa, apresentando, inclusive, planilha de cálculos".

ACAO ORDINARIA

2004.70.01.011375-3 - LAURO MAURINO BARBOSA TRINDADE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). VANIA REGINA SILVEIRA QUEIROZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) e nos termos do art. 206, do Provimento nº 05, da Corregedoria do TRF/4, o impetrante fica intimado para recolher as custas judiciais.

MANDADO DE SEGURANCA

2004.70.01.011902-0 - IRMANDADE DA SANTA CASA DE LONDRINA X PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANA - COREN/PR - SECAO DE LONDRINA
Adv. : Dr(s). MARCOS DAUBER

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) e nos termos do art. 206, do Provimento nº 05, da Corregedoria do TRF/4, a CEF fica intimada do desarquivamento dos autos.

EMBARGOS A EXECUCAO

99.20.14220-4 - LUIZ YUTAKA FUKUSHIGUE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SEBASTIÃO SEIJE TOKUNAGA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... Intime-se o procurador acerca da expedição do ofício de liberação".

ACAO ORDINARIA

97.20.12683-3 - JOSE PARRA PERES E OUTRO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARIA ELIZABETH JACOB

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) e nos termos da Portaria 003/02 deste Juízo, o advogado fica intimado da expedição do ofício de liberação da quantia depositada.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

99.20.10165-6 - DISMAFE DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. E OUTRO
Adv. : Dr(s). LUIZ FABIANI RUSSO

2000.70.01.001693-6 - ABE,NAKA E CIA LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AGNALDO CHAISE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "... objetivando defirnir qual o Juízo competente para processar o feito e de modo a dar melhor solução à controvérsia, suscito o conflito de competência ao STJ, ..."

DEMAIS PROC JURISD VOLUNT OU CONTENCIOSA

2004.70.01.005498-0 - LEONICE CREPALDI BARZON X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). PAULO JOSE OLIVEIRA DE NADAI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido o seguinte despacho: "Considerando o teor da resokução nº 80/2004 do Presidente do Eg. TRF/4, a qual dispôs sobre a estrutura da futura Subseção Judiciária de Jacarezinho/PR e tendo em vista a jurisdição desta nova subseção, determino a oportuna redistribuição dos autos".

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.01.008989-1 - ANSELMO MARQUES ROSSETTE - ESPOLIO E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). DIRCEU ROSA JUNIOR

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.01.010847-2 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANSELMO MARQUES ROSSETTE - ESPOLIO E OUTRO
Adv. : Dr(s). DIRCEU ROSA JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferido despacho recebendo os embargos e suspendendo a execução apensa. Aos embargados para impugná-los, no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.01.011351-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SERAFIM LOPES DOS SANTOS
Adv. : Dr(s). MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES

2004.70.01.011461-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ANNA CAMPANHOLI MOREIRA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROBERT PONTEDURA

2004.70.01.011855-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X HELENA NUNES CORDEIRO
Adv. : Dr(s). ANA PAULA LIMA BRAGA

2004.70.01.011858-1 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SINDICATO RURAL DE LONDRINA
Adv. : Dr(s). ANTONIO CARLOS CANTONI

Londrina, 19/01/2005.

ENIO BUTZKE
Diretor de Secretaria

Varas Federais de Maringá

SECRETARIA DA PRMAR01

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº 07/2005

1ª VARA FEDERAL DE MARINGÁ
JUIZ FEDERAL: DR. JOSÉ JÁCOMO GIMENES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de Secretaria abrindo vista à parte autora para que requeira o que de direito, em 15 dias, apresentando, desde logo, execução com cálculos de liquidação, se for o caso, tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior.

ACAO ORDINARIA

2002.70.03.005211-6 - M D REPRESENTACOES COMERCIAIS S/C LTDA E OUTROS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUIS HENRIQUE A DA ROSA

97.30.10283-0 - JOSE DAL SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MARCI APARECIDA LEMES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de secretaria abrindo vista à parte autora para que se manifeste sobre o depósito efetuado nos autos, no prazo de 10 dias, bem como acerca da satisfação de seu crédito.

ACAO ORDINARIA

98.30.13321-4 - CLAUDIO PERIGO E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FLAVIO CEREZUELA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença declarando extinta a execução, em relação aos autores JOSLENE APARECIDA CARNEIRO BRANDALISE, JAIME LUIS TRONCO e MARCOS ZACARIAS, com fundamento no art. 794, inciso III, do CPC.

ACAO ORDINARIA

95.30.12314-0 - MARIA DA PENHA S ALVES E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF E OUTRO
Adv. : Dr(s). NELCIDES ALVES BUENO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão determinando a intimação da parte autora para, no prazo de 20 dias, manifestar-se quanto às informações prestadas pela CEF e, querendo, formalizar execução nos moldes dos artigos 652 e seguintes do CPC, com relação às diferenças que entende cabíveis, apresentando, desde logo, os cálculos discriminados dos créditos, de forma individualizada para cada autor.

ACAO ORDINARIA

95.30.10460-0 - SIDINEI NASCIBEM VALLE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). JOSE LUCAS DA SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta Ato Ordinatório abrindo vista à parte autora para que se manifeste sobre a proposta da CEF de fl. 114.

ACAO SUMARIA

2004.70.03.004327-6 - CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). RHOGER MARTIN RODRIGUES SILVA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi prolatada sentença julgando parcialmente procedentes os embargos e proferida decisão determinando a intimação da embargada para, querendo, apresentar contra-razões ao recurso de apelação interposto pela CEF, no prazo legal.

EMBARGOS A EXECUCAO

2004.70.03.004878-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA DA SILVA FISCHER
Adv. : Dr(s). RAMI IRACEMA MICHELAN

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de secretaria abrindo vista à parte autora para que, no prazo de 10 dias, manifeste-se sobre a contestação.

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.015322-3 - OSWALDO RODRIGUES BATATA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). MILTON PIRES MARTINS

No processo abaixo relacionado foi proferida a seguinte decisão: "... não há como considerar as variações salariais da autora Creuza Gulada de Almeida, para efeito de cálculo das prestações. Intime-se. 2. Nomeio como perito judicial para este caso, com os encargos da lei (art.422 e seguintes do Código de Processo Civil), o Dr. Massakazu Takakura, ... Fixo-lhe honorários periciais no valor de R$ 700,00 (setecentos reais)... Intimem-se as partes para que tomem conhecimento do conteúdo da presente decisão, bem como para que, querendo, indiquem assistentes técnicos e apresentem quesitos, no prazo de 05 (cinco) dias. A parte autora deverá ainda depositar os honorários do perito em 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão da prova pericial. ..."

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.002882-8 - ZEZITO GONCALVES DE ALMEIDA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBERTO PERALTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando extinta a execução em relação aos autores ARMANDO ROBERTO JACOMELLI, DONATO APARECIDO DOS SANTOS e ORESTES CEZAR GHENDINI, com fundamento no art. 794, inciso I, do CPC.

ACAO ORDINARIA

95.30.10565-7 - ARMANDO ROBERTO JACOMELLI E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCELO AZEVEDO JORGE

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão determinando a intimação do autor LUIS CARLOS CHIODEROLLI para, no prazo de 15 dias, manifestar-se quanto às informações prestadas pela CEF e, querendo, formalizar execução nos moldes dos artigos 652 e seguintes do CPC, com relação às diferenças que entende cabíveis, apresentando, desde logo, os cálculos discriminados dos créditos.

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.002141-0 - LUCILENE CALDEIRA LEITE E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDO RIBAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte decisão: "1. Nada há a prover quanto ao pedido de expedição de alvará judicial..."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2002.70.03.010578-9 - ADALBERTO PICOLI E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). RITA AUGUSTA SILVA VALIM ROSSI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando extinto o processo, com julgamento de mérito, forte no art.269, inciso IV do CPC.

ACAO ORDINARIA

2004.70.03.002564-0 - MATRICE INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). JAIME ANTONIO MIOTTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença declarando extinta a execução em relação aos autores JOSE CARLOS SANTANA LIMA, JOAO GOTARDI, LUIZ CARLOS MARTINS BRANCO e ROBERTO HENRIQUE DE CAMARGO e proferida decisão indeferindo o requerimento de fls. 371/372.

ACAO ORDINARIA

98.30.10659-4 - ROMULO RAIMUNDO ALVARES DA SILVA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARLI DE FATIMA DA SILVEIRA CORSI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida a seguinte decisão: "1. Indefiro o pedido de reconsideração da decisão de fl. 135... 2. Tendo em vista... que os autos de execução de sentença nº 2002.70.00.011356-5 encontram-se suspensos, aguarde-se o trânsito em julgado da decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 382.298/RS, em trâmite no E. STF..."

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

97.30.10136-1 - CASSIMIRO BUENO DO PRADO X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). EDALVO GARCIA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão deixando de receber o agravo de fls. 554/555 por rediscutir matéria já decidida com trânsito em julgado e determinando seu desentranhamento e devolução ao subscritor.

EMBARGOS A EXECUCAO

99.30.13486-7 - TEREZA PICOLI X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROBERTO PERALTO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida decisão determinando a intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, promover o pagamento das custas processuais remanescentes, bem como para cumprir voluntariamente a condenação em verba honorária.

DECLARATORIA

98.30.12939-0 - MARIO CASSEMIRO PUPULIN E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). SIDNEY PEREIRA NUNES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença julgando extinta a execução, com fulcro no art. 794, inciso I, do CPC.

ACAO ORDINARIA

96.30.13041-6 - ANTONIO BENITES MARQUES E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROOSEVELT MAURICIO PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi proferida sentença declarando extinta a execução em relação aos autores GERALDO FERIANI, GESIRLEI JUSTINA JACOMINI DA SILVA, GILDEZIO DE BARCELLOS, HAIDE APARECIDA VENDRAMETTO DE ALMEIDA, HAROLDO COSTA DA SILVA, HARUCO OTA PAVANELLI, HELARIO SAPORETTI e HELIO APARECIDO VOLPATO.

No processo abaixo relacionado foi proferida a seguinte decisão: "Quanto ao autor HAMILTON FLORENTINO... vista ao procurador da parte autora para, querendo, no prazo de 30 dias, formalizar execução nos moldes dos artigos 652 e seguintes do CPC..."

ACAO ORDINARIA

2000.70.03.002185-8 - GERALDO FERIANI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). FERNANDO RIBAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) consta ato de secretaria abrindo vista à parte exeqüente para que informe o número do CPF de FÁTIMA MARIA CABRAL VERGAMASCO para expedição de alvará.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.30.11066-0 - LEONILDO BERGAMASCO E OUTRO X APEPAR - ASSOCIACAO DE POUPANCA E EMPRESTIMO PARANAENSE E OUTROS
Adv. : Dr(s). MILTON HIROSHI TAZIMA

MARINGÁ(PR), 20/01/2005.

GLACI REGINA P. F. KLÖCKNER
DIRETORA DE SECRETARIA,
em exercício

SECRETARIA DA PRMAR02
BOLETIM DE INTIMAÇÃO N.0005/2005
SEGUNDA VARA FEDERAL DE MARINGÁ - PR

MM. JUÍZA FEDERAL: DRA. LEDA DE OLIVEIRA PINHO
MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: DR. JOSÉ CARLOS FABRI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "(...) 9. Juntado o laudo aos autos, intimem-se as partes (parágrafo único do artigo 433 do CPC). Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo de 10 dias, contados da intimação das partes do laudo (...)"

ACAO ORDINARIA

2002.70.03.006960-8 - JOSE AMERICO PIRES DA SILVA X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). LUIZ ALBERTO VALERIO, SUELY DOS SANTOS

2003.70.03.003176-2 - IVANILDE CAETANO DE OLIVEIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADELINO GARBUGGIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "(...) Julgo procedente o pedido (...)."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.013525-7 - LUIZ CARLOS MARTINS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CLAUDIO MAXIMIANO

2003.70.03.013908-1 - JOSELDA MARTINS DA ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ERALDO LACERDA JUNIOR

2004.70.03.002724-6 - MIGUEL BROIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALINE BASSO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "(...) declaro prescrito o direito relativo às prestações anteriores a cinco anos do ajuizamento desta ação e, quanto ao mérito, julgo parcialmente procedente o pedido e condeno o INSS a revisar o valor do benefício de aposentadoria do autor (...)."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.013518-0 - ANSELMO SCUSCIATTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO CLAUDIO MAXIMIANO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "(...) 2. Indefiro o pedido de depoimento pessoal do autor, uma vez que o mesmo mostra-se desnecessário para o julgamento da controvérsia, cujo mérito é de ordem eminentemente técnica (...). 3. Para o julgamento do feito, entendo necessária, apenas, a produção de prova pericial, e nomeio perita médica a Dra. Patrícia Soledad de Sousa, fone 262-0690 (...) 4. Intimem-se as partes para que apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos, no prazo do art. 421, §1º, do CPC, os quais poderão examinar a parte Autora em dia, horário e local previamente ajustados (...)."

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.015203-6 - CLAUDIO APARECIDO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ADELINO GARBUGGIO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica intimado a procuradora do autor para que informe se tem interesse no prosseguimento do feito, com o julgamento do recurso de apelação interposto, no prazo de 5 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.011714-0 - ALCIDES TUFURETTI X INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - INPS
Adv. : Dr(s). TANIA CHRISTINA CECCATTO GONCALVES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica a procuradora intimada a examinar, no prazo de 60 dias, os documentos recebidos da Delegacia da Receita Federal.

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.03.004444-6 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X PAULO SERGIO LUCAS E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "(...) 1. Considerando os esclarecimentos prestados pelo Sr. Oficial de Justiça à fl. 45, verifico que a penhora deixou de ser realizada não em virtude do estado civil da executada, mas sim porque o imóvel em questão se constitui em bem de família, impenhorável. Assim, indefiro o pedido de fls. 41-43. (...) 2. Ante a informação prestada pelo Sr. Oficial de Justiça de que o 1o CRI de Maringá, quando consultado, não forneceu cópia da matrícula do imóvel indicado pela exeqüente, determino à Secretaria que passe a acautelar, em pasta própria, todas as consultas feitas pelos Oficiais de Justiça desta Vara junto aos Cartórios de Registro de Imóveis desta cidade, a fim de dirimir eventuais futuras controvérsias da mesma natureza (...) 3. Intime-se a CEF acerca do inteiro teor desta decisão, bem como para diligenciar em busca de outros bens passível de constrição e/ou requerer o que entender de direito. Prazo: 30 (trinta) dias."

AÇÃO MONITÓRIA

2003.70.03.002363-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X MARIA INES MUNHOZ
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o advogado intimado a manifestar-se acerca da satisfação do crédito no prazo de 30 dias.

ACAO ORDINARIA

97.30.13891-5 - CLEUZA MACEDO DOS SANTOS E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MANUEL NATIVIDADE, MARCELO BARROS MENDES

98.30.11330-2 - ADAO DE LIMA E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). IVAN APARECIDO RUIZ

2000.70.03.004390-8 - ADILSON GERALDO GARUTI E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANDERSON MARCELO DE MORAES OLIVEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "1. Deixo para apreciar a preliminar argüida pelo embargante por ocasião da sentença. 2. Defiro o pedido de produção de prova pericial (fl. 92) e nomeio perito judicial o Bacharel em Ciências Contábeis, RONILSON CARLOS BARBOSA, CRC PR 038659/0, com endereço na Rua Santos Dumont, 2691, 1o andar, apto. 01, Centro, fone 263-8331, Maringá/PR (...) Fixo os honorários periciais no valor máximo da Tabela II, do Anexo da Resolução no 281, de 15/10/2002, do Conselho da Justiça Federal, hoje R$ 234,80 (...) 3. Em 5 (cinco) dias, indiquem as partes assistentes técnicos e apresentem quesitos (CPC, art. 421, § 1º, I e II) (...)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2002.70.03.006471-4 - MARCOS ROBERTO DOS SANTOS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ALEXANDRE TERUYUKI ISHII, ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "(...) 2. Intime-se, primeiramente, a procuradora da autora para justificar a necessidade da oitiva do Cônsul Honorário da República Federal da Alemanha, tendo em vista a sua exclusão do pólo ativo. Prazo: 05 dias (...)."

ACAO ORDINARIA

2001.70.03.003702-0 - EDNALVA DOS SANTOS X REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARLENE DE CASTRO MARDEGAM

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "1. Intime-se a parte autora para pagamento espontâneo dos honorários advocatícios, mediante depósito judicial em conta vinculada a este processo. Prazo de 10 dias (...)."

ACAO ORDINARIA

96.30.15832-9 - PEDRO CATABRIGA X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ANA MARIA MONTEIRO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "(...) intime-se a parte executada para que esclareça a divergência apontada, juntando cópia do contrato social da empresa, se for o caso, no prazo de 10 dias."

CARTA PRECATORIA

2003.70.03.015434-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X LACTOGRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ALESSANDRO HENRIQUE BANA PAILO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferida a seguinte sentença: "(...) JULGO extinto o processo (...)."

EXECUCAO DIVERSA

2002.70.03.013778-0 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X ADHERBAL BAZANELLA
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o advogado intimado a manifestar-se acerca dos cálculos elaborados pelo contador às fls. 140-143, no prazo de 5 dias.

EXECUCAO DIVERSA

99.30.11450-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X LAERCIO JOSE E OUTRO
Adv. : Dr(s). EDALVO GARCIA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), intimem-se as partes para que requeiram o que de direito, no prazo de trinta dias, bem assim para que a parte vencedora promova a execução do julgado, sob pena de arquivamento, nos termos do item X, da Portaria 01/01 deste Juízo.

MANDADO DE SEGURANCA

2002.70.03.014273-7 - DEPOSITO RAZENTE DE MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA X DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM MARINGA
Adv. : Dr(s). LUIS CARLOS DE SOUSA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o advogado intimado a juntar nova procuração de ALBERTO GENARO, uma vez que naquela juntada à fl. 10, não consta o nome do Procurador, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção do feito.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

96.30.14224-4 - SILVERIO CANDIDO DA SILVA E OUTROS X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). ROBERTO RESQUETTI CERQUEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o advogado intimado a juntar aos autos, no prazo de 15 dias, certidão de trânsito em julgado da decisão da Ação Civil Pública proposta pela APADECO, a que faz referências na fl. 04.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

2004.70.03.006653-7 - ANTONIO HORCESE X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). CASSIANO VINICIUS NEVES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "Requer, a parte autora, a oitiva de seu representante legal "para esclarecer os fatos que só agora, depois das reiteradas vezes de determinação por Vossa Excelência para a juntada dos documentos exigidos, restou esclarecido e facilitado para o julgamento procedente da ação" (fl. 819). Indefiro o requerimento, tendo em vista que o objetivo desse meio de prova é a possibilidade de obtenção de confissão, não a mera prestação de esclarecimentos (...) A prova pericial já foi considerada desnecessária para a decisão acerca da viabilidade ou inviabilidade técnica de instalação do canal 02-E em Sarandi (fl. 555), restando ponderar acerca da necessidade de produção dessa prova para decidir acerca do pedido de anulação do ato administrativo que concedeu autorização à Associação Cultural de Arapongas. Para tanto, considero suficientes os documentos juntados às fls. 587-814 e os processos administrativos acondicionados em Secretaria (Certidão de fl. 825-v), de modo que indefiro a produção de prova pericial, também quanto à segunda questão a ser decidida (...)."

DECLARATORIA

97.30.13054-0 - ESTACAO RETRANSMISSORA DE TELEVISAO SARANDI LIMITADA X UNIAO FEDERAL E OUTROS
Adv. : Dr(s). ROBERTO LAFFRANCHI, LEILA VELASQUE CRUZ

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o advogado intimado para que informe e comprove nos autos se houve requerimento administrativo para reconhecimento da imunidade tributária à contribuição ao PIS, no prazo de 15 dias.

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.007881-0 - ASSOCIACAO NORTE PARANAENSE DE REABILITACAO - ANPR X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR

2004.70.03.001161-5 - APAE ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JANDAIA DO SUL X UNIAO FEDERAL
Adv. : Dr(s). JOAO EVANIR TESCARO JUNIOR

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o procurador intimado a dar prosseguimento ao feito, tendo em vista o decurso de prazo de suspensão deferido.

AÇÃO MONITÓRIA

2002.70.03.013673-7 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X CLAITON FOGASA BAZILIO
Adv. : Dr(s). SUELY DOS SANTOS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o advogado intimado a manifestar-se acerca da satisfação do crédito no prazo de 60 dias.

ACAO ORDINARIA

97.30.14876-7 - ROSA MARIA MARTINS DOS SANTOS E OUTROS X UNIAO FEDERAL E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROBERTO RESQUETTI CERQUEIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "1. Indefiro o pedido de execução de sentença em relação aos autores DONIZETH VESSONI, ROBERTO MERLIN, OTANIEL DOMINGOS DA SILVA, SILIOMAR GUELFI TORRES e JAIR MARTINS TEIXEIRA, que firmaram termo de adesão/transação ao pagamento administrativo, conforme informado às fls. 231-236. 2. Intime-se a parte autora acerca desse indeferimento, bem como para, querendo, requerer a execução do julgado, na forma do artigo 632 do CPC, quanto às diferenças de correção monetária nas contas de FGTS da parte autora, apenas em relação aos autores que não aderiram ao pagamento administrativo ou tiveram seus créditos determinados pela Lei no 10.555/2002, emendando devidamente a sua inicial (...)."

ACAO ORDINARIA

99.30.11634-6 - BENEDITA ADELAZIR GARCIA BIM E OUTROS X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ANTONIO ELSON SABAINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "1. Às fls. 182/183, a parte embargante informa seu propósito de se compor com a embargada. A CEF, por sua vez, à fl. 186, requer a complementação da proposta, com a informação acerca do saldo devedor a ser parcelado. Aberta vista diretamente ao defensor dos embargantes (fl. 186-v), o mesmo não se manifestou. Considero, assim, por ora, prejudicada a possibilidade de composição, devendo o feito prosseguir. Cientifiquem-se as partes, todavia, de que esta decisão não obsta a entabulação de acordo por via extrajudicial. Para tanto, as partes, querendo, deverão entrar em contato direto para negociação, sem a intervenção do juízo, que se mostra desnecessária. 2. Intimem-se as partes, sucessivamente, para que se manifestem sobre os esclarecimentos prestados pelo Sr. Perito às fls. 172-181. Prazo: 05 (cinco) dias (...)."

EMBARGOS A EXECUCAO

2000.70.03.000807-6 - MANOEL GUEDES PEREIRA E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). HELENO GALDINO LUCAS

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "1. Ante a não oposição da CEF ao requerimento de fls. 130/131, determino o cancelamento da praça designada à fls. 128-V (...) 2. Revogo a determinação de designação de audiência e as providências decorrentes. 3. Aguarde-se a definição da pauta única para o Paraná, que propiciará a vinda de prepostos de Curitiba para melhor viabilizar as negociações (...)."

EXECUCAO DIVERSA

99.30.10508-5 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X DORACIL PEREIRA LIMA E OUTRO
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI, ANNA CHRISTINA CASTELO BRANCO PEREIRA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "MANIFESTAR-SE, no prazo de 10 dias, acerca dos esclarecimentos adicionais prestados pelo perito."

ACAO ORDINARIA

98.30.13660-4 - EDSON TSUTOMO SAKAGAMI E OUTRO X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). ROSEMERY BRENNER DESSOTTI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), foi proferido o seguinte despacho: "(...) Intimem-se ambas as partes acerca do indeferimento de produção de provas e a CEF acerca da rejeição de suas preliminares. Na mesma oportunidade, intime-se a parte autora para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar aos autos a prova emprestada mencionada no item 3 e requerer, expressamente, a inclusão da esposa do autor, Sra. SUELY DE SOUZA RIBEIRO, no pólo ativo, na qualidade de litisconsorte necessária (...)."

ACAO ORDINARIA

2004.70.03.001320-0 - JOSE RIBEIRO X MARCON MARINGA CONSTRUCOES CIVIS LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). MARCELO MOREIRA TELLES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s), fica o advogado intimado a se manifestar acerca dos documentos juntados pela CEF.

ACAO ORDINARIA

2003.70.03.005554-7 - SERGIO MARCOS GONCALVES X CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
Adv. : Dr(s). MARCIO FERNANDO CANDEO DOS SANTOS

MARINGÁ, 17 de janeiro de 2005

(assinado no original)
ANA MARIA BUSARELLO QUAGLIA
Diretora de Secretaria
em exercício

EDITAL nº 064/2004
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO: 2002.70.03.007331-4 (AÇÃO MONITÓRIA)

EXEQUENTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF

EXECUTADO: MARCOS ALISSON DE SOUZA, CPF nº 005.762.879-38

FINALIDADECITAÇÃO do(s) executado(s) MARCOS ALISSON DE SOUZA, constando dos autos que se encontra em lugar incerto, para que pague, em 15 (quinze) dias, a importância de **R$ 2.390,78 (dois mil trezentos e noventa reais e setenta e oito centavos)**, atualizada até 06/2002, com os acréscimos legais e contratuais até a data do pagamento, ou, querendo, no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de conversão do mandado inicial em mandado executivo, constituindo-se de pleno direito o título executivo (art. 1102c, do CPC). Ficando ciente de que, havendo pagamento, ficará isento de custas e honorários advocatícios (art. 1102c, § 1º, do CPC).

SEDE DO JUÍZO: 3ª Vara Federal de Maringá, Av. XV de Novembro, 734, Edifício Nagib Name, 1º andar, nesta cidade.

Eu, _____ Rosimeire de L. WilxenskiRodrigues, Técnica Judiciária, o extraí.
Eu, _____ Elsion Goedert, Diretor de Secretaria, conferi e subscrevo.

Maringá, 17 de Março de 2004.

Alexei Alves Ribeiro
Juiz Federal Substituto

R$ 108,00

Varas Federais de Pato Branco

VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE PATO BRANCO

BOLETIM Nº 0009/2004

Juiz Federal: Luciana da Veiga Oliveira Juiz Substituto: vago

_____

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) despacho(s) com o seguinte teor:"1.Acolho a competência. 2.Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal (...) 4.Arquive-se o feito por prazo indeterminado, sem baixa na distribuição, nos termos do artigo 20, da Lei nº 10.522/2002. Intimem-se."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000967-1 - FAZENDA NACIONAL. X DOBEMAR TRANSPORTES LTDA E OUTRO
Adv. : Dr(s). SANDRA RITA MENEGATTI DE LIMA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) despacho(s) com o seguinte teor:"1. Acolho a competência. 2.Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal.(...)"

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000850-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CALCADOS BURIN LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). CESAR AUGUSTO GAZZONI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) despacho(s) com o seguinte teor:"1.Acolho a competência. 2.Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal.(...)"

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000632-3 - FAZENDA NACIONAL. X CONSTRUTORA NORA LTDA ME E OUTRO
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) despacho(s) com o seguinte teor: "1. Acolho a competência. 2. Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal. 3. Defiro a suspensão do feito pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme requerido às fls. 305. 4. (...)."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000618-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VIGANO E PALAGI LTDA OBRA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) despacho(s) com o seguinte teor:"1. Acolho a competência. 2. intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal. 3. despachei nos autos em apenso."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000617-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VIGANO E VIGANO LTDA OBRA PREFEITURA MUNICIPAL DEPATO BRANCO
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

2004.70.12.000620-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VIGANO E PALAGI LTDA OBRA FRIGOESTE FRIGORIFICO OESTE LTDA
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

2004.70.12.000621-9 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VIGANO E PALAGI LTDA OBRA COLFERAI E PIETROBOM LTDA
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

2004.70.12.000622-0 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VIGANO E PALAGI LTDA OBRAS PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

2004.70.12.000623-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VIGANO E PALAGI LTDA OBRA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

2004.70.12.000624-4 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X VIGANO E PALAGI LTDA OBRA-PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

No processo abaixo foi proferida sentença do seguinte teor: "(...) Posto isso, declaro satisfeita a obrigação da parte devedora quanto à CDA nº 35.061.111-4 (fls. 02/09), julgando extinta a execução fiscal nº 2004.70.12.000525-2, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos com as cautelas de estilo. Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000525-2 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X J D BEBIDAS LTDA
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Baixa em diligência. 2.(...) 3. Intime-se a parte autora para juntar cópia integral da parte de sua CTPS referente aos contratos de trabalho."

ACAO ORDINARIA

2004.70.12.000050-3 - NEREU DE OLIVEIRA BELLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LAERCIO ANTONIO VICARI

No(s) processo(s) abaixo foi proferida sentença com o seguinte teor:"(...) Posto isso, declaro satisfeita a obrigação da parte devedora quanto à CDA nº 35.061.112-2 (fls. 05/12), julgando extinta a execução fiscal nº 2004.70.12.001201-3, nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.001201-3 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X J D BEBIDAS LTDA
Adv. : Dr(s). FABIO FORSELINI

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Acolho a competência. Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal. 2. Permaneçam suspensos."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000653-0 - FAZENDA NACIONAL. X CANTU MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
Adv. : Dr(s). MAX HUMBERTO RECUERO

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho: "1. Acolho a competência. Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal. 2. Diligencie a Secretaria a juntada nestes autos de cópia dos demais atos realizados nos autos nos quais foi produzida a prova emprestada utilizada nestes autos."

EMBARGOS DE TERCEIRO

2004.70.12.000650-5 - ELIDA SANTOS DE SÁ X FAZENDA NACIONAL.
Adv. : Dr(s). ELIANDRA CRISTINA WINCK FERNANDES

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) foi(ram) proferido(s) despacho(s) com o seguinte teor: "1.Acolho a competência. 2.Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal.(...)"

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000546-0 - FAZENDA NACIONAL. X D. DOMENEGUINI E CIA LTDA
Adv. : Dr(s). OSVALDO LUIZ GABRIEL, INE ARMY CARDOSO DA SILVA

No processo abaixo foi proferido o seguinte despacho em audiência: "(...)Juntada a documentação, abra-se vista ao INSS para se manifestar, abrindo-se em seguida vista ao autor para se manifestar sobre a necessidade de produção de prova pericial, requerida à fl. 44."

ACAO ORDINARIA

2004.70.12.000227-5 - APARECIDO DA SILVA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VOLNEY SEBASTIAO SPRICIGO

No processo abaixo foi proferido despacho doseguinte teor: "1. Acolho a competência. 2. Intimem-se as partes da redistribuição do feito a esta Vara Federal. 3. Defiro o pedido conforme requerido às fls. 101. Expeça-se o necessário, devendo a Secretaria observar o disposto no art. 8º da Portaria nº 02/2004."

EXECUCAO FISCAL

2004.70.12.000519-7 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. X CATTANI NORTE TRANSPORTES LTDA E OUTROS
Adv. : Dr(s). ADAIR CASAGRANDE, ERLON FERNANDO CENI DE OLIVEIRA

No(s) processo(s) abaixo foi proferido despacho do seguinte teor: "(...) Posto isso, reconhecida a ilegitimidade passiva da ANATEL, reconheço a incompetência deste Juízo para o processamento do feito e determino o retorno dos autos à Justiça Estadual. Decorrido o prazo recursal, remetam-se os autos. Intimem-se."

ACAO ORDINARIA

2005.70.12.000009-0 - CLAUDIO LOVO X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). EDGAR DOMINGOS MENEGATTI, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000010-6 - LIGORIO DE SOUZA X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000011-8 - ZULMIRA ARRUDA MIKILITA X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000012-0 - LUIZ BONATTO E OUTRO X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000013-1 - JOSÉ ANTONIO CALIBERDA X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000014-3 - AVALDIR DIAS DE ALMEIDA X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000015-5 - REJANE MARIA ALMEIDA SERPA E OUTRO X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000016-7 - SEBASTIANA DE LINHARES ALMEIDA SERPA X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

2005.70.12.000017-9 - OCLEDIO RAMPAZZO X BRASIL TELECOM S/A
Adv. : Dr(s). JOCELAU SOUZA DE ALMEIDA, JOSIANE BORGES

PATO BRANCO, 19 de janeiro de 2005

Valéria da Silva Cardoso
Diretora de Secretaria

Varas Federais de Ponta Grossa

SECRETARIA DA 1A VARA FEDERAL DE PONTA GROSSA/PR

BOLETIM DE INTIMAÇÃO Nº PROC : REG:
JUÍZ :
ÓRGÃO :

DESPACHOS E DECISÕES PROFERIDOS PELA MM. JUIZA FEDERAL DA 1A VARA DE PONTA GROSSA, DRA. SILVIA REGINA SALAU BROLLO, BEM COMO PELA MM JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA, DRA. PEPITA DURSKI TRAMONTINI MAZINI.
———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intimem-se as partes para apresentação das alegações finais, nos termos do artigo 500 do CPP...

ACAO PENAL

2001.70.09.001504-1 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X GIOVANA GONCALVES CORDEIRO E OUTROS
Adv. : Dr(s). LUIZ SEBASTIÃO FAVERO

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Intime-se a parte requerente para que se manifeste sobre o laudo pericial no prazo de cinco dias...

JUIZADO ESPECIAL

2004.70.09.004170-3 - ALINE MARIA DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). BIANCA CHEMIN

2004.70.09.004451-0 - IOLANDINA VALENTIM FERREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALESSANDRA DE PAULA QUADROS SUTIL DE OLIVEIR

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo procedente o pedido...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.009603-7 - MARIA CELESTE PRADO BARBUR X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). FERNANDA HILGENBERG

2003.70.09.012615-7 - ANTONIO MARQUES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). AUDREI CRISTIANE RAMOS

2003.70.09.013396-4 - ARACY RIBAS MOURAO ARAUJO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). EDMAR LOCKS

2003.70.09.013659-0 - SELOMAR ARTHUR SCHWARTZ E OUTRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). BENTO ABELARDO LOPES

2004.70.09.000285-0 - LAURO PIRES DE ASSIS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVO DYNIEWICZ

2004.70.09.000287-4 - EWALDO GARCEZ ROCHA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVO DYNIEWICZ

2004.70.09.000676-4 - VILMA APARECIDA DE ANDRADE URBAN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIA MARIA BARRIDA

2004.70.09.000689-2 - BENJAMIM ALVES FERREIRA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBENS BENCK

2004.70.09.000822-0 - ANIBA DE MELLO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA FERNANDES

2004.70.09.000835-9 - DORIVAL MARTINS DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA FERNANDES

2004.70.09.001348-3 - TEREZINHA DE FATIMA RIBEIRO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VANESSA SEGER APLEWICZ

2004.70.09.001719-1 - LEONY GARCIA MAINARDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARCIA PICANCO PROCKMANN

2004.70.09.002329-4 - ZENAIDE RODRIGUES MENDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALBERTINA DA SILVA CABRAL

2004.70.09.002409-2 - DOLY ANNA FURSTENBERGER X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). GISELE CRISTINA DE OLIVEIRA

2004.70.09.002625-8 - FLORIANO FERNANDES DE CAMARGO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA FERNANDES

2004.70.09.002711-1 - LUIZ WOITAS - ESPOLIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBENS BENCK

2004.70.09.003143-6 - ANTONIO LEOCADIO DE LIMA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA FERNANDES

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Defiro o pedido de desentranhamento da procuração acostada à peça inicial, mediante substituição por cópia devidamente autenticada...

JUIZADO ESPECIAL

2004.70.09.001347-1 - VERA LUCIA ANTUNES VAZ X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). VANESSA SEGER APLEWICZ

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte decisão:"

...Indefiro a concessão da cautelar de que trata o art. 4º da Lei 10.259/01...Intime-se a parte autora para juntar aos autos os elementos de prova...

JUIZADO ESPECIAL

2004.70.09.003960-5 - JOAO DO PRADO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARISTELA ZIEMER DA CRUZ

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo extinto o processo sem exame do mérito no que concerne à revisão do benefício....e improcedente o pedido formulado na inicial em relação à conversão do benefício em URV...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.012128-7 - AUGUSTO MACHADO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). HELCIO SILVA ORANE

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...JULGO EXTINTO o presente processo sem exame do mérito...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.014941-8 - ALFREDO PRESTES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA FERNANDES

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo improcedente o pedido...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.013338-1 - VILMA ANDRADE MARTINS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBENS BENCK

———————————————— "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo procedente o pedido...Intime-se para apresentar contra-razões de apelação, nos termos da portaria 03/2003, item 03...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.010721-7 - MARIA DE LURDES PENTEADO FEDERMANN X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ANTONIO DO BRASIL PENTEADO

2003.70.09.013193-1 - CAROLINA KASPRZAK ZARPELON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVO DYNIEWICZ

2003.70.09.013200-5 - GLAUCI JAVORSKI DA COSTA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVO DYNIEWICZ

2003.70.09.013201-7 - MARA ZAIAS BOIKO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVO DYNIEWICZ

2003.70.09.013202-9 - ODETE MADALENA RIGONI ZOTTO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVO DYNIEWICZ

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo parcialmente procedente o pedido...

JUIZADO ESPECIAL

2004.70.09.001762-2 - LUIZ CESAR MENDES CABRAL X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). MARIA CRISTINA FERNANDES

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo parcialmente procedente o pedido...Intime-se para apresentar contra-razões ao recurso de apelação, nos termos da Portaria 03/2003, item 03...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.013339-3 - MARIA IVONE BATISTA BISCAIA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). RUBENS BENCK

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo parcialmente procedente o pedido...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.012127-5 - ROSALINA OLEGARIO X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). HELCIO SILVA ORANE

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito no que pertine ao pedido de correção dos salários-de-contribuição...e improcedente o pedido em relação à revisão do reajustamento do valor do benefício mediante a aplicação do IGP-DI/INPC...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.012691-1 - MARIA ORGES SANSON X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LUCI TERESINHA SCHNELL

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito no que se refere à revisão do benefício previdenciário pela Súmula 02 do TRF da 4ª Região...e improcedente o pedido de revisão do benefício previdenciário pelo art. 58 da ADCT...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.012991-2 - TUFY KABBAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVAN SECCON PAROLIN FILHO

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.013785-4 - TEREZA DOS PASSOS DOS SANTOS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ALESSANDRA BOICZUK ROSA

2004.70.09.001889-4 - SOLANGE CHIBINSKI ULIANA X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). DANILO PORTHOS SCHRUT

2004.70.09.003175-8 - IVONNE LAROCA FABIANI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). STELLA OSTERNACK MALUCELLI STRAIOTTO

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferida a seguinte sentença, concluindo:"

...Julgo parcialmente procedente o pedido...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.011829-0 - JESUEL VIEIRA SIMOES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). HELCIO SILVA ORANE

2004.70.09.000746-0 - LEONEL MACEDO RIBAS X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). IVAN SECCON PAROLIN FILHO

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi proferido o seguinte despacho:"

...Defiro o pedido formulado e concedo novo prazo de dez dias para que a parte autora manifeste eventual renúncia aos valores excedentes ao limite legal do JEF, conforme determinação contida no despacho retro...

JUIZADO ESPECIAL

2003.70.09.012777-0 - MARILENE DE JESUS MENDES X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). ROSE MARY GRAHL

_____ "No(s) processo(s) abaixo foi determinada a intimação, nos termos da Portaria n. 03/2003, III; 3.4, deste Juízo."

Intime-se a parte autora para, querendo, apresente contra-razões no prazo legal.

JUIZADO ESPECIAL

2004.70.09.002031-1 - FELIX GIELINSKI X INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.
Adv. : Dr(s). LAERCIO BENEDITO LEVANDOSKI

PONTA GROSSA, 19 de janeiro de 2005

WAGNER CAETANO BRUGINSKI
Diretor de Secretaria
1º Vara Federal e JEF Criminal e
Previdenciário de Ponta Grossa

Varas Federais de Umuarama

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UMUARAMA
2ª VARA FEDERAL

SENTENÇAS, DECISÕES E DESPACHOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL, DR. JAIL BENITES DE AZAMBUJA E PELO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DR. ROGÉRIO CONGUSSU DANTAS CACHICHI.

BOLETIM 13/2005

_____
NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO, FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

"(...) Paute, a secretaria, data para realização de audiência admonitória do sentenciado Antônio Vieira da Silva. Intime-se. (...)"

Certidão de f. 92: audiência designada para o dia 28 de março de 2005, às 15h45min.

EXECUCAO PENAL

2004.70.04.000554-5 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ANTONIO VIEIRA DA SILVA
Adv. : Dr(s). LILIANE ANDREA DO AMARAL

_____
NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO, FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

"Intime-se o réu para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o parecer Ministerial de f. 210."

ACAO PENAL

2000.70.04.001344-5 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X JULIO BAREA NETTO
Adv. : Dr(s). MICHIELY APARECIDA CABRERA VALEZI

_____
NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO:

"(...) À vista dessas considerações, defiro o pedido formulado pelo Ministério Público Federal e, nos termos dos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva do réu SUSUMU NAKAO, para preservar a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, bem como por conveniência da instrução criminal.
1. Expeça-se mandado de prisão.
(...)"

ACAO PENAL

2002.70.04.000148-8 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X SUSUMU NAKAO
Adv. : Dr(s). LEONIDAS GIOPPO NASCIMENTO

_____
NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO:

"(...) Ante o exposto, concedo a liberdade provisória sem fiança a JOÃO DE ANTÔNIO SERRA JUNIOR, portador do RG n. 5.360.198-7 SSP/PR, mediante termo de compromisso de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação da liberdade provisória .(...)"

PROCEDIMENTO CRIMINAL DIVERSO

2004.70.04.004411-3 - JOAO DE ANTONIO SERRA JUNIOR X Adv. : Dr(s). LEVI PALMA

_____
NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO, FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

"(...) 2. Designo o dia 1º de fevereiro de 2005, às 14 horas, para inquirição das testemunhas arroladas na defesa prévia. Expeça-se mandado de intimação.
3. Intimem-se os defensores constituídos pelos réus. (...)"

CARTA PRECATORIA

2005.70.04.000297-4 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X MARCOS VINICIUS GUIMARAES, ADILSON DAVANSO
Adv. : Dr(s). CARLOS ALBERTO MALIZA, EDMAR JOSE CHAGAS

_____
NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO, FOI PROFERIDA A SEGUINTE DECISÃO:

"(...) Tempestivos os embargos, devem ser parcialmente acolhidos para o fim de esclarecer que os honorários periciais, fixados no valor de R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para ambos os processos (nºs 2002.70.04.000150-6 e 2003.70.04.003266-0), deverão ser rateados na proporção de 1/3 (um terço) para cada réu, considerando o deferimento do pedido de perícia formulado às fls. 1765/1766 da Ação Penal nº 2003.70.04.003266-0, e nas defesas prévias de fls. 101/103 e 113/114, destes autos, às expensas do réu (fls. 154/155).
No que tange ao pedido de assistência judiciária gratuita, denota-se que a alegada necessidade não restou comprovada nos autos, exsurgindo manifestamente incompatível com a situação de miserabilidade descrita na Lei n. 1.060/50, e com a finalidade lucrativa da pessoa jurídica a que os denunciados respondem na qualidade de sócios-proprietários.
(...)
Defiro o pedido de f. 257. Intimem-se os réus para que promovam o depósito de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais à ordem deste Juízo Federal, no prazo de 10 dias, e o depósito dos 50% (cinqüenta por cento) restantes, por ocasião da entrega do laudo pericial em Juízo.
(...)

ACAO PENAL

2002.70.04.000150-6 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ALEXANDRE SEFRIAN MARTINS, CEZAR JOAO DE DAVID, SIDNEY APARECIDO MOVIO
Adv. : Dr(s). LUCIANO MAIA BASTOS, EDILSON JAIR CASAGRANDE

_____
NO PROCESSO ABAIXO RELACIONADO, FOI PROFERIDO O SEGUINTE DESPACHO:

"Aguarde-se o cumprimento do despacho proferido na Ação Penal n. 2002.70.04.000150-6."

ACAO PENAL

2003.70.04.003266-0 - MINISTERIO PUBLICO FEDERAL X ALEXANDRE SEFRIAN MARTINS, CEZAR JOAO DE DAVID, SIDNEY APARECIDO MOVIO
Adv. : Dr(s). LUCIANO MAIA BASTOS, EDILSON JAIR CASAGRANDE

Umuarama - PR, 19 de janeiro de 2005.

CÉLIA ABADIA DE REZENDE MARINS
Diretora de Secretaria - 2ª Vara

Editais Judiciais

Capital

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Cândido de Abreu nº.535, 2º andar - Fórum Cível - Centro Cívico

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA JUSTIÇA GRATUITA

A DRA. VANESSA DE SOUZA CAMARGO, MM. JUÍZA DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório tramitou a Interdição de nº.1487/2002 em que é requerente MARILIA OKOINSKI REAL e requerida MARIA OKOINSKI, brasileira, viúva, nascida em 11 de setembro de 1938, portadora da Cédula de Identidade nº 773.924/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 094.582.809-82, residente e domiciliado à Rua Savigny, nº 207, Bairro Barreirinha, nesta Capital, na qual foi proferida a r. sentença de fls. 67/68, determinando a interdição da Requerida MARIA OKOINSKI, declarando-a incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos do artigo. 1.183, § único, do CPC, (Causa: síndrome psicorgânica), nomeando-lhe Curadora, Marilia Okoinski Real. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, aos quatro (04) dias do mês de novembro do ano de 2004. Eu, _____ (VILMA OTOVIS BONFANTE) Escrivã, que o fiz digitar e subscrevo. (Nicolle).

VANESSA DE SOUZA CAMARGO
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CIVEL DA COMARCA DE CURITIBA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Cândido de Abreu nº.535, 2º andar - Fórum Cível - Centro Cívico

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA JUSTIÇA GRATUITA

A DRA. VANESSA DE SOUZA CAMARGO, MM. JUÍZA DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DESTA COMARCA DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC.

F A Z S A B E R a todos quantos o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório tramitou a Interdição de nº 943/2001 em que é requerente ROSEMARI PASKE e requerido ESTEFANO LECK, brasileiro, solteiro, nascido em 02 de abril de 1940, portador da CI/RG nº 9.227.501-9/PR, na qual foi proferida a r. sentença de fls. 34/35, determinando a interdição do Requerido ESTEFANO LECK, declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos do artigo. 1.183, § único, do CPC, (Causa: retardo mental grave, permanente e insuscetível de cura mediante tratamento médico especializado), nomeando-lhe Curadora Rosemari Paske. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Curitiba, aos vinte e dois (22) dias do mês de novembro do ano de 2004. Eu, _____ (Marcel Marchand) Auxiliar Juramentado, que o fiz digitar e subscrevo.

VANESSA DE SOUZA CAMARGO
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL
Cartório da 7ª Vara Cível - Av. Cândido de Abreu, 535 - 4º andar - Comarca de Curitiba - Estado do Paraná. Dr. Eduardo Mattana Carollo - Escrivão Designado - Ezequiel Teixeira da Silva - E. Juramentado - Carlos Ostrowski Junior - E. Juramentado. EDITAL DE CITAÇÃO DE CARLOS EDUARDO BARROS CARVALHO, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, NA FORMA ABAIXO:
Edital de Citação do réu CARLOS EDUARDO BARROS CARVALHO, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 1.221.896 e inscrito no CPF/MF sb nº 550.567.763-00, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do decurso do prazo do edital, efetuar o pagamento da integralidade da dívida pendente (R$ 7.914,81 em 04/01/2002) mais acréscimos legais (art. 3º § 2º do DL 911/69 com redação dada pela lei 10931/2004), segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese em que o bem lhe será restituído independente de ônus; ciente, ainda que poderá oferecer resposta no prazo de 15 (quinze) dias, também contados do decurso do prazo do edital, por intermédio de advogado, mesmo que tenha se utilizado da faculdade previsto no § 2º supra citado (depósito do valor da dívida), caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição, sob pena de revelia, a AÇÃO BUSCA E APREENSÃO, sob nº **261/2002,** que tramita na 7ª Vara Cível de Curitiba, sito na Av. Cândido de Abreu, 535, 4º andar, Centro Cívico, movida por HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO que em síntese, aduz o seguinte: "1- Trata-se a presente de Ação de Busca e Apreensão, autuada sob nº 261/2002, em trâmite na 7ª Vara Cível da Comarca de Curitiba - Pr, proposta por HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO contra CARLOS EDUARDO BARROS DE CARVALHO, tendo como objeto o veículo marca VOLKSWAGEN, modelo LOGUS GL, chasis 9BWZZZ55ZPB420338, à gasolina, ano/mod 93/94, placas AEE-4763. O requerido encontra-se em mora desde 11/10/2001, movido pelo qual ajuizou-se a mencionada ação, em 28/02/2002. Em cumprimento a liminar de Busca e Apreensão concedida ao autor, o veículo descrito acima foi apreendido em 28 de junho de 2002, na Comarca de Curitiba - Pr. E, como o devedor não foi localizado para citação nesta ação, tem a presente a finalidade de citar o requerido CARLOS EDUARDO BARROS DE CARVALHO da presente ação de BUSCA E APREENSÃO, para que, no prazo legal de 05 (cinco) dias, requeira a purgação da mora, sob pena de consolidar-se posse e propriedade plenas do bem em favor do credor fiduciário, ou no prazo legal de 15 dias apresente sua contestação, ficando devidamente advertido dos efeitos da revelia (art. 319 do CPC)."ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, observado o prazo legal, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância expedi o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume (art. 232, II e III). Curitiba, 14 de dezembro de 2004. Eu (a) (Eduardo Mattana Carollo) Escrivão Designado, o fiz digitar e subscrevo. (SOB MINUTA). Curitiba, 14 de dezembro de 2004. (a) NAOR RIBEIRO DE MACEDO NETO - Juiz de Direito Substituto

R$ 270,00

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL
COMARCA DE CURITIBA
Avenida Cândido de Abreu, 535, 5º andar, CEP 80530-906 - Fone (41)3022-6004
Regina Estela Pereira Piasecki
Escrivã Designada
Dirce Rodrigues
Elizabeth P. Maia
Juramentadas

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
"JUSTIÇA GRATUITA"

O DOUTOR ROGERIO DE ASSIS, MM. JUÍZ DE DIREITO DA DÉCIMA VARA CÍVEL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI ETC...

F A Z S A B E R/ a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, nos autos de **INTERDIÇÃO** sob nº **1544/1997** que tem como requerente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ** e requeridos **JOÃO DE SOUZA, JOÃO MARIA ANTUNES COLAÇO, JOSÉ BENEDITO DA CRUZ, MARIA FERREIRA e ODANGO DE PAULA VASCON,** conforme determina o artigo 92 da Lei 6.015/73(Lei dos Registros Públicos) e Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça – Capitulo 15 0 Seção 8 – Item **15.9.3.1,** proceda a inscrição em seu Cartório a sentença, conforme determina o art. 92 da Lei 6.015/73(lei dos Registros Públicos) e Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça – Capitulo 15 – Seção 8 – Item 15.9.3.1, a seguir transcrita: **Vistos e Examinados os presentes autos de INTERDIÇÃO, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e réus JOÃO DE SOUZA, JOÃO MARIA ANTUNES COLAÇO, JOSÉ BENEDITO DA CRUZ, MARIA FERREIRA e ODANGO DE PAULA VASCON, todos brasileiros, solteiros, residentes e domiciliados nesta cidade e Comarca, etc... Sustentando que os réus são portadores de deficiência mental e se encontram abandonados por familiares em instituição pia, localizada nesta Capital, busca o autor a declaração de interdição dos rés, com a conseqüente nomeação de curador judicial para que se dê a eles a necessária representação jurídica para a prática de atos da vida civil. Juntou documentos. Os réus foram citados e interrogados (fls. 74/93), não r contestando o pedido inicial. Submetidos a exame pericial (fls.146/150). Convidado a se manifestar, MP opinou pela decretação da interdição (fls.152). RELATADOS, DECIDO. Os réus são pessoas com idade bastante avançada. Sofrem de anomalias psíquica que lhes retira a capacidade de entender e assimilar as mais comezinhas coisas do cotidiano. Foram não se sabe quando. Abandonados por suas famílias e estão, hoje, internados em instituição própria que lhes dá abrigo, atenção e cuidados necessários. Quando interrogados, apresentaram distúrbios de comportamento que bem demonstram a necessidade de sua interdição, porque não estão aptos a regerem , pessoalmente, os mais elementares atos da vida civil. De outro lado, a perícia médica contatou que o réu é portador de transtorno mental severo, de modo que a incapacidade constatada é total. Procede-se, assim, o pedido inicial, inclusive no que diz respeito à nomeação de curador judicial, à falta de parentes conhecidos que possam assumir o encargo. Ante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para decretar a interdição de JOÃO DE SOUZA, JOÃO MARIA ANTUNES COLAÇO, JOSÉ BENEDITO DA CRUZ, MARIA FERREIRA e ODANGO DE PAULA VASCON, declarando-os totalmente incapazes para os atos da vida civil e, via de conseqüência, para os atos de gestão e representação, nomeio como curador o senhor JOSÉ MACIEL DE MOURA, indicado pelo MP (fls.152). Expeça-se mandado para inscrição da presente sentença do Registro Civil competente. Publique-se editais na forma prevista no artigo 1.184 do Código de Processo Civil. Com fundamento no artigo 1.190 do Estatuto Processual Civil, dispenso a especialização de hipoteca legal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Curitiba, 22 de outubro de 2.004.(a)Fernando Antonio Prazeres, Juiz de Direito".** E, para constar, mandou passar o presente Edital devendo o mesmo ser publicado uma vez no Diário Oficial do Estado, e pelo menos duas vezes em um dos jornais de maior circulação da Capital, na forma da Lei.**DADO E PASSADO** nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos sete dias do mês de janeiro de 2.005. E Eu, ...Dirce Rodrigues, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi.

Rogério de Assis
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ
RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 672, 6º ANDAR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

RÉU (S): José Ari de Lima
AUTOS DE AÇÃO PENAL Nº: 2002.1758-6
PRAZO: 90 (NOVENTA) DIAS

O DR. ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO, MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA QUARTA VARA CRIMINAL, DA COMARCA DE CURITIBA / PR, NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **José Ari de Lima**, filho de Inês Batista de Lima Mariano, natural de Curitiba/PR, brasileiro, ora em LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. Pelo presente, fica o mesmo INTIMADO de que na ação penal nº 2002.1758-6, onde foi denunciado como incurso nas sansões do art. 155, § 4º, I e IV, c/c art. 29, ambos do CP, fora absolvido de acordo com o artigo 386, IV do CP, ficando ainda intimado de que tem o prazo de cinco (05) dias para que, querendo, possa recorrer à superior instância. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná. Curitiba, 20 de janeiro de 2005. Eu, (Maria Nilza Ozelame), escrivã o subscrevi.

ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO
Juiz de Direito Substituto

Comarcas do Interior

Cascavel

Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Cascavel
ESTADO DO PARANÁ
EDI RONALD ALTHEIA
ESCRIVÃO

EDITAL DE CITAÇÃO DOS HERDEIROS ABAIXO DESCRITOS E TODOS OS INTERESSADOS - PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

O DOUTOR SIDNEY FRANCISCO MARTINS, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente aos Herdeiros ALCINO EUGÊNIO HOSS; ALCEU INÁCIO HOSS; WALDO OSMAR HOSS; ROQUE ANTÔNIO JUNG; MARTINHO ANTÔNIO REMPEL; DARCI ADEUM REMPEL; CLAUDINO INÁCIO HENZ; GUIDO URBANO HENZ e EGON HENZ, e todos os interessados, que por este Juízo e Cartório se processam aos termos dos autos de INVENTARIO sob nº 000751/2002 em que LAICE CECILIA ZANALLA DE JESUS DA SILVA é inventariante e PEDRO CANISIO HENZ é inventariado. Tem o presente edital a finalidade de CITAÇÃO dos Herdeiros supra mencionados e todos os interessados, para, que, nos termo do art. 999 do Código de Processo Civil, querendo, manifestarem-se acerca das declarações apresentadas pela inventariante. - E, para que chegue ao conhecimento dos herdeiros supra mencionados e dos interessados, mandou expedir o presente edital que será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO em Cartório, nesta cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e três. Eu, _____ (Maria Lucia Segateli), Empregada Juramentada, que o digitei e subscrevi.

MARIA LUCIA SEGATELI-EMPR. JURAMENTADA
Subscrição Autorizada Pela
Portaria nº 01/2003
(Art. 225, VII, CPC)

R$ 162,00

Castro

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASTRO - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO – TRINTA (30) DIAS – do requerido MIGUEL OSTHEIMER

A Doutora LUCIANE PEREIRA RAMOS, Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Castro, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório do cível tramitam os autos de DIVISÃO E RESSARCIMENTO, sob nº 773/2004, em que é requerente JOSE FLUGEL e requeridos MIGUEL OSTHEIMER e MARIA GERTRUDES MOERS OSTHEIMER, sendo que mediante o presente edital CITA o requerido MIGUEL OSTHEIMER (brasileiro, casado, portador da C.I. nº 1.476.647-Pr, atualmente em lugar incerto e não sabido), para que no prazo de 20 (vinte) dias conteste a ação, sob pena de revelia, sendo que o autor, alega em resumo que: "...I- Em data de 1º de março de 1982, Miguel Ostheimer iniciou o inventário de seus pais João Ostheimer e Elisabetha Ostheimer, sendo nomeado como inventariante através da Ação de Inventário nº 97/82. Os herdeiros eram Miguel Ostheimer, Catharina Ostheimer Huben e Elisabetha Ostheimer Festa. Em 1987, enquanto tramitava a Ação de Arrolamento, Catharina e Elisabetha, cederam os direitos hereditários de suas partes ideais no imóvel inventariado, na proporção de 5,333 (cinco virgula trezentos e trinta e três) alqueires, no lote de terreno, composto de mato, sob nº 8, com a área de 8 (oito) alqueires, situado na Colônia Terra Nova Garcez deste Município, contendo uma casa de madeira e um paiol, cujo lote divide ao Norte com o lote nº 7; Oeste com os lotes nº 13, 14/1,18 e linha macaco, ao Sul com os lotes nº 109, 108, 107, 106 e linha Fivela e lotes 64, 65, e 85, com Transcrição n º 8.836, Livro nº 3-D, do R.G.I desta Comarca, ao requerente José Flugel. II- Desde o falecimento de seus Pais, Miguel Ostheimer, residia neste imóvel, objeto desta Ação de Divisão, com sua família, (esposa e filhos). Quando iniciou o inventário, Miguel deixou sua família e foi residir em Ponta Grossa, conforme as informações e o que consta da procuração, no processo de Inventário. Desde então não mais retornou, e seu paradeiro tornou-se incerto para sua família e desconhecidos. A esposa de Miguel Ostheimer, Maria Gertrudes Moers Ostheimer e os filhos Beatriz Ostheimer, Vera Lucia Ostheimer e Antonio José Ostheimer continuaram a residir nesse imóvel, o que fazem até o dia de hoje, usufruindo do mesmo. III Que o requerente, adquiriu parte desse imóvel, entrando para a comunhão, como cessionário, com o herdeiro Miguel Ostheimer e não querendo continuar com a comunhão, quer proceder a divisão do imóvel... Consoante disposto no Art. 285, segunda parte do CPC: "NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO, SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU, COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR". E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, e futuramente ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, a ser publicado na forma da lei, e afixado cópia no átrio do Fórum, no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Castro, Estado do Paraná, aos vinte e oito (28) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e quatro (2004). Eu, (Cleuza Marlene Resseti Guiloski), Empregada Juramentada, que o digitei, subscrevi e assino por determinação do MM Juiz Substituto.

Cleuza Marlene Resseti Guiloski
Empregada Juramentada

R$ 288,00

Cianorte

Comarca de Cianorte – Estado do Paraná
Única Vara Criminal
EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo de 15 (quinze) dias

A Doutora Marilia Mitie Yoshida, MM. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, na forma da Lei, F A Z S A B E R a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Inquérito Policial nº 042/2004, que a Justiça Publica move contra RODRIGO PEREIRA, brasileiro,solteiro, encanador, filho de Pedro Rodrigues e de Andreia Pereira, natural de Cianorte-Pr, nascido aos 12-02-83, residente e domiciliado à rua- Xingu 215, zona 03, nesta cidade e Comarca de Cianorte-Pr, pela pratica em tese do delito previsto no artigo 16 caput da lei 6368/76, conforme denúncia oferecida pelo Ministério Público, nos seguintes termos: " Costa do inquérito policial, instaurado mediante Termo Circunstanciado, que no dia 27 de novembro de 2002, nas proximidades do Parque Mandhuí, nesta cidade e Comarca,, o denunciado RODRIGO PEREIRA, com vontade livre e consciente, trazia consigo, para uso próprio, substância entorpecente capaz de causar dependência física ou psíquica, consistente em uma (01) grama de "Canabis Sativa S", vulgarmente conhecida por "Maconha", conforme auto de apreensão de (fls. 07), auto de constatação de substancia entorpecente provisório (fls. 10), fazendo-o sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar para tanto". E, não sendo possível citá-lo pessoalmente, fica pelo presente edital CITADO e INTIMADO para responder a acusação por escrito, no prazo de dez (10) dias , contado da data da juntada da primeira publicação deste edital de citação aos autos, nos termos do artigo 38 da lei nº 10.409/02 e a comparecer perante este Juízo, Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, Sala de audiências da Única Vara Criminal, no dia 18 de fevereiro de 2005, às 09:00 horas, devendo comparecer acompanhado de advogado a fim de ser qualificado e interrogado, nos autos acima mencionado, ficando, ainda, ciente de que ser-lhe-á declarado a revelia se deixar de comparecer ao ato designado, bem como, a aplicação das demais cominações previstas em Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 28 de Dezembro de 2004. Eu _____ (Claudemir Marques), Escrivão Criminal o subscrevi e certifico inexistir nos autos, outro(s) endereço(s).

Marília Mitie Yoshida
-Juíza de Direito-

Comarca de Cianorte – Estado do Paraná
Única Vara Criminal
EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo de 15 (quinze) dias

O Doutor César Ghizoni, MM. Juíza de Direito Designado da Vara Criminal da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, na forma da Lei, F A Z S A B E R a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Processo-Crime nº 194/2004, que a Justiça Publica move contra WESLEI BORGES GONZAGA, brasileiro, solteiro, ajudante de serviços gerais, filho de Wagner José Reis Gonzaga e de Rosangela Borges Gonzaga, nascido aos 20.09.83, residente na rua Paiaguás, 932, nesta cidade e Comarca de Cianorte, PR, pela prática em tese do delito previsto no artigo 10, da Lei nº 9.437/97l, conforme denúncia oferecida pelo Ministério Público, nos seguintes termos: " Por ter nas condições de tempo e local mencionados nos autos, com vontade livre e consciente, trazido consigo arma de fogo de uso permitido consistente num revolver, calibre 32". E, não sendo possível citá-lo pessoalmente, fica pelo presente edital CITADO a comparecer perante este Juízo, Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, Sala de audiências da Única Vara Criminal, no dia 22 de fevereiro de 2005, às 16:00 horas, devendo comparecer acompanhado de advogado a fim de ser qualificado e interrogado, nos autos acima mencionado. ficando, ainda, ciente de que ser-lhe-á declarado a revelia se deixar de comparecer ao ato designado, bem como, a aplicação das demais cominações previstas em Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 05 de janeiro de 2005. Eu _____ (Maria Suely Vieira Santini), Escrivã Designada o subscrevi e certifico inexistir nos autos, outro(s) endereço(s).

César Ghizoni
-Juiz de Direito-

Comarca de Cianorte – Estado do Paraná
Única Vara Criminal
EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo de 15 (quinze) dias

A Doutora Marilia Mitie Yoshida, MM. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, na forma da Lei, F A Z S A B E R a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Processo-Crime nº 223/2004, que a Justiça Publica move contra LUCIO FLAVIO DIAS, brasileiro, solteiro, vendedor, filho de Jeová Paulo Dias e de Maria de Lourdes Dias, nascido aos 15.10.1982, natural de Curitiba, PR, residente e domiciliado na rua Aquidauana, 209, na cidade de Sarandi, PR, pela prática em tese do delito previsto nos artigos 329 e 331, do Código Penal, conforme denúncia oferecida pelo Ministério Público, nos seguintes termos: " No dia 28 de janeiro de 200, por volta das 23:58 horas, na praça central da cidade de Indianópolis, PR, nesta Comarca de Cianorte, o denunciado Lucio Flavio Dias, desacatou o policial militar e vítima João Carlos de Freitas Mendonça, quando a serviço de atendimento à solicitação do Conselho Tutelar para apoio a operação de fiscalização de fornecimento de bebidas a menores de 18 anos de idade. O denunciado, quando lhe solicitado os documentos, desafiou o policial dizendo que precisaria de dez policiais para fazê-lo mostrar seus documentos e, em seguida, passou a proferir palavras de baixo calão (não identificadas), com o intuito de ofender a função pública exercida pela vítima. Quando o denunciado fora cientificado, que deveria acompanhar o policial para lavratura de termo circunstanciado, este se opôs a acompanhar, sendo que o denunciado reagiu violentamente e ameaçou de agredir ao policial vítima tendo sido conduzido à força até a delegacia de polícia local. Todavia, o ato legal da autoridade foi executado". E, não sendo possível citá-lo pessoalmente, fica pelo presente edital CITADO a comparecer perante este Juízo, Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, Sala de audiências da Única Vara Criminal, no dia 18 de fevereiro de 2005, às 08:30 horas, devendo comparecer acompanhado de advogado a fim de ser qualificado e interrogado, nos autos acima mencionado. ficando, ainda, ciente de que ser-lhe-á declarado a revelia se deixar de comparecer ao ato designado, bem como, a aplicação das demais cominações previstas em Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 30 de dezembro de 2004. Eu _____ (Claudemir Marques), Escrivão Criminal o subscrevi e certifico inexistir nos autos, outro(s) endereço(s).

Marília Mitie Yoshida
-Juíza de Direito-

Comarca de Cianorte – Estado do Paraná
Única Vara Criminal
EDITAL DE CITAÇÃO
Com Prazo de 15 (quinze) dias

A Doutora Marilia Mitie Yoshida, MM. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná, na forma da Lei, F A Z S A B E R a todos, quanto ao presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo tramitam os autos de Processo-Crime nº 225/2004, que a Justiça Publica move contra MARCOS JOAQUIM DE ALMEIDA FERREIRA, brasileiro, autônomo, filho de Joaquim Almeida Ferreira e de Aparecida Amadeu, nascido aos 02.04.1969, nascido na cidade de Jacarezinho, PR, portador da CI/RG nº 6.849.095-2/PR, residente e domiciliado na rua Jussara, 698, na cidade de São Tomé, nesta Comarca, pela prática em tese do delito previsto no artigo 10, "caput", da Lei nº 9437/97, conforme denúncia oferecida pelo Ministério Público, nos seguintes termos: " No dia 28 de janeiro de 2002, no período da manhã, na rua Jussara, s/nº, na cidade de Cianorte, o denunciado Marcos Joaquim de Almeida Ferreira, com vontade livre e consciente, possuía de forma oculta em seu quintal, entre o muro da casa do denunciado e a parede da casa de seu vizinho, uma arma de fogo de uso permitido, consistente em 1 (uma) pistola, marca Taurus, cor preta, cal. 7.65, cujo número de série estava suprimido, com capacidade para 12 (doze) cartuchos, contendo 11 (onze) cartuchos intactos, apta para uso, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, tudo conforme auto de Apreensão e Exibição de Arma de fls. 11". E, não sendo possível citá-lo pessoalmente, fica pelo presente edital CITADO a comparecer perante este Juízo, Edifício do Fórum, sito a Travessa Itororó, 221, Sala de audiências da Única Vara Criminal, no dia 22 de fevereiro de 2005, às 09:30 horas, devendo comparecer acompanhado de advogado a fim de ser qualificado e interrogado, nos autos acima mencionado. ficando, ainda, ciente de que ser-lhe-á declarado a revelia se deixar de comparecer ao ato designado, bem como, a aplicação das demais cominações previstas em Lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 30 de dezembro de 2004. Eu _____ (Claudemir Marques), Escrivão Criminal o subscrevi e certifico inexistir nos autos, outro(s) endereço(s).

Marília Mitie Yoshida
-Juíza de Direito-

Dois Vizinhos

EDITAL DE CITAÇÃO DE MARCENARIA UNIAO LTDA, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. O Doutor RODRIGO BRUM LOPES, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dois Vizinhos, Paraná, etc..

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente MARCENARIA UNIAO LTDA atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório trâmita os autos nº000054/2003 de EXECUTIVO FISCAL, em que é exequente: UNIAO e executado: MARCENARIA UNIAO LTDA, e por este meio CITA a ré para que pague no prazo legal de 05 (cinco) dias, a importância de R$24.886,09, acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, cujo valor é representado pela certidão de dívida ativa nº 90402010108-25, sob pena de não fazendo, serem-lhe transformado em penhora tantos bens quanto bastem para garantir a presente execução, ficando ainda ciente que o prazo para embargar a presente execução é de trinta (30) dias, à partir da intimação da penhora. "E para que chegue ao conhecimento de todos, e futuramente ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma legal. Dado e passado, em Dois Vizinhos, Paraná, em 10

de janeiro de 2.005. Eu,____(Elpidio Pereira Batista) Escrivão, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DE S D COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e SILVESTRE MATIEVICZ, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. O Doutor RODRIGO BRUM LOPES, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dois Vizinhos, Paraná, etc..

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente S D COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e SILVESTRE MATIEVICZ atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório trâmita os autos nº000073/2000 de EXECUTIVO FISCAL, em que é exequente: FAZENDA NACIONAL e executado: S D COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e SILVESTRE MATIEVICZ, e por este meio CITA a ré para que pague no prazo legal de 05 (cinco) dias, a importância de R$3.091,83 (na época), acrescida das cominações legais, custas e honorários advocatícios, cujo valor é representado pela certidão de dívida ativa nº90698003244-60, sob pena de não fazendo, serem-lhe transformado em penhora tantos bens quanto bastem para garantir a presente execução, ficando ainda ciente que o prazo para embargar a presente execução é de trinta (30) dias, à partir da intimação da penhora. "E para que chegue ao conhecimento de todos, e futuramente ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital, que será afixado no local de costume e publicado na forma legal. Dado e passado, em Dois Vizinhos, Paraná, em 10 de janeiro de 2.005. Eu,____(Elpidio Pereira Batista) Escrivão, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE PENHORA DE ROSALINA GARCIAS DA CRUZ E CIA LTDA e ROSALINA GARCIAS DA CRUZ, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS. O Doutor RODRIGO BRUM LOPES, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dois Vizinhos, Paraná, etc..

F A Z S A B E R, a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi deferido nos autos nº000111/2002 de EXEC. FISCAL - FEDERAL em que é exequente: FAZENDA NACIONAL e executado: ROSALINA GARCIAS DA CRUZ E CIA LTDA e ROSALINA GARCIAS DA CRUZ, e por este meio INTIMA o executado ROSALINA GARCIAS DA CRUZ E CIA LTDA e ROSALINA GARCIAS DA CRUZ, para querendo apresente embargos a presente execução contar do prazo de publicação, tudo de conformidade com despacho de fls 43v: "Intimem via edital, com prazo de quinze dias." PRAZO E ADVERTÊNCIA: Trinta (30) dias para embargar, sob pena das cominações legais (art.669, do CPC). E, para que cheque ao conhecimento de todos e futuramente ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz que fosse expedido o presente na forma legal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, aos 07 de janeiro de 2.005. Eu,____(Elpidio Pereira Batista) Escrivão, digitei e subscrevi.

RODRIGO BRUM LOPES
Juiz de Direito

Foz do Iguaçu

COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
CARTÓRIO DA TERCEIRA VARA CÍVEL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
INTERDIÇÃO DE: JOÃO QUIRINO MAIA
(JUSTIÇA GRATUITA)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR SILADELFO RODRIGUES DA SILVA, MM. JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 3.ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos nº.: 191/2001, de INTERDICAO, em que e requerente JOANA QUIRINO MAIA, e requerido: JOÃO QUIRINO MAIA, atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida às fls. 74/76, dos autos supra aludidos, que em sua parte final diz: "ISTO POSTO, decreto a interdição de JOÃO QUIRINO MAIA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º inciso II do Código Civil e art. 1177, inciso I, do CPC, nomeio-lhe curadora JOANA QUIRINO MAIA. Custas na forma da lei. (a parte é beneficiária da Gratuidade processual – Lei nº 1060/50). Inscreva-se a presente no Registro Civil (artigo 9º, III do Código Civil). Expeça-se edital para publicação, nos termos do artigo 1184 do Código de Processo Civil. Tome-se por termo o compromisso da Curadora. Fica o DD. Curador do Interditado dispensado de realizar a especialização da hipoteca. Dou esta por publicada em mãos do sr. Escrivão. Registre-se. Intime-se, outrossim, o previsto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Com o trânsito em julgado desta decisão, oficie-se ao Cartório da 46ª. Zona Eleitoral desta comarca, a quem incumbirá a comunicação às demais Zonas Eleitorais, vez que se trata da mais antiga, dando-lhes ciência sobre o teor desta sentença. Oportunamente arquivem-se os autos. Foz do Iguaçu/Pr. (a) SILADELFO RODRIGUES DA SILVA – JUIZ DE DIREITO. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e no futuro ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 20 de Setembro de 2.004- Eu, _____, ANDREIA ROCKENBACH ANACLETO, Auxiliar Juramentada, o digitei e subscrevi.

ORIGINAL ASSINADO
SILADELFO RODRIGUES DA SILVA
JUIZ DE DIREITO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PR
Av. Pedro, n° 1001, Jd. Pólo Centro - Telefone: (045) 522-6118
ANGELA MARIA FRANCISCO ARGUELLO
ESCRIVA

EDITAL DE PRAÇA OU LEILÃO

O DOUTOR, MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA, M.M. JUIZ SUBSTITUO DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei,

AUTOS N° 109/2002 DE CARTA PRECATÓRIA
EXEQUENTE: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL
EXECUTADO: ZANINI, LINO & CIA LTDA, LIUSSON'NAR LINO LOPES e ALESSANDRO BAPTISTA ZANINI e ANA GLAUCEA BATISTA ZANINI (garantidora hipotecária).

1ª PRAÇA: Dia 15 de fevereiro de 2.005, às 09:15 horas.
2ª PRAÇA: Dia 24 de fevereiro de 2.005, às 09:15 horas.

CASO A DATA RECAIA EM FERIADO OU PONTO FACULTATIVO, O ATO SE REALIZARÁ NO PRIMEIRO DIA ÚTIL.
LOCAL. - No Átrio do Fórum, à Av. Pedro Basso n° 1001, 2° andar, Jd. Pólo Centro, nesta cidade.
DESCRIÇÃO DOS BENS. - a)Lote urbano de n° 08, quadra 08, localizado no loteamento denominado Parque Residencial Karla, com matrícula de n° 9639 do C.R.I., local, 1ª Circunscrição; com área de 360,00m2. O imóvel é servido por: água tratada e servida pela concessionária local, energia elétrica predial, iluminação pública, asfalto, meio fio, escola, telefone, comércio em geral de pequeno porte, transporte coletivo urbano. O imóvel possui como benfeitoria: edificação comercial, em alvenaria com 235,00m2 de área construída aproximadamente, constituída por: barracão comercial em alvenaria, estrutura em concreto armado e alvenarias de tijolos cerâmicos com paramento em reboco e pintura, cobertura em estrutura de ferro e telhas do tipo fibro cimento amianto, piso em cerâmica e cimento alisado, porta frontal em chapa de ferro, sistema elétrica/hidrálico compatível com o fim a que se destina. b) lote urbano n° 23 da quadra "A", localizado no loteamento denominado Jardim Social, matriculado sob n° 7878, do Cartório de Registro de Imóveis desta, 2ª Circunscrição; área de 525,00m2. O imóvel é servido por: água tratada e servida pela concessionária local, energia elétrica predial, iluminação pública, telefone, escola, meio fio, calçamento poliédrico irregular, comércio em geral, transporte coletivo urbano próximo, segurança pública,
VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO.:.....R$. - bem a) R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); valor da benfeitoria: R$ 35.250,00(trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais); bem b) R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), valor da benfeitoria R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais); valor total de R$142.050,00 (cento e quarenta e dois mil, e cinquenta reais, avaliado em 01/10/02).
DEPÓSITO. - O exequente.
ÔNUS. - matrícula n° 9639: hipotecado o imóvel da referida matrícula, em sua totalidade em 1°, 2°, 3°, 4°, 5°, 6°, 7°, 8° e 9° grau, em favor de Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE'; matrícula n° 007878: foi dado em hipoteca cedular de 1°, 2° grau em favor do banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE; foi hipotecado em 3°, 4°, 5° e 6°, e especial hipoteca em favor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.
RECURSO. - Não houve.
INTIMAÇÃO. - Por este edital, fica os interessados, intimados das praças acima designadas, se por ventura, não for encontrado. E, para que ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos 27 de setembro de 2.004. Eu, Marcia Eliane Aquino, auxiliar juramentada o subscrevi.

original assinado
Marcos Antonio de Souza Lima
Juiz Substituto

R$ 360,00

Francisco Beltrão

JUIZO DE DIREITO DA 2ª. VARA CIVEL E ANEXOS
COMARCA DE FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ
Rua Tenente Camargo, 2112, Cep. 85.601.610
Casimiro Bedenarski – Escrivão.

EDITAL DE CITAÇÃO DE AGENIR ALBERTON-ME, CNPJ. nº. 05.007.289/0001-94, na pessoa de seu representante legal, Sr.AGENIR ALBERTON – COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

FAZ SABER, pelo presente edital a tantos quantos virem ou dele tomarem conhecimento, que por este Juízo, se processam os autos nº. 574/2004 de Ação Pauliana que Gralha Azul Avícola Ltda move contra Agenir Alberton-ME e Henrique Rodrigues de Jesus ME, para contestar a ação no prazo de quinze (15) dias, querendo, tendo a autora a alegado em síntese o seguinte: A requerente celebrou com o primeiro requerido, na data de 17 de setembro de 2002, contrato de compra e venda, de uma retroescavadeira marca CASE, ano e modelo 1981, onde ficou estabelecido que o primeiro requerido pagaria o preço de R$. 9.000,00 (nove mil reais) em (dez) prestações, vencendo-se a primeira em 01/10/2002 e a última em 15/05/2003. O primeiro requerido efetuou apenas três pagamentos parciais, sendo do R$. 865,00 (oitocentos e sessenta e cinco reais) no dia 03/10/2002; R$. 336,00 (trezentos e trinta e seis reais) no dia 23/01/2003; e R$.882,00 (oitocentos e oitenta e dois reais) no dia 08/08/2003, encontrando-se ate a presente data inadimplente com o restante da obrigação. O primeiro requerido trabalhava no ramo de materiais de construção e adquiriu a retroescavadeira da requerente para utilizar no carregamento e descarregamento dos materiais ali comercializados. Por várias vezes a requerente tentou um acordo amigável para que o primeiro requerido cumprisse com a obrigação contratada, sendo que nas últimas visitas verificou-se que a empresa Agenir Alberton havia vendido todo seu patrimônio, inclusive a retroescavadeira objeto do Contrato de Compra e Venda, para o segundo Requerido, Henrique Rodriguês de Jesus, sendo que o novo proprietario informou que adquiriu do Sr. Alberton o patrimônio que ali possuía, e que a nova razão social é Henrique Rodrigues de Jesus-Me, permanecendo inclusive o mesmo nome fantasia, Vila Nova Materiais de Construção. OS novos proprietários informaram ainda que assumiram todos os contratos pendentes firmados pelo proprietário anterior, porém, até o momento não adimpliram o contrato firmado com a ora Requerente. Com tal procedimento, o primeiro Requerido foi reduzido a total insolvência que é um estado de fato e se verifica quando a soma do ativo do patrimônio é inferior à do passivo CARVALHO SANTOS, que acrescenta daí se tornar insolvente o devedor com a alienação feita, ou melhor, com o ato lesivo a seus credores, não ficou bens que bastem ao pagamento do seu passivo (Código Civil Brasileiro Interpretado, 4º ed. 1952, vol II, pa.416), conforme denota-se nas certidões dos cartórios de registro de imóveis e Detran/PR. A presente ação e interposta em face as duas empresas interessadas por o artigo 161 do Código Civil dispõe que: O novo proprietário informou ainda que estão utilizando a retroecavadeira, objeto do contrato de compra e venda com a empresa antecessora. Requereu a citação dos réus para que, querendo, contestem a ação, no prazo legal, sob pena de revelia e confissão; Contestada ou não, seja proferida sentença de procedência da ação, anulando-se a venda, para o fim de, retornando o bem ora cobrado ao patrimônio do primeiro reu, conferir-se ao credor titulo para a penhora, nos mesmo bem. Caso a empresa sucessora ainda não tenha pago o preço da compra e este for, aproximadamente, o valor ora cobrado, fique obrigada a depositar o valor em juízo, com a citação de todos os interessados, nos moldes do art. 160 do Codigo Civil, requerendo, ainda, comprovar o alegado através de todos os meios de provas em direito admitidos, quer periciais, documentais e testemunhais, sobremodo pelo depoimento pessoal dos requeridos, sob pena de confissão, requerendo também, por eventual juntada de documentos e que os requeridos sejam condenados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% do valor da causa. Deu-se o valor da causa R$. 8.037,45 (oito mil, trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos) – Hermes Alencar Daldin Rathier – OAB-PR. nº. 16.994 – Advogado e teor do despacho seguinte: Cite-se, com as advertências legais. Em, 16 de agosto de 2004. (As) Rosselini Carneiro, Juiz de Direito. e Despacho de fls. 25, seguinte: Defiro o requerimento retro. Expeça-se edital, com prazo de 30 (trinta) dias. Em, 19 de outubro de 2004. (As) Rosselini Carneiro, Juiz de Diereito. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Dado e Passado, nesta Comarca de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, aos três dias, do mês de novembro do ano de dois mil e quatro (03/11/2004). Eu,_____Wilma Titon, Empregada Juramentada que o digitei e o subscrevi.
ADVERTÊNCIA: Art. 285/CPC ... Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu como verdadeiros os fatos articulados pela Autora. O prazo para contestação é de quinze (quinze) dias.

ROSSELINI CARNEIRO
Juiz de Direito

R$ 432,00

Iporã

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU ROBERTO RODRIGUES DE SOUZA, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

A Dra. Josiane Pavelski Fonceca, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, com prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **ROBERTO RODRIGUES DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, natural de Iporã/PR, nascido aos 21.10.1980, filho de Vicente Rodrigues de Souza e Maria Luciana de Souza, atualmente em lugar ignorado. Pelo presente **CITA-O (S)** e chama-o (s) a comparecer(em) perante este Juízo, no edifico do Fórum local, no dia **03 de março de 2005 às 10 horas e 40 minutos**, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do Processo Crime nº 0150/2004 a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) art. 309 da Lei 9503/97, nos termos do artigo 185 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 10.792/2003. Em não sendo possível comparecer acompanhado de defensor, deverá, o réu, informar em juízo, com o prazo mínimo de 05 dias antes da audiência. E para que chegue ao conhecimento do mesmo e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos treze (13) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida)*, escrivão designado que digitei e o subscrevi.

JOSIANE PAVELSKI FONCECA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU CÍCERO BORTONE CUSTÓDIO, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

A Dra. Josiane Pavelski Fonceca, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, com prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **ANTONIO MARCOS ORTOLAN, RG N.º 8.714.633-2/PR,** filho de Antonio Ortolan e Cleusa rosa dos Santos Ortolan, nascido aos 17.11.1983, natural de Arapongas/PR, atualmente em lugar ignorado. Pelo presente **CITA-O (S)** e chama-o (s) a comparecer(em) perante este Juízo, no edifico do Fórum local, no dia **24 de fevereiro de 2005 às 10 horas e 10 minutos**, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do Processo Crime nº 164/04 a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) art. 129, "caput" do Código Penal, nos termos do artigo 185 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 10.792/2003. Em não sendo possível comparecer acompanhado de defensor, deverá, o réu, informar em juízo, com o prazo mínimo de 05 dias antes da audiência. E para que chegue ao conhecimento do mesmo e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos treze (13) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida)*, escrivão designado que digitei e o subscrevi.

JOSIANE PAVELSKI FONCECA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU FÁBIO FIDELIS DE SOUZA, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

A Dra. Josiane Pavelski Fonceca, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, com prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **FÁBIO FIDELIS DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, nascido aos 27.07.1978, filho de Sebastião Gonçalves de Souza e Terezinha Izabel Fidelis de Souza, natural de Iporã, atualmente em lugar ignorado. Pelo presente **CITA-O (S)** e chama-o (s) a comparecer(em) perante este Juízo, no edifico do Fórum local, no dia **24 de fevereiro de 2005 às 10 horas e 20 minutos**, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do Processo Crime nº 160/2004 a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) art. 129, "caput" do Código Penal, nos termos do artigo 185 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 10.792/2003. Em não sendo possível comparecer acompanhado de defensor, deverá, o réu, informar em juízo, com o prazo mínimo de 05 dias antes da audiência. E para que chegue ao conhecimento do mesmo e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos treze (13) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida)*, escrivão designado que digitei e o subscrevi.

JOSIANE PAVELSKI FONCECA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU MÁRCIO PAULUZE DE PAULA, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

A Dra. Josiane Pavelski Fonceca, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, com prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **MÁRCIO PAULUZI DE PAULA, vulgo "Cabeludo",** filho de Mauricio Gomes de Paula e Luzinete Pauluze de Paula, natural de Francisco Alves, atualmente em lugar ignorado. Pelo presente **CITA-O (S)** e chama-o (s) a comparecer(em) perante este Juízo, no edifico do Fórum local, no dia **24 de fevereiro de 2005 às 10 horas e 40 minutos**, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do Processo Crime nº 99/2004 a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) art. 217, do Código Penal, nos termos do artigo 185 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 10.792/2003. Em não sendo possível comparecer acompanhado de defensor, deverá, o réu, informar em juízo, com o prazo mínimo de 05 dias antes da audiência. E para que chegue ao conhecimento do mesmo e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos treze (13) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida)*, escrivão designado que digitei e o subscrevi.

JOSIANE PAVELSKI FONCECA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU GERMANO BILEIRO, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

A Dra. Josiane Pavelski Fonceca, MMª. Juíza de Direito Designada da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, com

prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **GERMANO BILEIRO,** brasileiro, casado, campeiro, nascido aos 28.05.1949, filho de Antonio Bileiro e Maria Dórcio Bileiro, natural de Mimoso/ES, atualmente em lugar ignorado. Pelo presente **CITA-O (S)** e chama-o (s) a comparecer(em) perante este Juízo, no edifico do Fórum local, no dia **03 de março de 2005 às 10 horas e 50 minutos**, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do Processo Crime nº 159/2004 a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) art. 243 da Lei 8.069/90, nos termos do artigo 185 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 10.792/2003. Em não sendo possível comparecer acompanhado de defensor, deverá, o réu, informar em juízo, com o prazo mínimo de 05 dias antes da audiência. E para que chegue ao conhecimento do mesmo e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos onze (11) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida)*, escrivão designado que digitei e o subscrevi.

JOSIANE PAVELSKI FONCECA
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU MILTON FERREIRA BRAGA, COM PRAZO DE QUINZE (15) DIAS.

A Dra. Josiane Pavelski Fonceca, MMª. Juíza de Direito da Vara Criminal da Comarca de Iporã, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. . .

F A Z S A B E R, a todos quanto o presente edital virem, com prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **MILTON FERREIRA BRAGA, RG N.º 2.112.027/PR,** brasileiro, casado, nascido aos 19.09.1950, filho de Benedito Ferreira Braga e Rosa Barbosa de Castro, natural de Galiléia/MG, atualmente em lugar ignorado. Pelo presente **CITA-O (S)** e chama-o (s) a comparecer(em) perante este Juízo, no edifico do Fórum local, no dia **24 de fevereiro de 2005 às 10 horas**, a fim de ser(em) interrogado(s) e acompanhar(em) a todos os demais termos do Processo Crime nº 165/2004 a que responde(em) como incurso(s) nas sanções do(s) art. 10, "caput" da Lei 9.437/97, nos termos do artigo 185 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 10.792/2003. Em não sendo possível comparecer acompanhado de defensor, deverá, o réu, informar em juízo, com o prazo mínimo de 05 dias antes da audiência. E para que chegue ao conhecimento do mesmo e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com prazo de 15 (quinze) dias, o qual será afixado no edifício do Fórum, no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, aos onze (11) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e cinco (2.005). Eu _____ *(Fernando Cezar Almeida)*, escrivão designado que digitei e o subscrevi.

JOSIANE PAVELSKI FONCECA
Juíza de Direito

Iretama

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IRETAMA PARANÁ - ESCRIVANIA CRIMINAL
Cláudia Regina Mamus Ribeiro –Escrivã Designada
Avenida Paraná, 510 - Iretama/Pr, CEP: 87.280-000

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 30 dias

A DRA. CAMILA HENNING SALMORIA, MM. JUÍZA SUBSTITUTA DA COMARCA DE IRETAMA/PR., NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC...,

F A Z S A B E R , a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 30 (trinta) dias, que por este Juízo tramitam os Autos de Processo Crime sob nº 046/02, onde figura(m) como ré(s) **PATRICIA APARECIDA GOMES**, brasileira, solteira, natural de Salto do Jacui/RS, nascida em 07/04/82, filha de Almery Luiz Gomes e Dorilda Brandetti Gomes, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica-a **INTIMADA**, à comparecer perante este Juízo, sito à Av. Paraná, 510, nesta cidade e Comarca de Iretama - Pr, no dia ***08 DE MARÇO DE 2005, às 14:30 horas***, a fim de participar de audiência admonitória. E não sendo possível a intimação pessoal da ré, e para que chegue ao conhecimento da interessada, e não alegue ignorância, expediu-se o presente que será publicado no Diário da Justiça e afixado no lugar de costume deste Fórum. Iretama, aos treze dias do mês de janeiro do ano de dois e cinco (13.01.2005). Eu, _____ (Cláudia Regina Mamus Ribeiro), Escrivã Designada, que o digitei e subscrevi.

CAMILA HENNING SALMORIA
Juíza Substituta

Londrina

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA – PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA REQUERIDA LA PAZ CONFECÇÕES LTDA – CNJP nº 01.9333.007/0001-29, na pessoa de seu rep. legal, COM PRAZO DE **TRINTA (30)** DIAS. FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pôr este Juízo tramitam os autos sob nº 655/2001, DE **AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO**, movida pelo **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A** contra **LA PAZ CONFECÇÕES LTDA**, na qual o autor alega em sua petição inicial o seguinte: Que celebrou com a requerida um contrato de confissão de dívida, sob nº 575606, em 31/08/2000, no valor de R$ 34.022,40, garantindo-o com os seguintes bens, dados em alienação fiduciária; I – **12 máquinas tipo overloque, marca Struba, série 504M204, modelo 737E**. II – Declara que o requerido deixou de cumprir o contrato, estando, em atraso desde 01/09/00, perfazendo 12 parcelas em atraso, num total de R$ 60.649-77 (Abril/04). III – Que proposta a Ação de Busca Apreensão, esta foi convertida em Ação de Depósito. IV – No processo foi requerida a expedição de mandado de busca e apreensão, de forma liminar, inaudita altera pars, e em caráter de urgência. V – Requerendo ainda, após a apreensão, a procedência da ação para tomar a propriedade e posse dos bens apreendidos, em definitivo, a favor do autor condenando a ré nas custas e honorários advocatícios. VI – Protesta pela produção de todo o gênero de provas admitidas em direito., dá-se a causa o valor de R$ 37.413,55. Advogado do requerente: Ronaldo Gomes Neves – OAB/PR nº 4.853. Que face a impossibilidade de apreensão dos bens e da citação da requerida a conversão de Busca e Apreensão em Depósito, pedindo a citação da requerida para que faça a entrega do veiculo alienado fiduciariamente, ou que liquide o débito, sob pena de prisão da Fiel Depositária. Desta forma, por ser desconhecido seu endereço, à pedido da parte promovente determinou-se a expedição do presente para **CITAÇÃO** da devedora **LA PAZ CONFECÇÕES LTDA – CNPJ/MF nº 01.933.007/0001-29, na pessoa de seu rep. legal**, para que no prazo de cinco (05) dias, contados do prazo de dilação deste edital, em conformidade com o art. 902 do CPC: **a) entregue os bens dados em garantia fiduciária; b) deposite-os em juízo ou seu equivalente em dinheiro; c) conteste a ação**, sob pena de revelia, bem como de se presumirem aceitos como verdadeiros aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial, ficando ciente de que já foi requerida sua prisão por até um (01) ano como depositário infiel, tudo em conformidade com o seguinte despacho: **"I – Defiro os requerimentos articulados às fls.,65, com fundamento no art. 4º do Decreto-Lei nº 911/96 e converto a ação de busca e apreensão em ação de depósito. Efetuem-se as necessárias anotações (distribuidor, autuação, etc.). II – O equivalente em dinheiro é o valor do bem, salvo se o débito for menor. III – Cite-se o devedor, na forma do art. 902 do CPC, para em cinco (05) dias: a) entregar a coisa. b) depositá-la em juízo ou seu equivalente em dinheiro; ou c) contestar a ação. IV – Consigne-se no mandado os efeitos da revelia, bem como o fato de que já foi requerida a prisão do devedor como depositário infiel, por até 01 ano. V – Int. Em 21/05/2004 – (a) ELIAS DUARTE REZENDE – Juiz de Direito."**. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Londrina - Pr., aos 09/09/2004.Eu _____ **(ADEMIR BERNARDI)**, Escrivão, que o fiz digitar e o subscrevi.-

FABIANA LEONEL AYRES BRESSAN
Juíza de Direito Substituta

R$ 288,00

Maringá

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MARINGÁ- PR

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS

A DOUTORA MONICA FLEITH LEMUCH, MMA. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI, DA COMARCA DE MARINGÁ-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente a ré **PATRICIA FERNANDA FIGUEIREDO,** RG. 9.203.233.7, nascida aos 06.02.1985 em Valinhos-SP, filha de Jose Reinaldo Figueiredo e Zilda Marina Specian Figueiredo, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica a mesma CITADA, para comparecer perante este juízo da 1ª VARA CRIMINAL da Comarca de MARINGÁ-Pr, no **DIA 22/MARÇO/2005 ÀS 16:45 HORAS,** a fim de ser interrogada nos autos de processo crime nº 2003.1940.0, incursa no artigo 155 §4º IV cc. 61 II "e" do CP. ADVERTÊNCIA: Não comparecendo a ré, nem constituindo defensor, ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção antecipada das provas, e se for o caso, decretar sua prisão preventiva. (artigo 366 do CPP).
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, 21 de janeiro de 2005. Eu Renato Carlos Gomes-Auxiliar de Cartório, o digitei e o subscrevi.

MONICA FLEITH LEMUCH
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MARINGÁ- PR

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS

A DOUTORA MONICA FLEITH LEMUCH, MMA. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI, DA COMARCA DE MARINGÁ-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente os réus **MAYCON MARQUES DOS SANTOS,** vulgo Boca Mucha ou Mayquinho, RG. 9.690.753-PR, nascido aos 11.06.1984 em Cianorte-Pr, filho de Miguel Marques dos Santos e Jaquelina Pereira dos Santos; **ANDRÉ LUIS DE BRAGA FERREIRA** – vulgo Beca, RG. 9.412.376, nascido aos 07.09.1984 em Maringá, filho de Pedro Ferreira e Maria Rosa Luciano de Braga Ferreira, atualmente em lugar ignorado, pelo presente ficam os mesmos CITADOS, para comparecer perante este juízo da 1ª VARA CRIMINAL da Comarca de MARINGÁ-Pr, no **DIA 22/MARÇO/2005 ÀS 16:30 HORAS,** a fim de serem interrogados nos autos de processo crime nº 2003.1938.9, incursos no artigo 155 §4º IV do CP. ADVERTÊNCIA: Não comparecendo os réus, nem constituindo defensor, ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção antecipada das provas, e se for o caso, decretar sua prisão preventiva. (artigo 366 do CPP).
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, 21 de janeiro de 2005. Eu Renato Carlos Gomes-Auxiliar de Cartório, o digitei e o subscrevi.

MONICA FLEITH LEMUCH
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MARINGÁ- PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS

A DOUTORA MONICA FLEITH LEMUCH, MMA. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI, DA COMARCA DE MARINGÁ-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o réu **LEANDRO CLEONI GARCIA,** FILHO DE Pedro Elias Garcia e Elisabete Aparecida Garcia, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo INTIMADO, para comparecer perante este Juízo no **dia 15/MARÇO/2005, ÀS 16:30 HORAS**, para a realização da audiência Admonitória, nos autos de ação penal 2004.2143.1, incurso no artigo 155 §4º I do CP.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 21 de janeiro de 2005. Eu Renato Carlos Gomes-Auxiliar de Cartório, o digitei e o subscrevi.

MONICA FLEITH LEMUCH
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MARINGÁ- PR

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS

A DOUTORA MONICA FLEITH LEMUCH, MMA. JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL E TRIBUNAL DO JÚRI, DA COMARCA DE MARINGÁ-PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI...

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente os réus **MOISES BARBOSA PINTO,** nascido aos 24.08.1979 em Santa Fé-Pr, filho de Celetino Flor Pinto e Izolina Babrosa Pinto, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo CITADO, para comparecer perante este juízo da 1ª VARA CRIMINAL da Comarca de MARINGÁ-Pr, no **DIA 09/MARÇO/2005 ÀS 14:45 HORAS,** a fim de ser interrogado nos autos de processo crime nº 2003.51.3, incurso no artigo 32 da Lei 9605/98. ADVERTÊNCIA: Não comparecendo o réu, nem constituindo defensor, ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção antecipada das provas, e se for o caso, decretar sua prisão preventiva. (artigo 366 do CPP).
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, 21 de janeiro de 2005. Eu Renato Carlos Gomes-Auxiliar de Cartório, o digitei e o subscrevi.

MONICA FLEITH LEMUCH
Juíza de Direito

Matinhos

JUÍZO DE DIREITO DA SERVENTIA CÍVEL E ANEXOS COMARCA DE MATINHOS – PR. EDITAL DE CITAÇÃO DA PARTE REQUERIDA GIOVANI COLLETI MOGLIA – ESPÓLIO, COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. CITA, com o prazo de 30 (trinta) dias o requerido Espólio de GIOVANI COLLETI MOGLIA e/ou aquele em cujo nome porventura esteja transcrito o imóvel usucapiendo, os réus ausentes, incertos e desconhecidos e eventuais interessados, cônjuges, bem como os herdeiros e/ou sucessores, para todos os atos da ação de USUSCAPIÃO autuado sob nº 002238/2004, proposta por RUTH CARMEN WARNECKE em face de GIOVANI COLLETI MOGLIA sobre o imóvel ao final descrito, para querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, conteste a presente ação. "ADVERTINDO-OS DE QUE NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO NO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DO DECURSO DO PRAZO DO PRESENTE EDITAL, SERÃO CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL (ART. 285, PARTE FINAL, DO C.P.C.)", MINUTA DA INICIAL: O autor ingressou com a presente ação de Usucapião alegando em síntese que: É legítimo possuidor do Lote de terreno, constituído pelo de n.º 03 (três), da quadra n.º 01, da Planta "BOQUEIRÃO DE MATINHOS" ou "REGISTRO DOS APOLINÁRIOS", situada no Município de Matinhos, desta Comarca, medindo o referido lote: 18,00 metros de frente para a avenida Governador Moisés Lupion, por 18,60 metros, de extensão da frente aos fundos em ambos os lados, confrontando do lado direito de quem da Rua olha o lote, com o lote n.º 04, do lado esquerdo com o lote n.º 02, e na linha de fundos mede 18,00 metros e confronta com uma rua sem denominação, com a área total de 334,80m2, contendo uma casa de alvenaria, tudo conforme registro geral – matrícula n.º 22779. Possuindo a seguinte confrontação – Proprietário do Edifício Lua de Maré, Sr. Edison Adir Becker, portador da RG nº 462.978/PR, lote n.º 04, da quadra 01 da Planta Boqueirão de Matinhos-PR, com endereço para citação na Avenida Atlântica, n.º 400, Boqueirão de Matinhos, Matinhos-PR e também na Avenida Paraná, n.º 2333, Boa Vista, Curitiba-PR e Grzegorz Stanislaw Drozdz, com endereço no lote n.º 02, da quadra 01 da Planta Boqueirão de MATINHOS-PR, COM ENDEREÇO PARA CITAÇÃO NA Rua Rodolfo Senf Júnior, n.º 327, Capão Raso, Curitiba-PR, Cep. 81110-130. DESPACHO: Acolho a emenda de fls. 31/32. Expeça-se edital de citação dos réus, com o prazo de trinta (30) dias. Matinhos, 11/11/04. (as) Mariana Gluszcynski Fowler – Juíza de Direito Designada. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Matinhos, Estado do Paraná, aos 16 de novembro de 2.004. Leandro Ferreira do Nascimento – Funcionário Juramentado o digitei. Eu, (a) (AIRTON JOSÉ VENDRUSCOLO), Titular da Serventia, o conferi e subscrevo.

(a) Airton José Vendruscolo – Titular da Serventia
Por Autorização Judicial da Portaria n.º 002/99

Medianeira

COMARCA DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Pedro Soccol, 1.630 - fone (045)-264-1936

O Doutor Guilherme Cubas Cesar, MM Juiz de Direito designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná,
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO JERSILDO ARAPOAM FERREIRA DE AVELAR, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e ainda a todos os interessados que foi expedido o presente edital, para CITAÇÃO do executado JERSILDO ARAPOAM FERREIRA DE AVELAR, brasileiro, separado, agente, estando o mesmo em lugar ignorado, tendo em vista não ter localizado pelo Oficial de justiça para que pague o valor reclamado de R$ 13.758,13 (treze mil, setecentos e cinqüenta e oito reais e treze centavos) em 24 (vinte e quatro) horas, ou depositá-lo em juízo, sob pena de penhora do imóvel hipotecado, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos contra si alegados, de conformidade com o despacho de fls. 33 dos autos item III "...Caso não seja encontrados o executado e seu cônjuge, nos termos do Art. 3º e 2º do mencionado diploma legal, proceda-se a citação por edital (a) Nilce Regina Lima" e por todo o conteúdo da petição inicial de 03/05 da ação registrada sob n.º 267/04 de EXECUÇÃO DE HIPOTECA em que COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR move a JERSILDO ARAPOAM FERREIRA DE AVELAR, em resumo " COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR propor a presente ação de execução contra JERSILDO ARAPOAM FERREIRA DE AVELAR. A Exequente celebrou com o executado contrato de financiamento mediante hipoteca, para pagamento em 300 meses, e garantia hipotecária do imóvel constituído pelo lote 04 da quadra 20 do Conjunto Residencial Jardim Irene (CR-251) em Medianeira - PR. O executado, encontra-se com 159 (cento e cinqüenta e nove) prestações vencidas e inadimplidas, sendo cabível portanto a execução especial prevista pela Lei 5.741/71. O executado foi notificado pessoalmente para pagar o débito no prazo de 20 dias permanecendo inerte. O débito acrescidos dos encargos legais, importa em R$ 13.758,13.. A ele nos termos do Art. 2º da Lei n.º 5741/71 deve ser acrescido os honorários advocatícios, os quais no percentual de 10% perfaria o valor R$ 1.375,81.. O saldo devedor do financiamento é de R$ 46.829,65 equivalente à 2.568,3568. UPFs, para o mês de março de 2004. Isto posto requer a citação do devedor para pagar o valor do Crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no prazo de 24 horas, sob pena de penhora sobre o imóvel hipotecado, com previsto no Art. 3º da Lei 5741. Caso não pague a dívida acrescida das custas processuais e honorários de advogado, ou não deposite o saldo devedor, requer-se seja procedida a penhora do próprio bem hipotecado (art. 4º da lei 5.741/71), intimando-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias. Requer ainda de acordo com o previsto no art. 4º da Lei 5741/71, que em caso o executado esteja na posse direta do imóvel, ordenando ao mesmo que desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando ao Exequente... Valor da causa R$ 13.758,13. Pede Deferimento. Curitiba 18/05/04. Gisah

M.Maysonnave (advogada)" Dado e Passado nesta cidade de Medianeira aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2004. Eu (a) Celio Barbosa, juramentado que digitei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA DAMIÃO
Aux. Portaria 02/04-Cível
R$ 288,00 – 16 cm

COMARCA DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Pedro Soccol, 1.630 - fone (045)-264-1936

O Doutor Guilherme Cubas Cesar, MM Juiz de Direito designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná,
EDITAL DE CITAÇÃO DOS EXECUTADOS ADOLFO PRIEVE E S/M ZELIA TEREZA PRIEVE COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e ainda a todos os interessados que foi expedido o presente edital, para CITAÇÃO dos executados ADOLFO PRIEVE E S/M ZELIA TEREZA PRIEVE, brasileiros, casados, ele mestre de obras, estando todos em lugar ignorado, tendo em vista não ter localizado pelo Oficial de justiça para que pague o valor reclamado de R$ 35.657,85 (trinta e cinco mil seiscentos e cinqüenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) em 24 (vinte e quatro) horas, ou depositá-lo em juízo, sob pena de penhora do imóvel hipotecado, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos contra si alegados, de conformidade com o despacho de fls. 33 dos autos item III "...Caso não seja encontrados o executado e seu cônjuge, nos termos do Art. 3º e 2º do mencionado diploma legal, proceda-se a citação por edital (a) Nilce Regina Lima" e por todo o conteúdo da petição inicial de 03/05 da ação registrada sob n.º 182/04 de EXECUÇÃO DE HIPOTECA em que COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR move a ADOLFO PRIEVE E S/M ZELIA TEREZA PRIEVE, em resumo " COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR propor a presente ação de execução contra ADOLFO PRIEVE E S/M ZELIA TEREZA PRIEVE. A Exequente celebrou com o executado contrato de financiamento mediante hipoteca, para pagamento em 300 meses, e garantia hipotecária do imóvel constituído pelo lote 14 da quadra 28 do Conjunto Residencial Jardim Irene (CR-251) em Medianeira - PR. O executado, encontra-se com 248 (duzentos e quarenta e oito) prestações vencidas e inadimplidas, sendo cabível portanto a execução especial prevista pela Lei 5.741/71. O executado foi notificado pessoalmente para pagar o débito no prazo de 20 dias permanecendo inerte. O débito acrescidos dos encargos legais, importa em R$ 32.416,23.. A ele nos termos do Art. 2º da Lei n.º 5741/71 deve ser acrescido os honorários advocatícios, os quais no percentual de 10% perfaria o valor R$ 3.241,62.. O saldo devedor do financiamento é de R$ 65.486,75 equivalente à 3.591,5993. UPFs, para o mês de março de 2004. Isto posto requer a citação do devedor para pagar o valor do Crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no prazo de 24 horas, sob pena de penhora sobre o imóvel hipotecado, com previsto no Art. 3º da Lei 5741. Caso não pague a dívida acrescida das custas processuais e honorários de advogado, ou não deposite o saldo devedor, requer-se seja procedida a penhora do próprio bem hipotecado (art. 4º da lei 5.741/71), intimando-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias. Requer ainda de acordo com o previsto no art. 4º da Lei 5741/71, que em caso o executado esteja na posse direta do imóvel, ordenando ao mesmo que desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando ao Exequente... Valor da causa R$ 35.657,85. Pede Deferimento. Curitiba 18/05/04. Gisah M.Maysonnave (advogada)" Dado e Passado nesta cidade de Medianeira aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2004. Eu (a) Celio Barbosa, juramentado que digitei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA DAMIÃO
Aux. Portaria 02/04-Cível
R$ 288,00 – 16 cm

COMARCA DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Pedro Soccol, 1.630 - fone (045)-264-1936

O Doutor Guilherme Cubas Cesar, MM Juiz de Direito designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná,
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO DARCI NEVES GRANELLA, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e ainda a todos os interessados que foi expedido o presente edital, para CITAÇÃO do executado DARCI NEVES GRANELLA, brasileiro, solteiro, operador, estando o mesmo em lugar ignorado, tendo em vista não ter localizado pelo Oficial de justiça para que pague o valor reclamado de R$ 36.466,54 (trinta e seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e cinqüenta e quatro centavos) em 24 (vinte e quatro) horas, ou depositá-lo em juízo, sob pena de penhora do imóvel hipotecado, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos contra si alegados, de conformidade com o despacho de fls. 33 dos autos item III "...Caso não seja encontrados o executado e seu cônjuge, nos termos do Art. 3º e 2º do mencionado diploma legal, proceda-se a citação por edital (a) Nilce Regina Lima" e por todo o conteúdo da petição inicial de 03/05 da ação registrada sob n.º 184/04 de EXECUÇÃO DE HIPOTECA em que COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR move a DARCI NEVES GRANELLA, em resumo " COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR propor a presente ação de execução contra DARCI NEVES GRANELLA. A Exequente celebrou com o executado contrato de financiamento mediante hipoteca, para pagamento em 300 meses, e garantia hipotecária do imóvel constituído pelo lote 04 da quadra 19 do Conjunto Residencial Jardim Irene (CR-251) em Medianeira - PR. O executado, encontra-se com 261 (duzentos e sessenta e uma) prestações vencidas e inadimplidas, sendo cabível portanto a execução especial prevista pela Lei 5.741/71. O executado foi notificado pessoalmente para pagar o débito no prazo de 20 dias permanecendo inerte. O débito acrescidos dos encargos legais, importa em R$ 33.151,40... A ele nos termos do Art. 2º da Lei n.º 5741/71 deve ser acrescido os honorários advocatícios, os quais no percentual de 10% perfaria o valor R$ 3.315,14... O saldo devedor do financiamento é de R$ 53.397,88 equivalente à 2.928,5892. UPFs, para o mês de março de 2004. Isto posto requer a citação do devedor para pagar o valor do Crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no prazo de 24 horas, sob pena de penhora sobre o imóvel hipotecado, com previsto no Art. 3º da Lei 5741. Caso não pague a dívida acrescida das custas processuais e honorários de advogado, ou não deposite o saldo devedor, requer-se seja procedida a penhora do próprio bem hipotecado (art. 4º da lei 5.741/71), intimando-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias. Requer ainda de acordo com o previsto no art. 4º da Lei 5741/71, que em caso o executado esteja na posse direta do imóvel, ordenando ao mesmo que desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando ao Exequente... Valor da causa R$ 36.466,54 Pede Deferimento. Curitiba 18/05/04. Gisah M.Maysonnave (advogada)" Dado e Passado nesta cidade de Medianeira aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2004. Eu (a) Celio Barbosa, juramentado que digitei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA DAMIÃO
Aux. Portaria 02/04-Cível
R$ 270,00 – 15 cm

COMARCA DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Pedro Soccol, 1.630 - fone (045)-264-1936

O Doutor Guilherme Cubas Cesar, MM Juiz de Direito designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná,
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO HELIO BONDAN, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e ainda a todos os interessados que foi expedido o presente edital, para CITAÇÃO do executado HELIO BONDAN, brasileiro, separado, motorista, estando o mesmo em lugar ignorado, tendo em vista não ter localizado pelo Oficial de justiça para que pague o valor reclamado de R$ 50.516,25 (cinqüenta mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos) em 24 (vinte e quatro) horas, ou depositá-lo em juízo, sob pena de penhora do imóvel hipotecado, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos contra si alegados, de conformidade com o despacho de fls. 33 dos autos item III "...Caso não seja encontrados o executado e seu cônjuge, nos termos do Art. 3º e 2º do mencionado diploma legal, proceda-se a citação por edital (a) Nilce Regina Lima" e por todo o conteúdo da petição inicial de 03/05 da ação registrada sob n.º 185/04 de EXECUÇÃO DE HIPOTECA em que COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR move a HELIO BONDAN, em resumo " COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR propor a presente ação de execução contra HELIO BONDAN. A Exequente celebrou com o executado contrato de financiamento mediante hipoteca, para pagamento em 300 meses, e garantia hipotecária do imóvel constituído pelo lote 07 da quadra 28 do Conjunto Residencial Jardim Irene (CR-251) em Medianeira - PR. O executado, encontra-se com 260 (duzentos e sessenta) prestações vencidas e inadimplidas, sendo cabível portanto a execução especial prevista pela Lei 5.741/71. O executado foi notificado pessoalmente para pagar o débito no prazo de 20 dias permanecendo inerte. O débito acrescidos dos encargos legais, importa em R$ 45.923,87.. A ele nos termos do Art. 2º da Lei n.º 5741/71 deve ser acrescido os honorários advocatícios, os quais no percentual de 10% perfaria o valor R$ 4.592,38.... O saldo devedor do financiamento é de R$ 78.994,39.. equivalente à 4.332,4213. UPFs, para o mês de março de 2004. Isto posto requer a citação do devedor para pagar o valor do Crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no prazo de 24 horas, sob pena de penhora sobre o imóvel hipotecado, com previsto no Art. 3º da Lei 5741. Caso não pague a dívida acrescida das custas processuais e honorários de advogado, ou não deposite o saldo devedor, requer-se seja procedida a penhora do próprio bem hipotecado (art. 4º da lei 5.741/71), intimando-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias. Requer ainda de acordo com o previsto no art. 4º da Lei 5741/71, que em caso o executado esteja na posse direta do imóvel, ordenando ao mesmo que desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando ao Exequente... Valor da causa R$ 50.516,25. Pede Deferimento. Curitiba 18/05/04. Gisah M.Maysonnave (advogada)" Dado e Passado nesta cidade de Medianeira aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2004. Eu (a) Celio Barbosa, juramentado que digitei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA DAMIÃO
Aux. Portaria 02/04-Cível
R$ 270,00 – 15 cm

COMARCA DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Pedro Soccol, 1.630 - fone (045)-264-1936

O Doutor Guilherme Cubas Cesar, MM Juiz de Direito designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná,
EDITAL DE CITAÇÃO DOS EXECUTADOS PEDRO ANACLETO E S/M GENI DE OLIVEIRA ANACLETO, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e ainda a todos os interessados que foi expedido o presente edital, para CITAÇÃO dos executados PEDRO ANACLETO E S/M GENI DE OLIVEIRA ANACLETO, brasileiros, casados, ele pedreiro, estando todos em lugar ignorado, tendo em vista não ter localizado pelo Oficial de justiça para que pague o valor reclamado de R$ 46.496,19 (quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e seis reais e dezenove centavos) em 24 (vinte e quatro) horas, ou depositá-lo em juízo, sob pena de penhora do imóvel hipotecado, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos contra si alegados, de conformidade com o despacho de fls. 33 dos autos item III "...Caso não seja encontrados o executado e seu cônjuge, nos termos do Art. 3º e 2º do mencionado diploma legal, proceda-se a citação por edital (a) Nilce Regina Lima" e por todo o conteúdo da petição inicial de 03/05 da ação registrada sob n.º 186/04 de EXECUÇÃO DE HIPOTECA em que COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR move a PEDRO ANACLETO E S/M GENI DE OLIVEIRA ANACLETO, em resumo " COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR propor a presente ação de execução contra PEDRO ANACLETO E S/M GENI DE OLIVEIRA ANACLETO. A Exequente celebrou com o executado contrato de financiamento mediante hipoteca, para pagamento em 300 meses, e garantia hipotecária do imóvel constituído pelo lote 18 da quadra 20 do Conjunto Residencial Jardim Irene (CR-251) em Medianeira - PR. O executado, encontra-se com 260 (duzentos e sessenta) prestações vencidas e inadimplidas, sendo cabível portanto a execução especial prevista pela Lei 5.741/71. O executado foi notificado pessoalmente para pagar o débito no prazo de 20 dias permanecendo inerte. O débito acrescidos dos encargos legais, importa em R$ 42.269,27.. A ele nos termos do Art. 2º da Lei n.º 5741/71 deve ser acrescido os honorários advocatícios, os quais no percentual de 10% perfaria o valor R$ 4.226,92.. O saldo devedor do financiamento é de R$ 71.518,36 equivalente à 3.922,4009, UPFs, para o mês de março de 2004. Isto posto requer a citação do devedor para pagar o valor do Crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no prazo de 24 horas, sob pena de penhora sobre o imóvel hipotecado, com previsto no Art. 3º da Lei 5741. Caso não pague a dívida acrescida das custas processuais e honorários de advogado, ou não deposite o saldo devedor, requer-se seja procedida a penhora do próprio bem hipotecado (art. 4º da lei 5.741/71), intimando-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias. Requer ainda de acordo com o previsto no art. 4º da Lei 5741/71, que em caso o executado esteja na posse direta do imóvel, ordenando ao mesmo que desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando ao Exequente... Valor da causa R$ 46.496,19. Pede Deferimento. Curitiba 18/05/04. Gisah M.Maysonnave (advogada)" Dado e Passado nesta cidade de Medianeira aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2004. Eu (a) Celio Barbosa, juramentado que digitei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA DAMIÃO
Aux. Portaria 02/04-Cível
R$ 288,00 – 16 cm

COMARCA DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Pedro Soccol, 1.630 - fone (045)-264-1936

O Doutor Guilherme Cubas Cesar, MM Juiz de Direito designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná,
EDITAL DE CITAÇÃO DOS EXECUTADOS RICARDO DE LIMA SALVADOR E S/M NADIR DE LIMA SALVADOR, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e ainda a todos os interessados que foi expedido o presente edital, para CITAÇÃO dos executados RICARDO DE LIMA SALVADOR E S/M NADIR DE LIMA SALVADOR, brasileiros, casados, ele motorista, estando todos em lugar ignorado, tendo em vista não ter localizado pelo Oficial de justiça para que pague o valor reclamado de R$ 64.445,45 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) em 24 (vinte e quatro) horas, ou depositá-lo em juízo, sob pena de penhora do imóvel hipotecado, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos contra si alegados, de conformidade com o despacho de fls. 33 dos autos item III "...Caso não seja encontrados o executado e seu cônjuge, nos termos do Art. 3º e 2º do mencionado diploma legal, proceda-se a citação por edital (a) Nilce Regina Lima" e por todo o conteúdo da petição inicial de 03/05 da ação registrada sob n.º 187/04 de EXECUÇÃO DE HIPOTECA em que COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR move a RICARDO DE LIMA SALVADOR E S/M NADIR DE LIMA SALVADOR, em resumo " COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR propor a presente ação de execução contra RICARDO DE LIMA SALVADOR E S/M NADIR DE LIMA SALVADOR. A Exequente celebrou com o executado contrato de financiamento mediante hipoteca, para pagamento em 300 meses, e garantia hipotecária do imóvel constituído pelo lote 03 da quadra 28 do Conjunto Residencial Jardim Irene (CR-251) em Medianeira - PR. O executado, encontra-se com 270 (duzentos e setenta) prestações vencidas e inadimplidas, sendo cabível portanto a execução especial prevista pela Lei 5.741/71. O executado foi notificado pessoalmente para pagar o débito no prazo de 20 dias permanecendo inerte. O débito acrescidos dos encargos legais, importa em R$ 58.586,78.. A ele nos termos do Art. 2º da Lei n.º 5741/71 deve ser acrescido os honorários advocatícios, os quais no percentual de 10% perfaria o valor R$ 5.858,67.. O saldo devedor do financiamento é de R$ 91.657,30 equivalente à 5.026,9145 UPFs, para o mês de março de 2004. Isto posto requer a citação do devedor para pagar o valor do Crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no prazo de 24 horas, sob pena de penhora sobre o imóvel hipotecado, com previsto no Art. 3º da Lei 5741. Caso não pague a dívida acrescida das custas processuais e honorários de advogado, ou não deposite o saldo devedor, requer-se seja procedida a penhora do próprio bem hipotecado (art. 4º da lei 5.741/71), intimando-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias. Requer ainda de acordo com o previsto no art. 4º da Lei 5741/71, que em caso o executado esteja na posse direta do imóvel, ordenando ao mesmo que desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando ao Exequente... Valor da causa R$ 64.445,45. Pede Deferimento. Curitiba 18/05/04. Gisah M.Maysonnave (advogada)" Dado e Passado nesta cidade de Medianeira aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2004. Eu (a) Celio Barbosa, juramentado que digitei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA DAMIÃO
Aux. Portaria 02/04-Cível
R$ 288,00 – 16 cm

COMARCA DE MEDIANEIRA - ESTADO DO PARANÁ
Av. Pedro Soccol, 1.630 - fone (045)-264-1936

O Doutor Guilherme Cubas Cesar, MM Juiz de Direito designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná,
EDITAL DE CITAÇÃO DO EXECUTADO ROBERTO SILVA, COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, e ainda a todos os interessados que foi expedido o presente edital, para CITAÇÃO do executado ROBERTO SILVA, brasileiro, separado, eletricista, estando todos em lugar ignorado, tendo em vista não ter localizado pelo Oficial de justiça para que pague o valor reclamado de R$ 64.445,45 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) em 24 (vinte e quatro) horas, ou depositá-lo em juízo, sob pena de penhora do imóvel hipotecado, sob pena de presumirem como verdadeiros os fatos contra si alegados, de conformidade com o despacho de fls. 33 dos autos item III "...Caso não seja encontrados o executado e seu cônjuge, nos termos do Art. 3º e 2º do mencionado diploma legal, proceda-se a citação por edital (a) Nilce Regina Lima" e por todo o conteúdo da petição inicial de 03/05 da ação registrada sob n.º 188/04 de EXECUÇÃO DE HIPOTECA em que COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR move a ROBERTO SILVA, em resumo " COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR propor a presente ação de execução contra ROBERTO SILVA. A Exequente celebrou com o executado contrato de financiamento mediante hipoteca, para pagamento em 300 meses, e garantia hipotecária do imóvel constituído pelo lote 05 da quadra 23 do Conjunto Residencial Jardim Irene (CR-251) em Medianeira - PR. O executado, encontra-se com 270 (duzentos e setenta) prestações vencidas e inadimplidas, sendo cabível portanto a execução especial prevista pela Lei 5.741/71. O executado foi notificado pessoalmente para pagar o débito no prazo de 20 dias permanecendo inerte. O débito acrescidos dos encargos legais, importa em R$ 58.586,78.. A ele nos termos do Art. 2º da Lei n.º 5741/71 deve ser acrescido os honorários advocatícios, os quais no percentual de 10% perfaria o valor R$ 5.858,67.. O saldo devedor do financiamento é de R$ 91.657,30 equivalente à 5.026,9145 UPFs, para o mês de março de 2004. Isto posto requer a citação do devedor para pagar o valor do Crédito reclamado ou depositá-lo em juízo no prazo de 24 horas, sob pena de penhora sobre o imóvel hipotecado, com previsto no Art. 3º da Lei 5741. Caso não pague a dívida acrescida das custas processuais e honorários de advogado, ou não deposite o saldo devedor, requer-se seja procedida a penhora do próprio bem hipotecado (art. 4º da lei 5.741/71), intimando-se o executado para querendo oferecer embargos no prazo de 10 (dez) dias. Requer ainda de acordo com o previsto no art. 4º da Lei 5741/71, que em caso o executado esteja na posse direta do imóvel, ordenando ao mesmo que desocupe no prazo de 30 (trinta) dias, entregando ao Exequente... Valor da causa R$ 64.445,45. Pede Deferimento. Curitiba 18/05/04. Gisah M.Maysonnave (advogada)" Dado e Passado nesta cidade de Medianeira aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2004. Eu (a) Celio Barbosa, juramentado que digitei e subscrevi.

RICARDO FERREIRA DAMIÃO
Aux. Portaria 02/04-Cível
R$ 270,00 – 15 cm

R$ 1.962,00

Vara Cível – Comarca de Medianeira/Pr
Av. Pedro Soccol, 1.630 – CEP 85884-000 -
Fone (045)264 1936 - e-mail: varacivel@certto.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

O Doutor Marcos Antonio de Souza Lima, MM. Juiz de Direito Designado da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

FAZ SABER que pelo presente edital extraído dos Autos nº 306/04 de Usucapião, em que João Felipe Roglin e sua mulher movem em face de Colonizadora Matelândia Ltda, CITA, com prazo de 30 (trinta) dias, os eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para todos os atos da ação, sobre o imóvel no final descrito, para contestarem, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá da data da publicação do presente edital, para responderem, querendo, a ação proposta, sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: "Parte do lote rural nº 54, do 3º polígono da Colonizadora Matelândia, situado no município de Serranópolis do Iguaçu, com área total de 11,400m², da Linha Progresso, com as seguintes divisas e confrontações: Norte: com o Rio Silva Jardim; Sul: com a Colônia Silva Jardim; Leste: com Parte do Lote 54 e Oeste: com o lote nº 53". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Medianeira, 21 de janeiro de 2005. Eu, _____ (Marileide Rodrigues), Escrevente Juramentada, que digitei e subscrevi.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA LIMA
Juiz de Direito Designado

R$ 180,00

Paranacity

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARANACITY
CARTÓRIO CÍVEL, COMÉRCIO E ANEXOS
Maria Angélica da Silva Cleber Alexandre da Silva
Escrivã E. Juramentado
Rua Pedro Paulo Venerio, 1008 - Centro - Fone: (044) 463-1232 - Paranacity - Paraná

EDITAL COM O PRAZO DE 30 DIAS PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DOS EXECUTADOS ENOBEL – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS LTDA e ISABEL CRISTINA LONGO.

EDITAL de ***CITAÇÃO*** dos executados **ENOBEL – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS LTDA e ISABEL CRISTINA LONGO**, a primeira, pessoa jurídica – CNPJ nº. 02791995/0001-81, representada pela segunda executada, inscrita no CPF nº. 549.363.739-15, residente em lugar ignorado, de que perante este Juízo tem seus trâmites legais os autos nº **38/03** de Ação de Execução Fiscal, requerida pela **UNIÃO - FAZENDA NACIONAL**, em face **ENOBEL – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS LTDA E OUTROS**, e, para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento de R$ 34.102,06 (Trinta e quatro mil, cento e dois reais e seis centavos) atualizados até (16/04/2004), acrescidos de custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações de direito, ou nomeie bens à penhora, em tantos quantos forem suficientes para o pagamento da dívida e seus acessórios, sob pena de ser procedida penhora em seus bens.
Paranacity, 30 de dezembro 2004. Eu _____ ***Maria Angélica da Silva***, Escrivã, o subscrevo.

Carlos Eduardo Mattioli Kockanny
Juiz de Direito

Paranaguá

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V. CRIMINAL DA COMARCA DE PARANAGUÁ-PR
Rua Mal. Deodoro, 162 – Fone (041) 423-2799 - CEP. 83.203-040
Aristoteles Coelho Rosa Junior
Escrivão Criminal
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 90 dias

A Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, MM. Juíza Substituta da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo executam-se os autos de Processo Criminal n.º **1999.142-4**, que a Justiça Pública move contra: **ILZA GONÇALVES CORREIA**, brasileira, casada, do lar, filha de Waldemar Alves Correia e de Leonice Gonçalves Alves Correia, residente a Rua: Projetada– s/nº, bairro Santa Terezinha, nesta cidade de Paranaguá – Pr., e não sendo possível intimá-lo pessoalmente, INTIMA-O através do presente edital, dos termos da R. sentença, datada de 10/novembro/2004 de fls. 137/145, que com base no art. 213, c/c art. 224, alinea "A", art. 29, §1º e art. 71 "caput" todos Códogo Penal, apenada em 04 (quatro) anos de 08 (oito) meses de reclusão, regime Semi-Aberto. A ré poderá aguardar em Liberdade o transito em julgado da sentença condenatória (art. 392. inc. VI e art. 392, §1º todos do Código Processo Penal).

Dado e passado nesta cidade e comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, aos 05 de janeiro de 2005. Eu, _____ Aristoteles Coelho Rosa Junior, Escrivão Criminal, o digitei e subscrevi.

ALESSANDRA PIMENTEL MUNHOZ DO AMARAL
JUIZ SUBSTITUTA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V. CRIMINAL DA COMARCA DE PARANAGUÁ-PR
Rua Mal. Deodoro, 162 – Fone (041) 423-2799 - CEP. 83.203-040
Aristoteles Coelho Rosa Junior
Escrivão Criminal
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo: 90 dias

A Doutora Alessandra Pimentel Munhoz do Amaral, MM. Juíza Substituta da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo executam-se os autos de Processo Criminal n.º **1999.142-4**, que a Justiça Pública move contra: **JEAN BECHER DA MAIA**, brasileiro, divorciado, serígrafo, filho de João Batista da Maia e de Sairte Becher da Maia, residente a Rua: Amin Mussi – nº 75, bairro Alvorada, nesta cidade de Paranaguá – Pr., e não sendo possível intimá-lo pessoalmente, INTIMA-O através do presente edital, dos termos da R. sentença, datada de 27/abril/2004 de fls. 119vº, que com base no art. 44, §4º do Código Penal, convertido a pena restritiva de direito em privativa de liberdade pelo preído de 01 (um) ano de detenção, regime Aberto.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, aos 05 de janeiro de 2005. Eu, _____ Aristoteles Coelho Rosa Junior, Escrivão Criminal, o digitei e subscrevi.

ALESSANDRA PIMENTEL MUNHOZ DO AMARAL
JUIZ SUBSTITUTA

Pitanga

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ
CARTÓRIO DA VARA CÍVEL
ALBANI PULTER LUBCZYK
Escrivão Designado
Av Manoel Ribas, 411 – Centro – Ed. do Fórum - CEP: 85.200-000 – fone (042) 646-1272 R-25 – Pitanga/PR

EDITAL DE CITAÇÃO, CONFINANTES E RÉUS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS NO PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.

O DOUTOR, LUCIANO CAMPOS DE ALBUQUERQUE, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CIVEL E COMARCA DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI..

F A Z S A B E R a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido dos Autos sob n.º **147/2004**, de **USUCAPIÃO,** requerido pôr JOAQUIM PEREIRA DE GODOY contra ESTE JUÍZO, fica Vossa Sra., devidamente **INTIMADO,** se tem ou não interesse, sobre uma área de terras medindo 43.500,00m² (quarenta e três mil e quinhentos metros quadrados), imóvel denominado Colônia Borboletinha, Município e Comarca de Pitanga, Estado do Paraná, compreendido dentro dos seguintes limites e confrontações: **NORDESTE;** Por um cerca com o rumo de 46º00'SE, na extensão de 62,00 metros, confrontando com terras de Marcilio de Mello: **LESTE;** Por uma cerca com o rumo de 10º07'SO, na extensão de 258,80 metros, confrontando com terras de Geraldo Suchodolak: **SUDESTE;** Por uma área com o rumo de 62º30'SO, na extensão de 180,00 metros, confrontando com terras de Dilmar Proença: **SUDOESTE;** Pelo Rio Borboletinha com o rumo e 53º00'SO, na extensão de 62,00 metros, confrontando com terras de Dilmar Proença. Ficando devidamente **CITADOS** os réus e confinantes ausentes, para responder no prazo de 15 dias. **Art 285: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial** CUMPRA-SE DADO E PASSADO nesta cidade de Pitanga, Estado do Paraná, aos dez (10) dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro. Eu _____,MAURICIO JASKIW, Aux. juramentado, que o fiz digitar e a subscrevi.

ALBANI PULTER LUBCZYK
Escrivão Designado
Por delegação do Juízo
Portaria 22/2002

R$ 234,00

Ponta Grossa

COMARCA DE PONTA GROSSA - 4ª VARA CÍVEL

EDITAL ANUNCIANDO A ARRECADAÇÃO E CHAMANDO OS INTERESSADOS
Pelo presente edital, expedido dos autos nº 000634/2002, de DECLARACAO DE MORTE PRESUMIDA, em que são requerentes SONIA MARIA FERREIRA ALVES, JOANA D'ARC FERREIRA DOS SANTOS, MARCOS JOSE FERREIRA, JOCIANE SCHERER e FABIANE CRISTINA FERREIRA, e requerido JOSE FERREIRA, anunciando a arrecadação dos bens dos ausentes JOSE FERREIRA, constantes do Auto de Arrecadação de Bens de fls. 54, em que compareceu a Sra. SONIA MARIA FERREIRA ALVES, brasileira, casada, cozinheira, inscrita no CPF/MF n. 025.425.709-73, residente e domiciliada à rua Santa Regina, nº 227, Borsato, nesta cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na qualidade de DEPOSITÁRIA e ADMINISTRADORA, também nomeada CURADORA, por este Juízo, do requerido JOSE FERREIRA, para os fins do artigo 1.144, combinado com o artigo 1.160 do Código de Processo Civil, FICANDO ARRECADADOS OS BENS constantes da inicial, a seguir transcritos: Casa tipo 2-32, do lote nº 23, quadra 12, tendo a casa área de 32,40m2, e o terreno uma área de 264,00m2, nesta cidade e Comarca, confrontando com quem da rua olha: 11,00m (onze metros) de frente para a rua Proj. ¨G¨, 24,00m (vinte e quatro metros) do lado esquerdo para o lote 24 e 11,00m (onze metros) de fundo para o lote 09, conforme documento emitido pela COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná, matriculado no Registro de Imóveis do 2º Ofício, sob nº 9.675, desta cidade" e chamando o ausente ou outros interessados para entrarem na posse de seus bens ou requererem o que for a bem de seus direitos A ser afixado e publicado na forma da lei SOB OS AUSPÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, aos 16 de marco de 2.004. Eu, Marie Helena G. Prestes, Auxiliar Juramentada, que digitei e subscrevo.

MAGNUS VENICIUS ROX – Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE VINTE(20) DIAS, HELIO CESAR ENGELHARDT, MM. JUIZ DE DIREITO da 1ª.Vara de Família e Anexos da Comarca de Ponta Grossa. Pelo presente edital, fica o(as) réu(rés) JONADARC TEREZINHA FELIPAKE e EDNOEL FELIPAKE, brasileiros, casados, demais qualificações desconhecidas, atualmente em lugar incerto CITADO(A-AS-OS) para, querendo em quinze(15) dias, contestarem os termos da presente ação, sob pena de tornar-se revel, hipótese em que poderão ser aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, junto aos autos de GUARDA E RESPONSABILIDADE, sob nº. 1100/2004, em que é Autor(a-as-es) MANOEL JONALDIR DE OLIVEIRA e CIDEMONCELIA DE OLIVEIRA. Ponta Grossa, 11 de janeiro de 2005.Eu, Maristela Algauer Neves, Auxiliar Juramentada, que digitei, conferi e subscrevi.

JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA
Juiz de Direito
O original está assinado

Santa Helena

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA HELENA-PR
CARTORIO CIVEL COMERCIO E ANEXOS
FONE/FAX- 045.268.20.84
SERGIO ALVES DREHER
Escrivão

EDITAL PARA CITAÇÃO DA MÃE BIOLÓGICA: NELI DA ROSA, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.

Edital Expedido nos autos **Nº 41/2004** de **GUARDA E RESPONSABILIDADE**, em que é Requerente **E. N.** e Requerido **M. P. DA R.**, tendo o presente a finalidade de **CITAÇÃO** da mãe biológica do menor, **Sra. NELI DA ROSA**, atualmente em lugar incerto e não sabido, por todos os termos da presente ação e para que, querendo, conteste-a no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confesso; tudo, de conformidade com o *resumo da inicial*, a seguir: "E. N., brasileira, RG nº 4.760.652-7-SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Mato Grosso, nº 970, nesta cidade e Comarca, requereu a *Guarda e Responsabilidade* do menor M. P. DA R., filho de Neli da Rosa. A autora, desde fevereiro de 2003 cuida do menino Marlon, pois sua mãe o deixou com ela, para poder trabalhar e sustentar seu filho, sendo que no início mandou algum dinheiro para a autora. No entanto, Neli da Rosa, genitora de M., desde junho de 2003, não dá mais notícias, e nem veio ver o menino, sendo que autora não tem conhecimento seu paradeiro. Diante dos fatos, pretende a autora a guarda e responsabilidade do menor. Isto posto, requer a procedência do presente pedido a fim de que seja concedida a guarda e responsabilidade provisória do menor M. P. da R. , a requerente".
NOTA: Artigo 285 e 319 do C.P.C. "não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor" "Se o réu não contestar a ação reputar-se-ão verdadeiros os fatos firmados pelo autor".
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro. (18.11.2004). Eu.....(SERGIO ALVES DREHER) Escrivão do Cível e Anexos o digitei.

SILVIO HIDEKI YAMAGUCHI
JUIZ DE DIREITO DESIGNADO

Santo Antônio da Platina

EDITAL DE INTERDIÇÃO - ARTIGO 1.184, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

A DOUTORA DANIELA FLAVIA MIRANDA, MMª. JUÍZA SUBSTITUTA DESTA CIDADE E COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, ESTADO DO PARANÁ, ETC...

FAZ SABER a tantos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório Cível se processam os autos nº 337/2003, de Ação de Interdição, em que é Requerente Euselia Severino e requerida Marta Severino, em cujo feito foi proferida a sentença em data de 20/04/2004, que transitou em julgado em data de 26/05/2004, decretando a interdição de MARTA SEVERINO, brasileira, maior, solteira, incapaz, portadora da Certidão de Nascimento n.º 6750, fls. 188, do Livro A-006 do Cartório de Registro Civil do Distrito do Monte Real, desta cidade e Comarca, declarando-a incapaz para reger os atos da vida civil, na forma do artigo 446, I do Código Civil e 1.177 e ss. do CPC, nomeando-lhe Curadora, sua irmã Senhora Eusélia Severino.
E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado por três (03) vezes, com intervalo de dez (10) dias entre cada publicação, no Diário da Justiça do Paraná e pela imprensa local.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro. Eu,_____(Jefferson V. Bôas Erichsen) Escrivão , que o fiz digitar e assino.

Daniela Flavia Miranda
Juíza Substituta

São José dos Pinhais

EDITAL DE CITAÇÃO DE – IRIS KATSUKO TOEDA . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 981/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado KAZUO TOEDA o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 2.943,89 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 829 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 04 DE JANEIRO de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE – MEDITERRÂNEO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – CNPJ 77.575.793/0001-00. PRAZO 30 DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o nº 44/2002 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente o Município de São José dos Pinhais, e executado Mediterrâneo Empreendimentos Imobiliários Ltda, que tem por objetivo a cobrança do IPTU dos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000 referente ao lote 107 da quadra F da Planta Jardim Santa Catarina I, nesta Cidade, perfazendo uma dívida de R$ 2.305,10 (dois mil, trezentos e cinco reais e dez centavos), em 27/12/2001. Estando o executado – Mediterrâneo Empreendimentos Imobiliários Ltda, em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital **INTIMADO,** na pessoa de seu representante legal, da penhora realizada nos autos, que recaiu sobre o imóvel constituído pelo lote de terreno sob o nº 107, da quadra F, da Planta Jardim Santa Catarina I, nesta Cidade, devidamente matriculado sob o nº 32.408 do Cartório de Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição Imobiliária desta Comarca, e para embargar o feito, querendo, no prazo de trinta (30) dias, sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pelo exequente (artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil). Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 21 de dezembro de 2004. Eu_____(Sandro Isidio Bonato), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – A3N EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA E LEONILDO LUIZ TORTELLI . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 451/1995 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado A3N EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA E LEONILDO LUIZ TORTELLI o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 154,86 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 4374,4375,4376,4377,4378 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 06 DE JANEIRO de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – ISRAEL RAMOS SENA . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 546/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado ISRAEL RAMOS SENA o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 2.336,47 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 41 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 04 DE JANEIRO de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – ASSIS ARTUR ADADA – RG. 1.379.495 E CPF 234.407.676-49 . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 682/2001 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado ERNESTO PONTONI E OUTROS E ASSIS ARTUR ADADA o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da

ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 2.631,08 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 649 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 06 DE JANEIRO de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE JOAO FERREIRA – CI. 7.949.958-SP E CPF 388.839.709-00 . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 976/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado JOAO FERREIRA o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO E INTIMADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 1199,79 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número903 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de conversao em penhora do arresto efetuado sobre o lote de terreno numero 04 da quadra 22 da planta Libanopolis , matricula 44.966 do registro de imoveis do primeiro oficio da comarca , e INTIMADO para embarar querendo, no prazo de trinta dias , contados da conversao do arresto em penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, quatro de janeiro de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – EDGAR SABINO – CPF/MF 571.638.989-91. PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 2227/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente o Município de São José dos Pinhais, e executado Edgar Sabino, o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital , CITADO, dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a rua João Angelo Cordeiro s/n, São José dos Pinhais – Paraná, a quantia de R$ 878,79 (oitocentos e setenta e oito reais e setenta e nove centavos), devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa numero 3.401 ou no mesmo prazo de cinco dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art. 16 da lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 13 de dezembro de 2004. Eu_____(Sandro Isidio Bonato), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – PEDRO CORDEIRO DA ROCHA E SUA MULHER FRANCISCA LEOCADIA DA ROCHA, ANTONIO FRANCO DA ROCHA E SUA MULHER JOAQUIM ANTONIO CORDEIRO E SUA MUYLHER, ANTONIO GOMES CAMARGO, JOAQUIM GOMES CAMAGO E SUA MULHER, ANTONIO FILGUEIRA DA ROCHA E SUA MULHER E ARLINDO RIBEIRO ROSSETIN. . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 1736/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado PEDRO ANTONIO CORDEIRO DA ROCHA E OUTROS o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 2.458,48 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 2143 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 04 DE JANEIRO de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – ARNO MANOEL MARTINS – RG. 1918.401/PR E CPF 316.558.079-00 . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 1964/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado ARNO MANOEL MARTINS o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 2.125,06 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 2371 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais,04 DE JANEIRO de 2005. Eu _____ (CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE – CORNÉLIO EPP – CPF/MF 001.294.449; - SAVAS JOANIDES; - MUNIR GUÉRIOS E SEUS CÔNJUGES, SE CASADOS FOREM. PRAZO 30 DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o nº 1967/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente o Município de São José dos Pinhais, e executados Cornélio Epp, Savas Joanides e Munir Guérios, que tem por objetivo a cobrança do IPTU dos anos de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 referente ao lote 07 (sete), da quadra 33 (trinta e três), da Planta Jarquim Q´Sonho, nesta Cidade, perfazendo uma dívida de R$ 2.257,69 (dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos), em 13/10/2003. Estando os executados – Cornélio Epp, Savas Joanides e Munir Guérios e seus cônjuges, se casados forem, em lugar incerto e não sabido, fica(m) através do presente edital **CITADO(S),** para pagar(em) no prazo de cinco (05) dias a quantia devida, acrescida de correção monetária, juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em dez por cento para pronto pagamento, e também **INTIMADO(S)** do Arresto que recaiu sobre o seguinte imóvel : Imóvel constituído pelo lote de terreno, sem benfeitorias, sob o nº 07 (sete), da quadra nº 33 (trinta e três), da Planta Jardim Q´Sonho, situado no lugar denominado Borda do Campo, nesta Cidade, com dividas, confrontações e demais características constantes da transcrição nº 37.288 às fls.1 do Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício desta Cidade, sendo decorrido o prazo do Arresto será convertido em Penhora, contando deste ato o prazo de trinta (30) dias para a apresentação de Embargos. Advertindo-o(s) de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo(s) mesmo(s) como verdadeiros os fatos articulados pelo exequente (artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil). Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 16 de dezembro de 2004. Eu_____(Sandro Isidio Bonato), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE – MARIA WERGNER PINTO E SEU MARIDO, SE CASADA FOR. PRAZO 30 DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o nº 1978/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente o Município de São José dos Pinhais, e executada Maria Wergner Pinto, que tem por objetivo a cobrança do IPTU dos anos de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 referente ao lote 09 da quadra 30 da Planta Jardim Q Sonho, nesta Cidade, perfazendo uma dívida de R$ 1.336,48 (um mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e oito centavos), em 30/10/2003. Estando a executada – Maria Wergner Pinto e seu marido, se casada for, em lugar incerto e não sabido, fica(m) através do presente edital **CITADO(S),** para pagar(em) no prazo de cinco (05) dias a quantia devida, acrescida de correção monetária, juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em dez por cento para pronto pagamento, e também **INTIMADO(S)** do Arresto que recaiu sobre o seguinte imóvel : Imóvel constituído pelo lote de terreno sob o nº 09 (nove), da quadra nº 30 (trinta), do Jardim Q Sonho, localizado no quadro urbano desta Cidade, com as demais características constantes na matrícula nº 38.994 do Cartório de Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição Imobiliária desta Comarca, sendo decorrido o prazo do Arresto será convertido em Penhora, contando deste ato o prazo de trinta (30) dias para a apresentação de Embargos. Advertindo-o(s) de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo(s) mesmo(s) como verdadeiros os fatos articulados pelo exequente (artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil). Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 10 de dezembro de 2004. Eu _____ (Sandro Isidio Bonato), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – INDALECIO BARBOZA PRESTES . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 2123/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado INDALECIO BARBOZA PRESTES o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$540,42 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 2857 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais,04 DE JANEIRO de 2005. Eu _____ (CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – DJALMA MARTINS VAZ E JOAO EVANGELISTA RODRIGUES . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 2226/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado DJALMA MARTINS VAZ E OUTRO o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$898,10 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 3305 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais,04 DE JANEIRO de 2005. Eu _____ (CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE – NECTARGEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PERFUMES LTDA . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 1296/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado NECTARGEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PERFUMES LTDA o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO E INTIMADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 1.126,31 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número1395 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de conversao em penhora, do arresto efetuado sobre o lote de terreno sob numero 16 da planta Jardim Libanopolis, matriculado sob numero 48.195 do registro de imoveis do primeiro oficio, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da conversao do arresto em penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, quatro de janeiro de 2005. Eu_____(Carlos Alberto Bonimn), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – OTILIA PADOANI . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 1299/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado OTILIA PADOANI o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 1.707,31 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número1376 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais,04 DE JANEIRO de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – FERNANDO DE FELICE – CPF/MF 011.702.988-26 E – ALESSANDRO SPAZIANI. PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 1351/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente o Município de São José dos Pinhais, e executados Fernando de Felice e Alessandro Spaziani, os quais por encontrarem-se em lugar incerto e não sabido, ficam através do presente edital, CITADOS, dos termos da ação, e para pagarem no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais – Paraná, a quantia de R$ 62.695,88 (sessenta e dois mill, seiscentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominaçoes legais, representada pela certidao de dívida ativa numero 925 ou no mesmo prazo de cinco dias, nomearem bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargarem, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art. 16 da lei 6830/80) sob pena de revelia. Advertindo-os de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelos mesmos como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 21 de dezembro de 2004 . Eu_____(Sandro Isidio Bonato), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – JOAO DE BARROS FILHO E ALICE FRAXINO DE BARROS . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 1364/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado JOAO DE BARROS FILHO E OUTRO o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 3.08198 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 1378 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da

divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais,04 DE JANEIRO de 2004. Eu _____ (CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO DE – MOACIR PARANAENSE FERREIRA MANFREDINI - . PRAZO TRINTA DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o número 1414/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS e executado MOACIR PARANAENSE FERREIRA MANFREDINI o qual por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, fica através do presente edital, CITADO dos termos da ação, e para pagar no prazo de cinco (05) dias, em Cartório, no Edifício do Fórum da Comarca, a Rua João Angelo Cordeiro s/nº, São José dos Pinhais, Paraná, a quantia de R$ 1.645,67 , devidamente atualizada e corrigida, e acrescida das cominações legais, representada pela certidão de dívida ativa número 1593 ou no mesmo prazo de cinco (05) dias, nomear bens a penhora, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantia da divida, e para embargar, querendo, no prazo de trinta (30) dias, contados da intimação da penhora (art.16 da Lei 6830/80), sob pena de revelia. Advertindo-o de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo mesmo como verdadeiros os fatos articulados pela exequente. Artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil. Para constar lavrou-se o presente.- São José dos Pinhais, 04 DE JANEIRO de 2005. Eu_____(CARLOS ALBERTO BONIM), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE – PEDRO CORDEIRO DA ROCHA; - ANTONIO GOMES CAMARGO; - JOAQUIM GOMES CAMARGO; ANTONIO FILGUEIRA DA ROCHA E SEUS CÔNJUGES, SE CASADOS FOREM. PRAZO 30 DIAS.

O Doutor Raul Luiz Gutmann, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc.,

F A Z S A B E R
a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que encontra-se tramitando neste Juízo e Cartório os autos sob o nº 1732/2003 de Ação de Execução Fiscal, em que é exequente o Município de São José dos Pinhais, e executados Pedro Cordeiro da Rocha, Antonio Franco da Rocha, Joaquim Antonio Cordeiro, Antonio Gomes Camargo, Joaquim Gomes Camargo e Antonio Filgueira da Rocha, que tem por objetivo a cobrança do IPTU dos anos de 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002 referente ao lote 17 (dezessete) da quadra 36 (trinta e seis) da Planta Nemari I, nesta Cidade, perfazendo uma dívida de R$ 1.007,56 (hum mil, sete reais e cinquenta e seis centavos), em 30/09/2003. Estando os executados – Pedro Cordeiro da Rocha, - Antonio Gomes Camargo, - Joaquim Gomes Camargo e Antonio Filgueira da Rocha e seus cônjuges, se casados forem, em lugar incerto e não sabido, fica(m) através do presente edital **CITADO(S),** para pagar(em) no prazo de cinco (05) dias a quantia devida, acrescida de correção monetária, juros de mora, custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em dez por cento para pronto pagamento, e também **INTIMADO(S)** do Arresto que recaiu sobre o seguinte imóvel : Imóvel constituído pelo lote de terreno, sem benfeitorias, sob o nº 17 (dezessete), da quadra nº 36 (trinta e seis), da Planta Vila Nemari I, nesta Cidade, com dividas, confrontações e demais características constantes da transcrição 9681 do Registro de Imóveis do Primeiro Ofício desta Cidade, sendo decorrido o prazo do Arresto será convertido em Penhora, contando deste ato o prazo de trinta (30) dias para a apresentação de Embargos. Advertindo-o(s) de que se não forem embargados presumir-se-ão aceitos pelo(s) mesmo(s) como verdadeiros os fatos articulados pelo exequente (artigos 285 e 319 ambos do Código de Processo Civil). Para constar lavrou-se o presente. São José dos Pinhais, 16 de dezembro de 2004. Eu_____(Sandro Isidio Bonato), Auxiliar de Justiça Juramentado que o digitei e subscrevi.-

Subscrição autorizada pelo MM. Juiz - Portaria 01/88.

São Mateus do Sul

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO VINTE DIAS

O Doutor Guilherme Frederico Hernandes Denz, MM. Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

FAZ SABER que pelo presente edital fica o Sr. OLACIR FURTADO, brasileiro, solteiro, auxiliar, atualmente em lugar ignorado, CITADO, para, querendo apresentar contestação nos Autos 174/04 de Ação de Adoção C/C Destituição de Poder Familiar
Endereço do Juízo: rua 21 de Setembro, 766, São Mateus do Sul, Estado do Paraná. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, aos 14 de janeiro de 2005. Eu, _____ (Kelli Mari Gugelmin), escrivã designada que o mandei datilografei e subscrevi.

Guilherme Frederico Hernandes Denz
Juiz de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO TRINTA DIAS

O Doutor Guilherme Frederico Hernandes Denz, MM. Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...

FAZ SABER que pelo presente edital fica a Sra. SILVIA ROLINA DUARTE DE SOUZA, brasileira, portadora da CI RG 4.0287.545-6 atualmente em lugar ignorado, CITADA, para efetuar o pagamento de 03 (três) salários mínimos ou nomeie bens à penhora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
Endereço do Juízo: rua 21 de Setembro, 766, São Mateus do Sul, Estado do Paraná. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, aos 14 de janeiro de 2005. Eu, _____ (Kelli Mari Gugelmin), escrivã designada que o mandei datilografei e subscrevi.

Guilherme Frederico Hernandes Denz
Juiz de Direito.

Toledo

JUÍZO DE DIREITO
VARA CRIMINAL TOLEDO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO(S) RÉU (S) SAMUEL LINO DA HORA, COM PRAZO DE 15 DIAS.

A Dra. Luciana Lopes do Amaral, Juíza de Direito Designada da Vara Criminal de Toledo, Estado do Paraná, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR E INTIMAR pessoalmente a SAMUEL LINO DA HORA, brasileiro, solteiro, catador de frangos, nascido aos 08 de março de 1984, natural de São José das Palmeiras/PR, filho de Estevo Lino da Hora e Luiza da Hora, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Pelo presente CITA-O E INTIMA-O, para comparecer(em) ao fórum da Comarca de Toledo/Pr, à Rua Almirante Barroso, 3.222, na sala de audiências perante o Juízo da Vara Criminal a fim de ser interrogado nos autos nº 2004.1360-9 de Processo Crime, que tramita perante este juízo, **no dia 15 de Fevereiro de 2005, às 13:10 horas,** como incurso (s) nas sanções do (s) artigo (s) 121, §2º, II, III e IV, c/c o artigo 29, todos do Código Penal.
Advertência: Não comparecendo ou não constituindo advogado que o represente no processo, será declarada a suspensão do curso do prazo prescricional e poderá ser suspenso o curso do processo.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, aos 17 de Janeiro de 2005. Eu _____(JOSÉ MARCELO MORAIS CARDOSO), ESCRIVÃO CRIMINAL, o subscrevi.

LUCIANA LOPES DO AMARAL
Juíza de Direito Designada

JUÍZO DE DIREITO
VARA CRIMINAL TOLEDO PARANÁ

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU ADILSON ELIAS DE CARVALHO, COM PRAZO DE 15 DIAS.

A Drª LUCIANA LOPES DO AMARAL, Juíza de Direito Designada da Vara Criminal de Toledo, Estado do Paraná, etc.

PRAZO: 15 DIAS
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível CITAR pessoalmente a **ADILSON ELIAS DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, sem profissão definida, natural de Nova Cantu – PR, nascido aos 30/04/1973, filho de Simpliciana Elias de Carvalho, portador do RG n] 5.755.492/SSP/PR, atualmente em lugar incerto e não sabido.**

Pelo presente CITA-O, para comparecerem ao fórum da Comarca de Toledo/Pr, à Rua Almirante Barroso, 3.222, na sala de audiências perante o Juízo da Vara Criminal a fim de ser interrogado nos autos **nº 1998.19-1 de Processo Crime**, que tramitam perante este juízo, ***no dia 07 de Março de 2005, às 13:30 horas,*** como incurso (s) nas sanções do (s) artigo (s) **121, §2º, inciso IV, do Código Penal Brasileiro.**

Advertência: Não comparecendo ou não constituindo advogado que o represente no processo, será declarada a suspensão do curso do prazo prescricional e poderá ser suspenso o curso do processo.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, aos 20 dias do mês de Janeiro de 2005. Eu _____, JOSÉ MARCELO MORAIS CARDOSO, Escrivão Criminal, o subscrevi.

Por original assinado
LUCIANA LOPES DO AMARAL
Juíza de Direito Designada

Imprensa Oficial
GOVERNO DO PARANÁ

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial apresenta a lista de materiais utilizados pelas escolas, que são confeccionados em nosso parque Gráfico e estão disponíveis a venda em nosso setor de Expedição de Materiais, ou pelo telefone (41) 313-3265.

Lista de Materiais

Valor Unitário	Especificação	Formato
R$ 0,25	Pasta Individual do aluno	365 X 550
R$ 0,10	Relatório Final Ensino Fundamental e Médio	298 X 420
R$ 0,07	SERE - 4	310 X 295
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental de 1ª à 4ª Série	240 X 300
R$ 1,55	Registro de classe ens. Fundamental e Médio 5º a 8º	240 X 300
R$ 0,07	Histórico Escolar - ens. Fundamental	220 X 320
R$ 0,19	Capas de processo de Registro de Diplomas	325 X 460
R$ 25,00	Livro de controle de entrega de diplomas/certificados	230 X 320
R$ 0,07	Histórico Escolar ens. 1º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno - Ens. 2º Grau supletivo	215 X 305
R$ 0,07	Histórico ens. 2º Grau supletivo	320 X 440
R$ 0,10	Relatório final - Ens. 1º Grau Supletivo	320 X 440
R$ 0,07	Ficha de acompanhamento semestral do aluno CBA	320 X 440
R$ 0,10	Parecer Parcial Ciclo Básico CBA 04 anos-G. Transfer.	220 X 325
R$ 0,07	Histórico escolar - ens. Médio	292 X 410
R$ 0,07	Ficha Individual do aluno Ens. Médio	292 X 410
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Fun.	220 X 320
R$ 0,07	Hist. esc. educ. de jovens e adultos curso supl. de ens. Médio	220 X 320
R$ 0,50	Diploma Padrão 1001/1045/1050	230 X 320

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná
Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curtiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313-3200
www.pr.gov.br/dioe

Imprensa Oficial

GOVERNO DO PARANÁ

Senhores Usuários

A Imprensa Oficial, preocupada em atender melhor os seus usuários, re-analisou os custos de produção para a confecção dos Diários Oficiais e conseguiu reajustar os processos de forma a reduzir os valores aos clientes, deste modo apresentamos a nova tabela de preços.

NOVA TABELA DE PREÇOS

ASSINATURAS

Assinaturas do Jornal "Diário da Justiça"

		Valores Vigentes
Sem remessa postal	Semestral	R$ 225,00
	Anual	R$ 375,00
Com remessa postal	Semestral	R$ 400,00
	Anual	R$ 732,00

Assinaturas dos Jornais "Diário Oficial Executivo" e "Diário Oficial Com. Ind. E Serviços"

Sem remessa postal	Semestral	R$ 135,00
	Anual	R$ 225,00
Com remessa postal	Semestral	R$ 183,60
	Anual	R$ 320,00

Assinaturas do Jornal "Diário Oficial Atos do Município de Curitiba"

Sem remessa postal	Semestral	R$ 30,00
	Anual	R$ 60,00
Com remessa postal	Semestral	R$ 75,00
	Anual	R$ 126,00

Assinaturas do Jornal "Diário da Justiça" em CDROM

sem remessa postal	Semestral	R$ 660,00
	Anual	R$ 1.320,00

NÚMEROS AVULSOS

Diário da Justiça

Sem remessa postal	R$ 2,50
Com remessa postal	R$ 5,00

Diário Oficial Executivo e Comércio Industria

Sem remessa postal	R$ 1,00
Com remessa postal	R$ 2,50

Diário do Município

Sem remessa postal	R$ 1,00
Com remessa postal	R$ 2,00

Diário da Justiça em CDROM

Sem remessa postal	Balcão	R$ 7,00

PUBLICAÇÕES

(custo = 1 centimetro de original)

Diário Oficial Executivo	R$ 12,00
Diário Oficial Comércio Indústria & Serviços	R$ 16,00
Diário Oficial da Justica	R$ 18,00
Diário Oficial Atos do Municipio de Curitiba	R$ 14,00

Atenciosamente.

Governador Roberto Requião

Imprensa Oficial do Estado

Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná

Rua dos Funcionários, 1645 - Cabral
80.035-050 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fone: 41-313 3200

www.pr.gov.br/dioe